

A “irradiação generosa” de Ribeiro Couto
Elvia Bezerra

Afonso Arinos e a renovação da
política exterior brasileira
Rubens Ricupero

Guimarães Rosa: Fronteiras
Heloisa Vilhena de Araujo

Antônio Houaiss: um sábio a
serviço da palavra
José Carlos de Azeredo

Diplomata sem fronteiras:
Sergio Corrêa da Costa entre a
história e a política externa
Rogério de Souza Farias

João Cabral: a poesia em trânsito
Antonio Carlos Secchin

Alberto da Costa e Silva:
poeta, cronista, historiador e
diplomata da memória
Lilia Moritz Schwarcz

Sergio Paulo Rouanet:
diplomata, filósofo e pensador da cultura
João Almino

José Guilherme Merquior e a
invenção de um novo modelo
intelectual – atando as pontas
entre correspondência e pensamento
João Cezar de Castro Rocha

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) dão início, com esta publicação, a uma importante relação interinstitucional voltada para o grande público. Esta parceria visa a promover a cultura brasileira e a diplomacia pública do Itamaraty através do pensamento e do legado de destacados autores, que também foram imortais da ABL, a exemplo de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco. *Diplomatas, escritores, imortais* se insere na prestigiada coleção Cultura e Diplomacia da FUNAG e é o primeiro de uma série de livros a serem publicados no âmbito da cooperação estabelecida entre as duas instituições.

Embaixador Raphael Azeredo
Presidente
Fundação Alexandre de Gusmão

Merval Pereira
Presidente
Academia Brasileira de Letras



João Almino
(Org.)

diplomatas escritores imortais

coleção
CULTURA E
DIPLOMACIA

João Almino
(Org.)

diplomatas

escritores

imortais

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
BRASIL

Introdução: o Itamaraty e a
Academia Brasileira de Letras
João Almino

O Barão do Rio Branco e a
Academia Brasileira de Letras
Luís Cláudio Villafañe G. Santos

Rui Barbosa, diplomacia e
vida acadêmica
Arno Wehling

Joaquim Nabuco: figura central
da diplomacia e da Academia
Leslie Bethell

Aluísio Azevedo
Orna Levin

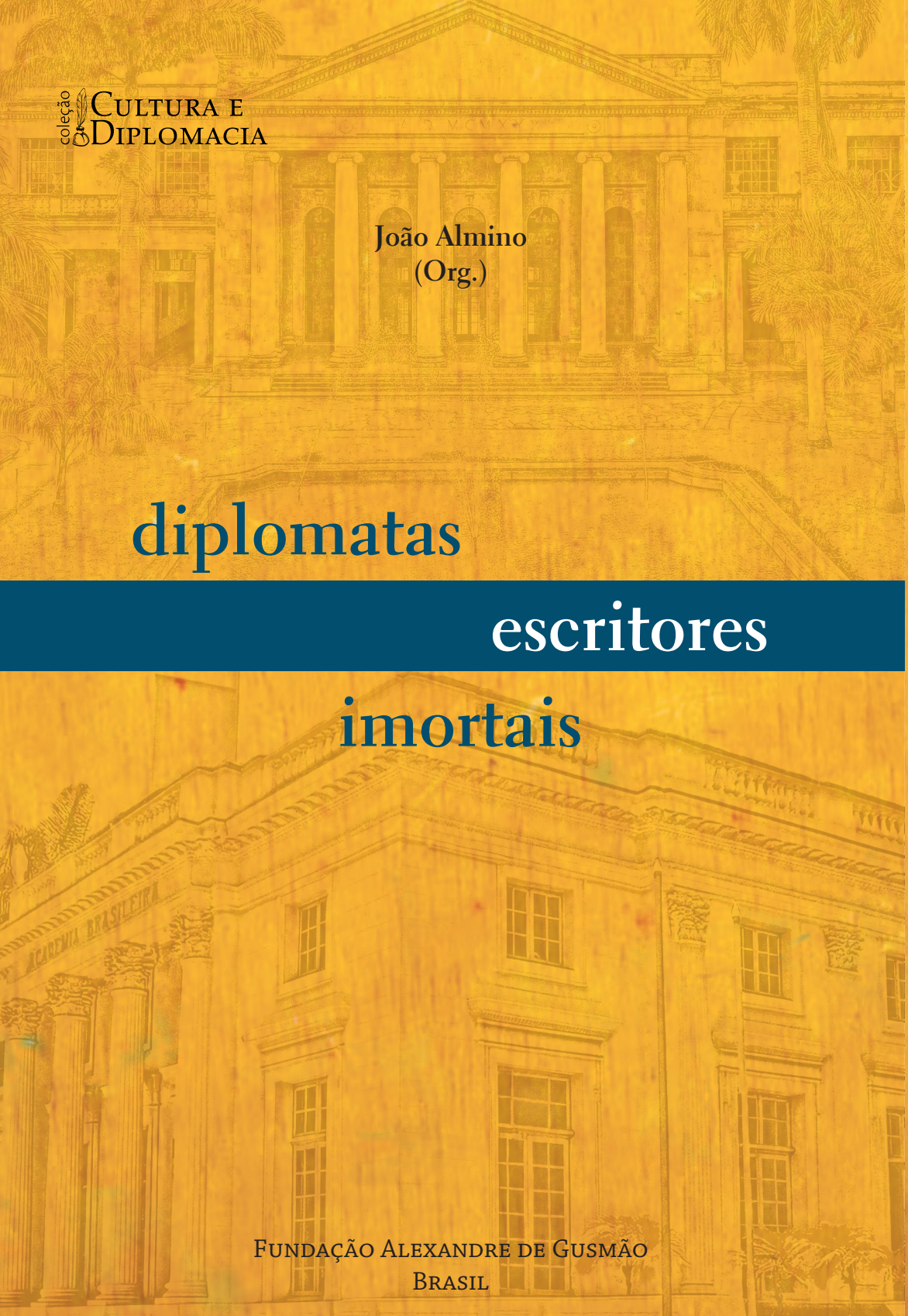
Das Letras à Diplomacia: a
trajetória de Domício da Gama
Tereza Cristina Nascimento França

Oliveira Lima e a ABL:
uma interação precoce, mas acidentada
Paulo Roberto de Almeida

Graça Aranha: um escritor que
deu voz à floresta e ao imigrante
Leonencio Nossa

Magalhães de Azeredo
Gilberto Araújo

João Neves da Fontoura, tribunos
Alexandre Moreli



coleção CULTURA E
DIPLOMACIA

João Almino
(Org.)

diplomatas

escritores

imortais

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
BRASIL

coleção  CULTURA E
DIPLOMACIA

diplomatas, escritores, imortais

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente

Embaixador Raphael Azeredo

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Presidente

Merval Pereira

Secretário-Geral

Antonio Carlos Secchin

A Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição cultural inaugurada em 20 de julho de 1897 e sediada no Rio de Janeiro, cujo objetivo é o cultivo da língua e da literatura nacional.

JOÃO ALMINO
(ORG.)

diplomatas, escritores, imortais



BRASÍLIA – 2025

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado	Embaixador Mauro Luiz Jecker Vieira
Secretária-Geral	Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente	Embaixador Raphael Azeredo
Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática	Embaixador Gelson Fonseca Junior
Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais	Ministro Almir Lima Nascimento

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Presidente	Merval Pereira
Secretário-Geral	Antonio Carlos Secchin
Primeiro-Secretário	Geraldo Carneiro
Segundo-Secretário	Antônio Torres
Tesoureiro	Paulo Niemeyer Filho
Diretora de Publicações	Rosiska Darcy de Oliveira

JOÃO ALMINO
(ORG.)

diplomatas, escritores, imortais



BRASÍLIA – 2025

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Conselho Editorial:

Antonio Jorge Ramalho da Rocha
Fernanda Petená Magnotta
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade
Paula Alves de Souza
Paula Rassi Brasil
Sérgio França Danese
Vera Helena Thorstensen

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Revisão:

Nycole Cardia Pereira

Equipe Técnica:

Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Eliane Miranda Paiva
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores e da Fundação Alexandre de Gusmão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D596d diplomatas, escritores, imortais / João Almino (Org.). 1. ed. -- Brasília : FUNAG, 2025.
--(Coleção cultura e diplomacia).
496 p.

ISBN: 978-65-5209-032-4

1. Diplomatas - Escritores. 2. Academia Brasileira de Letras. 3. Diplomacia brasileira.
4. Carreira diplomática. I. Almino, João. II. Título. III. Série.

CDD-923.272

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Elaborada por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Apresentação

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) dão início, com esta publicação, a uma importante relação interinstitucional voltada para o grande público. Esta parceria visa a promover a cultura brasileira e a diplomacia pública do Itamaraty através do pensamento e do legado de destacados autores, que também foram imortais da ABL, a exemplo de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco. *Diplomatas, escritores, imortais* se insere na prestigiada coleção Cultura e Diplomacia da FUNAG e é o primeiro de uma série de livros a serem publicados no âmbito da cooperação estabelecida entre as duas instituições.

Desde a sua fundação, a Academia Brasileira de Letras contou com a presença de diplomatas escritores, nomes altamente reconhecidos por suas contribuições nos campos da diplomacia e da cultura. Entre os fundadores objeto de ensaios no presente livro, encontram-se os diplomatas e escritores Joaquim Nabuco, Carlos Magalhães de Azeredo, Domício da Gama, Graça Aranha e Manuel de Oliveira Lima.

Por seus escritos e sua centralidade para ambas as instituições, Joaquim Nabuco exemplifica o espírito deste livro. Além de fundador, primeiro ocupante da Cadeira 27, foi um dos mais ativos membros da Academia. Compareceu às sessões preliminares de sua instalação. Com Machado de Assis, manteve diálogo frequente, inclusive quando no exterior, como atesta a correspondência. A ele se deve a abertura da instituição, nos moldes da Academia Francesa, a expoentes do país em distintas áreas que não fossem dedicados às letras apenas no sentido estrito, como fora desejo de Machado. Designado Secretário-Geral da Instituição na sessão de 28 de janeiro de 1897, exerceu o cargo até 1899 e de 1908 a 1910. Antes já havia prestado um serviço fundamental à nação na campanha abolicionista e fez críticas à forma como o processo foi conduzido, cujas consequências são sentidas até hoje.

Paralelamente a suas atividades na ABL, deu uma contribuição inestimável à diplomacia brasileira. Em 1900, foi um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial em Londres, no contencioso do Brasil com a Inglaterra, a propósito dos

limites da Guiana Inglesa. Foi embaixador de prestígio em Londres e em Washington e presidiu a 3ª Conferência Pan-Americana.

Há que destacar também, nos primeiros anos, a figura do Barão do Rio Branco, o mais influente dos chanceleres do país. Contribuiu para a delimitação e consolidação das fronteiras do Brasil, com trabalho fundamentado em ampla pesquisa e sólida preparação, a que não faltou sua bagagem de historiador.

José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, foi o segundo ocupante da Cadeira 34 da Academia, eleito em 1898. Ao se fundar a ABL em 1897, Rio Branco se encontrava ausente do país. Naquela ocasião teve apenas sete votos, não sendo eleito. Seu nome esteve, entretanto, desde logo lembrado, tendo sido o segundo acadêmico eleito após os fundadores (o primeiro foi João Ribeiro).

O Brasil, precedido apenas pelo Vaticano, foi pioneiro ao tomar iniciativas para a profissionalização da carreira diplomática, que datam de meados do século XIX. Trata-se de uma diplomacia que tem Rio Branco como patrono e modelo. Parte da administração pública indireta e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Alexandre de Gusmão promove a pesquisa e a reflexão, com distintos enfoques, sobre temas de interesse para a política externa e as relações internacionais do Brasil.

A Academia Brasileira de Letras é, por sua vez, a mais antiga instituição voltada para a promoção da língua portuguesa, da literatura e da cultura brasileiras, entidade privada que, de forma única, tem nesse terreno competência reconhecida em lei.

São, portanto, instituições consolidadas, respeitadas em seus respectivos campos dentro e fora do Brasil e que têm perseguido os objetivos comuns de pensar a nação e suas identidades.

Em iniciativa inédita, o presente livro introduz aspectos da obra e elementos biográficos de autores que foram profissionais da diplomacia, membros da ABL e cujo legado e obra perduram.

Embaixador Raphael Azeredo
Presidente
Fundação Alexandre de Gusmão

Merval Pereira
Presidente
Academia Brasileira de Letras

SUMÁRIO

Introdução: o Itamaraty e a Academia Brasileira de Letras.....11
João Almino

O Barão do Rio Branco e a Academia Brasileira de Letras.....33
Luís Cláudio Villafañe G. Santos

Rui Barbosa, diplomacia e vida acadêmica.....55
Arno Wehling

Joaquim Nabuco: figura central da diplomacia e da Academia.....79
Leslie Bethell

Aluísio Azevedo..... 101
Orna Levin

Das Letras à Diplomacia: a trajetória de Domício da Gama..... 127
Tereza Cristina Nascimento França

Oliveira Lima e a ABL: uma interação precoce, mas acidentada.... 153
Paulo Roberto de Almeida

Graça Aranha: um escritor que deu voz à floresta e ao imigrante... 181
Leonencio Nossa

Magalhães de Azeredo..... 203
Gilberto Araújo

João Neves da Fontoura, tribunos.....227
Alexandre Moreli

A “irradiação generosa” de Ribeiro Couto	249
Elvia Bezerra	
Afonso Arinos e a renovação da política exterior brasileira	275
Rubens Ricupero	
Guimarães Rosa: Fronteiras.....	295
Heloisa Vilhena de Araujo	
Antônio Houaiss: um sábio a serviço da palavra	335
José Carlos de Azeredo	
Diplomata sem fronteiras: Sergio Corrêa da Costa entre a história e a política externa	363
Rogério de Souza Farias	
João Cabral: a poesia em trânsito	389
Antonio Carlos Secchin	
Alberto da Costa e Silva: poeta, cronista, historiador e diplomata da memória.....	413
Lilia Moritz Schwarcz	
Sergio Paulo Rouanet: diplomata, filósofo e pensador da cultura...	435
João Almino	
José Guilherme Merquior e a invenção de um novo modelo intelectual – atando as pontas entre correspondência e pensamento.....	461
João Cezar de Castro Rocha	

Introdução: o Itamaraty e a Academia Brasileira de Letras

João Almino

A seleção dos autores estudados neste livro usou como critério a relevância de seus escritos, bem como sua centralidade tanto para o serviço diplomático brasileiro quanto para a Academia Brasileira de Letras. A dos autores dos ensaios, o reconhecimento da qualidade de sua pesquisa e de seus escritos sobre os diplomatas escritores selecionados. Entretanto, minha situação é semelhante à de um organizador de antologia poética, que não pode satisfazer a todos os gostos e não está isento de subjetividade. Este livro não inclui escritores diplomatas ainda vivos, nem geralmente membros da Academia que não tiveram vínculos administrativos estreitos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros ou o Itamaraty. Não pretende ser e não é exaustivo. É o primeiro de uma série de publicações de interesse tanto do Itamaraty, através da Fundação Alexandre de Gusmão, quanto da Academia Brasileira de Letras.

A título de exemplo dos ausentes, ainda que em alguns casos preenchendo o critério estabelecido, encontram-se entre os fundadores da Academia o poeta, romancista e teatrólogo Luís Caetano Guimarães Júnior (1847–1898), cuja carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros incluiu funções em Londres, Santiago do Chile, Roma, Lisboa e Veneza; o romancista, ensaísta, poeta e teatrólogo Salvador de Mendonça (1841–1913), que, entre vários cargos no exterior, foi ministro plenipotenciário de primeira classe em Washington, e Eduardo Prado (1860–1901), que trabalhou como adido na delegação brasileira em Londres. O poeta Raimundo Correia (1859–1911), também fundador e ocupante de um cargo diplomático, não está inteiramente ausente, já que comentado pelo ensaísta Rogério de Souza Farias a propósito de seu neto, o embaixador Sergio Corrêa da Costa.

Um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos, Euclides da Cunha, foi nomeado em 1902 pelo Barão do Rio Branco para integrar as comissões de limites. Nessa qualidade, fez viagens à Amazônia e, em 1904, participou da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. Outros, como Heráclito Graça, Rodrigo Otávio, Clóvis Beviláqua e Rodrigues Pereira prestaram serviços eventuais ao Itamaraty, seja como consultores, seja participando em conferências ou comissões internacionais. O escritor, ensaísta e memorialista Gilberto Amado foi embaixador no Chile, ministro na Finlândia e delegado do Brasil a todas as sessões ordinárias da Assembleia Geral da ONU até à última a que pôde comparecer, em 1968. O importante ensaísta, filólogo e lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda foi contratado pelo Itamaraty para assumir a Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade Autônoma do México (1954-55). Na década de 1960, o destacado escritor mineiro Otto Lara Resende fez parte da Embaixada do Brasil em Lisboa, na qualidade de conselheiro cultural. O escritor Josué Montello, entre outras funções ligadas ao Itamaraty, foi conselheiro cultural na Embaixada em Paris e, de 1985 a 1989, embaixador do Brasil junto à UNESCO. Quem sabe, estes e outros tantos imortais que colaboraram com o serviço exterior brasileiro devam integrar volumes subsequentes que abranjam também contratados locais, leitores ou adidos culturais.

Ainda em 2017, comentei numa reunião da Academia Brasileira de Letras (ABL) essa convergência existente no Brasil entre as atividades literárias e diplomáticas e mencionei um número grande de escritores que, de alguma forma, haviam assumido papéis naquela instituição e no serviço exterior. O historiador José Murilo de Carvalho tomou a palavra para me alertar que seria importante distinguir entre os que tinham como principal atividade a diplomática e os que ocuparam uma função diplomática circunstancial. Conversamos depois, quando me disse: “se um dia você organizar um livro sobre esses diplomatas escritores membros da Academia, sugiro que comece pelos que foram diplomatas profissionais”. Não havia pensado em organizar tal livro, mas me lembrei de seu conselho quando recentemente havia contribuído com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) para a criação

da coleção Cultura e Diplomacia. Em publicação da ABL de 2009, *Academia Brasileira de Letras – Subsídios para sua história (1940-2008)*, ao apresentar uma tabela sobre a ocupação dos acadêmicos, José Murilo de Carvalho dizia à p. 427 que “classificar os acadêmicos por profissão é tarefa complexa”, devidas as superposições de atividades.

Meu cálculo inicial tinha a ver com a leitura de uma tese de doutorado de Joshua Alma Enslen, intitulada *Embodying the Nation: Literature and Diplomacy in Brazil*, defendida em 2008 na Universidade da Georgia, nos Estados Unidos. Segundo o autor, “a ABL foi, em muitos sentidos, formada na encruzilhada entre a literatura e a diplomacia”. Pelo seu cálculo, onze dos quarenta primeiros membros da ABL eram diplomatas. De fato, esse é o número se, aos quatro já citados, somarmos sete dos fundadores de que trata o presente livro: Carlos Magalhães de Azeredo (1872–1963), Aluísio de Azevedo (1857–1913), Rui Barbosa (1849–1923), Domício da Gama (1862–1925), Graça Aranha (1868–1931), Manuel de Oliveira Lima (1867–1928) e Joaquim Nabuco (1849–1910). De forma semelhante, sete dos quarenta patronos da ABL escolhidos pelos fundadores também eram escritores diplomatas: Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811–1882), Francisco Otaviano (1826–1884); Joaquim Caetano da Silva (1810–1873), Maciel Monteiro (1804–1868), Araújo Porto Alegre (1806–1879), Francisco Adolfo de Varnhagen (1816–1878) e o Visconde do Rio Branco (1819–1880).

Lembre-se que este livro se restringe aos diplomatas escritores que foram membros da Academia. Projeto de natureza distinta foi o de reunir ensaios sobre *O Itamaraty na Cultura Brasileira*, título de livro organizado pelo diplomata, escritor e acadêmico Alberto da Costa e Silva, com prefácio do jurista e então chanceler Celso Lafer, à época em que ocupei a direção (2001-2004) da instituição encarregada de sua realização, o Instituto Rio Branco. Entre os que não constam do presente livro, ali se encontram análises sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, Brazílio Itiberê da Cunha, Luiz Guimarães Júnior, Luiz Guimarães Filho, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Raul Bopp e Vinicius de Moraes, todos diplomatas, porém nem todos membros da Academia Brasileira de Letras. Recentemente o diplomata, pesquisador e professor Paulo Roberto de Almeida organizou o livro *Intelectuais na*

Diplomacia Brasileira: a cultura a serviço da nação, com ensaios, entre os que não constam do presente livro nem do anterior, sobre Bertha Lutz, San Tiago Dantas, Roberto Campos, Meira Penna, Lauro Escorel, Wladimir Murtinho e Vasco Mariz.

Historicamente a carreira diplomática tem atraído pessoas com formação humanística, vindas das áreas do direito, da história, das línguas clássicas, da filosofia e da literatura, entre outros campos, o que a aproxima de interesses presentes no campo literário.

Não é exclusiva do Brasil a existência de diplomatas escritores. Foi na Europa que se concentrou a maior parte deles. Exemplos significativos são os franceses François de Callières (1645–1717), Paul Claudel (1868–1955) e Saint-John Perse (1887–1975); os italianos Niccolò Machiavelli (1469–1527) e Giovan Battista Guarini (1538–1612); os britânicos Sir Philip Sidney (1554–1586), Joseph Addison (1672–1719), James Bryce (1838–1922) e Harold Nicolson (1886–1968); os espanhóis Diego Hurtado de Mendoza (1503–1575), Salvador de Madariaga (1886–1978) e Juan Valera (1824–1905); além do grego George Seferis (1900–1971) e do português Eça de Queiroz (1845–1900).

Na América Latina, outra região de destaque nessa tradição, os exemplos são mais recentes, já que a própria formação dos estados nacionais ocorreu somente a partir do século XIX. O mexicano Octavio Paz (1914-1998) foi diplomata profissional. Também ocuparam cargos diplomáticos o mexicano Carlos Fuentes e os chilenos Pablo Neruda e Gabriela Mistral.

O Brasil foi um dos países pioneiros na institucionalização e na profissionalização da carreira diplomática. O embaixador Sérgio F. G. Bath, em *O Instituto Rio Branco* (Rio de Janeiro: EMC Ed, 2003) faz um apanhado da evolução institucional da carreira no Brasil, cujos primórdios resumo neste parágrafo. É de 1834 o Regimento Consular que dispunha que o Cônsul tivesse de se fazer “acreditar por uma conduta regular, perícia nas línguas francesa e inglesa, conhecimento do Direito Mercantil e Marítimo, e dos usos, e estilo do Comércio”. Em 1851, a Lei n. 614 determinava que o preenchimento dos cargos do serviço diplomático só poderia ocorrer na classe inicial (Secretários

e Adidos de Legação). Dava-se preferência aos “Bacharéis Formados nos Cursos Jurídicos do Império, e aos graduados em Academias ou Universidades estrangeiras, que mais versados se mostrarem em Línguas”. Mencionava também que, para os que não tivessem tais qualificações, seria preciso proceder através de exames. Em 1852, na gestão de Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi promulgado decreto que criava o concurso público para adidos de legação, cuja estrutura não difere significativamente daquela dos concursos atuais, incluindo provas de línguas, história geral, geografia política, história do Brasil, tratados internacionais, Direito das gentes, Direito público nacional e das principais nações estrangeiras, princípios gerais de economia política, direito civil e “estilo diplomático” na redação de despachos, notas, relatórios, etc. Embora não de forma contínua, houve concursos públicos de ingresso na carreira já ao longo da segunda metade do século XIX.

Apesar das intermitências, em termos comparativos o Brasil teve e tem uma posição de destaque na aplicação de concurso para a carreira e na sua profissionalização. Data de 1931 a exigência de que, além do concurso, os “Cônsules de terceira classe” deveriam fazer “um estágio preparatório de habilitação de dois anos na Secretaria de Estado” e, em 1934, decreto instituiria um “Curso de Aperfeiçoamento nos Serviços Diplomático e Consular”. Era a semente da criação em 1945 do Instituto Rio Branco, onde vários dos diplomatas escritores constantes do presente livro se formaram. É a mais antiga escola de governo do país e a terceira mais antiga instituição de formação diplomática do mundo.

O Brasil é, de longe, o país latino-americano com a mais forte e contínua tradição de diplomatas escritores, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, o que vem desde a época do Império, quando homens considerados cultos e letrados ocuparam cargos nos Negócios Estrangeiros.

Guimarães Rosa, numa de suas poucas entrevistas, concedida ao crítico alemão Günter Lorenz, em 1965, disse, referindo-se à

diplomacia e à concessão de vistos aos judeus: “um diplomata é um sonhador e por isso pode exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. Por isso agi daquela forma e não de outra. E também por isso mesmo gosto muito de ser diplomata”.

Na mesma entrevista, afirma: “[...] eu jamais poderia ser político com toda essa constante charlatanice da realidade. O curioso no caso é que os políticos estão sempre falando de lógica, razão, realidade e outras coisas do gênero e ao mesmo tempo vão praticando os atos mais irracionais que se possam imaginar. Talvez eu seja um político, mas desses que só jogam xadrez, quando podem fazê-lo a favor do homem. Ao contrário dos ‘legítimos’ políticos, acredito no homem e lhe desejo um futuro. Sou escritor e penso em eternidades. O político pensa apenas em minutos. Eu penso na ressurreição do homem”.

Pensar em eternidades seria ponto de convergência entre o escritor e o diplomata. Em *Ave, Palavra* inclui-se um texto de 1951 intitulado “O Lago do Itamaraty”, que ilustra esse pensamento: “No dia a dia, ..., sem aparato,” o lago do Itamaraty “rende quadro certo e apropriado à Casa diplomática. Porque de sua face, como aos lagos é eternamente comum, vem indeteriorável placidez, que é reprovação a todo movimento desmesurado ou supérfluo”. Ao citar o escritor e diplomata espanhol Salvador de Madariaga, diz que “qualquer organização que se proponha a realizar alguma harmonia entre os povos [...] seria, na vida internacional, o que a água é na paisagem: mais luz, por reflexão, e o calmo equilíbrio da horizontalidade”.

Quem mais estudou o trabalho diplomático de João Guimarães Rosa (1908-1967) foi a ensaísta e embaixadora Heloisa Vilhena de Araujo, doutora em Literatura Brasileira pelo King’s College, com tese intitulada “As Metamorfoses de João Guimarães Rosa”. Tem, além disso, cinco livros publicados sobre o autor mineiro.

No seu ensaio “Fronteiras”, escrito especialmente para este livro, a autora resgata as palavras de Rosa quando compara o trabalho do escritor ao empenho em devolver o homem a sua forma original, ou seja, reparar os efeitos do pecado original. Cita *Grande sertão: veredas*:

“Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar”. Riobaldo, o jagunço narrador do livro, fala a partir desta origem ambígua do bem e do mal. O texto de Heloisa Vilhena vai tratar dos opostos na literatura de Guimarães Rosa, dos contrários que se defrontam, da travessia feita para redimir esses contrários – a vida e a morte, o crime e o castigo, o medo e a coragem –, bem como das fronteiras entre esses e outros tantos opostos, sendo *a palavra* a fronteira maior. Diz ela que o autor do *Grande Sertão* “vive, pensa e escreve, como ele próprio diz, *na palavra, isto é, nesta fronteira...*” (grifo meu).

Feitas as considerações sobre as convergências entre o escritor e o diplomata, é preciso sublinhar que a diplomacia não é a profissão que mais forneceu escritores ao longo da história. Desde o século XIX, a profissão de maior incidência de escritores tem sido o jornalismo. Gabriel García Márquez, Ernest Hemingway, George Orwell, Albert Camus, até mesmo Clarice Lispector foram jornalistas. Antes de ser diplomata, Ribeiro Couto, aqui estudado, foi delegado de polícia, promotor e jornalista. Sobretudo a partir do século XX, professores universitários também fizeram carreiras de escritor. Poderiam entrar nessa categoria T. S. Eliot, Saul Bellow, Henri Bergson, Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Toni Morrison, Italo Calvino, Orhan Pamuk e J. M. Coetzee. Em termos comparativos, os diplomatas e outros funcionários públicos (Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade entre estes) continuam ocupando um lugar de destaque, ao lado de advogados e juristas, como foram Tobias Barreto e até Franz Kafka. Em menor número do que as profissões citadas acima, existe uma enorme variedade de outras a que têm pertencido reconhecidos escritores, a de médicos, religiosos, militares, artistas de outras áreas, funcionários de bancos, engenheiros e operários. Sem falar, claro, dos que puderam se dedicar exclusivamente a ser escritores.

Voltemos aos autores selecionados para o presente livro.

Não poderia deixar de começar pelo patrono da diplomacia brasileira, membro da Academia Brasileira de Letras, o Barão do Rio Branco (1845-1912), pesquisador e conhecedor da história do

país e de suas questões geográficas. Em seu ensaio “O Barão do Rio Branco e a Academia Brasileira de Letras”, o historiador, biógrafo e embaixador Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, doutor em História pela Universidade de Brasília e autor de mais de uma dezena de livros entre os quais a premiada biografia *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*, expõe de forma convincente que, obedecido exclusivamente o critério dos expoentes, não restaria dúvida de que o Barão teria lugar na Academia – mesmo em 1898, quando apenas obtivera a primeira vitória, na arbitragem sobre o território disputado com a Argentina. Durante o período em que esteve como chanceler, seja em discursos, seja pela imprensa, ou mesmo em documentos oficiais, ele elaborou uma interpretação e uma narrativa da política externa e da identidade internacional do Brasil que moldaria a atuação da diplomacia e seria acatada pela historiografia por muitas décadas. “Foi pela palavra” (grifo meu), como afirma Luís Cláudio Villafañe, que, com sua inteligência, seus estudos e seu trabalho, o Brasil consolidou suas fronteiras. O Barão também desempenhou um papel na Academia, seja organizando encontros conjuntos com o Itamaraty, seja exercendo sua influência em várias das eleições do grêmio literário.

Outro expoente entre os fundadores foi Rui Barbosa (1849-1923), que presidiu a Academia. Não foi funcionário do Itamaraty, mas, como bem demonstra o historiador de vasta obra, acadêmico, sócio emérito e Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Arno Wehling, deu uma contribuição à política internacional e à política externa brasileira que vai além de sua famosa atuação como chefe da delegação à Conferência de Paz da Haia em 1907, na qual foi vitorioso na defesa da igualdade jurídica entre os Estados. Desenvolveu larga fundamentação doutrinária a propósito de temas como soberania, território e territorialidade e o direito de posse – *uti possidetis*. Argumenta Arno Wehling que o pensamento de Rui Barbosa está presente num dos eixos da política externa brasileira da Primeira República, que tem a ver com o multilateralismo e as afirmações doutrinárias no plano internacional, nas quais sua atuação foi decisiva. Conclui Wehling que, das duas faces da Academia, a literária – inclusive por seu ensaísmo, sua intimidade com a língua e

seu inegável uso da palavra – e a da notabilidade, inclusive na ação diplomática, Rui atendeu a ambas.

De ainda maior centralidade para as duas instituições, o Itamaraty e a ABL, foi Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), abolicionista, escritor, embaixador em Londres e Washington. O ensaio do historiador inglês Leslie Bethell, professor emérito da Universidade de Londres, Fellow Emérito do St Antony's College da Universidade de Oxford, organizador da *Cambridge History of Latin America* (12 volumes), autor de vasta obra que inclui os livros *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos* (2008) e *Joaquim Nabuco no mundo: abolicionista, jornalista e diplomata* (2016), faz um minucioso apanhado biográfico da atividade de Joaquim Nabuco na política, na imprensa (com especial destaque para as matérias enviadas de Londres) e na diplomacia. Tece também comentários sobre os livros do pensador pernambucano, incluindo a gênese de sua obra mais famosa, *Minha formação*.

Diferentemente de Rio Branco, Rui Barbosa e Nabuco, Aluísio Azevedo (1857-1913) não ficou conhecido por sua contribuição à política externa brasileira. A professora Orna Messer Levin, doutora em línguas e literatura hebraicas pela Universidade de São Paulo e em Teoria Literária pela Universidade de Campinas, onde é professora livre-docente, é uma especialista no exitoso autor de *O mulato* e *O cortiço*. Dentre seus trabalhos, escreveu os capítulos “Aluísio Azevedo – desafios de uma edição”, em *Cenas da literatura moderna* (7Letras, 2010), e “Obra de Aluísio Azevedo”, em *O Naturalismo* (Perspectiva, 2017). Além disso, publicou o livro *Aluísio Azevedo* (ABL/Imprensa Oficial, 2014) e foi a organizadora das edições *Aluísio Azevedo. Ficção completa* (Nova Aguilar, 2005, Global, 2018) e *O cortiço, Aluísio Azevedo* (Glaciari / ABL, 2015). Seu ensaio vai, assim, principalmente tratar da obra do festejado escritor. Serve também para ilustrar o já mencionado pioneirismo do serviço diplomático brasileiro na profissionalização da carreira e, em especial, a existência de concursos para o já então Itamaraty nos primeiros anos da República, prévios ao Barão do Rio Branco como chanceler. Este, aliás, veio a ter a esse respeito duplo

papel: escolheu diplomatas através de entrevistas que ele mesmo conduzia, ao mesmo tempo em que idealizava a criação de uma escola de formação diplomática.

Como diz a professora Levin, Aluísio Azevedo “tinha assumido seu primeiro posto no exterior em março de 1896, poucos meses depois de obter uma aprovação no concurso para ingresso na carreira diplomática”, à época em que era Ministro de Estado das Relações Exteriores Carlos de Carvalho. Quando fez o concurso, ele já era um dos romancistas mais populares do Brasil e igualmente apreciado pela crítica, um autor “consagrado em vida”. Suas atividades no serviço exterior precederam sua entrada na Academia Brasileira de Letras como um dos fundadores. Já não morava no Brasil. Era Cônsul em Vigo, na Galícia. Depois serviu em várias representações diplomáticas, encerrando a carreira em Buenos Aires, na função de adido comercial, cidade onde faleceu.

Já Domício da Gama (1862-1925) fez seu trajeto das letras à diplomacia alçando às mais altas posições, como fica claro no ensaio “Das Letras à Diplomacia: A trajetória de Domício da Gama”, da professora e pesquisadora Tereza Cristina Nascimento França, doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, onde lecionou, e autora de publicações nas áreas de História, Segurança Humana e Biografia. Ela aponta que cedo ele publicava seus contos na imprensa. Antes de ser considerado diplomata, atuou como secretário na repartição da Superintendência de Emigração em Paris (1891-1893) e na missão de arbitramento na questão do Oiapoque, num total de sete anos de serviço. Olinto de Magalhães, chanceler que precedeu Rio Branco, determinou que Domício prestasse o exame escrito para se qualificar como diplomata, o que ele fez em 1900 ao viajar ao Brasil para tomar posse na ABL. Apesar de sua titularidade na Legação em Londres e de seus anos de serviço, o chanceler não o promoveu e o manteve como segundo secretário na Missão do Oiapoque, função que manteve na Legação em Londres e na Legação junto à Santa Sé.

Com a nomeação a chanceler do Barão do Rio Branco, de quem era próximo e a quem se mostrou sempre leal, sua carreira galgou postos

cada vez de maior importância, culminando com sua nomeação para Washington em 1911. Tornava-se o segundo embaixador da história do Itamaraty. Diferentemente de Nabuco, a quem sucedia no posto, considerava a Doutrina Monroe um pretexto para o intervencionismo norte-americano, como explica a professora Tereza Cristina França. Em 1918, foi chanceler por curto período e, embora não participando da Conferência de Paz de Paris após a Primeira Guerra Mundial, empenhou-se em assegurar a inclusão e uma participação expressiva do Brasil na Conferência, que veio a aprovar a criação da Liga das Nações com representação para pequenas potências. Ocupou depois a missão em Londres e atuou junto à Liga das Nações. Apesar de seus êxitos, afirma a professora Tereza Cristina França, a mágoa e a melancolia o consumiram nos seus últimos anos.

Se Domício da Gama ficou refém de Rio Branco, que impulsionou sua carreira, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) enfrentou o Barão e dele divergiu, pagando por isso um preço. É o que demonstra o professor, pesquisador e embaixador Paulo Roberto de Almeida, autor de vários livros sobre a diplomacia brasileira e conhecedor da obra do historiador e diplomata sobre quem já havia escrito em mais de uma ocasião (numa delas, o ensaio “O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas paralelas, itinerários divergentes”, em livro que organizei com Carlos Henrique Cardim, *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2002).

Como explica Paulo Roberto de Almeida em seu ensaio “Oliveira Lima e a ABL: uma interação precoce, mas acidentada”, Manuel de Oliveira Lima, republicano durante a monarquia, ingressou na carreira diplomática desde o início da República (1891), tendo servido em várias funções em Lisboa, Berlim, Londres, Tóquio, Caracas e Bruxelas e passou a morar a partir de 1920 em Washington, onde morreu. Desde muito jovem publicou livros de história (sobre seu Pernambuco natal) e sobre a literatura colonial brasileira, o que o habilitou a ser eleito, com 29 anos, membro fundador da Academia Brasileira de Letras (1897). Sua obra máxima foi *D. João VI no Brasil* (1908).

Afirma Paulo Roberto de Almeida que a competição pelo prestígio afastou Rio Branco e Oliveira Lima, um pela ação, o outro pela narrativa, e que a independência do diplomata e historiador pernambucano foi por vezes tomada como indisciplina. Cita a opinião do diplomata e historiador Evaldo Cabral de Melo, segundo a qual com a perseguição que lhe moveu, relegando-o aos corredores do Itamaraty, o Barão prestava sem saber uma grande contribuição à historiografia brasileira.

Hoje reconhecido como um dos maiores historiadores brasileiros, quando morreu em Washington em 1928 se encontrava quase esquecido e suas obras principais não tinham novas edições.

A relação conflituosa que Oliveira Lima teve com o Itamaraty, José Pereira da Graça Aranha (1868-1931) teve com a Academia Brasileira de Letras. Havendo feito a abertura da Semana de Arte Moderna, já então autor de sua obra mais conhecida, o romance *Canaã*, considerava-se modernista e desejava que a Academia passasse a tomar uma posição estética em favor da nova corrente. Não encontrando receptividade para sua proposta numa instituição que sempre havia abrigado correntes distintas, seja na política, seja nas letras, rompeu com a Academia, deixando de frequentá-la.

O ensaio “Graça Aranha: um escritor que deu voz à floresta e ao imigrante”, de Leonencio Nossa, doutor em bens culturais, autor de vários livros e atuante, entre outras, nas áreas do jornalismo, da história e da memória oral, analisa minuciosamente *Canaã*. Mostra os aspectos inovadores do romance, em especial quanto aos temas tratados (imigração, miscigenação, a floresta) e sua atualidade. Trata também das circunstâncias da elaboração da obra e de sua recepção de público e de crítica. Diz o ensaísta que, em seus últimos dias, Graça Aranha leu com entusiasmo *O Quinze*, da jovem cearense Rachel de Queiroz. O escritor “pré-modernista” saía de cena, mas a geração que se destacaria nas livrarias não era a de Mário e Oswald de Andrade. *Canaã* dialoga, diz, com o romance realista nordestino.

Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963) foi precoce em sua carreira de escritor, em sua entrada, articulada com Machado de

Assis, na Academia e em sua carreira diplomática. Foi também o mais assíduo correspondente de Machado entre 1889 e 1907, geralmente enviando suas cartas de Roma, onde fez, na Santa Sé, quase toda a sua carreira. Em seu ensaio sobre Magalhães de Azeredo, Gilberto Araújo, doutor em letras vernáculas da UFRJ, onde é professor de literatura brasileira nos programas de graduação e pós-graduação, autor de vários livros de literatura brasileira, comenta, em sua heterogeneidade e suas imperfeições, a obra do diplomata e escritor que publicou seu primeiro livro, de contos, em 1895, quando tinha vinte e três anos. Depois vieram mais dezenove livros. Chegou a escrever uma novela em conjunto com o amigo Olavo Bilac. Seu ensaísmo monográfico inclui uma longa defesa de Machado de Assis contra as violentas críticas de Silvio Romero.

Já após a morte de Machado, a década de 1920 lhe foi a mais produtiva, principalmente na poesia. A partir daí sua literatura vai sofrer uma gradual atrofia. Ele morre em Roma em 1963, em isolamento literário.

Se alguns foram mais diplomatas do que escritores e outros mais escritores do que diplomatas, João Neves da Fontoura (1887-1963) foi ambos, mas o que mais impressionou na sua contribuição literária veio de sua oratória de frases plásticas, que revelavam sua paixão pela forma. Lembra Alexandre Moreli, doutor em História das Relações Internacionais pela Sorbonne, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, onde também conduz pesquisas e coordena o Lab-Mundi/USP, que o cientista político Hégio Trindade, ao assinar em 1978 a Introdução ao oitavo volume da coleção *Perfis parlamentares*, escolheu alcunhar o retratado de “o tribuno parlamentar”. A consideração de seu nome para a ABL ganhou força entre finais de 1935 e início de 1936, momento em que chegavam ao acervo da ABL exemplares de seus livros *A Jornada Liberal* (1932), *Por São Paulo e pelo Brasil* (1932) e *A voz das oposições brasileiras* (1935). Foi nomeado embaixador em Lisboa em 1943 e chanceler em 1946, quando liderou a delegação brasileira como único representante latino-americano à Conferência de Paz em Paris após a Segunda Guerra Mundial. A delegação de mais de trinta pessoas incluía dois dos diplomatas escritores objeto do

presente livro: Ribeiro Couto e Guimarães Rosa. Alexandre Moreli assinala que, em suas articulações diplomáticas, Fontoura passou a evocar a formação cultural brasileira e, nesse âmbito, a prezar os laços da latinidade para a construção de uma frente (ou bancada) latina, o que fazia especial sentido diante do tratamento não equânime dado a duas nações latinas que haviam combatido ao lado da Alemanha: a Itália e a Romênia. Tratava-se, no fundo, de conceber estratégias de não alinhamento muito antes do surgimento do Grupo dos Não Alinhados ou dos movimentos terceiro-mundistas cujo embrião foi a formação do Grupo dos 77 nas Nações Unidas.

Embora havendo João Neves da Fontoura sobressaído em ambos os registros, a diplomacia e a literatura se entrelaçam de maneira ainda mais plena em Rui Esteves Ribeiro de Almeida Couto (1898-1963). Compõe no presente livro seu panorama biográfico a ensaísta e pesquisadora Elvia Bezerra, autora, entre outros, do premiado livro *A trinca do Curvelo: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira* e ex-coordenadora do Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles. Ao retratar o escritor e diplomata, passa a impressão de homem de muito trânsito no meio literário, atento às novas correntes, generoso e bem realizado no seu duplo papel. O título de seu ensaio, “A ‘Irradiação Generosa’ de Ribeiro Couto”, é citação de Manuel Bandeira, que também lhe deu o título de “poeta da indecisão delicada” e de quem o diplomata e escritor nascido em Santos foi amigo. Bandeira atribuiu a Ribeiro Couto o lançamento das ideias modernistas no meio carioca. Os dois estiveram sintonizados em relação à Semana de 22. Nem um nem outro quis ir a São Paulo ou atacar parnasianos e simbolistas. Couto foi responsável por apresentar Bandeira a Drummond. Tendo sido eleito à Academia quando era segundo-secretário da carreira diplomática, então com trinta e seis anos, convenceu Bandeira a apresentar sua candidatura e foi quem lhe fez o discurso de recepção.

Ficou conhecido como o autor de *Cabocla* (1931), romance duas vezes adaptado para novela de televisão; como criador da expressão “homem cordial”, que Sérgio Buarque de Holanda dotaria de conceito

distinto, e como fundador do penumbrismo. Na opinião de Elvia Bezerra, “seu lugar na literatura brasileira como poeta é garantido”.

Quanto à trajetória diplomática, serviu em Marselha, Paris, Haia, Lisboa e Genebra, de onde em 1952, após ser promovido a ministro de primeira classe (embaixador), partiria para o mais longo e importante posto de toda a sua carreira, Belgrado. Diz Elvia Bezerra que, tendo “alcançado todos os seus objetivos”, diria em carta de 1952 a Bandeira: “Posso morrer”. Tinha cinquenta e quatro anos e viveria mais onze, a ponto de poder ter assistido ao primeiro experimento brasileiro de lançamento da Política Externa Independente em janeiro de 1961 e à Conferência de Belgrado, que oficializou a criação do Movimento dos Não Alinhados em setembro de 1961. Digo isso para que passemos ao formulador da Política Externa Independente do Brasil.

Ninguém melhor do que o embaixador Rubens Ricupero para escrever sobre Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Autor do mais importante livro sobre a formação do Brasil no campo das relações internacionais, *A diplomacia na construção do Brasil* (Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017), embaixador em Genebra, Roma e Washington, mais de uma vez Ministro de Estado, Ricupero trabalhou no início de sua carreira com o então chanceler, havendo testemunhado uma reorientação turbulenta da política externa brasileira. Em seu ensaio “Afonso Arinos e a renovação da política exterior brasileira”, conjuga sua capacidade de análise da história das relações diplomáticas brasileiras com a circunstância de ser testemunho da história. Era um dos quatro ou cinco diplomatas lotados em 1961 na subchefia do Gabinete do Ministro em Brasília, estabelecida para atender mais prontamente as solicitações do presidente Jânio Quadros. Esteve assim presente a eventos que marcaram a política do período, entre eles a condecoração de Ernesto Che Guevara, que contribuiu para acirrar as acusações da oposição contra Jânio.

Analisa os passos para a implementação da Política Externa Independente nos menos de sete meses durante os quais Afonso Arinos foi chanceler, política que agravou a crise e veio a florescer, diz, “como o ponto alto nos dois anos e meio de agonia anteriores

ao golpe militar”, o que demonstra, segundo ele, que “despida das provocações desnecessárias” de Jânio, “ela correspondia a uma necessidade histórica”.

As realizações intelectuais de Afonso Arinos lhe tinham assegurado a vitória da eleição à Academia Brasileira de Letras, em 1958, contra Guimarães Rosa.

A ele se deve uma das principais contribuições à história da República na primeira metade do século XX: *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955). Outras publicações se seguiram e, como ponto culminante de uma vida inteira dedicada à literatura e à cultura, cinco volumes de suas memórias, escritos entre 1961 e 1979.

É impossível, diz Ricupero, separar o escritor apaixonado pela literatura e o político combativo, fiel à democracia liberal e aos direitos humanos, autor em 1951 de uma lei pioneira em seu gênero em todo o mundo, lei que levou seu nome e tornou crime o preconceito racial no Brasil.

O pesquisador José Carlos Santos de Azeredo, doutor em Letras pela UFRJ, onde foi docente, e com vasta obra sobre a língua portuguesa, em seu ensaio “Antônio Houaiss, um sábio a serviço da palavra”, se debruça sobre o legado intelectual do filólogo, crítico e diplomata.

Em 1945, Houaiss (1915-1999) prestou concurso à carreira diplomática. Serviu em Genebra, na República Dominicana e em Atenas. Em 1953, quando neste último posto, foi acusado de pertencer a uma “célula de periculosidade vermelha” no Itamaraty, da qual também faria parte o poeta João Cabral de Melo Neto, ambos, em consequência, afastados da carreira.

No caso de Houaiss, somente seria reintegrado em 1960, como primeiro-secretário, sendo designado para a Missão Brasileira junto às Nações Unidas (ONU). No meu ensaio sobre a carreira e o pensamento de Sergio Paulo Rouanet (1934-2022), cito o embaixador Marcos Azambuja (1935-2025): “Fomos ambos [ele e Rouanet] nomeados para a nossa missão permanente das Nações Unidas em Nova York”, diz, “onde servimos sob as ordens imediatas de Antônio Houaiss, que nos escolheu como seus assessores na Quarta Comissão da Assembleia Geral,

aquela que, entre outros, tratava dos grandes temas da descolonização”. [...] “O Brasil não podia negar às antigas dependências africanas e asiáticas de Portugal aquilo que havia reivindicado para si mesmo mais de cem anos antes...” e ao mesmo tempo “tínhamos a preocupação de não abandonar Portugal em seu ciclo de desgaste e isolamento”, país não disposto “a se acomodar com o Brasil.” Rouanet, Houaiss e ele tinham, portanto, diante de si uma tarefa difícil e que se revelou, no final, exitosa. “Pudemos os três trabalhar pela boa causa”, a “...do fim do colonialismo, e de certa maneira a de capacitar Portugal a ser o que ele é hoje, o grande sócio e grande amigo do Brasil”.

Aposentado à revelia em 1964 – quando por pouco também não foi seu antigo funcionário e a quem fez o discurso de recepção na Academia Sergio Paulo Rouanet –, Antonio Houaiss se debruçou, como expõe José Carlos Azeredo, sobre vários projetos de alto fôlego, entre os quais a tradução e edição do *Ulisses*, de Joyce.

Eleito em 1971 para a ABL, foi recebido por Afonso Arinos de Melo Franco, que fez comentário algo semelhante ao do acadêmico Evaldo Cabral de Melo sobre Oliveira Lima: “a súbita aposentadoria o restituiu à exclusiva atividade intelectual da sua juventude, e foi um bem para a cultura brasileira”.

A palavra esteve no centro das atenções de Houaiss como intelectual e diplomata. Entre outras funções e atividades, como afirma José Carlos Azeredo, foi autor do Manual de serviço do Itamaraty, consolidando 14 mil instruções, e representante do Brasil na comissão do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em 1990. A anistia de 1979 restituiu-lhe o direito de reassumir suas funções no Itamaraty, mas preferiu manter seus compromissos intelectuais, entre os quais o de crítico literário e o do dicionário de 2001, que não chegou a ver publicado, já que faleceu em 1999.

No ensaio “Diplomata sem fronteiras: Sergio Corrêa da Costa”, Rogério de Souza Farias, doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, onde é pesquisador associado, expõe semelhanças e contrastes entre a vida e obra de Sergio Corrêa da Costa (1919-2005) e as de seu avô, o poeta e acadêmico Raimundo Correia.

Entre as primeiras, descreve o declínio progressivo de ambos em sua produção literária. Raimundo Correia publicou sua primeira obra aos vinte anos, mas quando iniciou sua atividade de promotor, desacelerou a produção poética. O neto canalizou sua atuação intelectual para seus objetivos na carreira diplomática por mais de quarenta anos. Entre as diferenças, Sergio Corrêa da Costa formou-se em direito como o avô, mas pouco atuou no mundo jurídico. Seus objetos de escrita também eram diversos. Corrêa da Costa nunca se interessou seriamente pela poesia. Passou em segundo lugar no concurso para a diplomacia com vinte anos de idade. Antes disso, publicou pequeno artigo de ficção. Um segundo considerava um “preceito feudal” a proibição de acesso às mulheres na ABL.

Afirma Rogério de Souza Farias que a migração de temas literários para históricos resultou de seu trabalho no arquivo do Itamaraty, que lhe rendeu, aos vinte e dois anos, o livro *As quatro coroas do Imperador*, sobre Dom Pedro I, seguido de *Dom Pedro I e Metternich*.

De 1967 a 1968, foi Secretário-Geral do Itamaraty, em seguida embaixador em Londres e depois chefiou a Missão junto à ONU em Nova York. A mudança para Washington em 1983 coincidiu com sua campanha para a ABL. O desafio era a progressiva redução de sua produção intelectual. Havia reeditado, na década de 1970, três de suas obras. Foi só em 1999 que lançou seu primeiro livro após a aposentadoria: *Mots sans frontières*, escrito em francês com prefácio de Maurice Druon, da Academia Francesa. Publicou ainda duas outras obras, antes de regressar de Paris, onde residia, ao Rio em 2003, falecendo dois anos depois, caminho inverso – aponta Rogério de Souza Farias – ao do seu avô, que saíra do Rio para falecer em Paris.

Em seu ensaio “João Cabral: a poesia em trânsito”, o premiado poeta e ensaísta Antonio Carlos Secchin, professor emérito da UFRJ e Secretário-Geral da ABL, autor, entre outros, de *João Cabral: a poesia do menos* (1985) e de *João Cabral de ponta a ponta* (2020), afirma que a poesia do diplomata (1920-1999) conseguiu ao mesmo tempo colher frutos de sua experiência no exterior e permanecer atrelada a sua terra natal, como se visse as “novas paisagens” com olhos pernambucanos.

Aprovado em concurso para o Itamaraty em 1943, serviu em Barcelona (1947), Londres (1950), Sevilha (1956), Marselha (1958), Madri (1960), de novo Sevilha (1962), Genebra (1964), Berna (1966), novamente Barcelona (1968), Assunção (1969); como embaixador, em Dacar (1972), Quito (1979), Tegucigalpa (1981) e, como Cônsul-Geral, no Porto (1986).

Secchin começa sua análise pelo livro bilíngue *Vivir en los Andes – poemas ecuatorianos* (2020). O volume, que concebi e apresentei, tem tradução de Ivan Carvajal. Reúne poemas que integraram seção do livro *Agrestes* (1985), acrescidos de inéditos numa segunda edição. Secchin faz uma interpretação precisa e original desses poemas, cujos pilares são, segundo ele, pedra e ar, com percurso que se dá “não na horizontalidade da terra, mas em registro ascensional”. Também em *Agrestes* está a África. Segundo a interpretação de Secchin da poesia cabralina, naquele continente, cabe a uma natureza derrotada “a sustentação da voz política, palavra do não” frente ao colonizador. Suas regiões são pilhadas até do que não têm, como o Nordeste de “O cão sem plumas”.

Diz ainda Secchin que as Espanhas ou a Espanha ideal, exemplificada por Sevilha, são para Cabral “paisagem natural, arquitetura, música, urbanismo, religião, tauromaquia, literatura,” [...] “modo de ser, de conviver, de vivenciar a plenitude dos sentidos: gostos, cores, ruídos, perfumes,” [...] “a força de Eros,” [...] “modelo da linguagem, modelo ético e estético...”.

Removido do Porto em 1987, Cabral aposentou-se em 1990 e faleceu em 1999 no Rio de Janeiro, uma das cidades em que viveu às quais não dedicou poemas.

Lilia Katri Moritz Schwarcz, historiadora, antropóloga, curadora, professora sênior do Departamento de Antropologia da USP, *global scholar/visiting professor* da Universidade de Princeton, autora de mais de 30 livros publicados no Brasil e no exterior, sucedeu, em sua cadeira da Academia Brasileira de Letras, ao embaixador, poeta, cronista, historiador e memorialista Alberto da Costa e Silva (1931-2023), que considera seu pai afetivo e intelectual.

Seu ensaio rico em informações biográficas foi escrito não apenas a partir da consulta a seus livros, sobretudo a suas memórias, mas também do conhecimento direto do escritor e diplomata estudado. Nele destaca a ética, a responsabilidade, a generosidade, a abertura para o debate de ideias, sua sólida formação intelectual, sua sensibilidade e perfeccionismo como escritor e seu papel de intérprete do Brasil e das tantas Áfricas.

Alberto da Costa e Silva se formou no Instituto Rio Branco em 1957 e passou a desenvolver uma carreira de sucesso na diplomacia, atuando em postos como Lisboa, Caracas, Washington, Madri, Roma, Assunção, Lagos – neste último caso, diz Lilia Schwarcz, “por opção, gosto, desafios próprios e muito pessoais”.

Foi embaixador na Nigéria entre 1979 e 1983, experiência que, segundo a ensaísta e biógrafa, mudou sua perspectiva de vida. A Nigéria e outros países africanos foram, diz ela, fundamentais para que ele enriquecesse seu conhecimento das muitas origens da população brasileira e para reforçar sua denúncia do “racismo como uma das heranças mais perversas da escravidão e adotar postura francamente anticolonial”. Logo publicaria uma série de obras, hoje clássicas, como *A enxada e a lança* (1992); *As relações entre o Brasil e a África Negra* (1996) e *A manilha e o libambo* (2002). Elas apresentam um retrato multifacetado e complexo dos mais diferentes aspectos das culturas africanas.

A historiadora ressalta a alta qualidade de sua poesia de “palavras perfeitas, econômicas, sucintas e justas”, que “ombreia, em número de títulos e importância, com aquela do africanista e do memorialista” e ecoa “sua devoção ao continente africano”.

O último diplomata escritor aqui estudado passou pela vida como um jato, deixando rastro notável. Teve um percurso intelectual precoce e morreu aos quarenta e nove anos. O pesquisador, ensaísta e crítico literário João Cezar de Castro Rocha, doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Stanford e em Letras pela UERJ, onde é professor titular de Literatura Comparada, autor traduzido em várias línguas, em seu ensaio “José Guilherme Merquior e a

invenção de um novo modelo intelectual – Atando as pontas entre correspondência e pensamento”, analisa, através da correspondência, a trajetória do diplomata, filósofo e crítico literário (1941-1991). Como bem assinala João Cezar de Castro Rocha, antes de completar vinte anos, o jovem crítico já havia conquistado notoriedade. Foi precoce também na correspondência, não apenas com brasileiros, mas também com pensadores de vários países, aí incluídos Ernest Gellner, Norberto Bobbio, Claude Lévi-Strauss, Raymond Aron e Isaiah Berlin. Interessava-se pelos campos da estética, da filosofia e dos “labirintos da política e da sociedade” e fez uma trajetória do marxismo ao liberalismo. Exemplo da precocidade no reconhecimento do trabalho crítico de Merquior é a organização da antologia *Poesia do Brasil*, de Manuel Bandeira. A capa da primeira edição traz a seguinte informação em que consta o nome do crítico de vinte e um anos: “Seleção e estudos da melhor poesia brasileira de todos os tempos, com a colaboração de José Guilherme Merquior na fase moderna”.

Um traço destacado por João Cesar de Castro Rocha do trabalho intelectual de José Guilherme Merquior é sua independência. Poderíamos acrescentar também seu gosto pela polêmica.

Muito antes de seus êxitos profissionais como embaixador junto à UNESCO (1985-1987) e no México (1988-1991), ainda terceiro e depois segundo-secretário na Embaixada em Paris de 1966 a 1970, transferido então para Bonn, já havia feito uma profunda imersão na obra de Claude Lévi-Strauss, que passou a estar presente em suas reflexões. Suas análises originais em livros como *Foucault* (1985), *From Prague to Paris: A Critique of Structuralist and Post-Structuralist Thought* (1986), *Western Marxism* (1986) e *Liberalism, Old and New* (1991) vieram a ser valorizadas em meios intelectuais europeus e norte-americanos, o que leva João Cezar a afirmar que Merquior “virou pelo avesso a dinâmica da vida cultural em contextos não hegemônicos” e passou a ser o “Carpeaux deles”. Uma referência importante para a reflexão crítica do diplomata sobre a obra de Michel Foucault é a entrevista realizada por ele e Sergio Paulo Rouanet em 1970. “Foucault”, diz João Cezar, “continuou sendo uma presença constante na ensaística de Merquior até a publicação de seu *Foucault* em 1986.”

Conclui João Cezar de Castro Rocha que Merquior foi “renascentista em sua voracidade”, “iluminista em sua crença apaixonada pelo ideal da razão” e autor “de uma obra única em seu escopo e criticismo”.

Especialmente na época do romantismo, mas com desdobramentos atuais, tanto os escritores quanto os diplomatas se veem como intérpretes das culturas de suas nações e de suas identidades e podem se beneficiar da compreensão do outro, quanto mais não seja para saberem melhor exprimir o que lhes é próprio.

Embora de formas distintas, trabalham com a linguagem, que exige precisão vocabular, ambiguidade calculada, sutileza ou simbologia e cria muitas vezes um subtexto, permitindo leituras nas entrelinhas e múltiplas interpretações. O que têm em comum os bons textos do diplomata e do escritor é que *a palavra* não está ali por acaso.

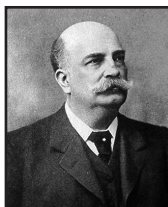
Tomemos o exemplo de Guimarães Rosa. Nele a diplomacia e a literatura têm em comum pensar o mundo e a nação, porém com linguagens muito distintas uma da outra. Ou seja, mesmo em seu caso – o que deve ser generalizado –, as linguagens do ficcionista e do burocrata são distintas e, para que cada uma mantenha a excelência, não poderia ser diferente. Na linguagem diplomática, Guimarães Rosa não busca inovação linguística ou vocabular. Não investe em musicalidade, onomatopeias ou aliterações. O que é adequado ao conto ou ao romance não o é à burocracia. Num memorando de 26 de janeiro de 1945 ao chefe do Departamento de Administração sobre correção linguística, ele afirma que “no gênero epistolar, principalmente em cartas oficiais, a simplicidade é sempre aconselhável”.

É uma inverdade bela a de Ribeiro Couto numa carta a Manuel Bandeira: “é pela arte que os países existem”. Não só – sabemos. Mas é possível dizer que os países existem também pela arte e pela cultura, que, quanto mais compreendidas por seus diplomatas, tanto melhor podem eles cumprir a missão de interpretar seus países e os interesses nacionais.

Por fim, certamente utopia, farol que nos guia, é a de Guimarães Rosa: de que os diplomatas, como os escritores, pensam em eternidades.

O Barão do Rio Branco e a Academia Brasileira de Letras

Luís Cláudio Villafañe G. Santos



Em fins de 1896, tornaram-se públicas as conversas sobre a criação de uma academia literária brasileira, ideia plantada ainda antes da queda de Pedro II. No início do ano seguinte já estavam definidos trinta dos membros fundadores, que elegeriam outros dez homens de letras para completar o mesmo total de integrantes da Academia Francesa, tomada como modelo. Longe do Brasil desde 1876 e sem uma obra literária de relevo, o Barão do Rio Branco parecia uma escolha inesperada para integrar o seletto grupo e, ainda que lembrado¹, não foi contemplado. Em todo caso, além de Joaquim Nabuco – integrante dos trinta iniciais – juntaram-se aos fundadores da Academia Brasileira de Letras, outros amigos de Paranhos Júnior, como os jovens Domício da Gama, Eduardo Prado, Oliveira Lima e também o representante do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça.

Em Paris², Paranhos Júnior ainda saboreava a primeira grande vitória obtida com a divulgação, em 6 de fevereiro de 1895, do laudo do presidente Cleveland em favor do Brasil na disputa territorial com a Argentina. Da noite para o dia, o obscuro diplomata, mais conhecido pelo peso da figura paterna, tornara-se personagem de projeção nacional. Mas, pouco a pouco, o brilho repentino ia sendo

1 De acordo com Venâncio Filho (2023, p. 217), Rio Branco recebeu sete votos, um número significativo, mas insuficiente para ser escolhido.

2 Desde julho de 1895, Rio Branco residia em Paris incumbido de auxiliar nas negociações com a França na questão de limites com a Guiana Francesa. Em 2 de fevereiro de 1896 fora exonerado do cargo de cônsul-geral do Brasil em Liverpool, que exercera desde dezembro de 1876.

apagado pela passagem do tempo. Reconhecido pelos amigos como erudito conhecedor da história e geografia do Brasil, em termos de obras publicadas, Rio Branco possuía um patrimônio modesto³. Além do relativamente extenso histórico de contribuições a diversos jornais e textos dirigidos a exposições ou trabalhos de ofício, participou em obras coletivas como o dicionário coordenado por Émile Levasseur, mas em termos de livros de autoria exclusiva apenas podia exibir o pequeno volume *Efemérides brasileiras*, publicado em 1892 pela tipografia do Jornal do Brasil⁴.

Ainda assim, a conhecida de vaidade de Rio Branco terá sofrido com a não inclusão na lista dos fundadores da Academia. Eduardo Prado, íntimo amigo, 15 anos mais jovem, participava do mesmo círculo de intelectuais luso-brasileiros em Paris e se beneficiara da assessoria informal do Barão na preparação da primeira de suas obras polêmicas, *Faustos da Ditadura Militar no Brasil*⁵. Domício, ainda mais jovem que Eduardo, fora subordinado a Paranhos na arbitragem de Palmas e, em termos literários, exibia apenas a carreira jornalística e o volume *Contos a meia-tinta*, de 1891. Oliveira Lima, já colega de Rio Branco na diplomacia, mas cuja diferença de idade passava dos vinte anos, publicara em 1894 *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, mas ao longo de 1896 saíam *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* e também *Sete anos de República*. O mais jovem dentre os dez eleitos, então com apenas 25 anos, o poeta Carlos Magalhães de Azeredo, também era diplomata, na época lotado na Legação junto à Santa Sé.

3 A obra publicada de Rio Branco era, de fato, modesta. Além de artigos (em geral anônimos ou sob pseudônimos) em diversos jornais e trabalhos de ofício como a defesa brasileira na arbitragem de Palmas, ele contava em 1898, além do mencionado volume das *Efemérides Brasileiras*, com as seguintes obras: anotações à tradução da *Guerra da Tríplice Aliança*, de Schneider (dois volumes), verbetes diversos sobre o Brasil na *Grande Encyclopédie* (1889), de Émile Levasseur, e o artigo *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, publicado originalmente no volume *Le Brésil en 1889*, organizado por Frederico de Santa-Anna Nery. O livro *Dom Pedro II, empereur du Brésil* (1889), ainda que escrito por Rio Branco, saiu como sendo de autoria do rabino francês Benjamin Mossé.

4 Sobre o tema ver a "Explicação" de Rodolfo Garcia nas páginas 23 a 26 do volume VI A, "Efemérides brasileiras", das *Obras do Barão do Rio Branco*.

5 *Faustos da Ditadura Militar no Brasil*, publicado em 1890, reunia crônicas publicadas na *Revista de Portugal* desde dezembro de 1889 sob o pseudônimo de Frederico de S. Ainda que Rio Branco jamais tenha reivindicado participação na obra, suas impressões digitais em vários dos textos estão claras, como argumento no livro *Juca Paranhos* (2018, p. 150-151). Eduardo Prado publicaria em seguida *Anulação das liberdades públicas* (1892) e *A ilusão americana* (1893).

O ressentimento de Paranhos – então completando 52 anos – transparece em carta do ano seguinte, na qual expôs a Hilário de Gouveia sua percepção sobre a recém-criada Academia:

Há nela uns 12 ou 15 homens de valor: os outros são uns rapazes mais ou menos jacobinos, persuadidos de que só é homem de letras quem faz versos. Para a maioria, muitos desses jovens boêmios, como Pardal Mallet e Raul Pompeia (este último escolhido pelo nosso Domício da Gama), valem mais para a maioria dos jovens acadêmicos do que Basílio da Gama, Rocha Pita, os dois José Bonifácio e outros. Estou velho demais para figurar entre tantos rapazes (*apud* Viana Filho, 2008, p. 302).

Eduardo Prado, que convivia com Paranhos em Paris, percebeu o constrangimento do amigo e escolheu o Visconde do Rio Branco como patrono de sua Cadeira. Ao explicar a decisão em carta a José Veríssimo já iniciava a campanha pela eleição do Barão:

Desejo honrar o meu lugar (desde que o não posso fazer de outro modo) inscrevendo nele o nome do Visconde do Rio Branco. Como orador, como escritor diplomático, entra ele no quadro dos nossos literatos: é literato quem com vantagem serve-se da língua materna para fazer, pela eloquência e pela lógica, vingar suas ideias. E, para mim, este nome Rio Branco, que desejo glorificar como puder, tem uma significação afetiva. É o nome do Barão do Rio Branco, que com grande pesar meu não foi incluído na Academia, injustiça que, espero, seja reparada um dia (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 224).

A oportunidade logo apareceria. Em 20 de maio de 1898 faleceu o poeta e diplomata (então já aposentado) Luís Caetano Guimarães Júnior e em 14 de junho do mesmo ano, o historiador João Manuel Pereira da Silva. Desde Roma, Magalhães de Azevedo escreveu a Machado de Assis para sugerir o nome de Rio Branco para a vaga aberta com a morte de Pereira da Silva. O jovem diplomata e acadêmico pediu ao presidente do grêmio: “faça o quanto lhe for possível para ser eleito o nosso ilustre compatriota Barão do Rio Branco, um dos

mais insignes cultivadores que temos hoje da História nacional, e que tantos serviços de cidadão e de escritor tem prestado ao Brasil” (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 220). Machado aprovou a ideia e Joaquim Nabuco iniciou a campanha entre os confrades. Havia, contudo, a exigência de que Rio Branco apresentasse formalmente a candidatura e Nabuco, secretário-geral da Academia, escreveu ao cunhado, Hilário de Gouveia, que estava também em Paris, para que convencesse o Barão:

Creio que ainda há tempo para vir pelo correio a apresentação dele; poderia, porém, para se fazer melhor trabalho, vir pelo telégrafo, com uma palavra: *sou candidato*. Eu me serviria da carta ou do telegrama se houvesse certeza da eleição, que quase todos, senão todos, desejam, mas que pela ausência dele poderia encontrar o embaraço de compromissos tomados com outros. Em todo caso, acreditamos ter já a maioria, dependente da apresentação dele (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 221).

Tomar a iniciativa de se candidatar e ter a postulação derrotada seria outro golpe, desta vez ainda mais duro, pois eliminaria a opção fingir desinteresse em pertencer ao clube. Assim, mesmo com a indicação de que contava com os votos necessários, respondeu a Nabuco por um telegrama redigido de forma dúbia: “Aceitaria se fosse eleito, mas entendo que não me devo declarar candidato à Academia. Entretanto, resolva por mim como achar melhor”. Depois, ainda acrescentaria a Hilário: “Depois de expedido o telegrama, arrependi-me do ‘resolva por mim como achar melhor’. Espero, porém, que à vista da opinião manifestada na primeira parte o Joaquim, [Nabuco] não dirá que sou candidato” (*apud* Viana Filho, 2008, p. 301).

Em 1º de outubro de 1898, o Barão do Rio Branco foi escolhido para a Cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras pela unanimidade dos 21 acadêmicos presentes. Aparentando desprendimento, o Barão comentou com um amigo: “O Eduardo Prado, o Joaquim Nabuco, o José Veríssimo, e outros amigos declararam-me candidato, e graças à sua influência fui aceito pela maioria dos moços que ali dominam, provavelmente por terem entendido que a um dos raros velhos da casa deveria suceder outro velho”. Com Domício, seu subordinado na

arbitragem em Washington, mas que esteve entre os dez inicialmente escolhidos, adotou um tom ainda mais casual: “Quer isto dizer que fico sendo um dos nossos Imortais. *Sic itur ad astra!* Espero-o para almoçar” (*apud* Viana Filho, 2008, p. 302).

Concluída a eleição, José Veríssimo publicaria um longo artigo⁶ em que defendeu a escolha de Paranhos a despeito da virtual inexistência de uma obra propriamente literária de sua lavra:

Rio Branco é um grande trabalhador e um trabalhador recolhido. A sua obra, que não se encontra facilmente nas livrarias, é, entretanto, considerável e sólida. Grande parte dela, porém, corre com nomes alheios. [...] Ele é seguramente hoje um dos mais profundos sabedores da nossa História; a nossa História Militar, porém, desde o período colonial, ninguém talvez a conheça como ele. A sua eleição para a Academia Brasileira não aumentará seguramente a boa vontade que lhe sobra, de fazer vencer a sua pátria ainda desta vez [na arbitragem do Amapá]; mas – não riam os praguentos, que sei o que digo e posso afirmá-lo – será uma grande alegria benéfica nas angústias dos seus trabalhos da missão. Ela lhe será, a esse grande trabalhador simples e recolhido, a esse grande sabedor desconfiado de si mesmo e talvez um pouco desconfiado da opinião do seu país, como uma grata manifestação de simpatia e admiração de um grupo de homens, pela maior parte novos, no qual, salvo alguma rara exceção, como a do autor destas linhas, se acham os principais representantes da intelectualidade brasileira, homens de diversas opiniões políticas e morais, reunidos num sentimento unânime de apreço às suas capacidades, aos seus estudos, aos seus serviços, em suma, à sua obra, considerável e quase obscura, grandiosa e modesta.

Veríssimo, ao mencionar “livros escritos com nomes alheios”, referia-se não apenas aos vários verbetes da *Grande Enciclopédia* redigidos por Paranhos, mas principalmente à biografia de D. Pedro II

6 A *Imprensa*, 5 de novembro de 1898.

que saiu, em 1889, como de autoria do rabino francês Benjamin Mossé, mas fora inteiramente composta por ele. A queda da monarquia interrompeu o movimento que Rio Branco iniciara para esclarecer publicamente ter sido (como Mossé reconhecia) o “verdadeiro autor” do livro (Santos, 2018: 129-130), pois ampliaria a associação com o regime recém deposto. *D. Pedro II, Imperador do Brasil* é, sem dúvida, um ensaio biográfico de bastante fôlego em termos de informações e da historiografia então vigente – ainda que fosse explicitamente destinado a louvar o reinado do segundo imperador brasileiro e, assim, promover o Terceiro Reinado que não chegou a ocorrer.

Joaquim Nabuco, por sua vez, ao advogar publicamente a justiça da eleição de Rio Branco, apresentou a peça de defesa da causa brasileira escrita por Paranhos na arbitragem da região de Palmas – um documento de ofício – como prova dos méritos literários do novo acadêmico. Em todo caso, mesmo reduzido apenas ao volume das *Efemérides brasileiras*, o acervo literário de Rio Branco superava o de vários outros acadêmicos de então e de depois.

À disputa contra a Argentina, se seguiu, em 1900, o laudo favorável ao Brasil na arbitragem sobre o território do Amapá, disputado com a França. Tendo conquistado, como advogado Brasil, duas vitórias retumbantes, a posição de Paranhos se fortaleceu. Além das muitas homenagens e recompensas, inclusive pecuniárias, ele foi indicado, ainda naquele ano, para chefiar a Legação do Brasil em Berlim, onde ficaria até fins de 1902, quando voltou ao Brasil e assumiu a chefia do Itamaraty. Em meio a essas atividades, pouco se preocupou com a formalidade da posse na Academia, apesar de ter recebido, ainda em 1898, ofício do secretário da ABL, Rodrigo Otávio, que o convidava a marcar data para a cerimônia.

A correspondência permaneceu sem resposta até que, em 1902, o próprio Rodrigo Otávio, de passagem por Berlim, levantou o assunto diretamente com Rio Branco. Ele conta a reação do Barão ao ser confrontado – naturalmente de forma delicada – com a demora de quatro anos em responder ao ofício:

Levantou-se, abriu as gavetas e trouxe uma pasta, onde, dentre outros papéis, se achava minha carta e a minuta

da resposta que desde logo fizera, mas cuja cópia e remessa, por uma coisa ou outra, foi adiando de modo incompreensível, até ser assim pessoalmente apanhado na flagrância de sua falta. Penitenciou-se formalmente e afirmou a satisfação com que recebera a investidura acadêmica, declarando que eu não deixaria Berlim sem levar comigo sua resposta à Academia (Meneses, 1935, p. 137).

Rodrigo Otávio partiria de Berlim ainda sem a resposta prometida, mas dias depois, em Paris, recebeu carta – datada de 1898 – em que o Barão aceitava a indicação e abria mão da cerimônia de posse, de acordo com a alternativa de posse por correspondência aberta pelo regimento para a formalização da entrada dos novos acadêmicos residentes fora do Rio de Janeiro. Talvez como forma de compensar a longa inadimplência, ainda desde Berlim Rio Branco votaria, por telegrama, na candidatura de Martins Júnior, eleito para a Cadeira 13 em maio de 1902.

No dia da chegada ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, 1º de dezembro de 1902, Rio Branco receberia telegrama do presidente da Academia, Machado de Assis: “Academia Brasileira dá as boas-vindas ao seu egrégio membro Rio Branco”⁷. Machado e Paranhos trocariam cartões ou telegramas nos respectivos aniversários e outras datas, alegres ou tristes como a da morte da esposa do Bruxo do Cosme Velho. A correspondência entre eles esteve invariavelmente marcada por expressões de afeto e respeito de parte a parte: “mestre e amigo”, “admirador e velho amigo”, ou fórmulas similares. As relações pessoais entre os dois foram, certamente, sempre cordiais e fluídas e, apesar de nunca aparentar intimidade, envolveram, inclusive, pedidos de empregos para terceiros, nos padrões da rede de favores característica das elites brasileiras de então. Essa seria uma faceta menos conhecida da relação entre o Itamaraty e a Academia. A distância, ou a cautela, de Machado revela-se no fato dos dois pedidos de emprego conhecidos terem sido feitos por intermédio

7 Telegrama de Machado de Assis a Rio Branco, 1º de dezembro de 1902.

de Joaquim Nabuco⁸ e de Domício da Gama⁹, respectivamente. No primeiro caso, de 1899, Machado pede pela inclusão de Carneiro de Mendonça na equipe que tratou da questão do Amapá, sem sucesso. No segundo, já com Rio Branco como chanceler, Machado pede a Domício que intercedesse com Rio Branco em favor de Vasco Smith de Vasconcellos para um cargo na Secretaria de Estado.

No momento do retorno ao Brasil, Rio Branco defrontava-se com a espinhosa questão do Acre e mostrava-se ainda muito inseguro quanto à própria situação política: um notório monarquista em um governo republicano. Ainda que o clima de jacobinismo extremo das duas primeiras presidências já estivesse superado, ele não deixou de sofrer ataques e acusações – que sempre procurou responder com base na ideia de separação da política externa das discussões domésticas. Em todo caso, acautelou-se e, por exemplo, inicialmente evitou participar de qualquer atividade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entidade da qual era membro desde 1867. O IHGB era, ainda então, visto como um reduto de monarquistas e saudosistas do antigo regime. Não era o caso da Academia, que desde o início reuniu monarquistas ferrenhos e republicanos históricos e se pautou, no início, pela ideia de foco exclusivo nos temas estritamente literários. Ainda assim, seja por real falta de tempo, seja por estratégia, ao chegar, Rio Branco manteve-se distante dos dois grêmios intelectuais mais importantes do Brasil daquele começo do século XX.

A distância, no caso da ABL, logo acabou sendo quebrada por conta da morte de Valentim Magalhães em 17 de maio de 1903. Euclides da Cunha lançara o seu *Os sertões* justamente na data em que Rio Branco desembarcara no Rio de Janeiro e o livro tornou-se um sucesso imediato, o que impulsionou Euclides a que se candidatasse à vaga recém-aberta. Nunca tivera contato direto com Rio Branco, mas não deixou de enviar um exemplar com uma sóbria dedicatória e pedir-lhe o voto. O volume oferecido ao Barão continua no acervo da Biblioteca Histórica do Itamaraty e verifica-se que, ao contrário do hábito de Rio Branco de fazer extensas anotações e comentários à margem dos livros que lia (Santos e Costa, 2025), o exemplar de

8 Carta de Machado de Assis a Joaquim Nabuco, de 13 de fevereiro de 1899.

9 Carta de Machado de Assis a Domício da Gama, de 29 de dezembro de 1906.

Os *sertões* que lhe pertenceu permanece imaculado, um indício forte de que não o terá lido.

Ainda assim, o Barão responderia rapidamente – com a garantia de seu voto – à carta de 9 de julho de Euclides na qual lhe pedira apoio. Em 17 de julho de 1903, o candidato exultante agradeceu a Paranhos “o honrosíssimo amparo”, que considerou a “mais valiosa e digna” recompensa “pelos serviços que tentei prestar à nossa terra, escrevendo *Os sertões*”¹⁰. Euclides surpreendera-se, pois contava que Paranhos favoreceria Quintino Bocaiúva. Segundo ele, o político, que entre outros cargos fora chanceler de 1889 e 1891, teria o pleito certamente endossado pelo Barão, “o *primus inter pares* da nossa gente”. Bocaiúva, contudo, não se apresentou e, além de Euclides, os candidatos foram Xavier Marques, Domingos Olímpio e Silvino Gurgel do Amaral. Estimava-se que real disputa ficaria entre Euclides e Domingos Olímpio, tendo este último publicado em 1903 um romance de grande sucesso, *Luzia-Homem*.

De fato, o apoio a Euclides causava estranheza. Silvino, além de também diplomata, era filho de José Avelino Gurgel do Amaral, então já falecido, um de seus mais íntimos amigos na juventude e que, quando deputado, fora o autor da proposta de prêmio e pensão vitalícia a Paranhos pelas vitórias nas arbitragens de Palmas e do Amapá. Mas o ódio venceria a lembrança da amizade. Domingos Olímpio esteve subordinado a Rio Branco em Washington, na arbitragem de Palmas, e os dois terminaram rompidos e desafetos declarados. O chanceler o definia, entre outros insultos, como “capadócio” e “capaz de todas as perfídias e molecagens”.¹¹ Para derrotar Olímpio, o voto no filho do falecido José Avelino parecia inútil, a melhor estratégia seria apoiar Euclides, um candidato mais forte, que afinal venceu com 24 votos, contra 4 para Domingos Olímpio, 2 para Silvino e 1 para Xavier Marques.

Domingos Olímpio não desistiria. Em janeiro de 1905, faleceu José do Patrocínio e ele apresentou-se novamente. Desta feita, a concorrência parecia mais fácil. Além dele, apenas outros dois escritores

10 Carta de Euclides da Cunha ao Barão do Rio Branco, 17 de julho de 1903.

11 Carta de Rio Branco a Frederico Abranches, *apud* Lins, 1996, p. 477.

pleitearam a vaga: Mário de Alencar e o padre Severiano de Rezende. A disputa real ficou entre Domingos e o filho de José de Alencar. Além do renome do pai, Mário era dono de uma obra modesta, dois livros de poesia: *Lágrimas* (1888) e *Versos* (1892). Contava, contudo, com a proteção do presidente da Academia. Domingos Olímpio, por sua vez, tinha o apoio de Olavo Bilac e a derrota para Euclides não diminuía suas chances. Ao contrário, desde o início já acumulava vários votos declarados e era defendido por parte da imprensa. Aparecia como favorito absoluto.

Ainda que Mário de Alencar certamente se enquadrasse no perfil dos “rapazes mais ou menos jacobinos, persuadidos de que só é homem de letras quem faz versos”, Rio Branco tomou a si a tarefa de eleger o azarão. Era infinita a antipatia por Domingos Olímpio. O Barão convocou Graça Aranha e Domício da Gama, seus subordinados no Itamaraty, para atuarem como “tropa de choque” da candidatura de Mário Alencar. Além dos contatos pessoais com os demais imortais, ambos telegrafaram aos eleitores de fora do Rio de Janeiro para cabalar votos. No final, o candidato de Rio Branco e Machado de Assis venceu com alguma facilidade: 17 votos contra os 10 para Domingos Olímpio e um voto solitário para o padre Severiano de Rezende.

Oliveira Lima, àquela altura já aberto inimigo de Rio Branco, escreveu desde Caracas a Machado de Assis para protestar contra a derrota de Domingos Olímpio:

Senti o que se passou com relação à eleição para a Academia na vaga do Patrocínio. É a primeira vez que a Academia é atacada pela escolha feita (digo eleição), mas também é a primeira vez, desde a eleição do João Ribeiro, que ela não foi justa. Compreendo perfeitamente o seu voto pelo Mário: o sr. é o seu pai espiritual, foi seu mentor literário, está preso a ele por laços de carinho: outros é que não compreendo, pois não posso admitir que se queira esposar ódios do Rio Branco e fazer-lhe a corte cometendo um ato de improbidade literária, porque alguns devem ter votado contra a sua consciência.¹²

12 Carta de Oliveira Lima a Machado de Assis, de 20 de dezembro de 1905.

A interferência de Rio Branco tampouco passou despercebida na imprensa. O *Correio da Manhã* acusou o Barão de usar seus “rafeiros de estimação” para caçar os apoios necessários para a eleição de Alencar: “ganharam os srs. José Pereira da Graça Aranha, Domício da Gama, *et reliqua*, por esses mundos dentro da imortalidade a filar votos dessas mansas criaturas, de que, aliás, o chanceler só se lembra quando precisa de gatos mortos”. O jornal de Edmundo Bittencourt, implacável inimigo de Rio Branco, também insinuou que os acadêmicos estariam retribuindo a ainda recente concessão, pelo ministro da Justiça, da ala esquerda do Silogeu Brasileiro para abrigar a Academia Brasileira de Letras: “Sobre isso, o sr. Seabra deu à Academia casa, cadeiras, águas, gás, um laxante, enfim, que a desobstrua”¹³.

Os jornais satíricos centraram-se na juventude de Alencar, então com 33 anos de idade, contra o fato de Olímpio ser reconhecido como um veterano jornalista, além de autor de um romance de sucesso. A revista *O Rio Nu* noticiou: “A Academia de Letras elegeu o menino Mário de Alencar para preencher a vaga do finado José do Patrocínio”. Prosseguiu na pilhéria: “O Dr. Domingos Olímpio, derrotado pelo pimpolho, vai oferecer a este uma mamadeira”. E arrematou: “Não é má ideia...”¹⁴. Já *O Malho* publicou uma caricatura de Mário de Alencar, vestido de escolar, com uma mamadeira nas mãos e uma cartilha embaixo do braço. A legenda explicava a piada: “Ora até que afinal vou poder aprender o meu ABC em discurso. Papai Rio Branco arranjou-me a mamadeira de graça. Também quem é que mandou o Domingos Olímpio errar tão crassamente, escrevendo *Luzia-Homem?* Luzia sempre foi mulher...”¹⁵.

Domingos Olímpio não faria uma terceira tentativa de ingressar na Academia pois faleceu em 1906, aos cinquenta e cinco anos de idade. Ainda que com menos empenho, Rio Branco continuou a influir nas sucessivas eleições. Joaquim Nabuco, impulsionador da candidatura de Artur Jaceguai – que se tornara desafeto de Rio Branco pelas críticas que fizera pela imprensa ao Tratado de Petrópolis –,

13 *Correio da Manhã*, 2 de novembro de 1905.

14 *O Rio Nu*, 4 de novembro de 1905.

15 *O Malho*, 11 de novembro de 1905.

teve de convencer Paranhos a apoiar o almirante Jaceguai, que afinal acabou eleito em setembro de 1907. Antes, Artur Orlando, por ter sua candidatura patrocinada por Oliveira Lima, também tivera de contornar uma resistência inicial por parte do Barão. O historiador pernambucano instruiu seu candidato – que recém publicara um livro intitulado *O Pan-americanismo* – a insistir com o chanceler: “Você escreve diretamente ao Barão solicitando o voto dele. Como você escreve sobre assunto diplomático e tem autoridade, ele tem receio de desgostá-lo e ficará pelo menos perplexo”¹⁶.

Na escolha do sucessor de Machado de Assis na Cadeira 23, coube a Rio Branco a iniciativa de propor o nome de Lafayette Rodrigues Pereira. Àquela altura já com 74 anos, Rodrigues Pereira tivera uma ativa carreira política durante o Império, mas também colaborara na redação do Manifesto Republicano de 1870, além de dispor de respeitada obra como jurista. O Barão coordenou-se com Rui Barbosa para assegurar o êxito da candidatura e encarregou Batista Pereira, genro de Rui e funcionário de seu Gabinete no Itamaraty, a convencer Rodrigues Pereira a lançar a candidatura. Ao levar a proposta, Batista Pereira foi direto ao ponto: “A sua candidatura está assegurada pelo prestígio de meu sogro, Rui Barbosa, e do Barão” (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 247).

A atuação de Rio Branco também foi crucial para convencer Rui Barbosa a aceitar a presidência da Academia. Seu nome fora lançado por Rio Branco e referendado pela votação unânime dos 16 presentes na sessão que elegeu o sucessor de Machado. Apesar da unanimidade, Rui considerou que quórum ficara aquém do esperado e hesitava aceitar o cargo. Procurado por Euclides, então interinamente na presidência, Rio Branco resolveu o impasse e demoveu Rui da recusa em gestão que fez por intermédio de Batista Pereira.

Uma parte expressiva dos imortais do início XX estava vinculada, de uma forma ou de outra, ao Itamaraty. Além do próprio Rio Branco, a Academia contava com a participação de vários diplomatas: Joaquim Nabuco, Magalhães de Azeredo, Salvador de Mendonça,

16 Carta de Oliveira Lima a Artur Orlando, de 4 de dezembro de 1906.

Aluísio Azevedo, Domício da Gama, Graça Aranha e Oliveira Lima. A partir de fins de 1904 até quase a morte violenta, Euclides da Cunha trabalhou para o Ministério das Relações Exteriores; primeiro na comissão de reconhecimento do rio Purus e depois como cartógrafo. Em 1906, Rio Branco coordenou a eleição do amigo de juventude Heráclito Graça – autor de um único livro *Fatos da Linguagem* (1904), de filologia – para a Cadeira número 30 da Academia. Com o apoio do Barão, Heráclito venceu a disputa contra João do Rio (que seria eleito em 1910) e logo o Barão também contrataria Heráclito como consultor jurídico do Ministério. Outros, como Rui Barbosa, Rodrigo Otávio, Clóvis Beviláqua e Rodrigues Pereira, prestaram serviços eventuais ao Itamaraty, seja como consultores, seja participando em conferências ou comissões internacionais.

Ademais da vinculação direta de acadêmicos com o Ministério, durante a gestão de Rio Branco, o Itamaraty se tornou, nas palavras de Gilberto Freyre, o “órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil” (Freyre, 2004, p. 172). Ao saneamento e a reforma urbanística do Rio de Janeiro, juntou-se o esforço do Barão em promover uma imagem positiva da capital brasileira com o patrocínio de encontros internacionais, como a III Conferência Pan-americana, realizada em 1906, e a vinda de intelectuais e artistas de renome internacional para seminários e apresentações.

As visitas muitas vezes se faziam sob os auspícios da Academia, ainda que em coordenação com o Itamaraty. A vinda do historiador italiano Guglielmo Ferrero em 1907 ilustra bem essa colaboração. Ferrero tinha viagem marcada para Buenos Aires, mas convidado por Machado de Assis a pedido de Rio Branco, aproveitou a passagem pelo Brasil para pronunciar três conferências no Palácio Monroe e receber o título de sócio correspondente da Academia, sendo também homenageado em jantar no Itamaraty. Em 1909, seria a vez de Anatolle France, que proferiu duas conferências no Teatro Municipal e seria saudado por Rui Barbosa em sessão solene na Academia e também recebido em banquete no Itamaraty por Rio Branco.

Ainda que tenha se tornado um dos protagonistas nas eleições dos novos acadêmicos e estabelecido com Machado uma ativa parceria, no que se refere às atividades da Academia propriamente ditas, na verdade, o Barão pouco participou. Venâncio Filho (2013, p. 231-232) verificou sua presença nas posses de Afonso Arinos, em 18 de setembro de 1903, de Sousa Bandeira, em 10 de agosto de 1905 e de Euclides da Cunha, em 18 de dezembro de 1906; bem como na sessão de saudade de Machado de Assis, em 3 de outubro de 1908, na posse de Rui Barbosa como presidente, em 6 de outubro de 1908, na escolha de Rodrigues Pereira na vaga aberta pela morte de Machado de Assis, em 1º de maio de 1909, e na sessão de saudade de Guimarães Passos, em 18 de setembro de 1909.

O real interesse de Rio Branco por temas literários era bastante reduzido. Sua vasta biblioteca pessoal estava fortemente centrada em temas de história e geografia, com raros livros de ficção, e pouca afinidade tinha com as discussões sobre literatura – em prosa e, menos ainda, em verso. A partir de 1907, os acadêmicos passaram a discutir a reforma ortográfica e a compilação de um dicionário de termos brasileiros, temas que em nada seduziam Paranhos. O desinteresse pelos temas de língua e literatura, aliás, era notório. No obituário que dedicou a Rio Branco, Oliveira Lima resumiu:

As preocupações propriamente literárias ou artísticas eram de fato estranhas, senão avessas ao seu temperamento. Um quadro de batalhas podia ter para Rio Branco o valor de um documento: uma paisagem, por mais formosa, deixá-lo-ia indiferente. Não creio exagerar dizendo que conhecia pintores e telas, mas não conhecia escolas. De Eça de Queiroz, que todo português ou brasileiro educado tem lido, relido e quase sabe de cor, ele apenas conhecia *A Relíquia* e isto mesmo porque Eduardo Prado insistira muito para que a lesse (Lima, 1971, p. 299).

Em 1907, a polarização entre republicanos e monarquistas parecia superada, mesmo no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio Branco, por sua vez, já se sentia seguro na política interna e acabaria por aceitar a presidência do IHGB em 21 de novembro

daquele ano. Dois anos depois passaria a presidente perpétuo do Instituto. Muito mais desinibido do que na Academia, o IHGB se tornaria tribuna privilegiada para expor seu pensamento, com o valor agregado de um ambiente acadêmico especializado em temas que dominava plenamente. Alguns de seus mais importantes discursos foram proferidos no Instituto. A entidade cultivava um enfoque historiográfico e geográfico com o qual Paranhos se identificava plenamente e que lhe permitia falar com autoridade sobre a substância dos temas tratados. Aproveitava-se, inclusive, do caráter científico da instituição para legitimar a narrativa que ia impondo sobre a política externa brasileira e as relações internacionais.

Depois da morte de Machado, as atenções de Rio Branco voltaram-se cada vez para o IHGB em detrimento da Academia, que, contudo, jamais abandonou completamente. Nesse retraimento, contava também o fato de que o prestígio e influência que exercia criavam resistências e ressentimentos. Em carta escrita logo após o falecimento de Machado, José Veríssimo queixou-se: “Eu não estou disposto a ir hoje à Academia, transformada em seção do Ministério do Exterior, e só me interessa nela de fato a memória do nosso grande e querido Machado” (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 237). Não obstante, o poder do Barão possuía limites. Em certa ocasião, decidiu impor a candidatura de Gastão da Cunha, que, como deputado, tinha sido um fiel aliado na aprovação do tratado de limites com a Bolívia na Câmara. Contra o argumento de que Gastão da Cunha jamais publicara “um livro, nem mesmo um folheto”, Rio Branco reagiu: “Quanto ao livro não há problema. Mandamos imprimir os trabalhos do Tratado de Petrópolis, que são profundos, e alguns discursos, que são belos” (*apud* Venâncio Filho, 2013, p. 238). A candidatura nunca chegou a ser lançada e Rio Branco recompensaria o aliado de outra forma, com a nomeação como ministro plenipotenciário no Paraguai em 1906.

Se Rio Branco estava entre “os grandes eleitores” da Academia, nem de longe era o único ou o mais importante, pois a Academia geralmente confluía em torno da figura agregadora de Machado de Assis. Entre setembro de 1908 e janeiro de 1910, faleceriam Machado, Lúcio de Mendonça e Joaquim Nabuco. Em substituição, José Veríssimo

e Mário de Alencar apareceriam como novos articuladores. O primeiro alçado ao cargo de secretário-geral a partir de 1911 e Mário como segundo secretário (entre 1908 e 1910). Eles, entretanto, careciam do poder de concertação do grupo que orbitava em torno de Machado e, por exemplo, logo fracassariam na tentativa de derrotar a candidatura do general Dantas Barreto, patrocinado por Coelho Neto, na disputa pela vaga aberta pela morte de Nabuco em 1910. Eles lançaram a candidatura de Alfredo de Carvalho que, antevendo a derrota certa, retirou a candidatura na última hora.

As eleições ocorridas em 1912, incluindo aquela para a vaga deixada por Rio Branco – que faleceu em 10 de fevereiro –, marcaram uma mudança na visão do perfil desejado para os acadêmicos. A partir daí, consolidou-se a ideia de que a Academia brasileira, como a congênere francesa, deveria contar também com “expoentes” de fora do campo das letras. Avançava-se a antiga proposta de Nabuco de eleger representantes das grandes corporações e de outras áreas das artes e ciências. Nas suas palavras, a Academia deveria ter “uma esfera mais lata que a literatura exclusivamente literária”¹⁷. Em fins de 1904, Nabuco repisou e detalhou a tese em carta a Machado:

A minha teoria, já lhe disse, devemos fazer entrar para a Academia as superioridades do país. A Academia formou-se de homens na maior parte novos, é preciso agora graduar o acesso. Os novos podem esperar em vez de entrarem agora por simpatias pessoais ou por serem de alguma coterie. A Marinha não está representada no nosso grêmio, nem o Exército, nem o Clero, nem as Artes, é preciso introduzir as notabilidades dessas vocações que também cultivem as letras.¹⁸

A marinha logo acabaria representada pelo almirante Jaceguai – por insistência de Nabuco, que promoveu a candidatura em sucessivas eleições – e, depois, na vaga aberta pela morte do próprio Nabuco, o exército seria contemplado com o general Dantas Barreto. É certo

17 Carta de Joaquim Nabuco a Machado de Assis, 6 de dezembro de 1901.

18 Carta de Joaquim Nabuco a Machado de Assis, 8 de outubro de 1904.

que se pode argumentar que ambos, de fato, possuíam obra literária. Mas, em 1912, deu-se um passo adiante com a escolha do sanitarista Oswaldo Cruz para ocupar a Cadeira que fora de Raimundo Correia. Seu cabedal literário resumia-se a relatórios e publicações científicas como: *Dos acidentes em Soroterapia* (1902) e *Uma nova espécie de Gênero Psorophora* (1907). A candidatura sofreu resistência de acadêmicos como Filinto de Almeida, Olavo Bilac e Carlos de Laet, sendo que o último reclamou que Cruz apresentava à ABL apenas o “relatório da peste bubônica”.

A eleição para a vaga aberta pela morte de Rio Branco causou ainda maior discussão interna e repercussão na imprensa. O político Lauro Müller, sucessor do Barão também no Itamaraty, derrotaria Ramiz Galvão, respeitado professor, filólogo e biógrafo, cuja candidatura fora impulsionada por José Veríssimo. Para justificar a candidatura, Müller fizera imprimir, em Paris, um volume com discurso que pronunciara no ano anterior. A posição de ministro das Relações Exteriores certamente influenciou na votação. Mesmo Oliveira Lima, geralmente dissidente, finalmente votou no chefe, que tinha o poder de decidir sobre sua então desejada aposentadoria. Salvador de Mendonça, que também sofrera para garantir os proventos na inatividade no Itamaraty, solidarizou-se com o colega: “Antes de tudo desejo dizer-lhe que nada deve você explicar acerca de seu voto no Lauro Müller, antes de ter segura a sua aposentadoria. Ao passo que toda a súa do Itamaraty [na Academia] regozijou-se por ver de seu lado um voto de homem sério”¹⁹.

Obedecido exclusivamente o critério dos expoentes, não restaria nenhuma dúvida de que Rio Branco teria lugar na Academia – mesmo em 1898 quando apenas obtivera a primeira vitória, na arbitragem sobre o território disputado com a Argentina. Em 1900 se seguiria o êxito na disputa com a França pelo Amapá e em depois ele brilharia intensamente nos quase dez anos em que esteve no comando do Itamaraty. O sucesso na diplomacia roubou-lhe o tempo e a tranquilidade para escrever as obras que projetava sobre a história militar e diplomática brasileira.

19 Carta de Salvador de Mendonça a Oliveira Lima, 5 de outubro de 1912.

Em compensação, durante o período em que esteve como chanceler, seja em discursos, seja pela imprensa, ou mesmo em documentos oficiais, Rio Branco elaborou uma interpretação e uma narrativa da política externa e da identidade internacional do Brasil que moldaria a atuação da diplomacia e seria acatada pela historiografia por muitas décadas. De forma inequívoca, sua obra também foi literária no sentido que Eduardo Prado empregou para justificar a escolha do Visconde do Rio Branco como patrono de sua Cadeira: “é literato quem com vantagem serve-se da língua materna para fazer, pela eloquência e pela lógica, vingar suas ideias”. Por meio da inteligência, estudos e trabalho de Rio Branco, o Brasil consolidou suas fronteiras pela palavra, sem recorrer a guerras.



Caricatura do Barão do Rio Branco, por Mário de Alencar.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis*. ROUANET, Sergio Paulo (coord.), MOUTINHO, Irene e ELEUTÉRIO, Sílvia (org.). Tomos III, IV e V. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Fundação Biblioteca Nacional, 2011, 2012 e 2015.

_____. *Correspondência* (obras completas de Machado de Assis). São Paulo: Globo, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso* São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

LINS, Álvaro. *Rio Branco* (biografia). São Paulo: Alfa-Ômega / Brasília: FUNAG, 1995.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Obra seleta*. Org. Barbosa Lima Sobrinho. Volume Único, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

MALATIAN, Teresa. Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. *Estudos Históricos*, n. 24, p. 377-392, 1999.

MENESES, Rodrigo Otávio Landgaard. *Minhas memórias dos outros* – nova série. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1935.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco). *Obras do Barão do Rio Branco VI: efemérides brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

_____. *Euclides da Cunha: uma biografia*. São Paulo: Todavia, 2021.

_____. e COSTA, Cristiane. O Lado B do Barão: a marginalia do Barão do Rio Branco, o chanceler que ajudou a definir as fronteiras do Brasil. *Piauí*, n. 220, p. 66-71, jan. 2025.

SOUZA, João Paulo Coelho de. *A Dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913)*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Rio Branco, o Acadêmico. *Revista Brasileira*, v. VIII-II, n. 74, p. 215-258, 2013.

_____. Joaquim Nabuco e a Academia Brasileira de Letras. 2010. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/SEPARATA-Joaquim%20Nabuco-Alberto%20V%20Filho-PARA%20INTERNET.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2025.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: Ed. UNESP/Salvador: EDFBA, 2008.

Biografias

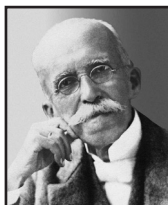
José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) nasceu em 20 de abril de 1845 no Rio de Janeiro. Filho de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) e de Teresa de Figueiredo Rodrigues de Faria, casou-se com Marie Philomène Stevens, com quem teve cinco filhos: Raul, Maria Clotilde, Paulo, Maria Amélia e Hortência. Coursou o Colégio Pedro II, de 1855 a 1861, e a Faculdade de Direito de São Paulo, entre 1862 e 1865. Transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde obteve o diploma de bacharel em 1866. No ano seguinte, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Atuou brevemente como professor no Colégio Pedro II e, depois, como promotor na cidade de Friburgo. Foi deputado pelo Mato Grosso nas Legislaturas de 1869-1872 e de 1872-1875. Cônsul-Geral em Liverpool de 1867 a 1896, recebeu o título de Barão do Rio Branco em 1888. Entre 1893 e 1895, atuou como advogado na arbitragem de Palmas, disputada pela Argentina, e, entre 1898 e 1900, na questão do Amapá, com França. Em ambos os casos, o resultado foi totalmente favorável ao Brasil. Em 1898, tornou-se o segundo titular da Cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras. Entre maio de 1901 e novembro de 1902 foi Ministro do Brasil em Berlim. Retornou ao Brasil no dia 1º de dezembro de 1902 e comandou o Itamaraty até falecer, em 10 de

fevereiro de 1912. Durante sua gestão foram definidas as fronteiras com a Bolívia, Peru, Colômbia, Guianas inglesa (Guiana) e holandesa (Suriname) e com o Uruguai, consolidando juridicamente as fronteiras terrestres brasileiras.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos nasceu no Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1960. É diplomata, historiador e biógrafo. Casado com Sabrina Duque, tem quatro filhos. Como diplomata, serviu no Escritório Financeiro em Nova York (1990-1994) e nas Embaixadas no México (1994-1996), Washington (2000-2003), Montevidéu (2003-2006) e Quito (2006-2010) e também na Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2010-2014). Foi embaixador na Nicarágua (2017-2022) e cônsul-geral do Brasil em Atlanta (2022-2024). Desde 2024 é diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé (Taiwan). Mestre e doutor em História pela Universidade de Brasília, cursou pós-graduação em Ciência Política na New York University. É autor de mais de uma dezena de livros sobre história das relações exteriores do Brasil, entre os quais: *O Império e as Repúblicas do Pacífico* (2002), *O Brasil entre a América e a Europa* (2004), *O Dia em que Adiaram o Carnaval* (2010), *O Evangelho do Barão* (2012) e *América do Sul no discurso diplomático brasileiro* (2014). Publicou em 2018 a biografia *Juca Paranhos: o Barão do Rio Branco*, que recebeu o prêmio da APCA como livro do ano na categoria biografia-autobiografia-memórias. É autor, ainda, de *Euclides da Cunha: uma biografia* (2021) e de *Divino e Infame: las identidades de Rubén Darío* (2023).

Rui Barbosa, diplomacia e vida acadêmica

Arno Wehling



Rui Barbosa não foi um diplomata profissional, como Rio Branco, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Domício da Gama, seus contemporâneos na Academia Brasileira de Letras. Tampouco se considerava um literato: quando das comemorações de seu jubileu “literário”, em 1918, desgostou-o a expressão utilizada, pois se considerava sobretudo um político (Barbosa, 1920, p. 199).

Não obstante, deu contribuição importante à ação internacional do Brasil e chegou a ser, inclusive, um formulador de doutrina. No âmbito literário, além do domínio da língua, também teve atuação institucional, sendo o segundo presidente da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Machado de Assis.

São motivos pelos quais podemos considerar fecundas ambas as experiências consideradas isoladamente. E seria pertinente acrescentar uma pergunta: existirão pontos de contato entre as duas atuações, elementos comuns que possamos identificar e que talvez contribuam para explicar, ainda que parcialmente, os respectivos desempenhos?

De antemão caberia lembrar que sua obra política e intelectual ainda guarda muito material para pesquisas, mas já foi suficientemente estudada para superar o tradicional “espírito de torcida” que muitas vezes a envolveu, com tomadas de posição pró ou contra que dizem mais sobre o engajamento dos respectivos formuladores do que sobre seu objeto. As biografias clássicas sobre o conjunto da vida e da obra ou sobre aspectos específicos já dimensionaram em outro patamar o que poderíamos denominar a “questão ruiana”.

Sumariamente recordada, sobretudo antes dessas obras e sobrevivendo na opinião comum, ela compreende dois grandes blocos, a vertente contrária e a vertente favorável a Rui Barbosa. De um lado, a negativa, que vê retórica excessiva, expressão literária superlativa, eventualmente barroca, e acentuado bovarismo. Em outras palavras, uma atitude irrealista, percebida como o sentimento descrito por outro intelectual de sua geração, Joaquim Nabuco, o de sentir-se exilado na própria terra, distante das raízes europeias.

De outro, a positiva, que nele vê um modernizador, imbuído das concepções do liberalismo clássico, sinceramente democrático e desejoso de ver o país finalmente afastar-se de seu legado colonial, escravocrata, protecionista e dependente da agroexportação.

A prolixidade da obra e a intensidade das paixões desencadeadas no início da República, por problemas do novo regime, mas igualmente pela atuação de Rui na construção constitucional do país e no ministério da Fazenda, radicalizaram as percepções sobre ele. Dificuldades na engenharia político-jurídica do país, surto inflacionário do Encilhamento e mais tarde duas polêmicas campanhas presidenciais foram fatores que certamente perturbaram análise mais isenta.

Evoluiu-se, entretanto, superando a dicotomia maniqueísta, com os trabalhos de Santiago Dantas, João Mangabeira, Aliomar Baleeiro e os dos acadêmicos Luís Viana Filho e Américo Jacobina Lacombe. Talvez a fina sensibilidade psicológica de Capistrano de Abreu tenha acertado na relação muitas vezes ambígua dos intelectuais brasileiros com Rui:

Páginas admiráveis ele tem indubitavelmente. É uma organização intelectual extraordinária, que se pode chamar prussianizada. De gênio não me dá ideia. Admiro-o muito, mas com intermitência (Abreu, 1977, v. II, p. 109).

Perspectivas de Rui

Podemos encontrar, ao longo da vida pública e da produção intelectual de Rui Barbosa, alguns traços que constituem perspectivas

a partir das quais se construíram tanto suas ações quanto sua Weltanschauung.

Rui foi certamente um polígrafo, cujas percepções e opiniões se estenderam por grande variedade de temas. Contudo, não se tratou de ecletismo, com a mera justaposição de atitudes provocadas por situações específicas e conjunturais.

A embasar as tomadas de posição estavam alguns princípios gerais enformadores, como a clara valorização do senso de justiça, da moralidade, da vivência cristã e da ótica liberal, tudo perpassado pelo olhar jurídico de quem buscava traduzir normativamente a vida, embora percebesse a realidade fugidia que ela representava.

Os princípios explicavam-se nele a partir do senso comum e da cultura humanista, embora revestidos pela expressão filosófica, o que fez Capistrano de Abreu comentar que a filosofia para Rui se reduziria à lógica e à dialética (Abreu, 1977, v. II, p. 118), ao que fez coro Afonso Arinos ao considerá-lo “criador da escola do legismo”, homem de raciocínio mais que de pensamento (Arinos, 1978, p. 177).

O senso de justiça em Rui consistia basicamente no conceito de Ulpiano de atribuir a cada um o que é seu, enquanto a moralidade se fundamentava na descoberta intuitiva do comportamento adequado a partir da *recta ratio*, o que a tornaria, na sua opinião, comum a todas as sociedades. Em outras palavras, o reconhecimento inato do bem e o mal era confirmado pelas vivências, não uma noção adquirida. Constituía um dos caminhos do cristianismo, neste ponto coincidente com alguns dos postulados caros aos liberais, como o exercício da liberdade e o consequente livre arbítrio. E em Rui sempre conviveram de modo harmonioso as duas posições, a cristã reformista que recusava o ultramontanismo em *O Papa e o Concílio* e a liberal infensa aos excessos libertários de um Spencer, sem prejuízo da admiração que votava à percepção sociológica deste. Espiritualismo cristão, humanismo clássico (Reale, 1949, p. 17) e algo do cientificismo difuso da época (Wehling, 2001, p. 140) dão os contornos de seu embasamento filosófico.

Por outro lado, teve uma vida dedicada ao direito. Contudo, seu olhar jurídico não era uma imposição à *outrance* da doutrina e

da norma à vida social, pois de permeio havia a política. Mas uma política, por sua vez, alicerçada em princípios, algo identificada com o discurso escolástico e refutando claramente o maquiavelismo – isto é, a separação entre moral e política – e a negociação subalterna.

Por esse motivo pode dizer no discurso do jubileu, na Biblioteca Nacional, que sua vida fora *política*, “se desdobra nos tribunais, na imprensa militante ou na tribuna parlamentar, em oposições ou revoluções, em combate a regimes estabelecidos e organização de novos regimes” (Barbosa, 1933, p. 410) (AJL, p. 148).

Uma vida *política* e, sobretudo, de intensa atuação. As ações de Rui nos vários ambientes que mencionou tinham um norte bastante nítido, o aperfeiçoamento da sociedade brasileira, fiel aos postulados da ideia de progresso iluminista, que defendia com o espírito liberal do século XIX.

Nesse passo cabe lembrar a reiterada acusação a Rui de ser excessivamente teórico e livresco, como se fosse um nefelibata a pairar sobre a vida concreta, distanciado do Brasil.

Ao contrário dessa crítica, a análise não só de seu discurso, mas da atuação no parlamento, no executivo, no jornalismo ou no tribunal mostram um viés pragmático, com proposições concretas e expressas de forma objetiva e clara, embora castiça.

No parlamento imperial da década de 1880 atuou em três áreas de grande significação para o país, as eleições diretas ou Lei Saraiva, de cujo projeto foi o relator final e que mudou a tradicional configuração eleitoral do país, visando reduzir a influência dos grandes proprietários; os pareceres sobre a instrução pública primária e secundária, que se propunham a modernizar o ensino do país, ampliando o ensino básico e valorizando práticas físicas e o ensino profissional, entre outras inovações; e o projeto de legislação servil que previa a aceleração da abolição gradual da escravidão.

Em todos eles percebe-se o viés moderado, de um liberal que deseja reformar e não revolucionar, o que, no caso da escravidão, valeu-lhe a crítica irônica de Joaquim Nabuco, que já aderira à solução abolicionista.

Já convencido de que as transformações necessárias ao Brasil demandavam soluções que ultrapassavam o unitarismo da Constituição de 1824, passou a defender não a república, mas a federação, compatibilizando-a com a monarquia constitucional. O fracasso dessa solução é que o fez apoiar a república.

A razão dada lembra a célebre frase de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao justificar a passagem de liberal a conservador, apenas invertendo os termos:

Eu era, senhores, federalista, antes de ser republicano. Não me fiz republicano senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à federação. Esse *non possumus* dos partidos monárquicos foi o seu erro fatal (Barbosa, 1978, p. 109).

Outro exemplo de pragmatismo encontra-se no âmbito econômico. Não era um liberal clássico, defensor de uma rígida divisão internacional do trabalho. Entendia que devia se substituir ao modelo agroexportador, sem prejuízo da agricultura, a industrialização, o que revelava uma atualização da economia política como se desenvolveu no século XIX. No Discurso do Liceu de Artes e Ofícios, em 1882, afirmava que “se o Brasil é um país essencialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial” (Barbosa, 1948, v. IX, tomo II, p. 236).

Deu mostra desse enfoque nas suas ações à frente do Ministério da Fazenda ao buscar estimular a indústria a partir da facilidade de crédito. As medidas redundaram no fracasso inflacionário do Encilhamento por diferentes razões de caráter estrutural, mas, se errou no *como*, acertou no *quê* – a opção pela indústria. Mais tarde, no governo Campos Sales, criticaria a ortodoxia livre cambista de Joaquim Murtinho como prejudicial à incipiente indústria.

Lembremos que até meados do século XX o dilema ainda se colocava, com defensores ardentes do destino agrícola do país.

Nesse sentido podemos entender as interpretações de San Tiago Dantas (Dantas, 1949, p. 11) e Aliomar Baleeiro (Baleeiro, 1954, p. 47)

sobre o pensamento e a atuação econômica de Rui, associando-o ao industrialismo, à urbanização e aos ideais de uma classe média que apenas se esboçava no Brasil.

Rui Barbosa é, assim, o primeiro representante – talvez o grande representante – no Brasil da transição do liberalismo clássico, restritamente político e individualista, para um liberalismo social ou, como ele próprio disse, para a democracia social de roupagem cristã, a do “código de Malines” do cardeal Mercier, na qual “o direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana” (Barbosa (1919), 1956, v. XLVI, p. 58).

Na diplomacia

Foi esse político-intelectual convencido de que “tudo muda sobre uma base que não muda nunca” que foi convocado à diplomacia por Rio Branco e à Academia por Machado de Assis.

Ocorreram diferentes aproximações de Rui à vida diplomática. Duas, frustradas: a possibilidade de ser embaixador na Grã-Bretanha no governo de Campos Sales, preterida pela permanência no Brasil e a consequente oposição à política econômica do ministério da Fazenda e a de representante do Brasil na conferência de paz de Versalhes, obstada pelas conhecidas posições que tinha contra a hegemonia das grandes potências. (Lacombe, 1978, p. 181)

A primeira incursão de Rui Barbosa na diplomacia a convite do Barão do Rio Branco, na questão do Acre, também não foi bem-sucedida. Era tema difícil, pois implicava numa mudança da posição tradicional do Brasil desde a diplomacia do Império, calcada nos tratados de Santo Ildefonso de 1777 e com a Bolívia de 1867, ante o fato novo representado pela ocupação do território por brasileiros, para exploração da borracha (Ricupero, 2017, p. 273).

Rui se pronunciou pelo recurso do arbitramento, na linha até então preconizada por Rio Branco e que fora utilizada nas questões de Palmas, da Guiana e do Pirara, respectivamente com a Argentina, França e Grã-Bretanha. Membro da delegação brasileira que negociava

o tratado de Petrópolis com a Bolívia, desligou-se dela quando Rio Branco optou pela estratégia da ocupação militar e negociação direta com o país.

Pode-se interpretar a atitude de Rui como a posição do intelectual preocupado em manter a coerência nas ações, mesmo quando isso se chocava com a *Realpolitik* que Rio Branco praticava. Atitudes semelhantes se deram, como lembra Américo Jacobina Lacombe, quando recusou participar do gabinete do Visconde de Ouro Preto, em 1889 ou a propósito das candidaturas presidenciais, em 1909 e 1919, nas quais faltava apenas um gesto de maleabilidade ou o silêncio para que fosse vitorioso (Lacombe, 1978, p. 202).

A discordância de Rio Branco – com quem mantinha boas relações e cuja candidatura à Academia Brasileira de Letras, em 1898, apoiara – não foi empecilho para que o chanceler o convidasse para chefiar a delegação brasileira à Segunda Conferência de Paz, em Haia, 1907.

A época era a da “Paz Armada”, caracterizada pelo armamentismo em diferentes países, que culminou na Europa com o estabelecimento das duas alianças rivais, a Tríplice Aliança, reunindo Alemanha, Áustria-Hungria e Itália e a Entente Cordiale, composta pela Grã-Bretanha, França e Rússia. Não obstante, realizavam-se iniciativas pela paz, como a conferência de 1899, proposta pelo Império Russo, a que se seguiu a de 1907. À primeira, embora convidado a participar, o Brasil declinou, no que foi criticado por Oliveira Lima e outros diplomatas, considerando a opção do governo Campos Sales prejudicial aos interesses do país.

A segunda conferência representava para o Brasil a oportunidade de maior presença internacional, no âmbito da política do Barão do Rio Branco, sendo Rui Barbosa designado chefe da delegação. O temário de ambos os encontros era o de minimizar os efeitos da corrida armamentista e aperfeiçoar a regulação do direito de guerra (Cardim, 2013, v. II, p. 501).

A Conferência de Haia tinha como pressuposto que as decisões principais caberiam às grandes potências, os “estados de primeira ordem”, como se praticava em eventos internacionais e ocorrera

explicitamente no Congresso de Viena. Essa prática permitia às demais nações inserções meramente formais ou em temas e desdobramentos menos relevantes. Embora fosse um traço reconhecido da *Realpolitik*, os países de “segunda ordem” naturalmente não o admitiam publicamente e até o criticavam, mas a omissão nas sessões era indicativa de sua sujeição.

A omissão não era atitude a esperar de Rui. Como a conferência se organizava em comissões, foi escolhido presidente honorário da primeira e membro efetivo da quarta, com atuação incessante. Interveio em diferentes temas, registrados em suas *Obras Completas*, explorando sempre o ângulo técnico-jurídico, que dominava com maestria, como os aspectos legais dos bloqueios marítimos, a colocação de minas pelos países neutros em caso de conflito, a proibição da captura de navios, a composição da Corte Internacional de Apresamento, o tratamento do contrabando em situações de guerra, o aparelhamento militar de navios mercantes, a organização de comissões internacionais de inquérito, os procedimentos a observar nos casos de mediação, a inviolabilidade da propriedade privada no direito marítimo, o uso obrigatório da arbitragem em litígios pendentes, a reestruturação do tribunal de arbitragem, as medidas a tomar nos casos de dívidas vencidas dos países (bem como a operacionalização da doutrina Drago) e o problema da desigualdade na representação entre as grandes potências e as demais nações.

Era todo um compêndio de direito internacional público e privado e as intervenções do chefe da delegação brasileira demonstram sua atualização e habilidade no âmbito de uma disciplina cuja exequibilidade sempre dependia da disposição das grandes potências.

Embora o chamado “incidente de Martens” – réplica contundente do representante brasileiro a referência considerada indevida do delegado russo – tenha repercutido intensamente na própria conferência e na imprensa brasileira, o ponto crucial da participação de Rui, com o apoio permanente de Rio Branco, foi o princípio da igualdade jurídica dos países. O episódio que mais explicitou o problema foi a proposta de transformar a Corte Permanente de Arbitragem, criada na conferência anterior, num tribunal internacional de justiça.

A proposta original dava o monopólio dos nove assentos permanentes às maiores potências, cabendo oito em rodízio aos demais países. No projeto brasileiro apresentado em seguida, Rui propunha atribuir o mesmo direito de assento a todos os Estados, lembrando que na conferência de 1899 se definira que a regulação pacífica dos conflitos internacionais se daria por meio de “uma representação igual na Corte arbitral permanente”. Por esse motivo, seria sofismar com uma suposta igualdade, quando “para alguns [o exercício] é limitado a períodos mais ou menos breves, ao passo que se reserva a outros o privilégio de o exercer continuamente” (Cardim, 2013, v. II, p. 510).

O problema igualdade jurídica versus *Realpolitik* assumiu contornos específicos com o apoio dado pelos Estados Unidos à segunda posição, alinhando-se com as grandes potências “longe dos foros do panamericanismo” (Ricupero, 2017, p. 294). Tal posição fez com que Rio Branco endossasse a tese de Rui sobre a igualdade jurídica, assumindo a posição de liderança das nações desfavorecidas. Aliás, deve ser lembrado, em contraposição à ideia corrente do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos com Rio Branco, que a delegação brasileira divergiu da norte-americana em três dos quatro maiores temas da conferência de Haia, o que, entretanto, não toldou as boas relações entre os dois países (Burns, 1966, p. 126).

O inequívoco triunfo de Rui em Haia poderia ter representado mais um mau resultado em sua carreira – como as campanhas presidenciais – dada sua “belicosa atuação” (Ricupero, 2017, p. 300) na conferência, não fosse a hábil condução de Rio Branco, cujo permanente contato via telegramas e apoio incontestável viabilizou o resultado.

Se o político se saiu brilhantemente da embaixada, o intelectual não foi menos relevante na construção de significativa contribuição doutrinária ao direito internacional.

Curiosamente, um dos textos lembrados como contribuição ao direito internacional é o parecer *Direito do Amazonas ao Acre setentrional*, de 1910, no qual defende, perante o Supremo Tribunal Federal, os direitos do estado do Amazonas contra a União. Apesar de a obra se referir ao direito interno brasileiro, o autor, muito a seu estilo,

desenvolve larga fundamentação doutrinária a propósito de temas como soberania, território e territorialidade e o direito de posse – *uti possidetis*, de tão larga e fecunda aplicação para a consolidação jurídica da expansão territorial brasileira (Cardim, 2013, p. 497).

Contribuição doutrinária de vulto foi dada em conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, a 14 de julho de 1916, sobre a questão da neutralidade na guerra então em curso, e que se tornou conhecida como *Dever dos Neutros*.

Dirigindo-se a um grupo seletivo de intelectuais argentinos, utilizou referências da história e do constitucionalismo do país para assentar os pressupostos de seu tema. Referiu-se a Alberdi, endossando-lhe a definição de civilização política como exercício da liberdade, por sua vez alicerçada na “segurança dos direitos individuais” e elogiou o fato de a Argentina ter conseguido superar o caudilhismo – a “gauchocracia”, disse – o que permitiu a emergência de homens como Mitre, Varela, Irigoyen e outros que mencionou.

Comparando a experiência colonial argentina e norte-americana, entre o *self government* e as “feitorias discricionariamente administradas pelos vice-reis”, fez largo escorço histórico da independência do país, para sustentar a tese de que o constitucionalismo argentino foi uma opção civilizatória.

A tal desenvolvimento contrapunha o contexto de 1916, no qual os cultos da guerra e do Estado influenciavam fortemente os meios intelectuais. Esse cruzamento de Clausewitz (que, aliás, cita) com Hegel invertia o direito internacional – e aqui começava o cerne de seu objeto:

Se a guerra é a pedra de toque do justo e do injusto, a arbitragem do lícito e do ilícito, a instância inapelável do direito entre as nações, a guerra é a razão, a absolvição, a canonização de si mesma. Daí o princípio de que a necessidade, na guerra, sobrepuja todas as leis divinas e humanas [...] (Barbosa, 1999, p. 220).

Como consequência,

O retrocesso. Para autorizar este retrocesso às idades primitivas foi necessário cantar em todos os tons as virtudes civilizadoras da guerra, negar o alto valor dos pequenos estados no desenvolvimento e equilíbrio do mundo, reivindicar exclusivamente para as teorias do predomínio da força o caráter de exequibilidade, negando a eficácia das sanções morais nas relações entre os povos (Barbosa, 1999, p. 221).

Na perspectiva da história das ideias políticas, trata-se de clara rejeição da tradição maquiavélica de separação entre fundamentação moral e ação política, exacerbada nos séculos seguintes pela construção hobbesiana-hegeliana do Estado.

E o que Rui colocava no lugar? O conferencista propunha dois passos, um filosófico, outro jurídico, seguindo autores alemães defensores da democracia e do pacifismo.

No primeiro passo afirmava a unicidade da moral, indivisível entre a moral individual e a moral coletiva ou estatal. Rejeitava, assim, expressamente, no plano interno dos estados a razão de Estado como se configurou nas monarquias absolutas da modernidade e no plano externo a guerra, não a interpretando à Clausewitz como continuação da política.

Estendia à orientação política dos estados os princípios da moral individual conforme definidos pelo cristianismo, bem como aos conflitos entre eles surgidos, de modo que os meios para os resolver fossem pacíficos e não o recurso à guerra (Barbosa, 1999, p. 221). Condenava dessa forma o cinismo da primeira fórmula e a violência da segunda.

O segundo passo consistia na defesa de uma “moral jurídica”, que entendia já estar no direito das gentes desde as origens do cristianismo, traduzida em direito positivo pelas conferências de Genebra e Haia (Barbosa, 1999, p. 222).

Em consequência, Rui faz uma extensa apologia ao direito dos “estados pequenos” “isto é, todos os estados mais fracos, os menos

armados” (Barbosa, 1999, p. 230) procurando demonstrar que a “moral bélica” só tem a seu lado, como na fábula de La Fontaine, a razão do mais forte. De passagem refuta o comentário do historiador Treitschke sobre as contribuições holandesa e belga ao Direito Internacional Público serem “sentimentais”, oriundas de países fracos, defendendo a validade dos tratados e o respeito às convenções de Haia no contexto da guerra mundial.

O rasgar dessas convenções, dizia, em especial as “violações ao direito dos neutros, cometidas pelos beligerantes” exigia o surgimento de uma nova expressão da neutralidade.

O motivo principal estava na “internacionalização crescente dos interesses nacionais”, com a intensificação do comércio e dos investimentos, de modo que os “estragos” da guerra afetavam a todas as nações, beligerantes ou não beligerantes.

As operações militares, com o bloqueio, o exercício do direito de visita, a repressão do contrabando, sejam quais forem as reservas e atenções com que procedam os beligerantes, hão de ofender e desgostar os neutros (Barbosa, 1999, p. 241).

Outro problema que apontava era o da produção e comércio de armas e munições pelas nações neutras, acentuando a desigualdade nas frentes de combate e tornando a sua ação decisiva para a vitória de um dos contendores.

Com essa situação chegava-se a tais “restrições e diferenças”, que acabavam por invalidar a neutralidade, daí a necessidade de nova formulação doutrinária a esse respeito, que encaminhava a partir do princípio de que “neutralidade não quer dizer impassibilidade, quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça” (Barbosa, 1999, p. 242).

A imparcialidade, fundamentada no direito, particularmente o delineado no direito positivo pelas conferências de Haia, corresponderia simultaneamente às exigências intemporais da lei moral e às condições objetivas da política internacional, uma vez que o “poder dos neutros” consistiria na canalização das pressões sobre os beligerantes. Com isso se reforçaria o traço contratualista da sociedade internacional, base

do esvaziamento das soluções de força por meio da guerra (Barbosa, 1999, p. 247-248).

No contexto da Primeira Guerra, era à corrida armamentista e ao militarismo alemão que se referia, ao defender uma tomada de posição pró-Aliados, aliás usando argumentos antibelicistas extraídos de Fichte e Goethe (Barbosa, 1999, p. 252 e 254).

Rubens Ricupero recorda um eco dessa posição na geração seguinte, quando o chanceler Osvaldo Aranha, em junho de 1940, em carta enviada a Getúlio Vargas, mencionava Rui afirmando que “a neutralidade não era admissível entre os que destroem a lei e os que a observam” (Ricupero, 2017, p. 331). Referia-se ao discurso do presidente no encouraçado “Minas Gerais” saudando a “nova era”, no momento de máxima expansão da *Blitzkrieg* nazista.

Percebida contextualmente, a política externa desenvolvida pelo país na Primeira República, após sua consolidação institucional, teve três eixos, como reconhecido pelos especialistas no tema: a política em relação aos países limítrofes, com a resolução das pendências de fronteiras; a política em relação aos Estados Unidos, instrumento para uma menor dependência em relação à Europa e particularmente à Grã-Bretanha; e o multilateralismo e as afirmações doutrinárias no plano internacional.

Se em todas vê-se a figura de Rio Branco, na última a atuação de Rui Barbosa foi decisiva, a partir da presença do Brasil na segunda conferência de Haia, primando pelo “ativismo na participação e formulação de propostas” (Ricupero, 2013, p. 347) e na defesa de uma ordem internacional mais equânime, com a afirmação da igualdade jurídica entre Estados e a nova formulação doutrinária da neutralidade (Cardim, 2013, p. 493), posições em simultâneo teoricamente fundamentadas e pragmaticamente sugeridas.

Na Academia Brasileira de Letras

O triunfo diplomático de 1907 foi seguido por outro desafio em 1908, a sucessão de Machado de Assis na presidência da Academia Brasileira de Letras.

As duas grandes vertentes de percepção da vida e obra de Rui Barbosa, a positiva e a negativa, de certo modo influenciaram a análise de sua presença não apenas na vida pública e no meio intelectual brasileiro, como na própria Academia.

As circunstâncias externas à Academia Brasileira de Letras certamente influenciaram a visão sobre o homem e a obra na instituição, a ponto de obscurecer sua presença. Não fosse a meritória pesquisa de Homero Senna na década de 1990 e o conhecimento do tema se reduziria a informações isoladas ou impressionistas.

Rui Barbosa esteve entre os fundadores, em 1897. Tornou-se o titular da Cadeira 10, escolhendo para patrono Evaristo da Veiga. Nada mais natural, num liberal formado na segunda metade do século XIX, leitor de Stuart Mill e Spencer, a identificação com o jornalista e político inspirado por Adam Smith e pelo liberalismo moderado de Benjamin Constant e Clermont-Tonnerre. Poderia ter escolhido outro político e escritor, Tavares Bastos, a quem frequentemente citava na juventude e de quem se considerava seguidor. Mas – e isso constitui tão somente uma conjectura – talvez considerasse que, para a Academia, um liberal mais recuado no tempo e em relação ao qual se desvaneciam as restrições dos embates políticos seria opção mais adequada.

A presença de Rui Barbosa na Academia durante a presidência de Machado de Assis foi rara, como rara foi também no exercício da presidência. Nenhum menosprezo pela Casa e possivelmente alguma emulação com o presidente, como já se cogitou, com quem mantinha relações apenas formais. Por outro lado, talvez a vida trepidante focada nos grandes problemas nacionais explique melhor a distância do que uma simples idiossincrasia. Ou ainda certo perfil baiano definido pelo espírito sociológico de Afonso Arinos de Melo Franco: em lugar da Bahia litorânea, da civilização do açúcar e do fumo, “cálida e hospitaleira” com seus “homens da cordialidade tocante dos Mangabeiras, de Luís Viana, de Pedro Calmon...”, a Bahia de Rui seria a “do sertão do boiadeiro e do faiscador... o solo cultural dos homens-cacto”, que produzia “espadachins do foro, da imprensa e da tribuna”, antes que homens de convívio acadêmico.

De qualquer modo, independente do motivo, vale a afirmação do próprio Rui na homenagem a Machado: “Eu não fui dos que o respiraram de perto. Mas, homem do meu tempo, não sou estranho às influências do mal e do bem que lhe perpassam no ar” (Barbosa, 1999, p. 53).

Quanto à produção literária, o próprio Rui a reconhecia limitada, como enumerou no discurso em que foi homenageado na Biblioteca Nacional pelo jubileu... literário: uma tradução de Leopardi, o elogio a Castro Alves, a recepção a Anatole France na Academia, o discurso de despedida a Machado de Assis e a oração do Colégio Anchieta (Barbosa, 1920, p. 199).

Sua primeira eleição para a presidência, em 1908, ocorreu somente após várias dilações, quando, pela ação de Euclides da Cunha, Rio Branco e Rodrigo Otávio, um número expressivo de acadêmicos nele votou. As reeleições posteriores, até 1918, já o encontraram disposto a renunciar ou não mais concorrer. Falava, em correspondência a José Veríssimo, de 1911, do desejo de não “continuar a prejudicar [a Academia] com a minha inassiduidade forçada”. E Josué Montelo pinçou de uma carta do mesmo Veríssimo a Mário de Alencar a preocupação em não melindrar Rui a propósito da placa que se pretendia colocar na casa de Machado de Assis, no ano seguinte ao falecimento, pois a homenagem fora decidida sem a anuência do presidente, ausente da Academia. Dizia Veríssimo:

Como ele [Rui] é muito suscetível precisa-se de alguma diplomacia para o fazer aceitar o fato consumado da resolução da placa e da sua encomenda, tudo aliás feito com a consulta à Academia. Essa diplomacia você a terá, alegando mesmo o nosso desejo de incomodá-lo o menos possível com a Academia, no momento em que ele tem maiores preocupações (Montello, 1986, p. 238).

Entre pedidos de renúncia e apelos à permanência passaram-se onze anos, até que em 1919 deu-se a ruptura entre Rui e a instituição. Na sucessão de Alcindo Guanabara a recusa de seu voto por telegrama em um candidato, que aliás teve apenas quatro sufrágios, desencadeou a

reação que o fez renunciar definitivamente não apenas à presidência como à entidade. Pesquisas demonstraram, entretanto, que o desligamento não ocorreu e que ele retornou à ABL pelo menos uma vez, em 1921, quando se registrou o cinquentenário de falecimento de Castro Alves, tendo feito parte da mesa diretora a convite do presidente Carlos de Laet (Senna, 1999, p. 45).

Não obstante a ausência física de Rui Barbosa da Academia contrastar com a rigorosa assiduidade de Machado de Assis, é preciso concordar com Homero Senna que o discurso que fez em homenagem a seu antecessor, quando do falecimento, e o de recepção a Anatole France, foram contribuições lapidares para a cultura brasileira. E acrescentaria uma terceira contribuição literária, não incluída por Senna, nem pelo próprio Rui, o discurso de recepção – não proferido pela morte do acadêmico eleito – a Francisco de Castro.

Ambos os textos, o do médico e escritor Francisco de Castro, empossando-o e o de Rui Barbosa, recebendo-o, não se ouviram no plenário da Academia, pois o sucessor do Visconde de Taunay faleceu antes da posse. Mas foram publicados um ano depois, o de Castro, ainda inconcluso e o de Rui.

Rui Barbosa destacou a complementariedade, em Francisco de Castro, do médico, docente e escritor, sublinhando, bem a seu estilo, a articulação das concepções filosóficas gerais às circunstâncias concretas. No discurso ruiano percebe-se o eco de querelas cujas referências perderam-se, em sua maior parte, algumas das quais envolviam a própria Academia. Sobre todas colocou seu juízo sintético: “em Francisco de Castro brilhava a mesma vocação consumada nas Letras e na Medicina”. Assumia assim uma posição clara em relação a uma questão que era e continuaria sendo recorrente na ABL.

Na homenagem a Machado de Assis fez fino desenho psicológico do escritor, digno das melhores páginas deste. Não se justifica explicá-lo, quando sua voz foi tão eloquente:

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar

sem rival entre os contemporâneos da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza no conceber e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom. Nascido com uma destas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltosos intensamente da arte. A dor lhe aflorava ligeiramente aos lábios, lhe roçava ao de leve a pena, lhe ressumava sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, com os seus toques de malícia a sorrirem, de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e as tristezas do artista (Barbosa, 1999, p. 51).

A homenagem a Anatole France revelou outro Rui. Com visões bastante diversas, Rui fez-lhe o elogio da obra, sem deixar de assinalar as divergências. O liberal brasileiro não comungava com o cientificismo socialista francês do visitante. Nem seu entendimento do que deveria ser a soberania nacional se coadunava com o internacionalismo de Anatole France.

Fez, no entanto, um discurso hábil, sem deixar de delimitar espaços e respeitoso, sem ser subserviente. Comentou em detalhe alguns dos livros do homenageado e seus principais personagens, a despeito dos copiosos títulos. Reconheceu que a obra de Anatole cobria toda a gama de problemas humanos, embora sem solucioná-los, ou fazendo-o do modo que “nos desagradem”. Elogiava, todavia, a elevação do debate e o estímulo à reflexão. A crítica mais direta tornar-se-ia posteriormente quase consensual na apreciação da obra do prêmio Nobel de 1921:

[...] a vossa filosofia não é, propriamente, a vossa força. Vossa força, o império de vossa vocação consiste no encanto e na nobreza dessa arte inimitável, imarcescível, de que hoje em França, mais do que ninguém, detendes o segredo miraculoso. É aí que se encontra a essência do vosso pensamento... Até os que mais se afastam de vossas ideias morais deslumbram-se com a amplidão, a

pureza, a harmonia de vossa forma... Ora, a forma, na idealidade de suas linhas, é quase sempre o que resta do pensamento, como a ânfora antiga de uma essência perdida (Barbosa, 1999, p. 91).

Em matéria de política, Rui pinçou uma frase que Anatole France colocara na boca do abade Coignard – “os governos despóticos não passam de invólucro dos povos imbecis” –, frase tão ao gosto do determinismo social em voga na França da Terceira República, para afiançar sua certeza de que o escritor só expusera “[...] as teorias escandalosas desse estranho abade como quem expõe erros fatais, inspirados a um sacerdote transviado pelo espírito de sedição” (Barbosa, 1999, p. 88).

Pouco adiante no discurso aparece outra ironia e o mote dominante: “em vós não busco o moralista ou o sociólogo. É, antes, sobre a arte imortal que vós reinais” (Barbosa, 1999, p. 94).

Que o homenageado sentiu a estocada, prova-o a referência feita a Alfredo Pujol, anos depois, em Paris, ao dizer que o discurso de Rui o lisonjeara e honrara, embora

Eu tivesse desejado que Rui Barbosa aprovasse um pouco menos a forma na qual coloquei minhas ideias e um pouco mais as próprias ideias. De qualquer modo me vanglorio de ter em comum com este grande espírito e grande cidadão o amor à liberdade (Senna, 1999, p. 64).

Rui Barbosa, que sublinhara no discurso da Biblioteca Nacional, em 1918, não ser um homem de letras – e certamente não o foi, no sentido de escrever prosa de ficção ou poesia – emprestou um significado emblemático à Academia, como notabilidade e cultor da língua. E o reconhecimento de sua contribuição *interna corporis* foi uma questão de justiça.

Pontos de contato

Existirão pontos de contato entre as duas atuações de Rui Barbosa, o autodeclarado *político*, na diplomacia e na vida acadêmica?

Há, a nosso ver, pelo menos três aspectos em comum.

O *caráter bissexto* da atuação de Rui em ambos os cenários, sem que a definição sugira nenhum juízo negativo. Ao contrário, revela a solidez e integridade de perspectivas que fundamentam seus respectivos desempenhos. É a partir de seus pressupostos filosóficos, científicos e éticos que atua, não obstante a sazonalidade das intervenções.

A *cultura abrangente*, que lhe permitia transitar pelos diferentes temas e situações, identificando fundamentos e estabelecendo analogias. Independente dos exageros da mitologia construída em torno de seu nome, como o propalado poliglotismo (Lacombe, 1978, p. 171), havia nele uma largueza de espírito que lhe permitia, sendo um especialista do direito, passar por diferentes áreas identificando-lhes os aspectos fundamentais.

Por último, foi, como poucos homens públicos e intelectuais brasileiros, *o homem da palavra* e isso demonstrou de sobejo em ambas as situações, a diplomática e a acadêmica. Tido muitas vezes como gongórico na expressão e excessivamente apegado ao rigor gramatical – a polêmica com Carneiro Ribeiro, motivada por outras questões, sublinhou este aspecto no imaginário – via-se de outro modo. Em 1904 dizia que a gramática era “uma arte que se aprende pela prática, pelo manejo da língua”, embora existisse uma “ciência da gramática” restrita aos “fatos da linguagem” (Lacombe, 1978, p. 124). Vinte anos antes, no parecer sobre a reforma do ensino primário, protestava contra o predomínio, no ensino, das classificações e definições gramaticais, desperdiçando tempo de um estudo no qual “não se sente, não há, não passa o mais leve movimento de vida” (Brasil, Câmara dos Deputados, 1882, p. 172).

Quanto à expressão literária, seria incorreto considerar cerca de 60 anos de elaboração de textos de modo monolítico. Américo Jacobina Lacombe já chamou a atenção para este ponto, lembrando a simplificação da frase com o decorrer do tempo entre, por exemplo, o “barroquismo verbal” da invocação à Bahia, na juventude e os discursos da campanha abolicionista ou a Oração aos Moços (Lacombe, 1978, p. 122).

Dois juízos de críticos agudos, a propósito do uso da palavra por Rui podem ser lembrados: o de Capistrano de Abreu, referindo-se a ele como um “orquestrador de palavras” (Lacombe, 1978, p. 127), sem deixar de destacar a harmonia da construção verbal e Monteiro Lobato, que disse:

Que assombro de homem, esse Rui! Que cetáceo nesse nosso marzinho de arenques! Ele rege as frases como um cocheiro russo rege a troica! Que nababo! Acho uma honra tremenda sermos coevos de tal homem, e duvido que tenhamos outro semelhante na vida (Cavalheiro, 1956, p. 194).

No ensaio sobre Jonathan Swift, Rui Barbosa conclui com uma avaliação do historiador Macaulay sobre o escritor, que poderia se aplicar, parcialmente, a ele mesmo:

[...] talhado por igual para a política e para as letras, gênio destinado a abalar grandes reinos, a provocar o riso e a cólera entre milhões de homens. E a deixar de si aos vindouros recordações, que só perecerão com a língua inglesa (Barbosa, 2007, p. 105).

Das duas faces da Academia, representadas pelas opções de Machado – a obra literária – e Nabuco – a notabilidade, inclusive pelo ensaísmo – Rui atendeu a ambas.

Sua intimidade com a língua, sem ser ficcionista ou poeta e seu labor incessante fazem com que atenda ao perfil machadiano definido para a Academia, mesmo *malgré lui*. E pela atuação diplomática correspondeu ao de Joaquim Nabuco, cabendo-lhe igualmente outro juízo dele próprio, o que fez de Pombal nas comemorações pombalinas de 1882: “Diplomata foi, que não cedeu a nenhum de sua época”.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ARINOS, Afonso (Afonso Arinos de Melo Franco). *O som do outro sino*. Rio de Janeiro-Brasília: Civilização Brasileira-UNB, 1978.

BALEEIRO, Aliomar. *Rui, um estadista no ministério da Fazenda*. Salvador: Progresso, 1954.

BARBOSA, Rui. Discurso na Biblioteca Nacional, 1918. Estante clássica da Revista de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 1920. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: FCRB, 1967, vol. XLV, tomo III.

_____. Reforma do ensino primário. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

_____. Discurso na Assembleia Constituinte. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1946, v. XVII, tomo I.

_____. Discurso no Liceu de Artes e Ofícios. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1948, v. IX, tomo II.

_____. Campanha presidencial. Rio de Janeiro: *Obras completas*. Casa de Rui Barbosa, 1956, v. XVI.

_____. Os conceitos modernos de Direito Internacional, in *Pareceres de Rui Barbosa*. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Adeus a Machado de Assis. In: Homero Senna. *Rui Barbosa e a Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 1999.

_____. *Swift*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1966.

CARDIM, Carlos Henrique. A raiz das coisas – Rui Barbosa: o Brasil no mundo. In: José Vicente de Sá Pimentel (org.). *Pensamento diplomático brasileiro – formuladores e agentes da política externa, 1750-1964*. Brasília: FUNAG, 2013, v. II, p. 487-527.

DANTAS, San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: CEN, 1978.

MONTELLO, Josué. *O presidente Machado de Assis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

REALE, Miguel. *Posição de Rui no mundo da filosofia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SENNA, Homero. *Rui Barbosa e a Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: ABL, 1999.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu, a fase cientificista. In: *A invenção da História*. Estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro-Niterói: UGF-UFF, 2001.

Biografias

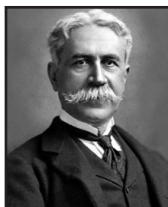
Rui Barbosa (Salvador, 1849-Rio de Janeiro, 1923) foi sobretudo político e jurista, como desejava ser visto, mas sua ampla atuação na vida pública brasileira estendeu-lhe as atividades para o jornalismo, a diplomacia e a atuação acadêmica. No Império foi deputado-geral e teve importante atuação nos debates parlamentares sobre a reforma eleitoral que estabeleceu a eleição direta dos deputados, sobre a abolição da escravidão e sobre a introdução do modelo federalista de governo no Brasil. Com a Proclamação da República foi ministro da Fazenda, promovendo frustrada tentativa de industrialização pelo caminho da facilitação do crédito e teve papel decisivo na elaboração da Constituição do novo regime, promulgada em 1891, em particular nos aspectos da organização federativa e do papel do Supremo Tribunal Federal como guardião constitucional. Senador pela Bahia, foi duas vezes candidato à presidência do país, sendo derrotado pelas poderosas forças oligárquicas que controlavam a política na Primeira República. Teve atuação diplomática relevante, em particular na Conferência de Haia, em 1907, defendendo a igualdade político-jurídica das nações e

formulou o princípio do papel dos neutros nos conflitos internacionais. Seus escritos, predominantemente políticos e jurídicos, foram publicados em mais de duzentos volumes pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Ideologicamente, transitou do liberalismo clássico para um liberalismo de preocupação social. Católico, criticou o ultramontanismo e mais tarde apoiou a doutrina social da Igreja. Foi fundador e segundo presidente da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Machado de Assis. Expoente da vida intelectual brasileira, o dia de seu nascimento, 5 de novembro, é o Dia Nacional da Cultura.

Arno Wehling (Rio de Janeiro, 1947) é bacharel e licenciado em História (Universidade do Brasil) e em Direito (USU), sendo doutor em História (USP) e Livre Docente de História Ibérica (USP). Dedicou-se sempre à Universidade, cumprindo toda a carreira do magistério e tornando-se professor titular por concurso público de provas, títulos e defesa de tese da UFRJ, em Teoria e Metodologia da História e da UNIRIO, em História do Direito/História das Instituições, sendo emérito desta, além de professor visitante nas Universidades de Lisboa e Porto. Como gestor universitário, foi chefe de departamento e decano (UNIRIO e UGF) e pró-reitor e reitor (UGF). Foi pesquisador do CNPq, membro do Conselho Consultivo do IPHAN e de outros órgãos e parecerista de instituições de pesquisa e de periódicos especializados no Brasil e no exterior. Como pesquisador desenvolve investigações nas duas áreas mencionadas, tendo publicado cerca de 200 trabalhos, entre os quais as obras *Os níveis da objetividade histórica*; *Capistrano de Abreu, a fase cientificista*; *A invenção da História – estudos sobre o historicismo*; *Estado, História e Memória – Varnhagen e a construção do Estado nacional*; *De formigas, aranhas e abelhas – reflexões sobre o IHGB*; *Fomento agrário no final do século XVIII*; *Administração portuguesa no Brasil, 1777-1808*; *Pensamento político e elaboração constitucional*; *Documentos históricos brasileiros*; *Formação do Brasil Colonial*; *Direito e justiça no Brasil colonial – o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro* (os dois últimos com Maria José Wehling) e *Do Antigo Regime ao Constitucionalismo – a Casa da Suplicação do Brasil*. É sócio emérito e presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras.

Joaquim Nabuco: figura central da diplomacia e da Academia

Leslie Bethell



Joaquim Nabuco nasceu em 19 de agosto de 1849 no Recife, capital da província de Pernambuco. Seu pai José Thomaz Nabuco de Araújo Filho foi proeminente advogado e político que se tornou presidente da província de São Paulo (1851-1852), Ministro de Justiça (1853-1857), senador (1857-1878) e membro do Conselho do Estado (1866-1878). Nabuco estudou no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e nas duas melhores instituições de ensino superior brasileiras: a Faculdade de Direito em São Paulo e a Faculdade de Direito no Recife. Após se formar, em novembro de 1870, começou a exercer a advocacia, que logo abandonou. Redigiu artigos para *A Reforma*, publicação da ala radical do Partido Liberal, nos quais defendeu diversas causas liberais, em especial a separação entre Igreja e Estado. E escreveu seus primeiros livros: *Camões e os Lusíadas* (1872); *Le droit du meurtre* (1872), uma tentativa de refutar o célebre panfleto de Alexandre Dumas filho, *L'Homme-femme*, sobre o direito de o marido matar uma esposa adúltera; e a coletânea de poemas *Amour et Dieu* (publicada em Paris em 1874).

Nos primeiros três capítulos de sua “autobiografia” *Minha formação* (1890), Nabuco descreve sua iniciação literária e intelectual entre os seus 15 e 24 anos. Fica evidente que era um leitor voraz desde o princípio da adolescência, tanto em português quanto em inglês, alemão e sobretudo em francês. Foi influenciado em especial pelos franceses, o escritor François-René Chateaubriand, o historiador e crítico Hippolyte Taine e o filósofo e historiador Ernest Renan, mas

também pelo historiador inglês Thomas Babington Macaulay, pelos historiadores alemães Theodor Mommsen, Leopold von Ranke e Ernst Curtius, e pelo historiador da arte e da cultura suíço Jacob Burckhardt. Sobre Renan foi “a grande influência literária que experimentei na vida, a embriaguez de espírito mais perfeita que se podia dar [...] o meu *coup de foudre* intelectual”.

O republicanismo dos tempos de estudante, associado às ideias liberais da Revolução Francesa, perdurou por algum tempo no seu pensamento político. Continuou a ler autores republicanos como, por exemplo, o jurista, poeta e abolicionista francês Eduard de Laboulaye, grande admirador da constituição norte-americana. Sua grande influência, entretanto, foi *The English Constitution* (1867), de Walter Bagehot. “Devo a esse pequeno volume, que hoje não será talvez lido por ninguém em nosso país, a minha fixação monárquica inalterável”, escreveu Nabuco em *Minha formação*. Bagehot o convenceu que um sistema parlamentar, sobretudo o governo de gabinete inglês, era superior a um sistema presidencial, e que “uma Monarquia secular, de origens feudais, cercada de tradições e formas aristocráticas, como é a inglesa, podia ser um governo mais direto e imediatamente do povo do que a república”. Um capítulo inteiro do livro é dedicado a Bagehot.

A primeira visita de Nabuco à Europa se deu em setembro de 1873, aos 24 anos, e durou doze meses. A viagem consistiu sobretudo no que os aristocratas ingleses do século XVIII denominavam a *Grand Tour*, uma introdução à história e à cultura da França e da Itália, mas incluiu também um mês na Suíça e outro em Londres, que lhe impressionou mais do que Paris. Deixou Londres “tocado por um começo de anglomanía”. A viagem inteira representou, conforme escreveu ele em *Minha formação*, uma “metamorfose pessoal... a passagem da crisálida para a borboleta”.

Nabuco retornou ao Brasil em setembro de 1874 decidido a ser escritor. Começou a redigir artigos sobre literatura para jornais, e iniciou debates políticos com outros escritores já estabelecidos, o mais famoso deles com o romancista José de Alencar nas colunas de *O Globo*. Ao final de 1875, iniciou uma peça em cinco atos, em verso, em francês,

intitulada *L'Option*, sobre o tema improvável da disputa entre França e Alemanha pela região da Alsácia-Lorena. (Foi acabada em 1877 nos Estados Unidos, e publicada postumamente em Paris em 1910.)

Em abril do ano seguinte, contudo, aos 26 anos, foi nomeado adido da legação brasileira em Washington, então cargo de importância secundária, e iniciou uma curta carreira diplomática. Após uma breve visita a Washington, passou a maior parte do ano e meio nos Estados Unidos em Nova York. Segundo escreveu em *Minha formação*, a exposição àquela “república vulgar, violenta” serviu apenas para aprofundar sua admiração pelas instituições britânicas. Em outubro de 1877, para seu grande prazer, Nabuco foi transferido para a legação brasileira em Londres, até então a mais importante das legações brasileiras no exterior. A Inglaterra era o principal parceiro comercial do Brasil durante o Império, e a City londrina a maior e quase exclusiva fonte de capital. Entretanto, Nabuco passou menos de seis meses em Londres. Voltou ao Brasil em função da morte do pai, e conforme este planejara, e sua mãe insistira, iniciou então, com certa relutância, uma carreira política em Pernambuco, onde disputou e venceu a eleição para a Câmara dos Deputados pelo Partido Liberal.

A eleição de 1878 provocou na vida de Joaquim Nabuco uma “verdadeira mudança formativa”, pondo fim à sua “fase literária”, reconhecendo as próprias limitações como poeta (“eu naufragaria sempre no verso, inferior e imperfeito, porque não nasci artista”), e fim do que ele qualificou como o seu “lazaronismo intelectual”. Ele assumiu seu assento na Câmara em janeiro de 1879, aos 29 anos de idade, “um liberal inglês – com afinidades radicais, mas com aderências *whigs* – no Parlamento brasileiro”. Seu primeiro pronunciamento na Câmara foi sobre a liberdade religiosa, mas não demoraria muito até se dedicar à campanha parlamentar pela abolição da escravatura no Brasil. Durante a década de 1880 ocupou o principal papel na campanha contra escravidão no Brasil, dentro e fora do parlamento, no Brasil e no exterior, até abolição em 1888.

A Câmara foi dissolvida em junho de 1881. Nabuco se candidatou ao primeiro distrito da Corte, mas foi derrotado e partiu rumo

a Londres. Era “um exílio quase forçado”, mas ao mesmo tempo “viver em Londres foi um sonho da minha vida”. Nabuco permaneceu na Inglaterra quase dois anos e meio, de dezembro de 1881 a abril de 1884. Boa parte do tempo foi dedicado à causa abolicionista. De início, Nabuco reconheceu a importância de denunciar internacionalmente a existência continuada da escravidão no Brasil e de mobilizar a opinião internacional em defesa da causa. Trabalhou em proximidade com o *British and Foreign Anti-Slavery Society*, fundado em 1839, após a emancipação dos escravos do Império Britânico, para promover abolição no mundo inteiro. E no Museu Britânico escreveu *O Abolicionismo* (1883). Foi uma obra da propaganda política, mas, para Evaldo Cabral de Mello, embora completamente alheio à ambição teórica, é um dos textos fundadores da sociologia brasileira, o primeiro a articular uma visão totalizadora da formação histórica do Brasil baseada no regime servil.

Nabuco prestou assessoria jurídica a empresas britânicas com investimento no Brasil, mas seu principal ganha-pão em Londres foi como correspondente internacional do principal jornal carioca (e brasileiro), o *Jornal do Commercio* (fundado em 1827), desde 1852 administrado em Paris por Francisco Antônio Picot, ex-diretor e braço direito do proprietário Júlio Constâncio Villeneuve. Em dezembro de 1881, Nabuco foi instruído por Picot a escrever três vezes ao mês três artigos separados de Londres, Viena e Berlim. Entre janeiro de 1882 e maio de 1884, ele escreveu 228 correspondências, enviadas para o Rio de Janeiro via Picot em Paris: 91 de Londres, nunca inferiores a cinco mil palavras e muitas vezes superiores a dez mil; 70 de Berlim e 67 de Viena, na realidade todas escritas em Londres (Nabuco nunca tinha permanecido, ou sequer mesmo visitado, Berlim e Viena), mais breves – duas a três mil palavras para as de Berlim, de mil a mil e quinhentas para as de Viena. Foi como jornalista em Londres que se deu sua “estreia no mundo do trabalho”; ali ele descobriu a ética profissional, adquiriu disciplina intelectual e aprendeu como escrever de forma clara e incisiva.

As correspondências de Londres abrangiam um amplo leque de tópicos políticos britânicos, tanto domésticos quanto estrangeiros:

a constituição, os partidos políticos, a reforma eleitoral, a expansão do direito ao voto, a questão irlandesa, o assunto dominante da política britânica no início da década e por longo tempo depois, desdobramentos políticos em várias partes do Império Britânico, em especial na África do Sul, no Egito e no Sudão; e também a política interna e as relações internacionais da Terceira República Francesa. Os textos invariavelmente incluíam informações e estatísticas sobre os interesses britânicos no Brasil em matéria comercial e financeira, e eventos culturais significativos: uma exposição de pinturas de Eduardo de Martino; uma apresentação de Mme. Durand em Covent Garden; a publicação do livro *Progress and Poverty* de Henry George; as mortes de Darwin, Trollope e Sarah Bernhardt.

As correspondências de Berlim e Viena, baseadas na imprensa londrina, em particular no *Times*, o principal diário da Grã-Bretanha, com recursos financeiros para manter correspondentes estrangeiros por toda a Europa, concentravam-se na política interna e nas relações internacionais dos três grandes impérios, Alemão, Austro-Húngaro, Russo, que dominavam Europa central e oriental, e na *Eastern Question* (o problema diplomático e político acarretado pelo declínio do Império Otomano na Europa oriental, especificamente na região dos Bálcãs). Mas, assim como as correspondências londrinas, abordavam uma ampla gama de temas políticos, econômicos, sociais e culturais: a celebração dos vinte anos da nomeação de Otto von Bismarck como primeiro-ministro da Prússia; a coroação do czar Alexander III; as relações entre Igreja e Estado; o comércio entre o Brasil e a Alemanha; a imigração alemã para o Brasil; os anarquistas, socialistas e niilistas acima de tudo na Rússia; o crescimento do antissemitismo; a primeira apresentação de *Parsifal*, última opera de Wagner, em Bayreuth; e a morte de Wagner em Veneza.

Em setembro de 1883, Nabuco foi convidado por Carlos Maria Ramirez, o coproprietário e redator-chefe, para contribuir para o jornal liberal *La Razón* em Montevideo. Ele precisava escrever apenas dois artigos por mês. Também teve a liberdade de dissertar de forma extensa. Por isso, as 14 cartas redigidas por Nabuco para *La Razón* até março de 1884, traduzidas para o espanhol pelo próprio Ramirez,

representam alguns de seus melhores trabalhos como jornalista. Na maioria das cartas, Nabuco oferecia aos leitores uruguaios sua visão sobre o Império britânico, a política britânica, os partidos Liberal e Conservador, Gladstone – fonte de interminável fascínio para ele, a reforma eleitoral e a extensão do direito de voto, as condições da classe trabalhadora inglesa, a Irlanda, bem como as relações entre as grandes potências europeias – Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia. No entanto, também ofereceu as suas reflexões sobre assuntos como o futuro da democracia, o liberalismo e o socialismo.

Nabuco voltou ao Recife em maio de 1884 e foi eleito deputado em dezembro e em janeiro de 1885, mas não teve as vitórias reconhecidas pela Câmara dos Deputados. Foi eleito em junho e serviu até outubro, mas derrotado no pleito de janeiro de 1886, e fez a decisão a voltar a Londres. A volta acabou sendo adiada por mais de um ano, pois Nabuco aceitou um convite para assinar uma coluna diária sobre assuntos parlamentares em *O Paiz*, jornal fundado em outubro de 1884 e editado por Quintino Bocaiúva. Apesar de republicano, o jornal era também abolicionista, fato mais importante para ele. Entre maio e outubro de 1886, tempo que durou a sessão parlamentar, Nabuco escreveu mais de sessenta artigos para *O Paiz*, críticas ferozes ao governo conservador pró-escravatura liderado pelo Barão de Cotegipe. E quando enfim trocou o Rio por Londres, em março de 1887, foi na qualidade de correspondente de *O Paiz*.

Nabuco passou quatro meses em Londres, de abril a agosto de 1887, e produziu 22 artigos distintos das correspondências escritas para o *Jornal do Commercio* e das cartas para o *La Razón*: em geral mais curtos, em torno de um tema único, com menos notícias e mais reflexões. Ele retornou ao Recife para disputar a reeleição à Câmara dos Deputados. Dessa vez, no esteio de uma memorável campanha abolicionista, Nabuco saiu vitorioso e supervisionou os últimos estágios da tramitação do projeto de lei abolicionista de 13 de maio de 1888.

A queda do Império em novembro de 1889 pôs um fim abrupto a carreira política de Nabuco, dedicado monarquista, antes de ele completar

40 anos. Desprezado na política, acreditando que sua vida pública tinha acabado, precisou refazer a vida como advogado ou jornalista em Londres, onde permaneceu por nove meses, de setembro de 1890 a julho de 1891. Entretanto, a partir de março de 1891, ele começou a escrever com regularidade para um novo periódico monarquista, o *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo de Sousa Dantas, filho do senador Manuel Pinto de Sousa Dantas, Francisco Gusmão Lobo, pernambucano, abolicionista e um dos editores do *Jornal do Commercio* até 1890, e outros velhos amigos. O *Jornal do Brasil* reuniria alguns dos melhores escritores do Brasil e ofereceria uma crítica construtiva da nova República. Nabuco não se tornou correspondente londrino do *Jornal do Brasil*. Ele concordou em escrever uma coluna pessoal quando lhe apetecesse e sobre tema de sua escolha. Ele escreveu oito artigos para o *Jornal do Brasil*, entre março e junho de 1891. Examinavam as mudanças na política britânica e na política internacional. Temas novos incluíam o aumento de importância dos Estados Unidos no mundo anglo-saxônico e da Austrália e do Canadá no Império Britânico. Dois artigos focalizavam a “crise” na América do Sul, especialmente Brasil, Chile e Argentina.

Ao longo de dez anos (1881-1891), em três períodos distintos passados em Londres, Nabuco escreveu mais do que 250 correspondências para os jornais cariocas: o *Jornal do Commercio* (1882-1884), *O Paiz* (1887) e o *Jornal do Brasil* (1891). No último quarto do século XIX, nenhum jornalista brasileiro ou estrangeiro ofereceu aos leitores brasileiros tanta informação e análise bem fundamentada sobre as relações comerciais e financeiras entre o Brasil e os britânicos e europeus, sobre a política britânica, o Império britânico, a política europeia e as relações internacionais, e sobre a vida social, cultural e intelectual na Grã-Bretanha e na Europa. Talvez apenas o escritor português José Maria Eça de Queiroz, cônsul em Newcastle (1874-1879) e depois em Bristol (1879-88), cônsul-geral em Paris, 1888-1897, que escreveu para o jornal carioca *Gazeta de Notícias* entre as décadas de 1880 e 1890, pode ser um caso comparável a Nabuco.

Nabuco retornou ao Brasil no começo de julho de 1891, e por volta de setembro de 1892 acabou se contentando com um “exílio interno”

no Rio de Janeiro, onde dedicou os seis anos e meio seguintes – mais longo período passado morando no Brasil desde a primeira visita à Europa em 1873-4 – a apoiar a causa monarquista contra a ditadura militar de Floriano Peixoto e contra a influência militar sobre Prudente de Moraes, primeiro presidente civil eleito em 1894; à prática do Direito; e, acima de tudo, à pesquisa e à escrita. Seus livros *Balmaceda* (1895), sobre a guerra civil chilena de 1891, encerrada pelo suicídio do presidente José Manuel Balmaceda, e *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* (1896), sobre o apoio norte-americano ao governo militar do Floriano, quando confrontado com uma rebelião monarquista na Marinha, foram ambos baseados em artigos escritos originalmente para o *Jornal do Commercio*. Por fim, em março de 1896, após aceitar que a restauração da monarquia era impossível, Nabuco abandonou a política. Dedicou-se a escrever a *life and times* do seu pai iniciada em 1894. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época* foi publicado em três volumes pela Garnier, principal casa editora do Rio, em 1897-189. O livro é um clássico da história política brasileira. Descreve e analisa não só a vida do Nabuco de Araújo, do Imperador D. Pedro II, e dos políticos mais importantes, Liberais e Conservadores, mas o funcionamento do sistema político, o antigo regime parlamentar, do Segundo Reinado (até a morte do Nabuco de Araújo em 1878).

Em 1890, Garnier publicou *Minha formação*, que Nabuco descreveu em 1901 na sua correspondência com Edgar Prestage, um jovem acadêmico inglês quem em 1923 tornou-se o primeiro titular da Cátedra Camões de Português ao King's College Londres, como “a sort of autobiography”, e em 1906 no verbete elaborado pelo Nabuco próprio pela *Who's Who*, uma obra de referência com biografias de pessoas proeminentes na Grã-Bretanha publicada anualmente desde 1849, como um “literary, intellectual and political autobiography”.

Em 1896, Nabuco já havia escrito uma série de artigos para o jornal monarquista *O Commercio de São Paulo*, criado pelo amigo Eduardo Prado, nos quais refletia sobre sua instrução, sobre as influências que haviam dado forma à sua vida literária, intelectual e política, sobre a trajetória como homem das letras na juventude, a descoberta do mundo

fora do Brasil e a carreira política dedicada à abolição da escravatura. 19 artigos – em ordem não cronológica – foram publicados entre abril e julho de 1896, quando o editor dispensou com os seus serviços por causa dos custos. Três anos mais tarde, no final de maio de 1899, a editora Garnier, que publicou *Estadista do Império*, pôr-se em contato com Nabuco, então em Paris, e ele concordou com a publicação de um livro baseado nesses artigos autobiográficos somados a outros tantos escritos para a *Revista Brasileira* logo depois, parte de um manuscrito inédito *Foi voulue: mysterium fidei* sobre suas crenças religiosas redigido em francês sete anos antes (publicado pela primeira vez na França em 1971), além de três ensaios escritos especialmente para o volume proposto: um sobre seu pai, um segundo sobre o Barão de Tautphoeus, seu velho preceptor alemão na escola de Nova Friburgo, e um terceiro sobre as atividades políticas e literárias nos dez anos desde a queda do Império, em 1889. O prefácio foi escrito em abril de 1900 em San Sebastián, na Espanha, e, no final de junho, em Paris, Nabuco recebeu os primeiros exemplares de *Minha formação*.

No Brasil, diferentemente, por exemplo, da Inglaterra, da França ou dos Estados Unidos, autobiografias escritas por homens públicos eram extremamente raras no século XIX (e também no século XX). *Minha formação* foi considerada, a princípio, como de mau gosto e narcisista. Mas, como vimos, Joaquim Nabuco não tinha intenção de escrever uma autobiografia *per se*. Foi convidado, inicialmente por um jornal e posteriormente por uma editora para refletir sobre as influências que moldaram sua vida literária, intelectual e política. Com exceção do celebrado capítulo sobre Massangana, o engenho onde passou os primeiros oito anos da infância, e o capítulo sobre o Barão de Tautphoeus, não há muito mais na *Minha formação* sobre a sua infância, tampouco sobre seus sentimentos mais profundos. E não tem nenhum detalhe sobre a sua vida privada. *Minha formação* não era “o meu livro íntimo”, ele disse ao seu amigo Carlos Magalhães de Azeredo, mas confessou que este seria o livro que ele gostaria de escrever um dia. Nabuco jamais produziu o seu livro íntimo, porém em 1906 *Pensées détachées et souvenirs*, uma coleção de mais de 500

máximas morais e religiosas, a maioria escrita em Petrópolis em 1893, foi publicado em Paris.

Minha formação tem sido comparada, de alguma maneira, com os *Essais* de Montaigne e as *Confessions* de Rousseau, até com Proust *avant la lettre*, e também com a *Autobiography* (1873) de John Stuart Mill e os *Souvenirs d'enfance et de jeunesse* (1883) de Ernest Renan. Este último foi certamente uma inspiração. Mais apropriada talvez seja a comparação com *The Education of Henry Adams* (publicado postumamente em 1918), conforme apontou Gilberto Freyre em primeira mão. *Minha formação* é considerada um clássico na língua portuguesa. Existem inúmeras edições modernas do livro e continua a ser lido por sucessivas gerações de brasileiros.

Entretanto, em 1897 Nabuco foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, inspirado pela Académie Française, para a proteção e a promoção da língua portuguesa e da literatura brasileira. Foi o primeiro secretário-geral (e orador) e fez o discurso inaugural no dia 20 de julho. Durante dois anos ele se interessou de perto pelas atividades da ABL, assistindo todas as sessões, até junho de 1899, quando o presidente Machado de Assis anunciou que Nabuco iria sair para viver na Europa. Ele passou os dez últimos anos da sua vida em Londres, Paris, Roma e Washington e apenas uma vez, por dois meses em 1906, voltou para o Brasil.

Nabuco enganava-se ao pensar que sua vida pública havia terminado. Entretanto, em março de 1899, às vésperas do quinquagésimo aniversário, aceitou um convite do presidente Campos Sales, que ficara impressionado com *Um estadista do Império* apesar da defesa implícita no livro às ideias e instituições monárquicas, para se tornar chefe de uma missão especial em Londres dedicada a preparar e apresentar o caso brasileiro na disputa com a Grã-Bretanha pelas fronteiras do Brasil com o Essequibo / Guiana Inglesa, que teria arbitragem internacional. Nabuco voltou à carreira diplomática depois de vinte anos. E quando, em março de 1900, Arthur de Souza Corrêa, ministro brasileiro em Londres, faleceu subitamente aos quarenta anos, Campos Salles o convidou para assumir o posto de chefe da missão londrina, cargo

diplomático mais elevado do Brasil, apesar algumas dúvidas residuais em relação ao compromisso de Nabuco com a República. Nabuco apresentou suas credenciais à rainha Vitória em Windsor em 13 de dezembro de 1900, último diplomata estrangeiro a fazê-lo, uma vez que a rainha viria a falecer em janeiro seguinte.

Nabuco sempre considerou seu cargo na legação londrina como secundário ao seu trabalho como chefe da missão especial sobre a questão da Guiana Inglesa. Um tratado delineando os termos da arbitragem da disputa anglo-brasileira pelo rei da Itália foi assinado em novembro de 1901, e ele passou o ano seguinte inteiro preparando o caso brasileiro sob a forma de um memorando em cinco volumes intitulado *Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise: le droit du Brésil*. Em fevereiro de 1903, Nabuco fixou residência em Roma. Depois de os britânicos apresentarem o seu caso por escrito, Nabuco e seis assistentes prepararam a resposta brasileira sob a forma de mais três volumes intitulados *La prétention anglaise*, *Notes sur la partie historique du premier mémoire anglais* e *La preuve cartographique*. Um volume final, em quatro partes, concluindo por um *Exposé final*, foi preparado no inverno de 1903-4 em Genebra e Nice. No total, Nabuco apresentou ao rei da Itália duas mil páginas escritas, complementadas por mapas e documentos.

Em 14 de junho de 1904, Nabuco foi convocado ao Quirinal, juntamente com o embaixador britânico, para receber a decisão do rei Vittorio Emanuele sobre o território amazônico disputado por Grã-Bretanha e Brasil, trinta mil quilômetros quadrados de território quase desabitado ao norte da bacia do Amazonas. A decisão de conceder três quintos do território à Grã-Bretanha causou choque profundo em Nabuco. Estava confiante em relação à vitória na disputa. “Tendo feito todo o meu dever”, ele escreveu à sua esposa Evelina, “mas o coração sangra-me, parece-me que sou eu o mutilado do pedaço que falta ao Brasil”.

Menos de uma semana após a decisão do rei da Itália sobre a questão da Guiana, Nabuco recebeu um telegrama do Barão do Rio Branco, nomeado ministro das Relações Exteriores pelo presidente eleito

Rodrigues Alves em dezembro de 1902, com a notícia que a legação brasileira em Washington ganharia *status* de embaixada e convite para ser o primeiro embaixador brasileiro nos EUA. Washington, não Londres, escreveu Rio Branco, era agora “[o] posto mais importante para nós [...] Precisamos ali homem valor”. Nabuco hesitou antes de aceitar o posto. Como disse ao amigo e diplomata de carreira José Pereira Graça Aranha, autor de *Canaã* (1902) e seu colega na Academia Brasileira de Letras, que servira junto com ele como primeiro-secretário na legação de Londres, teria preferido mil vezes continuar servindo em Londres, ou ainda Roma ou Paris: “Washington é um duplo desterro porque se está longe do Brasil e da Europa... Não tenho entusiasmo algum pela ideia de ir lá acabar a minha carreira”. Mas ele já tinha declarado em agosto de 1902 quando o cargo de ministro foi oferecido a Rio Branco que desejava ser o parceiro e colaborador dele no que passara a considerar a prioridade da política externa brasileira: o estreitamento das relações com os EUA. Nabuco concordou ir para Washington devido a um forte desejo de “cooperar na fundação da nossa política americana”.

Durante o Império as relações políticas do Brasil com os Estados Unidos eram amigáveis, ainda que distantes. Entretanto, o Manifesto Republicano de 1870 concluiu com a célebre declaração: “Somos da América e queremos ser americanos”, e a Proclamação da República em 1889, junto com a participação brasileira na primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos em Washington em 1889-1890, é considerada o marco inicial da “americanização” da política exterior brasileira. Durante a primeira e turbulenta década da República, o Brasil manteve estreitas relações com as principais potências europeias, sobretudo a Grã-Bretanha, mas priorizou o reforço da relação cada vez mais estreita do Brasil com os EUA.

Grandes mudanças geopolíticas, econômicas e culturais vinham ocorrendo no mundo às vésperas do século XX. Surgiram de novas potências econômicas, navais e militares – na Europa, a Alemanha, e nas Américas, os EUA. A afirmação da hegemonia norte-americana no hemisfério ocidental foi assinalada pelo secretário de Estado Richard Olney no famoso comentário feito durante a crise venezuelana de 1895:

“Os EUA são praticamente soberanos neste continente, e suas ordens são lei em relação aos assuntos nos quais exerce sua interposição”. Segundo o pensamento geoestratégico de Rio Branco, havia *dois* gigantes no hemisfério ocidental, ainda que, sem dúvida, desiguais: os EUA ao Norte, e o Brasil ao Sul. Interessava ao Brasil o alinhamento político com os EUA. Nos quase dez anos como ministro das Relações Exteriores, até sua morte em 1912, período durante o qual serviu a quatro presidentes, Rio Branco buscou consolidar a reorientação da política externa brasileira em direção aos Estados Unidos.

Quando Nabuco refletia sobre as relações do Império brasileiro com o resto do mundo, ele pensava sobretudo na Europa, especialmente a dependência comercial e financeira do Brasil em relação à Grã-Bretanha. Até os 40 anos dedicava pouca atenção às relações do Brasil com os Estados Unidos (ainda menos com América espanhola, que ele vai caracterizar no seu livro sobre o presidente chileno Balmaceda como “um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia”). Após 1889, como dedicado monarquista, Nabuco tinha bons motivos para ser hostil aos Estados Unidos. O país era um modelo político para os republicanos brasileiros; o governo republicano buscava uma aproximação com os EUA; e durante a revolta naval de 1893-94, que foi uma tentativa de restaurar a monarquia brasileira, os EUA apoiaram a “ditadura” de Floriano Peixoto. Quando no livro *A ilusão americana* (1893) seu amigo e também monarquista Eduardo Prado condenou com veemência o expansionismo territorial, o intervencionismo e a exploração econômica da América Latina pelos EUA, Nabuco confessou no seu diário que gostaria de ter sido o autor.

Entretanto, durante a década seguinte, como Rio Branco, Nabuco havia passado a acreditar com firmeza em uma política externa brasileira baseada, acima de tudo, na amizade com os EUA. A ascendência dos Estados Unidos no continente americano era “natural” e, de modo geral, benéfica. O Brasil não tinha razão a temer intervenção norte-americana. Mas se os EUA pudessem estabelecer a ordem e a estabilidade na América espanhola, o que era necessário, era do interesse nacional do Brasil. Além do mais Nabuco havia se tornado – e permanecia – extremamente preocupado com as ameaças à integridade territorial

do Brasil representadas pela ressurgência do imperialismo europeu desde o Congresso de Berlim, em 1885, mais evidente na África e na Ásia. Representava uma ameaça potencial ao Brasil (e à América espanhola) muito maior do que o imperialismo norte-americano. Ele passara a acreditar que, longe de constituir uma ameaça à soberania dos estados independentes da América Latina, a Doutrina Monroe era a melhor garantia de que não haveria “recolonização europeia” da América. Como ministro brasileiro em Londres, em junho de 1901, Nabuco escreveu ao amigo Tobias Monteiro, secretário do presidente Campos Sales na época, que ninguém era “maior monroísta do que eu [...] se não fosse o espantalho norte-americano [...] a Europa já estaria tratando a América do Sul como a China, a Ásia e a África”. Não há dúvida de que a experiência de Nabuco e sua eventual derrota na arbitragem internacional das fronteiras do Brasil com a Guiana britânica serviram para reforçar sua preocupação em relação às ameaças europeias ao território brasileiro.

Nabuco apresentou suas credenciais como embaixador do Brasil a Theodore Roosevelt, que iniciava seu segundo mandato como presidente dos EUA, em 24 de maio de 1905. “Considero [esta] data”, disse ele a Rio Branco em um telegrama enviado no dia seguinte, “tão grande nossa ordem externa quanto 13 de maio 1888 [data da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil] nossa ordem interna”. Por ele mesmo, declarou em discurso mais tarde, a causa das relações mais estreitas entre Brasil e Estados Unidos passou a ocupar o vazio em sua alma deixado pela conquista bem-sucedida de outra grande causa, a abolição da escravatura no Brasil. Em dezembro de 1905, Nabuco escreveu ao presidente eleito Afonso Pena que teria satisfação em continuar servindo em Washington caso a política do novo governo fosse “francamente americana”. Caso contrário, “talvez fosse melhor não ter aqui um monroísta tão pronunciado como eu”.

O livro *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, morto em 1901, que ele um dia desejara ter escrito, era agora, segundo disse Nabuco a Graça Aranha, “um livrinho que nos faz muito mal, entretém no espírito público a desconfiança contra este país, nosso único aliado possível”. E ele encerrou a sua amizade com o seu conterrâneo, o

diplomata, escritor e cofundador da Academia Brasileira de Letras Manoel de Oliveira Lima, quando ele, em uma carta dele enviada de Caracas em março de 1906, criticou o entusiasmo de Nabuco por relações cada vez mais estreitas com os EUA, à exclusão de todos os outros países, “a política de excessivo americanismo”, um *entente ultra-cordiale*.

A terceira Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada no Rio de Janeiro de 25 de julho a 27 de agosto de 1906, trouxe Nabuco ao Brasil pela primeira vez em sete anos, como chefe da delegação brasileira e presidente da Conferência. Assim como nas duas anteriores, a conferência produziu poucos resultados concretos, tendo representado sobretudo um exercício destinado à manutenção de boas relações entre os Estados americanos. Nabuco conseguiu controlar com firmeza o antiamericanismo dos representantes hispano-americanos, agora dirigido sobretudo ao chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe no pronunciamento anual do presidente Roosevelt ao Congresso em dezembro de 1904: “No hemisfério ocidental, os Estados Unidos podem ser forçados, por maior que seja a sua relutância, a exercer um poder de polícia internacional”.

Em Washington Nabuco havia desenvolvido uma amizade próxima com Elihu Root, o secretário de Estado do segundo mandato de Roosevelt, e convenceu-lhe a comparecer no Rio de Janeiro, um fato sem precedentes: seria a primeira visita oficial ao estrangeiro de um secretário de Estado norte-americano. Nabuco considerou a visita de Root ao Rio um acontecimento de enorme significado político, “uma oportunidade única [...]”, ele escreveu ao dono e editor do *Jornal do Commercio* José Carlos Rodrigues (e repetiu em correspondência com o presidente Rodrigues Alves, o presidente eleito Afonso Pena e o próprio Rio Branco), “para lançarem as primeiras bases sólidas de uma *entente* que acredito destinada a se tornar um dia em aliança”. Por isso Nabuco ficou decepcionado com Rio Branco na conferência. Ele falou sobre a importância das relações estreitas do Brasil com os Estados Unidos, porém amizade americana não significa a subalternização brasileira, a condição passiva de satélite. Em geral ele apoiou os Estados Unidos nas suas relações com as repúblicas

hispano-americanas, mas ao mesmo tempo mostrou uma preocupação relacionada ao Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe e ao uso do *Big Stick* para consolidar a hegemonia norte-americana no hemisfério. E no discurso de abertura da conferência ele escolheu de enfatizar as raízes e os vínculos, políticos, econômicos e culturais, do Brasil e da América Espanhola com a Europa!

Após a Conferência Pan-Americana no Rio, o presidente Afonso Pena havia convidado Nabuco para ser o chefe da delegação brasileira na segunda Conferência de Paz de Haia, em junho de 1907, estreia do Brasil no cenário mundial. Entretanto, a imprensa carioca fez uma campanha intensa em favor de Rui Barbosa, que acabou sendo o escolhido. Nabuco recusou ir a Haia, seja como o número dois ou como chefe, junto com Rui. Mas concordou em ir a Paris para apresentar os membros da delegação brasileira à delegação americana e também fazer lobby com os americanos em favor dos interesses brasileiros.

Nabuco se viu quase sozinho em sua consternação diante da política brasileira em Haia. Em resposta ao argumento norte-americano de que apenas as grandes potências deveriam ter representação permanente na Corte Internacional de Justiça ali proposta, Rui Barbosa, de acordo com as instruções do Rio Branco, apoiou as repúblicas hispano-americanas e proferiu um discurso sensacional sobre a igualdade entre as nações, grandes e pequenas, diante do direito internacional. Nabuco discordava do princípio da igualdade absoluta de todas as nações. “Isso não seria igualdade”, escreveu a Rui, “mas desigualdade”, que o voto de uma nação de um ou dois milhões de homens deva ter o mesmo peso que o de outra de cinquenta ou oitenta milhões – Honduras, Haiti e Panamá na mesma situação que a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos. Em cartas para Rio Branco e Rui Barbosa, ressaltou esse ponto com relação à União Pan-Americana em que todas as repúblicas eram iguais. Assim, o voto de Nicarágua anula o dos Estados Unidos, o Brasil vale menos que duas quaisquer repúblicas da América Central. O EUA e o Brasil eram “as principais repúblicas do hemisfério”, e por isso o Brasil merecia “o lugar privilegiado” junto aos EUA. A decisão do Brasil de se alinhar às repúblicas hispano-americanas contra os EUA em Haia, Nabuco acreditou, faria aumentar o ressentimento e

má vontade norte-americanos e enfraquecer a relação entre os dois países. Desfez todo o seu trabalho para a aproximação americana, a única política externa possível, escreveu ele a Graça Aranha, sentindo-se “inteiramente isolado”.

Ao mesmo tempo, o maior receio de Nabuco era que o Brasil pretendesse substituir a aproximação americana por “outras alianças”. Para Rio Branco, duas repúblicas hispano-americanas, Chile e Argentina, haviam começado a ter avanços econômicos e políticos significativos nos últimos anos. Ele desenvolveu, então, a ideia de um Pacto ABC (Argentina, Brasil, Chile), as três grandes nações da América do Sul. Seguiu acreditando que uma aliança informal era desejável. Em julho de 1907, Nabuco discorreu para o amigo Alexandre Barbosa Lima, ex-governador de Pernambuco, que “na América... o Brasil não pode hesitar entre os Estados Unidos e a América espanhola”. A aliança tácita com os EUA era “o alfa e o ômega da nossa política externa”. A “tríplice aliança sul-americana” de Rio Branco, e na verdade “qualquer aliança sul-americana”, era “absurdo”, “fatal”, e teria “consequências desastrosas”. A Rio Branco e ao presidente Afonso Pena chegou a dizer que transferir o “eixo de segurança” dos EUA para o Rio da Prata causaria “desconfianças e atritos” em Washington. Ele só havia aceitado o posto em Washington “para fazer nele política de aproximação americana, e para ela a nossa aliança com a Argentina e o Chile, que não fosse uma pura cortesia [...] seria o dobre fúnebre”. Em janeiro de 1909, Nabuco disse ao seu cunhado, o famoso oftalmologista Hilário de Gouveia, que Rio Branco estava pensando em substituí-lo (“em dar-me o meu 13 de maio”) em parte devido à sua “orientação diferente”: “Ele confia na Alemanha, na França, na Itália, no Chile, na Argentina, não sei em quem mais, e eu só confio nos Estados Unidos”.

Os anos de 1908 e 1909, nos quais suas preocupações com a saúde aumentaram, foram dedicados às obrigações diplomáticas em Washington, à preparação da quarta Conferência Pan-Americana, que aconteceria em Buenos Aires em julho de 1910 e à qual ele fora convidado como líder da delegação brasileira, e à preparação de uma série de palestras proferidas nas principais universidades norte-americanas:

em Yale, onde recebeu título de *doutor honoris causa*, sobre *The Place of Camões in Literature* [O lugar de Camões na literatura] e *The Spirit of Nationality in the History of Brazil* [O sentimento da nacionalidade na história do Brasil] (14 e 15 de maio de 1908); em Chicago sobre *The Approach to the Two Americas* [A aproximação das duas Américas] (28 de agosto de 1908); em Vassar (21 de abril de 1909) e Cornell (23 de abril de 1909), novamente sobre Camões; e finalmente em Madison, Wisconsin sobre *The Share of America in Civilization* [A contribuição da América à civilização] (23 de junho de 1909).

Em *Minha formação*, Nabuco escreveu que, apesar de reconhecer a contribuição que os EUA estavam fazendo para a “civilização material”, “na ordem intelectual e moral [...] os Estados Unidos não têm o que mostrar”. “É possível que a civilização americana venha um dia a ser mais grandiosa do que qualquer que o mundo conheceu, mas [...] a sua missão na história é ainda a mais absoluta incógnita. Se ele desaparecesse de repente, não se pode dizer o que é que humanidade perderia de essencial, que raio se apagaria do espírito humano: não é ainda como se tivesse desaparecido a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, a Espanha”. Uma década mais tarde, Nabuco havia se tornado um grande admirador da civilização norte-americana, que considerava em essência uma extensão da europeia, sobretudo da inglesa. As contribuições dos Estados Unidos à civilização incluíram não apenas o bem-estar material, mas também a individualidade e a liberdade (“nascida da semente inglesa... caracteristicamente anglo-saxônica”), a democracia (“novidade genuína... distintamente americana”), a educação pública ampla e gratuita, a imigração (“a maior força da civilização... sem dúvida força americana”), o respeito à mulher (“em oposição à tendência geral”), e *last but not least*, igualdade de condições sociais entre todas as classes da nação. Na sua opinião, contudo, não havia prova alguma de que a hegemonia intelectual e cultural estivesse se deslocando da Europa para os EUA. “A Europa não começou a decair”, ele declarou. “Durante muitos séculos, Europa e América vão liderar juntos”.

A palestra em Madison em junho de 1909 foi lida por um representante, pois Nabuco já estava adoentado demais para viajar. Ele faleceu em Washington, aos 60 anos, em 17 de janeiro de 1910.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Joaquim Nabuco:

Cartas a amigos, Vol. I, 1864-98; Vol. II, 1899-1909 (In: *Obras completas*, vols. XIII e XIV). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

Diários, Vol. I, 1873-1888; Vol. II, 1889-1910. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias/Recife: Editora Massangana, 2005. Prefácio e notas Evaldo Cabral de Mello.

Joaquim Nabuco: correspondente internacional 1882-1891. CARVALHO, José Murilo de; SANDRONI, Cícero e BETHELL, Leslie (Orgs.). 2 vols. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras e Editora Global, 2013.

O abolicionismo. Londres: Abraham Kingdon, 1883; Rio de Janeiro: Topbooks, 1988; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Brasília: Editora UnB, 2003 (Introdução por Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo).

Balmaceda. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1895; São Paulo: Cosac Naify, 2008 (Prólogo por Jorge Edwards, Posfácio por José Almino de Alencar).

A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1896.

Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. 3 vols, Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1897-8; 2 vols, São Paulo: Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, 1936; 1 vol. Editora Nova Aguilar, 1975 (Introdução por Afonso Arinos de Melo Franco; 2 vols, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (Prefácio por Raymundo Faoro, Posfácio por Evaldo Cabral de Mello).

Minha formação. Rio de Janeiro: Garnier, 1900; 2a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934; Senado Federal, Brasília, 1998 (introdução por Gilberto Freyre); 14a. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 2004 (Introdução por Evaldo Cabral de Mello); São Paulo: Editora 34, 2012 (Introdução por Alfredo Bosi).

Joaquim Nabuco, embaixador. Vol. 1, 1905-1907, vol. 2, 1908-1910. Rio de Janeiro: CHDD/ Brasília: FUNAG, 2011.

Pensées détachées et souvenirs, Paris: Hachette, 1906.

Discursos e conferências nos Estados Unidos. Trad. Artur Bomilcar. Rio de Janeiro: B. Aguila, 1911.

Camões e assuntos americanos: seis conferências em universidades americanas. Trad. Carolina Nabuco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Foi voulue: mysterium fidei. Departamento de Estudos Portugueses, Universidade de Aix-en-Provence, 1971; trad. em português *Minha fé*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1985.

Fontes secundárias

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

ALONSO, Angela, Joaquim Nabuco; diplomata americanista. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro*. Formuladores e agentes da política externa (1750-1964). 3 vols. Brasília: FUNAG, 2013, v. II, p. 359-403.

BETHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco no mundo*. Abolicionista, jornalista e diplomata. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2016.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. Joaquim Nabuco. In: COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

CAVALCANTI, Helenilda; COUCEIRO, Sylvia (Orgs.). *Joaquim Nabuco e nossa formação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2012.

NABUCO, Carolina. *Vida de Joaquim Nabuco*, por sua filha. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

PEREIRA, Paulo Jose dos Reis. *A política externa da Primeira República e os Estados Unidos. A atuação de Joaquim Nabuco em Washington (1905-1910)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco. Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

Biografias

Joaquim Nabuco nasceu em 19 de agosto de 1849 no Recife, Pernambuco. Foi formado nas Faculdades de Direito em São Paulo e no Recife (1866-70). Publicou o seu primeiro livro, *Camões e os Lusíadas*, em 1872. Em abril de 1876, aos 26 anos, iniciou uma curta carreira diplomática como adido na legação brasileira em Washington e depois em Londres. Foi eleito à Câmara dos Deputados pela primeira vez em setembro de 1878. Foi deputado em 1879-81, 1885, 1887-8, e ocupou o papel principal na campanha contra escravidão no Brasil, dentro e fora do parlamento, no Brasil e no exterior, até abolição em 1888. Foi correspondente internacional pelo *Jornal do Commercio* (1882-4), *O Paiz* (1887-8) e *Jornal do Brasil* (1891) em Londres, onde escreveu *O abolicionismo* (1883). Na década depois a queda do Império em 1889, ele escreveu vários livros incluindo *Balmaceda* (1895), *Um estadista do Império* (3 volumes, 1897-8), a biografia do seu pai, e sua autobiografia *Minha formação* (1900). Em 1897, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e o seu primeiro secretário-geral. Na última década de sua vida ele voltou ao mundo da diplomacia. Serviu como ministro brasileiro em Londres (1900-04) e primeiro embaixador brasileiro aos Estados Unidos (1905-10). Ele faleceu em Washington aos 60 anos em 17 de janeiro de 1910.

Leslie Bethell, historiador inglês, é professor emérito de História da América Latina, e ex-diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos (1987-92) na Universidade de Londres; Fellow Emérito do St Antony's

College, e diretor fundador do Centro de Estudos Brasileiros (1997-2007) na Universidade de Oxford; organizador do *Cambridge History of Latin America* publicado em 12 volumes pela Editora da Universidade de Cambridge, 1984-2008, também em espanhol, chinês e português (em 10 volumes pela Editora da Universidade de São Paulo, 1997-2018). Ele é autor de livros sobre a história política, social e cultural da América Latina, especialmente o Brasil, nos séculos XIX e XX, incluindo *The Abolition of the Brazilian Slave Trade* (1970; trad. em português, 1976 e 2002); (com Ian Roxborough) *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-1948* (1992; trad. em português, 1996); (com José Murilo de Carvalho) *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos* (2008); *Landseer. Desenhos e Aquarelas de Portugal e do Brasil, 1825-1826* (2010); *Joaquim Nabuco no mundo: abolicionista, jornalista e diplomata* (2016); *Por que o Brasil? Ensaios de história e política* (2024). Desde 2007 ele vive no Rio de Janeiro. Ele é ocupante da Cadeira 16 dos sócios correspondentes da Academia Brasileira de Letras.

Aluísio Azevedo

Orna Levin



Quando os quarenta membros fundadores da Academia Brasileira de Letras tomaram oficialmente posse das cadeiras vitalícias no panteão da glória literária, Aluísio Azevedo já não morava no Brasil. Vivia na cidade portuária de Vigo, na região da Galícia, onde trabalhava no consulado brasileiro. Tinha assumido seu primeiro posto no exterior em março de 1896, poucos meses depois de obter uma aprovação no concurso para ingresso na carreira diplomática. Experimentava uma nova fase, dedicando-se quase exclusivamente às obrigações do serviço consular. O trabalho e a distância que separava o continente europeu do Rio de Janeiro o impediram de comparecer à solenidade de fundação da Academia. Não pôde presenciar a cerimônia presidida por Machado de Assis, que assinou a ata em 20 de julho de 1897 consagrando-o imortal da Cadeira de número quatro.

Apesar de afastado do país e sem condições de participar da solenidade, Aluísio Azevedo continuava próximo dos colegas com os quais trocava correspondência. Procurava manter-se informado dos acontecimentos e das novidades no meio literário. Era natural que preservasse o contato epistolar, já que dentre os acadêmicos eleitos estavam seu próprio irmão, Arthur Azevedo, e conterrâneos maranhenses com os quais possuía afinidades: o poeta Raimundo Correia, o amigo Coelho Neto e Graça Aranha, jovem advogado que o aconselhou a prestar o concurso em 1895 e o ajudou nos preparativos para os exames instituídos no início do regime republicano pelo Ministério das Relações Exteriores. Graça Aranha contava com sua absoluta confiança. Ao deixar o Brasil, Azevedo lavrou uma procuração para

que o amigo negociasse com a editora Garnier a venda dos direitos de publicação de todos os seus romances.

Aluísio Azevedo era então um dos romancistas mais populares do país. Possuía uma obra romanesca extensa e bem-aceita pelos leitores comuns. Ao longo da década de 1880, seus livros chegaram a ter mais de três tiragens sucessivas em um mesmo ano. O reconhecimento dos pares que o imortalizaram significava a coroação de uma obra ficcional gestada com o propósito de atender ao consumo do grande público, além de corresponder às expectativas da crítica. Tanto assim que a boa aceitação dos livros no mercado abriu caminho para que o escritor recebesse uma proposta editorial vantajosa da casa Garnier. A editora, que então estava sob o comando de Hippolyte Garnier, dez anos depois de ter adquirido licença para reeditar quatro romances de sua lavra, decidiu comprar os direitos de propriedade sobre toda a obra de ficção. Em 1897, Aluísio Azevedo assinou o contrato de venda perpétua dos títulos pelo valor de dez contos de réis. A transação intermediada por seu procurador representou a cessão dos direitos de publicação dos romances e contos, garantindo-lhe estabilidade financeira e à prestigiosa editora o controle total sobre os relançamentos futuros. Convém assinalar que raramente a oportunidade de reeditar a obra completa era concedida aos prosadores brasileiros. Os nacionais enfrentavam a concorrência estrangeira e precisavam rivalizar com as traduções baratas que inundavam as livrarias. Nesse sentido, Aluísio Azevedo, apesar de ter-se queixado com frequência das dificuldades para sobreviver da escrita ficcional, conseguiu conquistar renome, consagrando-se em vida.

Do ponto de vista da história literária, o autor maranhense ganhou relevo na posteridade como um dos iniciadores do Naturalismo no Brasil. O romance *O mulato* (1881) é considerado um marco propulsor do movimento naturalista brasileiro. No Norte, o precursor foi Inglês de Souza, autor de *O cacauleta* (1876) e ocupante da Cadeira 28 da Academia. Costuma-se atribuir o pioneirismo da corrente naturalista a Aluísio Azevedo devido ao papel que assumiu como porta-voz das posições contrárias às instituições do Império e à visibilidade nacional que angariou com *O mulato*. A capacidade de provocar reações fortes

e mobilizar a opinião pública em torno dos assuntos controversos conferiram ao maranhense um lugar de proa na série literária brasileira.

Aluísio Azevedo escreveu seu primeiro romance de feição naturalista depois de regressar à terra natal por causa da morte do pai, Davi Gonçalves de Azevedo, um comerciante culto, ligado à maçonaria, que participou da criação do Gabinete Português de Leitura e desempenhou a função de vice-cônsul de Portugal em S. Luís do Maranhão. O desaparecimento repentino do pai forçou o jovem a interromper a estadia no Rio de Janeiro, para onde havia se transferido em 1876, aos dezenove anos, com o objetivo de realizar estudos preparatórios de pintura e ingressar na Imperial Academia de Belas Artes. Em companhia de Artur Azevedo, que já residia na cidade desde 1873, ele integrou o círculo boêmio e intelectual da corte. Enquanto viveu na capital, travou contato com poetas, artistas, jornalistas e escritores, a maioria deles republicanos, abolicionistas, anticlericais e positivistas. De acordo com o biógrafo Jean-Ives Mérian, Aluísio Azevedo conviveu durante dois anos com Fontoura Xavier, Artur Barreiros, José do Patrocínio, Teófilo Dias e Lopes Trovão, dentre outros contestadores do regime monárquico que ocupavam as colunas da imprensa para propagar ideais novas. As correntes de pensamento racionalista e materialista herdadas da geração de 1870 portuguesa estavam sendo disseminadas. Artigos, crônicas, charges e poemas estampados nos periódicos fermentavam os círculos intelectuais da cidade. Especialmente os espetáculos de teatro suscitavam discussões apaixonadas nas páginas das revistas ilustradas. Ficou famosa a polêmica a propósito de *O Primo Basílio* de Eça de Queirós, na qual Machado de Assis esteve envolvido. Aluísio Azevedo participou de forma direta na querela sobre a adaptação teatral do romance em 1878, enquanto tentava ganhar a vida como redator e ilustrador.

Jovem e talentoso, antes de tentar se profissionalizar como romancista, Aluísio Azevedo lançou mão das habilidades de pintor para se sustentar na corte. Com apoio de uma rede de proteção, que incluía o experiente jornalista contrerrâneo e deputado-geral Joaquim Serra, teve a chance de receber encomendas de retratos a óleo e fornecer desenhos para periódicos humorísticos. Começou

na redação da revista *O Fígaro* e colaborou com *Mequetrefe*, *Semana Ilustrada* e *Comedia Popular*. Nessa última, adotou uma linha similar à do caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro, editor de *O Besouro*, de quem colheu inspiração. Em vários números de sua revista satírica, Bordalo Pinheiro ridicularizou a censura moral lançada contra *O Primo Basílio*. O caricaturista era amigo de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, cujos textos passaram a ser publicados na *Gazeta de Notícias* em 1878. Supõe-se que a formação literária de Aluísio Azevedo deva muito à leitura das *Cartas Portuguesas*, de Eça de Queirós, e às *Farpas* de Ramalho Ortigão. Nas ilustrações que realizou nessa época, nota-se a defesa enfática do “romance moderno” de Eça de Queirós e o tom de reprovação ao regime imperial. As imagens satíricas que antecedem a redação dos romances indicam o engajamento crescente de Azevedo nas ações políticas. Os temas abordados nos desenhos, assim como o traçado hiperbólico das alegorias, prenunciam o tratamento que ele daria à literatura. Os recursos gráficos seriam transpostos para os romances naturalistas emprestando plasticidade às descrições dos ambientes e à figuração das personagens típicas. O próprio escritor chegou a confessar a Coelho Neto o método que usava para compor as narrativas: “Fiz-me romancista, não por pendor, mas por me haver convencido da impossibilidade de seguir a minha vocação, que é a pintura. Quando escrevo, pinto mentalmente. Primeiro desenho os meus romances e depois redijo-os”. O acadêmico Rodrigo Otávio, que o visitou em 1907, quando Azevedo servia no consulado brasileiro de Nápoles, deixou um testemunho parecido no volume *Minhas memórias dos outros*:

Tinha um modo interessante de trabalhar; procurava conviver com as personagens dos episódios que estava escrevendo. Para isso, para materializar esse convívio, ele mesmo, bom desenhista, completada a idealização de seu novo romance, pintava, a cores, sobre papelão, as respectivas figuras; recortava-lhes os contornos; pregava-lhes um pequeno bloco de madeira, de modo que pudessem ter de pé, e era rodeado por esses vultos eretos na sua mesa de trabalho, em torno de sua pasta, representando os figurantes das cenas que estava escrevendo.

É fato que Aluísio Azevedo jamais deixou de lado a arte do desenho, praticando-a seja em esboços para ficção, seja em pinturas para cenografia teatral ou para figurinos. Contudo, fez uma transição profissional rumo à escrita jornalística, à dramaturgia e à prosa de ficção. Na volta ao Maranhão, participou da imprensa republicana e estreou na ficção. Usando o pseudônimo Pitibri, redigiu matérias para *A Flecha*, de João Afonso do Nascimento, e aproximou-se de jovens progressistas, como Eduardo Ribeiro, Vitor Lobato e João Moraes Rego. Na província, encontrou a juventude motivada pela atuação do jurista Celso de Cunha Magalhães, egresso da Faculdade de Direito de Recife que, entre 1873 e 1879, ano em que faleceu, fora um incansável divulgador do pensamento de Comte, Spencer e Darwin. De acordo com Josué Montello, Magalhães entusiasmara a mocidade com seus artigos, discursos e conferências de divulgação das novas doutrinas filosóficas. Além de debatedor ardoroso, o jurista teve uma atuação importante na defesa de escravos e vítimas de maus-tratos, tornando-se uma fonte motivacional para os moços. É plausível supor que a imersão nos círculos intelectuais da província tenha estimulado o jovem Aluísio Azevedo a introduzir postulados do positivismo em *O mulato* e a aderir ao modelo naturalista do romance de tese.

Discutia-se no Maranhão a necessidade de separar a Igreja do Estado, dar fim ao celibato, instituir o ensino laico e implementar transformações profundas na sociedade. Impulsionado pela efervescência dos debates, Aluísio Azevedo mergulhou de corpo e alma na composição de *O mulato*. O confronto dos republicanos com o clero local havia se intensificado depois da Questão dos Bispos, opondo os jornalistas e maçons aos católicos conservadores. Duas folhas novas engrossaram a linha de frente da causa anticlerical: *O Pensador*, de Eduardo Ribeiro, e *Pacotilha*, diário fundado em outubro de 1880 por Libânio Vale, Vitor Lobato e o redator-chefe Aluísio Azevedo, que assinava matérias com os pseudônimos Giroflê e Lhinho. A luta pelo fim do trabalho escravo também vinha ganhando tração na esteira das propostas apresentadas por Joaquim Nabuco na Câmara. Em novembro de 1880 instalou-se a Sociedade Abolicionista do Maranhão, sob a presidência de Temístocles da Silva Maciel Aranha, figura influente e pai de Graça Aranha.

O jornalista Temístocles Aranha era dono e diretor de *O País*, um órgão de caráter informativo e comercial com importante penetração na região. Na tipografia desse jornal foram impressos os originais do manuscrito de *O mulato*, entregue ao prelo no final de 1880. Aluísio Azevedo redigiu o manuscrito em ritmo acelerado, impelido pela ebulição do momento. A publicação escandalizou a sociedade maranhense e provocou a ira dos representantes do clero.

A trama de *O mulato* se ergue sobre as bases de uma intriga amorosa convencional. Apesar da concepção naturalista, o enredo conserva ingredientes de sabor romântico. Acompanha o envolvimento do protagonista Raimundo, filho bastardo de José Pedro da Silva (um imigrante português que enriqueceu do tráfico de escravos), com a prima Ana Rosa, filha de Manuel Pescada. Raimundo retorna ao Maranhão com um título de bacharel que obteve em Portugal, movido pelo desejo de descobrir a verdade sobre suas origens. Jovem, elegante, intelectual e progressista, ele toma consciência da condição de mestiço somente ao descobrir que é filho da escrava Domingas. Ana Rosa apaixonou-se por ele e se entrega como forma de pressionar a família, que desaprova o casamento com o primo mulato. O casal planeja fugir, mas é impedido pela intervenção do caixeiro Luís Dias, empregado de Manuel Pescada. Incentivado pelo cônego Diogo, o caixeiro assassina Raimundo, a fim de conquistar a filha de seu patrão. O cônego, por seu turno, age motivado pelo passado. Arquiteto intelectual do crime, ele fora o algoz do pai de Raimundo, que o flagrou em adultério com a esposa, punindo-a de morte. Por fim, o destino trágico do mulato impede a felicidade dos amantes. Contudo, na cena de encerramento, Ana Rosa está casada e feliz ao lado de Luís Dias.

Com tal desfecho Aluísio Azevedo pretendeu que o romance apresentasse uma denúncia contra o preconceito de cor e a hipocrisia da tradicional burguesia maranhense em cumplicidade com a Igreja. Combinou cenas bem elaboradas de costumes regionais com episódios que configuram críticas ácidas ao clero e à mentalidade conservadora da elite local. Possivelmente, as linhas gerais da narrativa reproduzem experiências vividas pelo poeta maranhense Gonçalves Dias, patrono da Cadeira de número quinze da Academia, que, tal como o protagonista,

era filho de imigrante português com mãe de sangue africano e indígena. Versado em latim e francês, Gonçalves Dias se titulou bacharel em Coimbra. Durante o curso de Direito, escreveu o poema antológico “Canção do exílio”. Desafortunado no amor, sofreu interdição semelhante à de Raimundo ao ser impedido de contrair matrimônio com Ana Amélia Ferreira Vale, filha de uma família distinta do Maranhão, supostamente em virtude de sua ascendência bastarda e mestiça. Morreu em 1864, aos 41 anos, devido ao naufrágio do navio de bandeira francesa nas proximidades da costa do Maranhão na ocasião em que regressava de uma viagem para tratamento de saúde na Europa. Aluísio Azevedo imprimiu à infelicidade do grande poeta do indianismo romântico um tempero forte, aguçado pela virulência guerreira que reforçava no romance naturalista o tom de inconformismo e indignação característicos do momento de militância anticlerical e abolicionista. A repercussão foi imediata. O lançamento de *O mulato* acirrou o duelo com padres ultramontanos ligados ao jornal *A Civilização*. Os redatores se posicionaram com insultos e acusações, conforme mostrou o trabalho pioneiro de reconstituição do embate realizado por Josué Montello (1975). O resgate das críticas suscitadas pela aparição de *O mulato* expôs a atmosfera tensionada dos dois lados. Os ataques chegaram ao tribunal com a acusação criminal em processo movido pelo padre Francisco José Batista no qual Aluísio Azevedo foi citado.

Ameaçado pelas acusações e injúrias, o escritor decidiu deixar o Maranhão. Embarcou no vapor Espírito Santo a 7 de setembro de 1881 com destino à corte, onde *O mulato* havia sido saudado no mês de julho pelo crítico Urbano Duarte como novidade salutar vinda do Norte, capaz de arejar a literatura brasileira. O estreante recebeu elogios, embora a prevenção contra romances forjados em sintonia com a escola naturalista de Émile Zola se manifestasse na voz da maioria dos críticos que residiam na capital. Aluísio Azevedo foi cobrado por emular o autor francês e por incorrer em excessos no uso do estilo colérico. Contudo, Araripe Júnior, simpatizante da nova escola, reconheceu no livro a força e o fôlego do escritor novato que se exprimia com arrojo e pulsos cerrados. Na expectativa de vê-lo

progredir, comemorou o frescor de seu talento. Anos mais tarde, no prefácio à segunda edição de *O mulato*, Aluísio Azevedo agradecerá a recepção calorosa que recebera na imprensa fluminense. Tomaria, porém, o cuidado de rever o manuscrito. Na versão relançada pela editora Garnier, que chegou às livrarias em maio de 1889 em comemoração ao primeiro aniversário da Abolição, introduziu modificações. Alterou trechos e eliminou as marcas da exagerada retórica anticlerical.

Na transferência para o Rio de Janeiro, em 1881, Aluísio Azevedo trouxe consigo a determinação de ser um escritor profissional. Aos 24 anos e tendo publicado um livro de impacto nacional, desejava seguir a trilha literária e se firmar como autor de romances modernos. Mais uma vez, o irmão Artur o socorreu, abrindo-lhe espaço na redação da recém-criada *Gazetinha*, de que era diretor e proprietário. Aluísio se empenhou em elaborar com rapidez o folhetim *Memórias de um condenado*. Forneceu os capítulos que ganharam stampa no rodapé da *Gazetinha* entre 1º de janeiro e 7 de junho de 1882. Concluído o folhetim, preparou a edição em livro e deu-lhe o título definitivo de *A Condessa Vésper*. No final do 1882, enviou para o republicano *Folha Nova* os episódios de *Mistério da Tijuca*. Produziu os capítulos do folhetim durante o verão, publicando-os entre 23 de novembro 1882 e 18 de fevereiro de 1883. Ao término da série, revisou e rebatizou o romance com o título *Girândola de amores*. Como escritor e jornalista, dominava a técnica da ficção seriada, amplamente conhecida do público que seguia com interesse as traduções de romances franceses disseminadas nos rodapés de diários e hebdomadários. Aluísio Azevedo recorria às fórmulas da convenção, recheando a narrativa de peripécias e aventuras sentimentais palatáveis, pois precisava agradar os leitores e assim captar assinantes. Ao mesmo tempo, inseria passagens nas quais explicitava a intenção de educar o leitorado, sobretudo o feminino, quanto à necessidade de modernizar a sociedade de acordo com o pensamento científico. Nos rodapés da mesma *Folha Nova*, publicou os primeiros fragmentos do folhetim *Casa de pensão*, divulgados a partir de 8 de março de 1883. Entretanto, em 20 de maio a publicação foi suspensa sem qualquer explicação. Suspeita-se que a interrupção tenha alguma relação com o anúncio que divulgava a subscrição do

romance em fascículos, o que jamais se confirmou. Em 1884, o livro veio à tona pelo selo Faro & Lino, editora que lançaria a terceira edição no formato popular.

Em *Casa de pensão* o escritor mostrou avanços na realização do romance de tese. Concebeu uma narrativa naturalista em sintonia com os princípios da experimentação científica, focalizando um ambiente circunscrito pela moradia compartilhada. A perspectiva adotada privilegiou o exame de temperamentos, de maneira a observar bem de perto a conduta dos proprietários de uma casa de família convertida em casa de cômodos, na qual convivem inquilinos de idades variadas e ocupações distintas. O romancista quis levantar uma interrogação moral sobre o comportamento da sociedade fluminense e alertar para a problemática da locação de quartos. O assunto da moradia compartilhada encontrava-se na pauta da imprensa desde que o episódio criminal referido como a “Questão Capistrano” chocara a cidade, em 1876. A ocorrência policial envolvera o assassinato do estudante João Capistrano da Cunha, morto na rua pelos disparos de Antônio Alexandre Pereira, que o executou com cinco tiros em vingança pela desonra da irmã, a donzela Júlia Pereira. A tragédia tinha ganho cobertura intensa e seus desdobramentos dividiram a população. Os fatos decorrentes da convivência sob o mesmo teto serviram de fonte para o escritor armar a trama principal de *Casa de pensão*.

O caso se desdobrara a partir da iniciativa da viúva Pereira em melhorar a renda com a transformação da residência particular em casa de cômodos, prática que se tornara comum entre mulheres sem condições de garantir a manutenção da família após o falecimento do marido. Para aproveitar os quartos ociosos, a mãe de Antônio e Júlia Pereira alugou um cômodo para o estudante paranaense, João Capistrano, matriculado no curso de engenharia da politécnica. A convivência íntima com Júlia despertou a atenção do rapaz, que a violentou. A família buscou reparação e pressionou o jovem. Mas, como não lograsse convencê-lo a se casar, contratou um advogado que apresentou queixa-crime. O juiz responsável pelo julgamento absolveu o réu. João Capistrano saiu do tribunal aclamado pelos colegas e

festejou a decisão com um banquete no Hotel Paris. Inconformado com a sentença, o irmão da vítima decidiu tirar-lhe a vida com as próprias mãos. O caso sofreu uma reviravolta. Levado ao tribunal, o assassino foi inocentado pelo júri que acolheu a alegação da defesa da honra familiar. Os mesmos amigos que comemoraram com Capistrano aclamaram a absolvição de Antônio Pereira.

Aproveitando-se dos fatos verídicos que mobilizaram a opinião pública por mais de um ano, Aluísio Azevedo criou uma versão ficcional do caso, concentrando-se no exame dos interesses de ordem psicofisiológica e econômica que motivam as ações. Segundo a tese do romance, o comportamento das personagens se explica pelas heranças biológicas combinadas aos efeitos do ambiente que age sobre os indivíduos. Vítimas da predisposição de caráter, da formação educacional e de solicitações do meio, as personagens apresentam-se ao leitor como seres comuns, mais próximos das pessoas reais, precisamente porque se mostram vulneráveis à deformação. Na narrativa, o estudante chama-se Amâncio Vasconcelos. Tem cerca de vinte anos e é herdeiro de uma família abastada do Maranhão. Ao chegar na corte para cursar Medicina o jovem aceita a oferta de locação sugerida por João Coqueiro, seu amigo da Politécnica, e aluga um quarto na sua casa e da esposa, Mme. Brisard. A pensão familiar aos poucos se revela um ambiente de corrupção moral, tomado por promiscuidades, patologias e desvios. O jovem maranhense, rico e sedutor, é induzido ao convívio pessoal com Amélia. Amâncio não resiste aos encantos da moça que lhe arma um jogo de sedução com apoio da família. O maranhense desfruta dos prazeres de solteiro descompromissado e sem preocupações financeiras. O estudante manifesta uma vontade de voltar à terra natal para rever a mãe doente. Ao perceber sua saída da pensão, João Coqueiro vai à delegacia e apresenta queixa acusando-o de violar a honra da irmã. Amâncio é detido, julgado e inocentado. Morre alvejado por João Coqueiro enquanto dormia em um quarto do Hotel Paris, depois de comemorar a absolvição junto com mulheres e amigos. Dias mais tarde, o tribunal inocenta o assassino pelo crime cometido em defesa da família contra o aventureiro.

A fábula de *Casa de pensão* deixou transparecer algumas preocupações que dominavam a atenção dos literatos e jornalistas no tocante à atuação da polícia e às arbitrariedades cometidas com aval da justiça. Por meio da fabulação dos fatos, o romancista acentua as ambiguidades, de modo a questionar os valores éticos e morais balizadores das instituições da época. Ao expor a dissolução dos costumes no universo da pensão familiar e denunciar a hipocrisia de ambas as partes, contando com a conivência da justiça, Aluísio Azevedo reitera a feição combativa da prosa do Naturalismo que nasceu e floresceu como contraparte das intervenções na imprensa republicana. Os críticos identificaram a fonte de inspiração do escritor e louvaram *Casa de pensão* como uma de suas melhores realizações.

O bom resultado do livro trouxe-lhe a oportunidade de publicar na *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, o folhetim *Filomena Borges*, misto de sátira política e paródia literária. Em tom de farsa burlesca, a publicação teve início no dia 10 de novembro de 1883 e se estendeu até 13 de fevereiro de 1884. Girando em torno das aventuras da protagonista, a narrativa visava a satirizar o oportunismo político e tornar cômica a figura do imperador D. Pedro II, alvo dileto do deboche de Azevedo. O folhetim surgiu da celeuma que a estreia da opereta *Flor de Lis* provocara. O libreto da opereta tinha subido à cena no Teatro Santana com a devida aprovação do Conservatório Dramático. Tratava-se de uma adaptação do original francês *Droit du Seigneur*, de Burani e Boucheron. A versão brasileira assinada pelos irmãos Artur e Aluísio Azevedo, a despeito de autorizada, foi considerada demasiadamente imoral. Após a noite de estreia, a peça gerou protestos na imprensa, porque a família real se retirara do camarote ao término do primeiro ato, a pretexto de indisposição do monarca. Aluísio Azevedo retrucou as censuras divulgando artigos em defesa da comédia musical. No folhetim, redobrou a aposta no gênero burlesco, incluindo sugestões picantes e um humor corrosivo. Recheou a sátira política com peripécias folhetinescas que conferem a essa narrativa um ar de brincadeira jocosa, bem distante da ironia leve dos romances de tese.

Em diapasão de sátira fina, o romancista produziu em 1885 o folhetim *O Coruja* para o rodapé de *O País*, um diário de viés republicano fundado em 1884 por João José dos Reis Junior, vulgo Juca Reis, que estava sob o comando de Quintino Bocaiúva. A divulgação dos capítulos se iniciou na fase da direção de Bocaiúva, em 2 de junho, e prosseguiu até 12 de outubro de 1885. O sucesso junto aos leitores ajudou a aumentar a tiragem do jornal, que cresceu cerca de 2.000 exemplares. *O País* se tornaria o jornal mais vendido, em concorrência frontal com a *Gazeta de Notícias*. Em 1887, o romance saiu do prelo da oficina litográfica Mont'Alverne. O livro seria reeditado em 1894 pela Magalhães & Cia, editora responsável pela impressão em 1895 de *O Livro de uma sogra*, o último romance de Aluísio Azevedo.

Estruturado em três partes, *O Coruja* acompanha o percurso do protagonista André Miranda de Melo e Costa, de cuja feiura e casmurrice advêm o apelido Coruja. André perde a mãe aos quatro anos e é criado pelo padrinho, padre João Estevão, que o envia aos onze anos para um internato onde conheceria Teobaldo Henrique de Albuquerque, descendente de um fidalgo português enriquecido em Diamantina com a exploração de minérios. Elegante e mimado, Teobaldo desperta ódio nos alunos. Torna-se amigo de André e ganha sua proteção. Na segunda parte, os dois jovens mudam-se para a capital e moram juntos na casa de cômodos em Mata-Cavalos. André, apesar do empenho e gosto pelos estudos, é reprovado nos exames, ao passo que Teobaldo obtém a aprovação graças ao auxílio do amigo e matricula-se em Medicina. André enamora-se de Inês, filha da lavadeira Margarida, com quem desejaria se casar. Para sobreviver e poder formar família André trabalha como professor particular, conseguindo reunir uma poupança. Contudo, adia constantemente os planos de casamento, porque utiliza o dinheiro poupado para pagar as despesas do amigo e salvá-lo de apertos e complicações amorosas. Teobaldo tem um relacionamento com Ernestina, filha da locadora da casa, e com Leonília, a loureira que conheceu no teatro. Paralelamente, corteja Branca, a filha de um comendador que se opõe veementemente ao casamento. O comendador morre de desgosto ao saber da fuga do casal. Na terceira parte, Teobaldo e Branca se instalam

em um sobrado confortável de Botafogo e convidam André a ocupar o sótão da residência. Inês, cansada de tanto esperar, casa-se com um soldado raso alcóolatra com quem tem dois filhos. Teobaldo contrai dívidas com papéis, entra na vida política e se envolve em corrupção. André continua a socorrê-lo, quitando dívidas e ainda leva um tiro por engano e fica aleijão. O sucesso político faz Teobaldo afastar-se do Coruja. Branca percebe a decadência moral do marido. Teobaldo se vê abandonado, entra em crise, adoece e morre. André comparece ao cemitério onde ocorre o suntuoso enterro. Quando todos se retiram, entra para chorar a despedida do amigo que tanto o prejudicou.

Pelo ângulo de Teobaldo, *O Coruja* exhibe o percurso de ascensão do integrante da elite brasileira. A narrativa começa no internato, passa pela conquista de sua posição como Deputado e chega à indicação para o alto posto de Ministro de Estado. A escalada política de Teobaldo é vitoriosa. No entanto, corresponde à sua decadência moral. O suposto sucesso dá testemunho dos vícios e vaidades que na ótica dos contestadores constituíam o universo desgastado e corrupto do poder. Sobretudo, porque o percurso de Teobaldo contrasta com a virtude e a fidelidade de André. Por meio do contraste entre as trajetórias, Aluísio Azevedo construiu perfis que retratam as diferentes camadas da sociedade brasileira. De um lado, a história da família de Teobaldo ilustra o processo de decadência da oligarquia luso-brasileira no final do império. Passando por três gerações, a narrativa alude à vinda de aventureiros lusitanos, indica o enriquecimento com tráfico negreiro, a exploração da mineração e acúmulo com latifúndios agrícolas. A seguir entra na fase de ociosidade que conduz à dilapidação das fortunas, até desembocar na derrocada financeira e moral. De outro lado, por intermédio de André, a narrativa mostra os entraves enfrentados pelos indivíduos desfavorecidos que tentam se estabelecer e chegar ao reconhecimento social pela via do trabalho honesto. Na figura do Coruja, o romance destaca as dificuldades do exercício profissional no magistério.

Segundo o biógrafo Jean-Yves Mérian, Aluísio Azevedo teria incorporado no romance o tema devido aos debates travados na Câmara a partir de 1883, quando Rui Barbosa apresentou um relatório

visando introduzir mudanças na política educacional. Rui Barbosa era o principal proponente de um projeto inovador de instrução pública, inspirado nas reformas de ensino realizadas na França, e contava com o apoio do Imperador D. Pedro II. Para desapontamento de muitos, em 1884, o projeto foi derrotado em votação na Câmara. O retrato de André põe em foco a educação e a desvalorização da carreira docente. Aluísio estaria dando continuidade à luta pela implementação de um sistema de ensino revolucionário, a favor do qual havia se empenhado como redator da *Gazeta de Notícias*. O colégio em que André estudou na infância exemplifica o tipo de ensino retrógrado e indesejável que estava sendo combatido pelos republicanos. Na vida adulta, André exerce o magistério com afinco e dedicação; sonha em poder criar um colégio ideal, de acordo com o modelo de instrução exposto por Rui Barbosa no seu relatório. Já em Teobaldo, a indisposição para o trabalho e a falta de uma vocação clara reforçam os efeitos negativos do sistema vigente. Afeito à vida ociosa, ele cultiva a troca de favores, busca benefícios e proteção. A trajetória de Teobaldo serve de demonstração dos malefícios que a educação impunha à formação da elite política do país. O acadêmico gaúcho Alcides Maya, no discurso que proferiu ao assumir a cadeira vacante de Aluísio Azevedo, em 1914, afirmou que o Coruja era a figura “sombria, crispada comicamente a sofrimentos de tragédia interior”. Classificou André como a melhor criação do escritor, uma criatura de arte sem rival à altura, a despeito de ter sido construída às pressas, no ritmo da produção de folhetim. Eugênio Gomes também apontou o valor do romance, notando sinais das leituras de Dostoiévski no retrato psicológico de André.

Com efeito, a composição apresenta aspectos da escrita híbrida praticada por Aluísio Azevedo como estratégia para atender as demandas da ficção destinada ao entretenimento, e conseguir, simultaneamente, um aprimoramento da expressão literária. Há nesse romance naturalista uma mescla de peripécias amorosas, episódios melodramáticos e tentativas artísticas de delineamento de uma personagem com densidade psicológica. O escritor testava os princípios do determinismo biológico inserindo doses de sondagens

psicológicas que absorvia de informações colhidas em modelos literários e em pesquisas no ramo da psiquiatria. Explicações de caráter psicofisiológico sobre os estados de ânimo das personagens uniam-se à aplicação dos princípios deterministas de sujeição dos indivíduos aos imperativos da natureza e do meio.

Em 10 de outubro de 1887, Aluísio Azevedo lançou o livro *O homem*, no qual radicalizou a adesão à vertente do romance experimental teorizado por Zola, sustentando o discurso médico. Estruturou o enredo ao redor do exame de um caso de histeria feminina. A narrativa, calcada no conhecimento científico disponível em manuais de psiquiatria da época, acompanha a evolução do comportamento psicofisiológico de Madalena, acometida por um abalo nervoso decorrente de seu estado de donzela, cujo avanço resulta na completa alienação. O drama sexual da protagonista progride, passo a passo, a partir do momento em que ganha impulso com o desvendamento de um mistério familiar, expediente comum na convenção da literatura romântica. A revelação do laço sanguíneo que a impede de se casar desencadeia o caso clínico da patologia.

Madalena, conhecida como Madá, é filha do conselheiro Pinto Marques. Vive em companhia da tia Camila, solteirona e devota, e de Fernando, o afilhado de seu pai, com quem convive na infância estabelecendo um vínculo de afeição mútua. Fernando estuda medicina e promete casar-se com ela após a formatura. Quando observa a ternura de Madalena para com o rapaz, o conselheiro decide revelar a Fernando a impossibilidade do casamento, contando-lhe que era seu filho ilegítimo, fruto de um relacionamento adúltero. Fernando muda de comportamento e toma distância da irmã, a quem comunica a sua partida para a Europa. Diante da reação emocional de Madalena, o rapaz pede ao conselheiro que conte a verdade à filha. Para alegrá-la o conselheiro promove bailes e, aconselhado pelo médico da família, Dr. Lobão, tenta arranjar um casamento de conveniência para a donzela de quinze anos, a quem, todavia, nenhum pretendente agrada. Fernando falece em Portugal por problemas nos brônquios. Após receber a notícia, Madalena tem pesadelos noturnos com o irmão e resolve não mais se casar. Decidem levá-la à Europa, de onde Madá

volta ainda mais devota, querendo ser freira. Com o agravamento de sua saúde, a família muda-se para uma chácara na Tijuca. Na frente do casarão antigo e cercado de mata localiza-se uma pedreira, a qual Madalena avista da janela. De casa, observa os homens musculosos no suor do trabalho. Um dia, pede ao pai para acompanhá-la até o alto da pedreira. Na descida, recebe ajuda de Luís, um cavouqueiro de vinte e cinco anos que a conduz nos braços. A partir do contato com o seu belo corpo seminu, Madalena passa a sonhar diariamente com o moço. Tem alucinações e passa a sofrer com as notícias do casamento de Luís e Rosinha. Após a festa, os recém-casados recebem convite para visitarem a casa de Madalena que os envenena. Em delírio, a donzela é detida e recolhida à Casa de Detenção.

Aluísio Azevedo já tinha mencionado casos de histeria feminina nas personagens de *Girandola de amores* e *Casa de pensão*. Em *O homem* o tema ganhou relevo passando a ser um componente central de estruturação do enredo que trata dos infortúnios de uma donzela causados pela insatisfação da carne. O entendimento de que a manifestação da patologia mental nas mulheres decorresse de desequilíbrios gerados pela repressão à sexualidade e pela fantasia erótica encontrava justificativa nos tratados de medicina. A explicação científica disponível permitia uma abordagem literária da fisiologia ligada ao desejo feminino. Talvez por isso, ciente de que o assunto constituísse um tabu e ferisse o decoro, o autor modulou a prosa de cunho científico combinando a objetividade da descrição naturalista com empréstimos da tradição lírica no uso de imagens sobre o despertar do amor. Cuidou igualmente de dar publicidade ao livro soltando notas na imprensa, de modo a alimentar a curiosidade dos leitores. A estratégia deu certo. Em poucos meses, o livro ganhou três edições, totalizando um montante de 5.700 exemplares vendidos. Porém, a ousadia do tema gerou indignação e encontrou forte resistência por parte de alguns críticos. Aluísio Azevedo foi acusado de falsear a verdade e expor indecências. O romance provocou repulsa. Por outro lado, o interesse pela leitura aumentou a ponto de a editora Garnier querer comprar os direitos de publicação. A editora contratou não apenas a reedição de *O homem*, *O mulato*, *Casa de Pensão* e *O Coruja* como a primeira edição de *O cortiço*.

O *cortiço* chegou às livrarias em 15 de maio de 1890. A data escolhida não escondeu a intenção de coincidir o lançamento do livro com os festejos pela passagem do segundo aniversário da Lei Áurea. Para promover e dar visibilidade ao inédito, Aluísio Azevedo não poupou esforços. Realizou leituras públicas e divulgou trechos nas colunas dos jornais *Diário de Notícias*, *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *Folha Nova* e *Correio do Povo*. Acreditava no potencial do novo título. O prognóstico de sucesso se confirmou. A crítica avalia até hoje que *O cortiço* seja sua melhor realização romanesca. Com esse romance, o autor atingiu o ponto mais alto de sua criação literária, seja em virtude do amadurecimento dos procedimentos estilísticos que vinham sendo testados nos livros anteriores, seja devido à expressão nacional que logrou conferir à estética naturalista. *O cortiço* lhe trouxe reconhecimento e se consolidou na história literária como sendo a obra-prima do Naturalismo brasileiro.

Originalmente, o romance seria o primeiro de um total de cinco que Azevedo pretendia escrever em 1885, quando relatou à revista *A Semana*, de Valentim Magalhães, o plano de gestação do ciclo *Brasileiros antigos e modernos* contemplando os títulos *O cortiço*, *A família brasileira*, *O felizardo*, *A loureira*, *A bola preta*. A série cobriria períodos distintos da história nacional, do Império à República, “durante os quais o Brasil se vai transformando até uma completa regeneração de costumes imposta pela revolução”. Do plano original, restou apenas esse volume, no qual o autor condensou os esboços iniciais. Aluísio elegeu o problema da habitação urbana assinalado no título como espaço privilegiado de desenvolvimento das ações. O retrato da habitação coletiva onde vivem trabalhadores de baixa renda, descendentes de raças diversas, se presta à criação de um universo fechado, um microcosmo a partir do qual é possível examinar a interação social. Os moradores do cortiço constituem o chamado operariado urbano da época. Nas casinhas enfileiradas da estalagem residem trabalhadores braçais e empregados da indústria, serventes de repartições públicas, soldados da polícia, marinheiros, estrangeiros remediados, escravos fugidos e pessoas sem ocupação fixa que fazem biscates. O escritor lança luz sobre a camada mais baixa da sociedade, que ainda não

havia sido incorporada à literatura brasileira. Não abandona de todo a análise dos temperamentos singulares. Opta, porém, por acompanhar o mecanismo de fusão dos indivíduos na coletividade. O romance ilumina seres mutuamente entrelaçados pela convivência. O cortiço integra um todo vivo e unificado, correspondendo ao organismo social. E como tal segue as leis do determinismo biológico, revelando-se espaço pulsante e devorador, no qual imperam as leis da natureza.

Na vertente realista naturalista do romance, a problemática habitacional se entrecruza com a temática do dinheiro. O enquadramento coletivo destaca o retrato do vitorioso proprietário, João Romão, um português obstinado em fazer fortuna que almeja galgar os degraus da escala social. Uma das linhas de força da narrativa centra-se na ascensão de Romão. Em paralelo, correm duas outras linhas de ação, servindo-lhe de contraponto. De um lado, a família de Jerônimo; de outro, a do comendador Miranda, que mora no sobrado vizinho. Na posição de protagonista, João Romão encarna a trajetória exemplar dos europeus que desembarcaram no Brasil para fazer fortuna e, tendo conquistado riqueza, se habilitaram a ocupar uma posição de prestígio, ameaçando interferir no futuro do país. Sagaz e inescrupuloso, João Romão se amasia com a cafuza Bertoleza. Simula cumplicidade com a desgraça dela até resolver desvencilhar-se da negra, de quem tirou proveito, a fim de desposar Zulmira, a herdeira do comendador. No percurso de aburguesamento, o desonesto Romão se alia a Miranda por intermédio do pacto matrimonial.

Miranda encarna o milionário português bem-estabelecido no comércio atacadista de tecidos que enuncia o temor diante do avanço incontido das construções de Romão. Inicialmente, observa de cima a prosperidade do patrício, num misto de inveja e despeito. Na visão de Miranda, o cortiço se equipara à morada de seres rastejantes. O comendador encarna no romance o ponto de vista de um milionário português enfraquecido moralmente pela comodidade do matrimônio de conveniência com uma mulher devassa. Ao lado de Romão, compõe uma das facetas da caricatura antilusitana que Aluísio Azevedo compôs. Pela ótica do comendador, a estalagem de Romão é descrita a partir de metáforas biológicas e sua gente é equiparada a viventes domesticados.

O ambiente responde pela degradação dos moradores rebaixados nos termos deterministas à condição irracional. As metáforas e associações enunciadas pela voz do narrador veiculam argumentos de tendência higienista abraçados pelo positivismo. As iniciativas de erradicação dos problemas de saúde pública atribuídos às habitações coletivas transparecem no romance, sobretudo, no processo de higienização do cortiço de João Romão. À medida que ele acumula capital com a exploração dos trabalhadores da pedreira, com o ludíbrio dos fregueses e o roubo dos inquilinos, sonha em erradicar o cortiço. De posse do dinheiro empreende a remodelagem das casas e converte a estalagem em Avenida São Romão. A escalada capitalista repercute nas transformações higienistas das moradias reconstruídas após o incêndio. No mesmo sentido, a edificação de seu sobrado luxuoso funciona como índice de prosperidade e de progresso.

No extremo oposto, em posição inferior, desdobra-se a trajetória do imigrante honesto, Jerônimo, que vem trabalhar na pedreira de Romão. O português experiente domina o ofício de cortar granito para fazer paralelepípedos e sabe negociar o salário. Ele encarna o tipo viril e incansável. Ao lado da esposa Piedade cultiva hábitos lusitanos. O casal sente na alma de desterrados a saudade melancólica da pátria-mãe. Na perspectiva nativista de *O Cortiço*, o casal contrasta com a alegria dos brasileiros, dando demonstrações da ação incontrolável do meio. A natureza implacável dos trópicos age sobre Jerônimo de maneira avassaladora, desviando seu temperamento de homem forte e europeu branco. Apesar da disciplina e da racionalidade, Jerônimo é abatido.

A força viva que se impõe sobre o britador chama-se Rita Baiana. A mulata sensual do cortiço representa o espetáculo explosivo da festiva natureza brasileira. Rita baiana incorpora a mestiça tropical que entorpece o europeu. Os aromas de seus cabelos crespos compõem junto com os movimentos do corpo maleável no requebrar da dança a sensualidade misteriosa da terra nova. Segundo a tese do romance, o apelo da fêmea interfere despoticamente nos sentidos do lusitano. A transformação de Jerônimo culmina no abrasileiramento. Diante dos estímulos, ele entrará em declínio físico, moral e financeiro,

arrastando consigo a esposa Piedade e a filha desencaminhada. O britador que chega ao cortiço como um pai de família responsável terminará vencido. A entrega ao gozo e aos vícios deixa-o prostrado e desfibrado.

A transformação sensorial de Jerônimo se processa em ritmo lento e profundo. O efeito da natureza luxuriosa sobre seu temperamento é descrito como um “trabalho misterioso e surdo de crisálida”, evocando o estágio embrionário das larvas que se transmutam em borboleta. Mas a metamorfose operada pela natureza americana não se aplica apenas ao ser másculo do cavouqueiro. Atinge toda a gente do cortiço. Como ser vivo, a estalagem de João Romão figura simbolicamente um espaço de acolhimento para espécies em mutação. O narrador se refere às casas enfileiradas como um conjunto de casulos, de abrigos para larvas e lagartas. A mudança de comportamento se processa igualmente em Pombinha, larva que um dia acordou borboleta. A descoberta da sexualidade na menina do cortiço impulsiona a metamorfose que resulta na conversão da moça donzela em cortesã. Sua queda na prostituição exemplifica a evolução transgressora resultante do meio. A evolução inicia-se com a recusa ao matrimônio e se conclui com o ingresso na vida marginal. Segundo a tese do romance, as mulheres entram no alto meretrício induzidas pela repetição de vícios e desvios que o meio degradado lhes impõe. Pombinha segue, nesse aspecto, a lógica das perdições, apesar da boa educação que recebe da mãe. Ela entra na corrente fortalecida pela proteção das loureiras que perpetuam o ciclo de queda buscando novas vítimas, tais como a pequena Juju, filha de Augusta, Florinda, filha de Marciana, Neném, filha de Leandra, e Mariazita, filha de Piedade.

Nas linhas principais de *O cortiço*, Aluísio Azevedo deu proeminência à galeria masculina que sintetiza o papel desempenhado pelo imigrante português na formação social brasileira. No caminho da ascensão, o ambicioso João Romão chega ao topo da pirâmide social, subindo por vias escusas de acumulação de capital. Na direção oposta, a trajetória de Jerônimo rumo à ruína ilustra a posição rebaixada a que pode descer o trabalhador que sucumbiu aos efeitos mesológicos e climáticos. João Romão, Miranda e Jerônimo constituem variações

pessimistas do elenco masculino. Os perfis principais comportam um viés nacionalista de ataque ao estrangeiro e, particularmente, ao português. A cena de encerramento reforça o vetor da crítica antilusitana. O gesto final de Bertoleza, que prefere morrer a se entregar à polícia como escrava fugida, confere dignidade à tragédia dos afrodescendentes, em contraposição à falta de ética da classe dominante. O suicídio da cativa remove o último impedimento para João Romão se casar e posar de falso abolicionista. A cena desnuda a hipocrisia da elite às vésperas da República. O romance *O cortiço* atesta o empenho de Azevedo em dar forma literária às reivindicações do republicanismo. A percepção de que a capital do país fosse propícia a toda espécie de desvios e perdições reforçava o ponto de vista daqueles que defendiam a necessidade de denunciar e intervir com ações para melhorar a sociedade brasileira.

Em 1892, a editora Garnier distribuiu nas livrarias o folhetim *A mortalha de Alzira*, que havia sido publicado na *Gazeta de Notícias* sob a assinatura de Victor Leal, um pseudônimo usado coletivamente pelos colaboradores da redação do jornal diário. Somente ao editá-lo em brochura encadernada é que Aluísio Azevedo revelou a autoria do folhetim com que causou sensação exibindo um caso de histeria masculina. De teor anticlerical, o romance expunha a crise física e mental de um protagonista celibatário. O jovem pároco apaixonou-se, padece com os pensamentos libidinosos, alucina e morre preso à devoção. O romancista aborda mais uma vez os problemas envolvendo a prática sexual e a fantasia amorosa, ainda que revestidos de um simbolismo místico. Três anos mais tarde, o escritor retoma o assunto sexual no *Livro de uma sogra*, editado por Domingos Magalhães, da Livraria Moderna. Aluísio Azevedo elabora um ensaio sobre o amor conjugal apresentando orientações de como garantir a felicidade duradoura dos cônjuges e conservar a família. Trata-se de uma espécie de manual contendo conselhos práticos dados por Olímpia à sua filha Palmira, esposa de Leandro, acerca da necessidade de valorizar o amor carnal no matrimônio. A fim de preservar a vibração do par e evitar o tédio, a sogra apresenta propostas inusitadas, tais como a separação temporária dos corpos durante a gestação e a satisfação

do apetite sexual do genro fora do lar. Na tentativa de convencê-los a adotar as medidas que lhes impõe, Olímpia sustenta argumentos científicos sobre a fisiologia do corpo no tocante à maternidade, ao adultério e ao divórcio. A sogra prescreve ações que julga necessárias no intuito de impedir a dissolução da família tradicional, célula nuclear da sociedade burguesa. Por intermédio dela, Aluísio Azevedo sugeriu reformas no matrimônio e pôs em foco a questão do divórcio que se encontrava em discussão na Câmara legislativa. A exemplo do que ocorreu com os lançamentos anteriores, o escritor voltou a fazer barulho e recebeu censuras morais. O *Livro de uma sogra* seria seu último romance naturalista publicado em setembro de 1895, apenas dois meses antes da aprovação no concurso para ingresso na carreira diplomática.

Nomeado em dezembro de 1895, Aluísio Azevedo assumiu o primeiro posto na Espanha em março de 1896. Em seguida, serviu nas representações consulares do Japão, da Argentina, do Uruguai e da Inglaterra. Atuou em Cardiff no início de 1904 e, em dezembro de 1906, foi nomeado cônsul de segunda classe em Nápoles, cidade litorânea na qual recebeu visitas de amigos e acadêmicos que se encontravam de passagem pela Europa, como Rodrigo Otávio, Afrânio Peixoto e Escragnolle Doria. Enquanto permaneceu em Nápoles soube da morte do irmão Artur Azevedo, ocorrida a 22 de outubro de 1908. Concluída a estadia na Itália, assumiu em fevereiro de 1911 as funções de Consul Geral no Paraguai. Foi removido pelo Barão do Rio Branco para Buenos Aires, onde desempenhou a função de adido comercial do Brasil nas Repúblicas do Prata e Chile. Viveu na capital portenha até 22 de janeiro de 1913, quando faleceu, aos 56 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca atribuída a complicações decorrentes de um atropelamento. Seu corpo foi trasladado para o Brasil, por iniciativa de membros da Academia Brasileira de Letras. Foi recebido com homenagens solenes no dia 9 de outubro de 1919 e, em seguida, transportado para o sepultamento definitivo na sua terra natal.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Aluísio. *Ficção Completa*. Organizado por Orna Messer Levin. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
- COELHO NETO. Aluísio Azevedo. In: *Frutos do tempo*. Salvador: Livraria Catilina, 1920, p.13.
- DANTAS, Paulo. *Aluísio Azevedo, um romancista do povo*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.
- GOMES, Eugênio. *Aspectos do romance brasileiro*. Salvador: Progresso, 1958, p. 113-118.
- MAGALHÃES, Valentim. *A literatura brasileira 1870-1895*. Lisboa: Livraria A. M. Pereira, 1896, p. 24.
- MAYA, Alcides. A Obra de Aluísio Azevedo. Autores e Livros, Suplemento Literário, *A Manhã*, v. II, 5 abr. 1942, p. 173.
- MARQUES JÚNIOR, Milton. *Da Ilha de São Luís aos refolhos de Botafogo: a trajetória literária de Aluísio Azevedo da Província à Corte*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.
- MÉRIAN, Jean-Ives. *Aluísio Azevedo, vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo; Brasília: INL, 1988.
- MENDES, Leonardo; GARCIA-CAMELLO, Cleyciara. O homem (1887), de Aluísio Azevedo, como best-seller erótico. *ALEA: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, set./dez. 2019, p. 76.
- MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a Polêmica d'O Mulato*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/MEC, 1975.
- OTÁVIO, Rodrigo. *Minhas memórias dos outros*. Nova série. Rio de Janeiro/INL: Civilização Brasileira/INL, 1979, p. 74-96.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A imprensa satírica no Brasil Imperial*. São Paulo: Edusp, 1999.

SALLA, Thiago Mio. Autoria para além do livro: o caso de *O homem*, de Aluísio Azevedo. *Remate de Males*, Campinas, v. 43, n. 2, p. 343-368, 2023. p. 359-360.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

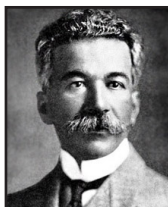
Biografias

Aluísio Tancredo Gonçalves Azevedo nasceu em São Luís do Maranhão no dia 14 de abril de 1857. Era filho de Emília Amália Pinto de Magalhães e de David Gonçalves de Azevedo, um comerciante de origem lusa interessado pelas artes, que presidiu o Gabinete Português de Leitura e serviu como vice-cônsul de Portugal no Maranhão. Aos 19 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro em busca de aprimoramento nos estudos de pintura. Atuou como ilustrador das revistas *O Figaro*, *Mequetrefe*, *Vida Fluminense* e *Comédia Popular* entre 1876 e 1879, quando retornou à cidade natal devido ao falecimento de seu pai. Na província, engajou-se no jornalismo combativo e anticlerical. Em 1881, publicou *O mulato*. A repercussão negativa do romance naturalista com críticas direcionadas à sociedade maranhense levou-o a abandonar o Maranhão. De volta à capital, passou a dedicar-se à criação de peças de teatro originais e adaptações, em parceria com o irmão Artur Azevedo e Emílio Rouède. Preparou também romances publicados nos órgãos de imprensa em formato de folhetins e posteriormente editados em livro. Obteve sucesso junto aos leitores com os romances de tese *Casa de pensão* (1884), *O Coruja* (1885), *O homem* (1887) e *O cortiço* (1890), considerado a verdadeira obra prima do Naturalismo brasileiro. Lançou seu último romance, intitulado *Livro de uma sogra*, em 1895. Ingressou na carreira diplomática em 1896, passando a viver no exterior. Atuou em diversas representações consulares brasileiras na Europa, no Japão e na América do Sul. Faleceu aos 56 anos em Buenos Aires, no dia 22 de janeiro de 1913, vítima de problemas cardíacos decorrentes de um atropelamento. Seu corpo foi trasladado para o Brasil, por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em cuja sede foi recebido, em 9 de outubro de 1919, a caminho do repouso definitivo na terra natal.

Orna Messer Levin é licenciada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui os títulos de mestre e doutora em Teoria Literária pela mesma universidade e de Especialização em Língua e Literatura Hebraicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como pesquisadora visitante na State University of New York-Albany, na Catholic University of America e na Université de Poitiers. Realizou estágio de pós-doutoramento na Georgetown University. Atualmente é professora livre-docente do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Dentre as suas produções encontram-se os capítulos “Aluísio Azevedo – desafios de uma edição”, em *Cenas da Literatura Moderna* (7Letras, 2010), “O teatro dos escritores modernistas” em *História do Teatro Brasileiro* (Perspectiva, 2013), e “Obra de Aluísio Azevedo”, em *O Naturalismo* (Perspectiva, 2017). De sua autora são os livros *As figurações do dândi* (Unicamp, 1996) e *Aluísio Azevedo* (ABL / Imprensa Oficial, 2014). É organizadora das edições *Aluísio Azevedo. Ficção completa* (Nova Aguilar, 2005, Global, 2018), *Antônio de Alcântara Machado: Brás, Bexiga e Barra Funda* (Lazuli, 2013), *Melhores crônicas Artur Azevedo* (Global, 2014), *O cortiço, Aluísio Azevedo* (Glaciari / ABL, 2015), *Deslocamentos e mediações, a circulação transatlântica dos impressos* (Ed. Unicamp, 2018), *Contos de Mário de Andrade* (Ed. Unicamp, 2020).

Das Letras à Diplomacia: a trajetória de Domício da Gama

Tereza Cristina Nascimento França



Domício da Gama nasceu em Maricá, em 23 de outubro de 1861, filho do português Domingos Affonso Forneiro e de Mariana. Cresceu com seis irmãos: Maurício, Maria Agnelle, Antônio, Domingos, José e Sebastião. Seu pai, homem de convicções firmes, acreditava que cada filho deveria construir seu próprio nome, distribuindo sobrenomes distintos – Forneiro, Faustino e da Gama – e determinando-lhes as profissões: Maurício e Antônio foram destinados à medicina, para obter o respeito dos fazendeiros; Domingos e José, ao direito, a fim de lidar com disputas de terra e impostos; já Domício e Sebastião deveriam tornar-se engenheiros, pois, segundo o pai, “o Brasil, tão grande, nu e atrasado, precisava urgentemente deles”. Além disso, impôs uma rígida disciplina: qualquer filho reprovado teria uma segunda chance; em caso de nova reprovação, perderia a mesada e deveria escolher entre o trabalho no campo ou a independência total.

Desde cedo, Domício demonstrou inclinação pela literatura. Seus contos de 1878 já refletiam inquietações religiosas e insatisfação com o futuro traçado pelo pai. Aos 16 anos, ingressou na Escola Politécnica, mas teve um percurso irregular: repetiu o primeiro ano, passou com dificuldade no segundo e foi reprovado no terceiro. Determinado a recomeçar, retornou à instituição aos 18, mas logo se envolveu com o *Grêmio Literário Jardim de Academus*, onde debatia política, arte e religião com outros jovens idealistas em reuniões realizadas no segundo

andar de um prédio voltado para as oficinas do influente jornal *A Gazeta de Notícias*.

Reprovado novamente e sem a mesada, evitou o destino agrícola ao ser contratado por Ferreira de Araújo, editor de *A Gazeta de Notícias*, para publicar contos na seção *Sétima Coluna*. Nesse período, aproximou-se de figuras notáveis como Raul Pompéia e João Capistrano de Abreu. Embora tenha abandonado o curso de engenharia, manteve a disciplina intelectual, registrando fichas de leitura, aprimorando o francês e participando de debates literários. Passou também a lecionar geografia em colégios do Rio de Janeiro.

Aos 24 anos, prestou concurso para a Biblioteca Nacional, sendo aprovado em segundo lugar para o cargo de oficial de secretaria. No entanto, seu percurso tomaria outros rumos.

Primeiro encontro com Rio Branco

A grande inflexão na trajetória de Domício da Gama ocorreu quando Ferreira de Araújo o designou para cobrir a Exposição Universal de Paris. Embarcou para a França munido de cartas de recomendação de Capistrano de Abreu e do próprio Araújo, dirigidas a Eduardo Prado e ao Barão do Rio Branco. Durante uma escala em Londres, conheceu Eça de Queirós, cuja influência marcaria sua formação intelectual e pessoal.

Em Paris, foi recebido por Eduardo Prado, que, com humor, anunciou sua chegada ao Barão:

— *Juca, não tenhas medo: é um rapaz amigo do Araújo que chega do Rio!*

A isso Rio Branco resmungou:

— *Pensei que fosse algum cacete...*

Embora o primeiro encontro tenha sido breve e formal, Domício reencontrou os dois, dias depois, na Place de la Concorde, e, a partir daquela noite, formou-se uma sólida amizade entre os três. Nos meses seguintes, ele mergulhou no ambiente boêmio e intelectual de Paris, frequentando livrarias e bibliotecas com seus novos amigos.

Com a chegada de Eça de Queirós e sua família à cidade, tornou-se um visitante assíduo de seu convívio doméstico, onde encontrou, segundo suas próprias palavras, um verdadeiro “agasalho”.

Ingresso na Diplomacia

O ingresso formal de Domício na diplomacia ocorreu por intermédio de Rio Branco, que o convidou para atuar como secretário na repartição da Superintendência de Emigração em Paris, cargo que exerceu entre 27 de agosto de 1891 e 28 de fevereiro de 1893. Em 18 de maio de 1893, foi nomeado para integrar a missão especial de arbitramento, função que exigiu dedicação intensa. Responsável pela revisão das provas tipográficas em uma cidade vizinha, garantiu que os volumes fossem concluídos dentro do prazo. O êxito da arbitragem impactou Domício emocionalmente: “o Brasil crescia em prestígio aos seus próprios olhos, sentia-se reconfortado com a segurança de que ainda lhe assistiam direitos, ainda se lhe distribuía justiça” (Gama, 1895).

Durante a Revolta da Armada, Domício, então nos Estados Unidos, posicionou-se contra a intervenção estrangeira. Em resposta aos editoriais do *Sun* e do *New York Herald*, que defendiam a intervenção sob o pretexto de proteger seus cidadãos e propriedades, considerou contraditória a invocação da Doutrina Monroe:

E aqueles que estariam mais interessados em nos ver decair tanto quanto eles. A *América para os americanos* seria uma sentença de condenação para naturalmente esses próprios americanos, bem como para esses povos infelizes, relegando-os à barbárie perpétua. Não sou partidário da intervenção armada estrangeira, mas acredito que o dever das nações civilizadas é impedir a ruína de suas irmãs menos avançadas em educação cívica (Gama, 1893).

Após a vitória na Questão de Palmas, o nome de Rio Branco foi cogitado para integrar a comissão encarregada da Questão do Oiapoque. No entanto, o então chanceler Dionísio Cerqueira

dificultou a nomeação de Domício e de Raul Rio Branco, ressentido pelo protagonismo de Rio Branco. Assim, Domício viajou ao Rio de Janeiro para acompanhar as negociações, constatando que vários candidatos disputavam a missão, enquanto ele tentava afastar o nome de Rio Branco da disputa pela Ilha de Trindade. Sua nomeação somente foi oficializada em 22 de dezembro de 1898, já sob a gestão do chanceler Olinto de Magalhães.

Nos cinco anos seguintes, dedicou-se à nova missão, lidando com arquivos antigos e imprecisos e enfrentou o difícil relacionamento entre Rio Branco e o negociador Gabriel de Toledo Piza, que afetava o ânimo da equipe. Nesse período, Olinto de Magalhães determinou que Domício prestasse um exame escrito para se qualificar como diplomata. Essa exigência provocou revolta em Joaquim Nabuco e em Rio Branco, já que Olinto nunca havia prestado o exame que agora exigia de Domício. Além disso, um decreto em tramitação previa a inclusão de Rio Branco e seus auxiliares no quadro diplomático sem necessidade de prova. Nabuco sugeriu que Domício fosse nomeado primeiro-secretário da Legação em Londres ou Encarregado de Negócios, reconhecendo seu tempo de serviço e garantindo prioridade (Rio Branco, 1902). Apesar do desconforto, Domício aceitou a exigência e viajou ao Rio de Janeiro em 1900, além de buscar apoio para o reconhecimento de sua trajetória e aumento na ajuda de custo destinada a Rio Branco.

A Academia Brasileira de Letras

Em 31 de janeiro de 1897, o *Jornal do Commercio* anunciou a criação da Academia Brasileira de Letras. Olavo Bilac propôs trinta nomes como sócios, dando início à eleição dos quarenta membros. Domício recebeu treze votos, tornando-se membro fundador. Ao saber da eleição, Domício comentou com José Veríssimo sua surpresa por ter sido escolhido antes de outros que considerava mais merecedores. Interpretou a nomeação como um gesto de amigos. Sem clareza sobre o propósito da instituição, ele temia a reação dos excluídos, afirmando: “aos trinta anos é duro ser classificado de *académicien gateaux*”.

Sem ainda ter tomado posse, Domício aproveitou a viagem para realizar o exame e, em 1º de julho de 1900, foi recebido por Lúcio de Mendonça no Real Gabinete Português de Leitura, onde proferiu um discurso sobre seu patrono, Raul Pompeia. Seu sucessor, Fernando Magalhães, descreveu-o como um homem de educação esmerada que falava e escrevia baixinho, sussurrando na prosa e na conversação com encanto e suavidade, sem exageros, bastando-lhe uma alusão branda para não melindrar a argúcia dos leitores (ABL, 1936).

Diplomacia e conflitos de nomeação

Após a realização do exame, Olinto de Magalhães manteve Domício na Missão do Oiapoque, mas, apesar de sua titularidade na Legação em Londres e de seus sete anos de serviço, não o promoveu a primeiro-secretário, alegando falta de vagas. Nomeou-o, em vez disso, segundo-secretário, mantendo-o no mesmo cargo de 1893.

Com o fim da missão, o destino de Rio Branco era incerto. Domício intercedeu junto a Tobias Monteiro para que fosse nomeado embaixador em Lisboa e buscou apoio de Joaquim Nabuco, que levou o caso a José Carlos Rodrigues. Nesse período, Rio Branco elogiou Domício em carta a Olinto, destacando seu zelo, fidelidade e cultura adquiridos em diversas missões (Rio Branco, 1902).

Após a decisão arbitral favorável ao Brasil, o Congresso concedeu a Rio Branco uma dotação anual e oficializou a carreira diplomática, incorporando ao quadro Domício, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Magalhães de Azeredo. Como a lei previa o reconhecimento retroativo do tempo de serviço, Domício esperava ser promovido a Encarregado de Negócios. No entanto, Olinto frustrou suas expectativas: exonerou-o da Legação de Londres e o transferiu para a Legação junto à Santa Sé, mantendo-o como segundo-secretário.

Dois meses depois, foi novamente designado para o Vaticano, mas permaneceu em Londres. Posteriormente, transferido para Bruxelas, exerceu na prática as funções de Encarregado de Negócios. A contradição agravou sua insatisfação e afetou suas perspectivas salariais. Desmotivado, consultou Olinto sobre aposentadoria e foi

informado de que poderia “dar fundo” em Bruxelas como segundo-secretário. Insatisfeito, investiu dois mil francos na publicação de seu livro *Histórias curtas* – empreendimento fracassado, já que a *Gazeta de Notícias* distribuiu exemplares gratuitamente, inviabilizando as vendas.

Transição para o Ministério

Ao fim da missão, Domício manteve-se próximo a Rio Branco, fazendo viagens frequentes a Berlim para auxiliá-lo em assuntos familiares. Em janeiro de 1902, aconselhou-o a permitir que seu filho servisse em Londres com Nabuco, afirmando que isso fortaleceria sua reputação: “Ainda que isso “custe ao seu coração de pai e lhe aumente a solidão. A regra é que nos sacrifiquemos pelos que amamos” (Gama, 1902) – reflexão que antecipa seu próprio destino.

No início de julho de 1902, o presidente eleito Rodrigues Alves convidou Rio Branco para chefiar o Ministério das Relações Exteriores. Quinze dias depois, Domício foi a Berlim para discutir a decisão com ele e o encontrou hesitante. Para Domício o argumento patriótico era uma “forma pífida de pressionar alguém que, embora não queira, já se tornou uma figura nacional” (Gama, 1902). Considerava a nomeação um “puro sacrifício”, e acreditava que Rio Branco se arrependeria, embora a visse como benéfica para a administração pública: “Se ele aceitar, será um grande benefício não apenas para nós, mas também para a administração pública. É de se esperar que se renove a boa linha e que se defina um programa claro para a política do Itamaraty (Gama, 1902). Apesar da hesitação, Domício incentivou uma decisão rápida, afirmando que “essas suas agonias desapareceriam diante da necessidade de agir”.

Um risco calculado: com Rio Branco na chancelaria

Enquanto Rio Branco assumia a chancelaria, Domício da Gama permanecia em Bruxelas. Nesse período, recebia cartas frequentes do Barão, que solicitava desde orçamento para um busto em homenagem a Cabo Frio até detalhes sobre sua chegada ao Rio de Janeiro. Nas correspondências, Rio Branco também o advertia sobre a falsidade

de Olinto, afirmando ter perdido qualquer ilusão quanto ao antigo chanceler.

Gama desejava colaborar à distância com a nova política externa, servindo no Peru, na Bolívia ou em Washington. No entanto, Capistrano de Abreu o alertou de que Rio Branco não apenas pretendia promovê-lo, mas trazê-lo de volta ao Brasil. Ainda assim, ele duvidava estar cotado para um cargo de destaque. Diante dos rumores de que poderia ser nomeado ministro, reagiu com ceticismo: “São os que não sabem que sou apenas segundo-secretário, e dos últimos da lista. Hoje apostei com três secretários que, dentro de um ano, não serei ministro” (Gama, 1902).

Apesar da cautela, passou a considerar novas possibilidades. O desejo de ascensão cresceu ao saber que Assis Brasil deixaria a carreira. Impulsionado por um ímpeto, sugeriu a Rio Branco interesse em ser transferido para os Estados Unidos. Ao receber o telegrama do Barão confirmando sua promoção e retorno ao Brasil, sentiu-se dividido: o convite o atraía, mas também o fazia hesitar. Reconhecia que aceitar poderia ser um erro, embora essa incerteza alimentasse sua ambição: “É o meu erro, porém vai sendo a minha paixão. Faz-me sonhar à noite, mantém-me entretido durante o dia, tão absorvente como um grande desejo contido” (Gama, 1903).

Inicialmente, aceitou a remoção, mas logo escreveu a Rio Branco expondo suas dúvidas. Refletia sobre a urgência do chamado e as implicações de ser reconhecido publicamente como colaborador permanente do chanceler:

Para aproveitar o impulso que o senhor me deu, sem correr o risco de me tornar um simples satélite seu, talvez fosse mais proveitoso continuar essa colaboração à distância. Aqui fora, sei como posso contribuir para sua administração e sua política. Ao seu lado, apenas conjecturo e, só por otimismo, posso acreditar que os benefícios dessa situação superariam as perdas (Gama, 1903).

Antes mesmo da resposta, sua promoção a primeiro-secretário foi confirmada. O Decreto Legislativo nº 754, de 31 de dezembro de 1900, reconhecia seu tempo de serviço como segundo-secretário desde 31 de dezembro de 1895, e sua antiguidade no cargo de primeiro-secretário desde 22 de novembro de 1898 (Gama, 1903).

Diante da promoção, Gama decidiu permanecer ao lado de Rio Branco, ciente de que precisava aguardar o momento certo para avançar: “quem sabe se lá não verei melhor o caminho da ‘minha ambição?’” (Gama, 1903). Ainda assim, colocou-se à disposição do Barão enquanto fosse necessário, mesmo que isso implicasse adiar sua própria trajetória.

De volta ao Brasil

Ao retornar ao Brasil, Domício da Gama pretendia secretariar Rio Branco, auxiliar na organização da diplomacia e, depois, seguir outro caminho. No entanto, permaneceu ao lado do Barão por quatro anos, período marcado pela rotina administrativa, intensa movimentação diplomática e as negociações do Tratado de Petrópolis.

Embora ocupasse cargo de confiança, Gama recebeu o controle total do gabinete. Comentava que, salvo nos assuntos do Acre, o chanceler se esquivava, alegando a necessidade de concluir o relatório anual, constantemente adiado. Assim, além de suas funções, tornou-se intermediário entre as demandas dirigidas ao Barão e os atrasos nas decisões. Seu maior desafio, no entanto, era afastar-se de Rio Branco, que raramente autorizava a movimentação de auxiliares, a menos que fosse de seu interesse.

Em agosto de 1904, Gama foi nomeado para Paris. Viajou para assumir o cargo, mas, um mês e meio depois, foi chamado de volta a Petrópolis como adido ao gabinete, embora oficialmente vinculado à capital francesa. Quatro meses depois, o Visconde de Cabo Frio comunicou sua promoção a ministro-residente na Colômbia, mas ele permaneceu junto ao Barão. Em junho de 1905, a situação tornou-se ainda mais confusa: Joaquim Nabuco sugeria sua nomeação para a chefia da secretaria; José Joaquim Seabra o parabenizava por suposto

envio ao Equador; e circularam rumores sobre transferência à Colômbia e Haia – nenhuma confirmada.

O posto de maior relevância em aberto era a legação em Lima, estratégica devido às tensões fronteiriças entre Brasil e Peru. Designado a Manuel Oliveira Lima em 1902, o cargo permaneceu vago por tanto tempo que Paulo Roberto de Almeida o apelidou de “The longest diplomatic transfer, ever” (Almeida, 2002). Mesmo ciente da urgência, Rio Branco hesitou em enviar Gama. Considerou Eduardo Lisboa, mas só nomeou Gama em 13 de dezembro de 1906, já em seu segundo mandato.

Essa demora levanta uma questão: por que Rio Branco levou quatro anos para nomear alguém para um cargo considerado essencial? A resposta pode estar no vínculo pessoal e profissional entre ambos. Ter Gama por perto, atuando como elo entre o ministério e o chanceler, tornara-se um hábito difícil de romper. Suas tentativas frustradas de movimentação e as constantes convocações ao Rio reforçam a impressão de que Rio Branco relutara em afastar seu principal auxiliar.

Deixando o Gabinete de Petrópolis: Lima e Buenos Aires

A missão em Lima marcou um ponto decisivo na carreira diplomática de Domício, conferindo-lhe maior autonomia nas negociações. Chegou à capital peruana em 2 de abril de 1907, com instruções para propor o reconhecimento do limite oriental do Peru e do rio Purus, assegurando ao Brasil a soberania da margem direita. Embora não recebido com entusiasmo, encontrou um ambiente respeitoso e, gradualmente, conquistou espaço na sociedade local. Promoveu a imagem do Brasil, estudou espanhol com um frade agostiniano e liderou uma campanha de doação de livros à Biblioteca Nacional de Lima. Dois meses após sua chegada, comunicou a Rio Branco que já “não havia mais adjetivos acerbos manifestando rancor contra nós”.

Após assistir a um desfile militar peruano, Domício enviou ofício reservado a Rio Branco recomendando a nomeação de adidos militares para as principais legações sul-americanas, com perfil cuidadoso, sociável e discreto. Embora o tema não tenha avançado à época, a

nomeação de adidos se concretizou apenas em 1918, sob Nilo Peçanha (Castro, 1983, p. 242).

Sua transferência para Buenos Aires foi informada em dezembro de 1907 e oficializada em maio de 1908, chegando à capital argentina em agosto. Nesse intervalo, foi convocado ao Rio de Janeiro para reuniões urgentes, enquanto Ipanema Moreira assumia interinamente a missão em meio à escalada de tensões entre Brasil e Argentina. A modernização naval brasileira fora interpretada pelo chanceler Estanislau Zeballos como indício de preparo bélico, intensificando o clima de desconfiança.

Ao assumir o posto, Domício enfrentou um ambiente hostil, com uma imprensa agressiva que o rotulava de “intrigante e mentiroso”. Atuou com estratégia, e propôs uma Tríplice Entente com Argentina e Chile para distensão regional, além de flexibilidade na questão tarifária das farinhas. No dia seguinte, o *Diário de Buenos Aires* elogiou sua nomeação e o presidente Figueroa Alcorta reiterou a tradição de cooperação bilateral.

Zeballos, contudo, manteve suas provocações. Domício pediu que Rio Branco orientasse a imprensa brasileira a conter os ataques. Quando Zeballos acusou o Brasil de manipular um telegrama enviado ao Chile, Domício apresentou cópias do original, desmentindo a acusação e dividindo a imprensa argentina. Percebia que o verdadeiro alvo de Zeballos era Rio Branco. Enquanto na Argentina crescia a expectativa em torno do telegrama, a resposta brasileira foi serena, fortalecendo sua imagem. Henrique Lisboa, da legação em Santiago, confirmou a autenticidade do documento, acirrando o contraste entre o alarmismo governista e moderação crítica da imprensa argentina.

Durante um jantar no Jockey Club, Domício confrontou o chanceler Victorino de la Plaza, exigindo mais que um agradecimento. A discussão, presenciada por muitos, revelou a recusa de Plaza em sair do formalismo. Domício afirmou que não aceitaria resposta telegrafada e que, se necessário, deixaria a questão a cargo dos argentinos, recusando negociações paralelas.

O episódio do telegrama nº 9 foi decisivo: Domício compreendeu o valor da firmeza e da clareza na diplomacia. Em Buenos Aires, sua paciência se esgotava diante da pressão sobre o rearmamento brasileiro. Cansado das tentativas argentinas de interferir na política naval do Brasil, reagiu com veemência: “Ao terceiro que me tocou nessa tecla, já respondi, quase sem paciência, que, mesmo que nos convencêssemos de que erramos ao construir navios maiores, jamais cederíamos a uma pressão externa em matéria de dignidade nacional” (Gama, 1908).

Outra questão era a possibilidade de mediação estrangeira. Gama rejeitava qualquer intervenção externa e temia que Joaquim Nabuco, por idealismo, aceitasse uma mediação americana. Alertou Rio Branco: “Minha maior preocupação é que o pacifismo ou o americanismo de Nabuco possa dar margem a uma mediação americana” (Gama, 1908). Para Gama, a Argentina carecia da maturidade diplomática do Brasil: “eles são impulsivos, acreditam facilmente naquilo que desejam e mudam de opinião com rapidez”. Não temia rompimentos, pois “há setores conservadores na Argentina que não permitirão que essa crise afete a vida material da nação” (Gama, 1908).

O embaixador Domício da Gama e sua *Self-Made Nation* no caso do café

A morte de Joaquim Nabuco, em 17 de janeiro de 1910, abriu o debate sobre sua sucessão. Enquanto o nome de Domício era bem recebido na Argentina, no Brasil havia divergências: alguns jornais destacavam suas qualidades, outros sugeriam Rui Barbosa ou Oliveira Lima.

Em 18 de abril de 1911, Rio Branco informou que sua nomeação para os Estados Unidos estava assinada. Em 17 de maio, o Senado a confirmou por unanimidade, sem debates. Aos 49 anos, Domício da Gama tornou-se o segundo embaixador da história do Itamaraty e o único a ocupar o mais alto posto da diplomacia brasileira. No último encontro entre os dois, Rio Branco reconheceu publicamente sua trajetória:

Conheci-o ainda na sua juventude, [...] Desde esse tempo pude apreciar os belos dotes de seu espírito e do seu coração, e acompanhar com afetuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa como na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoais, [...] a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria (Rio Branco, 1911).

Assumir a embaixada em Washington significava retornar às origens, já que fora lá que sua carreira diplomática começara. Embora ocupasse o mesmo posto de Nabuco, Gama via os Estados Unidos com outros olhos. Considerava ingênuo o “americanismo” de Nabuco, que acreditava numa amizade espontânea entre as nações e via a Doutrina Monroe como proteção à América Latina, permitindo que as nações latinas “dormissem em paz, enquanto os Estados Unidos vigiavam o continente” (CHDD, 2005, p. 266). Para Gama, quem vigia está atento, e, portanto, desconfiado e a soberania nacional exigia cautela. Via os Estados Unidos como nação que colocava interesses políticos e comerciais acima da amizade. “Devemos temer o contato com seus homens de Estado improvisados. Também sofremos do mesmo mal da improvisação, mas pelo menos não fazemos sofrer os outros” (Gama, 1911). Considerava a Doutrina Monroe um pretexto para o intervencionismo. “A ideia de intervir como irmão maior (*big brother*) na vida política das nações instáveis, ensinando-lhes como se governa, já era prática antes de ser doutrina” (Gama, 1911).

Gama defendia que concessões políticas aos Estados Unidos fossem justas e recíprocas. Observava que os norte-americanos, já os maiores compradores do café brasileiro e beneficiados por favores aduaneiros, exigiam mais vantagens comerciais: “Se não pusermos um limite a essas concessões, acabaremos reduzidos a uma mera província econômica dos Estados Unidos” (Gama, 1911). Para ele, a cooperação internacional só existia entre nações de força equivalente; a dependência econômica levava à submissão política: “Concessões políticas não podem ser feitas sem um limite, pois ninguém sabe

onde começa e onde termina o caminho das exigências. Em política internacional, não podemos parecer fracos” (Gama, 1911). Dessa visão surgiu seu conceito de *Self-Made Nation*, inspirado na ascensão individual americana, mas aplicado ao Brasil: “Mostrar-nos ao mundo como uma *Self-Made Nation*, desenvolvendo-se sem prejuízo do direito alheio, entretendo amizades na mesma linha de nível, cônica de sua responsabilidade, zelosa de sua soberania” (Gama, 1912).

Na embaixada, Domício voltou-se à questão do café, cuja valorização era vital para o Brasil. Em fevereiro de 1911, o deputado George Norris acusou o Brasil de prejudicar consumidores americanos, levando o Departamento de Justiça dos EUA a abrir a investigação (França, 2007, p. 280-285). Nas negociações com o secretário de Estado Philander Knox, Domício defendeu que a valorização protegia a economia brasileira e lembrou que, há 25 anos, os preços do café permaneciam estáveis. Apesar das divergências, deixou clara sua posição desde o início: “Era melhor que Knox soubesse da minha posição política desde já, para evitar que ele extrapolasse suas pretensões ou, ao menos, fosse mais cauteloso ao apresentá-las” (Gama, 1912).

Sua maior preocupação era que os Estados Unidos adotassem oficialmente uma postura contrária à valorização, o que seria desastroso: “nossa extrema suscetibilidade ao tratar com uma nação poderosa tornaria tudo ainda mais difícil” (Gama, 1912). Em *Unequal Giants*, Joseph Smith destaca o ressentimento de Gama diante da ameaça americana de taxar o café como forma de obter concessões comerciais do Brasil (Smith, 1991, p. 76).

Crise com Lauro Müller e o discurso no Waldorf Astoria

Após a morte de Rio Branco, Lauro Müller assumiu a chancelaria e, em 23 de fevereiro de 1912, solicitou que Domício sondasse a posição americana sobre uma questão envolvendo o Paraguai. Sem conhecer Müller pessoalmente, Domício respondeu no dia seguinte: “É fundamental que o Brasil mantenha sua liberdade de ação, como sempre fez. Não devemos buscar conselhos, aprovações ou resoluções dos americanos para a nossa política na América do Sul. Isso abriria

precedentes perigosos” (Gama, 1912). Ao saber que o Departamento de Justiça dos EUA preparava um parecer sobre o café – com risco de que rumores sobre venda judicial afetassem os preços –, Domício alertou: “Isso poderia obstruir as ações do governo brasileiro, impedindo a retenção do café e a manutenção dos preços, com consequências imprevisíveis para a lavoura” (Gama, 1912).

Em 30 de maio de 1912, Müller autorizou a contratação de um advogado e instruiu Gama a impedir a venda judicial. Embora Knox se esquivasse, Domício conseguiu um compromisso para discutir o tema, mas logo foi informado de que a decisão caberia ao tribunal. Diante da gravidade, levou o tema ao banquete panamericano no Waldorf Astoria, em Nova Iorque. Seu discurso – o mais impactante de sua carreira – destacou a importância da América do Sul e o desconhecimento dos americanos sobre a região. Ao mencionar o café, um murmúrio percorreu o salão, descrito pelo *The New York Times* (1912): “Throughout the hall there were heard whispered words: ‘coffee trust, coffee trust’”. Sem recuar, Gama criticou a postura dos Estados Unidos:

O endosso do governo dos Estados Unidos à doutrina de pagar por um produto não o preço que o vendedor pede, mas aquele que os compradores americanos querem pagar, é uma interferência inaceitável”.

Chegando a afirmar que tal intervenção tocava “os limites da descortesia internacional” (Gama, 1912). Ao retornar ao hotel, soube da desaprovação de Müller, mas pediu-lhe que não enfraquecesse a posição brasileira. Cinco dias depois, Knox solicitou a Taft o encerramento do processo; um mês depois, o procurador responsável foi demitido, arquivando o caso.

Apesar do êxito, Müller passou a ignorar os relatórios de Gama. Seis meses depois, numa tentativa de afastá-lo, sugeriu que ele representasse o Brasil nos funerais do imperador japonês, em Tóquio – convite recusado por inviabilidade de tempo. Em novembro de 1912, Müller ofereceu-lhe a transferência para Londres, mas Gama argumentou que sua saída prejudicaria a defesa do café.

Em 1913, com a vitória dos democratas nos EUA, e o endurecimento da política contra a valorização, Müller pediu que Gama intercedesse junto ao novo Secretário de Estado, William J. Bryan. Alerta para os riscos da interferência americana nas relações bilaterais, Gama convenceu Bryan a retirar o processo em abril de 1913, encerrando o impasse.

Impacto da crise do café

Domício advertiu que a Argentina poderia sentir-se prejudicada, o que representaria golpe significativo ao ideal panamericano. Sugeriu, assim, que Lauro Müller negociasse com Edwin Morgan a exclusão da farinha de trigo da lista de produtos favorecidos pela tarifa brasileira ou, alternativamente, restabelecesse a redução para 20% em outros itens, sempre com base no princípio da reciprocidade e na promoção de uma relação amistosa, porém não dependente.

Com a eleição do democrata Woodrow Wilson, a política norte-americana passou a priorizar a redução do preço do café, contrariando os esforços da embaixada brasileira, que desde 1907 tentava evitar uma tarifação específica sobre o produto. Frustrado, Domício desabafou com José Veríssimo, criticando a hesitação do chanceler:

Agora temos uma lei especial contra a entrada do café da valorização nos Estados Unidos. Isso foi o que ganhou o Sr. Lauro Müller com sua negociação fracassada: um processo acintoso ainda pendente e uma taxa especial contra o governo de São Paulo e seu café. Não é uma grande diplomacia? (Gama, 1913)

Em março de 1913, após uma instrução de Müller para reabrir as tratativas sobre o café e buscar melhores condições comerciais, Domício procurou o novo secretário de estado, William J. Bryan, que solicitou um memorando sucinto. O impasse se intensificou, mas, em abril, o procurador-geral retirou o processo arquivado formalmente no mês seguinte.

O episódio evidenciou o contraste entre a postura independente de Domício da Gama e a orientação diplomática submissa então

adotada por Lauro Müller, em plena vigência da diplomacia do dólar. Enquanto Domício defendia uma atuação firme e autônoma, Müller mostrava-se alinhado aos interesses norte-americanos, o que consolidou a imagem de Gama como voz dissonante na diplomacia brasileira – “desassombrada e corajosa”, nas palavras de Oliveira Lima (Oliveira Lima, 1937, p. 231).

A Conferência de Niagara Falls

No México, Francisco Madero insurgiu-se contra a sétima reeleição de Porfírio Díaz, no poder há mais de trinta anos, e iniciou um levante armado. Após assumir o governo, não conseguiu estabilizar o país. Para conter os conflitos, nomeou Victoriano Huerta comandante da Cidade do México. Traído, Madero renunciou, mediante promessa de segurança aprovada pelo Congresso. Pedro Lascuráin, seu sucessor imediato, ocupou o cargo por poucas horas, nomeando Huerta como Secretário de Governo antes de renunciar, o que viabilizou a ascensão constitucional de Huerta. A maioria dos países reconheceu o novo governo, com exceção de Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Estados Unidos (Bueno, 2000, p. 171-172).

No Brasil, a Revolução Mexicana teve repercussão limitada, sendo acompanhada pelo Itamaraty por meio do consulado na Cidade do México e da embaixada em Washington. Após o rompimento de relações entre os EUA e o México, o representante consular brasileiro, Cardoso de Oliveira, passou a zelar pelos interesses norte-americanos.

Em 9 de abril de 1914, um incidente agravou a tensão diplomática: um oficial e nove marinheiros norte-americanos foram presos ao ingressar em zona restrita do porto sitiado de Tampico. O contra-almirante dos EUA exigiu que a bandeira americana fosse hasteada no solo mexicano e saudada com 21 tiros de canhão – exigência recusada por Huerta. Em resposta, o presidente Woodrow Wilson solicitou ao Congresso autorização para o uso da força. Dez dias depois, tropas norte-americanas ocuparam o porto de Vera Cruz, antecipando a chegada do vapor alemão Ypiranga, que transportava armas para

Huerta. Tanto Huerta quanto o líder constitucionalista Venustiano Carranza consideraram a ação um ato de guerra.

Diante da escalada, em 25 de abril de 1914, Domício, juntamente com os ministros Rómulo S. Naón (Argentina) e Eduardo Suárez Mujica (Chile) – os chamados “A.B.C. Powers” –, propôs uma mediação ao secretário de Estado William Jennings Bryan. A iniciativa foi bem-recebida pela imprensa mexicana, que a interpretou como oportunidade para evitar a guerra. Segundo Frank H. Severance, em meio a bloqueios, bombardeios e ocupações, a proposta surgiu como “um raio de luz entre as nuvens tempestuosas” (Severance, 1914, p. 6).

Inicialmente, Wilson aceitou a mediação, mas posteriormente declarou que o problema não era a ocupação de Vera Cruz, e sim o colapso institucional mexicano, exigindo a formação de um governo digno de reconhecimento. Os mediadores propuseram cessar-fogo a Huerta e a Carranza, mas este recusou, alegando que a trégua beneficiaria seu adversário, já que o conflito EUA-México não estava diretamente ligado à guerra civil.

Em março de 1915, o Congresso dos EUA concedeu aos mediadores a Medalha de Ouro – sua mais alta condecoração – pelos esforços de prevenção do conflito. A mediação impulsionou a cooperação diplomática sul-americana: em maio de 1915, os chanceleres de Argentina, Brasil e Chile firmaram o Tratado de Paz do ABC, comprometendo-se a evitar guerras e a submeter disputas a comissões imparciais. Dois meses depois, Domício, Naón, Suárez Mujica e Bryan assinaram tratados bilaterais de paz em Washington.

As sessões da Conferência de Niagara Falls ocorreram entre 20 de maio e 30 de junho de 1914, reunindo os mediadores, representantes dos EUA e de Huerta; Carranza recusou-se a participar, considerando inaceitável a intervenção estrangeira em assuntos internos do México. Durante os debates, Domício defendeu o princípio da não intervenção, em oposição à orientação de Lauro Müller, que sugeria alinhamento automático à posição dos EUA, abstando-se de influenciar na formação de governo. Domício discordou, sustentando que o Brasil deveria manter uma política externa autônoma, e não agir como satélite

da diplomacia norte-americana – posição amplamente respaldada pela opinião pública brasileira, contrária à violação da soberania mexicana. Na Reunião Pan-Americana de 18 de setembro de 1915, Gama opôs-se a uma resolução que contrariava tal soberania, sendo sua postura considerada sensata por Arthur Link (Link, 1960). Em 18 de outubro do mesmo ano, uma reunião entre o secretário de Estado Robert Lansing e os mediadores reconheceu apenas o partido constitucionalista de Carranza como governo legítimo.

O governo brasileiro autorizou Domício a reconhecer Carranza de forma simultânea aos demais países, embora Gama recomendasse a Müller adiar o envio de um ministro, por considerar o reconhecimento como um gesto diplomático de panamericanismo. Nos anos seguintes, Domício acompanhou a situação mexicana por meio da imprensa e de interlocuções com figuras como Eliseo Arredondo, argumentando por ofícios que a ruína da República Mexicana fora acelerada – ou determinada – pela proximidade com os EUA, embora, em caso de guerra, a responsabilidade recaísse sobre Carranza.

A Primeira Guerra Mundial

Desde o início do conflito, o governo brasileiro adotou uma postura de neutralidade, acompanhando atentamente seus desdobramentos e impactos. O então chanceler Lauro Müller orientou Domício a manter tal posição com prudência, resguardando os direitos soberanos do Brasil e aguardando o momento oportuno para agir.

Em 5 de fevereiro de 1917, dois dias após o rompimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a Alemanha, Domício comunicou a Müller ter exposto pessoalmente ao presidente Woodrow Wilson os fundamentos da neutralidade brasileira, alertando que: “a justiça da história diria que rompemos com a Alemanha por seguir incondicionalmente os Estados Unidos da América, que só nos comunicam atos consumados para que os apoiemos” (Gama, 1917).

Para Gama, era fundamental preservar a imagem do Brasil como nação soberana e independente, evitando qualquer aparência de subordinação a decisões externas. Em junho de 1917, já sob a chancelaria

de Nilo Peçanha, reiterou que, embora os Estados Unidos valorizassem a cooperação brasileira, tal colaboração deveria ser percebida como resultado de uma escolha autônoma, e não como submissão. Mesmo reafirmando sua lealdade às diretrizes oficiais, Domício enfatizava que a função diplomática não se limitava à obediência, mas incluía a formulação de estratégias para fortalecer a posição internacional do país. Em uma correspondência oficial, afirmou:

Tem sido sempre correta e ativa [a política internacional do Brasil] e, como tal, me orgulho de servir. Mas Vossa Excelência sabe que não basta ser, mas também é preciso parecer, pois que sobre aparências se fundam e se desfazem reputações (Gama, 1917).

Tal declaração sintetiza sua preocupação com a imagem internacional do Brasil e com a necessidade de alinhar substância e forma na condução da política externa.

Ministro das Relações Exteriores

Em 1918, Domício foi convidado a assumir o Ministério das Relações Exteriores. Esperava, como chanceler, participar da Conferência de Paz de Paris – que reuniria os ministros das nações aliadas –, e iniciou a organização da missão diplomática brasileira. Contudo, vinte dias após assumir o cargo, foi surpreendido pela decisão do presidente Rodrigues Alves de designar Rui Barbosa como chefe da delegação. Sem se opor, Domício comunicou ao secretário de estado norte-americano, Frank J. Polk, que não participaria da conferência, alegando razões internas. Ainda assim, continuou a orientar a legação brasileira em Paris e formalizou o convite a Rui, telegrafando aos Estados Unidos e ao Reino Unido para ressaltar a importância da presença do Brasil.

Rui Barbosa, entretanto, recusou o convite, justificando que sua nomeação fora tardia – a imprensa já anunciava Domício como chefe da delegação. Após tentativas pessoais de convencê-lo, Rui declarou: “As explicações leais do honrado ministro não foram suficientes. Não ter sido ele quem suscitou sua candidatura e já considerar sua

designação como algo consumado. Tudo isso ocorre por conta dos jornais”.

A recusa gerou impasse político e resultou na escolha de Epitácio Pessoa como alternativa. A delegação brasileira passou a ser composta por Raul Fernandes, João Pandiá Calógeras e Olinto de Magalhães, então ministro da legação em Paris.

Apesar da indefinição inicial, Domício empenhou-se em assegurar uma participação expressiva do Brasil na Conferência. Buscou apoio norte-americano, e Woodrow Wilson defendeu a inclusão brasileira, argumentando que o país possuía relevância demográfica. Como resultado, Brasil conquistou três assentos, ao lado da Bélgica e da Sérvia – potências diretamente afetadas pelo conflito –, fato que evidenciou o prestígio pessoal de Domício, cujos interesses foram respaldados pelo próprio Robert Lansing.

Em janeiro de 1919, a Conferência aprovou a criação da Liga das Nações com representação para pequenas potências. Inicialmente, seriam escolhidos apenas dois países, mas Epitácio Pessoa pressionou pela ampliação para quatro, temendo a exclusão brasileira. Mais uma vez, Domício recorreu ao apoio dos Estados Unidos e, segundo Frank J. Polk, a inclusão do Brasil deveu-se exclusivamente à sua intervenção, garantindo ao país uma cadeira por três anos.

Os interesses brasileiros na Conferência estavam dentrados no comércio de café – com estoques represados em portos europeus como garantia de empréstimos internacionais – e na posse dos navios alemães apreendidos pelo Brasil em abril de 1917, após o rompimento das relações com a Alemanha. A condução desses temas coube a Epitácio Pessoa, que atuou na Comissão Financeira da Conferência. O Brasil obteve ganhos relevantes, como o reconhecimento da responsabilidade alemã por indenizações de guerra, conforme o artigo 263 do Tratado de Versalhes.

No tocante à disputa pelos navios, a proposta franco-britânica de partilha proporcional às perdas marítimas era desfavorável ao Brasil e aos Estados Unidos, que haviam capturado mais embarcações

do que perdido. Ao final, prevaleceu a tese de partilha com base em outros critérios, evitando prejuízos ao Brasil.

A queda de Domício e sua última missão diplomática

Com o falecimento de Rodrigues Alves, em 15 de janeiro de 1919, Epitácio Pessoa foi eleito presidente três meses depois. Ao retornar da Conferência de Paz, Epitácio exonerou Domício da Gama da chefia do Ministério das Relações Exteriores – decisão que o surpreendeu. Domício jamais soube ao certo o motivo de sua saída, embora suspeitasse que estivesse relacionada à composição da delegação brasileira, já definida antes da posse do novo presidente. Segundo Heitor Lyra, Epitácio preferiu não manter no cargo alguém de quem tanto dependera na Conferência.

Apesar da exoneração, o prestígio de Domício permaneceu elevado. Cogitou-se sua nomeação para Londres, o que se concretizou quando a legação brasileira foi elevada à categoria de embaixada. Em 18 de outubro de 1919, foi designado embaixador – seu último posto diplomático.

Durante sua missão em Londres, voltou a atuar junto à Liga das Nações, participando como delegado e presidindo o Conselho na terceira assembleia da 21ª Sessão (1922). Representou também a Bolívia na disputa territorial com o Chile sobre Tacna e Arica. Em 1923, o Brasil foi reeleito como membro provisório da Liga, mas o governo de Arthur Bernardes, sucessor de Epitácio, passou a perseguir com insistência a obtenção de um assento permanente.

Em 13 de março de 1924, foi criada uma Delegação Permanente em Genebra com *status* de embaixada. Em maio, Afrânio de Melo Franco foi nomeado chefe da missão, enquanto Raul Fernandes coordenava os esforços para assegurar a vaga. Em setembro, Domício manifestou a Afrânio seu ceticismo quanto à candidatura brasileira, o que motivou um telegrama incisivo de Melo Franco ao chanceler Félix Pacheco, alertando para a necessidade de uma ação diplomática coordenada.

Com o afastamento dos Estados Unidos, a influência da França e Inglaterra na Liga se intensificou. As tentativas de Domício de construir apoio à candidatura brasileira esbarraram na indiferença – e mesmo arrogância – do ministro britânico Lord Curzon. Sem espaço para diálogo direto, Domício passou a negociar com membros do Foreign Office, o que foi mal interpretado pelo governo brasileiro, que passou a considerá-lo desleixado ou desinteressado. Em 17 de outubro de 1924, Arthur Bernardes determinou sua aposentadoria com base nessa percepção equivocada. Contudo, seus sucessores – Raul Fernandes e Régis de Oliveira – tampouco conseguiram alterar a posição britânica.

Domício permaneceu na Embaixada até 12 de novembro de 1924, data de seu último ofício. No dia seguinte, partiu para Paris e, de lá, retornou ao Brasil. Apesar de nutrir esperanças de reverter sua aposentadoria por meio de cartas e telegramas, jamais obteve resposta. Mesmo com a saúde fragilizada, recusava a invalidez oficial. Para ele, o prestígio brasileiro na Liga dependeria da atuação de seus representantes no Conselho, nas comissões da Assembleia e na Corte de Justiça Internacional. Defendia a criação, pelo Itamaraty, de uma seção técnica de ligação com a Delegação em Genebra, capaz de fornecer informações qualificadas e respaldo estratégico. Nas suas próprias palavras, o papel da representação seria o de transmitir orientações e esclarecer ações: “instruções, ajudando de dentro os que trabalham lá fora e utilizando aqui e divulgando a obra feita lá fora”.

Heitor Lyra descreveu sua saída do Itamaraty como marcada por profundo desrespeito: ignorado pelo presidente da República e pelo chanceler, circulava pelos corredores aguardando um chamado que nunca veio. Até que, certo dia, ao chegar como de costume, constatou que sua cadeira havia sido retirada. Compreendendo a mensagem, apanhou o chapéu em silêncio e partiu para nunca mais retornar. Domício faleceu em 8 de novembro de 1925, aos 64 anos, num quarto do Copacabana Palace, com vista para a Praia da Ponta Negra, onde passara a juventude. Oficialmente, as causas foram arteriosclerose e uremia, segundo atestado do médico Oscar Clark. Contudo, entre os que o conheciam, prevalecia a convicção de que fora a mágoa e a melancolia que o consumiram.

Referências bibliográficas

ABL. Recepção do Sr. Fernando Magalhães. *Discursos acadêmicos* (1924-1927), v. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: vidas paralelas, itinerários divergentes. In: *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2002.

BUENO, Clodoaldo. Presença brasileira na revolução mexicana e a ideia de condomínio oligárquico das nações (1910 a 1915). In: *Simpósio Internacional: Estados americanos: relações continentais e intercontinentais – 500 anos de história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*, ano IV, n. 7, 2º semestre. Brasília: FUNAG, 2005.

FRANÇA, Tereza Cristina N. *Self-Made Nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. Domício da Gama: a diplomacia da altivez. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2013, v. 2, p. 607-652.

GAMA, Domício. De volta. [*Gazeta de Notícias*], 18 de maio de 1893. ABL, ADG, 09.4.13.

_____. Carta a José Veríssimo. Paris, 24 de fevereiro de 1897. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 41, 1933, p. 235.

_____. *Cartas*. (1902-1903). ABL, AGA 10 3 13.

_____. *Cartas*. (1902-1903). AHI, APBRB. Parte III (34). Lata 824 Maço 2. Expedida e Recebida.

_____. *Cartas*. 1903-1907. Bruxelas, 25 de janeiro de 1903. Fundaj, CP P107 DOC 2270.

GAMA, Domício. *Cartas*. (1906-1907). AHI, MDB. Lima. Ofícios, 1906-1907, 212/4/05.

_____. *Cartas*. (1906-1907). AHI, MDB. Lima. Ofícios, jul./dez. 1908, 206/2/04.

_____. *Cartas*. 1908. AHI. APBRB. Parte III (34): Lata 824, Maço 2. Expedida e Recebida.

_____. *Ofícios* [cartas e telegramas]. 1908. AHI, MDB, Buenos Aires, Telegramas recebidos, outubro 1908 – junho 1909, 208/1/08.

_____. *Ofícios*. 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios, abr./dez. 1911, 234/1/12.

_____. *Ofícios*. 1912. AHI, MDB, Washington, Ofícios, 1912, 234/1/13.

_____. *Ofícios*. 1913. AHI, MDB, Washington, Ofícios, 1912, 234/2/01.

_____. Carta a José Veríssimo, Washington, 24 de fevereiro 1913. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v. 42, 1933, p. 120-121.

_____. Carta ao Marechal Hermes da Fonseca, Washington, 29 de dezembro de 1911. IHGB, CDG, Lata 648, Pasta 5.

LINK, Arthur. *La política de los Estados Unidos em América Latina – 1913-1916*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1960.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Memórias* (estas minhas reminiscências). Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

RIO BRANCO. Despacho à legação do Brasil na Argentina. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1905. AHI, Despachos, Buenos Aires 1905-1906, 207.4.9.

_____. Saudação a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1911. APBRB. Lata 877 Maço, Pasta 12 – 11 jun. 1908 a 15 out. 1911. Originais.

SEVERANCE, Frank H., *Peace Episodes on the Niagara: Other Studies and Reports*. Buffalo: Buffalo Historical Society, 1914 (Publications of the Buffalo Historical Society, v. 18).

SMALL, Michael. *The Forgotten Peace: Mediation at Niagara Falls*, 1914. Ottawa: University of Ottawa Press, 2009.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants – Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

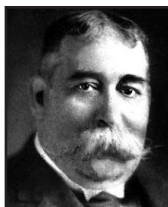
Biografias

Domício da Gama nasceu em 23 de outubro de 1861, em Maricá, e faleceu em 8 de novembro de 1925, no Rio de Janeiro. Foi escritor, jornalista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Como correspondente da *Gazeta de Notícias*, foi enviado à Exposição Universal de Paris, onde conheceu Eduardo Prado e o Barão do Rio Branco, com quem estabeleceu uma amizade duradoura. Colaborou com Rio Branco na secretaria do Serviço de Emigração em Paris, e participou de missões especiais em Washington, bem como na resolução da Questão do Oiapoque. Após ser aprovado em um exame durante a chancelaria de Olinto de Magalhães, ingressou na carreira diplomática, sendo designado para postos na Santa Sé, Londres e Bruxelas. Durante a gestão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, integrou o Gabinete em 1903, contribuindo para a elaboração do Tratado de Petrópolis. Permaneceu ao lado do Barão até 1906, quando foi transferido para Lima e, posteriormente, para Buenos Aires. Em 1911, foi nomeado embaixador em Washington, sucedendo Joaquim Nabuco, cargo que ocupou até 1918. Nesse ano, foi convidado a assumir o Ministério das Relações Exteriores durante o segundo mandato de Rodrigues Alves. Com o falecimento do presidente eleito e a posse de Epitácio Pessoa, deixou a pasta e foi nomeado embaixador em Londres, onde permaneceu de 1919 a 1924, exercendo seu último posto diplomático.

Tereza Cristina Nascimento França é natural do Rio de Janeiro, é graduada, licenciada e mestra em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e cultora de Mariologia (*Locus Mariologicus*). Professora e pesquisadora, lecionou na Universidade de Brasília, Universidade Católica de Brasília e na Universidade Federal de Sergipe, instituição pela qual se aposentou. Possui publicações nas áreas de História, Segurança Humana, Biografia e Mariologia.

Oliveira Lima e a ABL: uma interação precoce, mas acidentada

Paulo Roberto de Almeida



Pernambuco, literatura colonial, republicanismo: os bilhetes para a Academia

Manuel de Oliveira Lima foi admitido na primeira turma da Academia Brasileira de Letras, em 1897, com apenas 29 anos de idade. Ele tinha, então, dois livros publicados – um sobre a história de Pernambuco, outro sobre a literatura colonial brasileira – ademais de muitos artigos na imprensa brasileira (notadamente no *Jornal do Recife*, mas também, desde o início, no *Jornal do Brasil*) e de vários ensaios eruditos na *Revista Brasileira* e na revista do IHGB, instituição da qual já era sócio correspondente desde 1895. Ele foi um dos mais jovens membros da ABL, tendo sido superado apenas por um outro precoce diplomata-literato: Carlos Magalhães de Azeredo tinha somente 25 anos de idade quando foi escolhido para integrar a lista dos membros fundadores.

A escolha de Oliveira Lima para integrar a primeira leva de membros foi apoiada por vários confrades fundadores, entre eles Joaquim Nabuco, designado secretário da ABL quinze anos depois que o jovem editor do *Correio do Brasil* (fundado por ele, aos 15 anos), havia dedicado uma elogiosa nota, em 1881, ao já conhecido abolicionista. Nabuco havia aportado de passagem em Lisboa a caminho da Inglaterra, onde redigiria seu famoso libelo sociológico *O abolicionismo* (1883); o livro foi resenhado pelo próprio editor do *Correio do Brasil*, em 1885. Suas colaborações à *Revista Brasileira* (a partir de 1895, na

sua terceira fase, sob José Veríssimo), podem ter sido decisivas nesse processo, uma vez que o *status* de historiador-diplomático já tinha sido amplamente assegurado com sua eleição, nesse mesmo ano, para o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, ademais da proposta feita para ser membro correspondente do IHGB. Ainda jovem, Oliveira Lima tinha conhecido José Veríssimo em 1880, num congresso literário internacional realizado em Lisboa, “o único brasileiro que nele tomou parte”, como relatou mais tarde o próprio autor de *Memórias: estas minhas reminiscências* (1937, p. 49).

O jovem Oliveira Lima tinha começado seu itinerário na historiografia brasileira pelo livro *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico* (1894) pouco depois de ter ingressado na carreira diplomática, obra iniciada em Lisboa, em 1891, e terminada em Berlim, em meados de 1893. No prefácio, ele já destacava sua preocupação com a evolução política e social da província nos quatro séculos de seu desenvolvimento histórico e econômico, compulsando toda a bibliografia existente, inclusive a dos autores holandeses da ocupação, assim como os cronistas locais e os viajantes. Ao organizar a *Seleção* da obra de Oliveira Lima, em 1970, Barbosa Lima Sobrinho escreveu que a obra, “ainda hoje, é excelente”, e que “difícilmente poderá ser excedido em concisão e segurança de informações, como na sua capacidade interpretativa”. Oliveira Lima se lançou depois na redação de sua segunda obra, sobre os *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, cujo prefácio é datado de outubro de 1894 em Berlim, mas publicado em Leipzig somente em 1896. Na apresentação se lê que

O presente estudo crítico foi intentado e fica publicado como uma introdução a um trabalho sobre o Romantismo no Brasil, como uma fixação dos antecedentes pátrios desse fecundo movimento que uma vez distinguiu brilhantemente nossa literatura, hoje incomparavelmente menos original (Oliveira Lima, 1896, p. v).

Alguns capítulos tinham sido já publicados na *Revista Brasileira*, segundo informa Barbosa Lima Sobrinho, registrando as impressões de José Veríssimo nos seus *Estudos de Literatura Brasileira*, segundo quem

[...] Oliveira Lima, em relação a Sílvio Romero levava vantagem 'em seu modo de apreciar os escritores, geralmente mais compreensivo e penetrante do que o daquele' (1971, p. 33).

Ainda em 1896, confirmando seus pendores republicanos, num momento em que a jovem República brasileira era atacada na Europa e contestada no próprio Brasil, Oliveira Lima publicou um folheto intitulado *Sept Ans de République au Brésil (1889-96)*. O biógrafo de Oliveira Lima, Fernando da Cruz Gouvêa, comenta sua repercussão:

A monografia... causou boa impressão aos círculos republicanos do Rio de Janeiro, destacando-se o comentário simpático divulgado na *Revista Brasileira* por Medeiros e Albuquerque, colega de Oliveira Lima em Lisboa... Na revista de José Veríssimo, realçaria Medeiros e Albuquerque no trabalho de Oliveira Lima... a imparcialidade de historiador daquele diplomata que, ao seu ver, era um dos raros membros da carreira a trabalhar pelo Brasil (Cruz Gouvêa, 1976, v. 1, p. 297).

O curioso em Oliveira Lima foi o fato de ser um ardente republicano, durante a existência das monarquias lusa e brasileira, passando depois a duvidar das virtudes da República quando a anarquia dos partidos políticos e a conquista do poder político por novas oligarquias pouco nobiliárquicas contaminaram o modo virtuoso de fazer política, na sua concepção democrática aberta. Na verdade, Oliveira Lima nunca foi um adesista sem princípios, um seguidor incondicional de um ou outro regime político, pois o que mais valorizava, efetivamente, era o debate racional em torno de regras e valores que cabiam ser respeitados em função dos mais altos interesses da nação. O militantismo açodado por um ou outro regime lhe parecia pouco compatível com a estabilidade política que requer uma governança guiada mais pela moderação *à la* Montaigne do que por confrontos similares a uma guerra de religião. O que ele mais valorizava, sem dúvida, era a liberdade de opinião e a independência individual em face dos problemas maiores, que sempre foram o do desenvolvimento do Brasil, que naquele momento já estava sendo colocado em dúvida pelos sobressaltos que assaltaram a jovem República: revoltas e turbulências regionais.

Desde o início de sua jovem carreira de historiador-jornalista, naquele momento republicano convicto, Oliveira Lima não hesitou em confrontar nomes consagrados da cultura brasileira que se tinham criado na atmosfera intelectual bastante aberta do velho imperador, culto e tolerante. Entre eles estavam o próprio Joaquim Nabuco e, sobretudo, Eduardo Prado, que fustigava a República com alguns materiais discretos remetidos por Rio Branco, desde Liverpool ou Paris. Fernando da Cruz Gouvêa resume os objetivos desse terceiro trabalho de Oliveira Lima:

Embora amigo de todos aqueles nomes de projeção na vida nacional, alguns monarquistas, outros apenas ferrenhos adversários de Floriano, estava Oliveira Lima convencido de que todos contribuíam ativamente para que no estrangeiro se estabelecesse em definitivo, uma imagem negativa do regime estabelecido em 1889, enquanto ele, adepto consciente das ideias republicanas, esforçava-se por distinguir os fatos políticos brasileiros da categoria dos conhecidos pronunciamentos sul-americanos. Quase um republicano histórico, de vez que ainda estudante em Lisboa inscrevera-se entre os que pregavam para o Brasil o advento daquele sistema político, Oliveira Lima escreveu um trabalho em que o apologista da situação cedeu lugar ao historiador isento e competente, qualidades já demonstradas no seu primeiro livro, e o resultado foi uma síntese precisa não só dos fatos passados naquele período recente, mas das dificuldades econômicas e sociais que exploravam as razões das sucessivas inquietações que precediam mesmo a Independência (Cruz Gouvêa, 1976, p. 295).

O caminho para a Academia, pavimentado nas primeiras obras e nas relações pessoais

As três obras iniciais e uma ampla rede de relações intelectuais habilitaram Oliveira Lima a ingressar precocemente na recém iniciada Academia Brasileira de Letras. Se, no caso da admissão na diplomacia, tratou-se de determinação vinda do próprio vice-presidente Floriano

Peixoto, e não pela via dos concursos que a Secretaria dos Negócios Estrangeiros promovia ocasionalmente desde os tempos do Visconde do Uruguai, para a ABL o impulso foi dado, mais bem, pela République des Lettres.

O que contou mesmo foram suas relações consolidadas com diversos membros da “nomenclatura” literária que frequentava as poucas livrarias do Rio onde se podia encontrar livros estrangeiros, a Garnier e a Laemmert. Oliveira Lima teve oportunidade de se juntar aos futuros confrades quando de sua passagem por Recife e pela capital federal, vindo da Alemanha e a caminho de Washington, em 1895. Em suas *Memórias* escreveu que o governador de Pernambuco Barbosa Lima tinha lhe acenado com o início de uma outra carreira, a da política, o que fez com que Oliveira Lima sopesasse as vantagens e desvantagens de largar a diplomacia, uma carreira recém-iniciada:

Em 1895 resisti à tentação política que mais ou menos todos nutrem, mesmo os que se lhe mostram mais infensos, e preferi continuar na carreira diplomática, para o que contribuiu o acolhimento benévolo que no Rio se me deparou da parte de Carlos de Carvalho, sem dúvida o titular mais competente que tem tido a pasta do Exterior no novo regime, superior a Rio Branco senão nos serviços efetivamente prestados no tocante à delimitação do país, pelo menos na assiduidade, na diligência aturada e ininterrupta prestada aos assuntos do seu departamento, no método de trabalho que soube imprimir no pessoal dependente de sua seção, na aptidão jurídica para abordar os problemas internacionais sem lhes perder de vista a feição política. Rio Branco, com toda a sua habilidade e com toda a sua erudição que o tornava mestre em matéria de geografia histórica e de história colonial, não teria talvez tido a energia que Carlos de Carvalho revelou na questão da [ilha da] Trindade, rejeitando altivamente a proposta de arbitramento de Lord Salisbury... Sua alegação era que o direito brasileiro era patente e indiscutível... (Oliveira Lima, 1937, p. 108-109).

Essa “comparação”, *a posteriori*, entre as capacidades de Carvalho e de Rio Branco, não reflete, obviamente, a postura que Oliveira Lima

mantinha, à época, no tocante a Rio Branco, já o grande negociador vitorioso da contenda de Palmas com a Argentina, mas não ainda vencedor na arbitragem com a França na questão do Amapá, só lavrada pelo presidente suíço em 1900. Em meados da última década do século XIX, Rio Branco ainda era um cônsul – carreira distinta da diplomática – e só seria feito chanceler na presidência de Rodrigues Alves, em 1902, depois de ter sido elevado à condição de ministro em Berlim como resultado de suas primeiras vitórias nas duas questões de limites vindas da época colonial e imperial. Ambos, Rio Branco e Oliveira Lima, colaboravam um com o outro em suas respectivas pesquisas históricas, numa admiração mútua que evoluiu, bem mais tarde, para uma competição pelo prestígio que afastou essas duas grandes figuras da história diplomática, um pela ação, o outro pela narrativa.

Três décadas depois, ao redigir suas memórias, Oliveira Lima sintetizaria suas concepções sobre as prioridades da política externa brasileira e sobre o modo de conduzir a sua diplomacia, temas que desenvolveria em conferências e artigos já no início do século, mas que seu biógrafo toma como ocasião para aproveitar esses parágrafos comparativos e prestar suas homenagens ao chanceler de sua transferência de Berlim a Washington: “Foi ele [Carlos de Carvalho] quem me promoveu a primeiro secretário nos Estados Unidos e fez de mim grandes elogios a Machado de Assis entre outros, com quem por esse tempo travei relações que se converteram numa boa amizade” (1937, p. 110).

Nesta sua segunda passagem pela capital federal, já reconhecido como diplomata de alta capacidade intelectual, Oliveira Lima também reunia uma rede de conagração que pouco adiante se refletiria na sua precoce eleição para uma instituição que já estava sendo pensada pelas melhores cabeças da “república das letras” para ser um espelho, ainda que menor, da Academia francesa. No seguimento de seus elogios a Carlos de Carvalho, ele explicou nas *Memórias* como era o ambiente intelectual do Rio de Janeiro naquela conjuntura pré-ABL:

Era o tempo da *Revista Brasileira*, mãe da Academia Brasileira e dirigida por José Veríssimo com critério e capacidade. À tarde nos encontrávamos na livraria

Laemmert, onde também vinham ter Rodrigo Octávio, secretário da Presidência, Graça Aranha, autor ainda virgem, mas conhecido como discípulo talentoso de Tobias Barreto, Pedro Tavares e outros. Machado constituía naturalmente o centro da reunião, com seu ligeiro gaguejar que dava mais graças às suas observações sempre delicadamente maliciosas, expressas como as suas páginas escritas com um humorismo de quilate... Nas coisas maiores como nas menores, essa ironia era velada, porque o seu pessimismo era, como toda a sua pessoa, discreto. [...]

José Veríssimo era diferente de Machado de Assis, posto que se entendessem às mil maravilhas. A proibidade em pessoa como homem de letras, não só como particular, Veríssimo tinha um fundo de paixão que o outro não possuía ou então recalcava tanto na sua alma que se perdia de vista. Não era Machado um indiferente, mas era essencialmente um reservado, parte por timidez, parte por sistema (Oliveira Lima, 1937, p. 110-111).

Fernando da Cruz Gouvêa expõe, mais uma vez com nitidez, o que Oliveira Lima, dotado de uma visão prática, tratou de fazer para que, além daquelas amabilidades ocasionais, ele pudesse, ainda relativamente jovem, passar a integrar aquele cenáculo de sumidades:

Todavia, como não era dado a perder tempo com vida literária ou em conversas ociosas e quase sempre irreverentes dos grupinhos de café ou de livrarias, Oliveira Lima muito ao seu feitio, preferiu uma atividade mais séria: versátil e dono de uma redação pronta, intensificaria sua colaboração para a *Revista Brasileira*, de José Veríssimo – com quem estreitaria a partir daí uma amizade que não se limitaria ao plano intelectual – decisão que só poderia agradar ao estilo severo de Machado, e representaria um passo decisivo no rumo da Cadeira n° 39 da Academia Brasileira de Letras (Cruz Gouvêa, 1976, p. 263).

Naqueles dias em que construía seu acesso à “imortalidade”, Oliveira Lima tratou de comparecer ao IHGB, onde seria aceito como

sócio correspondente, ao lado de um deputado federal pela Bahia e de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Sem ser orador nato, como explicou Cruz Gouvêa, Oliveira Lima foi escolhido para responder às saudações de boas-vindas do presidente da entidade, apressando-se em dizer que seu primeiro e único livro, até então, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, era apenas o primeiro de sua carreira de historiador, e que

[...] o prêmio do Instituto não caiu, contudo, ousou dizer, em terreno ingrato, serviu-me antes de estímulo poderoso para a confecção de novos trabalhos históricos e literários, que conto submeter à vossa judiciosa apreciação, um deles muito aproximadamente [ele se referia aos *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, já em preparação]. Colaborarei desta forma, posto que modestamente, na obra importantíssima já realizada por esta associação, à qual a história nacional tudo deve (*Ibid.*, p. 264).

Enfim na ABL: como conciliar liberdade acadêmica, diplomacia e jornalismo?

Em sua curta seção sobre o “Interlúdio Acadêmico” (menos de duas páginas) de sua “Introdução geral sobre a vida e a obra de Oliveira Lima”, na *Seleta* de 1971, Barbosa Lima Sobrinho fornece as razões para que os intelectuais reunidos no início de 1897 para fundar a Academia Brasileira de Letras dessem preferência a um jovem historiador de apenas 29 anos:

Não faltariam razões para que se compreendessem as razões dessa preferência. A Academia resultara, em grande parte, dos laços de afeição que foram prendendo os redatores e colaboradores da *Revista Brasileira*. E Oliveira Lima fora dos seus mais assíduos colaboradores, desde 1895, com artigos que antecipavam a publicação dos *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* e do livro de impressões *Nos Estados Unidos*. Publicara, além desses, alguns ensaios originais, como *As memórias de Barras*, *O romance francês em 1895*, *Guilherme Moniz Barreto*,

O destino dos Estados Unidos (a propósito de um livro do Capitão Mahan), *As memórias do Príncipe Bismarck* e um ensaio intitulado *D. João VI no Brasil*, os artigos mais recentes já depois da fundação da Academia. Mas até a data da sua eleição, Oliveira Lima divulgou pelo menos doze artigos na *Revista Brasileira*. Além disso, já era autor consagrado de diversos livros. Colaborava, também, na prestigiosa *Revista de Portugal*, no *Jornal do Recife* e no *Jornal do Brasil* e estava escrevendo no *Jornal do Comércio*.

Não havia, pois, nenhuma ideia de proteção na sua escolha (Lima Sobrinho, 1971, p. 87).

A admissão na ABL foi, portanto, uma travessia sem obstáculos, a decorrência natural do precoce ativismo do jovem historiador que se exercia simultaneamente no jornalismo de história imediata, assim como nas lides diplomáticas às quais já estava ligado por vínculos familiares. Dos 23 aos 29 anos, Oliveira Lima deu dois saltos, um para a diplomacia e depois outro, para as cobiçadas academias: IAHG-PE, IHGB e ABL, ambos relativamente fáceis, pelas suas notórias capacidades já demonstradas e pelo apoio do círculo de relações que ele próprio construiu a partir de suas qualidades nas várias frentes de trabalho que empreendeu.

Quando os trinta primeiros organizadores de uma academia de letras nos moldes da francesa – entre eles Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e José Veríssimo – se reuniram sob a presidência de Machado de Assis, em janeiro de 1897, o nome de Oliveira Lima foi considerado positivamente para integrar os dez membros restantes, tendo ele recolhido mais votos do que o Barão do Rio Branco, cujo ingresso se deu no final do ano seguinte. Teve início aí uma complicada interação entre os dois historiadores-diplomatas que se prolongaria nos quinze anos seguintes e que foi até determinante para o afastamento, também precoce, de Oliveira Lima da diplomacia brasileira.

Se o ingresso de Oliveira Lima na ABL, no momento da fundação, foi rápido, sua posse foi extremamente delongada, só ocorrendo em 1903, em virtude de necessidade de compatibilizar estadas no Rio de Janeiro dele próprio e do outro diplomata-escritor que escolheu para

sua saudação: Salvador de Mendonça, seu chefe no terceiro posto da carreira, em Washington. Problemas futuros, na carreira e na vida, lhe foram causados por três dos nomes preteridos na primeira votação: além de Rio Branco – que só havia colaborado, até então, com a *Grande Encyclopédie* e as *Efemérides*, na fase inicial do *Jornal do Brasil* – também receberam poucos votos, e nunca lograram ingressar na ABL, Assis Brasil e Fontoura Xavier, que se tornaram desafetos do jovem historiador, mesmo quando Oliveira Lima já era consagrado como o grande historiador e intérprete do Brasil. Barbosa Lima Sobrinho, na sua “Introdução geral à vida e à obra de Oliveira Lima”, escreve a esse respeito num dos parágrafos da curta seção dedicada à ABL, chamada de “Interlúdio Acadêmico”:

Dos três, o único que chegaria à Academia seria o Barão do Rio Branco, eleito, em fins de 1898, para a vaga de Pereira da Silva.

Curioso, entretanto, é que esses três nomes surgiram, na vida de Oliveira Lima, como obstáculos à sua carreira diplomática. O primeiro seria Assis Brasil, que se esforçaria pela remoção de Oliveira Lima da Legação brasileira de Washington, que ele então chefiava [na sucessão de Salvador de Mendonça]. Depois foi a vez do Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior, que não chegou a conceder a Oliveira Lima os postos de realce a que ele, na verdade, se impunha. Por fim viria a vez de Fontoura Xavier, concorrendo para que fosse negada a Oliveira Lima, no período da guerra europeia, a permanência ou a residência em Londres. Não diremos que tudo fosse consequência direta do pleito acadêmico. De qualquer modo, custou caro, a Oliveira Lima, a preferência dos acadêmicos que o elegeram. Coincidência ou propósito, não adianta esclarecer. Basta o fato em si mesmo, em face de uma realidade reveladora (Lima Sobrinho, 1971, p. 87-88).

Se a sua escolha e eleição foram empreendimentos excepcionalmente rápidos, sua posse e recepção registraram uma delonga de seis longos anos, o que se explica pela sua ausência do Rio de Janeiro durante

largos períodos – servindo em Washington, Londres e Tóquio, de 1896 a 1903 – e, também, pela necessidade de combinar sua presença com a de Salvador de Mendonça, seu primeiro chefe na capital dos Estados Unidos, a quem ele escolheu para fazer o discurso de recepção. Durante o longo período em que já tinha sido admitido na ABL, mas quando ainda não tinha “tomado posse”, Oliveira Lima manteve intensa correspondência com Machado de Assis (Malatian, 1999), inclusive para solicitar permissão para inscrever no frontispício de seu novo livro, *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais* (1899), sua qualidade de membro, embora ainda sem o “selo” da ABL. O livro reunia artigos que ele já vinha publicando na *Revista Brasileira* e antecipa algumas das razões que explicam sua futura desavença com Nabuco nesse âmbito (Almeida, 2009).

O ingresso oficial de Oliveira Lima foi finalmente marcado para o mês de julho de 1903, quando de sua vinda de Tóquio, supostamente em trânsito para assumir a legação em Lima, sob sugestão pessoal de Rio Branco, designação contra a qual o historiador, já autor de outras obras – *História diplomática do Brasil*, *O reconhecimento do Império* (1901), *No Japão: impressões da terra e da gente* (1903) –, lutou denodadamente para não ir. Oliveira Lima e Rio Branco eram ambos membros da academia, mas o embate entre eles não se deu no plano das vaidades literárias, mas sim no terreno da política externa e da condução do Itamaraty. Em seus constantes artigos na imprensa nacional, Oliveira Lima vinha expressando opiniões independentes tanto quanto à substância das relações exteriores como no tocante ao modo de se operar a máquina do já então chamado Itamaraty. O presidente Rodrigues Alves assistiu à cerimônia de posse, à qual Rio Branco ostensivamente não compareceu. Oliveira Lima vinha imbuído do sucesso que ele já tinha obtido ao ter sido recebido de braços abertos pelo IHGB, assim que ele apresentou para a sua revista a relação dos manuscritos do Museu Britânico sobre o Brasil, que ele tinha composto durante sua permanência na Legação em Londres, em 1900-1901, e queria se delongar mais um pouco no Rio de Janeiro para pesquisar amplamente para o seu *D. João VI no Brasil*, em preparação.

Para completar o quadro de tensão entre as personalidades presentes na ocasião pode-se acrescentar que Salvador de Mendonça, o primeiro chefe de Oliveira Lima em Washington, que ele havia escolhido para saudá-lo, também acumulava recriminações contra o ministério, e contra a própria República, uma vez que tinha sido colocado numa espécie de limbo diplomático desde o início de sua designação para a legação em Lisboa, em 1898, que tinha sido recusada pelo Senado, ficando ele sem direitos e sem vencimentos durante muitos anos (Mendonça, 1960; Mendonça de Azevedo, 1971).

A posse se deu na noite de 17 de julho de 1903, uma sexta-feira, como preferia Machado de Assis, em acontecimento noticiado com grande destaque em toda a imprensa carioca: “Foi ainda com a recordação da leitura das extraordinárias manifestações feitas a Rostand, na Academia Francesa, que assistimos ontem à recepção do Sr. Manoel de Oliveira Lima”, começava o *Correio da Manhã*, confirmando, segundo Gouvêa, a mania dos literatos brasileiros de se ligarem ao que faziam e pensavam os escritores franceses (1976, p. 549). A cerimônia foi realizada no Gabinete Português de Leitura – pois a Academia nesse tempo era pobre e não tinha locais próprios – e a ela compareceram o presidente Rodrigues Alves, o chefe da casa Militar, o conselheiro Camelo Lampreia, ministro de Portugal, além de vários barões, viscondes, conselheiros, desembargadores, diplomatas e cônsules estrangeiros, mas não, como já registrado, o chanceler brasileiro, talvez desgostoso com os muitos artigos que Oliveira Lima vinha publicando na imprensa sobre as “cousas diplomáticas”, nas quais o pouco disciplinado diplomata se permitia criticar um certo estilo e uma determinada orientação de se fazer diplomacia, sem se importar em que, com isso, estivesse batendo de frente nas posições oficiais, nas velhas crenças e nos rituais tradicionais.

A leitura do elogio a seu patrono na Academia, Francisco Adolfo de Varnhagen, não constituiu simplesmente uma peça literária, ou de reflexão sobre o trabalho histórico, como se deveria esperar, mas foi também um acerto de contas dentro da diplomacia, como aliás também faria, pouco depois, Salvador de Mendonça, outro injustiçado na carreira. Nessa homenagem ao patrono, que sem dúvida repassa

em detalhe a obra de pesquisa e de sistematização das fontes feita pelo autor da *História Geral do Brasil*, Oliveira Lima aproveita para inserir todas as suas críticas diretas e indiretas à situação da carreira, à orientação dada ao relacionamento diplomático, ao próprio estilo de trabalho em vigor na Secretaria de Estado, no que foi interpretado, com razão, como uma censura ao próprio Barão do Rio Branco. Algumas das referências são marcadas pela sutilidade, só percebendo-as quem conhecia o embate subterrâneo que estava por trás de algumas palavras.

Ele começava por caracterizar Varnhagen como um duplo “modelo”, de diplomata e de homem de letras, acrescentando logo em seguida: “e mais prezando esta qualidade do que aquela, [...] porque, ao passo que a literatura se torna cada vez mais árdua pela soma de conhecimentos que requer, a diplomacia torna-se cada vez mais fácil pela soma de predicados que dispensa”. A crítica à diplomacia corrente se desdobrava, então, numa censura direta à centralização do poder, que Rio Branco supostamente encarnaria:

Não é maldizer a diplomacia lembrar que, mercê da maravilhosa facilidade de comunicações, do devassamento da vida política pelos jornais, da virtual cessação de todo sigilo de Estado, da colocação dos cargos públicos ao alcance de todos os cidadãos, não mais permanecendo privilégio de uma casta, de outras circunstâncias ainda, ela deixou de ser uma arte para tornar-se uma profissão. Os diplomatas dependem agora tão de perto e descansam tanto sobre o chefe da sua corporação, gozam assim de tão pouca iniciativa e autonomia, que já foram irreverentemente tratados de meros tocadores de certo instrumento antimusical, que Rossini tinha em horror, e que a gravidade acadêmica me dissuade de mencionar. Pelo contrário, o historiador moderno carece de ser, além de um erudito, um artista; de descobrir, ele próprio, as fontes, analisar-lhes o valor, saber aproveitar o manancial que delas brota, quando ainda livre das impurezas, e arrecadá-las em vasos do mais puro cristal por ele mesmo facetado (Lima Sobrinho, 1971, p. 531-32).

Depois de discorrer sobre o trabalho de Varnhagen como historiador, ele toca num ponto que o interessava diretamente, aproveitando para dar duas alfinetadas em Rio Branco:

A carreira diplomática, da qual [Varnhagen] percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição de sua história do Brasil [publicada em Madri, em 1854-57], servindo-lhes aqueles de que não se aproveitou, para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespúcio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso consócio Sr. Barão do Rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do ministro austríaco no Rio de Janeiro. Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas, mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas. Mais vale em todo caso escrever história com autoridade do que ajudar a fazê-la sem capacidade (Lima Sobrinho, 1971, p. 534-35).

Bem relidas essas frases, trata-se em verdade de uma grande marretada – a acusação a Rio Branco de guardar originais de Varnhagen – e de uma tremenda bordoadada – a alegação quanto a sair “fresco de negociações espinhosas” – dirigidas a um chanceler que tinha estado trabalhando intensamente, durante todos esses meses, nas difíceis negociações em torno da questão do Acre. Mais grave ainda, se insinuava, numa simples frase, que todo esse trabalho não tinha a menor importância: melhor escrever história com conhecimento de causa do que “ajudar a fazê-la sem capacidade”!

Abordando, mais adiante, a combinação em Varnhagen do homem de letras com o diplomata, Oliveira Lima efetuou uma apologia das escapadas em arquivo:

Ninguém, penso, se queixará de que durante esse período [adido à Legação em Lisboa em 1842, depois na da Espanha em 1847, onde foi Encarregado de Negócios, de 1851 a 1858] Varnhagen ocupasse o seu tempo mais nos cartórios que na chancelaria, ou por outra, que combinasse e mesmo preferisse os estudos históricos à fofice diplomática, e os ensaios literários à ociosidade burocrática (Lima Sobrinho, 1971, p. 545).

Tratava-se, obviamente, de um recado oportuníssimo a quem de direito, uma proposta de remoção funcional *pro domo sua*, de preferência para alguns daqueles postos europeus nos quais já tinha servido seu patrono: Lisboa, Madri, Viena, e, para ele mesmo, Londres. Cabe registrar, a propósito desse discurso, que ele não foi publicado, como era habitual, pela revista do IHGB, “instituição em que Rio Branco desfrutava de enorme prestígio”, segundo comentou a historiadora Teresa Malatian (2001, p. 181). Ele foi divulgado anos depois, “após ter circulado durante anos como folheto publicado pelo autor” (*Ibid.*), tão somente em 1910, pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do qual Oliveira Lima se tornara sócio correspondente quase dez anos antes, em 1901.

Os efeitos do discurso, claramente crítico e com pontadas de ironia, devem ter sido sentidos no gabinete do ministro, pois que João Ribeiro, historiador reconhecidamente ligado a Rio Branco, tomou a si o encargo de responder a algumas das ilações de Oliveira Lima. Na edição de 19 de agosto de 1903 do *Correio da Manhã*, com uma peça de bem medida sutilidade, que pretendia reverter contra Oliveira Lima os exercícios comparativos entre Varnhagen e renomados historiadores europeus, ele diminuía a importância do novo acadêmico. Depois de aprovar, rapidamente, o elogio de Oliveira Lima a Varnhagen – “vale por uma biografia, a que pouco faltará para ser completa” – João Ribeiro fazia a defesa do chanceler:

A história, na Academia, só tem hoje dois cultores: Rio Branco, que aliás estaria dispensado de escrever, porque mais do que a escreveu, fê-la viva, aumentando o nosso império para além das fronteiras, com aquela energia,

saber e aquela capacidade de trabalho que nele é única; Joaquim Nabuco, que é o mais eloquente brasileiro, e bem poderia ser o nosso Macaulay, o Michelet, ou o Thierry nosso... (Cruz Gouvêa, 1976, v. 2, p. 555).

Os nomes desses historiadores estavam, aliás, citados no discurso de Oliveira Lima, mas numa comparação relativamente depreciativa para com Varnhagen. Já num tom concessivo, acrescentava João Ribeiro logo em seguida: “A estes agora vem juntar-se o Oliveira Lima, com seus dotes próprios de investigador consciencioso e diligente, sem grandes méritos literários e artísticos, é verdade, mas com grande solidez, fundamento e segurança de crítica”, fazendo então a comparação com o próprio Varnhagen, “que também carecia de primores de forma (*Ibid.* p. 556). João Ribeiro acrescentava ao duelo verbal sua própria apreciação dos dotes de historiador de Oliveira Lima, ao entrever nele,

inegável progresso de forma e de expressão, quando se cotejam as suas primeiras produções e as últimas. São aquelas quase destituídas de graça, falhas que as fariam de leitura difícil, se não fossem tais defeitos amplamente resgatados pelo empenho e importância dos assuntos. Estou convencido, pois, de que em Oliveira Lima, as qualidades de escritor cada vez mais se esmeram e se apuram e esse progresso é essencial porque a história ainda hoje tão incerta como no tempo de Tucídides, não se pode desobrigar da eloquência e da poesia que a devem animar. E não tardará, talvez, que o novo acadêmico se nos apresente com o seu livro definitivo a desafiar os louvores e a admiração dos que, como eu, acreditam na sua vocação de historiador (*Ibid.*, p. 556)

Esse desafio, Oliveira Lima pretendeu responder com o seu *D. João VI no Brasil*, tarefa que lhe foi indiretamente facilitada pelo próprio Rio Branco, que já não o mandava mais ao Peru, mas tampouco redigia as instruções para sua partida para a Venezuela, seu próximo posto designado. Ele aproveitou os tempos de relativa inatividade no Rio de Janeiro para avançar em suas pesquisas sobre o período joanino,

deixando as antessalas da Secretaria de Estado para instalar-se na sala de leitura da Biblioteca Nacional. Como escreveu um outro historiador pernambucano, membro da ABL, a propósito do *D. João VI*:

Não fosse a perseguição que lhe moveu o Barão do Rio Branco, todo poderoso ministro das Relações Exteriores da época, relegando-o aos corredores da Secretaria de Estado, e Oliveira Lima não teria disposto dos vagares para trabalhar no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no próprio arquivo do Itamaraty e da legação dos Estados Unidos no Rio. Sem saber, o Barão prestava uma grande contribuição à historiografia brasileira. Caso tivesse previsto o efeito perverso da sua decisão administrativa, o provável é que tivesse revisto sua recusa de dar ao historiador o posto condigno a que tinha direito (Cabral de Mello, 1996, in: *D. João VI no Brasil*).

Oliveira Lima e a ABL: da glória precoce ao afastamento na maturidade

Tais disputas, por mais sabor que elas possam ter tido no contexto dos cafés literários, das redações de jornais ou das livrarias eruditas, naquele momento constituíram, todavia, apenas parte de uma história surda de desentendimentos políticos, de enfrentamentos funcionais e de franca oposição pessoal entre os dois homens, que se desenvolveu, também e sobretudo, no plano da diplomacia brasileira, como revelado nos muitos artigos que Oliveira Lima continuou publicando nos meses e anos seguintes à sua posse na Academia (Almeida, 2002). Cabe, enfim, registrar que a remoção de Oliveira Lima para a legação em Lima conseguiu ser desfeita com a ajuda do “eterno” Diretor Maior, secretário-geral na linguagem atual, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Visconde do Cabo Frio, ao qual ele também dirige palavras muito elogiosas nas suas *Memórias*.

Sobre a própria Academia, Oliveira Lima também se pronuncia, mas de modo bastante sucinto, nas mesmas *Memórias*, dizendo que “nas eleições acadêmicas *enquanto tomei parte nelas* [ênfase acrescentada], votei sempre com independência e de acordo com minha consciência”

(1937, p. 126). A ênfase se refere ao seu afastamento da ABL, sobre a qual cabe reproduzir dois largos trechos sobre esses “acidentes de percurso”, o primeiro na pluma do organizador de sua *Seleta*, o segundo nas próprias palavras de Oliveira Lima, em suas *Memórias*. Escreve Barbosa Lima Sobrinho:

A vida acadêmica de Barbosa Lima Sobrinho não seria apagada. [...] Levava muito a sério o seu voto, nos pleitos da Academia. Gostava da convivência, quando se encontrava no Rio de Janeiro. Até que se modificou sua situação pessoal, dentro da Academia, desde que ela se tornou herdeira universal dos bens do livreiro Francisco Alves [o que ocorreu em 1917, quando o grande livreiro legou toda a sua fortuna, por testamento, para apoiar concursos literários e pedagógicos, com a intenção de promover o ensino primário no Brasil] e [que a ABL] resolvera criar um jeton de cem cruzeiros (ou 100\$000) para a remuneração da presença dos acadêmicos. Parecia a Oliveira Lima que, com esse ato, a Academia estaria ‘roubando a um morto’, desviando recursos que lhe haviam sido doados com um destino certo, para assinalar a conversão do livreiro e editor, transformado, depois de morto, em benfeitor das letras. Oliveira Lima não escondeu o seu protesto e a sua intransigência. Escreveu numerosos artigos nesse sentido, em *O Estado de S. Paulo*, como no *Diário de Pernambuco*. Era uma causa de defesa fácil, e não seria ele que resistiria a um tema tão atraente. Manteve-se irredutível e afastado da Academia. Nem mesmo votava em seus pleitos. Rompimento absoluto, como estamos vendo (Lima Sobrinho, 1971, p. 88).

Quanto a Oliveira Lima, ele primeiro relata em suas *Memórias* pequenas diatribes em que se envolveu no ambiente acadêmico, para logo em seguida abordar a questão mais séria do roubo “a um morto” e a do seu afastamento:

Só um pecado cometi na Academia, onde fui [um] dos cinco que votaram contra a reforma ortográfica eliminadora do critério etimológico. O pecado foi favorecer

Lauro Muller [o chanceler sucessor de Rio Branco, até o ingresso do Brasil na guerra contra os impérios centrais, em 1917, justamente], em detrimento de Ramiz Galvão, mas cometi-o conscientemente, não tanto por uma fraqueza momentânea... como para não ser acusado de hostilizar todo e qualquer ministro do exterior que não eu. As minhas críticas a atos de Rio Branco, por mais cortesias que tivessem sido, granjearam-me em todo o Brasil fama de indisciplinado. Em certas épocas e em certos regimes a independência confunde-se com a indisciplína.

Foi pouco depois que me afastei da Academia, entendendo, conforme declarei numa oração na Faculdade de Direito do Recife, que ela estava ‘roubando o morto’ com criar fichas de presença de 100\$000 com o dinheiro para fomentar a instrução no Brasil. Na melhor hipótese parecia enfileirar-se a Academia pelo seu ato ganancioso entre os analfabetos merecedores de patrocínio daquele benfeitor das letras, que não pensara em sê-lo dos letrados (Oliveira Lima, 1937, p. 127).

Suas *Memórias*, contudo, não registram, nessa passagem, seu reatamento com a ABL, quando esta decide trazê-lo de volta, ao homenageá-lo com a criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Universidade de Lisboa, como relata por sua vez Barbosa Lima Sobrinho, logo em seguida, na seção sobre o “Interlúdio Acadêmico” de Oliveira Lima:

Até que [em 1923] a Academia de Letras teve a iniciativa de concordar com o seu nome, para a inauguração da cadeira de literatura brasileira, criada na Universidade de Lisboa. Oliveira Lima aceitou o encargo e lhe deu o cumprimento que sabia dar [por meio de uma série de conferências sobre a história e a cultura do Brasil]. Daí veio uma espécie de reaproximação, que logo se traduziu na transcrição, na *Revista da Academia*, de artigos que Oliveira Lima havia escrito em 1911, a respeito de Euclides da Cunha. Mas já era muito tarde, para recomençar tudo, com as enfermidades que já vinham chegando,

nos últimos dias de uma existência atribulada (Lima Sobrinho, 1971, p. 88).

Dessa passagem por Portugal, ademais do pequeno volume reunindo as conferências na Universidade de Lisboa – reunidas num livreto de apenas 115 páginas, sob o título de *Aspectos da história e da cultura do Brasil* (1923) –, resultaram, ainda, um capítulo no segundo volume da *História da colonização portuguesa do Brasil*, “A Nova Lusitânia” (1924), o seu livro sobre a longa disputa entre os dois irmãos inimigos pelo trono dos Braganças em Portugal – *Dom Pedro e Dom Miguel* (1925) – e uma publicação póstuma sobre o curto reinado de Dom Miguel (1933). Em seus últimos anos, Oliveira Lima continuou produzindo intensamente, finalizando uma síntese histórica sobre *O Império Brasileiro* (1928), também publicada postumamente, assim como suas próprias memórias, apenas divulgadas quase dez anos depois de sua morte. O prefácio de Gilberto Freyre às suas “reminiscências” foi praticamente extirpado pelo editor José Olympio, a pedido da própria viúva de Oliveira Lima, Dona Flora, ainda guardiã de sua biblioteca na Catholic University of America (da qual Freyre tinha sido o primeiro visitante brasileiro, ainda em fase de instalação, em 1921).

Gilberto Freyre tinha conhecido Oliveira Lima em 1917, numa visita, ainda colegial, na residência deste no Recife, mas depois visitou-o diversas vezes, durante sua estada nos Estados Unidos, onde estava desde 1918, mas para onde o historiador decidiu se mudar apenas em agosto de 1920, já tendo assegurado o transporte de sua imensa e dispersa biblioteca aos cuidados da Universidade Católica. Em 1922 Gilberto Freyre publicou uma resenha do livro de Oliveira Lima, *História da Civilização* (1921), na *Revista do Brasil*, então dirigida por Monteiro Lobato. Foi Freyre quem passou a chamar Oliveira Lima de “embaixador intelectual do Brasil” (Heinrich, 2020, p. 74), a despeito do fato do historiador-diplomata nunca ter sido elevado a essa condição pelas intrigas que provocou entre os jacobinos da República quando deixou entrever, antes de uma possível designação para a Corte de St. James, veladas e tardias simpatias pelo regime monárquico (na verdade, ele tinha demonstrado, nas eleições de 1910, indisfarçável simpatia pela campanha civilista de Rui Barbosa contra o Marechal

Hermes da Fonseca (a quem Oliveira Lima fez a desfeita de não ir recebê-lo na estação ferroviária de Bruxelas, onde era ministro do Brasil, depois do militar ter sido eleito presidente).

Em 1944, Gilberto Freyre publica um primeiro artigo sobre quem ele chamou de “Don Quixote Gordo” no livro *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944), que depois seria juntado aos textos de várias outras palestras sobre o historiador, bem como dezenas de cartas de Oliveira Lima a ele no seu livro *Oliveira Lima, Don Quixote gordo* (1968). Um pequeno trecho, extraído da segunda edição dessa obra, sintetiza a trajetória e as características pessoais de Oliveira Lima:

Vaidoso, ranzinza, teimoso, ao ponto de cabeçudo... [...] Foi homem de personalidade inconfundível: corajoso nas ideias, bravo nas atitudes, insuperável na independência do seu pensar e do seu sentir. Quixotesco a seu modo (Freyre, 1970, p. 22).

Estas mesmas características, Oliveira Lima nunca deixou de as exhibir, tanto nas suas relações com os colegas acadêmicos, quanto em relação aos colegas diplomatas, a exemplo das críticas contidas em diversas passagens do livro *Cousas diplomáticas* (1908, editado em Portugal), composto de diversos artigos publicados em grandes jornais brasileiros, chegando a propor “reformas” no Itamaraty do Barão; neles, o historiador, quase já um diplomata “dissidente”, se permitia criticar um certo estilo e uma determinada orientação de fazer diplomacia, sem se importar em que, com isso, estivesse batendo de frente nas posições oficiais, nas velhas crenças e nos rituais tradicionais da Casa.

Atitude similar ele não se pejava de exhibir no âmbito da Academia, inclusive em relação ao seu antigo amigo Joaquim Nabuco, com quem se desentendeu sobre o “excessivo americanismo” do então embaixador em Washington. Nas *Memórias*, ele criticou a postura de Nabuco de pretender eleger para a ABL “figuras representativas”, pois ele,

[...] queria muito ver figurar no cenáculo o alto clero, o exército, todas as categorias sociais, representadas por personalidades que tivessem algum relevo intelectual, embora não de cunho estritamente literário. [...] A Academia Brasileira escolheu o general Dantas Barreto por

ser ministro da guerra e sobretudo por haver prometido... obter o chamado Palácio Monroe... para sede de uma companhia [ele se referia à própria ABL] que era então composta de frades mendicantes. Não me pesa na consciência ter contribuído para dar a Nabuco semelhante panegirista... (Oliveira Lima, 1937, p. 227).

No mesmo contexto, ele se permitia afirmar que a figura física e moral de Nabuco era “composta de elegâncias”, ao mencionar logo em seguida que “Deram-lhe por sucessor na Academia um autor sem estilo, ou o que pior é, com péssimo estilo” (*Ibid.*), que era o próprio general, voluntário na guerra do Paraguai e coronel numa das cruentas expedições a Canudos, escolhido ministro da Guerra pelo presidente eleito contra Rui Barbosa em 1910, o autoritário e atrabiliário Marechal Hermes da Fonseca. Esse era o Quixote pouco diplomático e acadêmico rebelde, que continuava ferino em suas memórias escritas num período em que se sentia esquecido e relegado em Washington:

O meu único pecado enquanto participava nos trabalhos acadêmicos foi o voto dado a Lauro Müller, não pelos seus poemas, ... mas para não ser increpado, após minha longa divergência de Rio Branco, de ser sistematicamente infenso aos ministros do exterior. Com o meu *esprit de minorité*, votei sempre com as minorias...

Em seu testamento, feito em Lisboa em 1923 (que consta como um dos apêndices às *Memórias*, 1937, p. 252), Oliveira Lima legava todos os seus bens a Dona Flora, mas a sua monumental biblioteca já tinha sido inteiramente doada anos antes à Universidade Católica de Washington, contra o encargo de “custear e manter uma cadeira de língua portuguesa e de história literária e econômica de Portugal e Brasil”. Nele, Oliveira Lima expressava ainda o desejo de ser enterrado em “campa raza, a mais modesta possível”, com um simples epitáfio: “Aqui jaz um amigo dos livros, sem indicação de nome. [...] Também quero que nenhuma honra póstuma me seja atribuída no meu país ou fora dele”.

Quando Oliveira Lima faleceu, em 24 de março de 1928, em Washington, ele já se encontrava quase esquecido, não tanto dos colegas da Academia e do IHGB, quanto de seus desafetos da diplomacia, e suas obras principais não tinham conhecido novas edições. “Um primeiro ensaio de reabilitação”, escreveu Arno Wehling, também especialista em Varnhagen e colega nas duas instituições culturais, “surge com a reedição em 1945 de *Dom João VI no Brasil*” (2018, p. 75). Uma redescoberta mais consistente da obra do maior historiador diplomático do Brasil teve, porém, de aguardar quase um quarto de século a mais, segundo o mesmo historiador:

A reabilitação completa viria no centenário do autor, cujas comemorações se iniciaram em 1967. Um rico ciclo de estudos no Itamaraty reunidos em volume, o livro de Gilberto Freyre *Oliveira Lima, Don Quixote gordo*, ampliando conferência dos anos 1940, a edição da *Obra seleta* em papel-bíblia com um longo estudo introdutório de Barbosa Lima Sobrinho e a biografia de Fernando da Cruz Gouvêa constituíram o panteão biográfico e historiográfico do autor pernambucano (*Ibid.*).

Esse denso artigo do ex-presidente do IHGB e do imortal da Academia, publicado na *Revista Brasileira* (em sua IX série), termina por valorizar, após um estudo pormenorizado das interpretações de quase toda a obra do historiador pernambucano, a excepcionalmente rica erudição de um dos maiores nomes que frequentaram e ilustraram não só ambas as instituições, mas a substância mesma da diplomacia brasileira em sua história bicentenária: “Recordando Wilson Martins, se Oliveira Lima reabilitou D. João VI, Gilberto Freyre reabilitou Oliveira Lima” (*Ibid.*, p. 85).

Finalmente, por ocasião do sesquicentenário de seu nascimento, em 2017, um dos maiores especialistas na obra historiográfica de Oliveira Lima, o diplomata-historiador André Heráclio do Rego, na companhia do autor deste ensaio, deu à luz um volume de ensaios homenageando Oliveira Lima como *Historiador das Américas* (2017). Persistente na tarefa de completar o esforço de recuperação iniciado por Barbosa Lima Sobrinho, André Heráclio não só organizou, dirigiu

e publicou os resultados coletivos de um livro dedicado a *Oliveira Lima e a longa história da Independência* (2021), como também já organizou e introduziu duas coletâneas de escritos do historiador seu conterrâneo: uma delas em francês, *La construction du Brésil* (2023) e uma outra *Obra seleta* (2022), especificamente sobre a História, um alentado volume (568 p.) cobrindo os escritos do historiador sobre Pernambuco, Brasil, Américas, Portugal e Europa.

Um novo projeto, novamente uma *Seleta*, encontra-se ainda em preparação por André Heráclio, com o objetivo de coletar os muitos escritos do polímata pernambucano nos terrenos do direito, da diplomacia brasileira e das relações internacionais, assim como em matéria de crítica literária e artística. Aos 100 anos da morte do maior historiador diplomático, e aos 131 anos do ingresso de um dos maiores intelectuais brasileiros na Academia Brasileira de Letras, sua obra poderá, finalmente, ficar disponível a todos os pesquisadores históricos e literários.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima: Vidas paralelas, itinerários divergentes. In: CARDIM, Carlos Henrique Cardim; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília: Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, FUNAG, 2002, p. 233-278. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-595-rio_branco_a_america_do_sul_e_a_modernizacao_do_brasil>. Acesso em: 24 jul. 2025.

_____. O império em ascensão (por um de seus espectadores), introdução ao livro de Manoel de Oliveira Lima: *Nos Estados Unidos*, impressões políticas e sociais. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009, p. 9-39.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. In: *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Artigo na *Folha de S. Paulo* (13/09/1996), transcrito na segunda orelha do livro.

CRUZ GOUVÊA, Fernando da. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976, 3 vols.

FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote gordo*. 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

HENRICH, Nathalia. Sobre mestres e discípulos: as trajetórias entrecruzadas de Gilberto Freyre e Oliveira Lima. In: ABREU, Marcelo (org.). *Casa-grande severina: 120 anos de Gilberto Freyre e 100 anos de João Cabral de Melo Neto*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 2020, p. 67-85. Disponível em: <https://www.academia.edu/43238674/Sobre_mestres_e_disc%C3%ADpulos_as_trajet%C3%B3rias_entrecruzadas_de_Gilberto_Freyre_e_Oliveira_Lima>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Oliveira Lima: sua vida e sua obra. Introdução geral. In: OLIVEIRA LIMA, *Obra seleta*. Organização: Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 17-131.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-São Paulo: EDUSC-FAPESP, 2001.

_____. Diplomacia e letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 377-392, 1999.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MENDONÇA DE AZEVEDO, José Afonso. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. *Memórias* (estas minhas reminiscências). Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

_____. *Obra seleta*. Organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971; Introdução geral: “Oliveira Lima: sua vida e sua obra” por Barbosa Lima Sobrinho, p. 17-131; “Cronologia da Vida e da Obra” por Fernando da Cruz Gouvêa, p. 193-202.

_____. *O reconhecimento do Império*. Paris-Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

_____. *Cousas diplomáticas*. Lisboa: A Editora, 1908.

_____. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*: conferências inaugurais da cadeira de estudos brasileiros. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923.

_____. *Dom Pedro e Dom Miguel: a querela da sucessão (1825-1828)*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1925.

_____. *Dom Miguel no Throno (1828-1833)*. Coimbra: Editora da Imprensa da Universidade, 1933.

_____. *O Império brasileiro (1822-1889)*. São Paulo: São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1928.

REGO, Heráclio do Rêgo (org.). *Oliveira Lima: obra seleta – História*. Organização, tradução, notas e estudo introdutório. Recife: CEPE, 2022.

_____. (org.). *Manuel de Oliveira Lima, La construction du Brésil: Essais sur l'histoire et l'identité du Brésil*. Présentation et choix de textes André Heráclio do Rêgo; Préface de Denis Rolland. Paris: L'Harmattan, 2023.

_____.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Oliveira Lima: um historiador das Américas*. Recife: CEPE, 2017.

_____.; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (orgs.). *Oliveira Lima e a longa história da Independência*. São Paulo: Alameda, 2021.

RICUPERO, Rubens. Um personagem da República. In: ARAÚJO, João Hermes Pereira de (org.). *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*. Brasília: FUNAG, 1995.

WEHLING, Arno. Oliveira Lima: história e interpretações. *Revista Brasileira*, Fase IX, ano I, n. 97, out./dez. 2018, p. 75-85. Disponível em: <https://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista_brasileira_097_internet.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

Biografias

Manuel de Oliveira Lima foi um dos maiores historiadores diplomáticos do Brasil, nascido no Recife em 1867 e falecido em Washington em 1928. Educado em Lisboa, formou-se em Letras em 1887, e desde o início da década começou a exercer-se como jornalista, criando aos 15 anos o *Correio do Brasil*, que pessoalmente editou e publicou por vários anos. Republicano durante a monarquia, ingressou na carreira diplomática desde o início da República no Brasil (1891), tendo servido nas legações brasileiras em Lisboa, Berlim, Washington e Londres. Foi ministro na legação em Tóquio e sucessivamente em Caracas e Bruxelas. Desde muito cedo publicou livros de história (sobre seu Pernambuco natal) e sobre a literatura colonial brasileira, o que o habilitou a ser eleito, com apenas 29 anos, como membro fundador na Academia Brasileira de Letras (1897). Cogitado para ser ministro em Londres, incompatibilizou-se com políticos brasileiros por supostas convicções monárquicas tardias. Sua obra máxima foi *D. João VI no Brasil* (1908), mas publicou extensivamente em diversos outros assuntos históricos e jornalísticos. Doou sua excepcional biblioteca e muitas obras de arte à Catholic University of America, em Washington, onde passou a morar em 1920, exercendo-se como professor de Direito nessa universidade. Seu túmulo no cemitério Mount Olivet, de Washington, tem em sua lápide a simples frase: “Aqui jaz um amigo dos livros”.

Paulo Roberto de Almeida é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas (1984) e mestre em Planejamento Econômico pela Universidade de Antuérpia (1977); diplomata de carreira de 1977 a

2021, tendo servido em diversos postos bilaterais (Berna, Belgrado, Paris e Washington) e multilaterais (Genebra, Montevideú). Foi professor no Instituto Rio Branco, na Universidade de Brasília e nos programas de pós-graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); é pesquisador sênior do Centro de Estudos Globais do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Desempenhou-se como presidente do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), como vice-comissário do pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Xangai (2010) e como diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI/FUNAG), do Ministério de Relações Exteriores (2016-2019). Publicou diversas obras de relações econômicas internacionais, de política externa e de história diplomática do Brasil. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e do seu Conselho Editorial. Entre suas obras estão: *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império e Apogeu e demolição da Política Externa: itinerários da diplomacia brasileira*.

Graça Aranha: um escritor que deu voz à floresta e ao imigrante

Leonencio Nossa



Tudo o que eu queria era partir.
(Abdulrazak Gurnah)¹

O diplomata José Pereira da Graça Aranha se preparava para atuar, em Londres, nas negociações de limites da fronteira brasileira. Era a sua primeira missão no exterior. Ao fazer as malas, pôs na mudança os manuscritos de um romance, rascunhado ao longo de quase uma década, sobre questões migratórias e ambientais. O escritor, de 30 anos, buscava, na obra, derrubar divisas filosóficas e literárias – um paradoxo simbólico, em contraste com a missão que desenvolveria no momento inicial de sua carreira no Itamaraty: traçar marcos e limites. Só não esperava que, na travessia do Atlântico, uma tragédia pessoal contumaz nas rotas de refugiados transformasse sua vida e seu livro.

A partida dessa viagem ocorreu na manhã de 3 de maio de 1899, no Cais do Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro. Ele embarcou em lancha com a mulher, Maria Genoveva de Araújo, a Iaiá, e os filhos pequenos: Heloísa, de 7 anos, Temístocles, 5, Almira, 3, e Eduardo, 2. A família pegaria o vapor Nilo, ancorado na baía de Guanabara, com previsão de chegar à Europa em quinze dias². As crianças aparentavam estar bem de saúde³.

1 “Dos textos de Abdulrazak Gurnah”, *Rialta*, 18 de outubro de 2021.

2 A partir de relato de José Nabuco Filho, neto de Joaquim Nabuco, ao autor.

3 *O Paiz*, 4 de maio de 1899.

No entanto, durante o trajeto, Almirinha contraíra febre amarela. Na escala na Normandia, perto do fim da viagem, não tinha mais força. Quando o navio deixou Cherbourg-em-Cotentin, na costa francesa, a pequena morreu. A família recebeu apoio de Joaquim Nabuco, chefe da delegação. No porto de Southampton, na Inglaterra, o corpo da criança foi embalsamado e, dali, levado pelo pai ao Rio de Janeiro, para ser inumado⁴. Em seguida, Graça Aranha voltou a Londres, onde acompanhou Nabuco na entrega das credenciais à Rainha Vitória. O embaixador era o último recebido pela monarca idosa. O auge do Império Britânico terminava e a missão diplomática brasileira resultou em frustração. O país teve de dividir com os ingleses a região da fronteira com a Guiana, por decisão arbitral do rei da Itália.

Graça Aranha não chegou a escrever sobre seu drama na autobiografia *O meu próprio romance*. No livro inconcluso, narrou a infância e juventude em São Luís, no Maranhão, onde nasceu, em 1868, numa família de dez irmãos. O pai, Temístocles, editava um jornal abolicionista; a mãe, Maria da Glória, era filha do Barão de Aracati, ministro do Supremo. Nas memórias, Militina e Sabino, criados de língua nagô, são mencionados como contadores de histórias “maravilhosas”. Entretanto, o escritor observou ser descendente de capitães-do-mato que vararam o Maranhão, o Pará e o Amazonas em busca de ouro e escravizados, promovendo a morte de indígenas. Os parentes tinham preconceito “agressivo” contra negros e mestiços, relatou sem contemporizar, e consideravam a mistura de “raças” uma “abominação” (1969, p. 35, 77 e 99). Aos 13 anos, o “filho do patriarcado” entrou na Faculdade do Recife para se tornar “bacharel antipatriarcal”, observou Gilberto Freyre. Sabino foi encarregado de acompanhá-lo (*Ibid.*, p. 21). Um dos colegas de turma era Epiácio Pessoa, mais tarde presidente do Brasil. Os estudantes da classe média urbana tinham na liderança um professor mestiço, rejeitado em outras instituições por conta da cor da pele. Tobias Barreto defendia uma visão científica do direito e da literatura. O líder da chamada “Escola do Recife” propagava o filósofo alemão Ernst Haeckel, divulgador das ideias evolucionistas que nem sempre tinham conexão com Charles

4 *Jornal do Commercio*, 13 de junho, e *Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1899.

Darwin, e incentivava a postura polêmica. A escola não escapou de deformações. O crítico Sílvio Romero, um de seus egressos, falava de miscigenação, mas não de igualdade. O apagamento de identidades indígenas e negras estava no foco de abolicionistas que mantiveram a influência após o Império. Nada de expandir a cidadania, observa Lilia Schwarcz (2007). No entanto, ainda adolescente, Graça Aranha foi influenciado por Celso Magalhães, um dos colaboradores do jornal de seu pai. Poeta, folclorista e promotor, Magalhães era contrário ao darwinismo social, adaptação distorcida das teorias do naturalista britânico, e marcou época ao articular uma campanha para condenar uma baronesa que matara um menino escravizado.

Nabuco avaliou, durante uma conversa com Machado de Assis, que Graça Aranha tinha um “novo espírito” (Lins, 1967, p. 19). O “discípulo” iniciara a trajetória profissional, aos 18 anos, como promotor em cidades do Maranhão. Chegou a criar uma escolinha para negros libertos. Quando o presidente da província, José Bento de Araújo, um amigo da família, foi transferido para governar o Rio, pediu que o ajudasse a ter emprego mais perto da Corte. Bento, natural de Campos dos Goitacazes, no norte fluminense, o indicou para atuar como juiz no município. Com a República, o jovem promotor chefiou a Câmara da cidade. Na cíclica polarização brasileira, com republicanos de um lado e monarquistas de outro, optou pelo anarquismo. Foi demitido por críticas ao governo de Deodoro da Fonseca. Mas outro poderoso do lugar, José da Costa Pereira, que presidia o estado vizinho do Espírito Santo, ofereceu-lhe cargo de juiz municipal e de órfãos no interior. Então, em julho de 1890, embarcou para Vitória. Antes de seguir de mula ao Porto do Cachoeiro, atual Santa Leopoldina, a 50 quilômetros, ouviu de Costa Pereira que não veria uma Canaã, a terra prometida por Deus a Abraão⁵. Por certo, atuaria em uma colônia de famílias fugidas da fome provocada pelas guerras de unificação da Alemanha e da Itália. No Cachoeiro, viviam imigrantes da Pomerânia, no mar Báltico, subjugada por reinos e ducados até se tornar território do Império Alemão, uma gente que

5 *Diário Oficial do Espírito Santo*, 27 de julho de 1890.

sobrevivera às “doenças marítimas”, como ressaltou a pesquisadora Regina Rodrigues Hees (2014).

A experiência no Cachoeiro duraria quatro meses, o suficiente para pensar em um romance. Um menino, filho do dono da mula que alugara para chegar à cidade, serviu de guia e personagem. Nas primeiras páginas do livro, conduz o imigrante Milkau, *alter ego* do escritor. O perfil do menor explora os limites da ambiguidade e da ambivalência. Na descrição infame do narrador, o “rebento” pertence à “raça” de uma “das espécies que nunca chegam a uma fluorescência superior”. Mas, no *Canaã*, título da obra, o menino, na própria voz, personaliza a alteridade e tradição do povo da terra. “A gente ajuda o pai... Às vezes, de madrugada, vamos para a pescaria levantar a rede. Hoje, antes do patrão chegar, estávamos já de volta...”, diz ao estrangeiro. “Também foi só cocoroca e um pinguinho... Só quatro... o rio está escasso. Seu Zé Francisco diz que é porque a água está fria, mas tia Rita diz que agora é tempo de lua e a mãe-d’água não deixa o peixe sair. O melhor é pescar com bombas; mas o delegado não consente e a gente tem que se cansarpornada” (1969, p. 27). Ao transpor para o papel a fala do garoto, o autor sentiu-se liberto da “obsessão”, que tinha desde a infância, de escrever a história da mulher encantada narrada por Sabino (*Ibid.*, p. 78).

Em uma fazenda decadente, antes de chegar ao destino, Milkau se surpreende com um homem negro saudoso da época do cativo. O escritor é direto ao tratar o passado da escravidão como ruim e o presente, segregador, também. O termo “liberdade” não se diferenciava para homens de diferentes mundos. O imigrante talvez ainda não compreendesse que ela, completa, era uma questão econômica. O romance descreve a solidão de ex-escravizados e proprietários rurais esquecidos, sem amparo, os dois pertencentes a uma “raça” prestes a “desaparecer”; e descreve, ainda, o otimismo do imigrante que chega para derrubar a Mata Atlântica e plantar café nas terras oferecidas pelo governo. No livro, o europeu, porém, não era superior, pois trazia dilemas e conflitos existenciais de um continente que, na ótica do escritor, também não dera muito certo.

O juiz de 22 anos anotou informações acerca de pessoas, árvores e cachoeiras. As descrições das “casinhas” dos imigrantes, em lotes de 30 hectares, próximas umas das outras, seriam meros relatos se não fosse o peso de ele vir do Brasil das grandes propriedades. Na comarca, o caso mais rumoroso envolvia Guilhermina Lübke, criada de uma propriedade, acusada pela morte por asfixia do filho recém-nascido, perto de um chiqueiro. Não havia provas de que a criança nascera viva. O então juiz mandou a pomerana de 23 anos para o júri. Seria absolvida quando o magistrado não estava mais lá⁶. Depois de contrariar políticos no decorrer de um processo relativo à posse de terra, ele foi embora do lugar certo de ter uma personagem forte, rebatizada no romance como Maria Perutz⁷. O fluxo narrativo se desenvolve por meio do diálogo entre Milkau – um humanista que previa o surgimento de um novo brasileiro, um ser elevado, e refletia sobre a floresta – e um compatriota pessimista e bélico. Lentz defendia a “raça” ariana e as armas, e via a mata como “embaraço”. Anacronismo à parte, antecipavam o debate no período do nacional-socialismo na Alemanha (Wink, 2005) e mesmo de extremismo no Brasil contemporâneo.

No Rio de Janeiro, Graça Aranha escrevia o livro na casa de um tio, o advogado Heráclito Graça, próximo do jurista Rui Barbosa. Enquanto isso, reaproximou-se de Bento de Araújo, presidente da província do Rio, e casou-se com Iaiá, filha dele (Azevedo, 2002, p. 16-17). Logo foi nomeado procurador adjunto da República. No posto, criticou o governo de Prudente de Moraes (1894-1898) pelo afastamento de professores da Escola Politécnica. “O cargo de procurador da República pressupõe confiança e desde que eu testemunho o governo enveredando pelo sedutor caminho da ditadura, não posso acompanhá-lo”, afirmou⁸. A nova demissão não foi um risco. Rui era o advogado dos professores. Graça Aranha se posicionava. O poeta Valentim Magalhães o apresentou a Machado de Assis e a Joaquim

6 Autos do processo de Guilhermina Lübke, 1890. Fórum de Santa Leopoldina. Pelo exame da ata da sessão, houve “erro judicial” ou “confusão”. Lins, 1967, p. 144.

7 Ele ficou lá entre 3 de agosto e 25 de novembro de 1890.

8 “O caso da Escola Polytechnica”, *Correio da Manhã*, 29 de julho de 1896.

Nabuco, que se reuniam na *Revista Brasileira*, editada por José Veríssimo. Nela, Graça Aranha publicou trechos do romance. Nabuco afiançou tratar-se de um “assombro” e garantiu, antes da impressão, a entrada do jovem na Academia Brasileira de Letras.

Maria Helena Castro Azevedo, a biógrafa de Graça Aranha, observa que, após a tragédia pessoal, ele teve um sentimento maior de solidariedade. *Um senhor modernista* revela que o escritor incluiu no romance o relato da morte do filho de um comerciante do Cachoeiro (Azevedo, 2002, p. 50). “É a dor do inacabado, do apenas ensaiado... do que nos ia completar”, descreve o *Canaã* (1969, p. 254). O luto pode ter mudado, inclusive, o destino da protagonista: Maria é pronunciada. Ela desfalece após dar à luz e não vê os porcos estraçalharem o filho – a ação dos animais não está nos autos do processo contra Guilhermina. O ex-juiz, pai de uma menina morta, revia o julgamento na condição de narrador onisciente. A literatura absolvía a mulher.

Na Londres efervescente, ele avançava no romance ambientado longe do “centro do mundo”, uma aposta na imigração, na periferia do poder e na relação entre homem e floresta como temas universais. Não economizava em debates que agitavam a Europa: o caso do oficial francês Alfred Dreyfus, vítima do antissemitismo; a opressão contra a mulher; a maternidade; as mazelas do Judiciário. Ele encarnava o escritor disposto a condensar em um único livro tudo o que via – e mais um pouco. Em janeiro de 1900, a atriz Florence West encenava no Coronet Theatre adaptação de *Tess of the D’Urbervilles*. O romance de Thomas Hardy, de 1891, retrata a Inglaterra rural na nova Revolução Industrial. A personagem Tess é violentada por Alec, filho de fazendeiros, e dá à luz um menino. Após perder o filho, se envolve com Angel, que se afasta ao saber de seu passado. Em um reencontro com Alec, ela mata o opressor e foge com Angel, arrependido, para o Vale de Blackmore, ao norte. Em seu livro, Graça Aranha escreve que Maria é expulsa da propriedade em Jetibá após engravidar de Moritz, filho dos patrões, e perde o bebê. Com Milkau, que aceita desde o início sua condição, foge para o Vale do Canaã, em Santa Teresa, município vizinho do Cachoeiro. Um parêntese: décadas depois, em 1981, o romance inglês foi adaptado para o cinema por Roman

Polanski e conquistou três estatuetas do Oscar. Até os primeiros anos do século XX, o livro não foi adaptado no Brasil. Na verdade, Graça Aranha temia comparação com o romance *Ressurreição*, que Liev Tolstói acabara de lançar em 1899. A criada Maslova engravidada do nobre Dmitri. Ela perde o bebê e o emprego, se prostitui, é acusada de assassinato e morre na Sibéria. Em seu socorro, Dmitri conhece os injustiçados do sistema penal. Depois de pensar em desistir de seu livro, o escritor maranhense pediu a José Veríssimo um artigo para atestar que começara a obra antes (Azevedo, 2002, p. 52).

No final de 1901, *Canaã* foi impresso na gráfica da Garnier, em Paris, e chegou, no ano seguinte, ao Rio de Janeiro. No primeiro exemplar, guardado com esmero pela família de Nabuco, o autógrafo do autor veio precedido por uma dedicatória afetiva: “A Joaquim Nabuco, amigo certo e mestre querido, com o grande amor de Graça Aranha”⁹. Ele aproveitou a rede de contatos do chefe. “Nabuco, de um entusiasmo de um rapaz de 20 anos (que lhe vai tão bem!), disse-me louvores estranhos, já o está relendo, e a que mais, tornou-se um propagandista de Chanaan, espalhando-o em Portugal”, relatou ao diplomata e acadêmico Carlos Magalhães de Azeredo, que vivia em Roma¹⁰. O chefe ajudou nas traduções. “É possível que seja em francês e inglês. Vale a pena um italiano?”, perguntou, de forma pretensiosa. “Diga-me se devo mandar um volume ao d’Annunzio? E mais a quem? Ao Celline?” O escritor confidenciou apego ao romance. “Eu escrevi quando senti o meu coração cheio. Transbordou-me em *Chanaan*”¹¹.

Em abril de 1902, vieram as críticas – e as comparações. Uma resenha do *Jornal do Commercio* sugeriu que a escritora Julia Lopes de Almeida tinha um “conto idêntico”¹². Em “Os porcos”, o bebê da cabocla Umbelina é morto por uma leitoa. Os dois autores narram de forma impressionista a história da mãe que não consegue deter os animais. Há diferenças, a começar pelo drama de uma mulher nas

9 Dedicatória de 13 de março de 1902. Coleção de José Nabuco Filho.

10 Carta a Magalhães de Azeredo, Londres, 2 de abril de 1902. Fundo Magalhães de Azeredo, Arquivo Histórico do Itamaraty.

11 Carta a Magalhães de Azeredo, Londres, 14 de junho de 1902. Fundo Magalhães de Azeredo, Arquivo Histórico do Itamaraty.

12 *Jornal do Commercio*, 2 de abril de 1902.

óticas feminina e masculina. Umbelina chega a rejeitar o filho. Maria vê na criança sua “salvação” e enfrenta julgamento. O conto de Julia fora publicado na *Gazeta de Notícias* havia seis anos¹³. Em sua defesa, o escritor disse a José Veríssimo que se inspirara apenas na “face” de Guilhermina, que “jamais” esquecera. A polêmica esfriou com a resenha do amigo influente José Veríssimo no *Correio da Manhã*¹⁴. O romance saiu em folhetim no *Estado do Espírito Santo*, em junho¹⁵, e *La Nación*, de Buenos Aires, no mês seguinte, traduzido para o espanhol pelo argentino Roberto Jorge Payró, autor de livros sobre italianos no Rio da Prata¹⁶. Em agosto, Renato de Castro, na *Gazeta*, afirmou que a obra dava “perfeita impressão da fermentação mental confusa de um literato principiante”, pela mistura de escolas e estilos e pelo final que não deixava claro se, na fuga para Canaã, Maria e Milkau viviam um “sonho alucinado”¹⁷. Esse desfecho simbolista especulou mais comparações. No mesmo jornal, Cyro de Azevedo, da embaixada brasileira na Argentina, interpretou que Milkau enlouqueceu, matou Maria e se suicidou. E Graça Aranha se desencarnou do papel de diplomata. Ele achou que o colega o acusava de copiar o final de *Trionfo della morte*, de Gabrielle d’Annunzio. “Este animal não leu o último capítulo...”, escreveu a Nabuco (Azevedo, 2002, p. 61-62).

Em setembro, o diário argentino publicou artigo do cônsul e conterrâneo, Aluísio Azevedo, com a sentença de que Graça Aranha cometeu “desdenhosa crueldade” para com os “mulatos” e demonstrou “abundância de ternura” por “seres vegetativos”, referindo-se às árvores¹⁸. Em um tom irônico, Azevedo referiu-se ao *Canaã* como “poema de amor”, por “perdoar” outras “raças estrangeiras” pelas “maldades” e “defeitos”. Reclamou ainda do retrato de um agrimensor do governo: “Não me parece justo que, entre tantos alemães e tanta cerveja, o único que verdadeiramente se embriague com ela seja um brasileiro”. O autor de *O cortiço* elogiou, entretanto, a cena dos

13 *Gazeta de Notícias*, 15 de setembro de 1894, e publicado em *Ânsia eterna*, livro de 1903 pela editora Garnier.

14 “A terra da promessa”, *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1902.

15 12 de junho de 1902.

16 *Pacotilha*, 18 de agosto de 1902.

17 2 de agosto de 1902.

18 *Pacotilha*, 17 de setembro de 1902.

esquecidos após o cativeiro. O pano de fundo da crítica era o duelo entre o simbolismo e o realismo. Mais tarde, Graça Aranha escreveria, num revide, que o naturalismo foi antecipado, no Maranhão, pelo poeta Celso Magalhães, o amigo da família (1969, p. 114).

O preconceito em *Canaã* se concentra mais em Lentz. O personagem Milkau, que vivera no meio literário de Berlim, aberto ao diálogo de culturas, é o “foco narrativo”. O crítico e poeta José Paulo Paes observa que Graça Aranha difere de Sílvio Romero e Euclides da Cunha ao colocar a “Escola do Recife” em debate. “Por se tratar de um romance de ideias, elas ali aparecem em registro polifônico, dialeticamente contrapostas umas às outras” (Paes, 1991). Em um diálogo da obra, Milkau comenta que “um dos erros dos intérpretes da História está no preconceito aristocrático com que concebem a ideia de raça”. “Ninguém, porém, até hoje soube definir a raça e ainda menos como se distinguem umas das outras”, afirma. Lentz diz: “Até agora não vejo probabilidade da raça negra atingir a civilização dos brancos. Jamais a África...” Milkau o interrompe: “O tempo da África chegará”, para tropeçar no termo pseudocientífico de “raças” (Schwarcz, 2007), “adiantadas” ou “virgens” e “selvagens” que “rejuvenesceriam” a civilização. Lentz critica o amigo por rejeitar a Europa, sendo cortado outra vez: “Deixei o que era vão”. Ao ouvir um juiz dizer que o Brasil seria “branco”, Milkau reage: “Essa Europa, para onde daqui se voltam os vossos longos olhos de sonhadores e moribundos, [...] também sofre do mal que desagrega e mata” (1969, p. 58-62).

A mistura de etnias era realidade havia quatro séculos. O rumo a mudar era o do Estado corrupto, violento e xenófobo. O escritor pregava a reinvenção do Brasil pela espiritualidade e pelo amor, palavras descartadas pela ordem republicana que se consolidava sem abrir mão do militarismo, do patrimonialismo e da ideia de “embranquecer” a nação. No decorrer do século XX a harmonia das “raças” foi uma narrativa, e a desigualdade, uma realidade. A miscigenação, tratada no romance como contraponto, tornou-se, porém, característica do Brasil. Em um processo de desencontros brutos e encontros, o país é o mais miscigenado, com DNA formado por cromossomos da floresta

tropical, da África e da Europa (Nunes et al., 2025). A obra que pôs em xeque a vida europeia alcançou a façanha de ser a mais vendida na Rua do Ouvidor às vésperas do prefeito Pereira Passos iniciar um “bota-abaixo” para transformar o Rio numa Paris. Diante da penúria do mercado editorial, a primeira reimpressão, ainda em 1902, conteve a crítica. “Só duas edições esgotaram-se este ano. *As poesias*, de Olavo Bilac, e a *Canaã*, de Graça Aranha. Tudo o mais é uma dificuldade”, lamentou o cronista João do Rio. “O público prefere a literatura estrangeira, desconfia dos novos, só quer ver traduções”¹⁹.

No ano seguinte, Graça Aranha votou em Euclides da Cunha para a Academia Brasileira de Letras, com elogios à obra da guerra no sertão. “Este livro”, escreveu, “veio nos descobrir muitos mundos”. O apoio custou-lhe a amizade do diplomata Silvino Gurgel, pretendente à vaga. Deixou claro que não o apoiava porque o colega não escrevia bem. Nessa época já falava mal da instituição. “Penso que a Academia é uma instituição que deve morrer”, afirmou²⁰. Naquele começo de século, o seu discurso de renovação cultural estava pronto. A propósito, Euclides foi outro a guardar mágoas. Durante um banquete no Itamaraty oferecido ao escritor Guglielmo Ferrero, em 1907, Graça Aranha teria colocado numa caixa de livros entregue ao convidado um exemplar de *Canaã* em cima e *Os sertões*, no fundo. Chamou a atenção o discurso de recepção, em que o diplomata usou nomes de deuses gregos para se referir ao Barão do Rio Branco, seu chefe, e a Machado de Assis²¹. A viagem de Ferrero ao Brasil tinha outro propósito. Na companhia de Graça Aranha, ele esteve em fazendas de café em São Paulo para inspecionar, a pedido de Roma, a situação dos italianos²². A imigração para o Espírito Santo fora proibida devido ao elevado número de mortos pela febre.

As resenhas omitiram denúncias que são bases do *Canaã*. Assim como Euclides atacou, em *Os sertões*, o Exército, Graça Aranha

19 “O Brasil lê”, *Gazeta de Notícias*, 26 de novembro de 1903. A Garnier ainda lançou edições de *Canaã* em 1903 (terceira), 1910 (quarta), 1913 (quinta), 1918 (sexta), 1922 (sétima) e 1926 (oitava), a última revista pelo autor.

20 “Graça Aranha e a Academia”, *O Jornal*, 29 de setembro de 1946.

21 “Oliveira Lima, advogado do diabo”, *A Manhã*, 18 de dezembro de 1949.

22 “Guglielmo Ferrero”, *Gazeta de Notícias*, 24 de setembro de 1907.

acusou magistrados, promotores e advogados de espoliarem uma comunidade que não entendia a língua portuguesa. E ainda abriu a questão agrária. Naquele tempo, os críticos literários eram bacharéis em direito, homens que ganhavam a vida nos tribunais e escritórios de advocacia, e a imprensa estava ligada aos grandes proprietários rurais. O tom bélico da recepção ao romance pode ser explicado ainda pela posição política do autor, considerado um filho por Nabuco. O embaixador morreria em 1910. Graça Aranha ficou sem o padrinho que o colocou no Itamaraty e na Academia e abriu as portas de editoras e casas de repouso na Europa – o escritor tinha depressão e tuberculose. “Depois daqueles que me são ligados pelo amor e pelo sangue, foi ele quem me amou mais na vida, e a quem eu dei mais”, escreveu à filha Heloísa.²³ Ele refutou o papel de discípulo. “Eu fui tudo para ele, seu confidente, seu irmão, seu próprio eu em outra geração, seu ídolo, sua esperança”.

Na Primeira Guerra, o cotidiano dos europeus no país ficou mais difícil. Sílvio Romero propagou a tese do “perigo alemão”: os estados sulistas de colonização germânica estariam em busca de aliança com Berlim. O autor de *Canaã* entrou na campanha, ainda que sem os exageros (Vogt, 2007). Isso coincidiu com o distanciamento do romance do cânone ao qual nunca pertenceu. Com passagens pelos postos na Noruega, Holanda e França, o diplomata defendeu o apoio aos Aliados. Ele esperou o fim do conflito para se aposentar e tornar pública sua relação extraconjugal com Nazaré Prado. Passou a assessorar o pai dela, o banqueiro e cafeicultor Antonio Prado. No âmbito familiar, a posição na guerra o reaproximou do único irmão homem, Heráclito, que fez carreira na Marinha e chegou a almirante. A relação lembrava o embate de Milkau e Lentz.

Ainda em 1911, publicou a peça *Malazarte*, com referências à filha Almirinha e a Militina. Ele escreveu que devia sua imaginação à “mãezinha”. O autor faz uma feição reflexiva de *Malazarte*, figura divertida dos contos orais, e recupera mitos e folguedos negros sem o ranço pseudocientífico do tempo do Recife, ainda que adotasse a fala

23 Carta à filha Heloísa. Paris, a 20 de janeiro de 1910. Coleção de José Nabuco Filho.

de “sinhozinho”. Às vésperas do modernismo, abria caminho para uma interpretação mais humana do brasileiro. A propósito, Mário de Andrade escreveria, uma década depois, crônicas sobre o mesmo personagem. No mergulho na cultura popular, Graça Aranha esqueceu a forma. Ao ser chamado para a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922, limitou-se a um “pretenso” discurso filosófico, observou o crítico e poeta Antonio Carlos Secchin²⁴. Ele estava interessado em viajar à cidade para se encontrar com Nazaré, relata. O evento foi financiado por Paulo Prado, irmão dela. O romancista caiu na arapuca dos jovens que buscavam um “figurão” da Academia para promover o festival. Mas se sentiu “revigorado” como “líder da moderna arte brasileira”²⁵. Depois, Oswald de Andrade disse que ele era “um dos mais perigosos fenômenos de cultura que uma nação analfabeta pode desejar”. Mário de Andrade foi na “toada”: “Em primeiro lugar está o erro da vaidade com que você confundiu a função de orientador com a de tiranete e chefe político de comarca”²⁶. O embate envolvia um escritor do Nordeste, o antigo Norte, e literatos em busca de afirmação no estado mais rico do país.

A Semana de 1922 é um “mito”, teve pouca importância, observa Secchin. Uma sessão na Academia, em 1924, protagonizada por Graça Aranha, disseminou muito mais o modernismo. Nela, o escritor fez o discurso elaborado desde a juventude: “Se a Academia se desvia desse movimento regenerador, se a Academia não se renova, morra a Academia”. Secchin avalia: “Não seria exagero dizer que foi a partir dela que o tema ‘modernismo’ entrou de fato no conhecimento de faixa maior de público”. “À modesta repercussão que a Semana obtivera contrapôs-se a imensa ressonância do confronto travado no Petit Trianon”, prossegue o crítico. Ao longo do tempo, a elite literária paulista mostrou ser mais forte. Graça Aranha virou pária, chamado de regionalista por movimentos que buscaram justamente globalizar a literatura brasileira a partir da releitura da cultura popular.

24 Conferência “O modernismo e a Academia: 22 e depois”, na Academia Brasileira de Letras, a 22 de agosto de 2024. A palestra de Secchin teve uma versão impressa. “A Academia e o modernismo: 22 e depois”, *O Globo*, 20 de outubro de 2024.

25 *Ibid.*

26 *Ibid.*

O romancista tinha ido fundo nessa linha, deixando de lado temas internacionais, que davam atualidade a sua obra. A ruptura com a Academia ocorreu quando viu recusado seu pedido para rejeitar histórias estrangeiras nos concursos e valorizar o folclore do país. É “curioso”, afirma Secchin, que o escritor que almejou o universal aceitasse apenas o “Brasil”. Em um desses paradoxos, os chamados modernistas seguiram o rastro nacionalista. Mário publicou *Clã do jabuti*, em 1927, *Macunaíma*, em 1928, e *Remate de males*, em 1930. Oswald buscou no primitivismo a essência dos manifestos da “Poesia Pau-Brasil”, de 1924, e “Antropófago”, de 1928²⁷, quando já estava na praça *A bagaceira*, de José Américo, romance germinal da geração do Nordeste que atropelaria os paulistas nas vendas. “Os moços gostavam dele”, relatou certa vez o paraibano José Lins do Rego, referindo-se, possivelmente, aos nordestinos²⁸.

Ainda em julho de 1922, Graça Aranha se envolveu no movimento tenentista contra o governo de Epitácio Pessoa. Uma marcha de oficiais pelo calçadão de Copacabana terminou em fuzilamento. A polícia revelou que o autor era o *ghost writer* do marechal Hermes da Fonseca, acusado de instigar a revolta. Um telegrama assinado pelo ex-presidente pedia à tropa no Recife que não fosse “alcoz do povo”. E uma carta curta a Epitácio enfatizava não “pairar a menor dúvida sobre a veracidade do texto”²⁹. O marechal foi preso. Graça Aranha, também. O presidente não suavizou para o colega de faculdade, que tomou banho de sol com os oposicionistas Irineu Marinho, dono de *A Noite*, e Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*. Um carcereiro, espírita, viu no tranquilo escritor a encarnação de São Francisco. Mário de Andrade, por gracejo ou inveja, ou as duas coisas, contou que a cela virou um “delicioso” salão literário, com a visita de senhoras³⁰. O romancista saiu da cadeia com o esboço da introdução de um livro da correspondência de dois mestres. “O heroísmo de Joaquim Nabuco

27 Paes observa que Graça Aranha antecipou conceitos usados pelos modernistas. Debate feito também por Márcio Renato dos Santos, *Contradições de um homem do século XIX, Cândido*, Biblioteca Pública do Paraná, 22 de junho de 2018.

28 “Graça Aranha, um índice de renovação”, *Jornal de Notícias*, 18 de dezembro de 1949.

29 “A situação político-militar”, *O Paiz*, 2 de julho de 1922.

30 Para carcereiro e Mário de Andrade, Azevedo, 2002, p. 289.

foi o de separar-se da aristocracia e fazer a abolição. O heroísmo de Machado de Assis foi uma marcha inversa, da plebe à aristocracia pela ascensão espiritual”, avaliou. Nesse trabalho da maturidade, tirou do ostracismo poetas abolicionistas, como o fazendeiro Trajano Galvão e o advogado negro Luiz Gama. Ao final do texto sobre Machado e Nabuco, o autor do romance em que tentou agarrar o cosmo parece fazer autocrítica: “Não foram possuídos da tentação de ser Deus, não gozaram a áspera volúpia de criar o universo, (...) de pesar sobre os destinos humanos” (1969, p. 20 e 96).

Nos anos 1920, morava no Heyndenreich, um edifício Art Déco na Cinelândia, no Rio. Nesse endereço acompanhou notícias da Coluna Prestes, que andava pelo interior, e escreveu *A viagem maravilhosa*. A história de Thereza e do revolucionário Philippe, que decidem abandonar seus casamentos e viver a paixão, era retrato de seu caso com Nazaré. Na obra, ele defende o divórcio no país, aprovado décadas depois, e volta a discutir as pressões da maternidade sobre a mulher ao narrar o drama de Thereza em viver longe do filho. É romance engajado. No prédio ao lado, o edifício Natal, vivia o francês Marcel Bouilloux-Lafont, dono da Aéropostale, que fazia a rota aérea da França para a América do Sul. No Hotel Itajubá, na esquina, o piloto Antoine de Saint-Exupéry, autor de *O pequeno príncipe*, pernoitava. Depois, Graça Aranha mudou-se com Nazaré para o edifício Milton, na Praia do Russel. Ali, no começo de 1930, sofreu infarto. Se recuperava quando, em outubro, um golpe derrubou o governo de Washington Luiz. Eufórico com a queda de velhos adversários, escreveu artigo para propor ao grupo de Getúlio Vargas a reforma agrária. O humanista empolgado entrou em contradição ao defender uma ditadura “enérgica” para mudar o Brasil. O *Correio da Manhã* recusou o texto (Azevedo, 2002, p. 456). Ele morreu em janeiro. Nazaré não foi ao velório por temer Iaiá, viúva no papel (*Ibid.*, p. 471). Getúlio compareceu.

Em seus últimos dias, Graça Aranha leu com entusiasmo *O quinze*, da jovem cearense Rachel de Queiroz. O escritor “pré-modernista” saía de cena, mas a geração que se destacaria nas livrarias não era a de Mário e Oswald. *Canaã* dialoga com o romance realista nordestino de Rachel, José Américo, José Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano

Ramos; dispensa a ação, como as obras psicológicas de Breno Accioly e Clarice Lispector; e apela a conversas inverossímeis de personagens nem sempre instruídos para dialogar com filósofos ocidentais e orientais, como faria Guimarães Rosa de forma aprimorada, sem filosofia direta, diluindo os pensamentos na linguagem. É engraçado que a capa do romance da imigração, na 12ª edição, da Brigueiet, de 1968, centenário do autor, tenha sido ilustrada com um buriti, espécie do bioma Cerrado, marca do gênio mineiro. Sobraram críticas ao texto fragmentado de Graça Aranha. O que foi considerado “defeito” dá “modernidade” ao livro, pondera o escritor Miguel Sanches Neto (2011).

A fatalidade que predomina em *Canaã* — o casal que não alcança o paraíso —, costuma ser associada à identidade pomerana. As regiões colonizadas por alemães são as únicas no Espírito Santo que, segundo pesquisas, chegaram a apresentar uma taxa de suicídio superior a 10 ocorrências a cada 100 mil habitantes (Freitas, 2003). Diante desse índice, os descendentes de imigrantes se veem como fechados e depressivos. A língua, o alcoolismo e a religião são citados como motivos da incidência maior que a média do país (Potratz, Costa e Jardim, 2015). A primeira onda de repressão à língua ocorreu na ditadura Vargas, com o quebra-quebra de escolas e propriedades. Na opinião pública, a cultura germânica era tema proibido. Em mais um período de guerra, o livro da imigração recebeu outro bombardeio. Otto Maria Carpeaux debochou de Graça Aranha: “Se o trocadilho não fosse de mau gosto, dir-se-ia: visitou o Espírito Santo, mas não foi visitado pelo espírito santo da criação novelística” (1999. p. 895-897). Carpeaux criticou os capixabas por certo culto à obra. Fora do eixo-Rio São Paulo, escritores se agarraram a uma tradição de romance. *Fuga de Canaã*, a decadência de uma família alemã, de Renato Pacheco, e *Karina*, a saga italiana em Santa Teresa, de Virgínia Tamanini, são “releituras”, observa o crítico e escritor Francisco Aurélio Ribeiro. “*Canaã* é um mundo pictórico único”.

Isolamento e tragédia estão na vida e na poesia, sobretudo, dos descendentes de pomeranos. Estes escritores loiros e de olhos azuis do Sudeste mostram que a literatura é, por excelência, campo da marginalidade, e o regional, um dos termos da exclusão. Hilário Binow,

que se matou em 1992, escrevia sobre a vida rural: “Vai menino,/ vai depressa,/ Pega a enxada,/ capina o mato./ Corre menino,/ corre morro acima./ Busca a menina./ Pega o café./ Pula menino./ Seja rápido e ágil./ Busca a faca./ Lave a vaca./ Vai menino,/ Crescendo, crescendo,/ roçando, martelando./ Cavalgando o tempo” (1986). Sérgio Blank, estrangulado em 2020, num crime de homofobia, fez poemas pós-modernos. No livro *Vírgula*, descreve a ilha de Vitória. “Sonhei que um barco/ um Drakkar com vários Vikings/ passeava sob as cinco-pontes/ mas agora – desperto – vejo um guindaste que pesca containers/o que há nos containers que caem no cais?/ Uma esperança a mais ou a menos/ dúzias de marinheiros ou peixes de bom tamanho/ um certo estrangeiro com boas falas e outra língua/ (...) da ponte que são cinco avisto a cidade de bruços/ (...) ilha sem Crusoé/ porto de *dreams* e minhas âncoras” (1996). “O exílio está presente no poema. O poeta só vê saída nos navios do cais”, avalia Francisco Aurélio. Um bisavô pomerano de Blank trabalhou na construção da estrada para Santa Leopoldina.

O centro econômico e comercial da região retratada no romance de Graça Aranha estagnou. Em 2000, Santa Leopoldina tinha 12.463 moradores. Em 2025, mesmo com os nascimentos, 12.171. Se no tempo do escritor apenas a zona rural, de propriedades do período escravagista, era decadente, nos anos 1960, a sede que abrigava negociantes alemães, suíços, luxemburgueses e austríacos perdeu força, quando mais estradas foram abertas e o movimento do porto acabou. Nesse tempo, *Canaã* e seu autor viraram chacotas em artigos sobre previsões e promessas literárias. “Olhando para trás, dificilmente podemos compreender como alguém algum dia terá considerado Graça Aranha um grande escritor. Ou *Canaã*, essa falsa obra-prima, um grande romance”, disse Fausto Cunha, em um texto publicado no *Correio da Manhã* em que falava do contista Dalton Trevisan³¹. Diante dos casarões anglo-saxões do centro do antigo Cachoeiro, ninguém duvidará de que aquele tenha sido um lugar próspero. Talvez alguém se intrigue com o barulho, perceptível a qualquer ouvido, de um rio quase morto. Ao fundo corre o Santa Maria, com seu cachoeiro.

31 “Dalton, o Misterioso”, Fausto Cunha, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1963.

O prefeito construiu estacionamento na beira onde aportavam as canoas do café. O rio assoreou, foi contido à montante por represas, sofreu com o agrotóxico e o eucalipto. Mas a água causa estrondo. É “rio sem horizonte, sem limite”, ligado ao “céu baixo e denso” (1969, p. 229), na descrição do *Canaã*. Em *Palmeiras selvagens*, romance posterior de William Faulkner, escritor do Mississipi, de personagens não menos absurdos, o mundo se afogara num “rio sem limites” (2003).

Mais acima, Santa Maria de Jetibá, com 41 mil habitantes, abriga a mais populosa colônia pomerana aberta na mata. Desmembrado em 1988 de Santa Leopoldina, o município apresenta crescimento demográfico e econômico. A terra de Maria Perutz é a maior produtora nacional de ovos. O café está também em alta. A política de imigração foi um projeto bem-sucedido de reforma agrária. A qualidade de vida na localidade não é uma questão étnica, e a tradição agrícola do “povo da batata” não explica sozinha o êxito. Houve a ocupação justa da terra, como defendeu o escritor no artigo derradeiro. Agora, migrantes de outras partes do estado são atraídos pelas granjas e pelos cafezais. Todos os 55 jovens identificados em situação de vulnerabilidade pela prefeitura vieram de fora³². Os pomeranos, antes sem-terra, empregam os novos deslocados de origens diversas. Na zona rural, as casas antigas são brancas e de portas e janelas azuis, cores da bandeira da Pomerânia. O brote, pão feito de milho e raízes, que salvava crianças e adultos famintos, ainda sai dos fornos. Há energia solar e Wi-Fi. As pequenas propriedades se integram ao mundo global, mas conexões com a ancestralidade desafiam. O isolamento foi mais intenso. Antes, as noivas vestiam preto, como na Idade Média, em repúdio à primeira noite com o senhor feudal. Nos anos 1970, o sinal da Globo chegou. Elas passaram a usar branco. É povo da música. A concertina, descrita na cena do baile em que Maria conhece Milkau, ressurgiu nas bandas de forró. A prima comprida da sanfona tem caixa octogonal e fole alongado no meio. O instrumento de origem inglesa veio nos baús. Na canastra de uma casa há o desenho de uma ancora vermelha, que lembra a travessia. A cama marchetada não tem pregos nem parafusos.

32 Entrevista para mim de Sarianna Woelffel, secretária municipal de Trabalho e Assistência Social.

É sinuosa a estrada para Santa Teresa, onde Maria, grávida, procura abrigo. A primeira colônia italiana do país tem 22 mil moradores, mesmo número do ano 2000, 25 anos atrás. Os sítios ficaram pequenos. Os novos *oriundi* vivem, em sua maioria, na Grande Vitória. Na manhã chuvosa de abril em que estive no município para escrever este texto, a capelinha de Nossa Senhora da Conceição estava aberta em memória do Papa Francisco, que acabara de morrer. A religião é um elo com a velha Itália. A busca pela cidadania, outra ligação, foi cortada pelo governo italiano, que negou o direito aos bisnetos de imigrantes. O Vale do Canaã está na saída da cidade, rumo de São Roque. A rodovia ES-080 faz o traçado da fuga de Maria e Milkau. Um mirante foi construído, mas o mato impede a visão panorâmica. O espaço virou ponto de encontro de jovens. Na noite, deixaram garrafas vazias de energéticos, cervejas e refrigerantes. É preciso se arriscar em outro trecho, sem acostamento, para ver o vale. Quando você desce do carro e se aproxima do abismo, ele surge fascinante. A mata resiste nos topos e abaixo, entrecortada por plantações. É mês da Páscoa, de quaresmeiras roxas. O verde se revela em diferentes tons: o escuro das árvores altas; o claro do capim nesses dias de chuva; o do cafezal que, velho, parece nativo. Os ataques de realistas e modernistas à floresta de Graça Aranha expõem o exótico. Ele deu protagonismo à mata. “Árvores de todos os tamanhos e de todas as feições; árvores que se alteiam, umas eretas, procurando emparelhar-se com as iguais e desenhar a linha de uma ordem ideal, quando outras lhes saem ao encontro, interrompendo a simetria”, descreve (1969, p. 55). Em nossos dias, a mudança do clima mostra que homem e natureza são indissociáveis. Aí está *A trama das árvores*, de Richard Powers, na perspectiva das plantas, e *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, no ângulo do movimento socioambiental.

Na descida da serra, um casarão amarelo se destaca. Nele viveu dona Virgínia Tamanini. Logo surgem os povoados de São Marcos e Santo Antônio. No cemitério estão as lápides dos Loss, Pretti e Zonatelli. Adultos e crianças foram dizimados pela febre na mata – também morriam no porto de uma Vitória deslocada no tempo. As memórias lembram imagens recentes de pequenos mortos nas praias da Europa e nos abrigos de Gaza, território bíblico da Canaã.

Nada mais atemporal que a figura do imigrante, do refugiado, do exilado, do asilado, do traficado, do isolado. A imigração para o Espírito Santo não foi opção. *Canaã*, seu retrato contestado, alargou uma trilha que dá voz aos que não podem voltar³³. A dificuldade de um país em refletir sobre o choque de culturas ficou evidenciada no hiato da discussão sobre o êxodo interno e externo após o lançamento da obra. A partir de 1930 surgiram *A selva*, do português Ferreira de Castro; *Vidas secas*, Graciliano Ramos; *O quinze*, Rachel de Queiroz; *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto; *O guarda-roupa alemão*, de Lausimar Laus; e *Segredos da infância*, memórias de Augusto Meyer. Em uma nova safra, apareceram *A asa esquerda do anjo*, de Lya Luft; *Cidade livre*, de João Almino; *Órfãos do Eldorado*, de Milton Hatoum; *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (sobre o tráfico, mais trágica das migrações); *Onze minutos*, de Paulo Coelho; e *Videiras de cristal*, de Luiz Antonio de Assis Brasil. Livros de personagens em mudança costumam ter uma linguagem fronteira, espaço que não é a terra deixada para trás nem a que se chegou. Em uma estrutura de romance indefinida e estranha, Graça Aranha expôs premissas de uma literatura periférica ainda em busca de seu espaço na globalização. Escritor, recorreu à fábula; diplomata, arriscou no debate.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Maria Helena Castro. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

BINOW, Hilário. *Motivos para viver*. [s.l.] 1986, edição do autor.

CARPEAUX, Otto Maria. *Canaã revisitada*. In: *Ensaaios Reunidos 1942-1978*. Rio de Janeiro: UniverCidade/Topbooks, 1999.

FAULKNER, William. *Palmeiras selvagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

FREITAS, Marcone Henrique de. *Mapeamento do suicídio no Estado do Espírito Santo: uma análise espacial do início do século XXI*. 2003. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

33 Os *retirantes*, romance sertanejo de José do Patrocínio, de 1879, tratou do tema, mas sem destaque.

FREYRE, Gilberto. Graça Aranha, que significa para o Brasil de hoje? In: *Graça Aranha: obra completa*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

GRAÇA ARANHA, José Pereira da. O meu próprio romance. In: *Graça Aranha: obra completa*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

_____. Canaã. In: *Graça Aranha: obra completa*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

_____. Machado de Assis e Joaquim Nabuco. In: *Graça Aranha: obra completa*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.

HEES, Regina Rodrigues. *Santa Maria de Jetibá, uma comunidade teuto-brasileira*. Vitória: Edufes, 2014.

LINS, Augusto Emílio Estellita. *Graça Aranha e o Canaã*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967, p. 19.

NUNES, Kelly *et al.* Admixture's Impact on Brazilian Population Evolution and Health. *Science*, n. 6748, 15 maio 2025.

PAES, José Paulo. Canaã: o horizonte racial. *Estudos avançados*, v. 5, n. 13, dez. 1991.

POTRATZ, Thiara; COSTA, Ariadne; JARDIM, Adriano. Pomeranos e violência: um estudo fenomenológico. *Brazilian Journal of Forensic Science Medical Law and Bioethics*, p. 62-176, jan. 2015.

SANCHES NETO, Miguel. *Graça Aranha*, coleção Série Essencial, Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro/São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

SCHWARCZ, Lilia. Quase pretos, quase brancos. *Pesquisa Fapesp*, abr. 2007. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/quase-pretos-quase-brancos/>>. Acesso em: 3 set. 2025.

VOGT, Olgario Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*, v. 32, n. 53, p. 225-258, 2007.

WINK, Georg. A formação da “Nação” brasileira no romance *Canaã* de Graça Aranha – o debate intelectual sobre a questão ‘nacional’ na Primeira República como substrato de uma ficção ideológica. *Linha D’Água*, São Paulo, p. 113-136, 2005.

Biografias

José Pereira da Graça Aranha publicou o romance *Canaã*, sua obra de mais destaque, em 1902; a peça teatral *Malazarte*, 1911; os estudos filosóficos *A estética da vida*, 1921, e *Espírito Moderno*, 1925; a coletânea de cartas *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*, 1923; o romance *A viagem maravilhosa*, 1929; a autobiografia *O meu próprio romance*, 1931. A correspondência para Nazareth Prado, *Cartas de amor*, saiu em livro póstumo, em 1935. Nasceu em São Luís, em 1868, numa família de políticos e jornalistas. Herdou o nome do avô materno, José Pereira da Graça, o Barão de Aracati. Teve os primeiros contatos com a literatura ainda na infância na redação de *O País*, chefiado pelo pai, o jornalista abolicionista Temístocles Aranha. Aos 18 anos, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Num primeiro momento profissional, atuou como promotor no interior do Maranhão e juiz em Campos dos Goitacazes, no Rio, e Santa Leopoldina, no Espírito Santo. Depois, trabalhou na diplomacia em Londres, Oslo, Haia e Paris. Foi o primeiro ocupante da Cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras. Se afastou em 1924, dias depois de fazer um discurso polêmico em defesa da renovação cultural. A sua obra de maior divulgação foi o “Canto do Revolucionário”, lido na Rádio Club, do Rio, em dezembro de 1930, em homenagem ao movimento que derrubou Washington Luiz. “Destruição, morte, vitória, renovação. Para frente, irmãos! Em nossas carabinas, a libertação, em nossos pingos, os espaços livres. Metralha redentora, granada salvadora, arremessadas por esses braços indomáveis.”, dizia o texto. “A terra é do trabalho e a força é do trabalhador.” Morreu na mesma cidade, no mês seguinte, em decorrência de um infarto.

Leonencio Nossa é autor dos livros *Homens invisíveis*; *O rio, uma viagem pela alma do Amazonas* (ambos publicados pela Record); *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia* (Companhia das Letras); *As guerras da independência do Brasil* (Topbooks); *Roberto Marinho, o poder está no ar*; e *Roberto Marinho, a Globo na ditadura* (Nova Fronteira). Nascido em Vitória, cursou comunicação social na Universidade Federal do Espírito Santo. É doutor em bens culturais e mestre em história e política pelo CPDOC-FGV. Atua nas áreas do jornalismo, da história e da memória oral, com pesquisas e estudos sobre Amazônia, comunidades indígenas, conflitos populares, violência política, ditadura militar, redemocratização e literatura brasileira. Por suas reportagens políticas, históricas e ambientais, recebeu, entre outros prêmios e menções, o Esso de Jornalismo, Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, Excelência Jornalística da Sociedade Interamericana de Imprensa, Jornalismo Investigativo Latino-Americano, Dom Hélder Câmara de Imprensa, Embratel, Grande Prêmio Petrobrás e Movimento de Direitos Humanos.

Magalhães de Azeredo

Gilberto Araújo



Em julho de 1898, a *Revista Moderna* publicou artigo de Mário de Alencar sobre o amigo Carlos Magalhães de Azeredo, com fotografia do jovem diplomata em seu gabinete de trabalho em Roma:



Magalhães de Azeredo em seu gabinete de trabalho em Roma.
Fonte: Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Nascido em 1872, Magalhães tinha então 26 anos e já cruzara o Atlântico algumas vezes. A primeira, ainda na infância, logo após a morte precoce do pai, que sequer o conheceu. A mãe decide se mudar para Portugal e ficar mais perto da família. Lá, o menino desenvolve grande afeto pelo avô e recebe rígida educação formal no Porto. Com

a morte do avô, retornam ao Brasil, segunda cruzada transatlântica, e o gajo de 8 anos é matriculado no Colégio de São Luís, em Itu, dirigido por jesuítas, a quem ele atribui seu gosto pela cultura clássica, evocada nos bustos em gesso do escritório, e o espírito católico, visível na gravura de uma santa na parede acima da estante à esquerda. Em suas *Memórias*, editadas por Afonso Arinos (2003) a partir de manuscritos no Arquivo do Itamaraty, ele afirma que essas duas características o distanciavam de seu tempo, do “mundo intelectual sem Deus” (2003, p. 193). Ambiente propício ao trabalho, longe do turbilhão da rua, transparece na fotografia pose serena e concentrada: pena na mão, biblioteca organizada, vasos decorativos e muitos retratos de personalidades ou familiares.

Dez anos antes do clique, Magalhães ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, reduto de jovens abolicionistas e republicanos. Se a libertação dos escravizados era pauta compartilhada por ele, seu monarquismo contrariava a tendência geral. Nutria “uma espécie de culto” (2003, p. 53) pelo imperador, sobre quem escreveria *Dom Pedro II: traços de sua fisionomia moral* (1923). Aliás, a imagem na *Revista Moderna* lembra bastante a postura e o cenário de alguns retratos do monarca, aficionado, como Azeredo, de fotos; no início do século XX, servindo em Atenas, o diplomata adquirirá pequena câmera portátil para fotografar a família e a si mesmo (2018, p. 14).

Apesar das divergências ideológicas com a boemia universitária, considera a temporada paulista um de seus momentos mais felizes, pródiga de descobertas amorosas e intelectuais. Nunca morou em repúblicas, mas as frequentava e, nelas, teve contato com o positivismo e com a literatura contemporânea, europeia e nacional. Datam de São Paulo suas primeiras aparições em periódicos, como o *Diário Popular* e o *Correio Mercantil*, onde estavam Mário de Alencar, Osório Duque-Estrada, Alphonsus de Guimaraens e outros. É também dessa época a primeira publicação: a plaquete *Discurso pronunciado a 15 de novembro de 1892 na sessão literária celebrada pela Academia de Direito de S. Paulo em honra de Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela* (1893).

Mais tarde, colabora em *O Estado de S. Paulo*, dirigido pelo amigo Filinto de Almeida e guardada de escritores como Raimundo Correia e Euclides da Cunha. Passa a escrever no *Diário Oficial* até se formar em Direito e retornar ao Rio em 1893, quando eclode a Revolta da Armada. Liderados pelo almirante Custódio de Melo, militares da Marinha se sublevam e ameaçam bombardear a cidade, contra o governo de marechal Floriano. A grande tensão política acirra a perseguição a intelectuais de oposição, obrigando muitos a exilarem-se em outros estados. Olavo Bilac vai para Minas Gerais, onde encontra Magalhães de Azeredo, que para lá viaja preventivamente, por recomendação da mãe, temerosa do destino do filho monarquista. Grande parte dos homens de letras opta por Minas, pois seu então presidente, Afonso Pena, se recusara a aderir ao estado de sítio decretado por Floriano.

Por isso, São João del Rei aparece ao fim da maioria dos contos do primeiro livro de Azeredo, *Alma primitiva* (1895), publicado com Floriano derrubado e Prudente de Moraes eleito. Lançada aos 23 anos do escritor, a coletânea é heterogênea, contendo narrativas de adultério, casos à moda regionalista, contos decadentistas, textos abolicionistas e perfis, espécie de retratos verbais. O estreante desfia um catálogo das tendências literárias da época, em nítido anseio de legitimação, comprovado pelas dedicatórias tipográficas a diversos homens de letras, como Carlos de Laet, Joaquim Nabuco, Machado de Assis e tantos outros.

Ambientado no espaço rural, o conto que intitula o volume inicia a sequência de frustrações amorosas. O rejeitado é o vaqueiro Manuel; a traidora, Rosa, filha de seu patrão. A menina foge com um professor, o pai falece de desgosto. Depois de ziguezaguear por vilas e matas, Manuel encontra o casal, culpa Rosa, mata o amante e se entrega à justiça. Fica patente o efeito melodramático e moralizante, também presente em “Beijos... beijos”, outro amor malsucedido: Eduardo dá último beijo na amante antes de ela se casar com o escolhido pelo pai.

Junto dessas narrativas saturadas, de muitas ações em poucas páginas, há textos centrados na descrição de objetos, como o piano de “Crepúsculo final”, de paisagens e de pessoas, como o padre de “Um

descendente de heróis”, que troca a riqueza na Irlanda por casa simples na Glória, cercado de quadros, crucifixos e gravuras. Desinteressada do enredo, a prosa se devota à descrição pictural desse bricabraque, pormenorizando, por exemplo, os castelos e um cisne esculpidos em um escudo metálico.

Visível no gabinete romano, o colecionismo é cultivado pelo próprio Magalhães: em seu acervo no Museu Diplomático, há, além de quadros e objetos, pelo menos cinco retratos de seu gato Micetto, dentre os quais uma miniatura sobre marfim emoldurada em pedra semipreciosa com incrustações em prata (2018, p. 11). Autor de mais de 20 livros, aprecia a multiplicação, inclusive de si; em 1941, por exemplo, distribui para museus brasileiros medalhas cunhadas com a própria efígie (2010, p. 125). Em *Alma primitiva*, o assunto retorna em “Do diário de um colecionador”: Luís herda o acervo de livros e antiguidades do pai, desenvolvendo comportamento fetichista. Seu amor pelas coisas é proporcional ao desdém pelas mulheres. Definindo-se Pigmalião do século XIX, idolatra uma estatueta de vestal, de 80 cm. Ao tornar-se noivo, a amada rivaliza com a escultura, da qual ele decide se livrar. Em seu lugar, coloca um retrato da consorte, prologando a cadeia de simulacros: a estátua substitui a mulher, que depois substitui a escultura, que finalmente é trocada por um retrato, que, em última instância, também substitui a noiva ausente.

Típicas da ficção da *Belle Époque*, as assim chamadas nevroses comparecem em outros dois textos. “De além-túmulo” acompanha um advogado interessado em ocultismo e surpreendido com a aparição de um morto em sua casa. Destemido, conversa com o visitante, antes médico talentoso, com trabalhos sobre hipnotismo e fenômenos espíritos. O fantasma viera para ver da janela do advogado o palácio vizinho, onde sua mulher, já casada com outro, desfrutava de baile luxuoso. Cria-se semelhança entre o espectro e o narrador, ambos abandonados pela amada. O morto sente vermes passeando em seu rosto, em possível alusão às *Memórias póstumas de Brás Cubas*; não por acaso, o texto é dedicado a Machado de Assis.

Combinação semelhante encontra-se em “Perfil”, narrado por moço cujo amigo, Alfredo, é “vítima do espiritismo” (1895, p. 125). Novamente, o conteúdo fantasmagórico se associa a uma dupla de homens. Haveria indício de aproximação homosocial, com o masculino assombrado/seduzido pelo seu igual? Dado o conservadorismo de Magalhães, o assunto é justaposto ao ocultismo, agrupados como sintoma de patologia mental. De fato, Alfredo tem preferências avessas ao estereótipo viril: não aprecia o “estilo alegre” (1895, p. 127), como então se chamava a literatura pornográfica ou “livros para homens”. Prefere a Kabala, a gnose, a alquimia e o esoterismo de Madame Blavatsky, Papus, Stanislas de Guaita, Allan Kardec e outros. O atormentado rapaz vive em num castelo solitário (no subúrbio carioca de Vila Isabel!), onde faz contato com Ela, a “Noiva Simbólica, a Rosa dos jardins imortais” (1895, p. 133), que o leva ao suicídio. A narrativa confirma a compreensão do espiritismo como doença e, desdobrando uma homossexualidade latente, metaforiza a morte como mulher que afasta Alfredo da vida dissidente, emprestando caráter corretivo à figura feminina.

De par com textos misteriosos, outros espiam o cotidiano. “Um redator-chefe”, por exemplo, desvela os bastidores de um jornal, registrando os horários, o calor intenso, a sensaboria das correspondências recebidas por Frederico, o personagem do título. A rotina burocrática lhe garante renda, mas mina suas veleidades literárias, “entre a sua vocação de artista criador, e o seu destino de galé das letras” (1895, p. 107). Em sua carreira, Azeredo negociou com esse perfil de escritor: antes mesmo de ingressar na ABL, mobilizava dispositivos para se firmar na literatura; por outro lado, criticava a superprodução apressada (especialmente, de Valentim Magalhães), vinculando a escrita à vocação, não à profissão: “o meu verdadeiro destino foi e é ‘escrever em língua portuguesa’” (2003, p. 252), afirma em suas *Memórias*. Tomar a literatura menos como missão do que como destino, mais estética do que social, não o impediu de defender causas urgentes em *Alma primitiva*: em “A agonia de um negro” e “Uma escrava”, a violência perpetrada pelos senhores brota sem eufemismos, com estupros, infanticídios, espancamentos, chicotadas e homicídios.

Recuemos um pouco no tempo. Pouco antes de lançar *Alma primitiva*, para ficar mais perto da família no Rio, em 1894 Magalhães troca São João del Rei por Juiz de Fora, onde aprofunda amizade com Olavo Bilac, a ponto de escreverem juntos a novela *Sanatorium*, em folhetins na *Gazeta de Notícias*, com o pseudônimo de Jaime de Athayde. Seguiam este método: “Um capítulo por dia, tal a tarefa de cada um. Eu escrevia o meu pela manhã, e o entregava ao ilustre companheiro antes do almoço; ele escrevia o seu à tarde, e mo trazia à hora do jantar” (2003, p. 183).

Embora não de todo autobiográfico, nesse *roman à clé* é nítido o humor dos autores em se travestirem em Manhães de Azevedo e Olívio Bivar e transformarem São João del Rei em São Bernardo. Ao chegar à cidade mineira, Azeredo se hospedara no Hotel Oeste de Minas, ponto cardeal invertido no Hotel Oriente, de *Sanatorium*. No espaço original, presenciara disputas políticas e amorosas recriadas na novela, como a que envolve o administrador do hotel, médico forasteiro que, prometendo um sanatório à moda suíça, cobrava valores abusivos e acabou falido, fugindo de madrugada, como ocorre no texto, com a debandada do proprietário Silveira Jacques.

Enquanto realiza a sátira da ditadura de Floriano Peixoto, talvez duplicado no mau gerente do sanatório, a obra parodia o excesso de intriga e adultério na literatura contemporânea: a hospedagem recebe uma companhia de teatro popular que encenava óperas-bufas, gênero correlato a *Sanatorium*, cheio de futricas e bofetadas. Os hóspedes Romanguera, Barão de Raymond e Vidigal, por exemplo, disputam Carmita, já Fabrício Autran e Mendes se digladiam pela atriz Leviccolo, cuja ousadia choca a conservadora Marquesa do Tijuco. Há ainda a troça das excursões românticas na natureza (no episódio de visita a uma gruta) e das enfermidades literárias naturalistas, como a histeria e neurastenia (de que, aliás, Magalhães se diz vítima nas *Memórias* e cartas). Ester, para citar um caso, se contorce em lágrimas e ataques até falecer, por não conquistar o coração do hóspede Castanheira. É homônima à protagonista de famoso romance naturalista sobre a nevrose feminina: *O cromo* (1888), de Horácio de Carvalho. Ironiza-se também o hipnotismo e a medicina moderna, tidos como ineficazes.

Exemplo jocoso é o de Romanguera, que contrai bronquite por seguir o método de Kneipp, famoso hidroterapeuta alemão.

Alguns fregueses do Oriente consideram Zola “escritor imundo” (1977, p. 98), o que ratifica a alfinetada de *Sanatorium* no Naturalismo. Nas *Memórias*, Azeredo critica os “tipos grosseiros, [...] vulgares ou torpes e costumes” (2003, p. 263) de Aluísio Azevedo e Eça de Queirós e considera o Romantismo o grande movimento do século. Respeita o realismo, que adota, mas o Naturalismo seria “deformação técnica” (2003, p. 265).

A novela termina com esperança, sinalizada, fora do texto, pela eleição de Prudente de Moraes: “Anoitecia. Um profeta, com a sua vara longa em cuja ponta ardia uma chama, vinha já, ao longo da praia, acendendo os lampiões. E os foguetes cantavam no ar calmo, frequentes, festivos, estalando...” (1977, p. 136). Entretanto, *Sanatorium* silencia sobre o futuro da literatura, sem indicar caminhos para o alegado fenecimento naturalista.

Logo depois do projeto a quatro mãos, única excursão de Magalhães no humor, os dois decidem voltar para o Rio, e Bilac é preso, o que, de certa forma, contribui para o sucesso de *Sanatorium*. Eles chegam a ser ameaçados por coronel gaúcho caricaturado na obra (2003, p. 196). Na Capital Federal, Azeredo se aproxima mais de Ferreira de Araújo, Machado de Assis, Coelho Neto, Pardal Mallet, Araripe Júnior e José Veríssimo. Nas *Memórias*, ele enumera a teia de contatos, sem poupar os adversários: “O único [...] que não simpatizava comigo (nem eu com ele) era Raul Pompeia, jacobino aceso” (2003, p. 192).

Nas brechas de *Sanatorium*, Bilac e Magalhães compunham baladas, forma que nosso autor estamparia em seu segundo livro, *Procelárias* (1898), com a inovação de “rimar o segundo e o quarto versos [...] com os correspondentes nas primeiras quadras das estrofes, e não com os das segundas” (2003, p. 183). Até o volume sair, muitas mudanças: Azeredo ingressa na diplomacia, a convite de Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores. De início, teme abandonar o Rio, mas, consultando a mãe, decide aceitar o posto de segundo-secretário

em Montevidéu, para onde se muda em 1895. De lá cuida da edição de *Alma primitiva*.

No Uruguai, conhece Maria Luísa Caymari, com quem se casa em 1896. Em seguida, parte para novo posto, a Legação do Brasil junto à Santa Sé, atravessando o Atlântico mais uma vez. Escreve os relatos de viagem “Aspectos da Itália” para a *Gazeta de Notícias*, em parte também publicados na *Revista Brasileira* e ainda não reunidos em volume. Em julho de 1896, chega a Roma, onde esperava encontrar Francisco Duarte Coelho Badaró, chefe da missão diplomática, que, no entanto, estava em caçadas no norte da Itália, em gesto de flagrante indelicadeza. Badaró era florianista convicto e, por caminhos escusos, exonera o jovem diplomata, que descobre a demissão em notícia no *Jornal do Commercio*, lida pelo próprio Badaró, cuja improbidade seria confirmada anos mais tarde (2024, p. 118).

Enquanto aguardava solução da vida profissional, Magalhães parte para Paris, onde viviam os sogros. Lá, aproxima-se de Domício da Gama, que o apresenta a Eça de Queirós e à equipe da *Revista Moderna* (onde vimos sua foto no gabinete), sede dos colaboradores da *Revista Brasileira* em Paris. Também frequenta a casa de José Maria de Heredia, expoente do Parnasianismo, a quem lê sonetos seus em francês.

É nítido o desejo de inserção simultânea nos campos literários carioca e parisiense: envia *Alma primitiva* a Paul Bourget, recebe resposta protocolar, porém maviosa para o novato. Suas relações mais assíduas se dão com François Coppée e Sully Prudhomme, mas, também aí, os elos se restringiram àquele período, sem desdobramentos na carreira de Magalhães. O empenho é tal que ele verte ao francês seu *Procelárias* (1898), iniciado em Minas e finalizado em Paris, para a leitura de Sully Prudhomme.

A proximidade com os poetas franceses e o contato com Bilac em Juiz de Fora aguçam a verve parnasiana de *Procelárias*. Esticando a régua métrica de dissílabos até alexandrinos, o livro preserva inclinação romântica, como sugere a imagem-título:

No mar do século dispersos,

Como as ardidias procelárias,
Sois vós também, meus pobres versos!
Aqui, debate-se a tormenta
Das paixões torpes e nefárias,
Que as almas débeis desalenta! (1898, p. 4).

Esse rasgo emocional não estanca as digitais parnasianas, presentes em “Rosa-chá”, oferecido a Olavo Bilac, em linguagem altissonante e ambiente principesco: “No salão, todo revestido / De seda carmesim, com áureos arabescos, / Onde o olhar prendem, entretido, / Quadros de fantasia pitoresco” (1898, p. 23). No discurso de recepção a Amadeu Amaral na ABL, Magalhães registra que, anos antes, assinara esse poema no jornal como “M. A.”, levando Bilac a atribuir autoria a Machado de Assis, que, encontrando os dois na rua, desfez o engano (2005, p. 1174). Anedota trivial, mas demonstrativa da emulação disfarçada do ídolo. Voltando ao poema, não lhe falta ao *décor*, como ao gabinete de Azeredo em Roma, um vaso de porcelana, possível piscadela aos famosos vasos de Alberto de Oliveira, também cortejado em “A taça de ouro”.

Um dos principais correlatos da poesia parnasiana, a escultura instalaria os versos ao acabamento apurado e à estaticidade. Nesse sentido, *Procelárias* dedica ao escultor Rodolpho Bernardelli “Estatuária de amor”, acerca do impacto de um nu feminino em mármore sobre o eu poético, novamente comparado a Pigmaleão. O fetichismo reponta na mulher descrita em “Boneca”: “o seu olhar meigo era automático” (1898, p. 136), “De uma linda boneca, e nada mais!” (1898, p. 137).

Parnasianos são “A panóplia”, homônima a uma produção de Olavo Bilac, “Anacreonte”, “Dido”, “A Lésbia”. O exotismo orientalista, também prototípico, brota em “Cleópatra”. O alexandrino, metro diletto do Parnaso, é reservado a Machado de Assis, evocado como Mestre no primeiro verso de “No limiar”. Nem a Camões, em soneto homônimo e decassilábico, se reserva esse privilégio. As doze sílabas também cadenciam “À minha mãe”, escrito em agradecimento ao incentivo dela ao ingresso na diplomacia.

Soa pequeno coro de textos pinçados na realidade imediata, como “Carnaval” e “Na aula”. Afastando-se do chão histórico, há, em contrapartida, tons simbolistas e decadentistas no arcaísmo de “Idade média”, “Sextilhas antigas”, “Musa do tédio” ou no gótico de “A caveira”, “Risos macabros” e “O abutre”, surpreendentemente similar a Augusto dos Anjos: “Um negro abutre, de asas agourentas, / Em meu berço pousou [...]” (1898: 49). Outra semelhança com o poeta de *Eu* repousa em “O eterno diálogo”: “Há um verme oculto no organismo, / – Verme imortal, que, a pouco e pouco, [...] / / Rasga, trucida um peito inerte,” (1898: 64).

Essa materialidade agônica é ponte entre a pouco estudada poesia científica do século XIX, de Martins Júnior e Generino dos Santos e outros, cujo legado, modesto, desemboca no *Eu* (1912), de Augusto dos Anjos, mediado por escritores igualmente obscurecidos, como Augusto de Lima e o próprio Azeredo, que, extraíndo potencial simbólico do jargão científico e da fauna inusual, pavimentam o caminho para o paraibano.

É curioso um autor católico preferir a concretude biológica à espiritualidade dos simbolistas, a quem censura “as obscuridades inúteis, o abuso das maiúsculas, das alegorias, das nomenclaturas heráldicas, dos ritmos extravagantes e forçados” (2003, p. 114). Imbuído dessa convicção, Magalhães criticara em 1893 violentamente o *Missal*, de Cruz e Sousa: “literatura bastarda e equívoca”, “extravagância irrisória e mórbida”, “literatura de manicômio” (1893, p. 2). Antes de publicar o artigo na *Gazeta de Notícias*, encontrou o autor na rua do Ouvidor, “tão polido o gesto, e tão simpático o poeta” (2003, p. 193), que pensou em retirar o texto, mas não o fez. Apesar das divergências, em *Procelárias* um verso como “Chamas do amor eternamente acesas” não ecoa “Formas do amor, consteladamente puras” de Cruz e Sousa? Seu “O escudo” não flerta com os *Broquéis* do Dante Negro?

Em represália ao ataque desferido cinco anos antes, Nestor Victor golpeia as *Procelárias*, lançadas no ano da morte do amigo Cruz. Essa recepção, ainda que negativa, atesta quando Azeredo se mantinha ativo na cena literária nacional de 1890, mesmo vivendo na

Europa. Outro exemplo: ressentido com premiação concedida a um poema seu e depois retirada, maldiz o promotor do concurso, o agora ex-amigo Valentim Magalhães. Em revide, publica o texto “A velhice de Don Juan” na *Gazeta de Notícias*, pedindo a Ferreira Araújo os “mais hiperbólicos elogios” (2003, p. 185), que não tardam.

Evidência maior está na vasta correspondência com Machado de Assis. Ainda adolescente, ele lhe enviara os manuscritos de *Inspirações da infância*, nunca editado, e recebeu carta de incentivo com comentários genéricos, como o elogio à “sinceridade da expressão” (2003, p. 38), mas decisivos para aprofundar amizade com quem, anos mais tarde, articularia sua entrada na ABL.

Nas cartas trocadas entre 1889 e 1907 com o mestre, Magalhães aborda a saúde precária, a insipidez intelectual no Uruguai, a publicação atrasada de *Alma primitiva*, a viagem a Roma, o contato com o papa Leão XIII, o ressentimento com a indiferença da crítica às suas obras, toda uma sorte de intimidade confessional conjugada a manobras de patrocínio literário. Constantemente, solicita o auxílio de Machado na negociação com editores e pede, com insistência, um prefácio a *Procelárias* (1969, p. 3), prometido e nunca cumprido, e um retrato do mestre, talvez disposto naquele escritório em Roma. Embora não tenha emprestado sua assinatura ao livro, Machado o elogia na imprensa, como fará a outras obras do insistente amigo.

Parte dessa correspondência foi expedida da França, onde Magalhães escreve “Machado de Assis e Silvio Romero”, um dos seus ensaios mais longos e importantes, refutando o violento ataque deste àquele. Nas *Memórias*, ele se ressentiu de haverem apagado seu pioneirismo, uma vez que se atribuiu ao *Vindiciae* (1898), de Lafayette Rodrigues, a primeira defesa pública de Machado. No entanto, o texto de Azeredo é anterior: saiu em jornal em 1897, mas só em 1902 é encartado no volume *Homens e livros* (1902), com um segundo artigo que realiza ineditamente apreciação global da obra machadiana (2022, p. 30) e, antes mesmo da publicação de *Dom Casmurro* (1899), observa que “os personagens de Machado de Assis são geralmente caracteres indecisos, hesitantes, atormentados pela *moléstia da dúvida*” (1902,

p. 182). O ensaísmo monográfico de Magalhães já dera provas de qualidade na plaquete *José de Alencar* (1895), derivada de conferência proferida no Cassino Fluminense no ano anterior.

Enquanto emite cartas a Machado, Azeredo visita o Moulin Rouge, o Folies Bergères, os botequins de Montmartre, onde conhece a dança do ventre e assiste à apresentação de Loie Fuller (2003, p. 275). Também testemunha o furor causado pelo caso Dreyfus (2003, p. 311), do capitão de ascendência judaica erroneamente condenado à prisão perpétua, inflamando internacionalmente os intelectuais. Ele próprio escreveria sobre o episódio, combatendo o antissemitismo no livro *O poema da paz, na aurora do século XX* (1900).

No mesmo ano, edita *Baladas e fantasias* (1900), massuda coletânea em prosa onde, pela primeira vez, aparece a grife “da Academia Brasileira”, doravante reproduzida em quase todos os livros. Oriundo da música, o termo “fantasia” fazia sucesso e denominava textos de difícil classificação: vazados em prosa, porém pouco narrativos; apegados a cadeias metafóricas e à musicalidade, mas sem o verso metrificado. Na fronteira entre a prosa poética e o poema em prosa, eram peças híbridas, que Magalhães incorpora desde *Alma primitiva* até coletâneas futuras, a exemplo de *Quase parábola* (1913), de nítida configuração alegórica. Nas *Baladas*, de temas semelhantes aos do título de 1895, ganha relevância “Samba”, reminiscências dos horrores da escravidão na perspectiva de um grupo de negros, em linguagem menos empolada (2022, p. 33), o que, colateralmente, ameniza a reprodução de estereótipos étnico-raciais, retomados em títulos posteriores.

Chega, enfim, a reintegração ao Itamaraty, e Magalhães é nomeado secretário junto ao Vaticano, permanecendo na Santa Sé até 1911. Nesse período, publica em Roma *Odes e elegias* (1904) em cujo prefácio se autoproclama introdutor dos metros bárbaros em língua portuguesa (1904, p. III), desenvolvendo vernacularmente o que Tommasèo e Carducci fizeram na Itália. O livro busca transpor a métrica clássica à nossa prosódia, ultrapassando, por isso, o teto

de doze sílabas métricas¹. Também se notabiliza pela prevalência de dísticos e versos brancos. Azeredo anota que o próprio Carducci e Alberto de Oliveira a elogiaram. Cita brevemente Alberto Ramos como seu continuador, mas não menciona que o poeta já deitara versos bárbaros e polimétricos em sua tradução de *Poemas do Mar do Norte* (1894), de Heinrich Heine, omitindo igualmente a antecedência de *Palavras que o vento leva...* (1900), de Guerra-Duval.

Odes e elegias celebra cidades e paisagens italianas, como Siena e, destacadamente, Roma, presente em poema homônimo e em vários outros. Há textos sediados no Vaticano, amalgamando o diplomata da Santa Sé ao intelectual católico (“A Leão XIII, Poeta Latino”, “Ao Pontífice morto”). A Bota também deixa pegadas em “Junto ao sepulcro de Percy Bysshe Shelley”, representante do gênero *tombeau* (túmulo), bastante famoso no período. Como em *Procelárias*, perdura o exotismo espaçotemporal (“Sarcófago antigo”), a vocação escultórica (“Estátua mutilada”) e a representação arquetípica da mulher com tintas ora cristãs, ora pagãs (“A grinalda”, “À Vênus Capitolina”, “A cantora”). Apesar de a maioria ser de média a longa extensão (“Vila Doria”, por exemplo, ocupa 14 páginas), existem textos curtos, constituídos de apenas três dísticos, como “Renúncias” ou “Afinidades”, flagrante de uma moça romana equilibrando ânfora na cabeça. Embora ainda enverguem retórica pomposa, a economia verbal, aliada à brevidade dos *flashes*, instala ilhotas modernas em livro à primeira vista classicizante.

Pela italiana Tipografia Centenari, responsável por *Odes e elegias*, traduz em 1906 as *Canções de Mignon*, de Goethe, e edita a plaquete *À Itália no luto da Calábria e da Sicília* (1910). Fotografado em seu gabinete romano em 1898, mesmo ano em que fizera sair na Itália a plaquete *A Portugal no Centenário das Índias*, com uma carta a Eça de Queirós, Azeredo acolhe o país em sua cartografia afetiva e intelectual: além de recorrer crescentemente a editoras italianas, um ano antes de *Odes*

1 Para estudo aprofundado do tema, ver: SANTOS, Rafael Trindade dos. *Transposição de metros clássicos em língua portuguesa: histórico e estudo do caso das Odes e elegias*, de Magalhães de Azeredo. 2014. 196 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

e *elegias*, é em Roma que se faz um de seus retratos mais conhecidos, pintado por Pedro Weingärtner, brasileiro antes financiado por D. Pedro II e sediado na capital italiana.

Afastando-se provisoriamente da terra de Dante em 1912, Magalhães torna-se ministro residente em Cuba; na mesma função, vive 1913 e 1914 na Grécia, até ser nomeado ministro plenipotenciário (1914-1919) e enfim embaixador (1919-1934) na Santa Sé, onde se aposenta. A embaixada do Brasil no Vaticano foi aberta em 1919, e Magalhães logo a celebrou na publicação bilíngue *Il fraterno amplesso dell'Italia e del Brasile* (1919), com estudos e conferências de temas variados.

A longa permanência no exterior é esparsamente interrompida por viagens ao Brasil, das quais se destaca a de 1919, quando o autor vem receber Amadeu Amaral na ABL, pronunciando seu único discurso de recepção, durante os quase 70 anos de acadêmico; foi o mais novo dos fundadores da instituição, aos 25 anos, e o último deles a falecer, aos 91 anos.

A vida no estrangeiro e o apego ao século XIX fizeram-no passar praticamente incólume ao Modernismo. É ler seu *Ariadne* (1922), oferecido a Afrânio Peixoto e novamente generoso em dedicatórias. Publicada no ano da Semana de Arte Moderna, a obra mescla narrativas extensas a poemas em prosa, gênero rechaçado pelos primeiros modernistas, devido à fragrância oitocentista. Do pendor descritivo resultam contemplações a objetos simples. Reles os objetos, mas suntuoso o estilo: assim o são “Lampião solitário”, “Episódio heroico” (sobre uma teia de aranha), “O lago”, “Palavras de um amante a um velho relógio”, “Elisabeth Imperatriz”, (diante de estátua da monarca em Viena). Desse grupo destaca-se o enigmático “Um retrato”: dele vemos apenas a “sombra de um gesto, momento de uma vida, imagem de uma imagem” (1922, p. 29), como, aliás, Magalhães em seu gabinete. Esse texto se alinha ao interesse da prosa simbolista e decadentista por suportes visuais que despertam cadeias rememorativas e analógicas, como lemos em Gonzaga Duque, por exemplo.

Conquanto alheio à agenda modernista, o Magalhães de 1922 glosa a mulher moderna. No texto de abertura, Ariadne não é mais a princesa de Creta, é “mulher amável, conversável, especiosa, deliciosa”, “bela moça amiga” (1922, p. 9), veste gorrinho de veludo, roupas decotadas, vestido quase sem mangas e dança tango. A ambiguidade do narrador, entre a celebração e a censura, consuma-se num itálico do desfecho: “isto é, *ainda*, poesia...” (1922, p. 11). Ao sumarizar os diários escritos por Magalhães entre 1898 e 1953, hoje no Arquivo do Itamaraty, Afonso Arinos observa que, apesar de namorador contumaz, com vários casos extraconjugais na Europa, ele se escandalizava com as calças compridas femininas (2010, p. 108), ratificando a crítica à Ariadne do século XX.

“Balada”, por sua vez, trata de uma inglesa que não sente saudade da cinza terra natal, porque é feliz casada com homem contemporâneo, “robusto e esbelto, pensador e eloquente, intrépido e jovial”, a cujos “pés de dominador” (1922, p. 40) se entrega satisfeita. A hierarquia masculino-feminino reincide no clichê da *femme fatale*, ora encarnada na futilidade do comportamento moderno, como em “Balada”, ora justificada por um atavismo inato, como em “Página relida”: “Oh! coqueteria instintiva da mulher” (1922, p. 77).

Na ala feminina, merece atenção “A Vênus negra”, que, sob retóricos elogios, acumula lugares-comuns constrangedores: “carne opulenta, intacta em seu vigor, próxima da natureza e da animalidade”, “mescla estonteante das tuas lascívias e das tuas crueldades selvagens” (1922, p. 116-117), “genuínas cariátides de basalto” (1922, p. 110). A cena se passa numa casa de variedades: a moça sai de uma gruta de ouro e dança entre plantas tropicais, incensada por benjoim, alfazema e sândalo. No panfleto que a anunciava, lia-se “Nigra sum sed formosa” (1922, p. 106), em latim “Sou negra, mas formosa”...

Subjaz em *Ariadne* o pendor memorialístico, permitindo-nos seguir alguns destinos de Magalhães de Azeredo no início do século XX, como Salvador, Viena, Atenas e Rio de Janeiro, cenário de “Afinidades e dissonâncias (à tarde, num jardim da Guanabara)”, longo texto dramático em que uma rocambolesca história é encenada por homens

e mulheres e por formas de vida como A Gata, O Papagaio, O Sagui, A Aranha, A Lagartixa, A Coruja, A Rosa Branca, havendo espaço até para A Voz do Morto e O Anjo da Guarda! Não há nessas excursões viajeiras o traço da *flânerie*; os narradores de *Ariadne* privilegiam a paralisia contemplativa, focada em um só espaço ou objeto. E sobrevive a bizarra fixação do homem cristão pelos fantasmas; em seus diários, revela que, com o falecimento de uma querida empregada em 1943, tentará se comunicar com ela (2010, p. 132).

No âmbito da ficção, seu próximo livro, dedicado ao confrade Amadeu Amaral, é *Casos do amor e do instinto* (1924). O título sugere proximidade ao *revival* do Naturalismo na prosa dos anos de 1920, em autores como Afonso Schmidt, Carlos de Vasconcelos e João de Minas. Até há cenas de agressão física e brutalidade sexual, desenlaces trágicos em sangue, fogo e água, porém a dicção ainda oscila entre pudica e ornamental, e a ambientação palaciana, visível no gabinete romano do diplomata, destoa dos *bas-fonds* naturalistas. É ler “Entre dois capítulos”, 60 páginas sobre as aventuras amorosas de riquíssimo barão dinamarquês.

O adultério retorna em “À beira do Estige”: o protagonista, traído, desiste do suicídio graças aos apelos do cachorro. Em “As guilhotinas”, outro cão quase salva um rapaz, desta vez traidor, de um naufrágio em Paquetá. Esse texto contém dispositivo recorrente no volume: a cessão de turno do narrador a um discurso segundo, quase como forma de justificar a prolixidade. O alongamento das tramas parece sinalizar a dissociação de Azeredo da forma breve, como se almejasse alcançar o romance, cujo sabor ele só provar(i)a rapidamente em *Sanatorium*, mas dividindo prato com Bilac.

Berço do melodrama, a Itália é o recinto para histórias de triângulo amoroso (“O anel”) e fantasmas (“A vocação trágica”). Prova-o “Controvérsia estética”, que desenvolve, como *Ariadne*, a tensão entre modernidade e tradição. No enredo, freis rejeitam uma tela em que Santa Cecília aparece de minissaia. Quando o quadro estava prestes a ser retirado do templo, alguém reconhece na modelo da pintura a sobrinha desaparecida de um dos religiosos. Saído de

pena católica, o conto termina macabramente com um sacristão coxo batendo palmas e dançando tarantela, pela eliminação (ou saudade?) daquele objeto pecaminoso.

Entre os perfis femininos, o mais contundente é o da veneziana “Catharina Cornaro”, que assume gostar de violência e de ter sido violada (na resposta a Amadeu Amaral, Magalhães afirmara que certas damas gostam de “ser violentadas... pelos que elas amam e desejam”) (2005, p. 44). Insultando o amante que a trocou por uma “crioula da Bahia” (1924, p. 398), ateia fogo ao palácio do casal. Na ponta oposta, há mulheres subjugadas, como em “O lagarto azul”: a viúva Maria Júlia e a filha Viviana vão um dia à Gruta Azul, onde salvam do afogamento (mais um!) Sir John, que, em agradecimento, lhes presenteia com o réptil. A mãe e o inglês têm um *affair* exageradamente romântico. A filha não simpatiza com o rapaz, que, desmentido, revela ser casado e desaparece. Na sequência de traumas femininos, Viviana vê da janela uma operária sendo estuprada na rua, o que a rememora um amigo paterno que “fez-lhe estranhas apalpadelas, estranhas carícias, muito trêmulo e vermelho, acabando por dizer-lhe, com voz pegajosa e implorativa coisas confusas, perdidas num balbucio senil” (1924, p. 331). No presente da rua, ou no passado em casa, ou agora com a mãe abandonada, adultas ou moças, todas são vulneráveis à truculência masculina, simbolicamente destronada quando as duas soltam o lagarto azul. Conquanto maniqueísta, o texto inverte os polos e tira os homens da condição de vítima das *femmes fatales*, sugerindo, timidamente, perfil mais autônomo de mulher, raro em Azeredo.

Na abertura dos *Casos*, “Tio Cipriano” escancara a desumanidade contra os negros, encarnada no ex-escravo do título, vindo de Moçambique, coxo por salvar o antigo senhor, então criança, de um incêndio (outro!). Antes de deixá-lo contar o passado na África, o narrador, o alterego Dom Carlos, expele distanciamento paternalista; a compaixão cristã, travestida de consciência história, não é por isso menos aviltante: “Eu desde menino me interessei muito benevolmente pelos pobres pretos. Aquelas almas obscuras, rudimentares, sempre exerceram sobre mim especial atração, semelhante, é certo, à que me chama para o estudo dos simples animais” (1924, p. 17).

Quantitativamente, a década de 1920 é a mais produtiva na carreira azerediana: só de poemas, entre livros e plaquetes, editados no Brasil e/ou na Itália, em língua vernácula ou em italiano, saem seis títulos, a que se somam contos e ensaios, como o já mencionado sobre o monarca português, também cantado nos versos de *A volta do imperador* (1920). A incidência de D. Pedro II se explica pela proximidade com o centenário da Independência. A religiosidade segue convicta em *Sinfonia evangélica* (1925) – a cabo do Centro Dom Vital, criado por Jackson de Figueiredo e núcleo da intelectualidade católica no Rio de Janeiro –, e no panfleto de duas páginas, em italiano, dedicado ao “frate Francesco” (1927). Nessa época, a correspondência de Magalhães com o cardeal Dom Leme revela quanto estava empenhado em consolidar relações diplomáticas e intelectuais entre o Vaticano e o Brasil, e a literatura que ele então produziu integrava o esforço de reconciliação católica. É intrigante a ausência de intercâmbio com Jorge de Lima ou Murilo Mendes (que ele só conheceria anos mais tarde), então imbuídos de causas semelhantes. Ou mesmo com a revista modernista *Festa* (1927), aberta a nomes do Centro Dom Vital. A falta de relações corrobora a resistência de Magalhães às vanguardas (em seus diários, critica Marinetti) e seu enraizamento nos oitocentos. Arrematando a década fecunda, em 1928, ele começa a colaborar na *Enciclopédia Italiana* e na *Antologia letteraria brasiliana* com verbetes sobre literatura brasileira (2010, p. 102) e, em 1929, saúda os Tratados do Latrão e a Concordata do Vaticano com a Itália, que determinaram a criação do Vaticano.

Depois dessa leva, publica pouco. Em Roma, imprime *A confissão* (1932); em Portugal, *Eva* (1933), folheto em versos, de 41 páginas. No Brasil, sai o mais alentado *O eterno e o efêmero* (1936), na linhagem de *Baladas e fantasias*, com memórias, meditações, poemas em prosa e prosas poéticas. Celebra-se a natureza (“Meditação do Jardim zoológico”, “A velha mangueira”) como via de acesso ao sublime (“Contemplação entre as montanhas”). O fervor religioso subsiste em “No limiar do claustro” e “Cristo e os discípulos de Emaús”, enquanto vaga metalinguagem sobre a poesia (“Musa consolatrix”) e rápidos passeios na modernidade (“Jazz-band”) completam a brochura.

Trata-se do primeiro livro publicado após sua aposentadoria, em 1934, antecipada por tempo de serviço. Quem o substitui na Santa Sé é Luís Guimarães Filho, também acadêmico, com quem rompe relações, mudando-se para Roma. Engrossando as turbulências do decênio, sofre muito com a morte da mãe e a depressão da esposa, mais se afastando da produção literária.

De importância relativa, *O eterno e o efêmero* ainda veio a lume por grande casa editorial, a gaúcha Livraria do Globo, destino melhor do que a talvez única publicação sua na década seguinte: *Intermezzo* (1946), sem editora, custeado pelo autor e “constituído de peças curtas, quase epigramáticas, às vezes sentenciosas, em tudo diversas da opulência verbal de seus primeiros livros” (2022, p. 32). Aposentado, Magalhães não se repatria e aparta-se paulatinamente do meio intelectual brasileiro, o que talvez nos permita inferir que o laconismo de *Intermezzo* consista numa aposta (baldada) de atualização tardomodernista. Com efeito, em seu diário desse período, compara “inovação na linguagem de um dos seus poemas com expressões usadas pelos modernistas no Brasil” (2010, p. 126).

No ano seguinte, agrava-se a saúde da esposa, que falece em 1949. Solitário em casa, também amarga isolamento literário, como prova telegrama recebido de Cláudio de Sousa, também de 1949, informando que os editores brasileiros recusam sistematicamente os livros da geração deles (2010, p. 141). Na década subsequente, sem editora e sem gráfica, como foto que se desbota, poemas escritos entre 1920 e 1935 escoram a coletânea *Verão e outono* (1950), título finalizado com palavra sugestiva de seu eclipse. Ironicamente, o livro foi distribuído pela editora Aurora...

Essa atrofia gradual foi agravada pela eclosão da segunda guerra mundial. O diplomata permanece na Itália com Roma sob ocupação nazista e lá escreve suas *Memórias de guerra: o Vaticano e a Itália*, também anotadas e editadas por Arinos (ABL, 2004), a partir do Arquivo Histórico do Itamaraty. Visita Mussolini mais de uma vez, simpatiza com ele, embora discorde de seu regime (2010, p. 113). Arinos resume sua posição controversa: antinazista, mas silente sobre o fascismo e

com elogios a Salazar e a Franco (2003, p. XVIII). Também é evidente sua antipatia à americanização, a “estulta *standardisation* dos produtos, dos gostos, de toda a vida pública e privada” (2003, p. 152). Seu sonho era uma sociedade “herdeira mais direta da Europa – plasmada pela tríplice influência grega, romana, cristã, numa fusão harmoniosa com os elementos nativos” (2003, p. 153).

Infensa ao presente, essa fusão clássico-cristã, não de maneira harmoniosa, mas artificial, se encenava em seu gabinete de trabalho de 1898, quase um estúdio. Na fotografia, as pernas cruzadas, uma pena ou caneta na mão direita, delineiam cenografia controlada e eternizadora. Sobriamente vestido, o corpo se camufla no fundo escuro, preenchido pela escrivanhinha e pela parede. A cabeça e a mão como que flutuam no preto, convocando atenção às partes associadas ao intelecto e à escrita. Não fosse a clareira aberta pelo tapete de pele de onça, índice de nobreza, mas principalmente contraste de luz, o físico do escritor se consumaria na escuridão, a cabeça e a mão levitariam ainda mais, como os objetos circundantes. Por toda parte, há bustos, região sequestrada do fotografado, cujos pés só se entreveem nas exíguas pontas dos sapatos. Involuntariamente, a imagem promissora de uma carreira auspiciosa acabou se tornando metáfora do progressivo ostracismo de Magalhães de Azeredo, que terminou viúvo, sozinho e depauperado em Roma e, ao longo dos anos, excluído da historiografia literária brasileira. Sobreviveu, quando muito, como discípulo e correspondente de Machado de Assis, a cuja sombra e iniciais começou a carreira, permanecendo ainda hoje na penumbra, conforme pareciam prefigurar na imagem a metade direita de seu rosto, o tronco e as pernas mergulhados na obscuridade. As estantes e paredes abarrotadas não deixam ver, com precisão, os livros, gravuras e esculturas, como sua obra volumosa, porém opaca, invisibilizada. Sem cumprir o destino que supunha grandioso, Magalhães se multiplicou em objetos, cartas, diários, livros, imagens, incumbindo-se de ser seu maior colecionador.

Referências bibliográficas

ARINOS, Afonso. Sinopse dos Diários de Carlos Magalhães de Azeredo. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XVI, n. 64, jul./set. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, p. 85-143.

AZEREDO, Carlos Magalhães de. O Missal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 set. 1893, p. 1-2.

_____. *Alma primitiva*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão – editores, 1895.

_____. *Procelárias*. Porto: Typographia da Empresa Litteraria e Typographica, 1898.

_____. *Homens e livros*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, 1902.

_____. *Odes e elegias*. Roma: Tipografia Centenari, 1904.

_____. *Ariadne*. Rio de Janeiro: Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922.

_____. *Casos do amor e do instinto*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves Paulo de Azevedo & C.^a, 1924.

_____. *O eterno e o efêmero*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

_____; BILAC, Olavo. *Sanatorium* [1894]. São Paulo: Clube do Livro, 1977.

_____. *Memórias*. Transcrição, atualização ortográfica e introdução de Afonso Arinos, filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.

_____. Resposta do Sr. Magalhães de Azeredo. In: *Discursos acadêmicos*: tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 1137-1167.

MAGALHÃES de Azeredo em seu gabinete de trabalho em Roma [fotografia]. *Revista Moderna*, Paris, ano 2, n. 23, jul. 1898, p. 729.

SANTOS, Jair. Um poeta brasileiro no Vaticano: Carlos Magalhães de Azeredo e a diplomacia pontifícia. *Quaderni Culturali IILA*, v. 6, n. 6, 2024, p. 115-124.

SECCHIN, Antonio Carlos. Os filhos de Machado de Assis. In: *Papéis de prosa – Machado & mais*. São Paulo: Editora UNESP, 2022, p.25-40.

TELLES, P.D. O retrato em miniatura do gato Gatinho: ou a modernidade não ronrona. *Modos. Revista de História da Arte*, Campinas, v. 2, n. 2, maio 2018, p. 238-250.

VIRGILLO, Carmelo (org.). *Correspondência de Machado de Assis com Magalhães de Azeredo*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

Biografias

Magalhães de Azeredo (1872-1963), nascido no Rio de Janeiro, atuou constante e simultaneamente na literatura e na diplomacia. Na primeira, começou cedo, aos 16 anos, quando ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Após escrever artigos e contos em diversos periódicos, estreou na ficção com *Alma primitiva* (1895) e na poesia com *Procelárias* (1898). Flertando com o Realismo e com o Parnasianismo, angariou boa acolhida crítica, a ponto de ingressar aos 25 anos na Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a Cadeira 9. Mais novo entre os fundadores da instituição e o último deles a falecer, aos 91 anos, foi autor prolífico, com mais de 20 títulos em gêneros variados. Na diplomacia, ingressou também jovem, aos 23 anos, como segundo secretário da Legação do Brasil no Uruguai (1895-96) e depois na Santa Sé (1896-1901). Em seguida, serviu em Cuba (1912) e na Grécia (1913-14), até se tornar ministro plenipotenciário (1914-19) e embaixador (1919-34) na Santa Sé, onde se aposentou. Mudou-se para Roma, onde viveu por mais de trinta anos, inclusive durante a segunda guerra mundial, lá permanecendo até seu falecimento. Monarquista, católico, muito afeito ao século XIX e passando a maior parte da vida no exterior, teve sua extensa obra pouco a pouco esquecida no Brasil e acabou reduzido ao missivista que trocou correspondências com Machado de Assis, lacuna que este ensaio pretende, na medida do possível, minimizar.

Gilberto Araújo é professor de Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e na Graduação em Letras da UFRJ. Doutor e mestre em Letras Vernáculas pela mesma instituição.

Foi professor visitante na Université Sorbonne Nouvelle-Paris III (CAPES-PrInt), onde também realizou estágio pós-doutoral. Publicou diversos ensaios e palestrou no Brasil e no exterior, tendo passado por centros culturais e universidades da Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Inglaterra, Escócia, Hungria, Áustria, Polônia, Finlândia, Bélgica, México, Líbano, Israel e Chile. Bolsista em Produtividade do CNPq e Bolsista da FAPERJ, na categoria Jovem Cientista, com projeto sobre Raul Pompeia. Para a Academia Brasileira de Letras, coordenou e prefaciou reedições de autores brasileiros do século XIX; para a Glaciari, organizou a última reedição portuguesa do romance *O Ateneu*, de Raul Pompeia; do mesmo autor cuidou, para a editora da UNICAMP, da última edição das *Canções sem metro*. Membro de grupos de pesquisa sobre o século XIX no Brasil e da AIERTI (Association Internationale pour l'Etude des Rapports entre Texte et Image). Autor de *Mudança de plano: ensaios de literatura brasileira* (2022), *Literatura brasileira: pontos de fuga* (2014), *Júlio Ribeiro* (2011), *Melhores crônicas de Humberto de Campos* (2009), dentre outros.

João Neves da Fontoura, tribunos

Alexandre Moreli



Introdução

Quando, em 1978, o cientista político Héglio Trindade assinou a Introdução do oitavo volume da coleção biográfica *Perfis parlamentares*, escolheu alcunhar o retratado de “o tribuno parlamentar”. Figurava a apresentação em uma série editada pela Câmara dos Deputados, reunindo elementos biográficos e discursos selecionados para homenagear antigos e destacados membros da Casa. Nada havia de descuido na distinção escolhida por Trindade. Ainda que figurando em uma série a justamente publicar orações enunciadas no Parlamento brasileiro ao longo de sua história, a intenção era clara: destacar um tribuno nacional entre os tribunos nacionais.

Não menos portadores de qualidades retóricas e literárias foram os discursos dessa mesma personagem enquanto representante do Brasil no exterior. Assim como as pujanças do estilo e da erudição definiram uma ascendente carreira pública do Rio Grande do Sul ao Palácio Tiradentes entre as décadas de 1920 e 1930, culminando com uma eleição à Academia Brasileira de Letras, em 1936, elas igualmente moldaram suas manifestações durante o período de refundação do multilateralismo parlamentar dos anos 1940 e 1950. Diante do entendimento de que não seria o Brasil “suficientemente forte”, a eloquência na defesa de princípios como a igualdade entre os Estados e a não intervenção, para além de uma singular capacidade de articulação política, constituiria trunfo diplomático indispensável (Fontoura, 1948d, p. 169). Assim forjou-se, entre tribunas nacionais e

internacionais, a reputação literária, diplomática e a trajetória pública daquele que, como fez Trindade, visitamos: João Neves da Fontoura.

Serão examinadas, em particular, duas importantes passagens de sua carreira ainda pouco presentes na historiografia. Primeiramente, em meio ao tempo das tribunas e das crises políticas nacionais, a eleição de Fontoura à ABL. Em um segundo momento, no tempo das tribunas internacionais e dos conturbados anos da saída da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, suas missões como embaixador brasileiro em Portugal, entre 1943 e 1945, e como Ministro das Relações Exteriores, em 1946.

O Tempo das tribunas nacionais

Membro da gaúcha “Geração de 1907” (Love, 1975, p. 234), de projeção nacional e que contaria com nomes como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor e Firmino Paim, Fontoura traçaria um percurso de intensa atividade em todos os níveis da política federativa desde sua primeira eleição parlamentar, em 1921, para a Assembleia dos Representantes no Rio Grande do Sul, até alcançar a chefia do Itamaraty. Após iniciar seu percurso em Cachoeira do Sul, cidade que fora também base de uma de suas principais referências políticas, Borges de Medeiros, o rio-grandense chegaria ao Rio de Janeiro em 1928 para cumprir seu primeiro mandato como deputado federal (Moreira, 2009).

Com reduzida projeção nacional até então, Fontoura ganharia rápida notoriedade em razão da sua ação política em meio às novas relações entre as oligarquias regionais e a um dos mais intensos momentos da vida republicana do país, que conheceria tanto a reversão do governo federal, em 1930, quanto uma guerra civil, em 1932. Entre suas articulações pela Aliança Liberal e por Getúlio Vargas, no primeiro episódio, e sua oposição ao conterrâneo, no segundo, Fontoura acabava tornando-se um representante das contradições que o Brasil conhecia em meio a viscerais debates sobre a centralidade do Estado, sobre a modernização e sobre a regulação de relações sociais e produtivas.

Foi no breve momento em que uma pacificação política parecia ganhar força, logo após a Constituição de 1934 e a repressão à Intentona Comunista, que se construiu a eleição de João Neves da Fontoura para a Academia Brasileira de Letras. A consideração de seu nome para a Cadeira de Coelho Neto, contra as candidaturas de Leão de Vasconcelos, Augusto de Lima Filho e Basílio de Magalhães, ganhou força entre finais de 1935 e início de 1936, momento em que chegavam ao acervo da ABL exemplares de seus *A jornada liberal* (1932), *Por São Paulo e pelo Brasil* (1932) e *A voz das oposições brasileiras* (1935)¹.

Atravessados pela expressão pública de seu engajamento político, tais livros registravam pronunciamentos dos anos anteriores. Originadas em discursos marcados por poderosa capacidade de comunicação e sugestão, suas obras possuíam uma prosa incisiva e uma qualidade literária sedutora naquele tempo. Suas frases plásticas, bem como seus ritmos largos, estavam a serviço da doutrinação através do casamento entre a “excelência da forma e a vigorosidade dos conceitos”, conforme ressaltava o *Jornal do Brasil*, ou ainda nas “galas de uma vivacidade lesta” de discursos demonstrando “constante entusiasmo e paixão pela forma”, observava o *Correio Paulistano*².

Sua capacidade conciliadora e de acomodação, entretanto, parecem ter constituído trunfos ainda mais centrais em todas as suas empreitadas, inclusive na construção de seu prestígio público quando da candidatura à ABL. João Neves da Fontoura representava a capacidade de articulação possível e desejável para diversas tendências no seio da elite tradicional no período de transição do federalismo nacional. Era o tempo em que prevalecia o ritmo e a forma de uma “modernização conservadora”, com manutenção da desigualdade e com o Estado e seus diferentes regimes legais (do constitucionalismo ao autoritarismo do Estado Novo) centralizando o poder, protagonizando o amparo às atividades agrícolas, ambicionando dirigir e limitar as demandas por novas políticas de proteção social e estimulando uma produção

1 “A semana da Academia Brasileira. Os concursos literários” e “As vagas da Academia de Letras”, *Jornal do Brasil*, respectivamente, 19 de janeiro de 1936, p. 22, e 19 de março de 1936, p. 7.

2 “A vaga de Coelho Neto na Academia de Letras”, *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1936, p. 7. Y, “Cartas Cariocas”, *Correio Paulistano*, 9 de janeiro de 1936, p. 5.

manufatureira destinada ao consumo interno (Vannucchi, 2021, p. 19-39).

Em dezembro de 1935, chamando à ordem o “historiador de amanhã”, segundo suas próprias palavras³, Fontoura assim discursaria na Câmara dos Deputados quanto aos ímpetos daqueles buscando uma transformação social mais radical e acelerada:

Na hora em que a crise de ordem material se desencadeou pelo Nordeste até a Capital da República, a nossa orientação estava traçada pelos deveres de preservar o País dos riscos da anarquia. Mas, ainda aí, não transigimos com a reação desbordante. Integrados no sentimento de salvar o regime, a cuja vigência juramos fidelidade, soubemos conservar, no meio do tumulto de interesses em choque, a serenidade que não omite deveres, mas não se desmanda em violências inúteis. Embalde a pressão se fez sobre as nossas consciências, tentando arrancar-nos um voto a favor da mutilação da Lei Magna [...]. Aos clarões do incêndio, o nosso protesto inamolgável, embora vazado nos moldes de uma serenidade majestosa, passará o horizonte da atualidade como um testemunho de resistência a todas as absorções (Fontoura, 1978 [1935], p. 584).

Tal espírito medianeiro, largamente reconhecido pelos meios políticos antirrevolucionários, seria posto à prova algumas semanas mais tarde, em março de 1936, em pleno contexto da eleição na ABL. Nesse momento, o governo federal prenderia quatro deputados e um senador acusando-os de participar da insurreição deflagrada sob liderança da Aliança Nacional Libertadora no ano anterior. Ao lado de outros colegas e em nome da oposição, Fontoura tentaria intervir junto a Vargas, demandando a suspensão de novas medidas do mesmo gênero, o respeito às imunidades parlamentares e a manutenção dos poderes das oposições, particularmente quanto à fiscalização das eleições previstas para consolidar a transição do regime. O presidente

3 “As eleições na Academia. O sr. João Neves eleito para a vaga de Coelho Neto”, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1936, p. 8.

recusaria tais pedidos e ainda aprofundaria as medidas de exceção (Moreira, 2009).

De fato, a nova fase constitucionalista conheceu seu fim com a instalação do Estado Novo, em 1937, consolidando ambições de concentração de poder com o fechamento do Congresso. Enquanto se encerrava, com a chegada do novo regime autoritário, o último mandato parlamentar de João Neves da Fontoura⁴, ainda estava para surgir sua consideração como diplomata. A transição entre tribunas, da nacional à internacional, seria intermediada por anos de certa reclusão, na advocacia. Para além das atividades de seu escritório no Rio de Janeiro, Fontoura retomaria os trabalhos de Consultor Jurídico junto ao Banco do Brasil, onde estivera pela primeira vez entre 1930 e 1932 (Fontoura, 1963, p. 481-482, Moreira, 2009).

Ainda que sua primeira missão ao estrangeiro chegasse apenas anos depois, alguns elementos dos discursos pronunciados até então e, mais curiosamente, dos pareceres emitidos para o próprio Banco do Brasil⁵, instituição servindo interna e externamente de instrumento político do Estado (Pacheco, 1979, p. 338-347), já indicavam as bases das percepções de mundo e do interesse nacional de Fontoura.

Nesses contextos, apesar de seu engajamento no embate entre as oligarquias regionais desde 1930, o gaúcho mantinha clara noção do peso do café na inserção internacional do Brasil. Fontoura percebia, contudo, as conexões do país com o mundo não se resumindo aos sistemas de produção, circulação e consumo de produtos agrícolas. Ainda que não se considerasse “fronteiriço”, pois, dizia ele, era nascido no “coração do Rio Grande”, entendia tal condição como estruturante na formação da cultura gaúcha. O político acabaria representando seu país nas cenas internacionais após crescer em uma “atmosfera marcial de alarmas”, segundo ele próprio, em um entendimento de identidade forjada por certa alteridade conflituosa com o estrangeiro (Fontoura,

4 Fontoura ainda seria eleito para a Assembleia constituinte em 1945, mas acabaria não participando dos trabalhos por ter sido nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra para a chefia do Itamaraty (Moreira, 2009).

5 Mais de uma centena desses pareceres, emitidos no período de 1930 a 1932 e de 1937 a 1942, foram publicados em dois volumes pela Editora A. Coelho Branco em 1942 (Fontoura, 1942 e Campelo, 2015).

1958, p. 33). Uma exceção a tais adversas ou concorrentes formas de se conectar com o mundo, porém, seria a “latinidade”. Para além de ser tomada como elemento estruturante da sociedade brasileira, uma rica e complexa identidade latina representaria uma conexão privilegiada com outras culturas. Assim, por exemplo, Fontoura a mencionou ao receber o sócio correspondente Gregório Araújo Alfaro, da Cadeira n. 19:

...não são o espanhol e o português ganhos floridos da velha cêpa latina? Donde brotaram ambos, e mais o francês, o provençal, o italiano e o romeno? A que família pertencem todos senão à família românica? Provimos do latim vulgar – o *sermo plebeus* –, o latim do povo que coexistia, mesmo ao tempo de César, com o latim oficial, clássico e literário. Somos, assim, irmãos criados sob climas diversos e em meios físicos também diversos... (Fontoura, 1959, p. 13-14).

Para o gaúcho, constituía-se a identidade latina como um acumulado de processos históricos. Igualmente, porém, fazia-se instrumento de reflexão e, dado seu potencial de articulação internacional, tornar-se-ia chave no futuro próximo, particularmente na saída da Segunda Grande Guerra, como veremos mais adiante.

Para além de tais elementos, outros marcos afetando suas percepções quanto às relações internacionais e às possibilidades de ordem e de influência normativa sobre a realidade nacional emergem quando investigado seu pensamento político-jurídico em trabalhos para o Banco do Brasil (Fontoura, 1958, p. 222-224). Examinando objetos mundanos como transporte, títulos cambiais ou cláusulas-ouro, cujas dinâmicas conectavam a sociedade brasileira com o estrangeiro, seus pareceres evocavam uma doutrina atualizada, majoritariamente de origem europeia. Para além de sempre lançar mão do Direito Internacional em reflexões sobre garantia de direitos e sobre as relações entre Estados soberanos, Fontoura reconhecia o quanto a Guerra de 1914-1918 e os modelos de sociedade que surgiam a partir de então, como o corporativismo italiano, impactavam as reflexões sobre relações

sociais, as práticas do liberalismo político vindas das Revoluções dos séculos XVIII e XIX e os próprios poderes jurisdicionais⁶.

Tais experiências no campo jurídico seriam encerradas em 1943, com o advento de sua primeira missão diplomática e após algumas pontuais experiências como representante do Brasil na II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos ou ainda na posse dos presidentes Arnulfo Arias, do Panamá, e Fulgêncio Batista, de Cuba (Moreira, 2009).

O Tempo das tribunas internacionais

O engajamento de Fontoura na diplomacia, como quando embaixador do Brasil em Portugal, de 1943 a 1945, ou na chefia do Itamaraty, em 1946 e, depois, entre 1951 e 1953, não emanou de um percurso planejado ainda que, quando jovem, tenha considerado tal trajetória. “É mesmo curioso recordar que, nos primeiros dias depois de minha formatura em Direito”, dizia ele ao concluir a primeira experiência como chanceler, “quando procurava escolher a linha de meu destino na vida prática, estive a ponto de tentar o ingresso nos quadros desta Casa [Itamaraty], que então fulgurava sob a chefia do Barão do Rio Branco” (Fontoura, 1948d, p. 167-168).

Suas experiências e percepções de mundo enquanto assumia tais expressivas posições na década compreendida entre 1943 e 1953 têm, porém, permanecido pouco conhecidas. Algumas razões para tanto surgem da força categórica de eventos que o cercaram nesses momentos, como a das catástrofes da Segunda Guerra Mundial ou a das coerções da Guerra Fria. De fato, enquanto seu tempo nas terras lusitanas recebeu pouca atenção (Moreli, 2013, p. 264-277), sua primeira passagem pela chefia do serviço diplomático brasileiro não foi notada em diversos estudos, mesmo naqueles que se debruçaram sobre o frenético período de transição do imediato pós-guerra (Bueno, 2000, p. 20). O exame de suas circulações entre a política nacional e a internacional, mas, sobretudo, de seus horizontes de expectativa

6 Pareceres 1, 10 e 73 (Fontoura, 1942, v. 1, p. 3-6, 36-37, 286-306) e pareceres 89 e 126 (Fontoura, 1942, v. 2, p. 37-74, 244-250).

em um mundo em transição, passa, assim, por uma reavaliação dos determinismos envolvidos nos constrangimentos da guerra total e da bipolaridade.

Ainda que, em um esforço de interpretação do passado, não consideremos eventos como o discurso de Churchill sobre a Cortina de Ferro, de 1946, ou o bloqueio de Berlim, de 1948, como marcos inaugurais da Guerra Fria, diversas outras crises internacionais parecem impor um congelamento do mundo já nos meses seguintes à rendição do Japão. A crise iraniana, a questão dos estreitos turcos e a guerra civil grega, por exemplo, constituiriam distintos marcos delimitadores da polarização entre Estados Unidos e União Soviética (Leffler e Painter, 2005, parte 2). Considera-los, porém, como uma divisão entre um período histórico da Segunda Guerra Mundial sucedido imediatamente por um período histórico da Guerra Fria impede-nos de entender inúmeras experiências de planejamento de pós-guerra e de saída de guerra que não foram condicionadas pela bipolaridade. As tradicionais periodizações utilizadas para tal contexto, que preferem considerar 1945 como de uma virada totalizante, desviam-nos, ademais, da observação de outros e diversos entendimentos e representações de mundo. Lembrar, assim, de esquecidos horizontes de expectativa é considerar novas perspectivas sobre aqueles que atravessaram esses momentos e sobre o quanto de passado continuaria a moldar ações no futuro. A trajetória e a obra diplomática de João Neves da Fontoura serão aqui analisadas precisamente com esse cuidado.

Sua nomeação para a Embaixada do Brasil em Portugal, em 1943, ocorreu em um momento decisivo para a Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, para o porvir do mundo Atlântico. Ela fora determinada por um jogo complexo de interesses políticos, militares e comerciais, especialmente no contexto da crescente influência dos Estados Unidos sobre esse vasto espaço. Embora feita formalmente pelo governo brasileiro, conectava-se a ida de Fontoura a Lisboa aos esforços do presidente Franklin Roosevelt em organizar uma política atlântica de ampla cooperação no mundo lusófono. O Brasil, nesse contexto, era projetado como peça central dentro de um planejamento americano de pós-guerra que se aprofundava entre 1942 e 1943. Com o até então

chefe da missão brasileira em terras lusitanas sendo percebido pelos Aliados como não confiável, o governo americano solicitou a Vargas, em janeiro de 1943, um novo nome. Buscava-se alguém que pudesse, sobretudo, negociar uma aproximação com o regime autoritário de António de Oliveira Salazar (Moreli, 2013, p. 266).

João Neves da Fontoura, com sua trajetória política e sua conhecida habilidade de articulação, fora então o escolhido. O objetivo era liderar uma missão para além da simples representação entre Estados: tratava-se de uma tarefa com alcance hemisférico e transatlântico, envolvendo o equilíbrio delicado entre Brasil, Portugal, Estados Unidos e Reino Unido (que tradicionalmente entendia repousarem os territórios portugueses sobre sua zona de influência exclusiva). Portugal, sob a liderança de Salazar, mantinha, até então, uma tensa e frágil neutralidade na guerra, enquanto o Brasil já havia se engajado ao lado dos Aliados. O contexto da nomeação remete à ofensiva aliada no norte da África, em finais de 1942, mas, sobretudo, a um planejamento americano de pós-guerra ligado à aviação, em que os territórios insulares portugueses teriam um lugar central.

Os arquipélagos portugueses, sobretudo os Açores, permaneciam inalcançáveis por ambos os lados do conflito, mas, sobretudo, passavam por uma transição quanto à percepção de seu potencial estratégico. Enquanto, nos primeiros anos da guerra, foram desejados como possíveis bases em operações navais, a partir de 1943, passariam a ser percebidos como potenciais pontos de escala tanto para a aviação militar quanto civil americanas no pós-guerra. Para Roosevelt, um obcecado pela geografia, o mundo tornava-se cada vez menor e interdependente, com novas tecnologias (especialmente na aviação) acelerando tais mudanças fundamentais. O presidente americano acreditava ser o poder aéreo, muito mais do que o naval, a arma-chave para vencer a guerra, mas, igualmente, para projetar poder, influência e pacificação no futuro (Casey e Wright, 2008, p. 216-239).

A partir do desenvolvimento de tais planos, o governo americano passou a buscar interlocutores que pudessem facilitar a aproximação com Lisboa, particularmente para obter acesso a seus domínios

insulares, sem gerar desavenças político-diplomáticas. Qualquer precipitação nesse contexto poderia comprometer a estabilidade da frente Aliada e causar mais atritos em uma já desgastada transição de poder hegemônico entre o império britânico e os Estados Unidos (Mills e Miller, 2020).

João Neves da Fontoura apresentava-se, uma vez mais em sua trajetória, como o mediador possível. Sua missão foi cuidadosamente moldada a partir de tais expectativas, mas também aproveitada pelo governo Vargas para cultivar autonomia e projetar o quanto de influência fosse possível a uma pequena potência no aguardado pós-guerra. Para o governo do Rio de Janeiro, uma ainda maior aproximação com o governo de Washington aprofundaria o apoio à modernização militar e a investimentos econômicos. De fato, antes de a Guerra Fria desviar a maior parte da atenção americana da América Latina para o problema da reconstrução da Europa, os poderes dominantes na região beneficiaram-se de considerável ajuda material e apoio político dos Estados Unidos (Moreli, 2013, p. 267; McCann, 1937, p. 350-351).

Para além de anticomunista e entusiasta das ideias de Woodrow Wilson, Fontoura acabaria tornando-se um admirador de Roosevelt durante a guerra. Em meio a tais alinhamentos com os americanos, Roosevelt era, sobretudo, percebido como o presidente que havia retirado seu país do isolacionismo. Para o novo embaixador, o pan-americanismo não constituía um obstáculo ao fortalecimento nem mesmo das relações brasileiras com países extracontinentais, em particular com as nações latinas do velho continente. Na verdade, para Fontoura, as mudanças trazidas pela guerra eram tão consequentes que o isolacionismo não seria mais uma opção para os latino-americanos (Fontoura, 1948a, p. 86-87; Fontoura, 1958, p. 223-224; Fontoura, 1963, p. 424; Aita e Axt, 1999, p. 254).

Em relação a Salazar, seu futuro interlocutor, Fontoura o percebia como “uma das grandes figuras” de seu tempo⁷. Tratava-se, entretanto, de uma leitura à distância feita pelo brasileiro enquanto se

7 Telegrama de 14 de abril de 1943, do Embaixador Português no Brasil para Salazar (Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 2P/M208/A48).

preparava para assumir o novo posto. De fato, a experiência em lidar com uma personagem extremamente conservadora, centralizadora e antidemocrática o levaria mais tarde a rever seu julgamento. Apesar de descrever sua chegada em Lisboa, em 29 de maio de 1943, como a de “um irmão” em visita, João Neves da Fontoura encontrou um ambiente de muita apreensão (Fontoura, 1958, p. 100). Mesmo com as vitórias Aliadas no norte da África, em Stalingrado e na Batalha do Atlântico, o governo português mantinha uma posição de reserva quanto à guerra, embora fizesse acenos discretos às Nações Unidas. Salazar temia que qualquer envolvimento direto com os Estados Unidos, ou mesmo com a Grã-Bretanha, comprometesse sua autoridade interna ou provocasse retaliações das potências do Eixo. Qualquer aproximação diplomática, em tal contexto, teria que ser conduzida com extrema sutileza.

Já no aeroporto, uma multidão de jornalistas aguardava a chegada do novo embaixador, motivada pelo desejo de conhecer o real propósito de sua missão. Notícias sobre a preparação das tropas expedicionárias brasileiras chegavam do Rio semanalmente e aumentavam os rumores de que americanos ou brasileiros (ou ambos) poderiam se arriscar em uma ação contra possessões portuguesas. Diante de tais ruídos, Fontoura fazia declarações públicas apenas tergiversantes, de que o Brasil entendia como renovada a amizade bilateral e respeitada a integridade territorial de seus anfitriões (Fontoura, 1958, p. 100).

Durante sua primeira audiência com Salazar, alguns dias depois, Fontoura o encontraria “com o espírito impregnado” de reservas quanto aos americanos, indagando insistentemente sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos. O ditador então questionou o brasileiro sobre eventuais temores do Brasil em ter as bases cedidas aos Estados Unidos em seu território como definitivamente perdidas. Mesmo a declaração brasileira de guerra era, pelo português, entendida como tendo sido imposta por Washington. Salazar pareceu surpreso com as negativas a tais interrogações, especialmente após ter perguntado se os americanos estariam pagando por todos os itens das despesas de guerra do governo do Rio de Janeiro. O ditador ficou espantado com os detalhes das operações financeiras entre os aliados interamericanos,

especialmente aquelas relativas a investimentos na siderurgia. Em seu relatório da reunião, Fontoura reafirmou ser necessário agir para aprimorar as relações luso-americanas. “É minha opinião”, acrescentou Fontoura, “que o Senhor Oliveira Salazar nunca foi suficientemente esclarecido quanto aos motivos do nosso rompimento de relações com o Eixo e posteriormente a beligerância”. Suas notas terminariam em um tom otimista quanto às possibilidades de sucesso de sua missão em aproximar Portugal e Estados Unidos através do Brasil⁸.

Na verdade, Fontoura estava apenas parcialmente certo. Em vez de tranquilizar os portugueses, o encontro fortaleceu as reservas de Salazar e o lançou definitivamente nos braços daqueles já trabalhando para manter Portugal em sua órbita: os britânicos. No mesmo dia em que Fontoura enviaria um relatório completo da audiência com Salazar ao Rio de Janeiro, o ditador seria abordado pelo embaixador britânico em Lisboa, Ronald Campbell, para discutir o comércio de armamentos e a retomada das negociações militares secretas no caso de um ataque alemão. Segundo Campbell, Salazar estava cada vez mais incerto e preocupado com a evolução da guerra, entendendo que o Brasil, na verdade e em razão da postura irresoluta de Fontoura, lhe havia dado as costas, mas também que a possibilidade de sobrevivência de um bloco peninsular ibérico no pós-guerra se esvaía rapidamente. Em tal contexto, o ditador português passaria a entender o Reino Unido como “seu único amigo”⁹.

Ainda que, nos meses seguintes e mesmo ao longo de 1944, Fontoura tenha acompanhado atentamente a evolução da política portuguesa na guerra e se dedicado a trabalhar em nome de sua missão original, uma ferrenha oposição nos bastidores da aliança anglo-americana acabou colocando por terra os planos de Roosevelt de avançar rapidamente com a influência de Brasil e Estados Unidos sobre o espaço atlântico. Em uma série de manobras sigilosas junto ao governo português, os britânicos conseguiriam garantir bases nas ilhas atlânticas portuguesas já em 1943, mas apenas para suas

8 Telegrama de 4 de junho de 1943, de Fontoura para o Ministério (Arquivo Histórico do Itamaraty, 27/2/13).

9 Telegrama de 9 de junho de 1943, de Campbell para o Foreign Office (The National Archives of the United Kingdom, CAB 121/480).

forças. Eles também retardariam para as últimas semanas de 1944 um primeiro e tímido entendimento luso-americano, que apenas lançaria os trabalhos de construção de aeródromos em uma das ilhas dos Açores quando a guerra na Europa já conhecia seus instantes finais (Moreli, 2013, p. 268-273).

Apesar do fracasso dos objetivos gerais da missão, a experiência em uma Lisboa efervescente em plena guerra, única capital do continente a comportar missões diplomáticas de todos os beligerantes, alimentaria o reconhecimento das capacidades de articulação de Fontoura. Após seu retorno ao Brasil com o final do conflito, ele acabaria envolvendo-se na transição do regime varguista, mais particularmente com a candidatura presidencial de Eurico Gaspar Dutra às eleições de dezembro de 1945, que acabaria vencedora. Embora também tenha sido eleito pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, Fontoura não participaria dos trabalhos parlamentares, pois assumiria a chefia do Itamaraty já em fevereiro de 1946.

Suas experiências políticas pregressas e seus recursos oratórios seriam novamente colocados à prova, particularmente quando de seu protagonismo liderando uma delegação brasileira em uma viagem de cerca de três meses, no mesmo 1946, para participar da Conferência de Paz em Paris. Longe de entender o mundo como condicionado por Washington ou Moscou e único representante latino-americano no certame, mobilizaria o brasileiro suas habilidades retóricas para influenciar a conjuntura política do pós-guerra, contexto em que o Brasil se apresentava com uma possibilidade de protagonismo sem precedentes. Após o experimento de mergulhar em uma “missão americana”, mediando diversas tensões entre grandes potências em Lisboa, Fontoura tinha renovada ciência das assimetrias nas relações internacionais, mas, igualmente, esperanças quanto a um multilateralismo renovado (Moreli, 2013, p. 268-273).

Ao lermos o ano de 1946 não como um tempo de transição para a Guerra Fria, mas de refundação do liberalismo parlamentar internacional, novos elementos sobre expectativas e planejamento de pós-guerra passam a ser identificados. Compostos por visões da

vitória e de futuro cultivadas desde os momentos da entrada em guerra, tais elementos atravessaram um intenso planejamento de pós-guerra e passaram a moldar os primeiros instantes do tempo da paz. Nesse sentido, historiadores como Frank Costigliola têm demonstrado como a Guerra Fria estava longe de ser um dos privilegiados horizontes de expectativa na saída do conflito, e mesmo nos anos imediatamente posteriores às rendições da Alemanha e Japão (Costigliola, 2012). Para sociedades e culturas vivendo à distância os problemas europeus, ainda que sofrendo suas consequências e mesmo perdendo jovens em campos de batalha, como a brasileira e a mexicana, um congelamento Leste-Oeste do mundo teria sido um processo a apenas lenta e parcialmente contagiar o planeta (Bethell e Roxborough, 1996).

À frente de um grupo de mais de trinta pessoas, incluindo nomes como Euvaldo Lodi, Rui Ribeiro Couto, Raul Fernandes, Hildebrando Accioly, Luiz Martins de Sousa Dantas, Cyro de Freitas Valle, Luiz Aranha e Guimarães Rosa, João Neves da Fontoura subiria à tribuna da Conferência de Paz de Paris em diversas ocasiões entre os meses de julho e outubro de 1946. Havia expectativas significativas para a atuação da delegação brasileira, como a representação de interesses regionais e mesmo europeus, como da Itália. Elas encontrariam, entretanto, forte oposição¹⁰.

Apesar de chegar à França com certo otimismo por mais uma vez fazer parte do grupo dos vitoriosos em uma guerra mundial, a única delegação latino-americana presente para discutir os tratados de paz rapidamente percebeu movimentos dos “cinco grandes”¹¹, como dizia Fontoura, para controlar as negociações e ignorar as manifestações dos demais atores. Tentava-se esgarçar, já em seus primeiros passos, o funcionamento do parlamento multilateral. Sem surpresa, imagens do Palácio Tiradentes e de seus tempos de tribuna nacional vieram imediatamente à mente do então Ministro das Relações Exteriores, ajudando-o a conceber uma estratégia de ação. Para o gaúcho, a renovada diplomacia parlamentar seria moldada pelas mesmas estratégias da

10 “Diretrizes da Delegação Brasileira à Conferência da Paz” e “Fixadas as diretrizes da Delegação Brasileira”, *Diário de Notícias*, respectivamente, 18 de julho de 1946, p. 4, e 23 de julho de 1946, p. 5.

11 Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, China e França (Fontoura, 1947, 13).

política nacional, com suas “bancadas associadas”, suas maiorias e minorias, conduzindo o jogo político, criando sinergias e obstruções¹². Em suas comparações, Fontoura ainda evocaria a realidade brasileira do imediato pós-1930 para entender o mundo do imediato pós-1945. “A situação atual faz-me pensar”, disse ele em Paris, “na revolução de trinta: para derrocar a ordem estabelecida todos nós estávamos de acordo; para reerguer o edifício caímos em terríveis e desgraçadas divisões que só prejudicaram o Brasil”¹³.

Apesar de tais dificuldades, não se entendia a nova prática e o exercício da política internacional como paralisados ou inalcançáveis para as pequenas e médias potências. Ao contrário. Exatamente como em uma dinâmica parlamentar qualquer, era necessário aglutinar forças para ser considerado. Para Fontoura, seria preciso procurar “conquistar para o nosso país uma posição que não decorria da nossa força, mas que só podia ser imposta pelas nossas ideias”¹⁴. Era o momento de mobilizá-las, assim como de forjar uma “bancada”.

Para além de enaltecer certos princípios aos quais o Brasil aderira historicamente, como o da igualdade entre Estados soberanos e o da não intervenção, diante das forças dos cinco grandes, Fontoura passou a evocar a formação cultural de seu país. Seria, para ele, na evolução dos laços da latinidade, na reconstrução mesmo de uma frente, ou bancada, latina, que a participação no “Parlamento da Humanidade” poderia acontecer (Kennedy, 2006). Fontoura unia, naquele momento, sua prática diplomática a referências culturais que prezava, à experiência pública dos anos 1920 e 1930, aos ensinamentos da passagem por Portugal e ao instrumento político que dominava com primazia, a oratória. Seriam, assim, retomadas as ideias e palavras proferidas no ano de 1943, logo quando descia do avião em sua chegada a Lisboa. Naquele instante, o então novo embaixador enfatizava ser o Brasil a “maior das nações latinas” a lutar contra o Eixo, mas também um

12 Carta de 12 de agosto de 1946, de Fontoura a Oswaldo Aranha (Arquivo CPDOC/FGV, Acervo Oswaldo Aranha, OA 46.08.12).

13 Carta de 4 de setembro de 1946, de Fontoura a Oswaldo Aranha (Arquivo Histórico do Rio Grande de Sul, Acervo João Neves da Fontoura, caixa 16).

14 *Ibid.*

país entendendo-se como uma “nação latina” diante de “grandes” deveres a chegar-lhe na hora da reorganização do mundo (Fontoura, 1946, p. 210-211).

Na medida em que enfrentava resistência a propostas brasileiras por um debate mais piedoso quanto aos vencidos, particularmente quanto à Itália, e por regras de decisão mais democráticas, subia Fontoura à tribuna e invocava aqueles com “afinidades espirituais” (Fontoura, 1948b, p. 126-127). Era preciso, dizia, valorizar e articular os países que tinham origem latina, em um projeto de criação de uma frente que deveria perdurar para além das conferências de paz e se fazer presente na nova ordem internacional multilateral. Em discurso na Sessão Plenária da Conferência, diante do tratamento não equânime de duas nações latinas que haviam combatido ao lado da Alemanha, afirmou que trabalhava “em favor de uma paz fundada nos princípios de equidade, segundo a antiga regra do direito romano, que foi a base da formação jurídica dos povos do Ocidente e dos seus continuadores de além-mar”. Fontoura acrescentaria:

Também nós, do Brasil, pela circunstância de um parentesco espiritual que tem suas origens no berço da cultura latina, simpatizamos profundamente com a nobre Nação rumena. O que não poderíamos compreender é que não vigorassem, em favor do regime democrático da Itália de hoje, as mesmas razões aqui invocadas em favor de outra Nação (Fontoura, 1948c, p. 139-140).

Ainda que os cinco grandes e seus alinhados tenham mantido certa prevalência ao longo da Conferência, a sinergia criada foi significativa, e reconhecida como meio de aglutinação para o futuro das atuações nos ambientes parlamentares multilaterais. Ressaltando o projeto e a articulação, Fontoura escrevia ao presidente Dutra que, apesar de propostas advogadas pelo Brasil terem sido rejeitadas, elas o foram em oposição, também, a diversas delegações de médias e pequenas potências. “Esboçava-se, pela primeira vez”, disse Fontoura ao presidente, “a união das pequenas nações contra as cinco maiores e o chamado bloco favorável à União Soviética” (Fontoura, 1947, 13).

Embora com diferentes propósitos, reconhecia-se e explorava-se um espaço institucional permitindo estratégias de não alinhamento muito antes de os movimentos terceiro-mundistas surgirem anos mais tarde. Um projeto mais sólido nesse sentido, porém, não ganharia vida de imediato. A saída de Fontoura da chefia do Itamaraty logo após voltar ao Brasil, em razão de negociações político-partidárias visando o fortalecimento do governo Dutra, interromperia suas iniciativas naquele momento. Elas deixariam, entretanto, seus sucessores provocados a considerar estratégias de inserção em um ambiente multilateral estruturado pelo parlamentarismo político-diplomático, que apenas parcialmente seria constrangido pela bipolaridade das décadas seguintes.

Conclusão

Em meio às ilusões biográficas que podem saltar aos olhos quando se tenta dar sentido ao que é naturalmente desordenado, surgem compreensões sobre trajetórias individuais, sobre projetos e sobre percepções de mundo tanto do biografado quanto daqueles mesmos que o desejam conhecer.

Na evolução das ansiedades de hoje por uma nova composição política nacional, mas também multilateral face à desordenação das relações internacionais e à volta da lógica das zonas de influência, a trajetória de João Neves da Fontoura nos interpela pela forma como buscou, com sucessos e fracassos, as articulações possíveis em seu tempo, alinhadas às suas visões de mundo e da história.

Referências bibliográficas

AITA, Carmen; AXT, Gunter (orgs.). *João Neves da Fontoura: discursos parlamentares (1921–1928)*. Porto Alegre: Assembleia do Rio Grande do Sul, 1999.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BUENO, Clodoaldo. Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira* (1930-1990). Vol. 3. São Paulo: Anab, 2000, p. 17-66.

CAMPELO, Matheus. *Relações entre o pensamento jurídico e o internacional*: João Neves da Fontoura. 101 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CASEY, Steven; WRIGHT, Jonathan (orgs.). *Mental Maps in the Era of Two World Wars*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

COSTIGLIOLA, Frank. *Roosevelt's Lost Alliances. How Personal Politics Helped Start the Cold War*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

FONTOURA, João Neves da. *Banco do Brasil – Pareceres – De 2-12-1930 a 22-4-1932*. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora A. Coelho Branco, 1942.

_____. Declarações à Imprensa de Lisboa em 29 de maio de 1943. In: FONTOURA, João Neves da. *Palavras aos portugueses*. Lisboa: Dois Mundos, 1946, p. 205-213.

_____. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência de Paris*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. Discurso proferido na inauguração do busto do Presidente Franklin Delano Roosevelt, no Palácio do Itamaraty, em 12 de abril de 1946. In: FONTOURA, João Neves da. *A serviço do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948a, p. 81-88.

_____. Discurso pronunciado na Segunda Sessão Plenária da Conferência de Paz, em Paris, a 31 de julho de 1946. In: FONTOURA, João Neves da. *A serviço do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948b, p. 123-130.

_____. Discurso pronunciado Sessão Plenária da Conferência de Paz, em Paris, a 22 de agosto de 1946. In: FONTOURA, João Neves da. *A serviço do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948c, p. 135-141.

FONTOURA, João Neves da. Discurso pronunciado por ocasião da exoneração da Pasta das Relações Exteriores, em novembro de 1946. In: FONTOURA, João Neves da. *A serviço do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948d, p. 165-170.

_____. *Memórias*. Vol. 1 (“Borges de Medeiros e o seu tempo”). Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

_____. *Feitos & figuras*. Lisboa: Livros de Portugal, 1959.

_____. *Memórias*. Vol. 2 (“A Aliança Liberal e a Revolução de 1930”). Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

_____. O epílogo do ano parlamentar. In: FONTOURA, João Neves da. *Discursos Parlamentares*. Perfis parlamentares 8 (Seleção e Introdução de Héglio Trindade). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 582-586.

KENNEDY, Paul. *The Parliament of Man: The Past, Present, and Future of the United Nations*. Nova York: Random House, 2006.

LEFFLER, Melvyn; PAINTER, David. *Origins of the Cold War. An International History*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2005.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

MCCANN, Frank D. *The Brazilian–American Alliance, 1937–1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MILLS, Thomas; MILLER, Rory (orgs.). *Britain and the Growth of US Hegemony in Twentieth-Century Latin America: Competition, Cooperation and Coexistence*. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

MOREIRA, Regina da Luz. Verbete João Neves da Fontoura. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2009. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fontoura-joao-nevesda>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MORELI, Alexandre. An American Mission: The Appointment of João Neves da Fontoura as the New Brazilian Ambassador to Portugal in 1943. *Journal of Transatlantic Studies*, v. 11, n. 3, 2013, p. 264-277.

PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*: história financeira do Brasil desde 1808 até 1951. Rio de Janeiro: Editora Banco do Brasil, 1979.

VANNUCCHI, Marco Aurélio. Revolução de 1930 e modernização conservadora. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne (orgs.). *A era Vargas (1930-1945)*. Vol. I. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 19-39.

Biografias

João Neves da Fontoura (1887-1963) formou-se bacharel em Direito por Porto Alegre e entrou para a política parlamentar como deputado no Rio Grande do Sul entre 1921 e 1928. Após iniciar seus trabalhos como deputado federal, em 1928, envolveu-se ativamente na reversão do governo, em 1930, ao lado de Vargas, opondo-se ao conterrâneo quando da guerra civil, em 1932. A partir da publicação em livro de dezenas de seus discursos e da construção de um prestígio público de conciliador entre as elites nacionais, elegeu-se, em 1936, para a Cadeira 2 da ABL, sucedendo Coelho Neto. Trabalhou como Consultor Jurídico do Banco do Brasil entre as décadas de 1930 e 1940 e teve dezenas de seus pareceres publicados em 1942. Entre 1943 e 1945, serviu como embaixador em Lisboa, nomeado pelo governo brasileiro para intermediar uma aproximação entre a ditadura salazarista e os Estados Unidos. Chegou à chefia do Itamaraty em 1946, tendo como uma de suas principais atividades a participação na Conferência de Paz em Paris no mesmo ano. Deixou o Ministério ainda em 1946, mas voltou à posição entre 1951 e 1953. Publicou suas memórias em dois volumes entre 1958 e 1963.

Alexandre Moreli é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, onde leciona e conduz pesquisas na área da História das Relações Internacionais, desenvolvendo reflexões sobre relações transatlânticas no século XX, terceiro-mundismo e novas metodologias de pesquisa em diálogo com a Ciência da Computação. Moreli é coordenador do Lab-Mundi/USP (Laboratório de Estudos

sobre o Brasil e o Sistema Mundial) e pesquisador do Laboratório Sorbonne – *Identités, relations internationales et civilisations de l'Europe* e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Possui doutorado em História das Relações Internacionais pelo *Institut Pierre Renouvin* da *Université Paris I – Panthéon-Sorbonne* (2012), foi Vice-Diretor da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP (2020-2022) e coordenador da Área Temática “História das Relações Internacionais e da Política Externa” da Associação Brasileira de Relações Internacionais (2019-2023).

A “irradiação generosa” de Ribeiro Couto

Elvia Bezerra



O poeta, romancista e contista Rui Ribeiro Couto nasceu embaixador. Somavam-se em sua fulgurante personalidade uma paixão intensa pelo Brasil, forte curiosidade intelectual e talento para promover a cultura brasileira. Esses atributos fizeram dele o diplomata que conjugou prazer e dever. Como poeta, foi mestre na delicadeza com que tratou temas do cotidiano, o que lhe valeu o título de “Poeta da Indecisão Delicada”, dado pelo amigo-irmão Manuel Bandeira, em referência a verso do poema “O delicioso instante”.

Assim como Alexandre de Gusmão, patrono essencial da diplomacia brasileira, Rui Esteves Ribeiro Couto nasceu em Santos, São Paulo. Filho do baiano José de Almeida Couto e da brasileira de origem portuguesa Nízia da Conceição Lopes Esteves Ribeiro, veio ao mundo em 12 de março de 1898 e ficou conhecido como o autor de *Cabocla* (1931), romance duas vezes adaptado para novela de televisão; como criador da expressão “homem cordial”, que Sérgio Buarque de Holanda dotaria de conceito sociológico, e como fundador do penumbrismo, período que se interpôs entre o simbolismo e o modernismo.

Aos três anos de idade, teve duas perdas profundas: a do pai e a de um irmão, chamado de Rucinho. No poema “Santos”, parte I, incluído em *Noroeste e outros poemas do Brasil* (1933), fixou assim a sua cidade:

[...]

Sou bem teu filho, ó cidade marítima,
Tenho no sangue o instinto da partida,
O amor dos estrangeiros e das nações.

[...]

De Santos, Ribeiro Couto foi para São Paulo, onde começou o curso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Na capital paulista trabalhou no *Jornal do Commercio* e depois no *Correio Paulistano*, dando início à “obscura vida de redator da meia-noite”. Não tinha ainda concluído os estudos quando se mudou para o Rio de Janeiro, em 1918, e tratou imediatamente de retomar o curso de Direito. O inquieto estudante trazia de São Paulo uma curiosidade particular: queria conhecer o poeta Manuel Bandeira.

Era dezembro daquele ano quando, afinal, Couto viu-se diante do poeta: “Ainda sinto o alvoroço secreto com que me vi diante daquele rapaz anguloso e o espanto que me causaram os seus acessos de riso jovial entremeados de acessos de tosse” – conta ele no ensaio “De menino doente a rei de Pasárgada” (2004, p. 10). Bandeira, por sua vez, ficou comovido com a doçura de Couto, que, naquele tempo, falava baixo e pouco. Na aparência, anunciava os versos de “Surdina”, de seu segundo livro de poesia, *Poemetos de ternura e de melancolia* (1924), que se seguiu a *O jardim das confidências* (1921):

Minha poesia é toda mansa.
Não gesticulo, não me exalto...
Meu tormento sem esperança
Tem o pudor de falar alto.
[...]

Mas era engano. Ribeiro Couto se revelaria homem de comunicação fácil: exuberante, sedutor e muito bem-humorado. Muito dele está descrito num episódio contado por Gilberto Amado no seu discurso de posse, em 29 de agosto de 1964. Conta o novo acadêmico que numa tarde de 1918 fora à *Gazeta de Notícias* para felicitar Cândido Campos, o diretor, pela reportagem sobre a chegada de Eritácio Pessoa ao Rio, recém-eleito presidente da República:

Fui logo dizendo:
– Notável! A introdução... perfeita. Belo jornalismo.
Quem fez?

– Foi um rapaz de Santos que está trabalhando aqui conosco. Couto! – gritou.

Vi então diante de mim aquela graça ainda adolescente, aqueles olhos de antílope, aquele sorriso que me foi direto ao coração.

Que estaria no noticiário? Não posso recordar. Devo ter-me impressionado pelo que mais prezo em trabalhos do gênero – a objetividade. No redemoinho, no remelexo popular, na profusão de coisas a ver e anotar, a preensibilidade do talento pode exercer-se à vontade. Uma certa fantasia, respeitosa da justeza do registro, aviventa o texto e lhe dá sabor. No canto da sala para onde corremos logo depois dos abraços, a voz que ouvi era solta, alta, estridente quase, cheia do sol de Santos, ressumante de trópico.¹

Um futuro colega, o embaixador Nestor dos Santos Lima, complementa a descrição feita por Gilberto Amado, destacando os braços curtos de Ribeiro Couto, o que ficava muito evidente quando dançava – e ele gostava de dançar. Era “alto, corpulento, olhos esverdeados, tez olivácea”, descreve Santos Lima no ensaio “Evocação de Ruy Ribeiro Couto” (1994). Couto, ao lembrar sua trajetória em carta ao embaixador João Neves da Fontoura de 31 de dezembro de 1951, descreve-se: “Eu, mulatinho de Santos, ‘que rapa a cabeça para disfarçar’, diz o Celso Vieira, segundo a voz de além-túmulo do Humberto de Campos”. Mais adiante na mesma carta, repete: “Sou mulato”.

Em 1919, Ribeiro Couto bacharelou-se em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. No mesmo ano subiu o morro de Santa Teresa para alugar um quarto numa casa na então Rua do Curvelo 43, hoje Rua Dias de Barros. Do cômodo dos fundos ganhava a mesma vista para a baía de Guanabara que teria, a partir do ano seguinte, o vizinho Manuel Bandeira, inquilino de uma casa a menos de cinquenta metros dali. Nesse período, Ribeiro Couto estreou na poesia com *O jardim das confidências* (1921) e escreveu

1 Ver: <<https://www.academia.org.br/academicos/gilberto-amado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

parte dos contos da coletânea *A casa do gato cinzento* (1922), cujo conto de abertura foi inspirado nessa sua moradia, conforme diz ele em “No pórtico da Academia” (2004). Na dedicatória impressa, lê-se: “A Manuel Bandeira, meu amigo”.

Mas Bandeira foi franco: não gostou do livro. Franqueza de amigo verdadeiro, como fica evidente em carta de Couto, de anos mais tarde, quando já iniciava a *carrière*, como ele gostava de dizer, escrita em Paris, em 24 de outubro de 1931, depois de ter enviado as provas do romance *Cabocla* ao amigo e o desafiado a usar da mesma sinceridade de uma década antes. Agora pedia-lhe, textualmente, em letras maiúsculas: “Estou ansiosíssimo PARA SABER A SUA IMPRESSÃO. Mande-a com aquela franqueza que o fez dizer da *Casa do gato*: ‘É uma merda’”. Evidentemente Couto se divertia. Lembrava o veredicto sobre seu primeiro livro, em vez de levar em conta a vibrante opinião de Bandeira sobre *Baianinha e outras mulheres* (1928).

Em um ano em São Paulo e pouco tempo no Rio, Ribeiro Couto conseguiria aproximar-se dos que estavam à frente do movimento modernista, levando o amigo junto com ele. Sobre isso diria o próprio Bandeira:

Mas voltando a Ribeiro Couto, foi por intermédio dele que tomei contato com a nova geração literária do Rio e de São Paulo, aqui com Ronald de Carvalho, Álvaro Moreira, Di Cavalcanti, em São Paulo com os dois Andrades, Mário e Oswald, quando Mário de Andrade veio ao Rio para ler em casa de Ronald e depois em casa de Olegário Mariano a sua *Pauliceia desvairada*, ainda inédita (Bandeira, 1958, p. 51).

E se Mário de Andrade, ao fazer retrospectiva crítica do movimento modernista na “Crônica de Malazarte – VII”, omitia o nome de Ribeiro Couto, lá estava Bandeira, reivindicador, em carta de 19 de maio de 1924:

Grave omissão, grito eu por minha vez. Quem agitou o meio carioca e nele lançou as ideias modernas foi o Ribeiro Couto. [...] Foi o Ribeiro Couto que com aquela

vivacidade sedutora captou o Ronald. O Couto vivia falando no Oswald, em Anita, em Brecheret. Companheiro dele era o Di. Mas este não tinha a *irradiação generosa*² do Couto. Eu era modernizante sem saber. Foi o Couto quem me revelou os italianos e os franceses mais novos, Cendrars e outros (2000, p. 124).

Em relação à postura diante do movimento modernista, Bandeira e Couto estiveram sempre sintonizados. Não quiseram ir a São Paulo para participar da programação da Semana de Arte Moderna. Nunca atacaram publicamente os parnasianos e simbolistas, nunca repudiaram o soneto nem, de um modo geral, os versos metrificados e rimados – é o que reafirma Bandeira na sua autobiografia literária *Itinerário de Pasárgada*.

Couto aceitou de imediato o verso livre. Acreditava que era “quase sempre melhor”, sem a obrigatoriedade da rima e da métrica. E apesar de estar tomado de liberdade poética, permaneceu um mestre na técnica do verso metrificado e rimado, o que fez Manuel Bandeira incluí-lo entre os “poetas 100%”, para ele “aqueles que sabem nadar em todas as águas; no oceano em perpétuo movimento do verso livre e... nos blocos congelados da forma fixa” (1958, p. 1422).

Em 1992, durante as comemorações dos setenta anos da Semana de Arte Moderna, o nome de Ribeiro Couto foi, de modo geral, esquecido. E, no entanto, além da reivindicação que Bandeira fez a Mário na carta de 19 de maio, acentua, na *Apresentação da poesia brasileira*: “Uniu-se aos modernistas no horror da eloquência e na aceitação do verso livre, mas ficou sempre fiel ao tom baixo, aos temas humildes do primeiro livro, ao processo musical de criar uma atmosfera pelas aliterações e refréns” (*Ibid.*, p. 1100). Para Manuel Bandeira, todo o poeta Ribeiro Couto está em “O delicioso instante”, de *Poemetos de ternura e de melancolia*:

O crepúsculo desceu de manso.
E apesar do céu ainda claro
A cidade ficou em penumbra.

2 O grifo é meu.

Vai cair a noite
Vão acender-se os combustores.
E desaparecerá esta indecisão delicada.
É o momento de partir para sempre, sem dor...

O penumbrismo: “um contágio”³

Atribui-se a origem da classificação penumbrismo ao artigo sobre *O jardim das confidências* intitulado “a poesia da penumbra,” de Ronald de Carvalho, publicado em *O Imparcial*, em 30 de setembro de 1921 (p. 2), e não em 28 de setembro, como se divulgou. Nesse artigo, no entanto, Ronald não usa, em nenhum momento, os termos penumbrismo, penumbrista ou mesmo penumbra, que só aparece no título. Talvez por essa razão, Antonio Candido, no prefácio ao magnífico estudo de Norma Goldstein em *Do penumbrismo ao modernismo: o primeiro Bandeira e outros poetas significativos*, tem o cuidado de fazer ressalva, entre parênteses, de que “penumbrista” é uma “designação feliz criada (ou quase) por Ronald de Carvalho” (1983, p. 9). No referido artigo de *O Imparcial*, o autor dos *Epigramas irônicos e sentimentais* define assim o estilo de Ribeiro Couto:

A poesia verdadeiramente nova, no Brasil, sofre as influências dessa estranha sugestão da sombra e do silêncio... O brilho do mundo contingente não lhe encontra um eco favorável... Não é a pintura o que ela mais admira, senão a música, uma espécie de música muito especial, feita de sons velados, de surdinas, de tons menores, onde predomina a ressonância grave dos pedais. [...] Ribeiro Couto, no *Jardim das confidências*, revela-se um mestre dessa nova poesia.⁴

Foi o bastante para que José Augusto de Lima, que escrevia sonetos parnasianos sob o pseudônimo de Paulo Moreno ou Paulo Geraldino,

3 Para estudo mais completo, ver BEZERRA, Elvia. O penumbrismo. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XIII, n. 51, abr./maio/jun. 2007, p. 139-150. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/RB51%20-%20EDITORIAL.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

4 Síntese desse artigo seria posteriormente incluída em *Estudos brasileiros*. 2a série. Rio de Janeiro: Brigueit, 1931, p. 69-77.

classificasse a poesia de Ribeiro Couto de penumbrista – afirmará Brito Broca em artigo crítico intitulado “Ribeiro Couto, Paulo Geraldino e a *blague* penumbrista”, publicado no *Correio da Manhã* de 19 de março de 1960 (p. 8). O termo pegara desde a década de 1920, quando Lima, que era editor da coluna Teatros e Salões de *O Imparcial*, divulgou, sob um dos dois pseudônimos, várias sátiras na seção “Senhoras & Senhores” do mesmo jornal, em que, especialmente no ano de 1922, ridicularizava os poemas de Ribeiro Couto.

O próprio Ribeiro Couto tratou de definir o penumbrismo em carta a Rodrigo Octavio Filho, autor de *Simbolismo e penumbrismo* (1970, p. 72), carta datada de Belgrado, 10 de março de 1957, importante documento sobre o que ele chamou de “contágio”, e veja-se o porquê do nome:

Como “penumbrismo” se entendia por volta dos anos de 1920 a 1923 uma certa atitude reticente, vaga, imprecisa, nevoenta, no jeito de escrever versos. [...] Numa palavra: o penumbrismo não foi uma escola. Melhor ainda: do ponto de vista formal, tudo que se pode apontar como penumbrismo não passou de um passageiro “contágio”. De resto, como escreveu Jean Cocteau no “Manual profissional”, não há escolas, há “poetas contagiosos”.⁵

Tornado em forma humana

Para exercer o talento de diplomata, “o amor dos estrangeiros e das nações” foi que, no início de 1922, o então rapaz de 24 anos apresentou pessoalmente ao presidente Epitácio Pessoa seus planos de viagem e trabalho no exterior. Mas em maio, o jovem que na época revelava o talento de “embaixador do Curvelo” foi forçado a deixar o Rio: a tuberculose se anunciou com uma hemoptise. A ordem médica era partir imediatamente em busca de “melhores climas” para seus pulmões doentes. Como se não bastasse o golpe, leu, em viagem, a notícia de sua nomeação para auxiliar de consulado em Marselha,

5 Arquivo Ribeiro Couto, no Arquivo-Museu de Literatura (amlb) da Fundação Casa de Rui Barbosa (fcrb).

em decreto do presidente da República. O destino, porém, mandava-o para o ar frio de Campos do Jordão, São Paulo.

Em São Bento do Sapucaí, cidade vizinha a Campos do Jordão, Couto trabalhou como delegado de polícia. Foi assim que “esse tornado em forma humana”, como o chamou Manuel Bandeira, curou-se da tuberculose: com o clima da serra, um pneumotórax feito em dezembro de 1922, e, segundo ele próprio confessou, a ajuda de Santa Rita. Em São Bento conheceu Menina, que com o casamento, no início de 1925, tornou-se a senhora Ana Pereira Ribeiro Couto. Para ele, sempre Menina.

Couto era de temperamento apaixonado. Apaixonou-se também pelo casamento, como instituição. Amar, para ele, era “viver inquieto e deliciosamente torturado pelo outro”. A vida, no entanto, iria revelar-lhe moldes diversos para essa união.

No período de 1926 a 1928, quando morou em São Bento de Sapucaí, na divisa de Minas e São Paulo, e depois em Pouso Alto, Minas Gerais, já como promotor, escreveu os poemas de *Província*, que só seria publicado em 1933. Ainda em Pouso Alto vivenciou um fato excepcionalmente importante: Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade se conheceram na casa de Ribeiro Couto. O encontro foi casual. Contou Drummond na longa entrevista a Lya Cavalcanti, publicada em *Tempo vida poesia: confissões no rádio*, que Couto foi quem fez a aproximação dos modernistas do Rio com os de Minas Gerais, entusiasmado com *A Revista*, periódico que o grupo mineiro de Belo Horizonte publicava, e do qual saíram apenas três números.

Um dia, início de 1926, Drummond teve que ir à cidade mineira de Passa Quatro e, através de uma ligação telefônica péssima, avisou a Couto que ia visitá-lo em Pouso Alto. Foi um “alumbramento” para o visitante, segundo ele próprio declarou na entrevista, quando, ao chegar à casa do amigo, encontrou Manuel Bandeira, que lá passava o verão. Conversaram os três longamente em torno de uma galinha ensopada e uma garrafa de vinho tinto. O poeta anfitrião registrou o encontro num poema, reproduzido em *Tempo vida poesia*:

Carlos Drummond veio jantar em Pouso Alto
na minha casa pequena e cor-de-rosa
sem coqueiro do lado
mas em frente a um barranco soturno.
Encontrou Manuel Bandeira, sobremesa imprevista
e houve discussões fortíssimas, inenarráveis
em torno do futurismo e da vida.
Carlos Drummond não sorriu nenhuma vez.
[...]

Manuel Bandeira também se manifestou, escrevendo a Drummond, ainda de Pouso Alto, em 3 de fevereiro de 1926: “Se você não fosse pau e tivesse querido ficar pra dormir no dia em que jantou aqui com uma pressa tão grande que nem o vinho acabou de beber, eu teria lido pra você (era meu intento) a ‘Evocação do Recife’, coisa que fiz por pedido e sugestão de Gilberto Freyre” (Bandeira, 1958, p. 1391). Drummond justificou-se depois pelo excesso de acanhamento: “Era um poeta municipal, diante de dois federais...” – disse a Lya Cavalcanti.

Pouso Alto daria a Ribeiro Couto personagens antológicos, como o oficial de justiça retratado em “Balbino” conto de *Largo da Matriz* (1940), e recolhido na seleção que fez Vasco Mariz para a antologia *Maricota, Baianinha e outras mulheres* (2001). Na verdade, não só a Ribeiro Couto. Elementos do cotidiano do poeta-promotor ressoam em alguns momentos da poesia bandeiriana: foi em Pouso Alto, ouvindo o trisso de uma andorinha que, ao cair da tarde, pousava nos fios telefônicos em frente à casa de Couto, que Bandeira compôs “Andorinha”, de *Libertinagem*⁶:

Andorinha lá fora está dizendo:
– “Passei o dia à toa, à toa!”
Andorinha, andorinha, minha cantiga é mais triste!
Passei a vida à toa, à toa...

6 Ver COUTO, Ribeiro. Terceiro retrato. In: BEZERRA, Elvia (org.). *Três retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 72-74. Bandeira também se refere ao assunto em “Reportagem literária”, entrevista a Paulo Mendes Campos. In: BANDEIRA, Manuel. *Poesia e prosa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958, p. 1168.

Adeus consulado da melancolia

“A alma é um tecido injustificável”, definiria Couto em carta a Manuel Bandeira de 2 de julho de 1931, insistindo na tese. A preta Balbina, velha cozinheira, estava certa. No poeta havia um outro dentro de alguns outros. Poeta, jornalista, cronista, ensaísta, delegado e promotor conviviam muito bem, até que se abriu o caminho mais uma vez para o embaixador do Brasil, de fato. Pois, antes de sair de Pouso Alto, ou do “Consulado da Melancolia”, como dizia ele, lançou os poemas de *Um homem na multidão* (1926), seu livro mais claramente modernista, e retomou o caminho interrompido em 1922 com a tuberculose: foi nomeado, em 1928, pelo presidente Washington Luís, auxiliar extranumerário no consulado de Marselha. Em 10 de outubro de 1928, Ribeiro Couto e Menina deixaram o Brasil a bordo do *Werra*. Em Marselha o novo funcionário trabalhou primeiramente como auxiliar extranumerário e, em seguida, como auxiliar de consulado. Para complementar o salário pago pelo Itamaraty, escrevia uma média de quatro crônicas mensais, enviadas regularmente para *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, *A Província*, do Recife, e a revista *Para Todos*, do Rio.

A enxurrada de crônicas não parava de chegar ao Brasil. Manuel Bandeira ficara encarregado de todos os negócios do amigo no Rio. Recebia o pagamento dos jornais e providenciava a remessa do dinheiro. Só um amor grande de amigo faria Bandeira desempenhar tarefa tão pouco atraente. Calorosamente agradecido, Ribeiro Couto esbanjava afetividade em gestos ou palavras. Sabia demonstrar as emoções e não se furtava a uma manifestação espontânea de carinho quando, em meio a um assunto sério, escrevia em carta de Marselha, 7 de setembro de 1930, de maneira inesperada: “Manuelzinho, se eu morresse primeiro do que você, você chorava?”.

Para Marselha Couto levava a grande preocupação de divulgar a literatura brasileira. Escrevia artigos de crítica nos *Cahiers du Sud* e colaborava na *Revue de l'Amérique Latine*. Com o escritor e tradutor francês Manoel Gahisto estabeleceu boa parceria para a coluna de letras brasileiras no *Mercure de France*. A divulgação que fazia da nossa literatura naquele período era intensa e está bem mapeada por Pierre

Rivas em *Encontro entre literaturas* (1995). Exuberante, bonacheirão, generoso, Ribeiro Couto desconheceu a vida sem paixão. Precisava vibrar com tudo o que experimentava. E não esquecia o tempo da rua do Curvelo: “Aqui é que se come, seu Manuel! Isto é uma pensão de d. Sara em ponto grande”, escrevia ele de Marselha, em 30 de novembro de 1928. Era preciso viver com entusiasmo. Nada de mesmices, como declarou em carta a Bandeira de 29 de junho de 1930:

Só admito duas atitudes: um profundo desgosto de viver ou uma profunda alegria de viver. O ceticismo sorridente e resignado com um jeito suave, do camarada que acha tudo ruim mas vai vivendo, me aporrinha. Porque, na primeira hipótese (profundo desgosto) o indivíduo deve matar-se, fazer-se frade ou entrar pra uma sociedade dançante nos subúrbios. Na segunda, deve agir no temporal e no espiritual, mas com delírio, com paixão, de modo a acabar num sanatório, na cadeia ou no Palácio do Catete.

Couto deixou o posto de Marselha em junho de 1931, afirmando: “Creio que a felicidade é uma cultura. Aperfeiçoa-se”. Assim partiu com destino a Paris. Fora nomeado cônsul de terceira classe e iniciava, de fato, a carreira de diplomata. Em 5 de julho de 1931 instalava-se com Menina no andar térreo de um prédio em Auteuil, Boulevard Exelmans, 95: “mandarei a planta do apartamento para v. ter várias síncope de inveja”, escrevia em 2 de julho de 1931. Aí, sim, é que os planos fervilhavam na cabeça do novo cônsul. O lema era “pensar no Brasil, antes de tudo”.

Ribeiro Couto e a origem do “Homem Cordial”⁷

Mais ou menos na virada da década de 1930, quando Couto fazia a movimentação literária em Marselha, acontecia no Rio de Janeiro uma certa agitação em torno de Alfonso Reyes, embaixador mexicano e notável poeta que se juntou ao grupo de escritores e

7 RIBEIRO Couto e o Homem Cordial. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XI, n. 44, jul./ago./set 2005, p.123-130. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/prosa44c.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

boêmios frequentadores do Restaurante Reis, no centro da cidade. Casa humilde, “cujo grosso da freguesia era de motoristas e carroceiros” – conta Manuel Bandeira na crônica “Tempo do Reis” (1958, p. 51).

Dom Alfonso, como o chamavam, decidiu editar, na então capital da República, onde permaneceria de 1930 a 1936, a revista *Monterrey: Correo Literario de Alfonso Reyes* (Ellyson, 2002, p. 81-103)⁸. A criação entusiasmou Manuel Bandeira, que tratou de enviar a Couto os três primeiros números, dos catorze que seriam publicados.

Couto, especialmente animado sempre que se tratasse de ligações intelectuais ultramarinas, espontaneamente escreveu a Reyes cumprimentando-o pela iniciativa. É nessa carta, datada de 7 de março de 1931, que ele usa, pela primeira vez, a expressão “homem cordial”. Em reconhecimento à atenção do remetente, Reyes publicou trecho da referida carta com o título de “El Hombre Cordial, producto americano”, na seção “Epistolário” da *Monterrey* n. 8, de março de 1932, quando Couto já tinha se transferido para Paris.

Vinte anos depois, em 25 de fevereiro de 1952, já embaixador em Belgrado, e sabedor dos desdobramentos que o “seu homem cordial” tomara a partir do conceito criado por Sérgio Buarque de Holanda, Ribeiro Couto escreveria a Alfonso Reyes pedindo-lhe cópia da carta de 1931. Dessa carta, que hoje integra o Arquivo Ribeiro Couto, sob a guarda do Arquivo-Museu de Literatura (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no Rio de Janeiro, transcreve-se o seguinte trecho:

É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o “sentido americano” (latino), a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem Cordial. Nossa América, a meu ver, está dando ao mundo isto: o Homem Cordial. O egoísmo europeu, batido de perseguições religiosas e de catástrofes econômicas, tocado pela intolerância e pela fome, atravessou os mares e fundou ali, no leito das mulheres primitivas e em toda a vastidão generosa

8 Ver o capítulo *Monterrey* chega ao Rio.

daquela terra, a Família dos Homens Cordiais, esses que se distinguem do resto da humanidade por duas características essencialmente americanas: o espírito hospitaleiro e a tendência à credulidade. Numa palavra, o Homem Cordial.

Estava aí o embrião da teoria que Sérgio Buarque de Holanda desenvolveria no capítulo V, intitulado “O homem cordial”, de seu hoje clássico *Raízes do Brasil* (1936), de que se transcreve o seguinte trecho:

A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. [...] Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial”: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula (Holanda, 1995, p. 146-147).

Está claro que as ideias do poeta e do historiador divergem. Ao ibero-americano pleno de disponibilidade sentimental, ao homem sempre bom de Ribeiro Couto opõe-se o brasileiro de Sérgio, bom e mau a um só tempo, mas essencialmente avesso à polidez que não seja ditada pelo coração.

Nota-se que, na segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1948, o historiador inseriu nota explicativa sobre o assunto e, em vez de abrir o parágrafo, no corpo do texto, com “O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz...”, como se lê na primeira edição, de 1936, escreveu: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial”.

Nesse ponto, o autor abre uma longa nota de rodapé, em que mantém o registro da autoria da expressão, creditando-a a Ribeiro Couto, e esclarece o que já estava explícito nos termos da edição anterior.

As distorções sobre o conceito são muitas, de acordo com as teorias que transcendem o campo da ciência e migram para o cotidiano. Em 2002, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento de Sérgio Buarque, o “homem cordial” esteve mais do que nunca em evidência. O historiador Ronaldo Vainfas, em artigo publicado na edição especial do caderno “Mais”, da *Folha de S. Paulo*, em 23 de junho de 2002, esclareceu os equívocos em torno do conceito e lamentou que a *cordialidade* a que se referiu Sérgio Buarque tenha sido “entendida como concórdia, bondade, quase subserviência”. E acrescenta: “De todo modo, a *cordialidade* de Sérgio Buarque significava passionalidade, aversão a todo convencionalismo ou formalismo social e tanto podia ser positiva como agressiva”.

Diplomata e Imortal

De olho na Academia Brasileira de Letras, Ribeiro Couto, de Paris, trabalhava fervorosamente. Em 1932 lançara *Espírito de São Paulo*, ensaio de interpretação histórico-sociológica em que defende seu estado das acusações de ter espírito separatista. Em 1933, além do livro de poemas *Província*, publicou três novelas reunidas sob o título *Club das esposas enganadas*, o longo poema “Noroeste”, em 11 segmentos, incluído em *Noroeste e outros poemas do Brasil*, e *Correspondência de família*, em parceria com o escritor e crítico português Adolfo Casais Monteiro.

Corria o ano de 1934 e ele, já segundo-secretário, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em circunstâncias, vamos dizer assim, místicas. Conta o embaixador Donatello Grieco no artigo “O voto de Nossa Senhora da Guia” (1994, p. 64-66), que se juntou ao professor e folclorista Joaquim Ribeiro e ao historiador e jornalista Francisco de Assis Barbosa para acompanhar Couto à casa do acadêmico João Ribeiro, filólogo e crítico literário respeitado, pai de Joaquim, na tradicional visita de pedido de voto. O autor de *O Fabordão* foi franco: estava praticamente comprometido com a candidatura do geógrafo e

historiador baiano Teodoro Sampaio. Passaram então todos a uma conversa amena, durante a qual Ribeiro lembrou que, ao ser batizado, tivera como madrinha Nossa Senhora da Guia, a quem mantinha devoção, apesar de não se ter convertido ao catolicismo.

“Ganhei o voto”, disse Couto ao deixar a casa de João Ribeiro. “Como?”, quiseram saber os companheiros. Três dias depois da visita – contou Joaquim Ribeiro –, chegava à casa de seu pai um telegrama do candidato insistindo no pedido de voto. Era assinado por Nossa Senhora da Guia.

Eleito em 28 de março de 1934, Ribeiro Couto seria recebido em 17 de novembro daquele ano por Laudelino Freire, que o acolheu de forma quase paternal. O novo acadêmico ocupou a Cadeira 26, vaga com a morte de Constâncio Alves. Aos 36 anos de idade, era o mais jovem integrante da Casa de Machado de Assis.

Depois de Paris, o posto foi Haia, de 1935 a 1940, quando, com a invasão alemã durante a segunda guerra, foi removido para a Secretaria de Estado, Itamaraty, no Rio. Haia fora um posto difícil. “A solidão é fria, e é fria a noite da lembrança”, cantava ele na “Elegia de Wassenaar”. Não tinha amigos, faltava-lhe “atmosfera” e, além disso, Menina não o acompanhara. Couto decidiu atenuar o desconforto com muito trabalho: publicou o livro de crônicas *Conversa inocente*, além de *Chão de França*, impressões de viagens, ambos em 1935. Em 1938, ao completar quarenta anos, sentia-se novamente pleno de coragem.

Aproveitando os dias em que estava no Rio de Janeiro, empenhou-se em convencer Manuel Bandeira a candidatar-se à Academia Brasileira de Letras. Assim, numa tarde quente de 30 de novembro de 1940, o poeta de Pasárgada seria recebido na Casa de Machado de Assis por Ribeiro Couto, que o saudou em magnífico discurso evocando a Rua do Curvelo, destacando os momentos mais importantes da obra poética do empossado, trazendo-lhe lembranças caras e imprimindo leveza encantadora ao tom solene do discurso, que seria publicado com o título de “No pórtico da Academia”.

O posto de Lisboa, de 1943 a 1946, como primeiro-secretário, compensou o período triste em Haia. Promoveu muitas reuniões

festivas e ali encontrou ambiente para escrever os poemas de *Entre mar e rio* (1952), que ele dizia ser o livro de gratidão a Portugal, no qual recolhia as vozes interiores da família materna.

O degredo sérvio

O mais longo e mais rico posto de toda a carreira diplomática de Ribeiro Couto viria depois da permanência de apenas um ano, de 1946 a 1947, como cônsul-geral em Genebra. Dali ele iria para Belgrado. Não mais como o embaixador intuitivo que promovera encontros, inspirara revoluções, selara tratados de belas amizades na Rua do Curvelo ou em Pouso Alto, mas embaixador de direito, de fato, com todas as responsabilidades do cargo, o prestígio e, no seu caso, a simplicidade.

Nomeado ministro plenipotenciário da Legação do Brasil na capital da antiga Iugoslávia, hoje dividida em vários países, dentre os quais a Sérvia, uma das primeiras iniciativas que tomou ao chegar a Belgrado, em 17 de junho de 1947, foi começar o estudo do servo-croata. Para ele, aprender uma língua no país de origem era “uma sensualidade”. Ali teria muito trabalho, fecunda divulgação dos nossos poetas, mas sofreria de graves problemas com a visão, que o levariam a sucessivas cirurgias.

Menina, como já era definido, não o acompanhou. Os dois trocavam cartas diariamente, mas ela preferiu permanecer no Hotel Lutetia, em Paris, cidade que não quis deixar por qualquer outra da Europa. Segundo o também embaixador e leal amigo Vasco Mariz no prefácio a *Maricota, baianinha e outras mulheres*, Couto e Menina se amavam, mas não podiam morar juntos. A convivência se tornava impossível. Melhor que ela ficasse consagrada, como ficou, na personagem Donana do conto “Largo da Matriz”, que dá título a *Largo da Matriz e outras histórias* (1940).

Na sede da embaixada de Belgrado, uma acanhada casa na Rua Ivana Milutinovica 11, funcionava chancelaria e a residência do embaixador. Couto descia por volta das 11 horas da manhã, depois da longa toalete. Barba bem escanhada, o pouco cabelo que circundava a

calva cortado rente ao couro cabeludo, sentenciava ele: “O diplomata deve estar limpo e pronto para ação 24 horas por dia”. No seu caso, as ações eram mais que diplomáticas: tinha sob sua responsabilidade todos os problemas domésticos, desde os mais comezinhos.

Em 1949, decidiu convidar para acompanhá-lo em seu “degredo”, dizia, um então jovem diplomata, o futuro embaixador e musicólogo Vasco Mariz. Sabendo que o convidado tinha origem aristocrática, advertia-lhe, severo, em carta de 21 de maio: “vida modesta”. Com relação à língua, acreditava que precisavam de poucas palavras para administrar uma casa “porque o gesto e olhar suprem as carências vocabulares”. E alertava, ainda na carta: “O posto é de sacrifício. Mas você terá vida agradável com colegas que são amadores de música; seu ambiente já está preparado”.

Mesmo assim, lembrava que o país, sob a tensão gerada pela resistência do movimento guerrilheiro iugoslavo, liderada pelo revolucionário comunista, marechal Tito, contra o regime totalitário da União Soviética de Stálin, vivia atmosfera de conflito iminente. Por sorte, não houve o conflito, e Ribeiro Couto faria companhia ao marechal Tito em caçadas pela região depois que o militar assumiu a presidência do país, em 1952.

Ribeiro Couto e Vasco Mariz ficaram amigos para sempre. O problema foi com Therezinha Mariz, primeira mulher de Vasco, que esperava o marido para o almoço às 14h, mas ele nunca chegava: Couto o prendia com longas conversas até quase o final da tarde, e a senhora Mariz não perdoava o chefe. Não houve trégua entre os dois durante toda a permanência do secretário, de 1949 a 1951. Quanto ao chefe, manteve a fidelidade ao Brasil, como se lê em “Meu mar”, incluído em *Longe* (1961)

Meu mar

Este não é meu mar, o mar sereno,
Aquele que em segredo ainda me banha
Porque a praia dos dias de pequeno
É que salga meu sangue em cada entranha.

Aquele sim, mar do país moreno,
Água gentil que me não era estranha,
Chama de longe, posso ver-lhe o aceno
– Areia e coqueirais junto à montanha.

Este que tenho à vista e enfurecido
Cobre de espumas o penhasco escuro,
Não sei que quer de mim no seu rugido:

Rolam nos vagalhões olhos de espanto
E abrem-se bocas em que em vão procuro
Vozes do mar que foi meu acalanto.

Promovido a ministro de primeira classe em 1º de fevereiro de 1952, em maio foi nomeado embaixador pelo então presidente Getúlio Vargas. Sentia-se pleno; tinha alcançado todos os seus objetivos. Era um homem que, em 18 de maio de 1952, escrevia a Bandeira: “Posso morrer”. Atingira um estado de serenidade interior graças a muita luta, espírito alegre e, sobretudo, ao dom de gratidão à vida, tema de que tratara desde a década de 1930, no poema “Contentamento”, de *Província*:

Este ar tranquilo que me envolve,
A mansidão que me penetra,
Na noite fluida, transparente,
É tudo quanto eu desejava.
Que mais me falta, Deus louvado?

No mesmo ano de 1952, tratava da publicação de *Dia longo*, poemas escolhidos, traduzidos para o servo-croata por Ante Cettineo.

Final da *carrière*

Em 1952 chegou a Belgrado o substituto de Vasco Mariz. Era o jovem diplomata Nestor dos Santos Lima, nascido no Rio Grande do

Norte e recém-aprovado em concurso do Itamaraty. Era solteiro, para felicidade de Couto, que, depois das muitas exigências de Therezinha Mariz, com quem não conseguira se afinar, passara a rejeitar secretário casado. Qual não foi sua surpresa, porém, quando soube que, antes de viajar para Belgrado, Santos Lima, que era noivo, tinha casado. A mulher, a gaúcha Aracy dos Santos Lima, ficara no Rio de Janeiro, terminando o curso de Medicina e dando tempo para que o marido acalmasse a fera.

“Ele casou”, rosnava Ribeiro Couto no ouvido de Vasco Mariz, na estação de trem de Belgrado, onde recebiam o novo secretário. Sem meias palavras, no primeiro encontro que teve a sós com o funcionário, avisou-lhe que ele só ficaria até dezembro, quando a mulher chegasse. “E fosse o que Deus e o chefão quisessem”, resignava-se Santos Lima, sem deixar de entabular longas conversas com Couto noite adentro e de devotar-se ao trabalho integralmente. Talentoso para língua estrangeira, como bom diplomata – falava inglês e francês muito bem – começou a estudar o servo-croata, mas, a conselho do chefe, desistiu de ter aulas com uma professora casada que vinha lhe ensinar no quarto do Hotel Majestic, onde o recém-chegado se instalara provisoriamente. Tudo isso eram informações que Couto mandava a Vasco Mariz, por carta, sem perder a chance de dar bronca carinhosa ao referir-se a Santos Lima: “[...] é o contrário de você: ouve-me”.

Couto chamava Santos Lima de “Doutorzinho”, quando tirava da boca o charuto cubano Ramon Allones para tomar um gole de uísque. “Taí um bom companheiro!”, diria ele a Vasco Mariz: “O Nestor vai muito bem. Muito jovem, aplicado, preocupado com questões sociais e problemas filosóficos”. Além disso, Santos Lima gostava de esportes. Atirava-se em longas caminhadas e, no verão, gostava de nadar, seduzindo as ninfas ribeirinhas – contava o chefe. Depois de instalado em seu apartamento, de saber dizer almoçar (*Rutcheram!*) e jantar (*Vetcheram!*) em servo-croata, de dominar a rotina do serviço e de amolecer o coração do chefe do serviço, chegava a hora de trazer a senhora Santos Lima para Belgrado. O marido foi esperá-la em Veneza, para dar continuidade à lua de mel interrompida no Brasil. Por que

Veneza, além de ser a cidade romântica dos recém-casados? Porque assim quis o chefe, que deu a eles a viagem de presente de casamento.

Não sabia ainda Ribeiro Couto, cujos quilos a mais nunca o impediram de rodopiar pelos salões balcânicos, que a Dra. Aracy também era boa dançarina, e que, com o marido, se juntaria a ele para tomarem, os três, aula de *kolo*, dança folclórica das mais populares daquela região, com coreografia em roda e movimentos concentrados da cintura para baixo. Nesses momentos, o “grandalhão de braços curtos”, como o descreve Santos Lima, exibia o talento de dançarino. Santos Lima ficaria em Belgrado até 1954, ano em que Couto finalmente conseguiria alugar a nova e boa casa da Rua Hilendarska, 9, que, em 1978, seria finalmente comprada pelo governo brasileiro para servir de sede definitiva da Embaixada do Brasil em Belgrado.

O sofrimento com o descolamento de retina continuava, mesmo depois de duas cirurgias. Em 1958 fez a terceira intervenção. Veio-lhe em seguida uma recompensa: recebeu o prêmio internacional de poesia *Les Amitiés Françaises*, conferido pela *Société des Poètes Français*, com unanimidade do júri. O prêmio chegou ao mesmo tempo da publicação de *Le Jour est Long*, seleção e tradução de *Dia longo* feita por ele mesmo.

Mas o maior prêmio que ganhou da vida, assim contou ele a Manuel Bandeira, aconteceu durante um recital de poesia estrangeira promovido pelos estudantes de medicina de Belgrado. O espetáculo realizou-se num clube aberto e começou com a poesia brasileira. O ponto alto da noite foi quando um recitador disse, emocionadíssimo, o “Pneumotórax”, de Bandeira. O poeta-embaixador, então com sessenta anos, escreveu em carta ao amigo, autor do poema, datada de 4 de abril de 1958: “Eu, seu Manuel, não tive vergonha, e chorei como um bezerro. Felizmente, a sala estava no escuro. Foi o maior dia dos meus onze anos de Belgrado. E fiquei para o resto da vida convencido do que sempre pensei: é pela arte que os países existem”.

Além do servo-croata, grande parte da vasta obra poética de Ribeiro Couto foi traduzida para o húngaro, o sueco, o italiano, o francês, e seu lugar na literatura brasileira como poeta é garantido, ainda que pouco lembrado. Graças ao trabalho insuperável de Vasco

Mariz, hoje se encontra nas livrarias a seleção de contos reunidos em *Maricota, baianinha e outras mulheres*, organizada e prefaciada pelo próprio Mariz, que prestou grande serviço à biografia do amigo ao editar, com Milton Teixeira, o livro *Ribeiro Couto: 30 anos de saudade*, coletânea de artigos de diplomatas, críticos e escritores, que traçam um perfil bem definido do amigo. “Tudo o que sei sobre diplomacia aprendi com Ribeiro Couto”, declarou-me Vasco Mariz, que me levou pela mão à Academia Brasileira de Letras em busca de financiamento para o meu trabalho de organização das cartas anotadas de Mário de Andrade e Ribeiro Couto, encomendado pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e desenvolvido graças a esse patrocínio, mas, infelizmente ainda não publicado. Não é comum ver-se tamanha devoção a um amigo como se viu nas atitudes de Vasco Mariz. Sentia-se nele uma missão natural em divulgar a obra de Ribeiro Couto, missão assumida com tenacidade, afeto e exemplo de amizade.

O último livro de poesia de Couto foi *Longe* (1961), composto também em Belgrado. A conquista da maior simplicidade em Ribeiro Couto significou a depuração do sentimentalismo do início da sua poesia. O tema da gratidão à vida é retomado no soneto “Dia longo”, incluído em *Longe* (1961), quando a ideia da partida, da aproximação do “claro instante” já se anuncia:

[...]

Recebo o entardecer como uma aurora,
Como a antecipação do claro instante
Em que enfim vou saber o que há lá fora:

Lá fora, além das vistas derradeiras,
Além da noite, além do céu distante
Onde as constelações guardam fronteiras.

A hora de voltar definitivamente para o Brasil tinha chegado. “Doutorzinho”, dissera ele a Santos Lima, “eu não posso deixar este país. Aqui estas árvores me conhecem. São anos de minha vida. Aqui

acabarei. Se sair, morrerei.” “O poeta fora profético”, concluiu o amigo em “Evocação de Ruy Ribeiro Couto” (1994, p. 85).

Aos 65 anos, aposentado por limite de idade, Ribeiro Couto deixara Belgrado e iniciara viagem de retorno ao Brasil, com parada no Hotel Lutetia, em Paris, para buscar Menina. Era um homem cego que enfrentava a doença com extraordinária coragem e profunda alegria de viver.

Dois meses antes de morrer, recebeu Gilberto Amado para um longo almoço, em Paris. A descrição que faz Amado no seu discurso de posse na ABL, ao suceder a Ribeiro Couto na Cadeira n. 26, na Academia Brasileira de Letras, é longa, mas vale a pena ler pelo menos este trecho:

A volúpia com que saboreava as viandas, os patês, os egrégios queijos de França, com que sorvia o bom bourgogne branco logo seguido de um grande bordeaux rouge, não lhe tolhia – ao contrário, propulsava-lhe o fluxo verbal. Vinham-lhe do fundo lírico frases e frases belas. Tendo-o praticado tantas vezes não me lembrava de o ter visto nem ouvido tão exuberante e tão festivo. Sua alma era uma manhã de Páscoa: todas as aleluias cantavam nela. [...] Sua *joie de vivre* extravasava no ambiente.⁹

Confirmação da alegria de viver de Ribeiro Couto está na quadrinha sobre a cigarra nos *Jeux de L'Apprenti Animalier* (1955), escrito e ilustrado por ele:

La cigale

*Le jour de mon adieu, cigale,
Viens chanter près de ma fenêtre,
Viens crier, faire du scandale,
Dire la joie de la joie d' être.*

9 Discurso de posse de Gilberto Amado na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/gilberto-amado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Internado no Hospital Lariboisière, ao sofrer um infarto, morreria dois dias depois, às 9h15 da manhã de 30 de maio de 1963. O corpo chegou ao Rio em 25 de junho. Está enterrado no cemitério São João Batista, no carneiro n. 5 do Mausoléu da Academia Brasileira de Letras.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Manuel. Itinerário de Pasárgada. In: _____. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1958, v. II.

_____. Epistolário. In: _____. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1958.

_____. Tempo do reis (Flauta de papel). In: _____. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar, 1958, v. II.

BEZERRA, Elvia. O penumbrismo. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XIII, n. 51, abr./maio/jun. 2007, p. 139-150. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/RB51%20-%20EDITORIAL.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: GOLDSTEIN, Norma. *Do penumbrismo ao modernismo: o primeiro Bandeira e outros poetas significativos*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

COUTO, Ribeiro. De menino doente a rei de Pasárgada. In: BEZERRA, Elvia (org.) *Três retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

_____. No pórtico da Academia. In: BEZERRA, Elvia (org.) *Três retratos de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

DISCURSO de posse de Gilberto Amado na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/gilberto-amado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 25 jul. 2025

ELLYSON, Fred. *Alfonso Reyes e o Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, p. 81-103.

FILHO, Rodrigo Octavio. *Simbolismo e penumbrismo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970, p. 72.

GRIECO, Donatello. O voto de Nossa Senhora da Guia. In: MARIZ, Vasco; TEIXEIRA, Milton (orgs.). *Ribeiro Couto: 30 anos de saudade*. Santos: Editora da UNICEB, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SANTOS LIMA, Nestor. Evocação de Ruy Ribeiro Couto. In: MARIZ, Vasco; TEIXEIRA, Milton. *Ribeiro Couto, 30 anos de saudade*. Santos: Editora da UNICEB, 1994, p. 72-85.

RIBEIRO Couto e o Homem Cordial. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano XI, n. 44, jul./ago./set. 2005, p. 123-130. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/media/prosa44c.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RIVAS, Pierre. *Encontro entre literaturas*: França, Portugal, Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

Biografias

Ribeiro Couto (1898-1963) nasceu em Santos (SP). Começou o curso de direito e a “vida de redator da meia-noite”, dizia ele, na capital paulista. Em 1918 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em bacharel e publicou seu primeiro livro de versos, *O jardim das confidências* (1921), a que se seguiram os contos de *A casa do gato cinzento* (1922). Uma tuberculose, que se manifestou no início de 1922, roubou-lhe os primeiros planos de fazer carreira no Itamaraty. As viagens planejadas mundo afora deram lugar a pequenos deslocamentos pelo interior de Minas Gerais, onde foi promotor de justiça até que, em 1928, curado, assumiu o cargo de auxiliar extranumerário em Marselha e, em 1932, em Paris, iniciou formalmente a *carrière*, como gostava de dizer. Sua obra de poeta e contista é vasta, além de ter se popularizado com o romance *Cabocla* (1931), duas vezes adaptado para novela de televisão. Ficou consagrado como talvez o mais legítimo representante do penumbrismo, período que se interpôs entre o simbolismo e o modernismo, além de

autor da expressão “homem cordial”, que Sérgio Buarque de Holanda dotaria de conceito sociológico com significado diferente. Eleito em 1934 para a Academia Brasileira de Letras, ocupou a Cadeira 26. Como diplomata, trabalhou fervorosamente pela divulgação da literatura brasileira e assumiu missões importantes no Itamaraty.

Elvia Bezerra (1947) nasceu em Mombaça (CE) e formou-se em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1968. Radicada no Rio de Janeiro desde 1972, publicou *A trinca do Curvelo: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira* (Topbooks, 1995), com o qual ganhou o Prêmio Nacional de Ensaio, conferido pelo PEN Clube do Brasil. A esse livro seguiu-se *Meu diário de Lya* (Topbooks, 2002), em que resgata a história da jornalista brasileira Lya Cavalcanti. De 1997 a 1999, trabalhou no Serviço de Pesquisa da *Enciclopédia Barsa* (Encyclopaedia Britannica do Brasil), na qual foi também redatora de verbetes. De 2009 a 2019, coordenou o Departamento de Literatura do Instituto Moreira Salles (IMS) do Rio de Janeiro, em cujo site publicou dezenas de artigos sobre itens do acervo e onde organizou edições como *Mandacaru*, livro de poemas inéditos de Rachel de Queiroz, dentre outras. No IMS foi responsável pela criação do site Correio IMS (correioims.com.br) e do Portal da Crônica Brasileira (cronicabrasileira.org.br). Tem publicado ensaios em revistas, entre as quais a *Revista Brasileira*, da ABL, instituição para a qual organizou edições, e *serrote*, do IMS.

Afonso Arinos e a renovação da política exterior brasileira

Rubens Ricupero



Afonso Arinos de Melo Franco desempenhou papel fundamental na coautoria da Política Externa Independente (PEI), marco da renovação e atualização do paradigma diplomático herdado do Barão do Rio Branco. Sua atuação principal se fez como Ministro das Relações Exteriores durante o frustrado mandato do presidente Jânio Quadros (31/01/1961 a 25/08/1961), cargo que voltou a exercer por breves dois meses sob o regime parlamentarista (12/07/1962 a 18/09/1962).

Também lhe coube pronunciar os discursos oficiais do Brasil na abertura das Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas em 22/09/1961 e 20/09/1962, que constituem, juntamente com o pronunciamento do ministro João Augusto de Araújo Castro em 19/09/1963 (o discurso dos três Ds – Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização), as exposições mais articuladas e abrangentes da PEI, em nítido contraste com as apresentações da política exterior brasileira antes (22/9/1960, governo Juscelino Kubitschek, ministro Horácio Lafer) e depois (03/12/1964, governo Castelo Branco, ministro Vasco Leitão da Cunha).

Nascido em Belo Horizonte em 27/11/1905, Afonso Arinos era um homem maduro de 55 anos quando se tornou Ministro das Relações Exteriores. Suas realizações intelectuais lhe tinham assegurado a vitória no primeiro escrutínio da eleição à Academia Brasileira de Letras, em janeiro de 1958, contra a candidatura de altíssima qualificação de Guimarães Rosa. A ele se devem duas das principais contribuições à

história da República na primeira metade do século XX: *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955) e *Rodrigues Alves; apogeu e declínio do presidencialismo* (1973). Antes dessas grandes obras, já havia escrito ensaios de valor que se leem até hoje com prazer como *O índio brasileiro e a Revolução Francesa; as origens brasileiras da teoria da bondade natural* (1937) e o *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* (1944).

Igualmente vasta e respeitável foi a obra que deixou em áreas especializadas como o direito constitucional, a teoria e história dos partidos políticos, a comparação analítica entre presidencialismo e parlamentarismo, o conceito de civilização brasileira, a crítica literária, o ensaio lírico-histórico de seu último livro, *Amor a Roma* (1982), que atestam a originalidade versátil de seus interesses culturais e intelectuais.

Como ponto culminante de uma vida inteira dedicada à literatura e à cultura legou-nos monumento excepcional da memorialística brasileira, os cinco volumes de suas recordações: *A alma do tempo* (1961); *A escalada* (1965); *Planalto* (1968); *Alto-mar maralto* (1976); *Diário de bolso*, seguido de *Retrato de noiva* (1979). Escolhi realçar aqui pelo título, data e tema somente uma amostra significativa, não exaustiva, dos livros e ensaios que escreveu.

Existência como essa de intenso trabalho intelectual de pesquisa e estudo poderia fazer supor que não lhe tivesse sobrado tempo para atuar como sujeito político na história de sua época. No entanto, o que surpreende e enche de admiração é que, em boa parte de sua vida adulta, as atividades intelectuais fizeram figura de parente pobre se comparadas à variedade e impacto da atuação concomitante de Afonso Arinos na agitada, por vezes dramática, até trágica, história brasileira dos anos decisivos entre o fim do Estado Novo (1945) e o golpe que implantou o regime militar no Brasil (1964).

Esteve, em 1943, entre os signatários do *Manifesto dos Mineiros* que exigia o fim do Estado Novo e o retorno à democracia, pagando o preço de perda da posição profissional que ocupava no Banco do Brasil. Em três legislaturas (1947 a 1958), foi deputado federal por Minas Gerais, líder da UDN, líder da oposição. Teve papel central na

crise que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, cuja renúncia pediu em 13 de agosto no “discurso que derrubou o governo” (1954). Embora tenha sido um dos fundadores da UDN, mantinha atitude de crítica irreverente ao que chamava “o partido das indecisões unânimes”. Sempre fez parte dos liberais mineiros clássicos da UDN, de notória inapetência pelo poder, em oposição aos radicais apaixonados do Rio de Janeiro congregados em torno de Carlos Lacerda.

Maior orador parlamentar da fase anterior ao golpe de 1964, homem mais da palavra que da ação, Arinos atuava sobretudo na tribuna parlamentar. Orgulhava-se da autoria da lei Afonso Arinos, que tornou crime o preconceito racial no Brasil (1951), iniciativa pioneira que precedeu em décadas tendência similar no resto do mundo. Moderado, refletido, liberal de consciência social, era pelo temperamento e ideias muito afastado de Lacerda. Apesar dessas diferenças, participou, ao lado deste, da campanha do famoso *Caminhão do Povo*, que resultou na sua eleição para o Senado pelo Rio de Janeiro (1958).

Não demorou, porém, para que as relações de ambos, sempre tumultuosas e com mais baixos que altos, se tornassem francamente conflitantes. Arinos não conseguia controlar Lacerda, nem impedir que o diretor de *A Tribuna de Imprensa* tomasse iniciativas irresponsáveis. No momento em que tais ações desencadeavam crises perigosas, seu autor exigia desesperadamente a ajuda do partido. O que levou Afonso Arinos a comentar: “Carlos ataca sozinho, mas se defende em grupo”.

A fim de melhor compreender as circunstâncias que marcaram a história brasileira dessa fase, é útil lembrar que, na raiz das divisões entre os principais atores políticos nacionais se encontrava a cisão e posterior conflito entre os herdeiros da Revolução de 1930. O motivo da ruptura residia no golpe de Getúlio Vargas e instauração da ditadura do Estado Novo (1937) que dividiu esses herdeiros em duas vertentes, alienando para sempre dos seguidores de Getúlio os elementos liberais partidários da Constituinte de 1934 e do breve período constitucional que se seguiu.

Esse interlúdio fugaz de legalidade não resistiu às tensões desestabilizadoras desencadeadas na vida pública nacional pela importação

dos conflitos ideológicos mundiais dos anos 1930, o fascismo por meio da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado e o comunismo estalinista expresso no Partido Comunista clandestino de Luís Carlos Prestes e na Aliança Nacional Libertadora. Espremidos em meio a dois polos extremos que tentaram tomar o poder nos movimentos armados de 1935 e 1937, os remanescentes liberais de 1930, dentre os quais Arinos, não tiveram força e influência suficientes para evitar que Getúlio utilizasse a ameaça dos extremos como pretexto para a implantação de sua ditadura pessoal.

A coerência da fidelidade de Afonso Arinos ao liberalismo político e à democracia representativa e centrista contrasta com as origens em tais movimentos extremos de alguns dos que viriam a desempenhar posições de lideranças depois da redemocratização de 1945, muitos, a maioria, vindos do integralismo (San Tiago Dantas, por exemplo), outros, em menor número, do comunismo, dentre os quais o exemplo mais paradoxal foi o de Lacerda. Batizado Carlos Frederico em homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels, militante comunista desde 1931, figura proeminente da Aliança Nacional Libertadora, iria se converter com o tempo no mais sistemático e intransigente inimigo do comunismo no Brasil.

O que turva a nitidez da oposição “democracia liberal versus ditadura estadonovista” e lhe acrescenta dimensões adicionais consistiu em fenômeno então incipiente, a gradual emergência na vida política nacional de um novo ator, as massas populares das cidades em expansão, os operários da indústria, os assalariados. Foi o mérito de Vargas haver intuído a importância crescente da tendência, atraindo-a à sua política por meio da legislação de proteção ao trabalho e aos salários. Desde então, passou a estar presente a dicotomia entre o getulismo – somatória de integração das massas com tendência ao autoritarismo antiliberal – de um lado, e opositores ao getulismo, do outro, vistos como advogados de uma democracia liberal formal, desprovida de sensibilidade e conteúdo sociais.

Exigências menores de interesses municipais e regionais complicaram o panorama, dando nascimento, na redemocratização de

1945/1946, a sistema partidário em que, ao lado da oposição liberal ao getulismo da UDN, se realinharam os conservadores agrários do interior, reunidos no PSD de antigos interventores estaduais e chefes locais e o trabalhismo das grandes cidades e dos sindicalistas do PTB, herança direta de Vargas. A frequente aliança PSD-PTB ganharia todas as eleições e governaria de 1946 a 1964, exceto no eclipse efêmero depois do suicídio de Getúlio e no ainda mais curto governo de Jânio Quadros, únicos momentos em que a UDN fez parte do poder como partido, sem posição de dominação.

A dimensão fatídica da luta internacional contra o comunismo completa esse quadro interno dentro do qual Arinos se moveu e atuou. Não se deve subestimar ou reduzir o papel fatal exercido pelo medo da subversão comunista na deformação da vida política, ao tornar impossível o jogo democrático normal entre nós. A paranoia irracional gerada pelo frustrado levante de 1935, agravada pelo desempenho surpreendente do recém-legalizado Partido Comunista nas eleições da redemocratização em dezembro de 1945, obrigaram o PCB a voltar à clandestinidade e conduziram à cassação dos mandatos dos comunistas eleitos (1946-1948).

A tentativa de Getúlio de se manter no poder por meio da mobilização das massas com ajuda dos influentes sindicatos comunistas no “queremismo” de 1945 fez brotar na oposição liberal a convicção de que Vargas e, mais tarde, seu herdeiro político João Goulart, não hesitariam em buscar a aliança dos comunistas na luta interna pelo poder. Inaugurou-se no “queremismo” um padrão de comportamento que se repetiria na crise terminal de 1953/1954.

Arinos estava convencido de que Getúlio não era homem de Estado nem de governo, mas, acima de tudo, homem de poder. Apeado do poder pessoal uma vez em 1945, ameaçado de novo em 1954, preferiu o suicídio à renúncia. Deixou a carta-testamento, marco fundador de nova e radical releitura da história brasileira. Nesse documento, submetia-se a própria Revolução de 1930 a uma reinterpretação inédita. Tomando o lugar das causas tradicionais do movimento revolucionário ligadas às distorções do sistema político-

-eleitoral da República Velha, a Revolução de 1930 passava a ser vista como luta contra “decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais”, alusão mal disfarçada a “norte-americanos”.

A prestigiosa chancela de Vargas a essa interpretação, vizinha à visão comunista de um sistema no qual a União Soviética se opunha à hegemonia dominante dos Estados Unidos, acrescentava um perigoso ingrediente internacional aos anteriores componentes das lutas brasileiras pelo poder, no momento em que a Guerra Fria se encontrava em pleno vigor. Tal pano de fundo ajuda a perceber por que a simples atualização de uma diplomacia com sinais óbvios de envelhecimento por meio da política externa de Jânio, em 1961, haveria de despertar tanta incompreensão, além de oposição veemente e irracional que finalmente engrossaria as torrentes desencadeadoras do golpe militar de 1964.

A participação de Afonso Arinos na coautoria e condução do que viria a ser chamada de Política Externa Independente constituiu praticamente a única experiência do velho parlamentar na ação direta no Executivo, o momento culminante de sua atividade política, sua “*finest hour*”. A vida inteira, o próprio nascimento, o tinham preparado para esse papel. Nunca chegou a integrar o quadro dos funcionários diplomáticos profissionais, mas dificilmente algum outro estaria tão intimamente integrado ao Itamaraty.

Irmão e pai de diplomatas, filho de Afrânio Melo Franco – embaixador junto à Sociedade das Nações em Genebra, primeiro ministro das Relações Exteriores depois da Revolução de 1930, com atuação destacada nos esforços de pacificação da Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia, da mesma forma que no conflito de Letícia entre Peru e Colômbia – colaborou de perto com o pai em muitos desses encargos. Poderia dizer como o Barão do Rio Branco na resposta ao convite de Rodrigues Alves, que tinha aprendido a amar o Ministério das Relações Exteriores desde menino e que, durante anos, o tinha visto funcionar, por assim dizer, na casa de seu pai.

Natural, portanto, que, com tais credenciais, haja sido convidado pelo candidato presidencial Jânio Quadros a acompanhá-lo como assessor principal na visita a Cuba, atendendo a convite de Fidel Castro, recusado pelo seu adversário, o ministro da Guerra do governo JK, general Lott. Durante a visita, nos primeiros dias de abril de 1960, antes até do início da campanha eleitoral, ocorreu episódio relatado nas memórias por Arinos que já indicava sua escolha como chanceler do futuro governo. Após jantar oferecido à comitiva pelo presidente cubano Osvaldo Dorticós, no curso de uma reunião seleta entre o anfitrião, o candidato visitante e poucos assessores, Jânio, indagado sobre sua posição em relação à situação internacional, preferiu passar a Afonso Arinos a incumbência de expor suas ideias, sem que antes o tivesse prevenido a respeito.

Com base em suas próprias convicções e no que conhecia das do candidato, a exposição feita por Arinos lhe conquistou a escolha como ministro. Há nesse episódio outro aspecto revelador: o da natureza da estreita relação de simbiose que se estabeleceria na criação e execução da política externa entre o presidente Jânio Quadros e o ministro Afonso Arinos. Na atmosfera provinciana e atrasada da vida política brasileira, o realinhamento diplomático representou iniciativa audaciosa que só poderia provir de político com mandato eleitoral inequívoco para sustentá-la contra as resistências tenazes que despertaria. O impulso criador da política independente partiu assim, como não podia deixar de ser, de Jânio, candidato vitorioso com ampla maioria, obedecendo às intenções e ao programa já anunciados em linhas gerais na campanha.

Correspondeu, no entanto, a Arinos, da mesma forma que no episódio em Havana, o papel de intérprete, de formulador, de executor, da pessoa que a desdobraria em suas implicações, a clarificaria e a “venderia” ao mundo político e à opinião pública por meio da construção e articulação de sua justificativa intelectual. Fértil inventor de frases, uma delas dá bem a medida do mérito e das limitações do presidente na diplomacia. “Jânio”, dizia ele, “acerta no atacado e erra no varejo”. Assim era de fato. As intuições sobre as mudanças internacionais, a importância da emergência das novas lideranças

de Nehru, Nasser, Tito, dos países recém-independentes, a estreiteza da camisa-de-força da Guerra Fria, tudo isso pertencia a Jânio. Nem Arinos, nem nenhum outro político, teria tido a audácia de extrair as consequências de tais fenômenos a fim de imprimir conteúdo novo ao indispensável realinhamento da política externa.

Faltavam, todavia, ao presidente, as qualidades de cultura, conhecimento do mundo, experiência diplomática que sobravam ao chanceler. Estabeleceu-se, desse modo, perfeita sintonia e complementaridade entre os dois. Salvo em incidentes como a condecoração de Guevara, quando a precipitação impediu que o ministro pudesse evitar o erro.

Pode parecer surpreendente, ao dar balanço nos menos de sete meses de política exterior janista, que ela tenha sido capaz de provocar repulsa tão apaixonada nos meios conservadores e anticomunistas. Afinal, nem houve tempo para consolidar realizações concretas de real importância, que muitas vezes haviam sido apenas esboçadas. Só que, naquele momento não se precisava de muito para atizar o debate político. Sobravam para isso o estilo cáustico, a inspiração ambígua e a intenção de aparente provocação de certas iniciativas de impacto imediato.

A originalidade de Quadros foi de haver percebido que o desejo de uma diplomacia inovadora e avançada lhe possibilitava conquistar a adesão da juventude, de intelectuais, de elementos progressistas, inclusive nos sindicatos. Esses setores poderiam fornecer o suplemento de votos que sempre faltara à UDN para vencer a coalizão PSD-PTB, vitoriosa em todos os pleitos desde a redemocratização.

O jogo exigia equilíbrio delicado, uma vez que o contingente principal teria de vir da maior força organizada da oposição ao legado varguista, a UDN conservadora, em princípio refratária a uma política externa afastada do padrão anticomunista da Guerra Fria. Definiam-se assim os parâmetros estreitos de uma aliança de conveniência entre contrários, o que importava a ambiguidade e a incoerência como seus componentes intrínsecos e permanentes. A oportunidade da coligação

somente surgira dessa vez por causa da rigidez doutrinária do general Lott, que alienara os setores dotados de visão de mundo progressista.

Já durante a campanha, a visita de Jânio a Cuba tinha ocasionado enormes dificuldades junto aos elementos à direita da coligação janista. Quem servira então de fiador a Quadros foi seu acompanhante na viagem e futuro chanceler, Afonso Arinos. É provável que uma das razões da escolha, além das já indicadas acima, se encontre na mesma intenção de apaziguar os inquietos e desconfiados com a política externa que se manifestara na viagem a Cuba.

Passada a eleição, o antagonismo recrudesceria a cada nova iniciativa de cunho frequentemente provocador tomada pelo presidente no âmbito internacional. O tipo de medida de impacto que lhe servira bem durante a campanha tornava-se contraproducente quando o desafio passava a ser o de conservar o poder ante a oposição parlamentar PSD-PTB e a erosão da popularidade produzida pela política econômica. A tarefa requeria talento conciliador nas antípodas da personalidade conflitiva de Jânio, que se reflete num de seus adágios prediletos: “o povo ama os governos ásperos”.

O presidente se equilibrava em posição precária. Não dispunha de maioria parlamentar. O partido que o ajudara a ganhar a eleição não se sentia participante do poder e olhava com desconfiança e mal-estar as medidas espetaculares ou excêntricas visando a manter o apoio da população. Mais que no segundo governo Vargas, a estreiteza da base de sustentação tornava arriscada qualquer audácia de política. Getúlio ousou pouco ou nada em política externa, reservando a audácia para a política social e trabalhista. Quadros, prisioneiro de política econômico-social conservadora, dirigiu a ousadia para a área externa.

O apoio que com isso angariou ficou longe do que perdeu junto a militares anticomunistas, a Carlos Lacerda, à maioria da UDN, quase todos os grandes jornais, apesar dos esforços de Afonso Arinos. Jamais conseguiu viabilizar aliança de sustentação que lhe permitisse avançar. No fundo, seu projeto de poder mostrou-se desde o início inexecutável. A intuição da inviabilidade do projeto e do inelutável fracasso, somada ao desgaste psicológico de personalidade de agudo

desequilíbrio emocional, explicam a renúncia melhor do que as inconvincentes teorias conspiratórias do golpe ditatorial.

Existiram na Política Externa Independente inconsistências em relação a temas como o colonialismo português que embaçam a clareza de percepção da linha diretriz das mudanças diplomáticas. Resultavam da frágil equação de poder, o mesmo problema que obrigou a adotar uma abordagem gradualista na preparação tanto do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética quanto do reconhecimento da China Popular. Destinadas a serem duas das maiores realizações da política externa, ambas se encontravam em fase incipiente de execução, mas tiveram de ficar para ser implementadas somente um pouco mais tarde sob o governo parlamentar e a gestão do ministro San Tiago Dantas.

Houve nesses dois processos graduais uma sábia dosagem de medidas de importância crescente: a anulação do status diplomático dos representantes da Lituânia e Letônia, as missões comerciais de João Dantas ao Leste europeu e do embaixador Paulo Leão de Moura a Moscou, o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países comunistas do Leste da Europa, a recepção de missão de alto nível da URSS. Jânio já determinara a preparação efetiva do reatamento com a União Soviética quando renunciou, deixando ao sucessor completar a tarefa. Algo parecido e mais paulatino ocorreu com a China: voto pela inclusão do tema do reconhecimento de Pequim na agenda da ONU, envio de missão chefiada pelo vice João Goulart à China, aceitação da vinda de representantes comerciais chineses ao Brasil.

Na fase imediatamente anterior à atuação da dupla Quadros-Arinos, Juscelino se havia mantido fiel, nas questões da Guerra Fria, ao alinhamento com o que chamou respeitosamente de Causa Ocidental (com maiúsculas) até no discurso de despedidas na véspera de transmissão de mando. Onde Kubitschek ousou inovar em diplomacia foi no domínio da Operação Pan-Americana, sem qualquer conotação ideológica. Tentativa de renovar o caquético panamericanismo injetando-lhe conteúdo de desenvolvimento, a iniciativa não se

afastava do quadro de colaboração com os EUA, no interior de uma atuação basicamente hemisférica. Jânio intuiu que essa abordagem finalmente chegara a um impasse e passou a olhar além do horizonte da política interamericana.

Desse modo, desde o princípio, o espírito da diplomacia de Quadros destoou da índole da diplomacia juscelinista. Em contraste com a ênfase quase única na Operação Pan-Americana, Jânio abandonou a OPA à própria sorte. A diplomacia de Juscelino constituiu a mais alta expressão e, ao mesmo tempo, a prova do esgotamento do sonho de um sistema interamericano promotor de paz e prosperidade sob a benevolente liderança dos EUA. A falta de receptividade do governo de Eisenhower enterrou a ideia. O próprio JK manifestou em termos contundentes a decepção que os dirigentes brasileiros acumulavam desde o fim da guerra: “temos fortes razões para estranhar sua desatenção (dos EUA) e as demonstrações repetidas de incompreensão de sua parte às justas reivindicações do resto do Continente” (discurso de 31/12/1960).

Coubera a Juscelino o infortúnio de lidar com governos republicanos indiferentes. Seu sucessor coincidiu no tempo com a brilhante constelação liberal de Kennedy, a equipe mais progressista e bem disposta para com a América Latina desde a política de Boa Vizinhança. O caminho do diálogo e entendimento deveria ter sido logicamente mais factível para o governo brasileiro, inclusive graças às demonstrações de boa vontade americana no reescalonamento da dívida. Não foi, entretanto, o que aconteceu.

É forçoso reconhecer que em muitos dos desencontros a iniciativa partiu do mandatário brasileiro, que reservava de preferência aos ianques o tratamento áspero e ríspido que o deleitava. O ex-embaixador Adolf Berle, emissário de Kennedy sumariamente desatendido na tentativa de obter apoio janista na questão cubana, interpretou a independência de Quadros como sinônimo da capacidade de agir contra os interesses dos EUA. Exagero e ressentimento à parte, a observação de certa forma procede. Independência é sempre em relação a alguém ou alguma coisa. Naquela conjuntura, a independência diplomática

assumia para o Brasil a forma de recusar sustentar Washington contra o desafio de Fidel Castro.

A novidade era inédita: nunca antes um governo brasileiro havia adotado semelhante atitude esquiva em questão de tamanha carga ideológica anticomunista. Cuba permaneceria por muito tempo o ponto de referência mais sensível para definir a diplomacia de qualquer país da América Latina em relação à segurança estratégica e aos Estados Unidos. Em concreto, Jânio se guardou bem de adotar política amistosa para o regime castrista comparável a certas ações do México. Transparecia, no entanto, em seu comportamento parcialidade inconfundível em favor de Havana.

Com efeito, um dos aspectos principais da diplomacia de Jânio consistiu na redefinição radical da relação do Brasil com os Estados Unidos. Teve razão por isso Adolf Berle ao intuir que a independência diplomática brasileira se traduzia naquele momento pela oposição ativa ou passiva aos interesses de Washington concentrados basicamente na questão cubana. A reticência ou a crítica tomavam o lugar dos esforços amistosos e conciliatórios de JK. A diplomacia de Jânio deixou de ver o sistema interamericano como horizonte exclusivo e incontornável da sua presença no mundo.

Sentia-se atraída pelos continentes e regiões que começavam a alcançar a independência. Despachou missões à África, começou a criar embaixadas e consulados no continente africano, adotou na crise do Congo posição autônoma e divergente da ocidental. Afonso Arinos desempenhou papel central nesse primeiro esforço de aproximação com a África, tendo sido o primeiro ministro das Relações Exteriores do Brasil a visitar o continente africano.

Talvez ainda mais forte foi o interesse que despertou em Jânio o esforço de Nehru, Tito, Nasser, Sukarno, de organizarem um terceiro sistema, nem soviético nem ocidental, cobrindo a Ásia, a África, a Iugoslávia comunista e independente de Moscou. Adivinhava-se que o mandatário brasileiro gostaria de se imaginar como o vértice latino-americano dessa nova configuração em progresso na ordem internacional, em posição de igualdade ao lado desses grandes líderes.

Havia sido recebido por Nasser em uma de suas viagens e convidou todos a visitar o Brasil, só tendo tido tempo de receber Sukarno.

Segundo algumas opiniões, mais do que pelos não alinhados, a política exterior janista encontraria sua inspiração no nacionalismo do general Charles de Gaulle. Este, sem jamais romper com a aliança atlântica, não perdia oportunidade de autoafirmar a independência decisória em relação à potência hegemônica (os EUA). Arinos relata em suas memórias que, no início do relacionamento com Jânio Quadros na visita a Cuba, chegou a sugerir ao candidato que estudasse de perto as posições de Charles de Gaulle com a provável intenção de canalizar para esse modelo a atração janista pelos não alinhados, na época chamados por vezes de neutralistas.

Sem negar a influência do exemplo gaullista e a real impossibilidade de uma posição neutralista no Brasil daquela época, tenho a impressão de que a complexidade da situação requer alguma qualificação. O que atraía Jânio e muitos brasileiros, inclusive diplomatas profissionais inconformados com o imobilismo da diplomacia oficial, não era o aspecto “neutralista”, a atitude de julgar o ocidente democrático e a coalizão comunista como equivalentes em matéria de valores e aspirações. Se a questão se visse reduzida a tal aspecto, não tenho dúvidas de que a maioria não hesitaria em recusar a equiparação por convicção ou por reconhecimento das limitações estratégicas oriundas do sistema interamericano.

O atrativo de uma terceira posição residia no desejo de superar o mundo bipolar e na recusa de aceitar a lógica do critério ideológico que impunha o alinhamento a um dos dois campos opostos. O prevalecimento desse critério relegara sempre nossas necessidades de desenvolvimento econômico e social a uma posição secundária na classificação das prioridades. Aspirava-se, portanto, a uma ordem internacional diferente, na qual nossas aspirações por financiamento, comércio, tecnologia, os componentes do que viria a se chamar de agenda norte-sul, recebessem atenção ao menos comparável à agenda estratégico-militar leste-oeste, nem sempre de relevância tão evidente para países afastados como o nosso das zonas diretas de confrontação.

O fundamental da inovação introduzida no governo Jânio Quadros consistiu nessa afinidade maior ou menor com aqueles poucos países que, de modo tateante, buscavam como nós ordem internacional sensível a uma agenda mais próxima de seus desafios econômicos e sociais, abrindo-lhes, ao mesmo tempo, um espaço de afirmação política. Diferia da visão de Juscelino por abandonar a esperança de persuadir os americanos de que a agenda do desenvolvimento substituiria o combate ao comunismo, inclusive na versão cubana, tornando-o supérfluo. Ao recusar julgar todos os problemas internacionais, mesmo os de libertação nacional contra o colonialismo, pelo prisma ideológico da Guerra Fria, tendia a entrar em rota de colisão com os interesses dos EUA e de potências coloniais.

Além da obstinada rejeição pelos inúmeros e influentes setores da sociedade brasileira prisioneiros dos preconceitos e interesses ideológicos, havia um complicador adicional que acabou por se revelar fatídico. Como o presidente Jânio Quadros não dispunha de base de poder para adotar a política externa clara e desassombrada de sua inclinação pessoal, era forte a tentação de apelar para o domínio do simbólico, do gestual, menos tangível, de consequências menos graves em termos práticos. Ao menos seria esse o cálculo, esquecendo que os símbolos transmitem às vezes carga emotiva mais potente que as políticas substantivas.

Um desses gestos simbólicos forneceu justamente a fagulha que desencadeou a crise final: a condecoração de Guevara, na escala que fez em Brasília, ao voltar da reunião da Aliança para o Progresso em Punta del Este. Jânio gostava de repetir provérbio do pantanal mato-grossense: “Não se deve chuchar onça com vara curta!”. Pelo visto, não lembrou o sábio conselho ao chocar a opinião pública com iniciativa recebida por muitos como intolerável provocação. Num dos livros do ciclo de memórias, Arinos se refere ao episódio que, segundo notícias que lhe teriam chegado depois do golpe de 1964, quase havia determinado a cassação de seu mandato como senador. Afirma:

Não vi sequer Ernesto Guevara quando ele [...] passou algumas horas em Brasília. E não o vi pela simples razão de que me encontrava, nesse dia, no Rio. Não fui, também,

cientificado da honraria que lhe foi concedida, só tendo dela conhecimento [...] quando cheguei a Brasília, depois da partida de Guevara. (Arinos, 2018, p. 1207).

Os antecedentes acrescentados pelo então ministro explicam o contexto da homenagem. A pedido do Núncio Apostólico, Jânio entregara a Guevara carta na qual intercedia para que cessassem as perseguições, inclusive prisões, contra bispos e membros da Igreja em Cuba. O visitante não só se prontificara a levar a carta, mas manifestara simpatia pelo pedido. Pode ser que não bastasse para justificar a homenagem; contudo, não deixa de ser compreensível que se desejasse por essa maneira facilitar o êxito da gestão.

Tenho até aqui redigido este trabalho em caráter impessoal, mas este é um dos episódios em que não posso abrir mão de um testemunho pessoal. Desde 10 de março de 1961, eu me encontrava em Brasília como voluntário entre os quatro ou cinco diplomatas que haviam sido lotados na subchefia do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, estabelecida para poder atender mais prontamente às solicitações do presidente. Estive assim presente à maioria dos eventos que marcaram a evolução conturbada da política brasileira de então, ligados ou não à diplomacia. Entre eles, a condecoração de Ernesto Guevara no Palácio do Planalto, à qual compareci porque deveria, logo em seguida, acompanhar, como fiz, o ministro cubano à residência do então prefeito de Brasília, deputado Paulo Tarso Santos, onde foi homenageado com um almoço. Recordo bem desses poucos momentos em companhia de Guevara, cuja afabilidade e caráter reservado me impressionaram favoravelmente.

A cerimônia ocorreu no dia 19 de agosto; corriam rumores de que, na véspera, elementos do batalhão da guarda presidencial haviam ameaçado não oferecer honras militares ao guerrilheiro, do que teriam sido demovidos com dificuldades por alguns oficiais. Seja ou não verdade, uma semana depois, a excitação despertada pela condecoração atingia ao paroxismo. No aniversário do suicídio de Vargas (24/08/1961), Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara, voltava a acionar cadeia nacional de rádio e TV para denunciar que Jânio tramava golpe de Estado ao qual teria sido convidado a aderir pelo ministro da Justiça. O Congresso se declarava

em sessão permanente; no dia seguinte, 25 de agosto, logo depois da solenidade do Dia de Caxias, o país recebia atônito a notícia da renúncia inexplicável e inexplicada do presidente.

Na gravíssima crise que se seguiu, pouco ou nada sobrou do esforço de saneamento econômico e das medidas de política interna do truncado governo. Paradoxalmente, a política externa, causa imediata do desenlace, não somente sobreviveu ao abalo, até floresceu como o ponto alto nos dois anos e meio de agonia anteriores ao golpe militar. Esse simples fato basta para demonstrar que, despida das provocações desnecessárias de seu fundador, ela correspondia a uma necessidade histórica amplamente sentida por setores majoritários da sociedade.

Enquanto prevaleceu no mundo a lógica da Guerra Fria e na política interna brasileira a do temor da subversão comunista, essa evolução enfrentou incompreensão agravada às vezes por provocações gratuitas, ambiguidades e contradições como as de Jânio. Ao refletir sobre a experiência que viveu como o ministro responsável pela Política Externa Independente, Afonso Arinos reconhece que, além da ausência de preparação adequada e de meios eficazes de execução, o insucesso se deveu também a excessos publicitários que o presidente lhe imprimiu, sobretudo em relação ao que descreve como “um aparente, impossível e desnecessário antagonismo para com os Estados Unidos” (Arinos, 2018, p. 1253).

Como é recorrente a dificuldade de encontrar o desejável equilíbrio nas relações com os Estados Unidos, vale a pena continuar a dar a palavra ao ministro Afonso Arinos ao observar que a “preocupação de antagonizar emotivamente os Estados Unidos [...] é tão prejudicial quanto a linha de submissão demissionária que tanto enodou a imagem externa do Brasil depois da revolução de 1964 [...] o melhor é que as relações recíprocas se estabeleçam na base de entendimentos francos mas de decisões autônomas – na medida em que, hoje, a política internacional permite a autonomia das decisões” (*Ibid.*, p. 1253).

Apesar de admitir os danos oriundos dos preconceitos e limitações do presidente, o ex-chanceler aponta em Jânio Quadros “um presidente de incontestável intuição no campo das relações internacionais.” Essa intuição foi posta a serviço de ativo interesse, quase ficaríamos

tentados a dizer ativismo, na iniciativa incessante, refletida nos mais de quatrocentos memorandos (“bilhetes” na linguagem da época) dirigidos ao Ministro das Relações Exteriores, em média superior a dois por dia, versando sobre todos os assuntos, desde os importantes e secretos aos de natureza pessoal, “poucos, e sempre honrosos para o presidente” (*Ibid.*, p. 1253).

Com invejável serenidade, Arinos reconhece ao redigir as memórias, “que seria impossível fazer aceitar, de chofre, a renovação desejada na política externa, a grupos sociais despreparados para compreendê-la [...]. A transição era muito brusca, de Juscelino a Jânio; de Lafer a mim, não houve preparação, nem mesmo esclarecimento suficiente” (*Ibid.*, p. 1175). Não obstante, reafirma que, purificada de certas roupagens demagógicas, a política externa renovada marcou a consciência da maioridade internacional do Brasil.

Injustamente marginalizado pelo golpe de 1964, Arinos comentou ironicamente que as frequentes constituições brasileiras da época estavam virando uma publicação periódica da qual se poderia tomar assinatura... Sobreviveu ao regime militar e viu-se nomeado pelo presidente José Sarney presidente da comissão encarregada de elaborar anteprojeto para a constituição democrática. Em 1986, o velho batalhador parlamentar elegeu-se aos 81 anos senador, tomando parte como o constituinte mais idoso nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1988. Faleceu em 27/08/1990, ainda no exercício do mandato de senador.

Transcorridos 64 anos do período da Política Externa Independente, devo ser o único sobrevivente da equipe de auxiliares diretos do gabinete que trabalhou com o ministro Afonso Arinos de Melo Franco nas suas duas gestões à frente do Ministério das Relações Exteriores. Nosso pequeno núcleo diplomático de Brasília funcionava na metade do segundo andar que nos havia sido emprestado pelo Ministério da Saúde. A rigor, o verdadeiro gabinete do ministro, o que havia sido pessoalmente escolhido por ele, era o que havia ficado no Rio de Janeiro. Nós de Brasília éramos voluntários na nova capital, aqueles com os quais o ministro teria de contar por sermos os únicos disponíveis.

Encarregado das relações com o Congresso, logo me tornei próximo de Arinos porque tive de acompanhar o ministro em seus comparecimentos às reuniões para as quais era convocado. Recebido de início com hostilidade devido ao anticomunismo primário predominante na época, invariavelmente seu brilho como um dos maiores oradores parlamentares da história republicana transformava os debates em momentos inesquecíveis consagrados por ovações quase unânimes. Em razão da linhagem espiritual de que descendia, a cultural de seu tio e homônimo autor de *Pelo Sertão*, a política do pai Afrânio, Afonso Arinos foi chamado de “o último patrício” por José Guilherme Merquior.

Afastada qualquer conotação de esnobismo elitista, a expressão capta de fato com precisão uma personalidade na qual é impossível isolar, separar ou hierarquizar a dimensão de escritor genuíno apaixonado pela literatura e a história da vertente do político combativo de invariável fidelidade à democracia liberal e aos direitos humanos. Até o fim, meu velho primeiro chefe fez questão de praticar ambas as vocações sem perder a energia e o entusiasmo. Nem mesmo quando o advento do retrocesso obscurantista do regime militar parecia ter destruído para sempre seu maior legado, o da renovação e *aggiornamento* da política exterior brasileira.

Felizmente, esse aparente fracasso revelou-se de curta duração. Após alguns poucos anos, ainda sob a vigência do regime militar, os princípios que a haviam inspirado voltaram a se afirmar a partir do governo do general Geisel com o ministro Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Com o retorno da democracia em 1985 e depois de superada a lamentável recaída do governo Bolsonaro, esses mesmos princípios, atualizados às condições novas, se converteriam no novo paradigma diplomático vigente até hoje.

Afonso Arinos de Melo Franco teve assim a satisfação de ver consagrados em vida os valores e princípios pelos quais havia combatido, tanto em relação à política externa quanto à democracia, aos direitos humanos e às garantias individuais. A história só não lhe concedeu a alegria de assistir à adoção do sistema parlamentar de governo que considerava a indispensável culminação do esforço de aprimoramento das instituições políticas brasileiras.

Referência bibliográfica

ARINOS, Afonso. Planalto. In: *A alma do tempo* (memórias). Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

Biografias

Afonso Arinos, nascido em Belo Horizonte (27/11/1905), viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde faleceu (27/08/1990). Filho de Afrânio de Melo Franco, primeiro Ministro das Relações Exteriores após a Revolução de 1930, colaborou com o pai em missões diplomáticas. Signatário do “Manifesto dos Mineiros” (1943), foi deputado federal por Minas Gerais de 1947 a 1958, tendo sido líder da UDN e da Oposição, autor da Lei Afonso Arinos considerando crime o preconceito racial (1951). Em paralelo à carreira política, desenvolveu intensa atividade cultural, tendo escrito obras como *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955) e *Rodrigues Alves; apogeu e declínio do presidencialismo* (1973), o ciclo de memória *A alma do tempo* e outros livros de valor. Eleito para a ABL e senador pelo antigo DF (1958), tornou-se Ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros (1961), cabendo-lhe a coautoria da Política Externa Independente, marco da renovação da diplomacia brasileira. Ocupou de novo o MRE no governo parlamentar. Voltou a se eleger senador em 1986, com 81 anos e participou como o mais idoso dos constituintes da elaboração da Constituição de 1988. Faleceu no exercício do mandato.

Rubens Ricupero, nascido em São Paulo (01/03/1937), é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP, foi diplomata de carreira, aposentando-se após ocupar a chefia das embaixadas do Brasil em Genebra, Washington e Roma. Exerceu os cargos de Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, bem como de Ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), ocasião em que lhe coube a preparação e lançamento do Real em 1º de julho de 1994. Entre 1995 e 2004, dirigiu como Secretário-Geral a UNCTAD – Conferência das Nações Unidas

sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra. No mesmo período, foi Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi Diretor da Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, professor do Instituto Rio Branco e da Universidade de Brasília. Autor de vários livros e ensaios, suas obras mais recentes são *A diplomacia na construção do Brasil*, 2017, Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, da Academia Brasileira de Letras em 2018 e *Memórias*, 2024.

Guimarães Rosa: Fronteiras

Heloisa Vilhena de Araujo



Queria libertar o homem deste peso, devolver-lhe a vida em sua forma original. Legítima literatura deve ser vida. Não há nada mais terrível que uma literatura de papel, pois acredito que a literatura só pode nascer da vida, que ela tem de ser a voz daquilo que eu chamo “compromisso do coração”. A literatura tem de ser vida! O escritor deve ser o que ele escreve (Coutinho, 1983, p. 84).

Foi alguma coisa assim, mas havia também algo diferente: um diplomata é um sonhador e por isso pode exercer bem essa profissão. O diplomata acredita que pode remediar o que os políticos arruinaram. Por isso agi daquela forma e não de outra. E também por isso mesmo gosto muito de ser diplomata. [...] Sou escritor e penso em eternidades. O político pensa apenas em minutos. Eu penso na ressurreição do homem (Coutinho, 1983, p. 77).

I

Guimarães Rosa, na entrevista concedida a Günter Lorenz, em 1965 (Coutinho, 1983, p. 63-97), diz querer, com sua obra e seu trabalho, “libertar o homem deste peso e devolver-lhe a vida em sua forma original”. Quer, no fundo, reparar os efeitos do pecado original, que retirou o homem do Paraíso e o lançou no mundo do tempo e do espaço. Quer redimi-lo.

Este pecado foi aquele da desobediência de Adão à ordem de Deus de não comer o fruto da árvore da ciência do bem e do mal:

“Deu-lhe este preceito: ‘Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; mas não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, porque no dia em que dele comeres, morrerás indubitavelmente’” (*Gênesis*, II, p. 16-17).

Ao pecar, Adão conheceu o bem e o mal. Os efeitos do seu pecado são, na verdade, aqueles que nos fazem sermos homens racionais e mortais, que temos ciência – conhecimento – dos contrários, isto é, cuja razão está presa entre os conceitos reflexivos, mencionados por Kant no seu *Crítica da Razão Pura* (Kant, 1968, p. 232-233): interior/ exterior; identidade/ diferença; conveniente/ inconveniente; matéria/ forma. Nossa razão está, assim, presa nos contrários: passado/ futuro; vida/ morte; bem/ mal; eu/ tu. Na verdade, identificamos o passado enquanto passado somente se o relacionamos a seu contrário, o futuro. Da mesma maneira, identificamos a vida, enquanto vida, somente se a relacionamos à morte. Estamos presos no *tempo* (identidade e diferença) e no *espaço* (interior e exterior).

Fica claro, pois, de acordo com Kant, que estes conceitos reflexivos, fundamento da razão humana, trazem em si tanto a *intuição* (formas do tempo e do espaço), quanto o *entendimento* (síntese entre contrários). São, portanto, o núcleo, ainda unido, de onde sairão e se desenvolverão separadamente a *sensibilidade* e o *pensamento*. Com estes conceitos, estamos na origem da razão humana tal como a conhecemos, caída no tempo e no espaço. Esta é uma origem *ambígua*, pois é, ao mesmo tempo, intuição e entendimento, ainda não desenvolvidos e separados. Como diz Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas* (Guimarães Rosa, 1970, p. 16): “Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar”. Riobaldo fala a partir desta origem ambígua do bem e do mal. Estes não existiam separadamente antes do pecado original.

Com efeito, Don Quixote já descrevera a Idade de Ouro – figuração do Paraíso – como idade em que não havia separação entre os opostos: entre o *meu* e o *teu*.

– Feliz idade e séculos felizes aqueles aos quais os antigos deram o nome de dourados; e não porque, neles, o

ouro, que em nossa idade do ferro tanto se apreciava, se conseguisse sem esforço algum, mas porque, então, aqueles que nela viviam ignoravam estas palavras de *teu e meu* (Cervantes, I, p. xi).

Nestas circunstâncias, teria sido necessário o pecado original para que, de animais como os outros, nos tornássemos animais racionais, dotados da ciência dos conceitos reflexivos. Teria sido necessário que ficassemos presos, limitados, por estes conceitos. Os conceitos reflexivos foram tratados, como vimos, por Kant, na *Crítica da Razão Pura*, quando indica a sua ambiguidade – conceitos, formadores da nossa subjetividade, isto é, de nosso “estado de espírito”: “A reflexão (*reflectio*) não se ocupa dos objetos para adquirir deles diretamente os conceitos, mas é o estado de espírito, em que nos preparamos, ao início, para descobrir as condições subjetivas que nos permitem chegar aos conceitos” (Kant, 1968, p. 232).

Olhamos o mundo, portanto, por meio dos conceitos reflexivos e, assim, determinamos as identidades e diferenças: interior e exterior, por exemplo. A Encarnação, pois, teria sido necessária para libertar-nos desta prisão da razão, para nos redimir, para devolver-nos a vida em sua forma original.

Mas no Paraíso – ou na Arcadia –, segundo Kant, ao falar da “sociabilidade a-social” dos homens, no seu texto *Idea for a Universal History with a Cosmopolitan Purpose* Kant, 1991, p. 45), seríamos como carneiros:

Sem estas qualidades a-sociais (longe de ser admiráveis em si mesmas), que introduzem a resistência, inevitavelmente encontrada por cada um quando promove suas pretensões egoístas, o homem teria uma existência pastoral, arcadiana, de concordância perfeita, autossuficiência e amor recíproco. Mas, todos os talentos humanos ficariam escondidos para sempre, num estado adormecido, e os homens, tão dóceis quanto os carneiros que criavam, não dariam a sua existência mais valor do que aquele dos seus animais.

Com o pecado, introduz-se a “sociabilidade a-social” – ou seja, como se disse, os conceitos reflexivos em sua ambiguidade: social/não social, origem dos conflitos e das guerras, mas também origem do conhecimento e do progresso.

A libertação desta prisão, entretanto, não é uma simples e pura volta ao estado anterior. A libertação terá, agora, que levar em conta o pecado, recolhê-lo para elevá-lo a outro estado. Para redimi-lo. Este novo estado não é mais o estado inicial, mas algo que já passou pela prisão dos conceitos reflexivos: é uma passagem da prisão para a liberdade. “Queria libertar o homem deste peso, devolver-lhe a vida em sua forma original”.

A passagem está entre um e outro e os recolhe em si. A liberdade atingida é, pois, diferente da liberdade inicial. E, ao mesmo tempo, são a mesma – isto é, as duas articuladas. Não é mais a identidade indiferenciada do Paraíso, mas *a identidade de diferentes* – dos conceitos reflexivos, que são tomados sempre em par –, articulados no *Mesmo*. O Mesmo é o limite que os separa e os une ao mesmo tempo: os une porque, como se disse, não poderíamos falar de bem se não o articulássemos a seu contrário, o mal. O bem e o mal são diferentes, mas são inseparáveis. O limite entre eles – a *fronteira* entre eles – os une enquanto diferentes. Creio que é esta fronteira que Guimarães Rosa procura para devolver ao homem sua inteireza original. Na fronteira unem-se a vida e a obra de Guimarães Rosa.

“A literatura tem de ser vida! O escritor deve ser o que ele escreve” (Coutinho, 1983, p. 84).

Guimarães Rosa quer examinar e contar, pois, a fronteira entre o mundo do *tempo* e do *espaço* – sua vida de escritor e diplomata – e a *eternidade* do Paraíso. Para tanto, dedica-se às fronteiras em múltiplas situações.

“E também por isso mesmo gosto muito de ser diplomata. [...] Sou escritor e penso em eternidades. O político pensa apenas em minutos. Eu penso na ressurreição do homem”.

II

Encontramos uma destas fronteiras entre opostos reflexivos – como diz Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, “Tudo é e não é” (Guimarães Rosa, 1970, p. 12) –, quando nos defrontamos com a instituição do julgamento. O julgamento está colocado entre contrários: a parte agredida e a parte agressora. Paul Ricoeur comenta a propósito:

Tendo chegado a este ponto, encontramos a questão da finalidade última do ato de julgar. [...] resulta que o horizonte do ato de julgar é, no final, algo mais do que a segurança – é a *paz social*. [...] Decidir, como dissemos, significa separar, traçar uma linha entre “seu” e “meu”. A finalidade da paz social manifesta algo mais profundo, que está relacionado ao reconhecimento mútuo. Não digamos reconciliação; ainda menos não pensemos que no ato de julgar se deva falar de amor e perdão, que não são categorias jurídicas. Ao invés disso, falemos de reconhecimento (Ricoeur, 2000, p. 131, grifo do original).

Para Ricoeur, a finalidade de um julgamento é mais do que uma reconciliação entre as partes, mais do que uma retribuição entre a vítima e o agressor. É um reconhecimento mútuo do opositor como detentor de direitos:

Penso que o ato de julgar atinge seu alvo quando alguém que ganhou sua causa ainda considera ser possível dizer: meu adversário, o perdedor, permanece, tanto quanto eu, um sujeito de direitos; sua causa deveria ter sido apresentada, tornada plausível e foi isto o que aconteceu. Este reconhecimento, entretanto, não estará completo se o mesmo não for dito, igualmente, pelo perdedor, aquele que cometeu o erro e que foi condenado. Ele deveria poder declarar que a sentença que o condena não foi um ato de violência, mas, ao contrário, um ato de reconhecimento (Ricoeur, 2000, p. 131-132).

O julgamento é um exemplo privilegiado de *fronteira* – entre o crime e o castigo. A sentença, expedida pelo juiz, é a fronteira que

separa os opostos e, ao mesmo tempo, os une num reconhecimento mútuo, que os integra na sociedade enquanto sujeitos de direito.

Em *Grande Sertão: Veredas*, encontramos um julgamento crucial: o julgamento de Zé Bebelo: “‘Julgamento?’ [...] Aí Joca Ramiro consentiu, o praz-me, prometeu julgamento já” (Guimarães Rosa, 1970, p. 194).

Vencido Zé Bebelo, Joca Ramiro, chefe do bando oposto, concorda com seu pedido de julgamento:

Tinha sido aquilo: Joca Ramiro chegando real, em seu alto cavalo branco, e defrontando Zé Bebelo a pé, rasgado e sujo, sem chapéu nenhum, com as mãos amarradas atrás, e seguro por dois homens. Mas, mesmo assim, Zé Bebelo empinou o queixo, inteirou de olhar aquele, cima a baixo. Daí disse:

– “Dê respeito, chefe. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, mas eu sou seu igual. Dê respeito!” (Guimarães Rosa, 1970, p. 194).

Os opostos se confrontam: um, real, no alto; o outro, a pé, rasgado. Um, vencedor, o outro, vencido. Rodeados pelos jagunços de Joca Ramiro, Zé Bebelo, num rompante, senta-se no tamborete destinado ao chefe, e convida o rival a sentar-se também.

Mas, de repente, Joca Ramiro, astuto natural, aceitou o louco oferecimento de se abancar: risonho ligeiro se sentou, no chão, defronte de Zé Bebelo. Os dois mesmos se olharam (Guimarães Rosa, 1970, p. 197).

– “O senhor pediu julgamento...” – ele perguntou, com voz cheia, em beleza de calma.

– “Toda hora eu estou em julgamento” (Guimarães Rosa, 1970, p. 198).

Os contrários se defrontam – os de cá e os de lá: “Aqueles muitos homens, completamente, os de cá e os de lá, cercando o oco em raia de roda, com as coronhas no chão, e as tantas caras, como sacudiam as cabeças, com os chapéus rebuçantes” (Guimarães Rosa, 1970, p. 199). O oco que os separa e, ao mesmo, os une em roda, é a fronteira de onde vai surgir a sentença.

As testemunhas de acusação, o Hermógenes, o Ricardão, pedem a condenação imediata de Zé Bebelo à morte. No fundo, não querem um julgamento, mas uma vingança: “chegou a hora dessa vingança de desforra” (Guimarães Rosa, 1970: 204). Os dois são aparentados, por Riobaldo, a animais imersos nos elementos naturais e no peso corporal: o Hermógenes, “saindo de brejos, pedra e cachoeiras, homem todo cruzado” (Guimarães Rosa, 1970, p. 200); o Ricardão, com o “peso de tanta corpulência coisa de zebú guzerate” (Guimarães Rosa, 1970, p. 203). São eles, entretanto, que veem em Zé Bebelo um animal: “amarrar este cujo, feito porco [...] Cachorro que é, bom para a faca” (Guimarães Rosa, 1970: 200-201). Não o reconhecem como sujeito de direito.

Por outro lado, Seo Candelário, Titão Passos e João Goanhá acham que “este homem não tem crime constável. [...] Ele quis vir guerrear, veio – achou guerreiros! Nós não somos gente de guerra?” [...] Tem crime não, Matar não” (Guimarães Rosa, 1970, p. 205-206). Reconhecem que todos são guerreiros.

Riobaldo também levanta a voz para defender Zé Bebelo: “Zé Bebelo é homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá! Aí. E é chefe jagunço de primeira, sem ter ruindades em cabimento, nem matar os inimigos que prende, nem consentir de com eles se judiar... Isto, afirmo! Vi. Testemunhei. Por tanto, que digo, ele merece um absolvido escoreito, mesmo não merece de morrer matado à-toa...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 208-209).

Ao contrário do Hermógenes e do Ricardão, Riobaldo reconhece, em Zé Bebelo, não um animal, mas “um homem valente de bem, e inteiro, que honra o raio da palavra que dá”. Na verdade, é a *palavra* que o diferencia dos animais. A palavra marca a *fronteira* entre a animalidade e a humanidade. Fronteira, que, como se viu, não é reconhecida e respeitada por Hermógenes e Ricardão.

Silenciam-se e Joca Ramiro e Zé Bebelo se confrontam como homens, na humanidade da palavra:

O silêncio todo era de Joca Ramiro.

Era de Zé Bebelo e de Joca Ramiro. [...]

Esses se fronteavam: um ao outro, e o em meio, se mediam
(Guimarães Rosa, 1970, p. 211).

Zé Bebelo depõe:

– ... Uê, vim guerrear de peito aberto, com estrondos. Não vim socolor de disfarces, com escondidos e logro. Perdi, por um desguardo. Não por má chefia minha! Não devia de ter querido contra Joca Ramiro dar combate, não devia-de. Não confesso culpa, nem retrauta, porque minha regra é: tudo que fiz, valeu por bem feito. É meu consueto. Mas, hoje, sei: não devia-de. Isto é: depende da sentença que vou ter, neste nobre julgamento. Julgamento, digo, que com arma ainda na mão pedi: e que deste grande Joca Ramiro mereci, de sua alta fidalguia... Julgamento – isto, é o que a gente tem de sempre pedir! Para que? Para não se ter medo! É o que comigo é. Careci deste julgamento, só por verem que não tenho medo... Se a condena for às ásperas, com a minha coragem me amparo. Agora, se eu receber sentença salva, com minha coragem vos agradeço. Perdão, pedir, não peço: que eu acho que quem pede, para escapar com vida, merece é meia-vida e dobro de morte. Mas agradeço, fortemente (Guimarães Rosa, 1970, p. 212-213).

Joca Ramiro dirige-se, então, a ele:

– O julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte. Meu povo me honra. Sou amigo dos meus amigos políticos, mas não sou criado deles, nem cacundeiro. A sentença vale. A decisão. O senhor reconhece? (Guimarães Rosa, 1970, p. 213).

A que Zé Bebelo responde:

– “Reconheço” – Zé Bebelo aprovou, com firmeza de voz, ele já descabelado demais. Se fez que as três vezes, até:
– “Reconheço. Reconheço. Reconheço...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 213).

Encontramos, aqui, o que Paul Ricoeur indicou como a finalidade do julgamento: o reconhecimento mútuo da dignidade humana de

cada um¹. Diferem por ter estado em bandos opostos, mas são o mesmo em sua humanidade – na *palavra*. Na verdade, o julgamento é o reconhecimento da ideia da *Justiça*, que, para ser reconhecida, deve encarnar-se na palavra. A ideia da justiça encarna-se, pois, na palavra da sentença e é, assim, reconhecida. Segundo Kant, as ideias jazem, desde sempre, na razão. Estão latentes e só saem desta latência ao serem expressas na palavra.

Riobaldo reflete, assim, sobre o que acontecera:

O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de relatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e minúcias de palavras. – “o que nem foi julgamento legítimo nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doideira acontecida sem senso, neste meio do sertão...” – o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo! Daquela hora em diante, eu cri em Joca Ramiro. Por causa de Zé Bebelo. Porque, Zé Bebelo, na hora, naquela ocasião, estava sendo maior do que pessoa. Eu gostava dele do jeito que agora gosto de compadre meu Quelemém; gostava por entender no ar. Por isso, o julgamento tinha dado paz à minha ideia – por dizer bem: meu coração (Guimarães Rosa, 1970, p. 216-217).

O julgamento tinha feito cessar a guerra e surgir a paz: a paz da mente e do coração. A palavra do julgamento, que introduzira a *Justiça*, redime a sociedade.

Na sua entrevista a Günter Lorenz, Guimarães marca a importância fundamental da palavra – sua importância como fronteira entre o “eu” e o “tu”, que redime, que renova os opostos:

Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo. Devemos conservar o sentido da vida, devolver-lhe esse sentido, vivendo com a língua. Deus era a palavra e

1 Hans-Georg Gadamer comenta a importância do reconhecimento mútuo para o surgimento do espírito, ao examinar o capítulo “Consciência de si” na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel (Gadamer, 1976, p. 54-74).

a palavra estava em Deus. Este é um problema demasiado sério para ser largado nas mãos de uns poucos ignorantes com vontade de fazer experiências. O que chamamos hoje linguagem corrente é um monstro morto. A língua serve para expressar ideias, mas a linguagem corrente expressa apenas clichês e não ideias; por isso está morta, e o que está morto não pode engendrar ideias (Coutinho, 1983, p. 88).

Neste sentido, a palavra – a língua – é o que articula os opostos, isto é, os conceitos reflexivos, e os redime ao “expressar ideias”, introduzindo, assim, a paz. No caso do julgamento de Zé Bebelo, a palavra da sentença expressa, como vimos, a ideia da Justiça. A palavra é, assim, a fronteira maior. É a fronteira fundamental – original:

Portanto, torno a repetir: não do ponto de vista filológico e sim do metafísico, no sertão fala-se a língua de Goethe, Dostoiévski e Flaubert, porque o sertão é o terreno da eternidade, da solidão, onde *Inneres und Ausseres sind nicht mehr zu trennen* [o interior e o exterior já não podem ser separados] segundo o *Westöstlicher Divan* (Coutinho, 1983, p. 86).

No sertão, fala-se, pois, *metafisicamente*, isto é, expressam-se ideias. E, com a menção a Goethe, Dostoiévski e Flaubert, fala-se *poeticamente*. Além disso, fala-se *teologicamente*, como se vê no julgamento de Zé Bebelo. Com efeito, além de pronunciar a sentença final que redime os bandos contrários – que introduz a paz –, o julgamento de Zé Bebelo deixou ver ainda o confronto entre o *bem* e o *mal*, entre *Deus* e o *demo*. Na verdade, a alusão é clara: Deus e o demo estão figurados em Joca Ramiro e nos Judas, respectivamente:

Deus no Céu e Joca Ramiro na outra banda do Rio
(Guimarães Rosa, 1970, p. 30).

Como que brilhava ele todo. Porque Joca Ramiro era mesmo assim sobre os homens, ele tinha uma luz, rei da natureza (Guimarães Rosa, 1970, p. 32).

Por outro lado, o Hermógenes – “demônio” (Guimarães Rosa, 1970, p. 40). Ele e o Ricardão são os “dois Judas traidores” (Guimarães Rosa, 1970, p. 228):

Esse Hermógenes – belzebú. [...] O Hermógenes, homem que tirava seu prazer do medo dos outros, do sofrimento dos outros. Aí, arre, foi que de verdade eu acreditei que o inferno é mesmo possível (Guimarães Rosa, 1970, p. 139).

Nestas condições, visto que nos encontramos na situação caída dos conceitos reflexivos, surgem os contrários:

Deus é paciência. O contrário, é o diabo (Guimarães Rosa, 1970, p. 16).

[...] o diabo, é às brutas; mas Deus é traiçoeiro (Guimarães Rosa, 1970, p. 21).

Olhe: Deus come escondido, e o diabo sai por toda parte lambendo o prato... (Guimarães Rosa, 1970, p. 45-46).

O que não é Deus, é estado do demônio (Guimarães Rosa, 1970, p. 49).

Toda a travessia da vida de Riobaldo é levada a cabo na luta para redimir os contrários, o bem e o mal – o pecado original: “Travessia. Deus no meio” (Guimarães Rosa, 1970, p. 235) – isto é, na luta para encontrar a sentença justa, a palavra justa, que traga a paz entre eles. Na luta para encontrar a palavra poética, religiosa e filosófica, que “expressa ideias” – palavra que, segundo Hegel, expressa a ideia absoluta (Hegel, tomo IV, 1971, p. 549-550)².

III

Na sua atuação diplomática, da mesma forma, Guimarães Rosa pauta-se pelos pontos de vista que considera devem ser aqueles adotados pelo Brasil: “o respeito às obrigações convencionais, à intangibilidade dos tratados, o reforço do princípio e regra *pacta sunt servanda*”

² Constavam da biblioteca de Guimarães Rosa os tomos II e III da *Estética* de Hegel (*Esthétique*, Aubier Montaigne, Paris, 1944). Sua biblioteca foi listada por Suzi Frankl Sperber em *Caos e Cosmos. Leituras de Guimarães Rosa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

(*apud* Araujo, 2007, p. 52). Pauta-se, como Zé Bebelo, pela observância e cumprimento da palavra dada: “honra o raio da palavra que dá”.

Reitera estas posições do Brasil em matéria de direito internacional. E atua consequentemente, quando surge um diferendo entre o Paraguai e o Brasil no que dizia respeito à demarcação da fronteira entre os dois países no trecho do rio Paraná, na altura da 5ª Queda do Salto Grande de Sete Quedas. O Paraguai contestava a demarcação já realizada de acordo com os Tratados de 1827 e de 1927. Uma longa nota, passada em 25 de março de 1966, ao Ministério do Exterior paraguaio pelo embaixador brasileiro em Assunção, minutada na Divisão de Fronteiras do Itamaraty, chefiada por Guimarães Rosa, depois de elencar os fatos e documentos que não deixavam dúvida quanto à justeza da demarcação realizada, termina:

No entanto, entende o meu Governo que a verdadeira questão que deve reclamar os melhores cuidados de ambos os Estados, não é a evocação de dúvidas ou pendências estéreis, e sim a busca das condições capazes de assegurar o bem-estar de seus povos através de uma fraternal colaboração para a solução de problemas comuns.

É assim que a ambos os Governos se abre uma via particularmente promissora, e se oferece na verdade um desafio auspicioso, no domínio das possibilidades de desenvolvimento econômico das regiões limítrofes, através do aproveitamento integral dos recursos energéticos e hidráulicos do rio Paraná.

O Brasil está, como sempre esteve, disposto a encetar conversações em torno de tão importante questão, e a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético decorrente do Salto de Sete Quedas, como de todas as possibilidades que oferecem, à agricultura e à navegação, as águas do Paraná; de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença, seja entre eles um elo de união, como sempre desejaram os anteriores Governos do Brasil, e firmemente deseja o atual (*apud* Araujo, 2007, p. 171).

A fronteira concreta entre os dois países – o rio Paraná – deverá, assim, não ser motivo de separação entre o “meu” e o “teu”, mas servir de elo de união, por meio do reconhecimento recíproco, pelas duas partes, dos interesses e direitos de cada uma. Mais uma vez, agora na vida diplomática, este reconhecimento da justiça – “Reconheço!” – leva à cooperação e à atuação harmônica entre duas partes opostas. Redime as relações internacionais – a sociedade das nações. O rio Paraná, ao reunir os dois países em cooperação, surge como a existência – a expressão concreta da *palavra* dada nos Tratados de Limites –, isto é, como fronteira. Só então, além de um mero acidente geográfico natural, o rio se constitui em fronteira. Mais uma vez, a verdadeira fronteira é a palavra, o *logos*.

IV

No *Gênesis*, Deus criou a mulher a partir de uma costela do homem, que diz: “Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; e ela se chamará mulher porque foi tomada do homem” (*Gênesis*, II, p. 23): “Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne. O homem e a mulher estavam nus, e não se envergonhavam” (*Gênesis*, p. 24-25).

O homem e a mulher opõem-se e cada um só se identifica se relacionado a seu oposto: “ela se chamará mulher porque foi tomada do homem”. Estão no âmbito da ambiguidade dos conceitos reflexivos.

Depois da queda nestes conceitos – isto é, no mundo do tempo e do espaço – o homem e a mulher se separam. Estão imersos na ambiguidade da *sociabilidade a-social* de que fala Kant.

Em *Grande Sertão: Veredas*, encontramos Diadorim – Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins –, mulher que parece concentrar o homem e a mulher numa “só carne”. A mulher não está mais nua, mas se reveste da roupa masculina e desaparece. Ao contrário de Zé Bebelo, que não vem “sicolor de disfarces, com escondidos e logro”, Maria Deodorina se esconde – esconde-se como o sertão que “se esconde e acena” (Guimarães Rosa, 1979: 395). Encarna a ambiguidade

dos conceitos reflexivos, que sempre surgem acompanhados de seu oposto: só há mulher porque difere do homem: “osso de meus ossos e carne de minha carne; e ela se chamará mulher porque foi tomada do homem”. *Deo*-dorina se esconde sob *Dia*-dorim:

Diga o senhor, sobre mim diga. Até podendo ser, de alguém algum dia ouvir e entender assim: quem-sabe, a gente criatura ainda é tão ruim, tão, que Deus só pode às vezes manobrar com os homens é mandando por intermédio do *diá*? Ou que Deus – quando o projeto que ele começa é para muito adiante, a ruindade nativa do homem só é capaz de ver o aproximo de Deus é em figura do *Outro*? (Guimarães Rosa, 1970, p. 33, grifo do original).

Riobaldo, menino, encontra Diadorim, menina, na travessia de uma fronteira: do rio São Francisco. Na entrevista a Günter Lorenz, Guimarães Rosa menciona o rio São Francisco:

Quando escrevo, repito o que vivi antes. E para estas duas vidas um léxico apenas não me é suficiente. Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. O crocodilo vem ao mundo como um *magister* da metafísica, pois para ele cada rio é um oceano, um mar de sabedoria, mesmo que chegue a ter cem anos de idade. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade (Coutinho, 1983, p. 72).

O rio “é uma palavra mágica para conjugar eternidade”. Aqui, também, tal como acontecera nas negociações diplomáticas sobre o rio Paraná, o rio concreto, o rio São Francisco, é tomado como palavra que articula os opostos – neste caso, as duas margens da vida de Riobaldo –, isto é, o nascimento e a morte. Articula-os, como se verá, ao introduzir a consciência de si e, portanto, a ideia da Mortalidade.

Diadorim e Riobaldo – menina e menino – devem articular-se na sua travessia. O rio surge, portanto, como uma nova fronteira: entre o feminino e o masculino, entre a vida e a morte. Riobaldo senta-se na canoa defronte ao Menino. Está pronto para nascer para a consciência de si, isto é, está “de pinto em ovo”:

Sentei lá dentro, de pinto em ovo. Ele se sentou em minha frente, estávamos virados um para o outro. Notei que a canoa se equilibrava mal, balançando no estado do rio. O menino tinha me dado a mão para descer o barranco. Era uma mão bonita, macia e quente, agora eu estava vergonhoso, perturbado. O vacilo da canoa me dava um aumentante receio. Olhei: aqueles esmerados esmertes olhos, botados verdes, de folhudas pestanas, luziam um efeito de calma, que até me repassasse. Eu não sabia nadar (Guimarães Rosa, 1970, p. 81).

A canoa desce o de-Janeiro e entra no São Francisco:

Mas, com pouco, chegávamos no do-Chico. O senhor surja: é de repente, aquela terrível água de largura: imensidade. Medo maior que se tem, é de vir canoando num ribeirãozinho, e dar, sem espera, no corpo dum rio grande (Guimarães Rosa, 1970, p. 82).

O Menino ordena ao canoeiro: “Atravessa!” (Guimarães Rosa, 1970, p. 83):

Tive medo. Sabe? Tudo foi isso: tive medo! (...) Quietos, composto, confronte, o menino me via. – “Carece de ter coragem...” – ele me disse. Visse que vinham minhas lágrimas? Doí de responder: – “Eu não sei nadar...” O menino sorriu bonito. Afiançou: – “Eu também não sei”. Sereno, sereno. Eu vi o rio. Via os olhos dele, produziam uma luz. – “Que é que a gente sente quando se tem medo?” – ele indagou, mas não estava remoqueando; não pude ter raiva – “Você nunca teve medo?” – foi o que me veio, de dizer. Ele respondeu: – “Costumo não...” – e, passado o tempo dum meu suspiro: – “Meu pai disse que não se deve de ter...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 83).

A travessia do rio – a travessia desta enorme fronteira, desta imensidade, que é a consciência da própria mortalidade –, articula, assim, outros opostos: o medo e a coragem, que surgem para quem enfrenta as águas turbulentas da vida mortal, o balancear perigoso dos sentimentos: “amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem”.

A metáfora, que compara a travessia concreta do rio à travessia da vida, faz surgir – ou seja, expressa – a ideia da Coragem, isto é, de uma Coragem diferente daquela que tem por oposto seu conceito reflexivo, o medo: “Mais, que coragem inteirada em peça era aquele, a dele? De Deus, do demo?” (Guimarães Rosa, 1970, p. 86). Esta é a *ideia* da Coragem, que, enquanto ideia, é, segundo Kant (1968, p. 261-176), uma totalidade absoluta, incondicionada e que, portanto, estando além do tempo e do espaço, não tem oposto. É a Coragem infusa – a Fé: “Você nunca teve medo? [...] Costumo não...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 83).

E o menino pôs a mão na minha. Encostava e ficava fazendo parte melhor da minha pele, no profundo, desse a minhas carnes alguma coisa (Guimarães Rosa, 1970, p. 84).

De volta ao porto do de-Janeiro, a mãe de Riobaldo o espera: “Tive de ir com ela, nem pude me despedir direito do Menino” (Guimarães Rosa, 1970, p. 86). O Menino lhe havia dito:

“Sou diferente de todo o mundo. Meu pai disse que eu careço de ser diferente, muito diferente...” E eu não tinha medo mais. Eu? O sério pontual é isto, o senhor escute, me escute mais do que eu estou dizendo: e escute desarmado. O sério é isto, da estória toda – por isto foi que estória eu lhe contei –: eu não sentia nada. Só uma transformação pesável. Muita coisa importante falta nome (Guimarães Rosa, 1970, p. 86).

O rio São Francisco é, pois, a palavra, isto é, a “estória toda” que Riobaldo conta: é o rio de palavras que articula a vida – os opostos,

os conceitos reflexivos, isto é, o pecado original –, que a transforma e a redime.

O senhor pense outra vez, repense o bem pensado: para que foi que eu tive de atravessar o rio, defronte com o Menino? (Guimarães Rosa, 1970, p. 86).

O Menino, com M maiúsculo, é clara indicação do Cristo: o Menino Jesus. O Cristo acompanha, pois, Riobaldo na travessia de sua vida e lhe dá Coragem. Na verdade, Deodorina/Diadorim significa dom de Deus: *dia-doros*. O dom – o presente – de Deus é a fé: Maria Deodorina da Fé.

Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros, como eu vos amo. Ninguém tem maior amor do que aquele que dá sua vida por seus amigos (*João*, XV, p. 12-13).

Diadorim parece ser uma figuração do Cristo. Ama Riobaldo da maneira como o Cristo ama. Na última batalha, sobre a *cruz* do Tamanduá-tão – “O senhor forme uma cruz, traceje” –, entrega sua vida por ele – “dá a vida por seus amigos”. Este é seu último ato de coragem, de fé:

A bem, como é que vou dar letral, os lados do lugar, definir para o senhor? Só se a uso de papel, com grande debuxo. O senhor forme uma cruz, traceje (Guimarães Rosa, 1970, p. 414).

Diadorim: ele, firme se mostrando, feito veada-mãe que vem aparecer e refugir, de propósito, em chamariz de finta, para a gente não dar com o veadinho filhote onde é que está amoitado... (Guimarães Rosa, 1970, p. 442).

Diadorim, mulher, amou Riobaldo como a si mesma: *reconheceu* a humanidade do seu oposto, homem – reconheceu a fronteira, o *logos*, que os articula e une. E este *logos* expressa a ideia do Amor. A ideia do Amor, enquanto ideia, é, como se viu, uma totalidade absoluta e incondicional e, assim, não admite contrário – neste caso, o ódio. As ideias, como vimos, não estão no âmbito do tempo e do espaço e, não admitindo contrário, introduzem a paz. O Amor de Diadorim sai,

portanto, do âmbito dos conceitos reflexivos. É o amor de Caridade. É o amor infuso.

Mestre, qual é o maior mandamento da lei? Respondeu Jesus: *Amarás o Senhor teu Deus de todo teu coração, de toda tua alma e de todo teu espírito*. Este é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: *Amarás teu próximo como a ti mesmo* (Mateus, XXII, p. 36-39).

No seu *Saint Thomas Moraliste* (1974, p. 203), Etienne Gilson diz, a respeito da conexão das virtudes teológicas – fé, esperança e caridade –, que não se pode ignorar que estas virtudes,

infusas na alma por Deus, são as únicas virtudes perfeitas, porque somente elas ordenam o homem com vistas a seu fim supremo, ao passo que as virtudes adquiridas não passam de virtudes relativas, porque dispõem o homem somente com vistas a um dos bens que compõem seu fim último. [...] Estas virtudes acrescentam às virtudes morais o ordenamento de nossas ações com vistas a um fim último, sobrenatural; ora, é a virtude da caridade que fixa a vontade sobre esse fim e, conseqüentemente, não podemos receber de Deus a caridade sem receber, ao mesmo tempo, a fé e a esperança, da mesma forma como não podemos perder a caridade sem perder, ao mesmo tempo, as duas outras virtudes.

Pareceria, assim, que, ao concentrar, instantaneamente, o homem e a mulher, na ideia do Amor e da Caridade, Diadorim surge como uma *figura Christi*. E, conseqüentemente, surge, ainda, como uma *figura Mariae*, escondida sob o Cristo. Com efeito, a Virgem se esconde e deixa ver seu filho. No seu *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*, Santo Luis Grignion de Montefort assinala este ser escondido de Maria (Grignion de Montfort, 2015, p. 15):

Foi por intermédio da Santíssima Virgem Maria que Jesus Cristo veio ao mundo, e é também por meio dela que Ele deve reinar no mundo.

Toda a sua vida Maria permaneceu oculta; por isso o Espírito Santo e a Igreja a chamam *Alma Mater* – Mãe

escondida e secreta. Tão profunda era a sua humildade, que, para ela, o atrativo mais poderoso, mais constante era esconder-se de si mesma e de toda criatura, para ser conhecida *somente de Deus*.

Igualmente, além de muitos outros, Thomas Merton, monge trapista, resume, a quietude, o silêncio, o ser escondido de Maria e sua relação especial com Deus, com o Cristo que ela carrega e nos entrega:

Tudo o que se escreveu sobre a virgem Mãe de Deus prova que sua santidade é a mais escondida. Aquilo que as pessoas dizem dela nos fala, geralmente, das próprias pessoas mais do que da Madona. Com efeito, Deus nos revelou bem pouco a seu respeito, e os homens, que não sabem quem ela foi, revelam somente eles mesmos, quando procuram acrescentar algo ao que Deus disse dela. [...]

Na pessoa humana viva da virgem Mãe do Cristo, estão toda a pobreza e sabedoria de todos os santos. Tudo vem por meio dela e se encontra nela. A santidade de todos os santos é uma participação na sua santidade, porque, na ordem por ele estabelecida, Deus quer que todas as graças venham aos homens por meio de Maria. Eis porque amá-la e conhecê-la significa encontrar o significado verdadeiro de todas as coisas e ter acesso a toda sabedoria. Sem ela, o conhecimento de Cristo é pura especulação: nela, torna-se experiência porque toda humildade e toda pobreza, sem as quais Cristo não pode ser conhecido, a ela pertencem. Sua santidade é o silêncio, em que só o Cristo pode ser ouvido e, na contemplação da Virgem, a voz de Deus torna-se uma experiência para nós (Merton, 2000, p. 1077-1078).

Deodorina, como a Virgem Maria, esconde-se. Está coberta pela roupa masculina. É silenciosa: “rodeando tão grandes silêncios, era que Diadorim tomava mais sorrateiro poder em meu afeto, que não era possível concernente” (Guimarães Rosa, 1970, p. 375): “o segredo dele era de pedra” (Guimarães Rosa, 1970, p. 27), “recolhido num estado de segredo” (Guimarães Rosa, 1970, p. 68):

O que não digo, o senhor verá: como é que Diadorim podia ser assim em minha vida o maior segredo? (Guimarães Rosa, 1970, p. 323).

Diadorim também disso não disse; ele gostava de silêncios (Guimarães Rosa, 1970, p. 30).

Diadorim/Deodorina – a Virgem –, além de articular o feminino e o masculino, articula em si Deus e o homem, o divino e o humano. Nisto, propicia a redenção dos contrários – isto é, da alegria e da tristeza.

O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito – por coragem (Guimarães Rosa, 1970, p. 241-142).

No momento em que, na batalha do Paredão, Diadorim mata o Hermógenes e é morto por ele, ao mesmo tempo, Riobaldo reconhece Nossa Senhora na figura do amigo e quer “o socorro de rezar uma palavra”:

Assim, ha – mirei e vi – o claro claramente: aí Diadorim cravar e sangrar o Hermógenes... Ah, cravou – no vão – e ressurtiu o alto esguicho de sangue: porfiou por bem matar! Solução que não pude, mar que eu queria um socorro de rezar uma palavra que fosse, bradada ou em muda: e secou: e só orvalhou em mim, por prestígios do arrebatado no momento, foi poder imaginar a minha Nossa Senhora assentada no meio da igreja... Gole de consolo... (Guimarães Rosa, 1970, p. 451).

Diadorim é uma fronteira complexa, reunindo o homem e a mulher, a vida e a morte, o pecado e a redenção, Deus e o pecador:

Diadorim me chamou, pegando em meu braço. Diadorim vigiou aquelas diferenças: ele temeu; temeu por minha salvação a minha perdição. Ou foi que minha Nossa Senhora da Abadia mandou que assim tivesse de ser? (Guimarães Rosa, 1970, p. 351).

V

Na sua vida pessoal, Guimarães Rosa dedica *Grande Sertão: Veredas* a sua mulher, Aracy – a sua mulher na vida concreta:

A Aracy, minha mulher, Ara,
Pertence este livro.

E explica, na entrevista a Günter Lorenz:

A esse respeito, quero dizer uma coisa: enquanto eu escrevia *Grande Sertão*, minha mulher sofreu muito porque nessa época eu estava casado com o livro. Por isso dediquei-o a ela, para lhe agradecer sua compreensão e paciência. Você deve saber que tenho uma mulher maravilhosa. Como sou um fanático da sinceridade linguística, isto significou para mim que lhe dei o livro de presente, e portanto todo o dinheiro ganho com esse romance pertence a ela, somente a ela, e pode fazer o que quiser com ele. Não necessito dele, tenho meus vencimentos; uma verdadeira mulher sempre sabe encontrar utilidade para o dinheiro, tanto no sertão como no Rio. Pode-se achar precipitada esta atitude, principalmente, quando depois o livro obtém grande êxito. Mas uma dedicatória é uma promessa, e devemos cumprir nossas promessas (Coutinho, 1983, p. 79).

Grande Sertão: Veredas foi dado a Aracy “de presente”. O livro é, portanto, um presente, um dom, e, assim, leva Diadorim a Aracy. Diadorim – *Dia-doros* –, isto é, dom de Deus, é entregue, de presente, a Aracy, em cumprimento de uma promessa, ou seja, de uma palavra dada. Guimarães Rosa “honra o raio da palavra que dá”. No fundo, o livro entrega-lhe a fé: Maria Deodorina da Fé. Entregue-lhe a fé no Cristo.

Há que notar que livro transmite a fé não só para Aracy, mas, também, para quem o lê, mesmo que o leitor não esteja consciente disto plenamente, como Riobaldo, que não sabia o que lhe acontecera no encontro com o Menino: “...eu não sentia nada. Só uma transformação,

pesável. Muita coisa importante falta nome” (Guimarães Rosa, 1970, p. 86).

Em torno do livro, isto é, em torno desta *fronteira de palavras* que medeia entre o “eu” e o “tu”, entre autor e leitor, estabelece-se a paz e uma colaboração. Esta colaboração está figurada, no texto de *Grande Sertão: Veredas*, na colaboração entre o narrador e seu interlocutor silencioso. O narrador, na verdade, pede, insistente e expressamente, a cooperação do interlocutor:

O senhor tolere minhas más devassas no contar. É ignorância. Eu não converso com ninguém de fora, quase. Não sei contar direito. Aprendi um pouco foi com o compadre meu Quelemém; mas ele quer saber tudo diverso: quer não é o caso inteirado em si, mas a sobre-coisa, a outra-coisa. Agora, neste dia nosso, com o senhor mesmo – me escutando com devoção assim – é que aos poucos vou indo aprendendo a contar corrigido (Guimarães Rosa, 1970, p. 152).

Quero é armar o ponto dum fato, para depois lhe pedir um conselho (Guimarães Rosa, 1970, p. 166).

Que isso merece que se conte? Miúdo e miúdo, caso o senhor queira, dou descrição. Mas não anuncio valor. Vida, e guerra, é o que é: esses tontos movimentos, só o contrário do que assim não seja. Mas, para mim, o que vale é o que está por baixo ou por cima – o que parece longe e está perto, ou o que está perto e parece longe. Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba (Guimarães Rosa, 1970, p. 175).

Os dois – narrador e interlocutor – são, no fundo o mesmo e estamos diante de uma conversa da alma consigo mesma:

O senhor é de fora, meu amigo mas meu estranho. Mas, talvez por isto mesmo. Falar com o estranho assim, que bem ouve e logo longe se vai embora, é um segundo proveito: faz do jeito que eu falasse mais mesmo comigo (Guimarães Rosa, 1970, p. 33).

Para tirar o final, para conhecer o resto que falta, o que lhe basta, que menos mais, é pôr atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à-tôa: só apontação principal, ao que crer posso. Não desperdiço palavras. Macaco meu veste roupa. O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo (Guimarães Rosa, 1970, p. 234).

VI

No seu ensaio “Theology and Philosophy” (1993, p. 233-251), Mark D. Jordan examina o modo como Santo Tomás de Aquino trata da eficácia dos sacramentos, considerados como causas. Santo Tomás distingue dois tipos de causa: a causa formal ou principal e a causa instrumental. A causa formal transfere sua forma a seu efeito. Por outro lado, a causa instrumental transfere para seu efeito a forma da causa principal, de acordo com um poder instrumental “que é fluido e incompleto, estando no âmbito da natureza” (Jordan, 1993, p. 244). Os sacramentos estão situados nesta última categoria de causas – as instrumentais:

Aquino defende explicitamente a imagem da causa móvel, que trabalha “através” de um instrumento, quando argumenta que é possível dizer que os sacramentos “contêm” a graça. [...] Na verdade, dizer que um sacramento é uma causa instrumental nos obriga a dizer que há “algum poder instrumental” no sacramento, que é “proporcional ao instrumento” (63.4) [...] Finalmente, a eficácia instrumental dos sacramentos depende da eficácia da humanidade do Cristo, ela própria um instrumento de Sua divindade (62.5). Ao passo que o instrumento humano está ligado a sua causa principal, os instrumentos sacramentais estão separados dela. Para que possamos entender a causalidade instrumental, é preciso, pois, que possamos conceber instrumentos compostos de muitas espécies de partes materiais, que recebem e contêm o poder causal de um ser afastado, de natureza diferente, a fim de passar este poder a seres de ainda outro gênero (Jordan, 1993, p. 244-245).

A causa instrumental abre, portanto, passagem para a causa principal, isto é, a transmite. Ao mesmo tempo a colore com seu caráter de instrumento – “algum poder instrumental (*virtus instrumentalis*), que é fluido e incompleto estando no âmbito da natureza”. Este caráter do instrumento é composto de “muitas espécies de partes materiais que recebem e contêm” a causa formal a ser transmitida a outro ser de espécie diferente, tanto dela quanto do instrumento.

Nisto, segundo Jordan, “A noção de Santo Tomás excede, também, a análise aristotélica básica de causa, na medida em que sublinha a presença, no instrumento, de um poder capaz de produzir efeitos muito além da natureza própria do instrumento” (Jordan, 1993, p. 245). Neste trecho da *Summa*, Santo Tomás de Aquino transforma, segundo Jordan, a noção filosófica de causa, como encontrada em Aristóteles, numa noção teológica.

Aquinas assemelha o uso que o teólogo faz da filosofia à transformação milagrosa da água em vinho. Neste contexto, ele responde a conselho do Velho Testamento, lido alegoricamente, com a transformação milagrosa da água em vinho, lida literalmente. Assim, apoia a posição de argumentar a partir das Escrituras, mas sugere, ainda, que é pelo milagre da graça que o teólogo recebe confiança para iluminar aquilo que os filósofos trabalharam tão arduamente para ver tão parcialmente (Jordan, 1993, p. 247).

O teólogo, assim iluminado pelo milagre da graça, assemelhar-se-ia, ele próprio, a um sacramento, isto é, ao instrumento que contém e transmite Deus, em suas palavras: a água que transmite o vinho. Neste conter e transmitir está a santidade. Deus nos vem por intermédio dos homens, seus instrumentos.

E nisto, que conto ao senhor, se vê o sertão do mundo. Que Deus existe, sim, devagarinho, depressa. Ele existe – mas quase só por intermédio da ação das pessoas: de bons e maus. Coisas imensas no mundo. O grande-sertão é a forte arma. Deus é um gatilho? (Guimarães Rosa, 1970, p. 260).

A palavra de Deus nos é dada na fé. Segundo a *Epístola aos Hebreus*: “Pela fé reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus e que as coisas visíveis se originaram do invisível” (*Hebreus*, XI, p. 1-3).

Pela fé reconhecemos a palavra criadora de Deus. Parece ser a esta palavra – a esta *fronteira* entre Deus e o mundo – que se refere Guimarães Rosa, quando diz:

Meu lema é: a linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho de sua personalidade não vive; e como a vida é uma corrente contínua, a linguagem também deve evoluir constantemente. Isso significa que, como escritor, devo me prestar contas de cada palavra e considerar cada palavra o tempo necessário até ela ser novamente vida. O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas. Daí resulta que tenha de limpá-lo, e como é a expressão da vida, sou eu o responsável por ele, pelo que devo constantemente *umsorgen* (Coutinho, 1983, p. 83).
Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo. Devemos conservar o sentido da vida, devolver-lhe esse sentido, vivendo com a língua. Deus era a palavra e a palavra estava com Deus (Coutinho, 1983, p. 88).

Grande Sertão: Veredas assemelhar-se-ia, pois, a um sacramento, isto é, a uma causa instrumental, que transmite a eternidade, o infinito, ao mesmo tempo que a colore, instrumentalmente, com as cores do sertão de Minas Gerais.

Então, eu vi as cores do mundo. Como no tempo em que tudo era falante, ai, sei. De manhã, o rio alto branco, de neblim; e o ouricuri retorce as palmas. Só um bom tocado de viola é que ódia remir a vivez de tudo aquilo (Guimarães Rosa, 1970, p. 115).

VII

O rio Paraná, o rio São Francisco, isto é, os rios *concretos*, bem como o rio *metafórico* da vida, o rio das palavras da obra literária e do

trabalho diplomático – ou seja, todas estas *fronteiras* – estão unidos na eternidade desta esplêndida *metáfora* de Guimarães Rosa – nesta “palavra mágica” – rio – que é, ao mesmo tempo, poética, espiritual e filosófica:

... cada rio é um oceano, um mar de sabedoria [...]. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade (Coutinho, 1983, p. 72).

A propósito, Aristóteles, na *Retórica*, trata da metáfora:

Declaramos que dizeres inteligentes são derivados da metáfora proporcional e de expressões que colocam as coisas diante dos olhos. É preciso, agora, explicar o significado de “diante dos olhos”, bem como o que é preciso ser feito para produzir este efeito. Digo que as coisas são colocadas diante dos olhos por palavras que significam atualidade (*energeia*) (Aristóteles, 1967, III, xi, p. 1-2).

Homero, segundo o filósofo, “ao fazer uso da metáfora, fala de coisas inanimadas como se fossem animadas [...] pois empresta movimento e vida a tudo; e atualidade é movimento” (1967, III, xi, p. 2-4).

Atualidade (*energeia*), portanto, é vida e movimento. Ao colocar a atualidade diante dos olhos, a metáfora expressa a vida. Nisto, parece ser a palavra original, criadora, que introduz o mundo no seu movimento e vida: na sua atualidade. Com efeito, Hans-Georg Gadamer fala da “Metaforicidade fundamental da linguagem” como um “princípio generativo”. Sublinha, pois, a metaforicidade original e generativa da linguagem: “A conhecida figura estilística da metáfora é somente a forma retórica deste princípio universal generativo, tanto linguístico quanto lógico” (Gadamer, 1996, p. 431).

Gadamer afirma que Aristóteles, ao instituir a prova lógica como o ideal da ciência, desvia a atenção da formação original dos conceitos, ou seja, aquela que se faz pela procura de semelhanças entre entes, isto é, pela metaforicidade original da linguagem:

A consequência de aceitar o ideal da prova lógica como um padrão, entretanto, é que a crítica aristotélica roubou a conquista lógica da língua de sua legitimidade científica. Esta conquista passa a ser reconhecida somente do ponto de vista da retórica e é compreendida, assim, como o dispositivo artístico da metáfora. O ideal lógico da ordenação dos conceitos toma precedência sobre a metaforicidade viva da linguagem, da qual depende toda formação natural dos conceitos. Pois somente uma gramática baseada na lógica fará a distinção entre o significado *próprio* e o *metafórico* de uma palavra. Aquilo que, originalmente, constituía a base da vida da linguagem e de sua produtividade lógica, a busca espontânea e inventiva de semelhanças por meio das quais é possível ordenar as coisas, é, agora, marginalizada e instrumentalizada como uma figura retórica chamada metáfora (Gadamer, 1996, p. 432).

A metáfora – “a busca espontânea e inventiva de semelhanças”, isto é, “a metaforicidade viva da linguagem” – passa a ser algo marginalizado e transforma-se numa mera figura de retórica. A linguagem original, na sua criatividade espontânea, está, agora, coberta e escondida. Como diz Guimarães Rosa: “O idioma é a única porta para o infinito, mas infelizmente está oculto sob montanhas de cinzas”.

Limpar a linguagem das cinzas, como quer Guimarães Rosa, exige, pois, que devolvamos à metáfora sua função criadora original – fazer com que ela seja “novamente vida”.

Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo. Devemos conservar o sentido da vida, devolver-lhe esse sentido, vivendo com a língua. Deus era a palavra e a palavra estava com Deus (Coutinho, 1983, p. 88).

Guimarães Rosa alude, acima, ao Prólogo do *Evangelho de São João*, ao dizer: “Deus era a palavra e a palavra estava com Deus”.

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio junto de Deus.

Tudo foi feito por ele, e sem ele nada foi feito. Nele havia a vida, e a vida era a luz dos homens. A luz resplandece nas trevas, e as trevas não a compreenderam (*João*, I, p. 1-5).

A palavra original, criadora – o Verbo, que estava no princípio – parece ser, na verdade, uma metáfora, pois o Cristo, o Verbo, se define, no *Evangelho de São João*, por repetidas metáforas:

Eu sou o pão da vida (VI, p. 35).

Eu sou a luz do mundo (VIII, p. 12).

Eu sou a porta dos carneiros (X, p. 7-9).

Eu sou o bom pastor (X, p. 11-14).

Eu sou a ressurreição e a vida (XI, p. 25-26).

Eu sou o caminho, a verdade e a vida (XIV, p. 6).

Eu sou a verdadeira videira (XV, p. 1).

VIII

O *rio* surge, pois, como a grande metáfora – fundamental –, que articula os múltiplos sentidos da palavra *fronteira*: o rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai; a Divisão das Fronteiras do Itamaraty; o “Brejinho-do-Brejo”, onde se desenrola o julgamento de Zé Bebelo (Guimarães Rosa, 1970, p. 196); o rio São Francisco, atravessado por Riobaldo e que tem como margens o nascimento e a morte, o medo e a coragem.

Se prestamos atenção, notamos que esta fronteira fundamental – o *rio* –, *palavra* que expressa múltiplas *ideias*, está situada em Riobaldo. Rio-baldo carrega, no nome, a indicação do rio: “O São Francisco partiu minha vida em duas partes” (Guimarães Rosa, 1970, p. 235). O São Francisco partiu a vida de Riobaldo nos conceitos reflexivos: nascimento e morte. E, por outro lado, a redimiu nas ideias da Coragem e do Amor, isto é, da Fé e da Caridade. “Eu era dois, diversos? O que

não entendo hoje, naquele tempo eu não sabia” (Guimarães Rosa, 1970, p. 369).

O nome de Riobaldo liga, pois, a palavra “rio” a “baldo”. Segundo o Dicionário Aurélio, “baldo” tem dois sentidos: 1. barragem ou parede para represar as águas de um açude; e 2. faltar, falhar, carecido, carente. Riobaldo seria, ao que parece, o homem humano, caído no fluir do tempo, no deserto do espaço, falho, pecador (baldo), que atravessa o rio (a fronteira), isto é, a vida mortal, vivida e contada, e que oscila, de maneira própria, peculiar sua, ao represar as águas fluviais entre os conceitos reflexivos, entre nascimento e morte:

Existe é homem humano. Travessia (Guimarães Rosa, 1970, p. 460).

Mas o sertão está movimentando todo-tempo – salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos... (Guimarães Rosa, 1970, p. 391).

Oscila, acompanhado do Menino e de Nossa Senhora da Abadia.

Diadorim, nas asas do instante, na pessoa dele vi foi a imagem tão formosa da minha Nossa Senhora da Abadia! (Guimarães Rosa, 1970, p. 374).

Sertão velho de idades. Porque – serra pede serra – e dessas, altas, é que o senhor vê bem: como é que o sertão vem e volta. Não adianta se dar as costas. Ele beira aqui, e vai beirar outros lugares, tão distantes. Rumor dele se escuta. Sertão sendo do sol e os pássaros: urubu, gavião – que sempre voam, às imensidões, por sobre... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e se abaixa. Mas que as curvas dos campos estendem sempre para mais longe. Ali envelhece o vento. E os brabos bichos, do fundo dele... (Guimarães Rosa, 1970, p. 410).

Oscila com Deus que “roda tudo!” (Guimarães Rosa, 1970, p. 33).

IX

Aristóteles diz, na *Retórica* (III, xi, p. 5), que para metaforizar bem, isto é, para reconhecer semelhanças entre coisas afastadas, é preciso inteligência: “da mesma forma que, por exemplo, na filosofia é preciso sagacidade para detectar semelhança em coisas separadas”. Para metaforizar bem é necessária esta capacidade de detectar semelhanças entre coisas que estão distantes.

Espinosa, igualmente, parece falar desta mesma capacidade, ao tratar, na *Ética*, daquilo que chama de conhecimento do terceiro gênero. Este conhecimento, denominado por ele Ciência intuitiva, “progride da ideia adequada da essência formal de certos atributos de Deus até ao conhecimento adequado da essência das coisas” (escolho 2 da proposição 40, parte II). Para ele, as coisas são modificações – modos –, no mundo do tempo e do espaço, dos infinitos atributos eternos de Deus, dos quais conhecemos dois: a extensão e o pensamento. A eternidade não é a imortalidade, isto é, uma vida que se desenrola sem fim no tempo. A eternidade está fora do tempo e é, assim, instantânea. Nessas circunstâncias, a ideia do atributo ‘pensamento’, como está em Deus – na eternidade, isto é, fora do tempo e instantânea –, desdobra-se e explica – ou seja, expressa – a essência *eterna* de Deus na ideia da essência *temporal* das coisas do mundo. Os atributos *eternos* expressam-se nos modos *temporais*. Espinosa ilustra tal conhecimento com o seguinte exemplo:

Por exemplo, tomemos os números 1, 2, 3 e ninguém deixará de ver que o quarto número proporcional é o 6; e, desta forma, muito mais claramente, pois, da própria relação que concebemos de um golpe (*uno intuitu*) entre o primeiro e o segundo números, concluímos o quarto (*Ética*, escolho 2 da proposição 40, parte II).

Captamos, *uno intuitu*, ou seja, instantaneamente, a semelhança entre as duas relações: entre 1 e 2 e entre 3 e 6 – detectamos a relação do *dobro*. Os números são diferentes, mas estão ligados numa mesma relação – no Mesmo. A *ideia* das coisas – o pensamento dos *modos* – implica e expressa a *ideia* dos *atributos* de Deus. A relação dos números

diferentes – $1/2$ e $3/6$ – implica a ideia do Dobro e a expressa. Esta é, justamente, a estrutura da metáfora, que conecta entes diferentes numa mesma ideia: Aquiles e o leão são o mesmo na ideia da Coragem.

Assim sendo, tanto Aristóteles, quanto Espinosa, falam de uma capacidade intuitiva, diferente de um conhecimento discursivo que procede logicamente. Esta capacidade detecta, de um golpe, instantaneamente, sem raciocínio prévio, as semelhanças entre coisas logicamente afastadas – por exemplo, entre Aquiles e o leão. Capta-os na ideia da Coragem e a faz surgir diante dos olhos.

Guimarães Rosa, por sua vez, na sua entrevista a Günter Lorenz, fala, igualmente, de uma sabedoria distinta da lógica, que seria característica da “brasilidade”:

Para compreender a “brasilidade” é importante antes de tudo aprender e reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica. A sabedoria é saber e prudência que nascem do coração. Minhas personagens, que são sempre um pouco de mim mesmo, um pouco muito, não devem ser, não podem ser intelectuais pois isso diminuiria sua humanidade (Coutinho, 1983, p. 92).

E continua:

Inteligência, prudência, tal como eu as interpreto, cultura elevada, tudo isso está bem, pois o escritor atual deve possuir todas estas qualidades. Mas não deve se transformar em um computador. Não deve abandonar as zonas do irracional, ou então deixa de produzir literatura e só produz papel. [...] Um gênio é um homem que não sabe pensar com lógica, mas apenas com a prudência. A lógica é a prudência convertida em ciência; por isso não serve para nada [...] ... a vida ficaria limitada a uma única operação matemática, que não necessitaria da aventura do desconhecido e inconsciente, nem do irracional. [...] por isso também espero uma literatura tão ilógica como a minha, que transforme o cosmo num sertão no qual a única realidade seja o inacreditável. [...] Pense nisto:

o amor é sempre ilógico, mas cada crime é cometido segundo as leis da lógica (Coutinho, 1983, p. 93).

Esta sabedoria distinta do desenvolvimento lógico do raciocínio, que capta semelhanças *uno intuitu*, é o que Aristóteles chamava, igualmente, de *nous*, isto é, de inteligência. O *nous* capta e expressa ideias: “A língua serve para expressar ideias, mas a linguagem corrente expressa apenas clichês e não ideias; por isso está morta, e o que está morto não pode engendrar ideias” (Coutinho, 1983, p. 88).

No sertão, cada homem pode se encontrar ou se perder. As duas coisas são possíveis. Como critério, ele tem apenas sua inteligência e sua capacidade de adivinhar (Coutinho, 1983, p. 94).

A inteligência de que fala Guimarães Rosa é, igualmente, uma capacidade de captar de um golpe – *uno intuitu* –, isto é, de adivinhar, pois quando se adivinha não há raciocínio prévio. Esta capacidade é aquela de metaforizar bem, como indicada por Aristóteles. É o conhecimento do terceiro gênero de Espinosa. Assim, Guimarães Rosa metaforiza e declara, *uno intuitu*, que “gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco”:

O crocodilo vem ao mundo como um *magister* da metafísica, pois para ele cada rio é um oceano, um mar de sabedoria, mesmo que chegue a ter cem anos de idade. Gostaria de ser um crocodilo, porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade (Coutinho, 1983, p. 72).

A propósito, menciona a religião como parente da poesia e, portanto, da metáfora:

A religião é um assunto poético e a poesia se origina da modificação de realidades linguísticas. Desta forma, pode acontecer que uma pessoa forme palavras e na realidade

esteja criando religiões. Cristo é um bom exemplo disso (Coutinho, 1983, p. 92).

Cristo, como se viu acima, surgiu como a Palavra original – justamente como a metáfora.

Assim sendo, Guimarães Rosa, ao introduzir a metáfora do *rio*, que, como vimos, é a palavra, que, na sua capacidade criadora original, recolhe, vivifica e unifica os múltiplos sentidos da palavra *fronteira*, não estaria utilizando uma mera figura de retórica. Estaria, ao contrário, devolvendo-nos “a vida em sua forma original” (Coutinho, 1983, p. 84). Estaria limpando a língua das cinzas que a recobrem – estaria renovando-a: “Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo” (Coutinho, 1983, p. 88). O *rio*, *fronteira*, floresce e desdobra-se em várias *fronteiras*, articuladas entre si. “Queria libertar o homem deste peso, devolver-lhe a vida em sua forma original” (Coutinho, 1983, p. 84).

Guimarães Rosa quer, pois, como dito na epígrafe a este estudo, libertar o homem do peso do *tempo*, isto é, da prisão nos conceitos reflexivos, da situação de pecador caído no tempo e no espaço, redimindo-o, fazendo-o ressurgir para uma vida renovada – para a vida *eterna*: “Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade” (Guimarães Rosa, 1970, p. 72).

Mais uma vez, pois, encontramos o *rio*, que expressa a eternidade: é um *modo* terreno, temporal, que implica e explica a eternidade, *atributo* divino – a instantaneidade de Deus. “Olhe: Deus come escondido, e o diabo sai por toda parte lambendo o prato...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 45-46).

Ao partir da metáfora do *rio*, Guimarães Rosa estaria, pois, pensando a partir da eternidade – ou seja, estaria pensando instantaneamente, de um golpe. Estaria, segundo Espinosa, conhecendo *sub specie aeternitatis*.

É justamente o que afirma ao dizer: “Sou escritor e penso em eternidades. [...] Eu penso na ressurreição do homem” (Coutinho, 1983, p. 77).

Sendo assim, Riobaldo também pensa instantaneamente – faz surgir as ideias:

Eu quase de nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre – o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos, amém! (Guimarães Rosa, 1970, p. 15).

Só o que mesmo devo de dizer, como atiro bem [...] Honras não conto alto, porque acho que acerto natural assim é de Deus, dom dado. [...] Pontaria, o senhor concorde, é um talento todo, na ideia. O menos é no olho, compasso (Guimarães Rosa, 1970, p. 125).

X

Com o pecado original, Adão caiu nos conceitos reflexivos – o conhecimento do bem e do mal. Mas caiu, ainda, na consciência da morte. Na verdade, Deus disse a ele: “morrerás indubitavelmente” (*Gênesis*, II, p. 17). Deus revelou-lhe a morte própria – a mortalidade. Caído no mundo do tempo e do espaço, o homem defronta-se com a morte própria, com a consciência de si, e daí surge o medo. O medo maior, original, que sustenta todos os demais medos na vida, é aquele da morte. É este medo que Riobaldo encontrara ao atravessar o rio com o Menino. Vê ainda, mais tarde, nossa mortalidade encarnada na pessoa do Felisberto: “A morte estava com esse Felisberto, coitado desgraçado. A coisa estranha que uma bala de arma tinha entrado nos centros da cabeça dele, recessos da ideia dele – de lá, de vezes em vezes, perturbava com excessos: daí um dia, em curto, era a morte fatal” (Guimarães Rosa, 1970, p. 399). É com esse medo que ele procura acabar, no decorrer da vida, acompanhado de Diadorim: o medo da morte é, no fundo, o medo do Mal. Assim, Riobaldo o vê encarnado no Hermógenes, assassino de Joca Ramiro: “Rúim, mas inteirado, legítimo, para toda certeza, a maldade pura” (Guimarães Rosa, 1970, p. 309). É este medo que ele procura enfrentar no pacto das Veredas Mortas: “enfrentar a Figura...” (Guimarães Rosa, 1970, p. 309). Quer ter a coragem de enfrentar o medo da morte. Riobaldo peleja para livrar-se

do medo, introduzido “nos recessos da ideia” pela consciência da mortalidade própria, isto é, medo de algo desconhecido, inimaginável, que ainda não existe e não tem uma figura própria:

A modo que o resumo da minha vida, em desde menino, era para dar cabo definitivo do Hermógenes – naquele dia, naquele lugar. Pelejei para recordar as feições dele, e o que figurei como visão foi a de um homem sem cara (Guimarães Rosa, 1970, p. 434).

Também no combate final do Paredão, ao morrer seu companheiro Marcelino Pampa, Riobaldo depara o destino mortal do homem: “Era a cara pura da morte” (Guimarães Rosa, 1970, p. 440).

Um homem morre mais que vive, sem susto do instantaneamente, e está ainda com remela nos olhos, ranho môco no nariz, cuspes na boca, e obra e urina e restos de de-comer, nas barrigas... (Guimarães Rosa, 1970, p. 440).

Diadorim, entretanto, ao morrer, mata o Hermógenes, isto é, enquanto *figura Christi*, morre para matar a morte, para vencer o mal e o medo, para redimir o mundo, “que desmanchando todo estavam” (Guimarães Rosa, 1970, p. 419) – para ressurgir:

Aí ergui mão para coçar minha testa, aí me cisme: e fiz, com todo o respeito, o pelo-sinal. Sei que o cristão não se concentra pela má vida levável, mas sim porém sucinto pela boa morte – ao que a morte é o sobrevir de Deus, entornadamente (Guimarães Rosa, 1970, p. 248).

Riobaldo descobre que a morte – o Mal – não existe:

Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! [...] Fosse lhe contar... Bem, o diabo regula seu estado preto nas criaturas – eu digo (Guimarães Rosa, 1970, p. 11).

Pois, não existe! E se não existe, como é que se pode contratar pacto com ele? [...] Mire veja: o que é ruim, dentro da gente, a gente perverte sempre para arredar mais de si. Para isso é que muito se fala? (Guimarães Rosa, 1970, p. 33).

Quem existe é Deus, “entornadamente”:

Ah, medo tenho não é de ver morte, mas de ver nascimento. Medo mistério. O senhor não vê? O que não é Deus, é estado do demônio. Deus existe mesmo quando não há. Mas o demônio não precisa de existir para haver (Guimarães Rosa, 1970, p. 49).

Dia-dorim, no fundo, não existia: havia. Quem existia era *Deo*-dorina. Na morte, uma vez retirada a roupa que a encobria, Deodorina surge em si mesma. O amor de perdição por *Di*adorim era, no fundo, o amor de salvação por *De*odorina:

Diadorim me chamou, pegando em meu braço. Diadorim vigiou aquelas diferenças: ele temeu; temeu por minha salvação, a minha perdição. Ou foi que Nossa Senhora da Abadia mandou que assim tivesse de ser? (Guimarães Rosa, 1970, p. 351).

Guimarães Rosa vive, pensa e escreve, como ele próprio diz, na *palavra*, isto é, nesta *fronteira* entre o medo e a coragem, entre a vida e a morte, entre Diadorim e Deodorina. Pensa e fala na ressurreição para uma vida sem morte, sem medo, para uma vida para além do bem e do mal – para a vida original.

Mas eu hoje em dia acho que Deus é alegria e coragem – que Ele é bondade adiante, quero dizer (Guimarães Rosa, 1970, p. 237).

Eu penso na ressurreição do homem (Coutinho, 1983, p. 77).

Esta vida original é a vida eterna. Na eternidade, fora do tempo e do espaço, tudo já aconteceu, acontece e acontecerá de um golpe, instantaneamente. Este instante, como se viu, desdobra-se no tempo e nossas ações devem seguir este roteiro eterno – esta receita, este projeto, esta lei – pauta instantânea:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pejei para achar, era uma só coisa – a inteira – cujo significado e vislumbado dela eu vejo que sempre tive.

A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem – mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que, sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse nordeado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto; mas, fora dessa consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador – sua parte, que antes já foi inventada, num papel... (Guimarães Rosa, 1970, p. 366).

Como Riobaldo, Guimarães Rosa pensa, de golpe, *sub specie aeternitatis*. Creio que é a esse roteiro instantâneo, eterno, de Deus, a que ele se refere, na sua carta xiv a seu tradutor italiano. Traduz, no tempo, o projeto eterno de Deus – expressa ideias:

Eu, quando escrevo um livro, vou fazendo como se o estivesse “traduzindo”, de algum alto *original*, existente alhures, no mundo astral ou no “plano das ideias”, dos arquétipos, por exemplo. Nunca sei se estou acertando ou falhando, nessa “tradução” (Guimarães Rosa, 1981, p. 63-64).

Anteriormente, já notara, na carta xiii, a importância da intuição:

Ora, Você já notou, decerto, que, como eu, os meus livros, em essência, são “anti-intelectuais” – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração, sobre o bruxolear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana (Guimarães Rosa, 1981, p. 58).³

3 As traduções das citações em idioma estrangeiro são minhas. Agradeço a João Almino, colega e amigo, pela leitura paciente de uma primeira versão deste estudo e pelos preciosos conselhos de como melhorar o texto. As deficiências que persistem são de responsabilidade minha.

Guimarães Rosa copia da guirlanda de ideias concatenadas – “plano das ideias” – desconhecida em sua totalidade e, portanto, sempre a ser explicada repetidamente, interpretada e reinterpretada, para liberar sempre novos sentidos. Cópia da “sua parte, que antes já foi inventada, num papel” – cópia da pauta do espírito, isto é, para falar como Hegel, da Ideia absoluta, que se expressa na arte, na religião e na filosofia⁴.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Heloisa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. Brasília: FUNAG, 2007.

ARISTÓTELES. *Rethoric*. Loeb Classical Library. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1967.

CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Edición del IV Centenario. Madrid: Real Academia Española, 2004.

COUTINHO, Eduardo de Faria. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *Hegel's Dialectic*. New Haven/London: Yale University Press, 1976.

GADAMER, Hans-Georg. *Truth and Method*. New York: Continuum, 1996.

GILSON, Etienne. *Saint Thomas Moraliste*. Paris: Vrin, 1974.

GRIGNION DE MONTFORT, Luis Maria (Santo). *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970.

GUIMARÃES ROSA, J. *Correspondência com o tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1981.

4 Ver Gadamer, 1976, p. 75-99 – “The idea of Hegel's Logic”. Ver Hegel, 1971, p. 549-550.

HEGEL, G.W. F. *Science de la Logique*. tome IV. Paris: Aubier Montaigne, 1971.

JORDAN, Mark D. *The Cambridge Companion to Aquinas*. Cambridge: CUP, 1993.

KANT, Emmanuel. *Critique de la Raison Pure*. Paris: PUF, 1968.

KANT, Immanuel. *Political Writings*. Cambridge: CUP, 1991.

MERTON, Thomas. *Maria. Testi teologici e spirituali dal I al XX secolo*, a cura della Comunità di Bose. Milano: Arnoldo Mondadori, 2000.

RICOEUR, Paul. *The Just*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

SPINOZA, Baruch de. *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, 1962.

SPERBER, Suzi Frankl. *Caos e cosmos*. Leituras de Guimarães Rosa. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

Biografias

João Guimarães Rosa nasceu, a 27 de junho de 1908, em Cordisburgo, no Estado de Minas Gerais. Formou-se em medicina em 1930, ocasião em que esteve, como voluntário, ao lado das forças revolucionárias. Clinicou, como “médico de roça” no interior de Minas. Em 1932, durante a revolução, serviu incorporado às tropas de Minas Gerais. Em 1934, prestou concurso para a carreira diplomática e foi aprovado em 2º lugar. No exterior, serviu no Consulado-Geral em Hamburgo (1938-1942), na Embaixada do Brasil em Bogotá (1942-1944) e na Embaixada em Paris (1948-1951). No Brasil, foi chefe do Gabinete do Ministro de Estado (1944-1948) e, novamente, em 1951. Em 1946, fez parte da Delegação do Brasil à Conferência de Paz em Paris. Promovido a ministro de primeira classe em 1958. Guimarães Rosa comentou vários destes dados biográficos em entrevista concedida a Günter Lorenz, em Gênova, em janeiro de 1965: “Sim, fui médico, rebelde, soldado. Foram etapas importantes de minha vida, e, a rigor, esta sucessão constitui um paradoxo. Como médico, conheci o valor místico do sofrimento; como rebelde, o valor da consciência;

como soldado, o valor da proximidade da morte... [...] Mas estas três experiências formaram até agora o meu mundo interior; e, para que isto não pareça demasiadamente simples, queria acrescentar que também configuram meu mundo a diplomacia, o trato com cavalos, vacas, religiões e idiomas”.

Heloisa Vilhena de Araujo nasceu em São Paulo, em 15 de fevereiro de 1940. É filha de Renato Lion de Araujo e Maria da Glória Vilhena de Araújo. Fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco entre 1962 e 1963. Concluiu doutorado em Literatura Brasileira pelo King's College, Universidade de Londres, em 1980, com tese intitulada “As Metamorfoses de João Guimarães Rosa”. Em 1997, tornou-se Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata. Serviu, no exterior, em Paris, Moscou, Londres, Lima, Santiago e Roma. Foi Coordenadora de Ensino do Instituto Rio Branco (1985) e Diretora do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (2002-2005). Esteve à disposição da Secretaria de Cultura da Presidência da República (1991-1992) e do Ministério da Educação (1993-1999 e 2001-2002). Publicou os seguintes livros sobre a obra de Guimarães Rosa: *Guimarães Rosa: diplomata*, FUNAG, MRE, 1987; *A raiz da alma*, EDUSP, 1992; *O roteiro de Deus*, Mandarim/Siciliano, 1996; *O espelho*, Mandarim/Siciliano, 1998; *As três graças*, Mandarim/Siciliano, 2001; *Palavra e tempo*, Mandarim/Siciliano, 2001.

Antônio Houaiss: um sábio a serviço da palavra

José Carlos de Azeredo



Introdução

O assunto deste capítulo é o legado intelectual de Antônio Houaiss, diplomata, filólogo, crítico literário e mais conhecido nacionalmente pela autoria do dicionário que leva seu nome: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. O quinto de sete filhos dos imigrantes libaneses Habib Assad Houaiss e Malvina Farjalla Houaiss nasceu no bairro carioca de Copacabana em 15 de outubro de 1915. A família era católica-maronita. Entre tantos que analisaram e comentaram sua contribuição aos vários campos associados à investigação da língua e produção de conhecimento sobre sua estrutura e uso (cf. *Antônio Houaiss – uma vida*, coletânea de depoimentos na celebração de seus 80 anos), é consensual a opinião de que Antônio Houaiss foi o *scholar* mais completo e um dos mais brilhantes em sua geração.

Apostando na condescendência do leitor, o autor desta apresentação se permite um “truque” para ler o nome desse *ícone do saber* mediante uma segmentação mórfica ilusionista, à qual talvez ele próprio reagisse com uma piscadela marota: Antônio é um, mas Houaiss – soando como uma feira de vogais arrematada pelo alongamento sibilante de um plural aparente – são vários. Prenúncio de suas notórias múltiplas facetas: professor, latinista, diplomata, ideólogo do socialismo, filólogo, foneticista, crítico literário, enciclopedista, bibliólogo, lexicógrafo, tradutor, gourmet.

No prólogo à tradução espanhola (1945) do *Cours de linguistique générale* (1916), Amado Alonso (1896-1952) revela a intenção de “fazer

ver ao leitor como [...] pode um sábio ser ilustre tanto pelas questões que propõe e resolve quanto pelas que obriga seus pares e sucessores a repropor e resolver” (Alonso, 1945, p. 7). O linguista hispano-argentino se referia ao impacto das ideias do indo-europeísta Ferdinand de Saussure (1857-1913) na refundação da ciência da linguagem no século XX. Redimensionada em seu alcance, e tendo por referência o exercício crítico do pensamento no Brasil da segunda metade do século passado, a afirmação de Amado Alonso se aplica sob medida ao legado intelectual e político de Antônio Houaiss.

Da formação básica às Letras Clássicas

Em depoimentos que deu sobre seu tempo de infância em Copacabana, onde residiu na esquina da rua Barroso (atual Siqueira Campos) e a Avenida Atlântica, Antônio Houaiss ordinariamente mencionava três aspectos: 1) a convivência com famílias de outras nacionalidades – italiana, portuguesa, belga, espanhola, polonesa – experiência que despertou precocemente no menino o fascínio da linguagem; 2) a incorporação do mar ao seu cotidiano, quer como espaço de lazer – Houaiss era um exímio nadador –, quer como reserva de suprimentos vivos para as refeições – os siris e os mariscos eram abundantes e presas fáceis à beira-mar; 3) a curiosidade intelectual, a motivação para a leitura e o estudo, e o prazer de compartilhar o conhecimento adquirido.

Ele foi alfabetizado e recebeu toda a formação escolar primária e secundária na rede pública mantida pela Prefeitura do então Distrito Federal, em unidades localizadas em Copacabana, Leme e Botafogo. Sua meta era ingressar no Colégio Pedro II, referência pedagógica de maior prestígio na rede pública brasileira, onde pretendia ampliar seu conhecimento de língua portuguesa, de literatura brasileira e de latim. Circunstâncias de ordem financeira e de “logística familiar” tornavam imperiosa, entretanto, uma alternativa mais realista para o prosseguimento dos seus estudos, e Houaiss, visando a uma profissionalização em prazo curto, acabou ingressando na recém-fundada Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, onde obteve o diploma de perito-contador em 1933, então com 18 anos.

O perfil mais técnico desse intervalo profissionalizante não afetou em nada seu interesse pelo mundo das letras, que continuou arrebatando a curiosidade do jovem Antônio e lhe inspirando sonhos e projetos. Sentia o que ele mesmo chamava “um grande fascínio pelo universo da palavra escrita” (*Antônio Houaiss – depoimento ABL* [julho de 1986]); era leitor constante, senão compulsivo – inclusive de publicações especializadas sobre a língua portuguesa – e se orgulhava de ter recebido algumas dessas obras das mãos de seus mestres, ninguém menos que Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), que se notabilizaria como o introdutor da linguística moderna no Brasil; Ernesto de Faria Junior (1906-1962), que veio a se tornar catedrático de latim e literatura latina da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; o gramático José Oiticica (1882-1957) e o filólogo e dicionarista Antenor Nascentes (1886-1972).

Tinha ele ainda 16 anos quando iniciou, no âmbito da Prefeitura do Distrito Federal, sua carreira de professor, inicialmente nas áreas de mecanografia e datilografia, passando a dar aulas de português em 1933, em atividades pelas quais outros professores integrantes do quadro oficial do estabelecimento se responsabilizavam, mediante a respectiva assinatura.

Data também dessa época a experiência que relata em um texto sobre o romancista português Camilo Castelo Branco, cujo estilo o impressionava pela opulência do vocabulário.

A riqueza da linguagem camiliana tem [...] uma tal vitalidade, no geral, e é tão comunicante, que Camilo pode ser lido ou ouvido por leitores ou ouvintes portugueses semiliteratos com quase completa inteligência. Que se me permita um depoimento autobiográfico, válido para o caso: o primeiro “emprego” remunerado do signatário destas linhas terá seguramente sido o de ler, para suados e cansados assalariados portugueses do então fazia pouco inaugurado Copacabana Palace Hotel, que viviam em “república” no Leme, no Rio de Janeiro, durante um par de horas a cada dia, à noitinha, romances e romances de Camilo Castelo Branco. Seus ouvintes, na maioria –

seriam oito a nove – eram analfabetos, ou pouco mais (ou menos); mas sua atenção, roubada ao sono e ao mais que merecido repouso, era infatigável, fazia-os comungar com as situações, os heróis, os algozes, tomando partido, esperançando-se, desesperando-se, suspirando, sorrindo (pouco), chorando (não raro). Grande rapsodo de sua gente, sua gente compreendia-o e compreendê-lo-á por muito tempo ou sempre (Houaiss, 1979, p. 196-197).

Em 1936, Antônio Houaiss ingressou no curso de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, onde concluiu o bacharelado em 1940 e obteve a licenciatura em 1942.

Carreira diplomática de um adepto do Socialismo

Aos 19/20 anos, o desempenho do jovem “já dava o que falar”. Houaiss passou a ser requisitado para atuar na preparação de candidatos a cargos públicos, notadamente os aspirantes à carreira diplomática, os quais, uma vez aprovados, sempre creditavam ao jovem professor parte do êxito no processo seletivo. No início dos anos 1940, alguns de seus ex-alunos, recém-ingressados na carreira diplomática, se lembraram dele quando surgiu uma vaga para professor de português e cultura brasileira no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideú, durante o biênio 1943-1944. A Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores avalizou seu nome e lhe fez o convite. Houaiss estava recém-casado com Ruth Marques de Salles. Estava tudo definido e providenciado para o início da vida conjugal no Rio de Janeiro, mas o casal não teve dúvida: a oportunidade era irrecusável.

Em seu retorno ao Brasil, em 1945, quando chegava ao fim a Segunda Grande Guerra, trazia na bagagem a certeza de que prestara um serviço de alta relevância cultural e educacional às duas nações envolvidas. Motivado por essa convicção e incentivado por sua esposa – e companheira na experiência vivida no país vizinho – prestou concurso e ingressou na carreira diplomática. Sua estreia no exterior se deu no posto de vice-cônsul em Genebra, onde serviu de 1947 a 1949. Teve em seguida uma temporada de dois anos na República Dominicana,

de onde seguiu para a experiência que mais prazer lhe deu, enquanto durou. Em 1951, foi servir como segundo-secretário em Atenas, onde ele e Ruth puderam conferir, deslumbrados, o monumental conjunto de relíquias históricas e artísticas que ambos, igualmente formados em Letras Clássicas, conheciam até aquele momento apenas de textos e fotos.

Corria o ano de 1953. Em um cenário político turbulento no Brasil, sob o governo Getúlio Vargas, um grupo de diplomatas, incluindo Antônio Houaiss e o poeta João Cabral de Melo Neto, foi acusado de constituir uma “célula de periculosidade vermelha” (comunistas) no seio do Itamaraty. Aberto o inquérito para apurar a denúncia, nada foi comprovado contra os acusados. No entanto, em vez de determinar o arquivamento do caso, o então Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, cedeu à pressão da imprensa anti-Getúlio e encaminhou o inquérito ao Conselho de Segurança Nacional, que decidiu pelo afastamento dos diplomatas.

Retirado das funções públicas, estava disponível para se dedicar a um tema de seu interesse, que já rendera muita polêmica no século XIX e que voltava à cena como desdobramento da questão da língua literária no Modernismo: a língua dos brasileiros ainda era a língua portuguesa, ou, em virtude das mudanças ocorridas no território americano, já tinha passado a ser outra, cabendo-lhe a denominação de “língua brasileira”? Foram vários os estudos e ensaios produzidos nessa fase, e que acabaram reunidos em publicação de 1960: *Sugestões para uma política da língua*. No primeiro desses ensaios, intitulado *Sobre a língua do teatro*, anunciava-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, realizado em Salvador / Bahia em dezembro de 1956, no qual apresentou a mais detalhada análise até então feita do sistema fonético-fonológico de uma variedade de português falada no Brasil: *Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca*. Entre os demais capítulos, um se destaca pela extensão e singularidade; nele, Houaiss atua como mediador de uma roda de depoimentos da qual participaram os professores e filólogos Serafim da Silva Neto [1917-1960], Sílvio Edmundo Elia [1913-1998] e Celso

Ferreira da Cunha [1917-1989]. O tema da mesa era a existência da “Língua Brasileira”.

Antônio Houaiss só seria reintegrado à carreira diplomática em 1960, no posto de primeiro-secretário, após longa batalha judicial. Reintegrado, foi designado para atuar na Missão Brasileira junto às Nações Unidas (ONU), onde tomou parte na equipe enviada às então colônias belgas de Ruanda e Burundi. Incumbia a essa equipe organizar o armistício e a anistia política que antecederam a independência desses países da África Oriental. Na ocasião, já no posto de ministro de segunda classe, atuou proficuamente no exame de processos e na redação dos respectivos relatórios envolvendo 1.220 presos políticos, todos anistiados em 1962 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, fez parte do Comitê sobre o Sudoeste Africano (a futura Namíbia) e do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

O embaixador Vasco Mariz [1921-2017] relatou certa vez que, em 1960, ano de admissão dos novos Estados da África na ONU, testemunhou alguns encontros de Houaiss com representantes africanos no salão plenário da Assembleia Geral. Mariz estava certo de que os diplomatas africanos vinham “pedir a Houaiss que os orientasse sobre como votar em complicados projetos de resolução, naquela intrincada organização da qual tão pouca experiência tinham” [Citação feita por Affonso Arinos de Mello Franco (filho) no discurso de posse na Cadeira 17 da ABL, em novembro de 1999]. Vasco Mariz lembrava que os dois costumavam conversar sobre o assunto e que o amigo lhe confidenciava que “os diplomatas africanos preferiam consultá-lo, insuspeito e neutro para eles, a ter de abordar os delegados ingleses ou franceses, que os aconselhariam com interesse e parcialidade” (*Ibid.*).

Houaiss se destacava entre os negociadores da resolução da Assembleia Geral intitulada Declaração de Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais. Esse documento deixava explícito que o Brasil não mais endossaria a política colonialista das nações europeias. Representante da Delegação Brasileira na Comissão de Tutela e Territórios Não Autônomos, defendia obstinadamente a nova fase da política externa brasileira – sob a liderança do embaixador João

Augusto de Araújo Castro [1919-1975], Ministro das Relações Exteriores do governo João Goulart –, e assim descortinava o futuro de negócios e empreendimentos culturais com as “províncias ultramarinas”, como a ala salazarista eufemisticamente chamava as colônias.

Sua atuação desagradava ao governo português, que recorreu a aliados brasileiros politicamente influentes e comprometidos em evitar atritos com Portugal. A mudança na política externa do Brasil viria como consequência do golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou um regime ditatorial. A “corte” militar autoalçada ao poder definiu como desafetos a serem neutralizados, perseguidos ou mesmo eliminados os defensores de um estado democrático movido por ideais socialistas. Antônio Houaiss, que assumia ostensivamente esse perfil, foi punido em 1953 em virtude de suas convicções políticas. Onze anos depois, ele voltaria a pagar preço elevado por elas: o regime militar instaurado em 1964 lhe cassou os direitos políticos e sua carreira diplomática era mais uma vez interrompida.

Em tempo de enciclopédias

Aposentado à revelia em 1964, ao retornar ao Brasil foi acolhido no jornal *Correio da Manhã*, onde passou a trabalhar na companhia de Moacyr Werneck de Castro (1915-2010), Otto Maria Carpeaux (1900-1978) e Carlos Heitor Cony (1926-2018), entre outros, com a determinação de assegurar uma trincheira de combate ao autoritarismo. Esse estágio de imprensa durou cerca de dois anos, seguido da fase em que, mais uma vez movido pelo “grande fascínio pelo universo da palavra escrita”, ele se debruçou sobre vários projetos de alto fôlego. São alguns deles: tradução e edição do *Ulisses*, de James Joyce, tarefa que realizou em inacreditáveis 11 meses de trabalho diuturno (1966/1967), incluindo a revisão, que, por óbvias razões, só o próprio tradutor poderia fazer; finalização e edição dos *Elementos de Bibliologia*, obra iniciada em 1958, quando esteve à disposição da Casa de Rui Barbosa (um alentado tratado – 726 páginas – sobre o método e a técnica da edição de textos escritos, especialmente os antigos, bem como concernente ao significado histórico e cultural do livro [1967]);

planejamento e editoria da *Enciclopédia Delta-Larousse* (1970-1972. 12 volumes); planejamento e editoria da *Enciclopédia Mirador Internacional* (1973-1975. 20 volumes e um atlas), e a relatoria na Comissão da Academia Brasileira de Letras encarregada de preparar a edição – expressivamente aumentada – do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (1978).

Eleito em 1º de abril de 1971 para a Cadeira nº 17 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Álvaro Lins, foi recebido em 27 de agosto de 1971 pelo acadêmico e também diplomata Afonso Arinos de Melo Franco (pai), que, otimista, viu o “lado bom” do ato autoritário que alijou Houaiss da vida pública em 1964: “a súbita aposentadoria o restituiu à exclusiva atividade intelectual da sua juventude, e foi um bem para a cultura brasileira” (Discurso de recepção na ABL em 1971).

Sobre as enciclopédias, o lexicógrafo e tradutor Paulo Geiger, seu velho amigo e colaborador de décadas, contabilizou a empreitada: “Trinta e seis tomos, mais de 20.000 páginas, três milhões de linhas, 25 milhões de palavras, 150 milhões de caracteres, dezenas de milhares de fotografias, desenhos, diagramas, tabelas e mapas fluíram em ritmo acelerado para o controle, o crivo, a crítica, a correção, o encaixe, orientados e supervisionados pelo editor-chefe”. (Mariz, 1995, p. 231). Foi também, nesses anos, autor de dois dicionários bilíngues inglês-português.

A palavra como foco

Evaristo de Moraes Filho [1914-2016], célebre advogado trabalhista, velho amigo de Houaiss e seu confrade na Academia Brasileira de Letras (Cadeira 40), resumiu com singeleza o perfil do amigo consolidado ao longo da vida: “A simples preferência juvenil de Houaiss pelos estudos linguísticos e clássicos já anunciava a sua preocupação constante pelo que o homem tem de mais próprio, de único entre todos os animais: a língua”. (Mariz, 1995, p. 147).

A palavra – seja como instrumento, na ampla diversidade de sua serventia sociocomunicativa; seja como objeto de análise linguística ou literária, no amplo espectro de suas materializações textuais –

esteve no centro das atenções de Antônio Houaiss ao longo de sua extensa e fecunda vida de intelectual e homem público. Como autor do Manual de serviço do Itamarati, consolidando 14 mil instruções para a rotina do Ministério das Relações Exteriores; como assessor do Serviço de Documentação da Presidência da República no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), editorando discursos, mensagens, documentos em geral, e registrando todo o referente à construção e inauguração de Brasília; como conselheiro na Delegação Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque; como formulador dos critérios para a edição crítica das obras de Machado de Assis; como organizador e secretário-executivo do Congresso Internacional de Tradutores, realizado em 1988 no Instituto Internacional de Cultura (Campos-RJ); como representante do Brasil na comissão do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa em dezembro de 1990 e em vigor no Brasil desde 2009; como ideólogo em defesa de uma política que assegurasse ao português lugar proeminente como “língua de cultura” no cenário mundial; como dicionarista; como tradutor; como crítico literário; e, mesmo sem esgotar esse rol, como autor de prefácios/introduções – nos quais deixou páginas densas de comentário sobre novos e decisivos caminhos para a leitura de grandes nomes da literatura brasileira. Nesse domínio, são exemplares os prefácios/introduções às seguintes obras: *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade* [1968], de Hércio Martins; *Machado de Assis e a análise da expressão* [1968], de Maria Nazaré Lins Soares; *Reunião – 10 livros de poesia*, de Carlos Drummond de Andrade (1969), e *Recado do Nome* (leitura de Guimarães Rosa à luz do Nome de seus personagens [1976]), de Ana Maria Machado.

O estilo e a técnica da busca do conceito

A obsessão pela precisão de um conceito o levava com frequência a adotar uma técnica retórico-estilística para, com indisfarçável volúpia, desdobrar o comentário em associações semânticas e morfológicas. Houaiss se valia desse recurso, não como um mero meio entre outros – ou mesmo uma preferência pessoal – de exprimir uma ideia, mas como um procedimento constitutivo do sentido. Ou seja, o sentido que se

compartilha com o leitor / ouvinte se deve a um estreito compromisso com a forma pela qual está expresso, resultando, frequentemente, da síntese de suas possibilidades associativas. No caso, o sentido havia de ser buscado mediante uma espécie de “saturação interpretativa” baseada no estímulo da consciência verbal do leitor.

Ele se serviu desse expediente em textos de variada natureza. Veja-se a seguinte passagem de um prefácio, em que sublinha a relevância de uma tese sobre o estilo de Machado de Assis:

Ensina a ver mais fundo e melhor onde mais fundo e melhor Machado de Assis pôs suas intenções e subintenções – nas entrelinhas, nos entretermos, nas entressílabas, nos silêncios, nas vacilações (intencionais), nas hesitações (intencionais), nos tartamudeios (intencionais) nas ponderações com escrúpulos do intentado dizer ante o dito como realizado (Soares, 1968, p. IX).

Em setembro de 1992, recepcionando o diplomata Sérgio Paulo Rouanet, eleito para a Cadeira 13 da ABL, Houaiss se valeu do procedimento para imprimir o mais envolvente tom afetuosos à saudação:

Faz vinte e um anos que sou desta Casa, a que, estatutariamente, estou vinculado *ad vitam*. Por pouco, outro seria o vosso recipiente ou receptor, numa relação morfológica que vos faz recipiendário, vale dizer, dois nomões quase feios para dizerem, neologicamente, o que vos acolhe e o que é acolhido. Realmente, sinto-me muito mais como acolhedor e vos vejo muito mais como acolhido, numa relação afetuosos de acolhida, em que há ecos de escolha e recolhimento.

Com a humildade que o tornava ainda mais admirado – pois seus leitores sabiam o quanto tinham a ganhar deslindando, com determinação, os trechos que pediam mais de uma leitura – ele se rendia ao juízo do leitor e se explicava:

Tenho um jeito de escrever (e possivelmente de pensar) que não se compadece com a oralidade – a tensa e falsa oralidade – das conferências, dos discursos: sou

muito parentético, interparentético, intraparentético, pouco paratático, muito hipotático, condicionante, aparentemente sinonimizante, o que dá, também, não raro, a impressão (senão que a revelação) de prolixo. Querendo às vezes dizer, no tempo que deva, mais do que posso, acabo obscuro ou ambíguo aos outros, às vezes a mim mesmo, ao reler-me tempos depois (Politolinguística. In: Houaiss, 1983, p. 69).

O titular de literatura portuguesa da UERJ, professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho [1927-2011], camonista aclamado e também especialista em ecdótica, tinha outra explicação para o estilo do amigo, com a qual o defendia da autocrítica:

Ele tem na língua o gosto vivo das palavras, o sabor verbal, pois joga com elas na frase como se fosse um *jongleur* de estrelas a explorar a própria aura mágica que envolve os vocábulo do idioma, não se perdendo nesse jogo inteligente e perigoso, porque nele a frase respira ritmos e melodia inesperados, com profunda erudição e espantosa sensibilidade, tudo em estilo pictórico, dionísio mesmo, jamais apolíneo, pois tanto se dirige à audição como à visão, composto sempre em profundidade, bem longe da superficialidade brilhante e com partes subordinadas a um núcleo ideológico central, invariavelmente aberto e que se amplia – quase diríamos – em contorcidas volutas sinonímicas (Mariz, 1995, p. 119-120).

Língua de cultura – um conceito e suas nuances

Antônio Houaiss foi movido ao longo de toda a vida pelo “fascínio do universo da palavra escrita”, conforme se expressou em uma entrevista já aqui citada. Em uma passagem de *O português no Brasil*, esclareceu esse ponto:

Foi o advento da escrita, da literatização e da literatura (escrita), que representou o advento das línguas de cultura – isto é, de línguas que passaram a poder “acumular” no seu local e tempo de uso todos os locais reais e imaginários

e todos os tempos passados (e mesmo futuros) de uso – graças à reserva gráfica, isso que é dito também civilização escrita (Houaiss, 1985, p. 110).

Mesmo ciente de que a expressão “língua de cultura” não era usada por linguistas e antropólogos – que não a reconheciam como designativa de um conceito científico –, ele a empregou em vários ensaios escritos no início da década de 1980, concebidos na perspectiva do que lhe interessava acima de tudo: uma “Política da Língua”. Vejamos, portanto, os argumentos contrários à nomenclatura e respectivo conceito, e, em seguida, o ponto de vista de seu defensor.

A lição primeira do *Curso de Linguística Geral* (1916), marco da refundação da linguística como ciência no século XX – e que lhe era bem familiar – consiste no postulado de que é na expressão espontânea da comunicação falada que se encontra a natureza genuína das línguas. Do ponto de vista antropológico, por sua vez, o que se entende por “cultura” é o conjunto de saberes e de costumes constitutivos do modo de ser e de existir de um dado grupo humano. Uma vez que todo grupo humano é detentor de uma cultura, e que a língua existe como expressão e veículo do modo de existir que pressupõe tal cultura, toda língua é, necessariamente, uma “língua de cultura”. As lições provenientes dessas duas ciências são responsáveis pela reação ao pensamento de Houaiss, frequente entre os linguistas, que não veem nesse conceito senão a sobrevivência de um mito elitista – hoje superado – nascido no seio da tradição gramatical greco-romana e cultivado até o século XIX: a superioridade da língua escrita.

Houaiss sustentou a legitimidade teórica e a necessidade analítica do conceito de “língua de cultura” no quadro de uma Política da Língua. Recorrendo à distinção entre isonomia estrutural e heteronomia cultural, escreveu:

...temos de aceitar – pelo menos por ora – a isonomia estrutural das línguas e sua heteronomia cultural, vale dizer, temos de admitir que virtualmente todas as línguas são capazes de exprimir o que quaisquer outras exprimem, mas, ao mesmo tempo, temos que admitir que algumas atingiram

um estágio cultural qualitativa e quantitativamente mais apto a exprimir o que outras não exprimem ainda. [...]. A isonomia estrutural postula, assim, uma heteronomia cultural (Houaiss, 1963, p. 12-13).

Todas as línguas naturais são potencialmente aptas a exprimir qualquer ideia, qualquer conceito, qualquer novidade cultural, simplesmente porque todas as línguas naturais são expressões de um dom inato da espécie humana. Esse dom – ou *faculté du langage* – é o que garante a isonomia estrutural, ou seja, o fato de que qualquer variedade de uma língua se organiza como um sistema de regras. A heteronomia cultural, por outro lado, é fruto de uma aquisição que acontece nas condições históricas em que vive a comunidade, abrangendo os progressos realizados pela ciência e os benefícios trazidos pela educação formal. A língua escrita é ao mesmo tempo parte e forma de expressão da heteronomia cultural.

No prefácio de *A crise de nossa língua de cultura* (1983), acima citada, se lê uma formulação bem objetiva do conceito: “...língua que, por sua tradição escrita, é capaz de lidar com quaisquer temas de quaisquer tempos e lugares, temas humanos e divinos, científicos e poéticos, particularistas ou universalistas –, o que parece dar-lhe o direito a aspirar ao estatuto de língua de cultura de ponta”.

A consciência da palavra: Machado e Drummond

Para Antônio Houaiss, a consciência da palavra, recorrentemente inscrita no fazer literário de Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade, é um dos traços marcantes da grandeza desses dois ícones. A literatura é uma forma de conhecimento que tem em comum com as obras de arte em geral a capacidade de simular uma vivência do mundo mediante o poder criativo de seu meio de expressão. No caso da literatura, esse meio é a palavra.

Fora do universo da literatura, cabe à palavra a prestação de um serviço estritamente veicular: o que ela diz remete para um mundo que existe, ou que deveria existir, fora do texto: um acontecimento, uma informação, um sentimento, um comportamento, uma crença

etc. Nos textos assumidamente literários, o mundo é uma figuração criada pela palavra, e é como tal que a literatura se entrelaça com todas as áreas de conhecimento sem se confundir com qualquer uma delas. A literatura confina, por exemplo, com a História, quando se debruça sobre a memória das sociedades; com a Psicologia ou a Psicanálise, quando explora os conflitos e dramas das pessoas encarnados por personagens; com a Filosofia, a Ética, a Religião, quando a trama narrada estimula juízos morais do leitor; com a Linguística, quando seu meio de expressão – a palavra – se torna o próprio foco ou o motivo dos enredos. Desse modo, a serventia do texto literário como documento das matérias constitutivas dessas áreas é subsidiária; o que o particulariza e define sua identidade é a oferta de uma revelação daquelas matérias como experiência de significação do mundo que só é possível mediante o trato artisticamente criativo da palavra.

Pode-se dizer que Houaiss tinha um apreço muito especial pelos autores que se serviam da referência incidental às escolhas lexicais e aos próprios mecanismos de enunciação como um ingrediente de seu método de escrita. Na literatura brasileira, o primeiro autor que fez desse procedimento uma marca de seu estilo foi Machado de Assis. A obra do Bruxo do Cosme Velho, especialmente seus romances e contos, foi muito bem estudada, no Brasil e no exterior, mas essa particularidade só veio a ser analisada detalhadamente na tese intitulada *Machado de Assis e a análise da expressão*, de Maria Nazaré Lins Soares (1968). O prefácio dessa obra ficou a cargo de Antônio Houaiss, que a considerou “sob muitos títulos, modelar”. Mais do que uma apresentação da obra, com referência à contribuição que trazia para o estudo do assunto, esse prefácio deixava claro que a leitura do trabalho de Maria Nazaré revelou a Houaiss – um grande conhecedor da obra de Machado de Assis – um novo atalho para compreender o universo ficcional do criador de *Capitu*. A seguinte passagem do prefácio confirma esse ponto:

Na extensa e por vezes algo repetitiva – quando não excessivamente impressionística – machadiana brasileira, o trabalho de Maria Nazaré Lins Soares passará a ocupar um lugar de relevo, devendo – ousa antecipá-lo –

desencadear novas tentativas, não direi na mesma direção, mas com fins semelhantes: o de penetrar pela análise estilística a expressão artístico-literária de Machado de Assis, a fim de que melhor se possa apreender a sua imensa contribuição para o pensamento e expressão brasileiros de ficção, e a imensa qualidade inovadora de sua obra, ou pelo menos de parte de sua obra – parte do “espaço” de sua obra e parte do “tempo” de sua obra (Soares, 1968, p. IX).

A poesia brasileira do século XX descobriu nesse procedimento um traço de sua singularidade em relação à tradição poética anterior. Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), João Cabral de Melo Neto (1920-1999) e Paulo Leminski (1944-1989) são três nomes representativos dessa particularidade. Houaiss parece não ter conhecido a poesia de Paulo Leminski, mas deixou estudos sobre a obra de Drummond (1947) e de João Cabral (1952 e 1956) que se tornaram referências e pontos de partida da vasta fortuna crítica posterior.

Em sua opinião, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade – o primeiro na prosa, o segundo na poesia – representam a mais bem-acabada realização da escrita literária no Brasil até o momento em que escreveu o ensaio de que aqui se trata. O seguinte trecho é esclarecedor a esse respeito:

A primeira atitude metalinguística – esse debruçar-se do autor sobre o próprio texto, à medida que o elabora, inquirindo-lhe do cabimento, da legitimidade, da propriedade das palavras e sintagmas que vai empregando, sobretudo no que se refere aos tópicos e lugares-comuns ou clichês, para ironicamente (ou [im]piedosamente) evidenciar-lhes o cedício ou o contraditório ou o inadequado à situação concreta, revalorizando-os, em consequência, com retificações críticas incidentes – Carlos Drummond de Andrade a foi buscar – buscar? Não – Carlos Drummond de Andrade dela se impregnou no trato com o bruxo, pois parece que antes dele tal atitude metalinguística era, pelo menos em nossa literatura, quase ausente, enquanto em Machado de Assis passa a ser quase uma

obsessão, para, grande céptico pudico, mostrar como em quaisquer mediações sociais, para além dos tópicos e lugares-comuns, as moedas de curso passivamente aceites são fraudes ou, no mínimo, inadequações, engolidas pelos usuários que não sabem indagar dos enigmas que há no cotidiano repetido e no singular irrepetido (In: Andrade, 1971, p. xxv-xxvi).

No caso de Drummond, Houaiss destacou os mecanismos de repetição ou simples associação. Sobre esse aspecto, escreveu:

Em primeiro lugar, note-se, em todo Drummond sempre há repetição. Essa repetição – que apenas por acaso não ocorre num ou noutro poema – via de regra se embebe num dos seguintes processos: a) ênfase coloquial; b) ênfase obsessiva, de estados interiores, solilóquios; c) repetição imitativa; d) repetição retórica de encadeamento, tipo de conexão do leitmotiv, forma de refrão (Houaiss, 1967, p. 77-78).

Os processos de repetição na poesia de Drummond constituiriam, anos depois, o tema de dois estudos de grande destaque na fortuna crítica do poeta de Itabira: *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade*, de Hécio Martins [1968]; e *Drummond – a estilística da repetição*, de Gilberto Mendonça Teles [1970].

Em relação a Cabral, o estudo de 1952 traz comentários sobre dois textos radicalmente inovadores: *Psicologia da composição* e *O cão sem plumas*; já o estudo de 1956 trata de dois textos bem diferentes entre si: *Uma faca só lâmina*, que retoma a reflexão sobre a natureza da linguagem poética; e *Morte e vida severina*, escrito para ser levado ao palco. Sobre esse *auto de Natal*, escreveu Houaiss:

Morte e vida Severina é das peças mais modelares que até hoje foram lavradas em língua portuguesa, pelo plano da construção, pela emoção concentrada, pela riqueza imagística, pela carga afetiva, pelos efeitos plásticos, [...], pela solidariedade humana com que consegue penetrar o ouvinte – o que deverá, esperemos, ser confirmado

quando levada à cena teatral, coisa que bem o merece” (Houaiss, 1967, p. 141).

Qual ponto-final

A anistia de 1979 restituíra a Antônio Houaiss o direito de reassumir suas funções no Ministério das Relações Exteriores, mas ele preferiu continuar devotado à experiência dos afetos e compromissos intelectuais que até então só lhe tinham dado alegrias. Em 1992, aceitou o desafio de comandar o Ministério da Cultura a convite de Itamar Franco [1930-2011], que assumira a presidência da República após a renúncia de Fernando Collor de Melo, submetido a processo de *impeachment*. Houaiss era o nome certo para a missão, mas os recursos alocados na pasta estavam muito aquém do necessário para seus projetos, que incluíam a reforma da lei de incentivos culturais, o revigoramento do cinema nacional, a preservação do ameaçado Plano Piloto de Brasília, a recuperação do prédio precursor que abriga o antigo Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Com recursos escassos, Houaiss fez o que pôde e deixou o Ministério após 11 meses.

Era um momento em que ele enfrentava uma outra dificuldade: a interrupção das tarefas inerentes à produção do *Dicionário da Língua Portuguesa*, iniciadas em 1986. Do projeto inicial à edição em 2001, decorreram 15 anos. Interrompidos em 1992 por falta de recursos financeiros, os trabalhos se reiniciaram em 1997, com a fundação do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. A equipe dirigente era formada por Antônio Houaiss, Francisco Manoel de Mello Franco e Mauro Salles Villar. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* chegou às livrarias em 2001, mas seu idealizador e editor geral não pôde ver o resultado final de seu maior projeto. Antônio Houaiss faleceu no Rio de Janeiro em 7 de março de 1999, aos 83 anos.

A admiração que ele foi capaz de despertar desde o tempo da atuação em cursos preparatórios, e que consolidou durante a própria carreira, continuava viva muitos anos depois de seu precoce afastamento. A turma que se formou no Instituto Rio Branco em junho de 2002

lhe rendeu uma homenagem póstuma. Em saudação aos formandos, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, sublinhando o papel crucial da palavra na atividade diplomática, destacou a pertinência da escolha do homenageado:

Antônio Houaiss – que com toda justiça empresta seu nome à turma do Instituto Rio Branco que hoje se forma – dedicou sua vida às palavras e deixou como testemunho dessa devoção uma obra que honra a língua portuguesa e o Brasil, ampliando nosso repertório e nossa capacidade de nomear as coisas. A decisão de homenagear esse grande lexicólogo, tradutor e diplomata, cuja carreira viu-se truncada em “tempos sombrios”, é, pois, também uma homenagem à língua portuguesa.¹

Bibliografia de Antônio Houaiss

Crítica literária e antologias

- *Silva Alvarenga. Poesias*. Rio de Janeiro: Agir, 1958. Coleção Nossos Clássicos; antologia, introdução e notas.
- *Crítica avulsa*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1960. Série II, n.º 23. (Esta coletânea reúne vários artigos sobre a prosa de ficção brasileira, com destaque para o conto, assunto dos quatro estudos que abrem o volume).
- *Seis poetas e um problema*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. Cadernos de Cultura, n.º 125. (Reunião de estudos de crítica literária, estilística e ecdótica relativos aos poetas Silva Alvarenga, Gonçalves Dias, Augusto dos Anjos, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardozo, João Cabral de Melo Neto – e à poesia concreta. Em 2ª edição, esta obra foi publicada por Edições de Ouro, em 1967).

1 Discurso do Ministro Celso Lafer, no Dia do Diplomata, por ocasião da cerimônia de formatura da Turma Antônio Houaiss – Palácio Itamaraty, 12 de junho de 2002. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-lafer/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-professor-celso-lafer-no-dia-do-diplomata-por-ocasio-da-cerimonia-de-formatura-da-turma-antonio-houaiss-instituto-rio-branco-12-de-junho-de-2002>>. Acesso em: 5 set. 2025.

- *Augusto dos Anjos. Poesias.* Rio de Janeiro: Agir, 1960. Coleção Nossos Clássicos; antologia, introdução e notas.
- Qual prefácio. In: MARTINS, Hécio. *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. (Coleção Documentos Brasileiros, 130).
- Prefácio. In: SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- Introdução. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião: 10 livros de poesia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- Drummond. In: AZEVEDO Filho, Leodegário A. de (org.). *Poetas e Modernismo: antologia crítica.* Vol. 3. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972. (Este estudo é uma segunda versão, substancialmente alterada na parte final, de *Qual prefácio*, mencionado acima).
- *Drummond mais seis poetas e um problema.* Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Esta edição inclui o texto de introdução a *Reunião*, de Drummond).
- *Estudos vários sobre palavras, livros e autores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Este volume contém os seguintes estudos, distribuídos por cinco seções: I- Política linguístico-cultural, Alceu Amoroso Lima com Medeiros Lima, Antônio da Silva Melo, Astronomia e Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, Os quinhentecentários latifúndios de Alberto Passos Guimarães, Crítica literária e estruturalismo; II- Palavras de origem tupi e Antônio Geraldo da Cunha, Explosão vocabular, Vocabulário juvenil, Nossa lexicografia e o novo Aurélio, Louçanias de linguagem; III – De Alberto Rangel a Filomena Filgueiras, Emanuel Pereira Filho, O texto das Rimas de Camões, A tradição de Gregório de Matos, Cinquentenário da morte de Augusto dos Anjos, O texto de Augusto dos Anjos; IV- Sobre Camilo Castelo Branco, Machado de Assis e seus versos, Machado de Assis e Maria Nazaré Lins Soares, Manuel Cavalcanti Proença, Recado do nome; V – Uma entrevista).

- Prefácio à 1ª edição. In: BARROSO, Ivo. *William Shakespeare: 50 sonetos*. (Tradução e apresentação). 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

Estudos sobre a língua e política linguística no Brasil

- Sobre a linguagem de “Vila dos Confins” (I). *REVISTA do livro – Órgão do Instituto Nacional do Livro*, n. 9, p. 121-153. Rio de Janeiro: mar. 1958.
- Sobre a linguagem de “Vila dos Confins” (II). *REVISTA do livro – Órgão do Instituto Nacional do Livro*, n. 10, p. 137-154. Rio de Janeiro: jun. 1958.
- Tentativa de descrição do sistema vocálico do português culto na área dita carioca (dialetologia e ortofonia). In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. p. 217-317.
- *Sugestões para uma política da língua*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. (Este volume reúne os seguintes trabalhos: Sobre a língua do teatro, A propósito de nossa língua falada, Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, Dialetologia e Etnografia, Sobre a “Língua Brasileira”, Sobre a Enciclopédia Brasileira, Arquivos do Brasil, Um projeto de lei).
- *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. (Este volume reúne cinco ensaios: Sobre o mundo da lusofonia, Rascunho nacional, A linguagem oficial, Língua e realidade social, Politolinguística).
- *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1985.
- *O que é língua*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos)
- *A nova ortografia da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.

Bibliologia, ecdótica e fixação crítica de textos dos clássicos brasileiros

- *Obras, de Lima Barreto.* (Colaboração de Francisco de Assis Barbosa e Manuel Cavalcanti Proença). São Paulo: Brasiliense, 1956, 17 vols.
- O texto dos poemas. In: *Gonçalves Dias*, poesia e prosa escolhidas. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.
- Plano do dicionário das obras de Machado de Assis. *Revista do Livro*, n. 18, p. 197-223 Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- Introdução crítico-filológica. In: Obras de Machado de Assis, vol. VI: *Memórias póstumas de Brás Cubas*. (Edição crítica). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.
- Introdução crítico-filológica. In: Obras de Machado de Assis, vol. VII: *Quincas Borba*. (Edição crítica). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- Introdução crítico-filológica. In: Obras de Machado de Assis, vol. VIII: *Dom Casmurro*. (Edição crítica). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- Texto e notas. In: ANJOS, Augusto dos. *EU, outras poesias, poemas esquecidos*. 31 ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1971.
- *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2 vols. (Uma segunda edição – a rigor uma reprodução fac-similar desta obra, por orientação do autor – foi publicada em um volume por Hucitec / Instituto Nacional do Livro / Fundação Pró-Memória. São Paulo, 1983).
- Preparação de originais I e Preparação de originais II. In: MAGALHÃES, A.; HOUAISS, A.; SILVA, B. *et al. Editoração hoje*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

Editoria e organização de grandes obras de referência

- *Anais do primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Salvador (set. 1956), Rio de Janeiro: 1959 (Relatório geral, normas, conclusões e editoria).
- *The New Appleton Dictionary of the English and Portuguese Languages*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1967. Redator-chefe, com Catherine B. Avery.
- *Grande enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Delta (12 vols.), 1972 / Paris: Librairie Larousse. (Editoria).
- *Enciclopédia mirador Internacional*. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1975. 20 vols., 1 atlas. (Editoria).
- *Pequeno dicionário enciclopédico Koogan-Larousse*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1979. (Direção e supervisão).
- *Dicionário básico escolar Koogan-Larousse*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1981. (Coeditor: Elias Davidovich).
- *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1981. (Editoria).
- *Webster's dicionário inglês-português*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1982. (Colaboração de Ismael Cardim e outros).
- *Mini-Webster's dicionário inglês-português – Português-Inglês*. Rio de Janeiro: Record, 1984. (Colaboração com Ismael Cardim).
- *Koogan-Houaiss – Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1994.
- *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 (Colaboração com Mauro de Salles Villar).

Tradução

- *O negro na literatura brasileira*, de Raymond S. Sayers. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958. (Original: *The Negro in Brazilian Literature*).

- *Do latim ao português*, de Edwin B. Williams. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961 (Original: *From Latin to Portuguese*).
- *Ulisses*, de James Joyce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; 2ª edição revista, 1968; 3ª edição, 1975; Portugal: Difel, 1983. (Original: *Ulysses*).
- *O gato e o diabo*, de James Joyce. Rio de Janeiro: Record, 1984. (Original: *The Cat and the Devil*).

Ensaio político

- *Brasil – o fracasso do conservadorismo*. São Paulo: Ática, 1985 (Colaboração com Pedro do Coutto).
- *Brasil – U.R.S.S: 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas* (Obra coletiva). Rio de Janeiro: Revan, 1985.
- *Socialismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1990. (Colaboração com Roberto Amaral).
- *O socialismo e a guerra*. Separata da Revista de Informação Legislativa. Senado Federal, Brasília, 1991.
- *Variações em torno do conceito de democracia*. Brasília: P.S.B, 1992. (Colaboração com Roberto Amaral).
- *Socialismo – vida, morte e ressurreição*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- *A modernidade no Brasil – conciliação ou ruptura?* Petrópolis: Vozes, 1995.

Gastronomia e culinária

- *Magia da cozinha brasileira*. Rio de Janeiro: Primor Ltda., 1979. (Colaboração de Alain Draeger para a iconografia).
- *Receitas rápidas – 81 receitas de até 18 minutos*. São Paulo: Art Editora, 1983. (2ª edição, 103 receitas, 1987; 3ª edição, 118 receitas, 1988)
- *A cerveja e seus mistérios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1986. (2ª edição, 1987).

Referências bibliográficas

Fontes impressas

ALONSO, Amado. Prólogo. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística general*. Buenos Aires: Editorial Losada S.A, 1945. Traduzido por Amado Alonso, p. 7.

PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião – 10 livros de poesia*. (Introdução de Antônio Houaiss). Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

MARIZ, Vasco (Coord.). *Antônio Houaiss: uma vida; homenagem de amigos e admiradores em comemoração de seus 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ANTÔNIO singular, Houaiss plural – 1915-1999. Curadoria: Helena Severo e Maria Eduarda Marques. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2015.

ARINOS (filho), Afonso. *Antônio Houaiss*. (Seleção de textos e bibliografia por Mauro Villar). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Série Essencial.

HOUAISS, Antônio. *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. São Paulo: Hucitec/ Instituto Nacional do Livro/Fundação Pró-Memória, 1983.

HOUAISS, Antônio. *Estudos vários sobre palavras, livros, autores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1985.

HOUAISS, Antônio. *Seis poetas e um problema*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

HOUAISS, Antônio. *Sugestões para uma política da língua*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MARTINS, Hércio. *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade*. (Introdução de Antônio Houaiss). Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e a análise da expressão*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

Fontes disponíveis na web

ANTÔNIO Houaiss – debate em Manchete 09.04.90. 1 vídeo (1h17min23s). Publicado pelo canal Roberto Amaral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_e_-OS-U3qs&t=103s>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ANTÔNIO Houaiss – depoimento ABL (julho de 1986). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAA3tpu9KOg&ab_channel=AcademiaBrasileiradeLetras>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ANTÔNIO Houaiss – perfil do acadêmico (biografia, bibliografia, discurso de posse, discurso de recepção). Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <academia.org.br/academicos/membros>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CERIMÔNIA de formatura da turma Antônio Houaiss: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-lafer/discurso-no-dia-do-diplomata-por-ocasio-da-cerimonia-de-formatura-da-turma-antonio-houaiss-do-instituto-rio-branco-brasilia-12-de-junho-de-2002>>. Acesso em: 5 set. 2025.

CIENTISTAS fluminenses – Antônio Houaiss. 1 vídeo (19min56s). Publicado pelo canal Roberto Amaral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ya1-fwo_MSE>. Acesso em: 3 set. 2025.

ENTREVISTA no programa Roda-Viva. Roda Viva Retrô – Antônio Houaiss – 1992. 1 vídeo (54min29s). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xGpOrmhBGXU>>. Acesso em: 3 set. 2025.

PERFIL do pensamento brasileiro: Antônio Houaiss. 1 vídeo (1h53min4s). Publicado pelo canal Núcleo de Memória Audiovisual da UERJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_zzMmHSYcE0>. Acesso em: 3 set. 2025.

SÉRGIO Paulo Rouanet – perfil do acadêmico (discurso de recepção). Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/sergio-paulo-rouanet/discurso-de-posse>>. Acesso em: 3 set. 2025.

TRÊS antônios e um jobim. 1 vídeo (56min39s). Publicado pelo canal Grupo Eduardo Galeano – UFRN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H5eT1ZY_UTQ>. Acesso em: 3 set. 2025.

Biografias

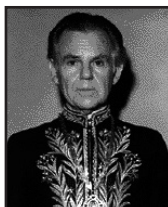
Antônio Houaiss licenciou-se em Letras Clássicas pela antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (1942). Foi diplomata com passagem pela Suíça, República Dominicana, Grécia e Estados Unidos – onde atuou na ONU. Aposentado por motivos político-ideológicos da carreira diplomática, atuou intensamente como filólogo, dicionarista, tradutor, crítico literário, enciclopedista. Foi assessor de documentação da Presidência da República durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960). Elaborou critérios e normas para a edição crítica das obras completas de Machado de Assis. Publicou vários ensaios em que defendeu políticas de pesquisa e ensino da língua portuguesa visando à unidade da língua de cultura no mundo da lusofonia. Foi o autor da primeira tradução para o português do romance *Ulysses*, do escritor irlandês James Joyce. Foi eleito em 1º de abril de 1971 para a Cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras, tendo-a presidido em 1996. Organizou, no âmbito institucional da ABL, a 1ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Organizou o Partido Socialista em 1985, após 20 anos na ilegalidade decretada pelo regime militar. Representou o Brasil na comissão encarregada de elaborar o projeto de unificação ortográfica da língua

portuguesa, em 1990. Elaborou o projeto do Dicionário que leva o seu nome e supervisionou a produção da obra na sua quase totalidade.

José Carlos Santos de Azeredo é graduado (1970), mestre (1977) e doutor (1988) em Letras pela UFRJ e com pós-doutorado pelo LAEL da PUC-SP (2011). Foi docente da Faculdade de Letras da UFRJ e do Instituto de Letras da UERJ, tendo-se aposentado em ambas as instituições. Foi bolsista do programa Prociência (FAPERJ-UERJ) e Pesquisador 2 do CNPq por nove anos. Coordenou o Mestrado em Língua Portuguesa da UERJ no biênio 1999-2000 e organizou os volumes *Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino* (Vozes, 2000) e *Letras e Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa* (Vozes, 2001). Obras publicadas: *Iniciação à sintaxe do português* (J. Zahar, 1990), *Fundamentos de gramática do português* (J. Zahar, 2000), *Ensino de Português: fundamentos, percursos, objetos* (J. Zahar, 2007), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (Parábola, 2021), *A linguística, o texto e o ensino da língua* (Parábola, 2018). *Dicionário Houaiss de conjugação de verbos* (2. ed. Parábola, 2025).

Diplomata sem fronteiras: Sergio Corrêa da Costa entre a história e a política externa

Rogério de Souza Farias



Em 1883, Raymundo Corrêa tomou posse em um cargo de promotor no município do norte fluminense de São João da Barra. Logo foi abordado por um político local que, com ar misterioso e escandalizado, perguntou-lhe se era verdade o rumor de que era poeta. Raymundo teria respondido de pé: “É falso! É falso!”. Estendendo a mão ao político, complementar: “O senhor fica autorizado, em meu nome, a rebater essa ‘ofensa’!” (Motta, 1920, p. 66).

O promotor, no entanto, era realmente poeta. Hoje praticamente esquecido, foi um dos principais parnasianos brasileiros, atuando no que Alberto Venâncio Filho denominou de “grupo de colaboradores da Revista Brasileira”. Foi eleito membro fundador da Academia Brasileira de Letras (ABL) com quinze votos, o primeiro ocupante da Cadeira nº 5. O Barão do Rio Branco recebeu sete votos no mesmo escrutínio e ficou de fora. A ocasião mais simbólica de seu engajamento nesse ambiente intelectual é representada pela famosa crônica de Euclides da Cunha, “A última visita”, na qual o autor relata o ambiente da residência de Machado de Assis quando o fundador e primeiro presidente da ABL faleceu, estando Raymundo entre os cinco literatos a acompanhar o triste evento.

Formado no Largo de São Francisco na mesma turma que Joaquim Francisco de Assis Brasil, Antônio Silva Jardim e Júlio de Mesquita, Raymundo foi um dos líderes de sua geração. Muitos jovens bacharéis contemporâneos a ele buscaram na literatura e no jornalismo um atalho

para seguir uma vocação no Estado ou na política; outros aspiraram a sinecuras diante da inviabilidade de sobrevivência pela literatura; poucos conseguiam o equilíbrio entre as duas atividades. Um cargo público muitas vezes foi o crepúsculo da vocação juvenil ou a forma de sustentá-los de forma permanente sob o desinteresse profissional. Raymundo estava no primeiro grupo. Publicou sua primeira obra aos vinte anos, mas assim que iniciou sua vida profissional, desacelerou a produção poética.

A dualidade de trajetórias entre intelectuais e servidores públicos, ou entre o poder da cultura e a cultura do poder, é sintomática na geração da qual o poeta fez parte. A instituição que mais simbolizou a relação entre o grêmio literário e o Estado foi o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). A avaliação da carreira dos contemporâneos de Raymundo Corrêa na ABL demonstra o peso dessa relação. Das quarenta cadeiras, doze ocupantes tiveram algum tipo de associação na pasta ministerial, inclusive ele, que serviu por um ano como secretário de legação em Lisboa.

O terceiro aspecto peculiar é que esse dilema também existiu para o neto de Raymundo, Sergio Corrêa Affonso da Costa. Ambos formados em direito, produziram obras relevantes na juventude e adotaram um projeto de ascensão profissional no serviço público. Há, no entanto, diferenças importantes. Sergio formou-se em direito, mas pouco atuou no mundo jurídico. Sua vocação foi a diplomacia, vivendo nela por mais de quarenta anos, enquanto seu avô atuou na diplomacia só na maturidade, e por breve missão. O neto, em relação ao avô, canalizou sua atuação intelectual para promover seus objetivos na carreira diplomática, além de ocupação após a aposentadoria. O objeto da escrita também era diverso. Sergio nunca se interessou seriamente pela poesia, apesar de, na maturidade, ter se dedicado à linguagem no intercâmbio cultural.

Foi sob a sombra da referência de seu avô que Sergio Corrêa da Costa deu seus primeiros passos literários. Nascido no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1919, filho de Israel de Santo Elias Affonso da Costa e Lavínia Corrêa Affonso da Costa, estudou no Colégio

Marista São Vicente de Paula, em Petrópolis, e no Colégio São José, no Rio de Janeiro. Tinha vocação para a escrita. O conde de Afonso Celso, membro fundador da ABL e contemporâneo de seu avô, foi um dos que leu seus trabalhos estudantis, elogiando “a elegância da forma, a elevação das ideias e] a fidalguia dos sentimentos” (Figueiredo Júnior, 1936).

De forma peculiar, a vocação pela diplomacia precedeu a opção pela formação universitária em direito. Ao iniciar nos estudos universitários, em 1936, Sergio já se aplicava a um rigoroso estudo de todas as matérias para o concurso. Inscreveu-se, apesar de ter apenas dezenove anos e concluído somente o primeiro ano do curso jurídico, concorrendo com setenta e cinco candidatos. Ao final, dezoito conseguiram passar, os chamados “Dezoito do Forte”. Entre eles, Corrêa da Costa em segundo lugar, tendo alcançado tal feito com a precoce idade de vinte anos – o oitavo mais novo de todos os diplomatas que tomaram posse após 1930 no Brasil (Costa, 1963a).

Nada indicava, nesse estágio, que fosse atuar necessariamente na área de história. Ele redigiu, por exemplo, pequeno artigo de ficção no *Correio da Manhã*, logo antes de entrar no Itamaraty, sobre as desventuras amorosas de Schopenhauer (Costa, 1938a). Um segundo, mais significativo, tratou do tema da participação da mulher na ABL. Lançou pesado petardo contra instituição que tanto admirava. A proibição de acesso era, para ele, “um preceito feudal absolutamente indefensável em nossos dias”. O curto trabalho é interessante por demonstrar como o diplomata acompanhou detidamente as “deliciosas irreverências” que cercavam o grêmio literário. Ele não se escusava de, indiretamente, criticar muitos dos membros. O mais importante, contudo, é que sua contribuição foca exclusivamente sobre a poesia, área que consagrara seu avô, mas à qual não ofereceria contribuição (Costa, 1938b).

A migração de temas literários para históricos resultou de seu trabalho no arquivo do Itamaraty. O assunto que inicialmente mais lhe cativou foi a vida de D. Pedro I, após consultar o rico acervo diplomático. Ao explicar seu processo de pesquisa a um amigo, deu

ares de facilidade para o trabalho de levantamento de fontes e redação: recolhia documentos, alinhava-os por ordem de datas e intercalava frases explicativas (Costa, 1948). O resultado foi o livro *As Quatro coroas do Imperador*, de 1941. A escrita era erudita, concisa e mordaz, mas sem o beletrismo dos historiadores que trataram anteriormente do tema. Ele tinha o olhar para o pitoresco que dava os contornos de uma boa narrativa. Era, acima de tudo, madura se considerarmos que o autor era um jovem de vinte e dois anos.

Seu próximo livro, *Dom Pedro I e Metternich*, lançado em 1942, tratou da relação do chanceler austríaco com Portugal e o Brasil. A obra foi mais bem recebida do que o volume anterior. Na vetusta revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Feijó Bittencourt notou o precoce “tino de pensador”, a “linguagem, inteligente, hábil, insinuante” (Bittencourt, 1943, p. 199-200).

Seu próximo projeto examinou a diplomacia brasileira na Questão de Letícia – o conflito militar entre Peru e Colômbia ocorrido entre 1932 e 1933, em área geográfica próxima da fronteira com o Brasil. Publicado pelo Itamaraty, o estilo é bem mais sóbrio do que as duas obras anteriores. Com cerca de cem páginas, um terço delas dedicado à reprodução de documentos, fez um relato árido e tradicional de história diplomática (Costa, 1942). Não é possível saber o que cativou o jovem autor no projeto, mas provavelmente fora demanda do próprio Itamaraty em decorrência da guerra entre o Peru e o Equador em 1941, que deslocou a atenção peruana da querela com a Colômbia.

Assim como no caso de *Pedro I e Metternich*, o próximo livro de Corrêa da Costa também contou com uma onda de artigos na imprensa de sua autoria. O tema: a Revolta da Armada, episódio central do início do período republicano (Costa, 2017). Foram onze contribuições entre janeiro e abril de 1944 na edição dominical do *Correio da Manhã* só sobre o vice-presidente Floriano, sucedido de nove sobre Saldanha da Gama. Ele conseguiu, ao mesmo tempo, dar ares de estadista ao tarimbeiro Peixoto e de heroísmo ao peripatético Gama, em tom de equidistância historiográfica digno do exercício diplomático.

Além dos três volumes, no mesmo período, em decorrência de suas obrigações funcionais, organizou os pareceres do Conselho de Estado e do Consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1842 a 1889, publicado em 1941, poucos meses após *Quatro coroas* ir ao prelo, com sistemático índice remissivo e cronológico. Foi uma verdadeira exumação documental, trazendo para o debate público elementos essenciais para debates da época, como o do tráfico de escravos. Executou tudo em quarenta e nove dias varando madrugadas. Outra contribuição foi a que prestou à organização do *Arquivo do Barão do Rio Branco*, conjuntamente com outros dezoito colegas. Ela decorreu de sua nomeação na comissão preparatória das comemorações do centenário do Barão, criada em março de 1944. O produto do trabalho foi consolidado em um catálogo, publicado pelo Itamaraty (Costa Rego, 1952).

Havia complementaridade entre objetivos intelectuais e profissionais na redação de artigos e livros desse período. A escolha dos prefaciadores demonstra preocupação com repercussões contemporâneas de natureza até pessoal. No caso de *Quatro coroas*, o prefaciador foi Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, que destacou como o “dinamismo” de D. Pedro deveria servir de inspiração para as novas gerações, como a que emergia com Corrêa da Costa. Os laços com o estadista seriam profundos, sedimentados pelo evento de 27 de maio de 1943. Na Ladeira da Ascurra, Sergio casou-se com Luiza Zilda Gudolle Aranha, filha de Aranha, tendo como um dos padrinhos o presidente Getúlio Vargas. Muito mais do que uma relação entre sogro e genro, Aranha tornou-se seu mentor, incidindo até em seus projetos intelectuais no período.

Sergio Corrêa da Costa foi removido para Buenos Aires em agosto de 1944. O período guardou certa nebulosidade. Ao contrário de outros períodos de sua vida profissional, há poucos registros do que realmente fez no posto. Somente décadas depois, quando lançou o livro *Crônicas de uma guerra secreta*, confessou que um de seus trabalhos mais gratificantes fora entrar nos recintos mais inacessíveis do *Archivo General de la Nación* e fotografar documentos ultrassecretos do governo argentino (Costa, 2004).

Cabe destacar duas outras iniciativas do período. A primeira foi a redação de uma série de propostas de reformas institucionais do posto, como a criação de uma seção permanente de estudos econômicos junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Ela foi reputada como relevante o suficiente para ser lida pelo Ministro de Estado, Pedro Leão Velloso, e depois pelo próprio presidente Getúlio Vargas (Souza, 1944). Outra iniciativa foi o esforço de homenagear seu avô Raymundo Corrêa, mobilizando a ABL, o Itamaraty e a Companhia Editora Nacional. Teve como principal aliado Múcio Leão, o presidente da primeira instituição, que trabalhou por longos anos na edição definitiva da obra poética de Raymundo, planejada para ter dois volumes. Com a ABL, Sergio trabalhou para a instalação do busto de Raymundo no Passeio Público; já com o Itamaraty, por intermédio de Oswaldo Aranha, buscou recursos para financiar a instalação. O evento foi celebrado no final de novembro de 1944, tendo Sergio proferido o principal discurso (Costa, 1944a). A liderança dele também é observada no esforço de edição das obras completas. Sergio usou seus contatos na Companhia Editora Nacional, casa que publicara *As quatro coroas*, para viabilizar a impressão do livro, algo realizado após o evento (Costa, 1944c).

Mesmo mantendo esse atípico ativismo na carreira e em temas culturais, o diplomata acreditava estar em uma encruzilhada. Ele compartilhou com um ex-chefe a frustração de paralisia. Enfrentava, no âmbito profissional, “momentos de verdadeiro desespero, quase de desânimo, diante da extensão do caminho a percorrer” (Costa, 1944b). Essa melancolia era representada pela distância entre suas ambições profissionais e intelectuais diante da condição periférica em que vivia em Buenos Aires. Essa situação mudaria com sua remoção para trabalhar inicialmente na Embaixada do Brasil em Washington em abril de 1946.

Sua chegada aos Estados Unidos impulsionou sua vocação profissional, não na dimensão literária da diplomacia de salão, mas na lida dura do cotidiano multilateral e regional. Em Washington, teve amplitude de horizontes – muito trabalho, aprendizado e recompensas. Inicialmente, atuou na Administração das Nações

Unidas para Auxílio e Reabilitação (UNRRA) e na Conferência Interamericana de peritos sobre proteção de direitos do autor. Nas duas, foi recordista de comparecimentos a comitês de todos os tipos, em cada um apresentando-se como especialista de temas aos quais até pouco tempo desconhecia totalmente.

Em meados de 1947, o Itamaraty deslocou o chefe da recém-criada missão do Brasil junto à União Pan-americana. Da noite para o dia, Corrêa da Costa tornou-se não só chefe interino do posto como toda força de trabalho disponível para uma complexa e emergente agenda interamericana, no que talvez tenha sido o período mais dinâmico de sua existência – os preparativos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) e a Conferência de Bogotá (1948), que criou a Organização dos Estados Americanos (OEA). Também trabalhou na mediação singular de um conflito entre Cuba e República Dominicana que perigava descambar para uma guerra.

Data dessa época a amizade que construiu com personalidades como João Neves da Fontoura, João Carlos Muniz e Gilberto Amado. O testemunho do último aliás, por ter sido um dos mais exigentes embaixadores de sua geração, oferece um bom perfil de Corrêa da Costa naquele momento. Para Amado, o jovem diplomata tinha “ponderação e sensatez” em suas intervenções junto a delegados estrangeiros, portando-se com a “maturidade de espírito” que lhe granjeava a confiança de suas contrapartes (Amado, 1948).

Com esse tipo de apoio, ele optou por colocar em segundo plano suas ambições literárias. Essa decisão foi explicada anos depois ao historiador Hélio Vianna. Corrêa da Costa confidenciou: “O Itamaraty se dinamizou e tumultuou. A pressão dos problemas, a velocidade das comunicações e a necessidade de especialização eliminaram aquela paz de espírito e de corpo de que gozaram as gerações anteriores, *líricas*”. Naquele momento, seus estudos historiográficos e jurídicos eram “lembrados apenas por uns poucos, mais chegados” (Costa, 1964). Sua travessia, desse modo, assemelhou-se à do seu avô, que ao entrar na magistratura, praticamente abandonara a poesia (Amaral, 1912, p. 5 e 13). No caso de Corrêa da Costa, contudo, o processo foi mais

lento e nunca pleno. Seguia ritmo determinado pela vida profissional, retraindo a produção acadêmica quando se via assoberbado de trabalho.

Sua vida nos próximos anos demonstra bem essa realidade. Após a vida atribulada de Washington, foi removido para o Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles ao final de 1948. O posto, sem grandes desafios, foi um bom descanso. Seu colega de trabalho era o escritor e também diplomata Vinicius de Moraes e a convivência era conduzida em ambiente de tranquilidade, com ocasionais visitas de amigos e parentes.

Inquieto, Corrêa da Costa estudou, leu e, mais importante, produziu mais uma obra: *Every Inch a King: A Biography of Dom Pedro I First Emperor of Brazil*, traduzido pelo eminente iberista Samuel Putnam, tradutor de *Casa-grande e senzala* e *Dom Quixote*, e publicada pela prestigiada editora Macmillan (Costa, 1950). Desde 1941, já vislumbrava a possibilidade de trabalhar com a editora em uma tradução de *Quatro coroas*. Corrêa da Costa acabou optando por obra praticamente nova, com quinze capítulos e pouquíssimas notas, apoiando-se sobretudo em fontes secundárias, como Tobias Monteiro, Alberto Rangel e Pedro Calmon. Ele aliou o colorido literário com a feição erudita. Para o especialista, o livro era uma narrativa agradável em terreno conhecido; para o público neófito, uma iniciação que abria largo horizonte de interesse sobre a história do Brasil.

O *sojourn* na Califórnia foi breve. Sergio retornou ao Brasil cônsul de primeira classe no final de 1950. Primeiramente ficou à disposição da Escola Superior de Guerra. Em dois anos, redigiu quatro conferências. Duas eram de temas técnicos relacionados ao direito internacional e à política imigratória do Brasil. Os outros dois trataram respectivamente das relações dos Estados Unidos com a América Latina, e a relação do Brasil com os países americanos. O estilo dessas contribuições é mais sóbrio do que o das publicações da década anterior. Ele aproveitou para apresentar, no último texto, a tese de que o pan-americanismo sempre norteou a diplomacia brasileira (Costa, 1951). Ele daria continuidade a esse argumento em 1956, quando publicou um ensaio sobre o pan-americanismo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Brasileiro (RIHGB), instituição da qual participava desde seu retorno ao Brasil (Costa, 1956).

Houve certo desalinhamento entre as ambições de Corrêa da Costa, seu talento intelectual, a experiência pretérita de liderança no âmbito interamericano e as atividades para as quais se direcionou ao sair da ESG. Isso pode ser explicado pelo *zeitgeist* da época. Os grandes desafios enfrentados pelo Estado brasileiro eram, sobretudo, os de natureza econômica. Isso respingava para a área diplomática, que crescentemente se debruçava sobre o tema, valorizando os servidores dessa área.

Foi natural, portanto, que Sergio Corrêa da Costa fosse impelido para a área econômica, muitas vezes até auxiliado por colegas de turma. Após Roberto Campos ocupar o cargo de diretor-superintendente do BNDE, entre 1951 e 1953, Corrêa da Costa assumiu a chefia de gabinete da Presidência da instituição, posição na qual permaneceu até o ano seguinte. Concomitantemente, desempenhou função de membro da Comissão Mista Brasil-Alemanha, facilitado pela chefia de Edmundo Barbosa da Silva, outro colega de turma, no Departamento Econômico. Não é sem razão que, na carta que redigiu para Hélio Viana uma década depois, definiu-se como um economista, estando alinhado “entre os técnicos, mais do que entre os políticos da Casa Itamaraty]” (Costa, 1964).

Esse seu novo papel não foi pleno e equivalente ao dos seus colegas de turma. Corrêa da Costa ocupara a posição no BNDE a contragosto e, no mesmo dia do suicídio de Vargas, afastou-se da luta burocrática cotidiana com uma licença. O retorno ao Itamaraty deu-se durante a Operação Pan-americana, o maior esforço diplomático regional já empreendido pelo governo brasileiro até então. O objetivo era criar uma agenda de cooperação regional voltada para a superação do subdesenvolvimento. Tanto a retórica como o substrato técnico da iniciativa estavam associados a amigos, como o assessor presidencial Augusto Frederico Schmidt e o diplomata-economista Miguel Ozório de Almeida. Sergio não esteve ligado ao seu lançamento, mas logo

foi convocado a ser um dos seus implementadores, circulando pelos salões do poder em Washington e pelas capitais da América Latina.

Aqui tanto sua trajetória de reflexão intelectual como sua experiência diplomática convergiram para contribuir com a formulação e a execução da política externa no tópico. Na primeira dimensão, desde seu livro sobre a Questão de Letícia, de 1942, já intuía que o Brasil tinha, pelos seus atributos materiais, capacidade de liderança na região. De forma complementar, sua reflexão na ESG no início da década de 1950 ofereceu-lhe uma revisão dos postulados tradicionais da política externa brasileira, que até então privilegiava a desconfiança, o afastamento e o sentimento de superioridade com relação à América espanhola. Já a experiência em Washington ofereceu-lhe a experiência na construção institucional no âmbito das Américas, sob a UPA e depois sob a OEA. Corrêa da Costa, portanto, estava mais do que preparado para ajudar seus colegas a traduzir o ideário de Schmidt e os cálculos de Miguel Ozório em um processo negociador interamericano, especialmente no âmbito do Grupo de Trabalho do Comitê dos 21 em Washington (Costa, 1959).

Integrado à cúpula do Ministério e gozando de crescentes responsabilidades, o diplomata foi removido para a Embaixada em Roma em meados de 1959 para ser ministro-conselheiro do posto. Dois anos depois, foi removido para ser embaixador em comissão em Ottawa, função que desempenhava quando foi promovido a ministro de primeira classe, em dezembro de 1962. A embaixada na capital canadense era posto pequeno para suas ambições e capacidades executivas. Mesmo assim, devotou-se aos temas de promoção comercial, deleitando-se com vitórias inusitadas – como a primeira exportação de laranja brasileira ao Canadá desde a Segunda Guerra Mundial (Costa, 1963b).

Em 1966, Corrêa da Costa foi chamado de volta ao Brasil para assumir a Secretaria-Geral Adjunta para Organismos Internacionais. Em mais um esforço de reinvenção profissional, debruçou-se sobre mais um tema: o impacto da evolução tecnológica nas relações internacionais, em especial a questão nuclear. Estava convicto que “o

progresso tecnológico tende rapidamente a criar categorias de nações e a gerar formas irreversíveis de dependência”. Para ele, o heroísmo de povos poderia vencer a subalternidade política, e os instrumentos tecnocráticos, o subdesenvolvimento econômico. Mas o atraso tecnológico, na era nuclear, era irreversível (Costa, 1966; Costa, 1967f).

Corrêa da Costa participou da formulação da posição brasileira sobre a não proliferação nuclear tanto nas discussões domésticas como naquelas realizadas nos âmbitos regionais e multilaterais. Duas longas entrevistas que concedeu sintetizam seu pensamento no tópico. Para ele, o Brasil defendia a nuclearização para usufruir de seus fins pacíficos, como para abrir vias navegáveis interiores e integrar bacias hidrográficas – algo que se vislumbrava na época, mas pouco concretizado (entre 1961 e 1973 os EUA detonaram vinte e sete bombas dessa natureza, mas nenhuma completamente limpa, ou seja, com pouca liberação de radiação residual). O regime que se construía no plano multilateral, contudo, criava constrangimentos para esse fim, inclusive impondo uma limitação de soberania e relegando a maioria dos países a uma espécie de segunda classe. Conjuntamente com outros colegas de carreira, defendeu a tese de que o Brasil deveria recusar a curvar-se à exigência das potências detentoras do monopólio nuclear de renúncia total à produção própria de explosivos para fins pacíficos (Costa, 1967e; Costa, 1968b).

O convite para assumir a Secretaria-Geral na gestão Magalhães Pinto, no governo Costa e Silva, foi o coroamento de sua ação na Secretaria de Estado – nunca mais serviria no Brasil. Sua escolha talvez tenha decorrido de seu ativismo no tema de ciência e tecnologia nos anos anteriores, especialmente no tema nuclear, o que o aproximou dos militares e da ala mais nacionalista do governo. Mas não se pode esquecer a impressionante voracidade metódica e erudita em domínios antitéticos nas três décadas anteriores – da política nuclear à pesquisa histórica em arquivos, da insípida atividade de promoção comercial aos salões literários. Era um diplomata sem fronteiras, um generalista por excelência.

Seu discurso de posse no cargo é a síntese não só de sua visão de política externa como de suas crenças sobre o papel do diplomata brasileiro no mundo contemporâneo. Caracterizou, também, uma correção de rumos. Para ele, o Brasil tinha um destino “incompatível com posições subalternas ou medíocres”. Essa fala foi uma sutil, mas incisiva, crítica à política externa da gestão Castelo Branco, considerada como excessivamente subordinada e alinhada ao governo americano. Ele foi um dos responsáveis por um ajuste de posição cujo foco principal foi o “inconformismo com o subdesenvolvimento” (Costa, 1968a, p. 8).

Do ponto de vista da carreira diplomática e da posição institucional do Itamaraty, Corrêa da Costa considerava que o papel dos dois não devia se limitar ao “esforço de projetar no continente e no mundo as aspirações nacionais”. O diplomata deveria ter como dever de ofício a constante avaliação dos interesses permanentes do Brasil e o fortalecimento nacional; a instituição, por sua vez, não poderia deixar de “desinteressar-se da própria formulação da política nacional cuja projeção externa lhe compete” (Costa, 1967b). O caso clássico que utilizava para ilustrar essa aspiração era o tema da energia nuclear, no qual acreditava ser o papel do Itamaraty não ficar constrangido a projetar uma política já estabelecida, mas auxiliar na formulação dela. O que lhes daria legitimidade para se arrogar de tal responsabilidade? Na opinião dele, isso resultava de o diplomata estar “em permanente contato com o mundo”, tomando “conhecimento de experiências e de soluções que muitos podem contribuir para a aceleração do desenvolvimento nacional e a modernização do país” (Costa, 1967a; Costa, 1967c). Nesse período, no entanto, há uma evolução do seu pensamento sobre o perfil do diplomata. Se, antes, fora defensor e até tentara se tornar um técnico-diplomata, agora indicava que a ocasional especialização no campo da economia ou da ciência não deveria “tecnificar” a carreira. Para ele, era eminentemente política a ação do diplomata (Costa, 1968a, 9).

Ele permaneceu como secretário-geral de 16 de março de 1967 até 28 de março de 1968, quando foi nomeado embaixador do Brasil na Corte de *Saint James*. Uma de suas primeiras atividades foi auxiliar

os preparativos finais e participar da viagem da rainha Elizabeth II e do príncipe Philip, duque de Edimburgo, ao Brasil, no final de 1968. A visita foi longa e extenuante, levando o casal real a seis cidades brasileiras por onze dias em pesada agenda cerimonial, mas com repercussões simbólicas e políticas. O Brasil mergulhava, naquele período, no período mais desabonador da Ditadura Militar. A visita serviu para evitar um isolamento internacional do país e viabilizar uma agenda positiva do ponto de vista diplomático.

Permaneceu por quase sete anos no posto. Em janeiro de 1975, foi removido para a Missão do Brasil junto à ONU em Nova York. A chegada no posto foi um reencontro com o passado. Acompanhara de perto a ação de seu sogro, Oswaldo Aranha, quando presidiu a Assembleia Geral da ONU em 1947. Depois, servira provisoriamente no primeiro semestre de 1953 e atuara em várias sessões após 1963. A organização também fazia parte do seu mapa intelectual. Em 1967, por exemplo, pronunciara na Escola Superior de Guerra uma conferência sobre a instituição (Costa, 1967d). Iniciava sua nova missão funcional, portanto, plenamente preparado, liderando um grupo de doze diplomatas.

Nova York era uma capital mundial sem paralelo, com constante fluxo de autoridades políticas de todo o globo, muitas das quais para participar das sessões anuais da Assembleia Geral da ONU. Daí a relevância da chefia da missão brasileira na cidade para muitos tópicos de natureza bilateral. Corrêa da Costa tinha o *physique du rôle* dos grandes embaixadores do multilateralismo. Tinha a eloquência refinada necessária para a conciliação, sendo colaborativo e influente nos trabalhos de bastidores para lidar com amplo arco de temas da política internacional do posto. Seus telegramas eram constantemente encaminhados para a Presidência da República e lidos pela cúpula do Itamaraty. Era procurado por chefes de delegações para conciliábulos delicados no fluxo inconstante da política de blocos do processo parlamentar onusiano.

Um dos temas mais sensíveis em que atuou foi o voto sobre a Resolução 3379, de 10 de novembro de 1975, pela qual a Assembleia

Geral da ONU oficialmente tratava do tema da eliminação de todas as formas de discriminação racial, mas cujo foco era um parágrafo declaratório indicando ser o sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial. A proposição, discussão e votação ocorreu em contexto altamente volátil, após a Guerra do Yom Kippur e o primeiro choque do petróleo. O Brasil votou com um bloco de 72 países a favor, mas a resolução teve 35 votos contrários e 32 abstenções – uma forte polarização para o padrão da organização.

A questão gerou o maior atrito entre Corrêa da Costa, em Nova York, e Antônio Azeredo da Silveira, o Ministro das Relações Exteriores, em Brasília, ainda quando o rascunho do documento tramitava na III Comissão da Assembleia Geral da ONU. Havia, primeiramente, um choque sobre procedimentos. O processo decisório na questão foi conduzido apartado da representação em Nova York nessa fase, em uma situação de improvisação que contrasta com a forma como foi retratado e absorvido posteriormente pelo cânone do discurso diplomático brasileiro. Amargurado, Corrêa da Costa afirmou a Silveira compreender que “uma vez tomadas, as decisões de governo são soberanas e, como tais, insuscetíveis de discussão”, mas lamentava não ter sido informado das razões para cumprir as instruções (Breda dos Santos e Uziel, 2015, p. 89-92; Costa, 1975).

Além do que poderia ser avaliado como indelicadeza, pessoalmente foi contrário ao voto por considerar que o país pouco ganhava e muito perdia ao não se abster. Tinha, igualmente, um elo sentimental no tema que o ligava diretamente ao seu sogro. Ele teria confidenciado ao seu amigo Arnaldo Niskier: “Nosso país tem compromissos históricos com a existência do Estado de Israel. Fui eu que levei o martelo que Oswaldo Aranha bateu na mesa da ONU para criar o Estado de Israel até o kibutz Bror Chail, onde se encontra até hoje. Como podemos ser incoerentes?” (*apud* Niskier, 2007, p. 158). Convém notar que, apesar de sua discordância, Corrêa da Costa fielmente cumpriu suas instruções quando a questão foi votada no plenário, lendo um discurso preparado por assessores de Silveira em Brasília.

A relação entre os dois diplomatas teria outro capítulo interessante na década seguinte. Após sair da chefia do Itamaraty no Governo Geisel, Silveira assumiu a Embaixada em Washington e, em abril de 1983, foi removido para Lisboa. Corrêa da Costa foi designado seu sucessor. Não pode se dizer que foi surpreendido. Desde pelo menos 1978 compartilhava com militares, políticos e alguns colegas da carreira sua opinião sobre quais deveriam ser as novas diretrizes brasileiras para o relacionamento bilateral com os Estados Unidos. Em carta a um senador, apontou a centralidade que a sociedade americana tinha no sistema internacional, e a necessidade de o Brasil manter uma posição de “firmeza e ativez”, mas sem resvalar para “descortesias de natureza formal e diplomática, dispensáveis e incompatíveis com a maturidade” que deveria ter o relacionamento bilateral. Deveria ser um diálogo entre duas potências, “sem alinhamentos automáticos, mas sem disfarçar os alinhamentos legítimos, com lucidez e firmeza na identificação dos nossos reais interesses”. Ele era realista o suficiente para saber que o futuro guardaria cada vez mais áreas de atrito com os Estados Unidos, daí sua concepção de buscar identificar “com clareza as faixas de confronto e buscar impedir que afetem negativamente as áreas de convergência” (Costa, 1978). Essas foram as premissas de sua ação ao assumir o posto em setembro de 1983.

A mudança de Nova York para Washington coincidiu com sua campanha para assumir um assento na ABL. Historicamente, era difícil saber se o Itamaraty era uma sucursal da Academia Brasileira de Letras ou se era esta que servia de extensão da diplomacia no mundo cultural nacional. Mais da metade dos membros da Academia em 1909 teve algum tipo de ligação com o palacete da Rua Larga¹. Nas décadas seguintes, apesar dessa preponderância ter diminuído, diplomatas ou personalidades ligadas ao Itamaraty continuaram a serem eleitas, inclusive muitas associadas a Corrêa da Costa, como João Neves da Fontoura e Gilberto Amado.

1 Aluizio de Azevedo, Clóvis Bevilacqua, Domicio da Gama, Afonso Arinos, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Magalhães de Azeredo, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Barão do Rio Branco, Rodrigo Octávio, Rui Barbosa, Salvador de Mendonça, Mario Alencar, Arthur Jaceguai, Lafayette Rodrigues Pereira, Euclides da Cunha e Lúcio Mendonça.

Sua profícua produção intelectual da juventude já pressagiava uma abertura para entrar na instituição. Em 1942, o escritor Álvaro Lins, ao elogiá-lo em uma de suas colunas, afirmou que a casa de Rio Branco mantinha o propósito de “valorizar os problemas de literatura e de estudos desinteressados” (Lins, 1942). Havia, no entanto, um desafio: assim como seu avô, Corrêa da Costa abandonara esse debate público intelectual para dedicar-se à carreira. Sua trajetória, apesar de muito rica na diplomacia, fora praticamente nula de títulos inéditos por mais de vinte e cinco anos – reeditou, na década de 1970, três obras: *Quatro coroas*, *Every Inch a King* e *A diplomacia do marechal*.

Não era algo intransponível. A ABL, como apontou João Almino, abrange “vários campos da cultura e do conhecimento” (Almino, 2022). Configura um clube sobretudo social, onde o prestígio em outras dimensões é igualmente valorizado. Isso não explica, no entanto, o súbito interesse de Corrêa da Costa. A questão é ainda mais intrigante se considerarmos que teria sido mais oportuna uma campanha em 1977, ocasião em que Candido Motta Filho faleceu, deixando vaga a Cadeira 5, cujo fundador fora Raymundo Correia, avô de Corrêa da Costa. A campanha talvez só possa ser explicada, então, pelo sentimento de que, com mais de sessenta anos e assumindo o que provavelmente seria seu último posto como embaixador, aproximava-se do ocaso de sua carreira diplomática, reativando o interesse por atividades que mantivessem sua irrequieta e brilhante mente ativa.

Tratou sua campanha para a ABL como uma sofisticada *démarche* diplomática. Seus detratores tinham como ponto de resistência o fato de um dos últimos eleitos ter sido o também diplomata José Guilherme Merquior. Não se queria eleger mais um diplomata. Outros questionavam o fato de Corrêa da Costa contar com recursos e contatos superiores aos concorrentes. “Nunca se viu nada igual em termos de campanha”, um colunista apontou (Barros, 1983). Era verdade. Como bom negociador, preferiu operar nas penumbras, enredando um movimento de bastidores em coquetéis, almoços e jantares e utilizando seu pequeno exército de aliados, entre eles, Austregésilo de Athayde, Afrânio Coutinho e Carlos Chagas Filho.

Quase todos os cinco concorrentes abandonaram a corrida. Corrêa da Costa arregimentou trinta e três votos a seu favor, com quatro indo para o cordelista Raimundo Santa Helena e um em branco. O impressionante foi o quórum, só suplantado na década anterior pelo também diplomata João Cabral de Melo Neto, que obteve unanimidade entre os 39 votantes. A posse ocorreu somente em junho de 1984. Como era de seu feitio, o novo imortal trabalhou em verdadeira operação de planejamento para orquestrar o grande evento, contando com a presença do Presidente da República, João Baptista Figueiredo, e do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro.

Seu discurso de posse foi uma grande homenagem ao avô. Demonstrou, também, todo o brilhantismo de sua mente privilegiada, ao perfilar e analisar a contribuição de seus antecessores, em especial Euclides da Cunha e Dinah Silveira de Queiroz. O aspecto singular da elocução foi uma profunda análise de como o desenvolvimento tecnológico afetaria a conservação e promoção da memória cultural. Adiantando o impacto futuro da Internet, ele apontou como a “teleinformática” impactaria “memórias coletivas” e a própria linguagem.

Se o plácido discurso evocava, nos salões da ABL, reflexão e ponderação, do lado de fora, uma barulhenta onda de protesto contra a carestia não deixou os presentes esquecer a profunda crise pela qual o país passava, situação diretamente ligada ao trabalho que Corrêa da Costa exercia em Washington. Isso foi notado até por seu concorrente, Santa Helena, que, mesmo derrotado, registrou: “Imortal Sérgio Corrêa / Vai ser o embaixador do Brasil nos *States* / Erga o peito, seu doutor / Diga ao FMI / Que o nosso povo daqui / Sempre foi bom pagador”².

O contexto dos embates com o Fundo Monetário Internacional foi o alto endividamento do país no início da década, que se tornou explosivo com o aumento dos juros internacionais – a dívida aproximou-se de 46% do PIB em 1985. A inflação anual subiu de uma média próxima a 100% em 1980-82 para patamares superiores a 200% em

2 EMBAIXADOR ganha cadeira 7 da Academia. *Última Hora*, 26 ago. 1983.

1983-85, com recessões profundas em 1981 (-4,5%) e 1983 (-3,5%), e a precarização do mercado de trabalho e redução do investimento público em saúde, educação e infraestrutura.

Corrêa da Costa inicialmente acompanhou o desenrolar da crise em Nova York. Foi só com sua chegada em Washington que se tornou observador e, em momentos pontuais, ator coadjuvante desse drama, que tinha como atores principais as autoridades fazendárias brasileiras – como Antonio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore e Ernane Galvêas –, técnicos do Fundo Monetário Internacional e oficiais do Departamento do Tesouro do governo americano. Com sua densa rede de contatos nos Estados Unidos e na Inglaterra, atuou oferecendo informações estratégicas ao governo em Brasília – muitas das reuniões eram realizadas secretamente entre representantes do FMI e de bancos privados. Outra atividade foi oferecer uma base logística para o constante fluxo de autoridades entre o Brasil e os Estados Unidos.

Foi ardoroso crítico das condicionalidades impostas pelos banqueiros privados e pelo Fundo Monetário Internacional no processo de renegociação da dívida externa. Os remédios impostos, inclusive a abrupta queda de importações dos países devedores, ensejariam o aprofundamento da crise. Vários pronunciamentos do período apresentam uma visão sofisticada da crise do sistema internacional e das interconexões entre dimensões domésticas e externas nas tensões que varriam particularmente a América Latina (Costa, 1986; Costa, 1984). Essa reflexão era formulada quando interagía constantemente com autoridades americanas. As prioridades e os interesses eram muitos distintos daqueles que conhecera décadas atrás. Washington vivia sob as conservadoras e unilaterais idiossincrasias do governo Ronald Reagan, que não se sensibilizou com a situação da América Latina ao formular uma série de políticas comerciais unilaterais e promover recorrentes rodadas de pressões sobre políticas domésticas de países fragilizados pela crise, como o Brasil.

O final da carreira do diplomata, dessa forma, ocorreu na melancólica atribulação das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Sua missão era, sobretudo, ajudar a formular e executar uma política de contenção de danos. Seu desempenho foi considerado adequado e, em 1985, já no período democrático, seu nome foi lembrado nas listas informais para assumir a pasta das Relações Exteriores, em caso de reforma ministerial, se a opção recaísse sobre diplomatas de carreira. Uma de suas últimas ações na diplomacia foi a promoção de um plano de contenção de despesas da Embaixada em Washington. Ele foi aposentado e removido do posto em novembro de 1986, sem que a questão tivesse sido concluída. Tinha quarenta e sete anos de carreira diplomática, vinte e cinco dos quais como ministro de primeira classe.

Aos sessenta e sete anos, iniciou uma nova vida no setor privado e na academia. Acompanhava nessa nova fase da vida a esposa Michèle Sursock C. da Costa. Foi professor nos Estados Unidos, consultor da Kissinger Associates e advogado em arbitragens em Paris, cidade na qual permaneceu por quinze anos. Uma de suas bases de operação era na Rue Guynemer, ao lado do Jardim de Luxemburgo, onde recebia com fidalguia refinada seus amigos. O aspecto peculiar é que não foi imediato o seu retorno aos temas acadêmicos que lhe deram notoriedade nos anos 1940. A explicação talvez decorra do fato de ainda estar ativamente enfronhado em atividades empresariais.

Foi só em 1999 que lançou seu primeiro livro após a aposentadoria: *Mots sans frontières*, com prefácio de Maurice Druon, secretário perpétuo da Academia Francesa. Definido pelo autor como ensaio, é surpreendente pela forma e pelo tema. Do ponto de vista da forma estava o fato de tê-lo escrito em francês. Em quase cinco décadas de carreira diplomática, não morara sequer um mês em país francófono. Foi, portanto, com grande esforço que alcançara nível de proficiência avançado. O segundo era o tema. O livro trata sobretudo de linguagem, mais precisamente sobre o uso de palavras estrangeiras por falta de equivalentes em outras línguas. Seriam termos cosmopolitas, que atravessavam culturas e sociedades criando um vocabulário quase universal. O livro apresenta quase três mil palavras e expressões de mais de quarenta línguas, com milhares de exemplos retirados de amplo rol de fontes, principalmente de imprensa. A obra foi traduzida e publicada pela Record em 2000. Ganhou o prêmio *Grand Prix* do

Institut de France em 1999 e o de francofonia Richelieu-Senghor, em 2005. Corrêa da Costa tinha a intenção de expandir a amostragem para trinta mil exemplos – quase o dobro da primeira edição. Morreu sem concluir esse objetivo. Com a liderança de sua viúva, o projeto ainda teria sobrevivido com uma exposição inaugurada em 2007 na ABL e depois com muito sucesso lançada em Brasília e em São Paulo.

Duas outras obras simbolizam o retorno às publicações de sua juventude: *Brasil, segredo de Estado* e *Crônica de uma guerra secreta* (Costa, 2001; 2004). O registro ensaístico, em tom coloquial e descontraído, e a ambição por ineditismo caracterizam ambas. O próprio diplomata se coloca como ator ou observador, muitas vezes demonstrando como conseguiu acesso a determinadas fontes. As obras, apesar de reeditadas, inclusive em outros idiomas, ainda não conseguiram a repercussão que seus livros da década de 1940 tiveram. Podem-se aventar três razões. A primeira era que, a despeito do propalado ineditismo, muitas informações já eram de conhecimento, tendo sido divulgadas até pelo próprio Corrêa da Costa na década de 1940 – como o caso de um plano de sequestro de D. Pedro I. Uma segunda foi a sensibilidade de alguns temas, como as ligações de Perón com nazistas e os desenhos expansionistas do país vizinho com relação ao Brasil. Como afirmou no *Crônica*, nada impedia que o perigo argentino ameaçasse os interesses brasileiros novamente. Em uma época de celebração do Mercosul, o ceticismo do experiente diplomata ia contra a corrente de seu tempo. A terceira razão é o próprio desenvolvimento da historiografia brasileira na segunda metade do século XX. A obra ia na contramão de uma disciplina que buscava cada vez mais se afastar do culto aos grandes homens do passado. O estilo ágil e apazível tampouco agradaria uma disciplina cada vez mais enfronhada em teorias sociais.

Corrêa da Costa retornou de Paris em definitivo ao Brasil em 2003, para falecer no Rio de Janeiro em 29 de setembro de 2005 – um caminho inverso ao do seu avô, que saíra do Rio para falecer em Paris em 1911. Como apontou seu colega acadêmico Candido Mendes de Almeida, a “elegância sem descanso” do diplomata optou “por fechar os olhos, frente ao mar, em Copacabana”.

Referências bibliográficas

ALMINO, João. A Academia Brasileira é de Letras? *Revista Brasileira*, v. X-I, n. 112-113, p. 116-120, 2022.

AMADO, Gilberto. CT 10 para Raul Fernandes. Washington, 16 de fevereiro. BR ABL AA SCo 36.1.28. Rio de Janeiro: 1948.

AMARAL, Amadeu, Raymundo Corrêa. In: Artística, Sociedade de Cultura (ed), Conferência 1912-1913. São Paulo: Off. Cardozo Filho & c., 1912, p. 3-41.

BARROS, Adirson de. O descrédito externo do Brasil. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1983.

BITTENCOURT, Feijó. Crítica. Pedro I e Metternich. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 178, p. 199-201, 1943.

BREDA DOS SANTOS, Norma; UZIEL, Eduardo. Forty Years of the United Nations General Assembly Resolution 3379 (XXX) on Zionism and Racism: The Brazilian Vote as an Instance of United States–Brazil Relations. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 58, n. 2, p. 80-97, 2015.

COSTA REGO. O Arquivo do Barão do Rio Branco. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro.

COSTA, Sergio Corrêa da. Aventuras de Schopenhauer, o inimigo nº 1 das mulheres. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1938a.

_____. A mulher na Academia Brasileira de Letras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1938b.

_____. *A diplomacia brasileira na questão de Letícia*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1942.

_____. *Carta para Carlos Alves de Souza*. Buenos Aires, 8 de setembro de 1944. ABL/SCC 34.3.22. Buenos Aires: 1944a.

_____. *Carta para Carlos Alves de Souza*. Buenos Aires, 9 de outubro de 1944. ABL/SCC 34.3.22. Buenos Aires: 1944b.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *Carta para Otalis Marcondes Ferreira*. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1944. ABL/SCC 34.5.37. Rio de Janeiro: 1944c.

_____. *Carta para Arthur Coelho*. Washington, 3 de dezembro. BR ABL AA SCo 36.1.29. Rio de Janeiro: 1948.

_____. *Every Inch a King: A Biography of Dom Pedro I First Emperor of Brazil*. New York: Macmillan Company, 1950.

_____. *O Brasil no concerto americano: de 1864 a Rio Branco*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1951.

_____. O panamericanismo e os modernos pactos regionais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 233, out./dez. 1956, p. 159-172.

_____. *Operação Panamericana. Programa de ação para a OEA*. 25 de maio. BR ABL AA SCo 36.1.31. Rio de Janeiro: 1959.

_____. *Carta para Ir. Moisés Maria* de 7 de abril. BR ABL AA SCo 34.6. Rio de Janeiro: 1963a.

_____. *Carta para Joaquim Silveira*. 25 de maio. BR ABL AA SCo 34.6. Rio de Janeiro: 1963b.

_____. *Carta para Hélio Vianna*. 13 de fevereiro. BR ABL AA SCo 34.4.27. Rio de Janeiro: 1964.

_____. *Carta para Bilac Pinto*. Rio de Janeiro, 13 de janeiro. BR ABL AA SCo 34.6.19. 1966.

_____. *Carta de Corrêa da Costa para Geraldo Silos*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1967. Confidencial. ABL/SCC 35.1.24. Rio de Janeiro: 1967a.

_____. *Ciência e tecnologia. Cooperação internacional para o desenvolvimento econômico*. 25 de agosto. BR ABL AA SCo 34.6.29. Rio de Janeiro: 1967b.

_____. *De Sérgio Corrêa da Costa para Magalhães Pinto*. 9 de maio e 17 de julho de 1967. *Memos secretos*. AHI-BSB. Rio de Janeiro: 1967c.

_____. *Panorama político do mundo: a ONU*. BR ABL AA SCo 34.6.29. Rio de Janeiro: 1967d.

COSTA, Sergio Corrêa da. Porque o Brasil quer a bomba. Entrevista a Arnaldo Niskier. *Manchete*, v. 789, n. 16-18, 1967e.

_____. *Visita do Secretário-Geral a Israel, França e Genebra. Acordos sobre energia nuclear. Conferência do Desarmamento. BR ABL AA SCo 34.2.31. Rio de Janeiro: 1967f.*

_____. *Discurso de posse. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, em 20 de março de 1967. In: Mre (ed), Documentos de política externa (de 15 de março a 15 de outubro de 1967). Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968a), p. 7-10.*

_____. O desafio brasileiro. Entrevista a Arnaldo Niskier. *Manchete*, v. 843, n. 22-23, 1968b.

_____. *Tel 1644 de Delbrasonu. Secreto-exclusivo. 22 de setembro de 1975. AHI-BSB. 1975.*

_____. *Carta para Daniel Krieger. Estritamente pessoal. New York, 30 de outubro. BR ABL AA SCo 35.6.33. Rio de Janeiro: 1978.*

_____. *Internal and External Threats to the Social and Economic Stability of the Region. Disponível em: CPDOC MRE\Rba mpc c 1985.01.15 (3). Rio de Janeiro: 1984.*

_____. *The Foreign Debt Crisis: The Only Way Out. A Brazilian View. Disponível em: CPDOC Rba mpc m 1986.03.31. Rio de Janeiro: 1986.*

_____. *Brasil, segredo de Estado. Uma incursão descontraída pela história do país. Rio de Janeiro: Record, 2001.*

_____. *Crônica de uma guerra secreta. Rio de Janeiro: Record, 2004.*

_____. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada. Brasília: FUNAG, 2017.*

FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de Assis. *Carta para Sergio Corrêa da Costa. Rio de Janeiro, 26 de outubro. BR ABL AA SCo 34.3.40. Rio de Janeiro: 1936.*

LINS, Álvaro. Bilan de 1941. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1942.

MOTTA, Arthur. Raymundo Corrêa. *Revista do Brasil*, v. 49, p. 62-69, 1920.

NISKIER, Arnaldo. *Apocalipse pedagógico e outras crônicas: as dificuldades da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

SOUZA, Carlos Alves de. *Carta para Sérgio Corrêa da Costa*. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1944. ABL/SCC 34.3.22. Rio de Janeiro: 1944.

Biografias

Sergio Corrêa Affonso da Costa nasceu no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1919 e faleceu na mesma cidade em 29 de setembro de 2005. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil em 1942, complementando sua formação com pós-graduação na Universidade da Califórnia (UCLA) entre 1948 e 1950 e curso na Escola Superior de Guerra em 1951. Ingressou na carreira diplomática em 1939, alcançando o posto de ministro de primeira classe em 1962. Representou o Brasil em diversas funções no exterior, chefiando as embaixadas brasileiras em Ottawa (1962-1966), Londres (1968-1975) e Washington (1983-1986), além de atuar como representante permanente junto às Nações Unidas em Nova York (1975-1983). Foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores entre 1966 e 1967. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1983, ocupou a Cadeira número 7, sucedendo Dinah Silveira de Queiroz. Como escritor, destacou-se por obras sobre história e diplomacia brasileiras, com ênfase na figura de Dom Pedro I, com títulos como *As quatro coroas de D. Pedro I* e *Every Inch a King*. Seu último livro, *Crônica de uma guerra secreta*, publicado em 2004, abordou a espionagem nazista na América do Sul.

Rogério de Souza Farias é doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2012). Ganhou o Concurso de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Relações Internacionais em 2013. Ganhou Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Teses na área de Ciência Política e Internacional em 2013, tendo sido a melhor da subárea

de relações internacionais. Foi visiting scholar do Lemann Institute for Brazilian Studies (Universidade de Illinois Urbana-Champaign) e associate do Center for Latin American Studies da Universidade de Chicago (2014-2017). Trabalhou na Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e no Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Atualmente é pesquisador associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e trabalha no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

João Cabral: a poesia em trânsito

Antonio Carlos Secchin



A poesia do escritor e diplomata João Cabral de Melo Neto conseguiu ao mesmo tempo beneficiar-se de sua atividade profissional e permanecer atrelada ao ponto de origem, Pernambuco, ou ainda mais especificamente, Recife, cidade natal do poeta. Isso se deve ao fato de, trazendo suas origens como marca inapagável, em vários momentos Cabral percebia o novo – as “novas paisagens” a que sua carreira o conduzia – sempre em cotejo com as lembranças pernambucanas sem cessar evocadas.

Aprovado em concurso público no ano de 1943, atuou, sucessivamente, em Barcelona (1947), Londres (1950), Sevilha (1956), Marselha (1958), Madri (1960), de novo Sevilha (1962), Genebra (1964), Berna (1966), novamente Barcelona (1968), Assunção (1969), Dacar (1972, quando foi nosso embaixador para o Senegal, Mali, Guiné e Mauritânia), Quito (1979), Tegucigalpa (1981), Porto (1986). Transferido para o Rio de Janeiro em 1987, aposentou-se em 1990.

Dos países em que serviu, alguns têm escassa ou nula representação em sua obra: a Inglaterra, a França, a Suíça, o Paraguai, a Guatemala. Avulta, em contraposição, a gigantesca presença da Espanha, sobre a qual nos deteremos, sem, todavia, negligenciar a importância dos países africanos e do Equador.

O poeta faleceu em 1999. De publicação póstuma é *Viver en los Andes – poemas ecuatorianos* (2020), com apresentação de João Almino e tradução de Iván Carvajal. O volume apresenta um conjunto de poemas que inicialmente integraram “Viver nos Andes”, seção do

livro *Agrestes* (1985), e foram escritos no período em que João Cabral foi diplomata no Equador e na Guatemala. Aos poemas previamente publicados foram acrescentados, numa segunda edição, inéditos localizados na Fundação Casa de Rui Barbosa, que chegaram a meu conhecimento através da pesquisadora Edneia Ribeiro e foram também incorporados à nova edição das obras completas que editei em 2020.

Pedra e ar são os pilares de *Viver nos Andes*. Seus dez poemas, com variações, encadeiam-se em torno de um mesmo tema: a sobrevivência na montanha, apesar da atmosfera rarefeita. Mas não se esgota nessa primeira leitura o alcance da investigação cabralina; com ela convive outra, na linhagem de uma sutil politização da natureza. Interessa ao poeta examinar as condições de eclosão/explosão de uma fala numa região emparedada pelo silêncio. Aqui, a ambiguidade de um silêncio potencialmente *explosivo* é fornecida pela própria realidade ambiental, a gélida montanha que abriga o vulcão Chimborazo. Discurso latente represado na muda entranha da pedra.

Viver nos Andes, em escala menor, reencena o ciclo de viagens e travessias que marcou a produção de João Cabral em obras como *O rio* (1954) e *Morte e vida severina* (1956), ambas registrando o tortuoso caminhar dos retirantes sertanejos e do rio Capibaribe rumo a Recife. Agora, o percurso não se dá na horizontalidade da terra, mas em registro ascensional. À maneira das narrativas ancestrais, o início do texto já nos revela a aventura *in medias res*:

No Páramo, passada Riobamba
a quatro mil metros de altura,
a geografia do Chimborazo
entra em coma: está surda e muda (“No Páramo”, p. 536).

Começa, então, o relato de dupla travessia: para o alto da pedra e para dentro do silêncio que a altitude resguarda. O olhar cabralino labora à maneira de câmera, ofertando-nos, no primeiro poema, um plano geral sobre a paisagem da subida; no segundo, um plano geral sobre os habitantes da região (cujo vagaroso vagar recorda “mansas fotografias”, p.536). A seguir, o *zoom* captura a imagem de um habitante específico (“O índio da cordilheira”), para logo após (“Afogado nos

Andes”), em corte incisivo, contrapor a paisagem capturada a outra, pernambucana, que lhe sendo praticamente oposta nem por isso deixa, pelo avesso, de aproximar-se da andina, irmanadas que se tornam pela difícil relação (de mímica ou de excesso) entre seus respectivos moradores e o ar que respiram:

No ar rarefeito como a vida
vai a vida do índio formiga.
/.../
Quem se afoga nele ou por falta
dele, é igual a boca angustiada:
os afogados submarinos
têm os gestos dos sobreandinos
/.../
Era do Recife esse afogando,
do ar espesso da beira-oceano,
para quem também respirar
é outra maneira de caçar:
/.../
que é retirar o ar das entranhas
dessa atmosfera que nos banha (p. 538).

Seguem-se duas tomadas da paisagem vista do alto, em “O trono da ovelha” e “Um sono sem frestas”; o silêncio da natureza, neste último, é “o sono imóvel e compacto/ que se dorme na anestesia” (p. 538). Do silêncio, portanto, duas “lições” podem ser extraídas: a de sua inutilidade, quando oriundo do torpor e da passividade (neste caso, “por ser sem chaves, sem frestas/ perdeu o discurso de Bolívar” [p. 538]); e a da eficácia, quando, a partir de uma borda muda, a palavra começa a fermentar. A voz, mesmo em surdina, sustenta uma presença afirmativa contra o enclausuramento. Contenção discursiva, que Cabral localizara nos habitantes daquele espaço (“aprenderam a ser sem berrar-se”, p. 536) e que provém de uma verdadeira “educação pela pedra” ministrada pela montanha:

Quando te viajei tão de perto
nada vi em ti, Chimborazo,
que ensine o falar dó-de-peito
pré-microfones, deputado (“Uma enorme rês deitada”, p. 539).

É comum ao poeta fechar seus textos narrativos (é assim que estamos entendendo a sequência de *Viver nos Andes*) pondo em relevo alguma “ética da natureza”: ela própria, pedagogicamente, fornece o modelo de conduta apta a reformular de modo positivo o horizonte da existência humana. Assim, o desfile do rio Capibaribe, em *O cão sem plumas* (1952), é exemplo da “vida que se luta/ cada dia”, como a ave “que vai cada segundo/ conquistando seu voo” (p. 92). Para a mesma direção caminham os versos da parte derradeira de *Morte e vida severina* :

E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica (p. 178).

Nesta seção do livro *Agrestes*, no entanto, a “lição final” do texto-natureza é a página branca de um silêncio inexpugnável. Epílogo frustrante, numa tonalidade antiépica que retrata o “desacontecimento”,

A imensa espera da montanha:
por que ver nela algum sentido?
É só espera; o viver suspenso
de que apodreça o prometido (“O ritmo do Chimborazo,
p. 539).

onde só vigora a espera da desesperança. Nada ocorre; o herói está ausente; e, se presente, não se faria ouvir – imagem do continente enclausurado, incapaz de propagar sua voz:

Talvez [a montanha] seja mesmo a tribuna
que mandou reservar o tempo

para um Bolívar que condene
quem fecha a América ao fermento (“O Chimborazo
como tribuna”, p. 540).

É a esperança de uma voz, ainda inaudível, que alimenta o sonho de uma América Latina fraterna e dona do próprio destino.

Na mesma obra *Agrestes* localizamos uma série de poemas dedicados à África: “Do outro lado da rua”. O título implica diferença (lado oposto) e semelhança (mesma rua) – rua que parte de Pernambuco e desemboca na África. Daí a insistência em aproximações e confrontos que irão povoar os textos, mais afro-nordestinos do que propriamente senegaleses. Cabral privilegia, na África, a linguagem de uma natureza bruta, vegetal (“O baobá no Senegal”, “O baobá como cemitério”), mineral (“Praia ao norte de Dacar”, “A água da areia”), e animal (“O Senegal *versus* a cabra”). O discurso metalinguístico também comparece, seja no nível não lapidado da fala de um povo (“Lembrança do Mali”), seja no estágio mais “refinado” (e, para Cabral, menos eficaz) da “fala poética” (“África e poesia”).

Numa África áfona, cabe metaforicamente à natureza a sustentação da voz política, palavra do não frente à onipresença do colonizador. Assim, do baobá emana a efusão calorosa “que vem das criadoras de raça/ e das senzalas sem história” (p. 531). Bem menos positiva é a avaliação da poesia senegalesa, em suas implicações ideológicas:

A voz equivocada da África
está nos griots como em Senghor:
ambas se vestem de molambos,
de madapolão ou tussor,
para exclamar-se de uma África,
de uma arqueologia sem restos,
que a história branca e cabras negras
apuraram num puro deserto (p. 533).

Nesse continente esvaziado de si mesmo, extirpado de sua História, estrangeiro de si pela fala sob tutela que o outro lhe autoriza, é ambígua a posição do griot, “misto de poeta, lacaio/ e alugado historiador”

(p.532). Se Cabral considera que o simples fato de cantar significa dizer “sim” a uma realidade negativa, por outro lado reconhece

todo o vinagre e amargor
que, debaixo da lisonja,
tem a saliva do cantor (p. 532).

O discurso subterraneamente corrosivo sob plácida superfície é mais um ponto de convergência entre africanos e nordestinos. Em “O sertanejo falando” (1966), Cabral se referira ao “caroço de pedra” que subjazia a uma entonação “lisa, de adocicada” (p. 309); Em “Lembrança do Mali”, contrasta o azul epidérmico dos tuaregues à sua secura interna:

O anil não vai além da pele:
não vai ao fundo onde as navalhas,
à ossada seca de que vivem,
nem aos serrotes com que falam (p. 531).

A diferença é que, enquanto no deserto a cor atua de fora para dentro (daí não ir além da superfície), no Sertão sua origem é interna, subentendendo uma “profundidade” do epidérmico. A cor nada tem de adorno, alçando-se, portanto, à condição de metonímia de um estilo de ser. Leia-se, da segunda seção de Agrestes, “O luto no sertão”:

Sobe de dentro, tinge a pele
de um fosco fulo: é quase raça;
luto levado toda a vida
e que a vida empoeira e desgasta (p. 497).

Esse caráter menos manipulável da configuração nordestina (pois oriundo das próprias entranhas, e não do comércio com a realidade externa), desloca-se, no âmbito de uma “gramática” da natureza, deste campo, morfológico, para outro, sintático, quando entra em jogo a relação do vegetal e do espaço que ele ocupa:

São plantados em pelotões.
Desfilam para a autoridade

que os fez plantar; são em parada,
sem o nordestino à vontade (“Os cajueiros da Guiné
Bissau”, p. 535).

O policiamento da natureza – através do recurso do plantio em pelotão – é mais uma das figurações da vertente social da poesia cabralina, mestra em esquivar-se das localizações óbvias que tanto empobrecem a literatura explicitamente engajada. Leia-se, a propósito, “Na Guiné”. Inicialmente a brisa da praia de Conacri responde, na “gramática” natural, pelo capítulo fonético:

Se o que ela diz me escapa,
seu ritmo, seu acento
são esses com que falo
o português brasileiro (p. 532).

A seguir, é evocada uma formação geológica que simbolicamente funciona como cerceadora de um destino de liberdade:

Aqui as ilhas de Los,
dragões fingindo de ilhas,
fecham-no a quem no mar
queira espriar-se a cisma (p. 532).

Seja pelo represamento sem válvulas de escape (pela dificuldade em superar dragões), seja pela frágil morfologia,

essa cópula eunuca,
esse coito lesbiano
entre a savana muda
e a outra, a de água mar,
savana tartamuda (“Praia ao norte de Dacar”, p. 533).

ou, ainda, pela conformidade ao desenho/desígnio da arquitetura colonizadora, a paisagem africana, na antiturstica voz cabralina, fornece o modelo de uma natureza derrotada, subtraída de parâmetros de autorreconhecimento. Algo similar ao que o poeta elaborara em

1952, ao definir o seu nordestino rio Capibaribe como “O cão sem plumas”, região de miséria que chega a ser pilhada até do que não tem.

Já o diálogo cabralino com Portugal não se deu pela aproximação ou confronto de paisagens, mas por um vetor, diríamos, de outras “afinidades eletivas”. É algo modesta a presença das letras portuguesas em sua obra. Contudo, não faltariam motivos para que tal presença pudesse ter sido mais intensa, tanto do ponto de vista biográfico, quanto do ponto de vista literário.

Entre 1985 e 1987, João Cabral foi cônsul na cidade do Porto, de onde, conforme dissemos, saiu para aposentar-se no Rio de Janeiro. Ali casou-se com a segunda esposa, Marly de Oliveira.

No terreno literário, em 1960 foi lançada em Lisboa, por Guimarães Editores, a edição *princeps* de seu importante livro *Quaderna*. A Portugália Editora publicou, em 1963, a primeira antologia poética de João Cabral, intitulada *Poemas escolhidos*, com seleção de Alexandre O’Neill. Em 1982, Fenda Edições deu a lume o ensaio cabralino *Poesia e composição – a inspiração e o trabalho de arte*. Em 1986, surgiu, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sua *Poesia completa*, com prefácio de Óscar Lopes. No ano de 2000, a revista Colóquio Letras lançou em número duplo *Paisagem tipográfica – homenagem a João Cabral de Melo Neto*, reunindo, em volume com mais de trezentas páginas, depoimentos, documentos e quinze ensaios inéditos sobre o poeta.

Apenas três escritores portugueses foram contemplados na poesia de Cabral. A primazia coube a Cesário Verde, em “O sim contra o sim”, incluído em *Serial* (1961), décimo segundo livro do autor:

Assim [Cesário Verde] chegou aos tons opostos
das maçãs que contou:
rubras dentro da cesta
de quem no rosto as tem sem cor (p. 275).

Camilo Castelo Branco protagoniza dois poemas de *Agrestes* (1985): “A Camilo Castelo Branco” e “Visita a São Miguel de Seide”. É provável que, por motivos biográficos, Melo Neto se tenha sentido tocado pelas desditas camilianas, similares às suas próprias. Nosso

poeta sofria de progressiva e irreversível moléstia ocular, que o levaria à cegueira. Também manifestava tendências depressivas, em que fantasias suicidas não estavam de todo excluídas.

O nome de autor português mais bem acolhido na obra cabralina foi, decerto, o de Sophia de Mello Breyner Andresen, de quem João Cabral foi amigo. Para ela escreveu “Elogio da usina e de Sophia de Mello Breyner Andresen” (1966), em que descreve seus cristais “de luz marinha” (p.313). Anos depois, no *Auto do frade* (1982), cuja ação se passa no século XIX, o protagonista Frei Caneca assim se expressa:

Sob o céu de tanta luz
/.../
sob o sol inabitável
que dirá Sofia um dia,
vou revivendo os quintais (p. 447).

Em uma anacrônica e amistosa intervenção, João Cabral faz o herói, em fala profética, antecipar o futuro verso “sob o clamor de um sol inabitável”, de Sophia, no livro *Navegações* (1983).

Escassas as presenças portuguesas, avulta uma grande ausência: a de Fernando Pessoa. Talvez por manifestar temperamento poético quase oposto, o fato é que João Cabral praticamente recalcou quaisquer vestígios pessoanos tanto em sua formação cultural quanto na prática literária. No entanto, podemos afiançar que ao menos um livro de Pessoa – *Mensagem* – passou pelo olhar de João Cabral na década de 1940. Localizamos exemplar da segunda edição de *Mensagem*, de 1946, com dedicatória autógrafa do então jovem poeta brasileiro. Portanto, ele travou contato com a obra de Fernando Pessoa ainda no Brasil, antes de efetuar a primeira viagem diplomática, para Barcelona, em 1947, num período crucial de consolidação dos próprios rumos poéticos.

Referimos, no imaginário poético de João Cabral, o predomínio absoluto da Espanha, que, para ele, é bem mais do que um país. É ao mesmo tempo paisagem natural, arquitetura, música, urbanismo, religião, tauromaquia e literatura. É um modo de ser, de conviver, e também de vivenciar a plenitude dos sentidos: gostos, cores, ruídos,

perfumes – e a força de Eros. Oferta-se também como modelo da linguagem, modelo ético e estético que lhe povoa a poesia. Todos esses territórios são atravessados pelo poeta, e com tal intensidade, que o país se torna plural: várias Espanhas convivem na Espanha ideal do escritor. Falemos de algumas delas, ressaltando a gradativa e sempre crescente importância que a experiência espanhola assumiu na vida e na obra de João Cabral.

Em várias entrevistas ele enfatizou que, nos arredores de Barcelona (em sua primeira experiência fora do Brasil), reconfortou-se ao constatar uma paisagem árida como a do Nordeste brasileiro.

Ressalte-se o componente do reconhecimento e da identidade: a Espanha seria um Pernambuco em outro lugar. Isso afirma o poeta, mas não é bastante. Na passagem de uma a outra paisagem, do Brasil à Espanha, podemos afirmar que, talvez até à revelia do escritor, houve também, ou principalmente, o aprendizado da diferença. A Espanha foi um “outro” que o poeta incorporou; tal incorporação deixou marcas e foi responsável por mudanças radicais em sua obra. Tentaremos demonstrar que marcas e mudanças são essas, acompanhando sucintamente o percurso da poesia cabralina.

Até 1955, João Cabral havia publicado seis livros, e a tênue presença hispânica se resumia a pequeno poema – “Homenagem a Picasso” – no livro de estreia, *Pedra do sono*, de 1942. Em 1955, com a coletânea *Paisagens com figuras*, a situação transforma-se totalmente. Com efeito, dos dezoito poemas do livro, nada menos do que nove se referem à Espanha, e um outro estabelece diálogo entre ela e o Nordeste.

João Cabral, que confessava seu horror à música – por considerá-la anestésica ou entorpecente – só conseguiu reconciliar-se com a arte musical por meio do canto *gitano*. Apaixonou-se também pela tauromaquia, a ponto de sua biblioteca particular conter dezenas de livros sobre o tema. Assistindo às touradas, percebeu, na relação do toureiro com o touro, a mesma atitude que ele, poeta, exibia, na relação também tensa e perigosa, com a fúria da palavra:

sim, eu vi Manuel Rodríguez,
Manolete, o mais asceta,

não só cultivar sua flor
 mas demonstrar aos poetas:
 como domar a explosão
 com mão serena e contida,
 sem deixar que se derrame
 a flor que traz escondida,
 e como então, trabalhá-la
 com mão certa, pouca e extrema:
 sem perfumar sua flor,
 sem poetizar seu poema (p. 134).

Manolete resume bastante da poética de João Cabral: a recusa da beleza não funcional; uma arte econômica, com a emoção sob controle; o elogio do distanciamento ou frieza operacional: jamais deixar-se levar ou impressionar-se pelo objeto com o qual se defronta. O poeta elogia Manolete por ser “o toureiro mais agudo,/ mais mineral e desperto,/ o de nervos de madeira”, que deu “à vertigem, geometria”, e ao susto “peso e medida” (p. 134).

É bastante sugestivo o confronto entre Espanha e Pernambuco no poema “Duas paisagens”, pois, o que avultam são as peculiaridades de cada espaço. A seguir, duas estrofes do texto, a segunda referente ao espaço brasileiro:

D’Ors em termos de mulher
 (Teresa, *La Ben Plantada*)
 descreveu da Catalunha
 a lucidez sábia e clássica.
 /.../
 Lúcido não por cultura,
 medido, mas não por ciência:
 sua lucidez vem da fome
 e a medida, da carência (p. 143).

Evidencia-se a Espanha por meio de metáfora cultural, literária, e Pernambuco através da natureza primária e sofrida, sem a intervenção

da cultura. Paisagem, diríamos, descrita fora da História, enquanto a espanhola dela se abastece ou a ela se mescla. Essa forte impregnação do passado, com todas as suas lições, é constante no discurso do poeta, que fará a paisagem da Espanha transitar continuamente da referência natural à cultural, e vice-versa, sem que se possa dizer qual delas predomina. Basta dizer que, dos dez poemas espanhóis do livro, encontramos em seis citações explícitas a obras literárias ou autores (como Eugénio D’Ors), e em dois outros a presença de atividades artísticas ou culturais (o canto cigano e a tourada).

Poemas como “Imagens em Castela”, “Medinaceli” e “Campo de Taragona” não se interessam pela natureza em estado bruto: há sempre um elemento mediador que se interpõe para impedir a descrição da paisagem “pura”. No primeiro desses poemas:

Se alguém procura a imagem
da paisagem de Castela,
procure no dicionário:
meseta provém de *mesa*.

/.../

/.../palco raso, sem fundo,
só horizonte, do teatro
para a ópera que as nuvens
dão ali em espetáculo:

/.../

No mais, não é Castela
mesa nem palco, é o pão:

/.../

Aquele mesmo equilíbrio,
de seco e úmido, do pão,

/.../

E mais: por dentro, Castela
tem aquela dimensão
dos homens de pão escasso,
sua calada condição (p. 126).

O discurso se inicia com a paisagem e se concluiu com a figura humana: paisagens com figuras. Mas, se atentarmos bem, o poeta sequer fala da natureza, e sim das metáforas que ela propicia. No verso 1, já adverte: “Se alguém procura a imagem”; e esta imagem será encontrada no dicionário: “*meseta* provém de *mesa*”. A mesa vazia de imediato servirá de elemento cênico (transformação do natural em cultural), para o espetáculo-ópera das nuvens. No fim, outra imagem surpreendente (Castela igual a um pão), e uma leitura política da paisagem: “o homem de pão escasso / sua calada condição”. Maneira de lançar sutil protesto contra a Espanha de Franco. Toda a poesia social de João Cabral de Melo Neto, aliás, dirigida ao Brasil ou à Espanha, será sempre assim: incisiva e desprovida de grandiloquência ou demagogia. Em “Medinacelli”, volta a falar dos homens que não podiam falar, que viviam em “calada condição”: “hoje a gente daqui / diz em silêncio seu *não*” (p. 125). No belo “Encontro com um poeta”, imagina um contato diferente com a obra de Miguel Hernández, quando passa a perceber informações para cuja captação é necessário ouvido bem atento:

Não era a voz expurgada
de suas obras seletas;
era uma edição do vento,
que não vai às bibliotecas,
era uma edição incômoda,
a que se fecha a janela,
incômoda porque o vento
não censura, mas libera (p. 132).

Já em “Campo de Tarragona” outro importante aprendizado espanhol é registrado por João Cabral: a lição de formas; não a forma empírica, mas aquela que apresenta uma organização ou sistema subjacente. Assim, ele afirma que no campo de Tarragona a terra não se esconde, mas se revela “como planta de engenheiro / ou sala de cirurgia” (p. 130) – ideal de organização que prescinde do supérfluo.

Importa registrar que essa “educação pela paisagem”, que leva o poeta a perceber, por exemplo, que na Catalunha as colinas e montanhas “têm seios medidos” (p. 142), não se restringe ao aspecto exterior ou visível: João Cabral também mergulha, se assim podemos dizer, na paisagem interna da linguagem, apreendendo, no convívio com a Espanha, novos ritmos, novas rimas, novos (e velhos) gêneros poéticos. Começou sistematicamente a utilizar a rima toante, em oposição à rima soante, bem mais tradicional na poesia em língua portuguesa; praticou o verso octossílabo, em vez do habitual heptassílabo (redondilha maior) português. No seu mais famoso poema, *Morte e vida severina* (de 1956), inteiramente situado no Nordeste brasileiro, valeu-se de modelos do romance castelhano e do folclore catalão. Seu melhor trabalho em prosa é *Joan Miró*, de 1950, excelente análise das técnicas de criação do pintor e que, feitas as devidas adaptações, poderíamos considerar como autoanálise de seus processos de criar poesia. Outro importante Joan – Brossa – mereceu-lhe poema em *Paisagens com figuras*.

Orio, livro de 1954, traz epígrafe de Berceo (“*Quiero que compongamos io e tú una prosa*”, p. 94), escritor a quem dedicará um poema na coletânea *Museu de tudo*, de 1975. Nesta obra, fará ainda o elogio de Quevedo. Antes, em *Serial*, de 1961, escrevera os poemas “*Claros varones*”, tomando de empréstimo o título *Libro de claros varones de Castilla*, de Hernando del Pulgar e “*Generaciones y semblanzas*”, aproveitando título homônimo de Fernán Pérez Guzmán.

Bastante zeloso de sua privacidade, João Cabral sempre evitou a exposição autobiográfica, e foi extremado cultor da poesia na terceira pessoa: para ele, o “eu” não deveria exhibir-se em espetáculo, mas ocultar-se para que tudo mais que não fosse o próprio sujeito pudesse ocupar o poema, assim liberto em alta escala da sombra ou do peso do criador. Por isso, causou surpresa em *Quaderna*, de 1959, livro subsequente a *Paisagens com figuras*, a irrupção da temática feminina neste poeta tão hostil à tradição lírica.

Se todos os críticos apontam em João Cabral, a partir de *Quaderna*, o surgimento de uma vertente mais propriamente erótica do que amorosa, o que não se observou é que tal tipo de poesia somente nasceu a partir da experiência espanhola do poeta. Mesmo evitando

relações imediatas de causa e efeito, é sempre bom recordar, com certa malícia, que João Cabral dizia escrever apenas sobre pessoas ou coisas que conhecia. Declarava-se poeta sem imaginação – mas com muita memória...

Abre o novo livro um de seus mais famosos poemas, “Estudos para una bailadora andaluza”, em que, após associar a mulher ao fogo, a uma simbiose amazona/ égua, e a uma estátua ardente, as imagens do poeta começam a desnudar inteiramente a bailadora:

porque, terminada a dança,
embora a roupa persista,
a imagem que a memória
conservará em sua vista
é a espiga, nua e espigada,
rompente e esbelta, em espiga (p. 201).

Assinalemos, porém, que o imaginário feminino, desencadeado em João Cabral depois da estada na Espanha, apresenta ao menos duas configurações, uma delas algo surpreendente. A primeira, já vimos, responsável pela vertente erótica, em que o fascínio diante das bailadoras leva o poeta à celebração da mulher isenta de investimento sentimental, e fundada apenas no prazer da pura corporalidade. A outra faceta – de que a cidade de Sevilha será o melhor exemplo – revela um feminino maternal e acolhedor. Espanha sempre mulher, às vezes amante, outras vezes mãe:

Que ao sevilhano Sevilha
tão bem se abraça
que é como se fosse roupa
cortada em malha.
/.../
O sevilhano usa Sevilha
com intimidade,
como se só fosse a casa
que ele habitasse (p. 229).

A esse espaço do aconchego e do conforto se opõe o sertão do Nordeste brasileiro, marcado com signos da masculinidade, da aspereza, da agressiva luminosidade, do desconforto e da secura. Curiosamente esses atributos, caros ao poeta, pois implicam desafio frente à vida, também se encontram na Espanha, não nas mulheres, decerto, e não muito na paisagem, mas na arte – em particular no *cante a palo seco*, título de uma das mais conhecidas “artes poéticas” de João Cabral. Como no ensaio sobre Miró, o poeta fala implicitamente da própria poesia ao falar explicitamente da dureza e da força do *cante*:

Se diz *a palo seco*
o *cante* sem guitarra;
o *cante* sem; o *cante*;
o *cante* sem mais nada.
/.../
O *cante a palo seco*
é o *cante* mais só:
é cantar num deserto
devassado de sol;
/.../
A *palo seco* é o *cante*
de grito mais extremo:
tem de subir mais alto,
que onde sobe o silêncio;
/.../
cante que não se enfeita,
que tanto se lhe dá;
é *cante* que não canta,
é *cante* que aí está (p. 226).

Aproximações e confrontos entre Nordeste e Espanha voltam a aparecer em *Serial*. As estradas do sertão e as da Mancha são descritas em “O automobilista infundioso”. Em “Pernambucano em Málaga”,

João Cabral opõe o aspecto dócil e doméstico da cana de Málaga ao caráter indisciplinado da cana nordestina:

A cana doce de Málaga
dá domada, em cão ou gata:
deixam-na perto, sem medo,
quase vai dentro das casas (p. 277).

“Chuvas” compara o mesmo fenômeno meteorológico em três lugares distintos: o sertão, Sevilha e a Galícia; desta região, que pouco aparece em sua obra, afirma:

Mas na *Galícia* a chuva,
de tanta, se descuro:
cai de todos os lados,
inclusive de baixo.
/.../
É a chuva feita estado:
nela se está em aquário,
onde ninguém atina
onde é embaixo, em cima (p. 292).

Um de seus (numerosos) textos metalinguísticos é “O sim contra o sim”, ou seja: exercícios de admiração a poetas e pintores muito diferentes, louvados em suas características contrastantes e igualmente válidas; daí, o “sim” contra o “sim”. Dentre os citados, de novo Joan Miró, e, pela primeira vez, Juan Gris:

Juan Gris levava uma luneta
Por debaixo do olho:
uma lente de alcance
que usava porém do lado outro.

As lentes foram construídas
para aproximar as coisas,
mas as dele as recuava
à altura de um avião que voa (p. 276).

Em *A educação pela pedra*, de 1966, intensifica-se a já referida segunda vertente do feminino, identificada com repouso, proteção, aconchego. No poema “Nas covas de Baza”, o poeta diz ser o cigano capaz de

dormir na entranha da terra, enfiado;
dentro dela, e nela de corpo inteiro,
dentros mais de ventre que de abraço.
Contudo, dorme na terra uterinamente,
dormir de feto, não o dormir de falo (p. 317).

Na mesma direção caminha “A urbanização do regaço”, ostensivo elogio à configuração dos velhos bairros de Sevilha:

Os bairros mais antigos de Sevilha
criaram uma urbanização do regaço,
para quem, em meio a qualquer praça,
sente o olho de alguém a espioná-lo.
/.../
Eles têm o aconchego que a um corpo
dá estar noutro, interno ou aninhado,
/.../
para quem quer, quando fora de casa,
seus dentros e resguardos de quarto (p. 333).

Curiosamente, no livro, há um poema, “O regaço urbanizado”, com os mesmos vinte e quatro versos deste, dispostos em outra ordem. Assim, podemos dizer que, do mesmo modo como o sevilhano está aninhado em seu bairro, um poema está aninhado no outro, pois cada qual já abriga em si todas as palavras do seu par poético.

Depois do longo silêncio de quase dez anos, João Cabral retornou à poesia com *Museu de tudo*, de 1975. Como o nome indica, trata-se de conjunto heterogêneo de textos. Nele comparecem as obsessões espanholas de Cabral: a antiga literatura, com “Catecismo de Berceo” e “A Quevedo”; a tourada, com “*El toro de lidia*”; a música cigana, em “Habitar o flamenco”; o feminino, em “Outro retrato de andaluza”.

O livro seguinte, *Agrestes*, de 1985, contém seção de catorze poemas intitulada “Ainda, ou sempre, Sevilha”. Mesmo com olhar criticamente antiturístico, conforme se lê em “Por um monumento no Pumarejo” –

Trini Espanha (e de Sevilha)
a dois pés do Pumarejo,
de sua cal branca e poluída,
onde o turista não vai
nem gosta de ir a polícia (p. 515).

– encanta-se com “A Giralda”:
Sevilha de noite: a Giralda,
iluminada, dá a lição
de sua elegância fabulosa, de incorrigível proporção
(p. 508).

Nesse período, acentua-se em João Cabral a tendência ao poema narrativo, através de um veio memorialístico que tenta recompor algo das muitas histórias que viveu ou de que ouviu falar, todas, portanto, baseadas em “fatos reais”. Exemplos da presença de elementos mais prosaicos, sob forma de narrativa, são os poemas de *Crime na calle Relator*, de 1987, oito dos quais registram anedotas acontecidas na Espanha. Destaquemos “O ferrageiro de Carmona”, onde, conforme já fizera com os toureiros e com as cantadoras do flamenco, João Cabral atribui a outra atividade características que são as de sua própria poesia. Diz o ferreiro:

Só trabalho em ferro forjado,
que é quando se trabalha ferro;
então, corpo a corpo com ele,
domo-o, dobro-o até o onde quero.

O ferro fundido é sem luta,
é só derramá-lo na fôrma.
Não há nele a queda de braço
e o cara a cara de uma forja (p. 561).

Demonstração ainda mais elevada do amor do poeta à terra espanhola encontra-se em seu último livro, *Sevilha andando*, de 1989, dividido em duas partes; a segunda intitula-se “Andando Sevilha”. Na primeira, ele outorga à esposa, a escritora Marly de Oliveira, a síntese de todos os atributos positivos da cidade; daí porque, quando ela se locomove, o poeta afirma ver “Sevilha andando”. Na segunda, ele circula pela cidade, “Andando [por] Sevilha”, quando chega a declarar que, na medida em que é difícil civilizar a terra, seria necessário, ao menos, “sevilhizar” o mundo.

O poeta retornou ao Brasil em 1990, aposentado da carreira diplomática, para morar no Rio de Janeiro, mas permaneceu, conforme o título do livro de Pablo Neruda, com *España en el corazón*.

Como se tudo que escreveu sobre sua vivência espanhola não bastasse, João Cabral, no âmbito das comemorações do quinto centenário da viagem de Cristóvão Colombo à América, publicou, em 1992, a antologia *Poemas sevilhanos*, reunindo noventa e um textos dedicados à cidade e à região, que, ao lado do Recife, ocupa o lugar proeminente de sua geografia afetiva. Uma “Cidade de nervos”, que

Tem a tessitura da carne
na matéria de suas paredes,
boa ao corpo que a acaricia:
que é feminina sua epiderme.

E que tem o esqueleto essencial
a um poema ou um corpo elegante,
sem o qual sempre se deforma
tudo o que é só de carne e sangue (p. 608).

O sonho de associar o Nordeste brasileiro à Espanha foi expresso no poema “Autocrítica”, publicado, em 1980, em *A escola das facas*:

Só duas coisas conseguiram
(des)feri-lo até a poesia:
o Pernambuco de onde veio

e o aonde foi, a Andaluzia.
Um o vacinou do falar rico
e deu-lhe a outra, fêmea e viva
desafio demente: em verso
dar a ver Sertão e Sevilha (p. 430).

Esse foi o desafio do poeta: dar a ver, exhibir, a irrestrita adesão a espaços geográficos, sociais e culturais tão distintos, sabendo amá-los em sua complementar diferença.

Nascido em Pernambuco, no ano de 1920, veio a falecer no Rio de Janeiro, em 1999. Residia num apartamento frontal à baía de Guanabara. Ele, escritor tão solar, mantinha sempre fechadas as cortinas, como se não quisesse ser visitado pelo sol do Rio, cidade a que não dedicou poemas.

Já quase cego, isolava-se do mundo, para que, naquele seu íntimo e recluso território, a imagem da Espanha, abrigada no nicho mais feliz da memória, tomasse conta do ambiente, e se espraiasse como luz súbita, sevilhana e feminina. Luz que devolvia ao poeta o conforto de um espaço protegido contra a corrosão da vida, e por ele celebrado em cento e vinte nove poemas.

Seu derradeiro deslocamento profissional, conforme dissemos, levou-o do Porto ao Rio de Janeiro. Cada vez mais recluso, praticamente cego, deu por encerrada sua obra, afirmando que, para escrever, ser-lhe-ia essencial a perda da capacidade de *ver* aquilo que escrevia. Graças ao insistente pedido de um amigo português – Arnaldo Saraiva –, ele, afinal, conseguiu romper a letargia e arrancou-se um derradeiro texto, cujo tema, em jogo de paradoxos, versava exatamente sobre a impossibilidade de escrever poesia. Intitulou-se “Pedem-me um poema”:

Pedem-me um poema,
um poema que seja inédito,
poema é coisa que se faz vendo,
como imaginar Picasso cego?

Um poema se faz vendo,
um poema se faz para a vista,
como fazer o poema ditado
sem vê-lo na folha inscrita?

Poema é composição,
mesmo da coisa vivida,
um poema é o que se arruma
dentro da desarrumada vida (p. 659).

Bem antes, em 1945, num exemplar de *O engenheiro*, João Cabral havia escrito um poema-dedicatória a Lêdo Ivo. O texto consistia numa sugestão de futuro epitáfio para o amigo:

Aqui repousa,
livre de todas as palavras,
LÊDO IVO,
poeta
na paz reencontrada
de antes de falar,
e em silêncio, silêncio
de quando as hélices param
no ar (p. 657).

O poema poderia igualmente servir como autoepitáfio cabralino: a “desarrumada vida” de João Cabral extinguiu-se em 9 de outubro de 1999.

Mas sua voz ainda ecoa.

Porque, a rigor, é sempre falso o silêncio de um poeta verdadeiro: a todo momento, sopradas pela paixão dos leitores, as hélices de sua poesia recomeçam a girar, numa vitória definitiva contra a morte.

Referência bibliográfica

MELO NETO, João Cabral de. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

Biografias

João Cabral de Melo Neto nasceu no Recife, em 9 de janeiro de 1920. Publicou seu primeiro livro de poemas, *Pedra do sono*, em 1942, e no mesmo ano mudou-se para o Rio de Janeiro. Tornou-se amigo de Carlos Drummond de Andrade, que, em 1946, seria o padrinho do casamento de Cabral com Stella de Oliveira, e dessa união nasceram os cinco filhos do casal: Rodrigo, Inez, Luís, Isabel e João. Publicou, entre outros, *O engenheiro* (1945), *O cão sem plumas* (1950), sua primeira incursão na área da poesia social. Foi afastado provisoriamente da carreira diplomática, sob a alegação de que estaria a serviço do ideário comunista. Arquivado o processo e de retorno à atividade profissional, viajou para Sevilha. Em 1956, publicou *Duas águas*, que inclui seu texto de maior sucesso popular, “Morte e vida severina”. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1968. Continuou produtivo, tanto na área profissional – só se aposentaria em 1990 – quanto na área literária: desse mesmo ano é seu derradeiro livro de poesia, *Sevilha andando*. Também em 1990 recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faleceu no dia 9 de outubro de 1999, consagrado pelo consenso crítico como o maior poeta brasileiro da segunda metade do século XX.

Antonio Carlos Secchin é poeta com oito livros publicados, entre eles *Desdizer*, (2017), *Cantar amigo* (2017) e *Todos os ventos*, ganhador de três prêmios para melhor livro do gênero no Brasil em 2002. Ensaísta, autor, entre outros, de *João Cabral: a poesia do menos* (1985) e *Percursos da poesia brasileira, do século XVIII ao XXI*, ganhador do Prêmio da APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte) como a melhor obra de ensaios publicada no país em 2018. Posteriormente, publicou *João Cabral de ponta a ponta* (2020), *Papéis de prosa* e *Papéis de poesia II*, ambos lançados pela Editora da UNESP em 2022. Eleito em junho de 2004 para a Academia Brasileira de Letras, atualmente é o Secretário-Geral da instituição. Professor convidado das Universidades de Rennes e Sorbonne-Paris. Em 2019, recebeu o Grande Prêmio Cidade do Rio de Janeiro, da Academia Carioca de Letras, pelo conjunto de sua obra. É professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alberto da Costa e Silva: poeta, cronista, historiador e diplomata da memória¹

Lília Moritz Schwarcz



No ano de 2005, Alberto da Costa e Silva me convocou para participar, junto com ele, de uma reunião que carregava consigo prognósticos bem difíceis. Ele era o presidente do Conselho de uma afamada revista de História, e eu, apenas, um dos seus membros. O embaixador sabia que seria preciso manter a paz numa ocasião complexa como aquela, em que se desenhavam muito mais motivos para a discórdia do que para o comum acordo.

Aguardávamos ansiosos pela hora de entrar no recinto, que foi logo anunciada pela secretária da Instituição sede. Costa e Silva, que andava até então bastante pensativo, se virou para o meu lado e disse, de maneira clara e sem chance para a dúvida: – “minha filha, não queira ter razão”!

O tempo passou e a essas alturas não importam mais o local e a ocasião daquele evento. Melhor guardar as palavras dele, que, como todo bom conselho, não tem data de vencimento ou prazo de validade. Lá estava uma pessoa socializada e educada no bom trato

¹ Escrevi durante o ano de 2024 quatro diferentes artigos sobre a obra e a vida de Alberto da Costa e Silva: por ocasião de minha posse na ABL (em junho de 2024), por conta do Dia da África celebrado no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, (em maio de 2024), em função de uma solicitação da Revista *Juca*, e por fim motivada por uma encomenda da revista *Afroásia*, que dedicou um número inteiro ao embaixador (e encontra-se no prelo). Isso sem esquecer de lembrar do artigo que escrevi junto com Heloisa Starling para a livro *Três vezes Brasil: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho* (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020). Assim peço desculpas antecipadas por conta de algumas poucas passagens que podem lembrar outros artigos meus acerca do embaixador. Cada uma delas aparece, porém, em contextos variados, assim como os textos guardam objetivos diversos.

e na melhor das diplomacias. O homem que, mesmo sabendo que tinha razão, e ele na maior parte das vezes tinha, era formatado no diálogo e no compromisso com o bom entendimento.

Perdemos aquela parada, mas o nosso presidente sagrou-se vencedor nos critérios que incluem ética, responsabilidade, generosidade e abertura para o debate de ideias – quem sabe as grandes características de Alberto da Costa e Silva como diplomata, mas também como historiador, ensaísta, memorialista e poeta.

Da infância vivida nas pradarias secas de Sobral e nos mangueirais de Mecejana, onde muitas vezes se banhou na mesma lagoa em que José de Alencar criou Iracema, passando pelos sucessivos anos de “exílio voluntário” no exercício da diplomacia, assim se formou esse intérprete do Brasil e das tantas Áfricas que desembarcaram forçadamente nesse território.

Alberto nasceu em São Paulo, no dia 12 de maio de 1931, mas permaneceu pouco naquela cidade. Costumava dizer que era paulistano apenas por coincidência e circunstância. Ele era filho do lado materno de Creusa Fontenelle de Vasconcellos da Costa e Silva, uma mulher forte e decidida, que jamais descurou da educação dos filhos. Seu pai, Da Costa e Silva (Antônio Francisco da Costa e Silva) era igualmente uma figura forte e fundamental na vida do menino, depois rapaz e homem: na sua presença e na sua ausência.

Natural de Amarante, no Piauí, o poeta Da Costa e Silva começou a compor versos em torno de 1896, sendo seu primeiro livro, chamado *Sangue*, publicado em 1908. O pai de Alberto foi também o autor da letra do hino do Piauí, feito para comemorar o centenário da adesão desta província à independência do país, que se deu apenas em 1823. Nas estrofes da canção, o poeta saudava o “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador”.

Da Costa e Silva pertenceu à Academia Piauiense de Letras, ocupou a Cadeira 21 daquele estabelecimento, mas não conseguiu seguir com a carreira diplomática – seu sonho mais público. Conta a lenda familiar que o pai falhou na empreitada por motivo que hoje geraria muita controvérsia. Dizem que nos tempos de Rio Branco não

havia concurso ou critérios fixos para ingressar na carreira, sendo a seleção realizada a partir de avaliações exclusivamente pessoais. Aliás, era o próprio Barão quem entrevistava os candidatos – em geral alunos pertencentes a famílias bem aquinhoadas e provenientes das elites econômicas, todas muito bem relacionadas e fluentes em idiomas estrangeiros. Já Da Costa e Silva, apesar de ser reconhecido na época como exímio poeta, falhou no critério físico. Tudo indica que o veredito de José Maria da Silva Paranhos foi “curto e grosso”: “— Olha, o senhor é um homem inteligente, admiro-o como poeta, contudo não vou nomeá-lo porque o senhor é muito feio e não quero gente feia no Itamaraty”.

Com a carreira e os sonhos engavetados, o pai de Alberto da Costa e Silva serviu entre 1931 e 1945 no Gabinete da Presidência da República de Getúlio Vargas. E com o novo emprego, a família se mudaria de mala e cuia para a então capital do país, o Rio de Janeiro; cidade que o então menino adotou como sua.

Entretanto, nesse meio tempo, Da Costa e Silva contraiu uma estranha doença que fez com que a família traçasse nova rota. Em busca da ajuda dos parentes, Dona Creusa arrumou as malas e partiu para o Ceará, estado em que ela contava com uma rede de conhecidos mais consolidada.

E foi então que o poeta praticamente parou de falar, desligou-se de tudo e se deixou ficar, na mesma poltrona, ausente do mundo dos outros. Já o garoto guardou para sempre a imagem deste pai sempre em casa e com um livro nas mãos. Contava o filho que, em certos momentos, Da Costa e Silva declamava poemas, em outros apenas folheava, incessantemente, os exemplares que mantinha nas mãos.

Esse tempo de infância é descrito por nosso embaixador em seu primeiro livro de memórias: *Espelho do Príncipe. Ficções da Memória* (1994). Nele, o adulto que lembra o menino Alberto narra os tempos de meninice, o gosto por seriguela, a vida no sertão do Ceará e depois em Fortaleza, onde viveu dos 13 aos 14 anos. Também descreve familiares, como sua avó cafuza que fumava um cachimbo embebido em melão e lembrava de perto personagens saídos dos romances de Jorge Amado.

Recorda ainda de sua tia avó que, por conta das traições do marido, encomendou, sem emitir qualquer palavra, que um capanga matasse o cônjuge. Em seguida entregou-se à polícia, passando o resto de seus dias em prisão domiciliar, com as janelas e portas da casa cerradas, e na penumbra.

Essas eram histórias, reais ou não, que o embaixador gostava de repetir, e que dão a seus livros de memória um jeito de romance e de aventura. O fato é que, nessa sua primeira “ficção de memória” já está delineado o estilo próprio desse escritor sensível, perfeccionista, contador de casos que sempre restaram presos na linha divisória e porosa que separa a ficção da não ficção. Esse bardo das palavras, que busca sempre pela nuance, pela subjetividade, e evita a condenação ou exaltação fáceis, que quase sempre carecem de meandros e profundidade.

Não por acaso, nesse seu primeiro relato encontram-se misturadas as alegrias e frustrações da infância; as curiosidades e dúvidas que assolam qualquer criança:

De repente, ela começou a cantar. E foi a sua voz que conduziu, certo dia, pelo longo corredor do casarão, até a porta iluminada da cozinha, onde surpreendeu de cócoras, descalça, a prender, com os pés, os pés e as asas da galinha a que cortava o pescoço. Enquanto o sangue escorria pelas mãos e a ave estrebuchante rouquejava, a cantiga, alta e feliz, deu ao menino a primeira imagem da crueldade da beleza. A visão da moça a matar a galinha frequentou a sua infância. Ele acordava cedinho e, encolhido na rede, assistia à cena a repetir-se, com o corredor escuro, o quadrado branco da porta e, no patamar de tijolos gastos da escada que descia para o quintal, a moça, a mudar de modinha, ou não mais cantando, porém sempre alegre, completa em seu riso, permanentemente risonhada, a degolar a galinha. A imaginação foi alterando, com o tempo, o entrançado da lembrança. Agora era ele quem pisava os pés escamados e as asas quentes da ave, pronto para usar a faca, cheio de horror, agonia e também do deleite da longa ereção amorosa. A moça ria, linda (Costa e Silva, 2013, p. 123).

Ecoando o sentimento da infância e as cicatrizes que ela deixa, o menino, revisitado pela prosa madura do adulto, vai trazendo fragmentos desse tempo encantado e difícil, onde vida e morte jogam sempre sua derradeira partida:

Não devia ir mais depressa o que atropelou o filho da cozinheira. O motorista subiu as escadas com o garoto no colo, já morto. O choro fez tudo escuro. Mas o menino compreendeu que era fácil morrer, tão fácil quanto subir na primeira forquilha da mangueira. O que atraía o menino, na feiura do cangulo ou na lindeza do dourado e dos peixinhos de aquário, eram os olhos sempre abertos, sem pálpebras, imóveis e muitas vezes protegidos por uma película baça. Não fitavam a morte – assim lhe parecia. Talvez medissem, desde sempre e para sempre, o que seria o tempo, se não fosse o mar (Costa e Silva, A, 1994).

Espelho de príncipe alcança até a adolescência de Alberto, passada no Rio de Janeiro. Ali estão descritos os almoços de família, o colégio marista, as programações de teatro e de música, as impressões do garoto sobre a Segunda Guerra Mundial, e acerca de um “novo Brasil” que surgia a partir do Estado Novo.

Vale lembrar que “Espelho do príncipe” (*Speculum Princeps*) corresponde não só ao primeiro livro de memórias de Alberto da Costa e Silva, como remete, com seu título, a um gênero literário próprio do Renascimento italiano, onde o autor descrevia problemas tradicionais ao mundo público, ao mesmo tempo em que dava conselhos ao mandatário, orientando-o a seguir caminhos éticos e não violentos.

Maquiavel é o escritor mais vinculado a esse estilo literário, mas foram muitos os diplomatas que lançaram mão do gênero, ou mantiveram sua forma para subverter o conteúdo. E esse é o caso de Alberto da Costa e Silva que não pretende dar lições ao Príncipe ou aos governantes. Mas confere às suas memórias um jeito próprio, misturando o relato dos eventos históricos que presenciou com seus próprios pensamentos e interpretações. Tudo com aura de poeta.

Em 2007, vem a público o segundo volume de memórias de Costa e Silva. O novo título – *Invenção de desenho. Ficções da Memória* – é um trocadilho a respeito da falta de aptidão do memorialista no desempenho das artes manuais. Aliás, ele herdara do pai essa sorte incapacidade, e o “gosto por garatujas”. Mesmo assim, e talvez por isso, tornou-se grande apreciador de obras alheias.

“Invenção de desenho” era, por outro lado, uma alegoria medieval que remetia àqueles artífices que desenhavam navios em série. E assim, nessa obra, ele se dedica a tratar da memória dos “outros”, em série, mas sempre a partir da percepção de “si mesmo”. Nas páginas deste livro estão grandes intelectuais com os quais Alberto da Costa e Silva conviveu; dentre eles, Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Josué Montelo, Jorge de Lima, Lygia Fagundes Telles, Alceu de Amoroso Lima.

Avançando no tempo, Alberto memorialista também narra uma série de episódios, sem perder o ângulo pessoal: Getúlio Vargas e seu suicídio, Juscelino Kubitschek e a crise da sua eleição; as revelações de Kruchev sobre Stálin, a intervenção brutal do exército russo na Hungria. Os escritos de memória deixam entrever sua sólida formação intelectual, suas primeiras leituras de Manuel Querino e de Nina Rodrigues, sua guinada para o materialismo histórico, seu amor súbito por Deus (paixão essa que, passadas duas semanas, seria substituída por Camus, Sartre e o existencialismo). Mais à frente, o diplomata mergulharia nas obras de Nietzsche, Freud e Marx do *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Também o cinema, o teatro e os suplementos literários fazem parte desse levantamento sentimental, em meio a um contexto que o memorialista considera fundamental para a sua formação.

Esse é também o momento em que Alberto frequenta a faculdade de Direito – que logo se revelaria como uma decepção – e o período em que o pai, presente ausente, “morria mansa e serenamente, como mansa e serenamente passara os longos anos de exílio de si mesmo” (Costa e Silva, 2007, p. 57). Alberto admirava como Da Costa e Silva sabia pôr “em palavras uma lagartixa ou um caramujo”, assim como descrever um ipê ou uma queimada. Mas, vítima daquela enfermidade

sem nome, que lhe tomou quinze longos anos, Da Costa e Silva viraria uma “casca vazia” (Costa e Silva, 2007, p. 57).

Quem sabe a consciência da história paterna tenha animado o rapaz a ter pressa. Já em 1950 reúne em livro os poemas de Da Costa e Silva, e logo em 1957 publica uma *Antologia de lendas do índio brasileiro*, para o Instituto Nacional do Livro.

Todavia, inspirado pelos heróis românticos que encontrava nos romances, ou por seu pai precocemente apartado da vida, o jovem pensador se resignou quando soube que seu rito de passagem para a vida adulta se realizaria nos sanatórios de Campos do Jordão, onde sua alma conheceria a “sonolência e a preguiça” (Costa e Silva, 2007, p. 68).

Julgou, então, que morreria cedo, como os literatos do XIX e os personagens de T. Mann em *A montanha mágica*. Entretanto, como nada disso aconteceu, Costa e Silva fez desse isolamento involuntário, dessa doença dos pulmões, uma outra forma de recomeço. Aliás, foi no Sanatório que conheceu sua musa, que se curava do mesmo problema de saúde e naquele mesmo local. Vera tinha voz de soprano lírico e ficaria ao lado de Alberto a sua vida inteira.

E é um outro Alberto da Costa e Silva que retorna ao Rio de Janeiro, saudável e livre da tuberculose, que, nesse contexto, era a doença que mais matava os brasileiros. Tanto que, a partir de então, passaria a executar um plano premeditado: “vingar o pai” e seguir na carreira diplomática.

Costa e Silva se forma no Instituto Rio Branco em 1957, e passa a desenvolver, desde então, uma carreira de sucesso na diplomacia, atuando em postos como Lisboa, Caracas, Washington, Madrid, Roma, Assunção, Nigéria – neste último caso por opção, gosto, desafios próprios e muito pessoais.

O roteiro de Alberto no continente africano é de fato impressionante; ainda mais em um contexto em que esse não parecia ser um itinerário disputado por outros embaixadores, que, a exemplo da maioria dos brasileiros, durante muito tempo, procuraram esquecer de seu passado africano. Ele esteve na Nigéria em 1960 – por ocasião da

independência. No ano seguinte, passou um mês na Etiópia. Viajou depois para Gana, Togo, Camarões, Angola, Costa do Marfim e o que se chamava Daomé. Visitou o Senegal, a Serra Leoa, o Zaire, o Gabão, o Quênia. Refez itinerários de forma a desembarcar na Libéria e no Sudão. E foi, entre 1979 e 1983, embaixador na Nigéria e na República do Benim. A experiência mudou sua perspectiva de vida. Viu as duas pontas do Atlântico e compreendeu, conforme escreveu, porque “os africanos logo se assenhorearam das terras brasileiras, ainda que não tivessem a propriedade e nelas trabalhassem como escravizados” (Costa e Silva, 1989).

Esses últimos países foram fundamentais para que ele conhecesse as muitas origens de parte tão significativa da população brasileira, até então muito apagada pela historiografia e da memória nacionais. A experiência como diplomata na África deu-lhe conhecimento e repertório para também denunciar o racismo como uma das heranças mais perversas da escravidão e adotar postura francamente anticolonial. Em *O vício da África e outros vícios*, Alberto se comove quando visita o Museu de Lagos. Ele “limpa os olhos de toda uma ideologia de civilização” e escreve “com remorso dessa História com maiúscula, invenção de um método que, em nome de um passado, negou outros...” (Costa e Silva, 1989, p. 4).

Logo passaria a estudar os arquivos locais, publicando uma série de obras, hoje clássicas, e que se converteram em presença incontornável nos estudos sobre as tantas Áfricas que desembarcaram compulsoriamente no país a partir do tráfico e da violência da escravidão mercantil. *A Enxada e a Lança* (1992); *As Relações entre o Brasil e a África Negra* (1996); *A Manilha e o Libambo* (2002), entre outros, são livros que mostram como não existe Brasil sem as várias Áfricas e os africanos.

O conjunto desses trabalhos apresenta um retrato multifacetado desse continente, com suas filosofias, organizações familiares e políticas, costumes religiosos, culinária, produções artísticas, técnicas e linguagens. Ao mesmo tempo, a obra historiográfica de Costa e Silva escancara a crueldade da escravidão, que virou linguagem naturalizada no

cotidiano brasileiro, socializando estruturas de mando enfrentadas, porém, com muita resistência por parte das populações cativas.

Alberto da Costa e Silva também gostava de lembrar de como não podemos esquecer da memória desses povos, aqui entrados de maneira compulsória. Hoje sabemos como foi diversa essa imigração forçada, com as populações vindo não apenas da África Central (com sua concentração em Angola e nos dois Congos, maiores portos dos negreiros), mas também da África Oriental, além das diversas dimensões da África Ocidental, incluindo-se as terras da Alta Guiné e o golfo da Guiné (Gana, Togo, República do Benim e Nigéria). Para a exposição *Histórias mestiças* (2014), por exemplo, o historiador produziu um mapa que incluía as Áfricas, o Caribe e as Américas, mostrando didaticamente a distância das rotas que vinham do interior e chegavam até o oceano Atlântico, e a quantidade de feitorias vergonhosamente dispostas no litoral daquele continente.

O diplomata historiador costumava dizer que “toda história tem seu lado de sombra e de sol”, e nunca descurou das duas faces. Em suas obras, salta aos olhos essa inestimável riqueza humana e cultural, sem que a beleza da constatação apague os horrores desse sistema que roubou almas, dividiu famílias, arruinou nações.

O historiador, aliás, jamais deixou de denunciar esse que é um “passado presente” do nosso racismo insidioso:

Penso que a palavra escravidão traz em si, ainda não cicatrizados, os lanhos da iniquidade, da violência, da humilhação e do sadismo. [...] Tão ampla foi sua vigência no espaço e no tempo, que hoje todos, na Europa, na Ásia, na África e nas Américas somos descendentes de escravizados e de senhores e mercadores de escravos (Costa e Silva, 2002, p. 9-10).

Ao mesmo tempo, incluiu nas suas análises a estética e os padrões das artes africanas (gabando-se de saber tocar instrumentos como sanzas, olifantes e pangos), poemas africanos, canções de ninar, brinquedos infantis e bichos papões. Alberto da Costa e Silva também gostava muito de declinar, de cor, os vegetais que vieram nos tumbeiros –

o dendê, a malagueta, o quiabo, o jiló, os inhames, várias espécies de banana e de abóboras, os feijões, a melancia. Segundo ele, devíamos aos antepassados africanos o cultivo de arroz, a criação do gado, as formas de mineração, o uso do barro, da madeira, do ouro e do ferro, do ouro, as festas e danças populares, e as maneiras como nos cumprimentamos nas ruas.

Aliás, as Áfricas, como gostava de explicar com sua voz anasalada e tão característica, estão presentes nas palavras com que nos expressamos, principalmente o quimbundo, o quicongo, o umbundo, e o iorubá. E lá ia ele listando os verbos cochichar, cochilar, fungar e xingar; os substantivos bagunça, cachaça, caçula, cafuné, camundongo, carimbo, lengalenga, quitanda, sunga, tanga; e os adjetivos capenga, dengoso, encabulado e zonzo. Gostava de destacar, ainda, como ninguém foi escravo no passado: foram cassanges, mofumbes, quilimane, rebolos, monjolos, cabindas, haussás, fulanis, os hulas, huedas, quilimanes, mombaça, egbas.

Por essa e por outras concluía: “O Brasil é um país extraordinariamente africanizado [...] Por sua vez, em toda a costa atlântica, podem-se reconhecer os brasileirismos [...] O africano ficou dentro de nós [...] Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e importante de nossa história” (Costa e Silva, 1994, p. 39-40).

Segundo ele, poucas áreas do conhecimento histórico teriam experimentado, nos últimos cinquenta anos, avanços tão expressivos quanto as dedicadas à escravidão, às Áfricas que aportaram nas Américas e ao tráfico transatlântico de escravizados. Conforme escreveu:

Hoje riscamos nos mapas os principais espaços de captação dos cativos, as rotas que seguiram do interior até os embarcadouros litorâneos; conhecemos os processos de escravização prevalentes em diferentes regiões e povos africanos, identificamos quase 36 mil viagens de navios negreiros e temos ideia de como viviam e sofriam, nos longos dias no mar; conhecemos as enfermidades que se contraíam nos demorados e sofridos percursos entre o sertão e o mar e nos porões abafados dos tumbeiros; não nos escapam os pormenores ignominiosos dos leilões

de gente; estudamos os processos de aceitação e recusa do cativo, de acomodação e rebeldia, de resistência velada ou aberta, de sabotagem, de luta armada, de fuga e formação de quilombos; temos ciência de como se difundiram as técnicas, as crenças, os valores e os modos de vida que os africanos escravizados trouxeram para as Américas e de como aqui misturaram suas culturas com as dos europeus e ameríndios, se criouliaram e deram origem a novas identidades: angolas, cabindas, benguelas, minas, nagôs, jejes etc. (Costa e Silva, 2018, p. 13-14),

Apesar disso, Alberto da Costa e Silva lamentava o fato de estarmos “longe de saber tudo o que queremos sobre a escravidão e as liberdades refeitas” (Costa e Silva, 2018, p.14) E repetia sempre: “não se estuda o escravismo sem emoção e sem um sentimento de vergonha e remorso” (Costa e Silva, 2018, p. 14).

Movido pela boa utopia que o acompanhava, Alberto da Costa e Silva ensinaria África para as crianças em dois pequenos/grandes livros – *Um Passeio pela África* e *A África explicada aos meus filhos*. Escreve ele com paixão de menino: “A África é um continente enorme. Nela há de tudo: altas montanhas, grandes desertos, florestas que parecem sem fim”. Há também “elefantes que queriam ganhar a civilização quando todos desejavam esquecê-la”, e a girafa, tão cumprida de pescoço, que um sultão podia com ela conversar da mais alta janela do palácio (Costa e Silva, 2008, p. 11).

Talvez a melhor maneira que Alberto da Costa e Silva encontrou para aplicar essa sua procura pelas palavras perfeitas, econômicas, suscintas e justas foi a poesia. Na verdade, e como vimos, ele estreia no mundo dos livros por meio da poesia.

ELEGIA SANGUE

Como primeiro volume de sua série de poesia (capa em azul e preto), REVISTA BRANCA lançará em meados do próximo ano o livro de poemas de Da Costa e Silva Filho: **Elegia Sangue**. Da Costa e Silva Filho, que é uma das vocações poéticas mais promissoras, cuja personalidade se vem afirmando de maneira inconfundível entre os poetas de sua geração, tem apenas dezoito anos de idade e pertence ao grupo de REVISTA BRANCA. Suas poesias têm sido publicadas não só aqui no Distrito Federal, mas também em diversos suplementos e revistas literárias de todo o Brasil.



Elegia Sangue constituir-se-á de várias elegias sobre os temas da infância, vida, amor e morte.

Anúncio do livro *Elegia Sangue*, publicado na *Revista Branca*. 1948/49.

Em primeiro lugar, em 1950, Alberto da Costa e Silva publicou a obra de seu pai poeta. Conjuntamente, preparava seu primeiro livro, *Elegia Sangue*, o qual, a despeito da juventude do autor, fora bastante elogiado pela imprensa, e em especial pela *Revista Branca*, entre os anos de 1948 e 1949. Mas a empreitada não foi em frente: o aprendiz de poeta acabou desistindo da publicação – e diz não ter se arrependido.

Três anos depois, toma coragem e lança *O parque e outros poemas*, aí sim confirmando sua vocação. E mais: a partir de 1950, e com a morte do pai, o jovem poeta deixaria de assinar como Da Costa e Silva Filho e passa a usar Alberto da Costa e Silva. Mesmo assim, a figura paterna nunca o abandonou, pairando nos poemas do filho como um grande fantasma triste.

A mão de meu pai sobre o papel desenha,
quase num só traço, o menino a cavalo.

Sai de sua mão a mão com que lhe aceno,
e vai sobre o papel o menino a cavalo.
Choro sobre o colo do triste, e órfão, e cego,
para tudo o que atado estava à vida, vivo,
mas sem sonho e sem carne, a falar-me sem nexo
sobre um céu e um sol de que foi desterrado,
mas que punha ao redor do menino a cavalo.
O rosto longo e só, rasgado pelas rugas,
o olhar a rever o que perpétuo tinha,
e que nunca me disse, em seu pensar cortado
do dia em que vivia (no seu convívio raro
com a cadeira de braços, o pijama, os seus pássaros,
a cinza e a rotina de estar morto, acordado),
no papel ele unia a mão que desenhava
à mão com que acenava ao menino a cavalo,
neste adeus em que estou, desde então, ao seu lado,
o menino que volta a chorar, a cavalo (Costa e Silva, 1978).

A imagem forte desse pai “morto, acordado” acompanha o rapaz e depois o homem. Também é constante a menção às “garatujas” do pai (a qual, como vimos, reapareceriam anos mais tarde em *Invenção de desenho*), que imprime na folha um cavalo – para surpresa do filho que se despede dele mesmo estando a seu lado.

Por sua vez, é imenso o papel da esposa de Alberto, a quem ele dedicou um livro inteiro, que chamou *Ao lado de Vera* (2007).

Usa o meu coração, se o teu já tens gasto,
feito a pedra de mó que a faca alisa, cava
e parece estender como massa de trigo
sobre a mesa molhada. Usa o meu coração.

Como o trapo que limpa a sujeira das tábuas
e enegrece de pó, e se pui, e se esgarça,

se com ele se invertem este dia adverso
e esta noite perversa. Usa o meu coração
para nos esconder, como aos olhos as pálpebras,
do cansaço do tempo, do bolor nos retratos,
e jogar para os céus, ao abrir das janelas,
qual um sonho ou um parto, os pardais e os canários.

Tradutora, africanista, companheira de longos “autoexílios diplomáticos”, Vera é aquela que “usou o coração” do nosso autor e viajou junto com ele, a seu lado. Esse é um amor que se refaz como “massa de trigo na mesa molhada”; amor que parece sonho e “voa como os pardais e os canários”.

Outro tema forte na poesia de Alberto, e que ecoa em toda sua obra, é sua devoção ao continente africano e sua condenação ao trabalho escravizado. Se na obra como africanista o escritor descreve a violência do sistema, as guerras que causou, a imensa diáspora que criou, na poesia o retrato não é menos eloquente.

– Nesse país sem orvalho, os nossos pés
rasgamos ainda mais no solo quente
– Passamos fome.
– Roubamos
gados e terra
– Crucificamos
escravos,
e por isso lembram (Costa e Silva, “Diálogo em Sobral”,
2000).

Os atos de lembrar e esquecer funcionam como ativadores de um projeto poético que, de alguma maneira adquire centralidade na obra do diplomata. A poesia conecta o memorialista que reelabora a vida, mas também o historiador da África no Brasil e do Brasil na África.

Nosso autor também escreveu sobre outros poetas, como é o caso de sua biografia: *Castro Alves: um poeta sempre jovem* (2006). A obra

não se limita à reconstituição histórica e biográfica. Alberto analisa os poemas com a familiaridade e a sensibilidade de quem entende do ofício, não sem deixar de inquirir seu personagem a partir da perspectiva de quem conhece legados e códigos africanos. Segundo ele, a África do autor de “Navio Negreiro” é antes um continente projetivo, mais próximo da visão romântica do pintor francês Delacroix e dos orientalismos europeus, do que dos próprios escravizados residentes no Brasil, com quem o poeta há de ter cruzado, inúmeras vezes, nas ruas da Bahia ou do Rio de Janeiro.

Irreverente, o poeta historiador escreve sobre outro poeta a partir das convenções do gênero. Por sinal, Alberto da Costa e Silva organizaria uma série de antologias sobre outros literatos. Esse é o caso de seus livros sobre Camões, das coletâneas sobre a poesia portuguesa e acerca da obra de Jorge Amado².

O fato é que a produção de “Alberto poeta” ombreia, em número de títulos e importância, com aquela do africanista e do memorialista. Para além dos livros e poemas mencionados, vale lembrar das demais obras cujos títulos inspiram por si mesmos: *Alberto da Costa e Silva: carda, fia, doba e tece* (1962), *Poesia concreta* (1962), *O tecelão* (1962), *Livro de linhagem* (1966), *As linhas da mão* (1978), *As roupas no estendal, o muro, os pombos* (1981), *Le linee dela mano* (1986), *Poemas de Da Costa e Silva e Alberto da Costa e Silva* (1986), *Consoada* (1993), *O pai do menino* (2008), além das obras já aqui mencionadas.

O cronista Alberto da Costa e Silva publicaria mais outro livro de memória em 2009: *Quadrado Amarelo*. Nele, o poeta e africanista se transforma em intérprete cultural, selecionando uma série de telas, livros, poemas, tapeçarias e romances que vai delicadamente “entrelaçando”. A melhor definição desta obra pode ser retirada de uma frase de sua autoria. Ele explica que é preciso “perseguir um texto no outro, reencontrar nesse autor outros autores” (Costa e Silva, 2009, p. 166).

2 Alberto da Costa e Silva coordenou, junto comigo, todo o projeto de reedição da obra de Jorge Amado para a Companhia das Letras.

Alberto sempre foi um colecionador de memórias afetivas, cujo “álbum de lembrança” é preenchido pelos romances que leu, pelos artistas mais ou menos consagrados que conheceu e estudou, pelos amigos de vida toda, ou por meros desconhecidos, que lhe inspiraram a alma. Escreve o memorialista que “o desígnio de todo grande colecionador é formar uma antologia pessoal do mundo... ou do fragmento de mundo que foi lhe dado viver” (Costa e Silva, 2009, p. 63).

Talvez essa frase resuma não só o intento desta última coletânea de ensaios em forma de memória, mas a obra de Alberto de uma maneira geral. Na capa dura da requintada edição aparece em destaque um quadrado amarelo – disposto no lado esquerdo da imagem e inspirado na tela do artista Waldemar Costa, analisada no livro. Amarelo é também a cor de fundo da capa e uma evocação ao retrato feito por Antonello da Messina. Conforme descreve o escritor: “qualquer que seja o assunto, a extensão e a textura de uma prosa, é preciso nela descobrir o lugar perfeito para um quadrado amarelo” (Costa e Silva, 2009).

A procura de um quadrado amarelo, do lugar perfeito, parece ter acompanhado Alberto da Costa e Silva – no Brasil e no exterior. Exímio escritor, ele que não deixava uma vírgula fora do lugar, assim como buscou sempre pelo termo mais apropriado, a expressão mais completa e sintética. Procurou também pela perfeição sonora, pois gostava de ler alto seus poemas e ensaios.

Por outro lado, quando ocupava o papel de representante de seu país, no exterior ou no Brasil, o diplomata imprimia em seu discurso a mais sonora das cadências, ia atrás da melhor citação, da argumentação mais evocativa. Esses eram seus quadrados amarelos.

Aí está, pois, um percurso intelectual feito a partir do bom uso do deslocamento, que nunca é apenas geográfico, pois implica mudanças temporais, sociais e culturais. Conforme explica o etnólogo Claude Lévi-Strauss em *Tristes trópicos*: “Em geral concebemos as viagens como um deslocamento no espaço. É pouco. Uma viagem inscreve-se

simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social” (Lévi-Strauss, 2012, p.81).

Viajar é, assim, uma atitude existencial, que refaz a subjetividade da nossa existência. E não é coincidência Alberto afirmar que “a memória e os poetas têm seus truques, e muitas vezes eles esquecem para melhor lembrar” (Costa e Silva, 2009).

Nosso autor se referia especificamente ao poeta Fernando Pessoa, que guardava o hábito de omitir, para depois afirmar e calar novamente. Mas Alberto deixa escapar com essa passagem uma sorte de memória de si, e de seu método de trabalho. Afinal, são inúmeros os registros paternos presentes em sua obra, mesmo que o filho respeitasse o silêncio eloquente dele: “Só quis cumprir esse vaticínio, ser o que meu pai sonhou”.

Por outro lado, eleito para entrar na Academia Brasileira de Letras em julho de 2000, o poeta/diplomata/memorialista/historiador assumiu a cadeira como se fosse uma espécie de “revanche”: em nome de Da Costa e Silva e das Áfricas e dos africanos, com quem tanto conviveu, estudou e aprendeu.

Nem mesmo Alberto da Costa e Silva, com seu poder de condensação, seria capaz de resumir uma obra de vida toda como a dele, feita de tantas trocas intelectuais, políticas e afetivas. Até porque, como revela em seu ensaio chamado “Lembranças de Lagos”, o diplomata nunca escreveu diários íntimos ou fez muitas fotos de viagem. Em seu lugar, guardou tudo na memória; único recurso, segundo ele, para garantir a permanência. Ou realizar o mais perfeito dos quadrados amarelos.

Ítalo Calvino, em *Seis propostas para o próximo milênio*, cria uma espécie de código ético a partir da análise de virtudes morais como “leveza”, “exatidão” e “visibilidade”, “multiplicidade”, “consistência”, e da reflexão sobre o ofício da arte, que com seu engenho representa o mundo (Calvino, 2000).

Em um dos capítulos, o escritor italiano se dedica à noção de “Rapidez”. Mercúrio, nos lembra Calvino, é o deus da sintonia, da comunicação, aquele que está sempre “entre” duas coisas. Vulcano, ao contrário, é o deus da caverna, da fabricação solitária. O primeiro

promove a continuidade indiferenciada (o derramamento), o segundo apregoa o isolamento egocêntrico (o recolhimento). Ambos atuam conjuntamente enquanto redigimos ou criamos uma obra, sendo o ato de escrever o resultado da luta incessante entre essas duas tendências. Uma não existe sem a outra. Sem o desejo de recolhimento não existe derramamento, e vice-versa. Esses são o avesso e direito de uma mesma prática.

Para ilustrar essa convivência tensa, Calvino recupera uma lenda chinesa: a história de um grande desenhista chamado Chuang-Tsê. Certa feita o rei lhe encomendara o retrato do mais belo caranguejo. Consciente do tamanho da tarefa, o artista retruca ao mandante aceitando a responsabilidade. Em troca, porém, lhe pede cinco anos de prazo, uma casa e doze empregados. O imperador reflete um pouco mas assente.

Passados cinco anos, o rei demanda novamente a presença do artista. Já Chuang-Tsê explica necessitar de outros cinco anos e de outra casa com doze empregados. Chegado o final do prazo, o rei, persistente em seu desejo, o procura mais uma vez. O desenhista lhe entrega então, em apenas um segundo, o mais perfeito e lindo dos caranguejos.

Pois bem, tempo é maturidade, tempo é sabedoria e o tempo demanda tempo. Espera. Demanda também sensibilidade, contando com Vulcano e Mercúrio: a caverna e a luz. Alberto da Costa e Silva era Vulcano e Mercúrio – ora se aproximava mais de um deles, ora do outro. Ele legou, assim, um trabalho diplomático e intelectual marcado por essas duas temporalidades casadas. De um lado, abriu espaços nos locais que serviu ao Brasil, e, sobretudo, com paciência, calma e tempo redigiu uma obra da maior consistência e respeito; o mais belo dos caranguejos.

Alberto foi, também, uma espécie Hermes, deus grego das mensagens, das viagens e da diplomacia, levando e trazendo na mala costumes, teorias, filosofias, religiões, técnicas e cosmologias que de fato o encantavam. “Pois o passado se entranha no que somos e nas formas de nossa vida... Esse passado, por ter sido deles, é nosso,

que os continuamos – um passado em que é difícil deslindar mito e realidade, sobretudo no amplo espaço dos séculos em que a história era ainda poesia” (Costa e Silva, 1992, p. 3).

Referências bibliográficas

Anúncio do livro *Elegia Sangue*, publicado na *Revista Branca*. 1948/49. In: SCCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Três vezes Brasil: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

COSTA E SILVA, Alberto. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A voz do Poeta: poemas na voz de seus autores*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s.d. CD. Coleção Multimídia, v.4.

_____. *Antologia de lendas do índio brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1957.

_____. *Ao lado de Vera*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. *As linhas da mão*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

_____. *As Relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 à 1ª Guerra Mundial*. Luanda/Brasília: Museu Nacional da Escravatura/Instituto Nacional do Patrimônio Cultural/Ministério da Cultura, 1996.

_____. *As roupas no estendal, o muro, os pombos*. Lisboa: GMPaceco, 1981.

_____. *Carda, fia, doba e tece*. Lisboa: Tóssan, 1962.

COSTA E SILVA, Alberto. *Castro Alves*, um poeta sempre jovem. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. *Consoada*. Bogotá: Gráfica Imperial, 1993.

_____. *Das mãos do oleiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. *Espelho de príncipe*: ficções de memória. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. *Francisco Félix de Souza*, mercador de escravos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. *Imagens da África*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. *Invenção do desenho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. *Le linee della mano – Antologia Poetica*. Milano: All' Insegna Del Pesce D' Oro, 1986.

_____. *Livro de linhagem*. Lisboa: Tòssan, 1966.

_____. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 8, n. 21, pp. 39-40, 1994.

_____. *O pai do menino*. São Paulo: Oficina do Livro, 2008.

_____. *O pardal na janela*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

_____. *O parque e outros poemas*. Rio de Janeiro: Revista Branca, 1953.

_____. *O quadrado amarelo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

_____. *O Tecelão*, poemas de Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1962.

_____. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

_____. *Poemas reunidos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Poemas*. Lima: Centro de Estudios Brasileños, 1986.

COSTA E SILVA, Alberto. Prefácio: Escravidão e Liberdade. In: GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Dicionário da escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

_____. *Um Passeio pela África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

_____. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. (org.). *Antologia da poesia concreta brasileira*. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial da Embaixada do Brasil, 1962.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

Biografias

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva nasceu em São Paulo, no dia 12 de maio de 1931. Filho do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva e de Creusa Fontenelle de Vasconcellos da Costa e Silva, fez seus estudos primários e iniciou o curso secundário em Fortaleza, mudando-se em 1943 para o Rio de Janeiro, onde completou sua formação. Entrou para a carreira diplomática em 1957. Foi secretário nas embaixadas de Lisboa (1960-63) e de Caracas (1963-64), Cônsul em Caracas (1964-67), Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior (1967-69); secretário na Embaixada em Washington (1969), ministro-conselheiro na Embaixada em Madri (1974-76), ministro-conselheiro na Embaixada em Roma (1977-79), embaixador em Lagos, Nigéria (1979-83) e cumulativamente em Cotonu, República do Benim (1981-83); chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (1983-84); embaixador em Lisboa (1986-90), Bogotá (1990-93), Assunção (1993-95), tendo representado o Brasil em inúmeras reuniões internacionais. Com cerca de 40 livros publicados nas áreas de história (6), ensaio (6), memória (7), antologias e obras coletivas (10) e poesia (10), ele é *Doutor Honoris Causa* pela Universidade Obafemi Awolowo da Nigéria (1986), pela Universidade Federal Fluminense (2009), e pela Universidade Federal

da Bahia (2012). Recebeu o Prêmio Juca Pato (2003), foi *Homem de Ideias* (2007) e ganhou o Prêmio Camões (2014). Foi eleito para a Cadeira nº 9 da Academia Brasileira de Letras em 27 de julho de 2000. Recebeu várias condecorações no Brasil e em países como Portugal, Colômbia, Paraguai, Espanha, Itália, Venezuela, Bolívia, Egito, Equador, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Guatemala, Nicarágua, Togo.

Lilia Katri Moritz Schwarcz é historiadora, antropóloga, curadora, professora titular e sênior do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e *global scholar / visiting professor* da Universidade de Princeton (desde 2009). É autora de mais de 30 livros publicados no Brasil e no exterior, como: *O espetáculo das raças* (1997), *As barbas do imperador* (1998), *Brasil: uma biografia* (2009), *Lima Barreto triste visionário* (2018), *Enciclopédia Negra* (2021), *Imagens da branquitude* (2024), tendo recebido 8 prêmios Jabuti. Atuou no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) de 2015 a 2023, e curou mais de 30 exposições no Brasil e no exterior: incluindo *Histórias Afro-Atlânticas* e *Brasil futuro: as formas da democracia* (Brasília, Belém, Salvador, Rio de Janeiro). Foi professora visitante nas Universidades de Oxford, Leiden, École des Hautes Études, Brown, Freie Universität e Tinker Professor na Columbia University. É professora emérita da Universidade de Buenos Aires (2024) e, desde 2024, ocupa a Cadeira n. 9 da Academia Brasileira de Letras, procurando dar continuidade ao legado de Alberto da Costa e Silva – seu pai afetivo e intelectual.

Sergio Paulo Rouanet: diplomata, filósofo e pensador da cultura

João Almino



Utopia e pragmatismo poderiam resumir as várias facetas do pensador e do homem público Sergio Paulo Rouanet. Seu nome é mais amplamente conhecido por suas contribuições filosóficas e pela chamada Lei Rouanet. Por isso começo por outro aspecto de sua biografia, o do diplomata que encarava suas obrigações com grande seriedade.

O diplomata, hábil negociador

Do início de sua carreira no Itamaraty, dou apenas alguns exemplos. Num memorando encaminhado a sua chefia datado de 13 de julho de 1959, ainda Cônsul de Terceira Classe, como eram então designados os que iniciavam a carreira, faz, em 25 páginas, uma análise minuciosa de todas as pendências na área comercial com a então Comunidade Econômica Europeia e com cada país membro “com a finalidade exclusiva de proporcionar um roteiro de trabalho para referências futuras” (Arquivo Nacional, a partir de agora AN, 1959-1975).

Havendo servido entre 1959 e 1962 na Embaixada em Washington, onde fez cursos de pós-graduação em economia e ciências políticas nas universidades de George Washington e Georgetown, depois foi transferido para Nova York, onde cursou uma pós-graduação em filosofia na New York School for Social Research.

O embaixador Marcos Azambuja (1935-2025) considera que aquele seu contemporâneo de Instituto Rio Branco nos últimos anos da década de 1950 e de posto foi uma das mentes mais brilhantes que conheceu. “Fomos ambos nomeados para a nossa missão permanente das Nações Unidas em Nova York”, diz, “onde servimos sob as ordens imediatas de Antônio Houaiss, que nos escolheu como seus assessores na Quarta Comissão da Assembleia Geral, aquela que, entre outros, tratava dos grandes temas da descolonização... A Quarta Comissão tinha um interesse especial sobretudo para nós brasileiros já que um dos grandes temas e dos mais polêmicos era a descolonização do antigo Império Português. [...] O Brasil não podia negar às antigas dependências africanas e asiáticas de Portugal aquilo que havia reivindicado para si mesmo mais de cem anos antes...” e ao mesmo tempo “tínhamos a preocupação de não abandonar Portugal em seu ciclo de desgaste e isolamento”, país não disposto “a se acomodar com o Brasil”. Rouanet, Houaiss e ele tinham, portanto, diante de si uma tarefa difícil e que se revelou, no final, exitosa, pelo trabalho hábil realizado naquele importante foro multilateral, “em que pudemos os três trabalhar pela boa causa”, a “[...] do fim do colonialismo, e de certa maneira a de capacitar Portugal a ser o que ele é hoje, o grande sócio e grande amigo do Brasil. [...] Sofremos um pouco por isso, mas valeu a pena” (Azambuja, 2025).

Rouanet tinha 30 anos quando participou, em 1964, como delegado brasileiro em Genebra, da I Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês). O embaixador Jorio Dauster rememora os tempos dessa conferência. Ele era um dos assistentes do embaixador Jayme de Azevedo Rodrigues na preparação do conclave a partir da Secretaria de Estado. Nas suas palavras, “durante sua longa gestação na ONU, [a Conferência] teve como paladinos pelo lado brasileiro Miguel Ozório de Almeida e Sergio Paulo Rouanet”. Ao longo do processo, o Brasil assumiu posição de liderança. Como é sabido e ainda nas palavras do embaixador Dauster, a I UNCTAD “teve grande importância histórica porque, em plena Guerra Fria, pôs a nu a existência de um conflito Norte-Sul quando pela primeira vez os países até então caracterizados como ‘atrasados’, muitos

deles recém-independentes, buscaram alterar o sistema de comércio mundial que lhes era totalmente desfavorável.” A título de exemplo das iniciativas brasileiras, em poucos dias em Genebra, Rouanet e os que vieram da Secretaria de Estado trabalharam na “redação a quatro mãos de um ‘projeto de resolução que recomendava a criação do Conselho de Segurança Econômica das Nações Unidas’”, antes que fossem “defenestrados da delegação brasileira como ‘subversivos’”, consequência do golpe de estado no Brasil (Dauster, 2025).

Refugiando-se em temas técnicos e econômicos, Rouanet não se furtou a dedicar horas de trabalho a temas áridos como o das políticas brasileiras relativas a produtos de base, à época em que, ainda secretário e como subchefe da Divisão de Produtos de Base, realizou um estudo detalhado sobre a política algodoeira do Brasil, que mereceu elogio especial da alta cúpula do Itamaraty em 1º de março de 1966 em memorando encaminhado ao chefe do Departamento de Administração para fins de registro e arquivamento.

Em 14 de maio de 1975, o embaixador Vasco Mariz encaminhou um Memorando ao então Ministro das Relações Exteriores a propósito de um projeto enviado pelo Executivo ao Congresso, relativo à Lei de Comércio dos Estados Unidos e que merecia uma explanação ao relator designado na Comissão de Economia. Diz textualmente o embaixador Mariz: “Debati o tema com Sua Excelência que ficou impressionado com a argumentação do conselheiro Rouanet e a adotou imediatamente, mesmo sem ouvir a opinião dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio”. Eram memorandos então classificados como “confidenciais”, hoje desclassificados. Cito esses exemplos, não para entrar no mérito das matérias tratadas. Apenas para afirmar que a capacidade de argumentação e de trabalho do intelectual também foi empregada sem medir esforços na atividade burocrática.

Não cabe aqui fazer um relatório da atuação de Rouanet nas décadas de 1960 e 1970 junto à UNCTAD e ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (o GATT), precursor da Organização Mundial do Comércio. Mas vale a pena registrar que era lugar comum entre os que assistiam a suas intervenções nos foros multilaterais reconhecer sua

eloquência, habilidade diplomática e humor na defesa dos interesses brasileiros e dos países em desenvolvimento. As contribuições conceituais e propostas brasileiras nas negociações nesses organismos se deviam em parte ao seu talento. Durante as Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada Tóquio do GATT, a partir de 1974, quando então já chefiava a Divisão de Política Comercial do Itamaraty, o então conselheiro Rouanet reunia sua equipe para ouvir sugestões dos colegas mais jovens e discutia temas gerais de política externa. Quanto aos assuntos da divisão, era rápido nas decisões e providências. Antes mesmo de enviar instruções detalhadas a Genebra, ligava para o chefe da Delegação do Brasil naquela cidade (Delbrasgen), o embaixador George Álvares Maciel, para discutir possíveis sondagens ou linhas de ação. O embaixador José Alfredo Graça Lima, naquela época o funcionário mais “junior” daquela Delegação, designado como delegado para acompanhar o conselheiro Rouanet num dos comitês negociadores, teve “a oportunidade [...] de uma verdadeira aula de diplomacia multilateral [...] Rouanet, fluente nas três línguas de trabalho do GATT, discorreu com serena eloquência, lógica irrefutável e humor fino sobre a iniquidade das ações restritivas e discriminatórias aplicadas ao Brasil e aos países em desenvolvimento” (Lima, 2025).

Num ensaio sobre “Machado de Assis e a política internacional”, inicialmente publicado há mais de 20 anos nos *Cadernos do CHDD* da Fundação Alexandre de Gusmão e republicado em 2022, Rouanet observa que Machado sabe “que há sempre dois ou mais lados em cada questão, e que a melhor política externa não é a que se fixa em apenas um deles, mas a que parte do princípio de que nenhum deles contém toda a verdade. A política externa de Machado de Assis maduro não era nem revolucionária, como a dos jacobinos, nem reacionária, como a de Metternich, e talvez se aproximasse da que seria defendida pelo Conselheiro Aires, se o Conselheiro Aires tivesse uma política externa, em vez de obedecer à formulada por seus chefes no Ministério das Relações Exteriores – uma política externa cética, atenta ao substrato de interesse pessoal e de amor próprio subjacente a todos os grandes ideais e, como decorrência dessa visão desencantada

do mundo, inteiramente desprovida de entusiasmo, mas também alheia a qualquer forma de fanatismo” (Rouanet, 2022, p. 479-485).

Essa posição, contrária ao ultranacionalismo cego e atenta aos interesses nacionais, certamente guiou o homem público em suas negociações.

Suas qualidades de hábil negociador foram úteis a seus esforços para ver aprovada a Lei de Incentivo à Cultura quando, já embaixador, assumiu a Secretaria da Cultura. Elaborou de próprio punho o rascunho da lei que recebeu seu nome, a Lei Rouanet, de 1991, levada a uma ampla consulta à classe artística e objeto de um trabalho de convencimento no Congresso e dentro do próprio executivo, uma vez que a lei precedente (a Lei Sarney), de menor abrangência, havia sido abolida no início do governo do presidente Fernando Collor, em 1990. Para discutir e colocar por escrito os objetivos da lei, usou seu pragmatismo e sua bagagem de pensador, de que vou tratar mais adiante, mas cujos principais traços são possíveis desde já adiantar pela leitura do primeiro artigo da lei.

Não sei se eu conseguiria desfazer a confusão para quem já tem ideias preconcebidas. Defender o universalismo da utopia iluminista e chamar atenção para os perigos políticos do ultranacionalismo e de outros particularismos é valorizar a cultura local e torná-la capaz de uma expressão que não seja endogâmica. O artigo primeiro, escrito de próprio punho por Rouanet, deixa claro que a finalidade da lei é facilitar os meios para o livre acesso às fontes da cultura, o pleno exercício dos direitos culturais, estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, valorizar os conteúdos locais, proteger as expressões culturais dos grupos responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional, preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro, desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações, estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal e priorizar o produto cultural originário do País.

O diálogo filosófico

A pequena mesa redonda onde ocorriam as reuniões de trabalho no Itamaraty entre 1974 e 1976, em torno da exportação de têxteis, das barreiras tarifárias e não tarifárias, salvaguardas ou da reforma normativa do GATT, recebia às vezes a visita de algum outro intelectual do Itamaraty, como José Guilherme Merquior. Ali continuava a polêmica com este em torno a Michel Foucault. Polêmica civilizada, respeitosa, entre amigos, uma salutar discussão de ideias.

Seu interesse pela obra de Michel Foucault vinha de longe, havendo contribuído em 1971 com ensaio para um livro das edições Tempo Brasileiro, editora que tinha à frente o acadêmico Eduardo Portella, *O homem e o discurso (a arqueologia de Michel Foucault)*. No caso de Foucault, demonstra que seria um equívoco considerar sua obra irracional. Não poderia ser reduzida ao niilismo. A razão não era una. Suas distintas manifestações históricas haviam servido tanto à opressão quanto à emancipação.

O casamento em 1975 com a socióloga teuto-brasileira Barbara Freitag, professora da Universidade de Brasília (UnB), conhecedora da Escola de Frankfurt, ex-aluna de Theodor Adorno e de Max Horkheimer, que também teve como mentor Jürgen Habermas, com quem mantinha correspondência, propiciou um vivo diálogo intelectual do casal.

Cada Ministério tinha um braço do Serviço Nacional de Informações (o SNI). O Itamaraty criou sua própria DSI (uma divisão chefiada por diplomata). Numa manhã de meados de 1976, Rouanet foi chamado pelo chefe da DSI e aconselhado a procurar o mais cedo possível uma remoção para o exterior, pois era visado pelo SNI. Respeitado pelas altas chefias do Ministério, inclusive pelo chanceler Azeredo da Silveira, e embora não tenha conseguido uma remoção para Berlim, onde Barbara ainda mantinha vínculo como professora da Freie Universität, foi removido para Zurique, próxima à universidade alemã de Freiburg, onde ela pôde manter suas atividades de ensino. Em colaboração com ela, Rouanet publicou o livro *Habermas* (Rouanet e Freitag, 1980) e foi um dos organizadores do livro *Itinerários de Barbara*

Freitag, no qual dedica capítulo ao pensamento de sua mulher sobre a Escola de Frankfurt (Rouanet *et alii*, 2005, p. 139-152).

O que ele não sabia sobre a recomendação de que saísse do país era que se tratava da culminação de um processo que vinha de longe. Ficha preparada pelo SNI com um histórico do “marginado” Sergio Paulo Rouanet, então segundo-secretário, sendo então professor de Assuntos da América Latina na “Escola de Academia Internacional de Diplomacia em Viena”, que faz constar informação de um documento de 09/12/1965 EME/ do Ministério da Marinha, afirma que ele “é considerado esquerdista estremado” [sic] “e teria declarado em suas aulas, segundo informe, que a revolução de 31 de março de 64 foi ‘uma quartelada reacionária feita por militares fascistas que só queriam afastar os verdadeiros valores brasileiros para instalar uma ditadura’”.

Seu nome havia constado da lista de diplomatas visados pelo SNI após o AI-5 em 1968, quando foi criada uma Comissão Geral de Investigações e, nos Ministérios, Comissões de Investigação Sumárias. O informe n. 039 de 19 de maio de 1969 do Gabinete do Ministro da Aeronáutica trata da desconfiança com que os diplomatas veem os militares, em decorrência da “Revolução”, inclusive os adidos das embaixadas, aos quais sonegam informações; da leniência existente dentro do Itamaraty e de um suposto “código de honra” entre diplomatas que havia impedido até então uma “limpeza” adequada na instituição. O documento secreto 039 de 19 de maio de 1969 queixa-se de que, embora grande número de militares e funcionários civis tivessem sido reformados, aposentados ou perdido seus direitos políticos em decorrência dos atos institucionais anteriores, “muito pouco foi alcançado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, em particular na Carreira de Diplomata, a despeito da grande infiltração que essa classe sofreu nos anos que antecederam a Revolução de 1964 e da notória presença, entre seus membros, de elementos cujo comportamento, profissional ou privado, os incompatibilizava com a função pública”. A lista dos indesejáveis, potenciais demitidos, contém 86 nomes. Na lista constam como “comunistas”, entre os diplomatas escritores objeto de estudo no presente livro, João Cabral de Mello Netto [sic] (n. 29), Sergio Paulo Rouanet (n. 67) e Alberto Vasconcellos

da Costa e Silva (n. 70). Um documento do SNI de 20/08/69 reafirma ser o primeiro-secretário Rouanet “comunista” (AN, 1959-75).

O documento da DSI (Divisão de Segurança e Informações) – Confidencial DSI/ 2958 – de “Pedido de Busca” do SNI sobre Sergio Paulo Rouanet, de 7 de outubro de 1975, quando o então conselheiro já chefiava a Divisão de Política Comercial do Itamaraty, não lista “registros existentes”, atesta que “nada consta” em “atividades e ligações políticas, atuais e anteriores” e afirma estar ele ainda casado com a mulher de quem havia se desquitado, Cecilia Prado Rouanet, sem menção a sua nova companheira.

Tudo indica que tal resposta da DSI foi considerada insuficiente pelo SNI, que agora também tinha informações sobre Barbara Freitag, com quem Rouanet formalizaria o casamento somente após concedido seu divórcio. Professora de grande prestígio na UnB, impedida de incluir determinados autores nos programas dos cursos regulares, dava aulas nas catacumbas da Universidade para alunos interessados nos estudos marxistas e especialmente da Escola de Frankfurt. Havia uma campanha na imprensa contra ela, movida pelo político Carlos Lacerda, que sugeria que voltasse para a Alemanha. É provável que a recomendação, feita pela DSI, da saída de Rouanet do país tivesse a ver com a reiteração do pedido de informação por parte do SNI.

O filósofo e o pensador da cultura

Já em Zurique, com seu livro *Imaginário e Dominação*, de 1978, igualmente publicado pela Tempo Brasileiro, Rouanet abre o leque do que será a trajetória de seu pensamento filosófico. É possível expor seu percurso numa linha coerente que se expande e se concentra, a partir de Freud, da Teoria Crítica e do Iluminismo, em seus desdobramentos sobre os temas da razão e da modernidade. Naquele livro, ao discutir os pensamentos de Althusser e Gramsci sobre ideologia e suas consequências teóricas e práticas, recorre à psicanálise, especialmente a Freud, e à Escola de Frankfurt, nas figuras de Adorno e Habermas. No ano seguinte, defende sua tese de doutorado na Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, sob a orientação da professora Ruth Cardoso, sob o título de *Imaginário e Poder*.

Tanto Freud quanto a Escola de Frankfurt adquirem centralidade no livro seguinte, também publicado pela Tempo Brasileiro, *Édipo e o Anjo: Itinerários Freudianos em Walter Benjamin*, de 1981 (fará da obra de Benjamin uma tradução fundamental alguns anos depois, em 1985). A metáfora do título percorre o livro: a figura do *Angelus Novus*, a imagem de uma pintura de Paul Klee que Benjamin usou para formular sua interpretação da história e sua crítica da modernidade, o anjo que olha para o passado de catástrofes enquanto é empurrado para o futuro pelo vento do progresso. Não se trata de fazer uma leitura externa, freudiana, daquele que teve uma relação ambígua com a Escola de Frankfurt e um dos nomes de proa da abordagem filosófica desenvolvida por aquela escola, a Teoria Crítica. Rouanet lê Freud na própria obra de Benjamin. Esse método leva a uma melhor compreensão dos procedimentos básicos do autor alemão, entre os quais o da “valorização do truncado e do fragmentário” (Rouanet, 1981, orelha). Numa passagem que aponta para seu trabalho futuro, afirma que “como Benjamin, Freud sabe que a culpa talvez seja irremovível. É em sua indestrutibilidade que reside o ‘mal-estar da civilização’” (Rouanet, 1981, p. 43). Dessa citação freudiana foi retirado o título de um dos mais importantes livros do autor, *Mal-estar na modernidade*, que comentarei mais adiante. Adorno considerava acertadamente o procedimento de Benjamin metafórico, vendo nessa qualidade um defeito, por fugir ao privilégio da dimensão econômica do marxismo e se deter nas superestruturas, sem pontes com a estrutura que lhes daria sustentação (Rouanet, 1981, p. 135).

Rouanet dedica *Édipo e o Anjo* à memória de seu pai, seu interlocutor desde criança e com quem tinha o hábito da polêmica em torno dos gostos literários, o pai adepto de Eça de Queiroz, o filho, de Machado de Assis.

O pensamento da cultura já está presente em *Édipo e o Anjo*. Neste livro, o filósofo afirma que:

a ambiguidade é a essência da cultura. Ela contém uma dimensão desrealizante, voltada para o imaginário e que anula o particular, e outra, que aponta para o real e promete a plena realização do particular. Ela oscila entre uma arqueologia, que dissolve o objeto do sempre-igual, e [uma perspectiva que] abre um espaço para o novo, sem ruptura com a origem. Pela cultura, o homem se perde, porque ela é ideologia e dominação; graças a ela, ele se salva, porque a cultura fornece o repertório simbólico que dá acesso à verdade e permite pensar uma ordem além da violência (Rouanet, 1981, p. 172).

Conclui seu livro assimilando o *Angelus Novus* ao jogador: “aposta na utopia: aventura desesperada, sujeita a todos os riscos, cuja regra única é o tudo ou o nada, e que pode desembocar na redenção ou na catástrofe”. Como veremos, a utopia é um dos guias de leitura da obra filosófica do autor.

Em *Teoria crítica e psicanálise*, de 1983, ele (ainda em Zurique) inclui outros pensadores na discussão da importância de Freud para a Teoria Crítica. Demonstra o que há de específico em Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas em suas relações com a psicanálise. O tema que projetará a obra de Rouanet em livros seguintes está na conceptualização do Iluminismo segundo as ideias da Teoria Crítica, em contraposição ao iluminismo kantiano. “*Sapere aude!* Tem coragem de usar tua razão! Eis a divisa do Iluminismo” (Immanuel Kant *apud* Rouanet, 1983, p. 374).

Seguindo essa divisa, a Teoria Crítica se inscreveria na tradição iluminista, mas seu iluminismo não era mais o de Kant, cuja definição teria sido relativizada por duas revoluções teóricas, a do marxismo, que havia mostrado o condicionamento material da sujeição, e a freudiana, que revelara as raízes inconscientes da sujeição (Rouanet, 1983, p. 375). “Graças a Freud, a teoria crítica aprendeu a identificar, além da tutela externa, a interna, prolongamento intrapsíquico da primeira, que prossegue, com outros meios, a mesma política: a manutenção do homem em estado de minoridade” (Rouanet, 1983, p. 376).

Um aspecto da interseção da teoria freudiana da personalidade com os contextos político-ideológicos que podem dar lugar à repetição das experiências europeias do Nacional Socialismo e do Fascismo é analisado por Rouanet a partir do livro *The Authoritarian Personality* (Adorno *et alii*, 1950). Trata-se de trabalho empírico e coletivo, no qual participa Theodor Adorno, publicado em colaboração entre a Universidade de Berkeley e o Instituto de Pesquisa Social (Institute for Social Research), editado por Max Horkheimer nos Estados Unidos quando da ascensão do nazismo na Alemanha, instituto no qual membros da Escola de Frankfurt deram continuidade a seu trabalho de Teoria Crítica, antes do regresso à Alemanha após a Segundo Guerra Mundial (Almino, 2025, p. 104-108).

Embora o livro não tenha feito previsões específicas, sugeriu que existiam nos Estados Unidos estruturas psicológicas e condições sociais que tornavam possível o advento do fascismo. Parte significativa da população americana exibia tendências autoritárias, aderência rígida aos valores convencionais, submissão à autoridade e hostilidade a grupos exógenos. Embora movimentos autoritários ou fascistas não fossem inevitáveis, podiam se beneficiar da predisposição psicológica criada por instabilidade econômica ou agitação social. Numa das correlações apontadas pelo estudo, os “pseudoconservadores”, que aceitam a tradição americana, a igualdade de oportunidades, a liberdade política, o laissez-faire econômico, se caracterizam, ao nível da personalidade, pelas tendências associadas à síndrome fascista – impulsos destrutivos e violentamente anárquicos – com o objetivo de assegurar o poder pelo poder. (Rouanet, 1983, p. 173). Diz Adorno, citado por Rouanet: “[...] seu zelo fanático em defender Deus e a Pátria os leva a aderir à faixa lunática (*lunatic fringe*) e a simpatizar com os inimigos de seu país” (Adorno, 1950, p. 683 *apud* Rouanet, 1983, p. 174). Já o “pseudoliberal” também pontua alto na tendência fascista, “o que o leva a exibir, em seu progressivismo aparente, os traços de destrutividade, cinismo, submissão autoritária...” (Rouanet, 1983, p. 174).

O tema da cultura, que será uma constante do pensamento filosófico do autor em livros subsequentes, também é discutido em *Teoria Crítica e Psicanálise*, especialmente ao ressaltar, em Adorno,

a importância, “em várias configurações psicossociológicas, da dinâmica da personalidade e dos elementos objetivos da cultura.” A personalidade constituiria uma instância mediadora entre o clima cultural geral e as opiniões individuais (Rouanet, 1983, p. 188-189). Para adentrar no papel da cultura, Rouanet mostra uma continuidade entre as conclusões do livro *The Authoritarian Personality* e a *Dialética do Iluminismo* de Adorno e Horkheimer.

Para ele, a utilização que fez de categorias freudianas permitiu reconstruir naqueles dois autores uma teoria da cultura e da personalidade que ultrapassam as tradicionais análises freudomarxistas. “A questão consiste em saber se o pessimismo dessa teoria é uma decorrência inevitável do seu substrato freudiano, ou se é possível, a partir de uma perspectiva igualmente freudiana, pensar o conteúdo utópico da cultura” (Rouanet, 1983, p. 197).

Claro que a perspectiva utópica é a de Rouanet. Seria possível que as instituições da Escola de Frankfurt servissem de base para uma teoria genuinamente crítica da consciência e da cultura. “*Sapere aude*: um gesto de ousadia, um esforço supremo da razão, e essa autonomia, tão próxima, tão inacessível, poderia concretizar-se, negando e realizando o Iluminismo” (Rouanet, 1983, p. 377). São estas as palavras conclusivas de *Teoria Crítica e Psicanálise*.

A Razão Cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud foi publicado pela Editora Brasiliense dois anos depois, quando Rouanet já havia regressado de Zurique ao Brasil e assumido a chefia do Departamento da Ásia e Oceania do Itamaraty. O livro é dedicado a sua mulher Barbara Freitag, com uma citação de Hölderlin: “Wem sonst als Dir” (Quem mais além de você). É ao mesmo tempo mais amplo do que os anteriores, ao buscar um arco que vem desde Platão, e mais concentrado, ao se aprofundar no tema da consciência e da razão, sem fugir a uma das referências fundamentais de seus escritos: o pensamento de Sigmund Freud.

Toma claramente um partido contrário ao pessimismo cultural de Adorno (*Kulturpessimismus*) ao recorrer a Freud, para quem a falsa consciência pode ser gradualmente superável, e ao advogar que

o caminho para sua superação passa pela comunicação política e a expansão do espaço público (Rouanet, 1985, p. 310, 314-315). Embora o modelo da comunicação política perfeita seja mais uma utopia, a “capacidade de assumir a perspectiva dos demais” é essencial ao pensamento político, como postula Hannah Arendt. Diz ela, citada por Rouanet: “O pensamento político é representativo. Formo uma opinião considerando uma questão dada de diferentes pontos de vista, fazendo em meu espírito as posições dos que estão ausentes” (Arendt, 1972, p. 307 *apud* Rouanet, 1985, p. 297 e 298). É tema que guarda um parentesco com o citado texto de Rouanet sobre a política externa de Machado de Assis, representada pelo Conselheiro Aires.

Sua concepção de democracia, que “não precisa de adjetivo” (Rouanet, 1985, p. 306) coincide apenas terminologicamente com a de *democracia sin adjetivos* empregada por Enrique Krauze no ano anterior, defesa da democracia liberal representativa sem adjetivos que a desvirtuassem, frequentemente para justificar regimes autoritários. Filia-se à de Claude Lefort em *L’Invention Démocratique*, livro que vem, aliás, citado (Lefort, 1981, p. 28 *apud* Rouanet, 1985, p. 308). A democracia é vista como uma conquista gradual, imperfeita e sujeita a retrocessos, obtida contra resistências. “A história da democracia tem sido a história das lutas pela extensão dos limites da democracia” (Rouanet, 1985, p. 308 e 309). “Ela não exclui a mentira intencional [...] e supõe a capacidade [...] de desmascarar a mentira” (Rouanet, 1985, p. 307).

A utopia iluminista

Seus livros mais famosos, *As razões do iluminismo*, de 1987, e principalmente *Mal-estar na modernidade*, de 1993, ambos publicados pela Companhia das Letras, são os que expõem o cerne de seu pensamento iluminista e universalista.

Em *As razões do iluminismo*, Rouanet explica por que a geração de uma cultura autônoma não deve ficar confinada a fronteiras nacionais: a cultura autêntica pode ser estrangeira, a cultura nacional pode ser alienada e, se a cultura é verdadeiramente universal, ela é *ipso facto*

nacional (Rouanet, 1987, p. 127-128). Um dos ensaios, intitulado “O novo irracionalismo brasileiro”, havia sido publicado no Folhetim da *Folha de S. Paulo*, em 17 de novembro de 1985, sob o título “Verde-amarelo é a cor do nosso irracionalismo”.

O tema da paz é discutido a partir do pensamento de Erasmo (1466-1536), um filósofo que Rouanet considera praticante de uma “razão sábia”. O pacifismo seria uma das características mais permanentes do pensamento do autor neerlandês, para quem não há guerras justas. Rouanet passa também em revista a posição dos enciclopedistas, de Diderot, do Abade de Saint-Pierre em seu *Projeto da Paz Perpétua*, editado e publicado postumamente por Rousseau, e de Kant em seu ensaio com o mesmo título (*Zum Ewigen Frieden*) (Rouanet, 1987, p. 291-294).

No ano da publicação de *As razões do Iluminismo*, ele partiu para Copenhague, onde permaneceu como embaixador até 1991, quando assumiu por cerca de dois anos a Secretaria da Cultura no Brasil.

Ainda em Copenhague, em 1987, concluiu uma conferência transformada em livro publicado no ano seguinte pela Companhia das Letras: *O espectador noturno; a Revolução Francesa através de Rétif de la Bretonne*. Graças a esse personagem, com suas contradições e múltiplos papéis à margem da Revolução, aprendemos “em que consistiu o dilema dos homens e mulheres que fizeram a Revolução Francesa” (Rouanet, 1988, p. 108).

Numa entrevista ao caderno *Ideias*, do *Jornal do Brasil*, de 24 de setembro de 1988, Rouanet discute seu próximo livro, que somente seria publicado pela Companhia das Letras em 1993, cujo título provisório era então “A Coruja e o Sambódromo” (título mantido para um capítulo de *Mal-estar na modernidade*). Já naquela entrevista e depois no livro, Rouanet se opõe à ideia de que somente existem culturas específicas, culturas sempre independentes, conhecimentos restritos a uma nação ou a um povo. São temas que guardam uma afinidade com o das relações internacionais.

No ensaio intitulado “Elogio do Incesto”, afirma que a cultura mundial ou universal é cada vez mais apreensível. Ela teria sido gerada em parte pela internacionalização econômica e se constituído

pelo intercâmbio das culturas nacionais. A ciência, a arte, a moral e o direito – esferas de valor que integram a cultura, segundo Weber – teriam se universalizado e continuariam se universalizando. Rouanet crê que esse processo está acompanhado de uma pluralização cultural que preserva a diversidade.

Admite que a maior parte do estoque cultural da humanidade escapa ao alcance do universalismo. Porém existe uma base da universalidade: é a uniformidade fundamental que vale para todos os traços da cultura, uniformidade que abrange a unidade psíquica do homem, suas vulnerabilidades e inclinações, sua fragilidade diante da natureza e sua necessidade de proteção contra a violência. Existem, por outro lado, normas não generalizáveis por lesarem interesses fundamentais do gênero humano.

Sua visão é crítica de todos os tipos de etnocentrismo pelo menos por duas razões: porque o Iluminismo inclui entre seus valores centrais o universalismo, quando todo etnocentrismo é particularismo; e porque elege como sua ética a da autonomia, quando o etnocentrismo nega o preceito kantiano de respeitar a dignidade e a liberdade de todos os homens (Rouanet, 1993, p. 65 e 251).

O iluminista combate, por exemplo, o eurocentrismo, porque é a extrapolação abusiva de uma particularidade que se quer hegemônica. O colonialismo e o imperialismo não foram universalistas. Ao transportar para culturas não europeias os *seus* valores e o *seu* estilo de pensar, o Ocidente burguês acreditava levar a razão em si e o pensamento em si. O próprio iluminismo podia e pode se converter em ideologia (Rouanet, 1993, p. 251, 252, 278).

Para encontrar solução às divergências e conflitos sem recurso ao etnocentrismo, Rouanet propõe a intersubjetividade, a teoria da ação comunicativa de Habermas e Apel, na qual “não há etnocentrismo, porque as normas universais não resultam dos preconceitos da cultura ocidental. Elas derivam, seja de uma análise interna das propriedades da comunicação linguística em geral, seja de discursos reais ou simulados em que participam, *virtualiter*, representantes de todos os países e todas as culturas” (Rouanet, 1993, p. 252).

Essa visão acena para a possibilidade de que as culturas mais vulneráveis possam proteger-se contra o etnocentrismo e o poder dos mais fortes, estando ao mesmo tempo abertas para receber influência que faça avançar suas correspondentes sociedades na direção da liberdade, da igualdade, da justiça, do desenvolvimento, de melhores relações sociais e da paz. No limite, põe-se na direção da democracia mundial, que se dirige a indivíduos, e não a nações ou a culturas.

Na prática – e Rouanet sabia disso – a criação dessa comunidade argumentativa sem fronteiras é de difícil execução. A lógica dos estados é alheia à visão universalista. Ao agirem a partir de interesses, podem ser críticos ou acomodatórios. Intervêm ou deixam de intervir ao pesarem as implicações de suas ações do ponto de vista do aumento ou da redução de seu poder e de considerações de ordem econômica ou militar.

Tanto mais pertinente é, portanto, a crítica iluminista, que dispõe de um modelo de homem universal, de um saber universal e de um repertório universal de normas e valores, ou seja, de uma moral universal, que não estão fundados num grupo, etnia ou cultura. Diz Rouanet: o iluminista “não fala *a partir* da nação, mas a defende quando ela está sendo vítima de uma agressão por parte de outras nações, e pode fazê-lo precisamente porque qualquer forma de agressão injustificada é uma violação de normas universais”. Ele é contra qualquer manifestação de discriminação, de racismo e de sexismo, porque estes são uma lesão da dignidade universal do ser humano (Rouanet, 1993, p. 251).

Universalismo e relativismo

As culturas enfrentariam dois grandes desafios. Um deles seria olhar-se no espelho que mostrasse o caminho do futuro e não apenas confirmasse o que são na face imobilizada de seu presente. Outro seria o de manter a perspectiva da mudança sem se descaracterizarem.

Para Rouanet, a cultura é síntese sempre se fazendo. Será tanto mais vigorosa quanto mais diversificados forem os elementos dessa síntese. A natureza dinâmica e sincrética das culturas torna mais

complexas, por sua vez, as noções de identidade e de raízes, que supõem uniformidade, paralisia e, quando negam a hibridização, endogamia.

Isso não significa preconizar a extinção das particularidades existentes; ao contrário, elas devem ser valorizadas. Tampouco opor-se ao uso metodológico do relativismo para estudar a cultura alheia. Seu sentido é postular uma crítica ao uso ideológico de particularidades reais como pretexto para silenciar a crítica e a autocrítica.

O relativista não se oporia às práticas da Inquisição, pois foram culturalmente condicionadas e faziam sentido na Idade Média cristã. Noutro exemplo, se todos os padrões são culturalmente condicionados, não existindo padrões transculturais de avaliação, como criticar, por exemplo, o nazismo e o fascismo? Considerar igualmente válidos a mutilação clitoriana e a emancipação da mulher não seria suspender o julgamento – seria aprovar a prática injusta (Rouanet, 1993, p. 71).

Na visão de Rouanet, o relativismo condena as culturas ao que elas são. É, portanto, conservador e avesso à crítica. Está a serviço de uma estratégia defensiva. Desativa a razão por torná-la relativa. Deixa o pensamento crítico sem instrumentos para combater os horrores que existem efetivamente.

Civilização ou barbárie

No desenvolvimento de seu pensamento, ele passa do conceito de culturas e de “civilizações” ao de “civilização”, reintroduzindo neste último conceito sua dimensão valorativa e normativa. Neste caso opõe-se civilização à barbárie. O tema é levantado no primeiro ensaio de *Mal-estar na modernidade*, intitulado “Iluminismo ou barbárie”, uma alusão ao grupo “Socialismo ou barbárie”, que se organizou na França em torno principalmente dos filósofos Cornelius Castoriadis e Claude Lefort. Ao opor iluminismo a barbárie, existe uma assimilação entre o iluminismo e a civilização, entendida como a civilização moderna e universal.

No ano da publicação de *Mal-estar na Modernidade*, Rouanet foi removido para Berlim, onde ocupou a função de Cônsul-Geral do Brasil até 1995.

Seu sonho era ter servido na UNESCO, o que se casava bem com sua biografia, critério pouco empregado nas nomeações. De 1995 a 2000, foi embaixador do Brasil em Praga, seu último posto, de onde enviava artigos ao Caderno *Mais!* da *Folha de S. Paulo*.

De forma mais diretamente pertinente à relação entre os povos, é significativo mencionar seus escritos dessa época sobre a utopia da democracia cosmopolita. Num artigo para o Caderno *Mais!*, de 21 de novembro de 1999, “A Democracia Cosmopolita”, propunha uma releitura de certas intuições de Gramsci, como “a visão ampliada de Estado, incluindo não somente a sociedade política (instituições governamentais), mas também a sociedade civil”, “ideia de grande importância na concepção atual de democracia, que pressupõe a livre interação entre a esfera estatal e a social”. Em especial, esse pensamento podia “comprovar sua vitalidade defrontando-se com um tema novo”, “o da democracia cosmopolita”. Seria uma forma de “organização política que [complementaria] as democracias nacionais, estabelecendo, com a participação e o assentimento expresse dos diretamente interessados, formas transnacionais de governo e cidadania”. Seria composta de dois estratos: “uma ‘sociedade política’, com instituições governamentais de âmbito mundial, cujos integrantes seriam eleitos diretamente pelos indivíduos, qualquer que fosse sua nacionalidade, e uma ‘sociedade civil’, também de âmbito mundial, composta de organizações não governamentais, sindicatos, partidos políticos, igrejas e movimentos sociais.” Seu programa seria voltado para “os interesses mais gerais da humanidade: luta contra a violação dos direitos humanos, contra as assimetrias internacionais de riqueza e de poder, contra as aberrações do capitalismo globalizado, e contra os particularismos selvagens que estão levando à retribalização do mundo”. Novamente a utopia: “a de uma nova ‘civiltà’”, projeto “inalcançável, mas irrenunciável, de uma civilização planetária”.

Noutro artigo, de 21 de maio de 2000, também para o Caderno *Mais!*, “Da pólis digital à democracia cosmopolita”, Rouanet primeiro reconhece que a internet “serve para vender mercadorias”, “difundir pornografia”, “fazer propaganda neonazista” e para “a conversa fiada”. Mas isso não esgota seu potencial. Pode contribuir para a concretização “dos grandes projetos do Iluminismo de hoje”, sendo o primeiro deles o da “implementação de uma ética universal”. Ele sabe que, num mundo dividido em comunidades nacionais, “a aplicação prática dessa ética encontra dificuldades insuperáveis”, pois “sua principal exigência – a participação livre e igualitária de todos os afetados – não pode ser atendida”. “Assim, quando uma grande potência adota uma política protecionista ou restringe a imigração ou realiza uma intervenção militar, está afetando milhões de cidadãos de outros países”. Apesar dessas ressalvas, “a aplicação das novas tecnologias pode preencher, em parte,” um “déficit de comunicação. Elas permitem, em tese, que todas as pessoas potencialmente afetadas por tais políticas, quaisquer que sejam suas nacionalidades, façam chegar às instâncias decisórias apropriadas suas inquietações e suas propostas”. Interligando milhões de pessoas de todos os países, poderia “relativizar os reflexos nacionalistas, combater a xenofobia, facilitar a compreensão mútua entre as diversas culturas”. Seria instrumento de comunicação entre indivíduos e organizações “no bojo da sociedade civil mundial”, primeiro passo para continuar “o antigo combate do Iluminismo contra o fanatismo e o poder ilegítimo”.

Em 30 de julho do mesmo ano de 2000, ainda no caderno *Mais!*, seu artigo “As duas vias da mundialização” traça uma diferença entre globalização (conduzida por corporações empresariais, buscando uma racionalidade de ganhos no mercado) e universalização, cujos agentes são organizações não governamentais, partidos políticos, sindicatos, parlamentos, governos democráticos e intelectuais críticos comprometidos com ideias universalistas. Esta última seria pluralista e praticaria uma racionalidade comunicativa. No fundo, seria uma união de povos, que praticaria uma política de abertura e adotaria formas inéditas de hibridização.

Portanto, se assim posso dizer, uma utopia ainda mais utópica. O filósofo confia, contudo, que “ali chegaremos um dia, se a humanidade não for destruída antes pela homogeneização total do mundo, como querem os xiitas da globalização, ou por sua retribalização, como querem os cruzados da purificação étnica”.

Não seria a doutrina dos direitos humanos o exemplo de um particularismo da civilização ocidental? “Longe de ser uma ideologia ocidental,” afirma Rouanet em seu ensaio “Liberdade transcultural”, publicado no caderno *Mais!* em 1º de abril de 2001, “a doutrina dos direitos humanos serve para condenar o próprio Ocidente, cujas políticas imperialistas violam o mais elementar dos direitos do homem, o direito a moldar o próprio destino”. No mesmo artigo ele mostra que duas ideologias, na aparência opostas, seriam na verdade complementares: a que reivindica para o Ocidente o monopólio das ideias liberais e as do nacionalismo autoritário, que endossa esse julgamento para executar suas políticas repressivas contra dissidentes.

O conceito de universalismo não é, portanto, europeu nem ocidental; é *transcultural* (e eu diria, descentrado).

Em seu livro *Interrogações*, de 2003, Rouanet usa a expressão “cultura mundial ou universal”, que seria a cultura da sociedade universal em fase de constituição, retomando uma ideia já presente em *Mal-estar na modernidade*.

Ainda num campo afim às relações internacionais ou extranacionais, ele vai retomar o tema da “civilização” no singular (Rouanet, 2013, p. 384-415). Explica que o conceito de civilização desde os gregos aos imperialismos recentes já havia sido utilizado de maneira particularista, xenófoba e autoritária, ao ser oposto ao de barbárie. Segundo ele, devemos reintroduzir a antítese, injetando nela uma estrutura de valores universal. No polo da civilização, estariam aqueles – em qualquer lugar do mundo – que lutam pelos direitos humanos e pela democracia; estaria uma utopia não eurocêntrica de emancipação econômica, política e cultural dos seres humanos, ideia irrealizável, mas insubstituível, pois sem ela nosso percurso seria cego. No polo oposto, o da barbárie, estão o crime organizado, as

classes dominantes corrompidas e responsáveis pela exclusão social, os terroristas e fundamentalistas (das mais variadas tendências) (Rouanet, 2013, p. 400).

A civilização assim entendida coincidiria com o projeto civilizatório da modernidade. À semelhança do iluminismo, é uma utopia que se enfrenta às realidades da barbárie.

Rouanet chega a imaginar a morte do chamado Ocidente, “uma bela morte” que obedecesse “a seu impulso mais profundo, a abertura ao mundo” (Rouanet, 2013, p. 410).

O crítico literário

Na parte final de seu rico percurso intelectual, ele voltou ao interesse da juventude, o da literatura e especialmente à obra de Machado de Assis. Em *Riso e melancolia*, de 2007, a partir de Machado de Assis e especificamente das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, examinou com riqueza de detalhes cada um dos livros “shandianos” selecionados, empregando um método semelhante ao de seu livro de 2003 *Os dez amigos de Freud*, quando foi a fundo na análise de dez autores tidos como referência pelo grande teórico da psicanálise.

Afirma Rouanet em seu livro de crítica literária que a forma shandiana não é algo que tenha vindo de Tristram Shandy, o personagem de Laurence Sterne e que, a partir dele, fosse aplicado aos livros examinados de Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis. A forma shandiana é um conceito elaborado pelo próprio Rouanet a partir da chave de leitura sugerida nas palavras de Brás Cubas dirigidas “Ao Leitor” logo no início das *Memórias póstumas* e no “Prólogo da Terceira Edição”, assinado por Machado de Assis. Brás diz ter escrito o livro “com a pena da galhofa e a tinta da melancolia.” Cita Sterne e Xavier de Maistre, aos quais o prefácio vai acrescentar Garret. Rouanet completou o painel com a inclusão de Diderot. Diz: “Se bem-sucedida, essa tentativa mostrará que Machado de Assis [...] por um lado sugeriu tacitamente que seu livro fosse interpretado à luz das categorias que ele tinha formulado. Por outro lado, deixou entrever

a possibilidade de que, num movimento de retorno, essas mesmas categorias servissem para iluminar também a obra de seus modelos”.

O conceito proposto por Rouanet compreende quatro elementos: a hipertrofia da subjetividade, digressividade e fragmentação, subjetivação do tempo e do espaço, riso e melancolia. Ele conclui seu livro dizendo esperar que esse conceito “ajude a alcançar um melhor conhecimento tanto de Machado de Assis quanto da linhagem intelectual a que ele se filiou”.

Trabalho de referência indispensável foi sua coordenação e orientação da *Correspondência de Machado de Assis*, reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleitério, publicada em cinco volumes pela Academia Brasileira de Letras entre 2008 e 2015.

A título de conclusão

Em conclusão, Sergio Paulo Rouanet fez acompanhar o seu exercício da diplomacia de ação e reflexão de grandes consequências práticas e teóricas. Sua reflexão filosófica de grande coerência ao longo de muitos ensaios e livros é ao mesmo tempo original e fincada na tradição; é neomoderna em tempos de pós-modernidade. Sua postura universalista, sua desconfiança dos particularismos e suas concepções sobre os direitos humanos são baseadas na razão sábia e não instrumental, já presente em Erasmo. Ao fazer a defesa do universalismo, reelaborou, com novo conceito, ideias da Ilustração.

Em tempos de identitarismo da supremacia branca, de discursos de ódio e de ultranacionalismos, seu pensamento neomoderno e sua utopia iluminista se tornam tanto mais atuais quanto mais sejam vencidas pelo progresso do irracionalismo. Poderíamos repetir como Madame Roland antes de ser guilhotinada: “Oh, liberdade, quantos crimes se cometem em seu nome!”.

Ruy Castro, no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, resumiu a contribuição de Rouanet como homem de ação e pensador. Diz ele: “obrigado, Sergio Paulo Rouanet, por nos ter aberto tantos caminhos que nos permitiram entender o nosso tempo. Rouanet

[...] não se limitou a entender esse tempo, mas ajudou a transformá-lo. Fez isso em sua tríplice atuação: como diplomata [...], como gestor público e como pensador”.

Amante das letras, Rouanet concluiu o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1992, quando foi recebido por outro diplomata, seu antigo chefe, Antônio Houaiss, com uma referência a um dos grandes autores brasileiros de todos os tempos, Lima Barreto, referência que também resumia uma faceta de seu próprio pensamento filosófico:

É nesse universalismo concreto que me sinto ligado [...] ao pobre grande homem [...], o aspirante à Cadeira em que me sento, Lima Barreto, leitor de Voltaire, Diderot e Condorcet, iluminista ele próprio em sua fé no progresso e na solidariedade entre os homens. Pois ao fim e ao cabo é dele a mais bela expressão em nossas Letras do sonho da unidade humana: segundo Lima Barreto, [esse sonho] é “a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo com que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam, sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade”.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel; SANFORD, Nevitt. *The Authoritarian Personality*. Edited by Max Horkheimer. New York: Harper and Brothers, 1950.

ALMINO, João. O Conselheiro Aires na obra de Sergio Paulo Rouanet. *Revista USP*, n. 144, Rouanet: o universal e o particular na obra de Sergio Paulo Rouanet, p. 30-46, jan./fev./mar. 2025.

_____. Utopia universalista de Sergio Paulo Rouanet permanece viva. *Ilustríssima, Folha de S. Paulo*, 4 jul. 2022.

_____. A coruja e o sambódromo: sobre o pensamento de Sergio Paulo Rouanet. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Intellectuais na*

diplomacia brasileira: a cultura a serviço da nação. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2025, p. 307-322.

ALMINO, João. A personalidade autoritária e a barbárie: relendo Rouanet para os dias de hoje. *Revista Brasileira*, fase X, ano IV, n. 123, p. 104--108, abr./maio/jun. 2025.

ARENDT, Hannah. Vérité et Politique. In: *La Crise de la Culture*, trad. francesa de *Between Past and Future*. Paris: Gallimard, 1972.

AN, ARQUIVO NACIONAL, 1959-75. Documentos sobre Sergio Paulo Rouanet.

AZAMBUJA, Marcos. Depoimento a João Almino, 18 de maio de 2025.

DAUSTER, Jorio. E-mail a João Almino, 11 de fevereiro de 2025.

KRAUZE, Enrique. Por uma democracia sin adjetivos. *Revista Vuelta*, n. 94, out. 1984.

LEFORT, Claude. *L'Invention Démocratique*. Paris: Fayard, 1981.

LIMA, José Alfredo Graça. Mensagem a João Almino, 11 de fevereiro de 2025.

MAIA, Oto Agripino. Linha do tempo diplomática de Sergio Paulo Rouanet. Mesa Redonda na Academia Brasileira de Letras, 27 de julho de 2022.

ROUANET, Sergio Paulo. Machado de Assis e a Política Internacional. *Cadernos do CHDD*, número especial, ano 21, p. 479 a 485, segundo semestre de 2022.

_____. *Imaginário e dominação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

_____. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. *A razão cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na Modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. *Os dez amigos de Freud*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *Riso e melancolia. A forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. *Civilisation et civilisations: un nouveau regard. L'Europe et le legs de l'Occident*: Académie de la latinité, p. 384-415, 2013.

ROUANET, Sergio Paulo; SOUSA, Nair Heloísa Bicalho; COELHO, Maria Francisca Pinho (orgs.) *Itinerários de Barbara Freitag*. Brasília: Editora UnB, 2005.

Biografias

Sergio Paulo Rouanet nasceu no Rio de Janeiro em 1934 e morreu na mesma cidade em 2022. Formado em direito pela PUC do Rio de Janeiro, fez cursos de pós-graduação nos Estados Unidos, em Economia, Ciência Política e Filosofia. Doutorou-se em Ciência Política pela USP. Diplomata, atuou em foros econômicos multilaterais e chefiou a Divisão de Política Comercial e o Departamento da Ásia e Oceania do Itamaraty. Entre os postos no exterior, foi Embaixador em Copenhague e Praga. Como Secretário da Cultura, conseguiu que fosse aprovada uma lei de incentivo à cultura conhecida como Lei Rouanet. Tradutor de Walter Benjamin e com vasta obra que inclui estudos sobre a Teoria Crítica e a Psicanálise, bem como a proposta de uma utopia iluminista, universalista e neomoderna, é considerado um dos principais filósofos brasileiros do século XX. Entre seus livros no campo filosófico incluem-se *A razão cativa: as ilusões da consciência de Platão a Freud* (1985), *As razões do Iluminismo* (1987) e *Mal-estar na Modernidade* (1993). Na crítica literária, *Riso e melancolia. A forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis* (2007). Coordenou e orientou a publicação da *Correspondência de Machado de Assis* em cinco volumes pela Academia Brasileira de

Letras entre 2008 e 2015. Ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1992.

João Almino, ocupante da Cadeira 22 da ABL, nasceu em Mossoró (RN). Bacharel em Direito (UERJ) com mestrado em Sociologia (UnB) e doutorado em História Comparada das Civilizações Contemporâneas (École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris), é autor de oito romances, vários deles premiados e traduzidos numa dezena de países, entre os quais *As cinco estações do amor* (Prêmio Casa de las Américas), *Cidade livre* (Prêmio Passo Fundo de Literatura, finalista do Jabuti e do Portugal-Telecom) e *Homem de papel* (finalista do Prêmio São Paulo de Literatura e um dos 10 romances literários semifinalistas do Jabuti). ministro de primeira classe (embaixador), aposentado, foi diretor do Instituto Rio Branco e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), embaixador em Quito, encarregado de negócios em Beirute, ministro-conselheiro e encarregado de Negócios em Londres, cônsul-geral em São Francisco, Lisboa, Miami, Chicago, Madri e Munique e serviu nas Embaixadas em Paris, Washington e México. Ensinou na UnB, na UNAM e nas universidades de Berkeley, Stanford e Chicago. Recebeu a medalha de ouro (primeiro lugar) do Rio Branco, o Global Citizens Award pela Universidade de Wisconsin em Madison, a Ordem Nacional do Mérito (Oficial) da França, a Ordem da Águia Azteca do México (Oficial) e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

José Guilherme Merquior e a invenção de um novo modelo intelectual – atando as pontas entre correspondência e pensamento

João Cezar de Castro Rocha



Repúblicas das Letras (e de cartas)

O trabalho pioneiro de Marcos Antonio de Moraes com a correspondência de Mário de Andrade esclareceu definitivamente a centralidade da epistolografia na reconstrução tanto de um sistema literário quanto do percurso de um criador. A análise que apresento de certo aspecto da rica trajetória de José Guilherme Merquior não seria possível sem a metodologia desenvolvida pelo autor de *Orgulho de jamais aconselhar*¹. Se levarmos adiante o paralelo com Mário de Andrade, recorde-se que o autor de *Macunaíma* organizou seu vasto material com rigor que não devia nada ao método propriamente germânico de um Theodor Koch-Grünberg. De forma similar, Merquior deixou seus documentos razoavelmente organizados. Destaca-se em seu legado a correspondência do autor de *Razão do poema*, que oferece um autêntico *embarras de choix*, pois há de tudo nas missivas de José Guilherme Merquior.

A precocidade foi a marca-d'água da trajetória de Merquior. Antes de completar 20 anos, o jovem crítico já havia conquistado notoriedade através de notáveis artigos publicados no *Suplemento*

1 Recomendo o indispensável livro de Marcos Antonio de Moraes, *Orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade* (São Paulo: EDUSP, 2007).

Dominical do Jornal do Brasil. Seu carteio, por isso mesmo, atravessa três décadas, aproximadamente de 1961 a 1991.

E que décadas – e não apenas no Brasil.

No plano internacional, o período abrange o auge da Guerra Fria, com a crise dos mísseis em Cuba, ocorrida em outubro de 1962, assim como seu término, pelo menos formal, com a queda do Muro de Berlim, sucedida em novembro de 1989, e com a dissolução da União Soviética, ocorrida em dezembro de 1991. Uma época traduzida à perfeição nos versos sempre citados de Carlos Drummond de Andrade: “Esse é um tempo de partido, / Tempo de homens partidos”. Não será casual, portanto, que discussões acerca do marxismo e do liberalismo sempre retornem aqui e ali na correspondência de Merquior. Eram temas decisivos naquela quadra histórica.

No plano brasileiro, foram trinta anos dramáticos: passamos pela eleição e renúncia de Jânio Quadros; a posse de João Goulart, inicialmente sob o parlamentarismo, depois sob o presidencialismo, cujo retorno foi decidido em plebiscito; chegamos ao golpe militar de abril de 1964 e os longos anos de chumbo da ditadura; o processo lento de redemocratização e a promulgação da anistia em 1979; e, por fim, a realização das primeiras eleições diretas para presidente da República em 1989.

Essa simples lista de eventos esclarece o alcance da correspondência de Merquior. Em mais de uma ocasião, para além de dados próprios do dia a dia dos missivistas, as questões ideológicas e políticas do calor da hora dominavam a conversa.

(Cuidado: é mister enriquecer a leitura da obra do autor de *O estruturalismo dos pobres*, distanciando-a, ainda que estrategicamente, de radicalidades acéfalas e, ainda pior, dos binarismos definidores dessas três décadas.)

Outra observação importante para caracterizar a complexidade da correspondência aqui brevemente tratada: a primeira carta de José Guilherme Merquior a Claude Lévi-Strauss data de 1966. Em

outras palavras, embora seu volume maior diga respeito à troca com brasileiros, deve-se registrar o número igualmente considerável de mensagens com pensadores e escritores de vários países, aí incluídos os nomes de Ernest Gellner, Norberto Bobbio, Claude Lévi-Strauss, Raymond Aron, Isaiah Berlin, entre outros. Isso para não mencionar o nutrido carteio com editores de seus últimos livros, escritos em inglês.

Não é tudo.

Leitor onívoro, dono de uma curiosidade renascentista – no primeiro momento, especialmente voltada aos campos da estética e da filosofia; em seguida, sobretudo direcionada aos labirintos da política e da sociedade –, sua correspondência envolve poetas, romancistas, jornalistas, críticos literários, cientistas políticos, sociólogos, filósofos, diplomatas e mesmo políticos, compondo um arco de interesses e um horizonte de preocupações de alcance muito pouco comum – e isso em qualquer latitude.

Um convite consagrador

Começo este breve estudo com uma carta do jovem José Guilherme Merquior, enviada ao consagrado poeta Manuel Bandeira em 27 de janeiro de 1962:

Friburgo, 27 de janeiro de 62.

Senhor,

Escrevo, conforme o prometido, para dar conta do andamento dessa penosa antologia. Eu me tinha proposto selecionar aqui a obra de dez autores (os dois simbolistas e oito modernos); não preparei mais que cinco - e tenho ocupado com êsse trabalho a maior parte do tempo.

Arranjei a coisa de modo a deixar umas oito páginas datilografadas (esp. 2) para cada autor; o que equivale, talvez, a umas dez páginas impressas, e em todo caso, sempre me permite conceder um total de sete ou oito poemas em média de cada poeta. A demora da seleção vem de que me obriguei a reler tódia a obra em verso d'esses cinco au tores.

De Cruz e Sousa mantive os quatro sonetos colocados pelo Senhor na Apresentação; mas pus a Antífona de Broquéis em lugar da Monja Negra. Acrescentei outros três sonetos: Vida Obscura, um pouco batido pela fama, mas apesar disso válido; O Assinalado; e Sorri so Interior, um dos mais belos que encontrei do Poeta Negro.

De Alphonsus conservei - da Apresentação - Ismália e os dois sonetos que o Senhor mostrou lá. Pus também um outro, do Setenário das Dores de N.S.: aquê que começa Doce consolação dos infelizes e que é talvez o melhor do livro. Da Pastoral tirei ainda um mimo, uma jóia de leveza lírica, aquela cançãozinha O cinamomo floresce / Em frente do teu portigo... e, finalmente, achei de escolher pelo menos três sonetos desse volume admirável, Pulvis, em ordem, o VI, VIIles XXIII, e dos quais pelo menos um (o oi tavo) aponta não só como peça do melhor lavor, mas ainda como uma nota estranhamente "intelectual" nesse grande emocionado Alphonsus; é aquêle AI dos que vivem, se não fôra o sono!, quase um poema "metafísico".

A seleção de Mário de Andrade procurou atender a quase todos os seus livros de poesia; por isso escolhi, na ordem deles: a Ode ao Burguês, intensamente viva como apóstrofe supra-temporal, tanto mais viva como protento de época, nuns dias como âtes de tantas "gelatinas piasmas"; aquela Toada sem Alcol, muito nua e lírica, de Loango Cãqui; a famosa Serra do Rola-Moça; dois poemas da Negra (III e VI) e um da Amiga (o VII bis); o soneto Quarenta Anos, que é das poucas réusites de soneto "co'ocual" entre nós, lembrando o Pessoa daquele malcriadíssimo Olha, Daisy; da Lira Paulistana, duas pedrinhas - as alusões de Na rua Aurora nasci e o delicioso Moça linda bem tratada, e, para terminar, três grandes pedregos da Meditação sobre o Tietê, que eu aqui no meu fraco juízo sempre achei muito digna e rica, mais digna, até, como fecho de obra de grande poeta. Quis deixar a seleção assim mesmo, pretendendo-se (quanto possível) exaustiva; em parte, porque o poeta ag'enta essa extração dos seus vários e vári a ângulos; e sobretudo, porque isso vem como prova ferozmente endereçada a certas mediocridades as gigantes ("Mário de Andrade só vale como experiência"... "sua obra só abriu o caminho..." "foi um agitador da literatura..." "Macunaíma não vingou"... etc..) - prova de que para gente como eu, que praticamente inda nem falava quando Mário morreu, a sua obra é das melhores e mais permanentes da nossa língua - vai ver que precisamente por ter sido tão resolutamente um agitador, agitador no sentido poundiano, de só escrever preocupado com o keep the language (e, portanto, a cultura) efficient; e isso éle

fêz, não apenas "experimentou".

Tem graça essa defesa de Mário logo para o Senhor... Mas vem tanto valor da obra d'ele, que quem sabe o seu amigo em vida não me permite entrar na condição de amigo de Mário, post-mortem...

Já com Jorge de Lima não pude abranger igualmente a maioria dos livros (e das fases). Considerando bem, grande parte dos livros religiosos é bastante fraca e derramada. Por outro lado, a Invenção de Orfeu, com ou sem unidade, nunca foi até hoje bem mostrada, apesar de ser um verdadeiro tesouro de coisas poéticas. Daí, a escolha ficou como se segue: Essa Negra Fulô (hors concours); o Poema relativo dos P.Encolhidos, aquele simples e sentido verso curto de Tempo e Eternidade; Pelo vó de Deus quero me guiar, muito mais efetivo que os vastos versículos da Técnica Inconstitucional e de Mira-Celi; Este poema de amor não é lamento, do Livro de Sonetos; e quatro passagens da Invenção - Canto I, XXVI, Canto II, XIX, Canto IV, XI e Canto VIII, I; naturalmente, limitadas, quando não é o caso dos sonetos, a algumas estrofes apenas: mas que estrofes!...

Enfim, a seleção de Drummond. Também a desejei, como a de Mário, abrangedora de quase todos os livros. Mas larga, além de nova: essa a razão pela qual a minha escolha não inclui quase nenhuma das livracionais; nem da Apresentação, nem do Panorama (M.Silva Brito), e assim por diante, excoetuada a do próprio autor. É meu pensamento que a importância de Drummond está exigindo que se mostre cada vez mais a sua obra. Por isso, não repeti em antologia o celeberrimo Poema de Sete Faces, nem outras peças já muito conhecidas. Ao mesmo tempo que procurava divulgar uma boa porção do seu último estilo (de Claro Enigma) para cá. Em consequência, eis a lista: Casamento do Céu e do Inferno, Neorolôgio dos Desiludidos do amor, Os ombros suportam o mundo, Carta a Stalingrado, A Ingua Ciência, Rapto, a Elegia de Fazendeiro do Ar (um dos maiores poemas da nossa língua) e uma jóia do último livro, Ciência.

Ai está o trabalho desses dias. Restam uns probleminhos, que deixo para lhe expor quando voltar. Preciso, além do mais saber como ficará a seleção dos seus poemas. Não acho nada bom fazer como o Senhor fez na Apresentação - uma boa página de Carpeaux, mas afinal, quase nada dos seus versos. Lembre-se de que é, em suma, o nosso Poeta Laureado; e a Obra que nos deu, não pode agora esconder.

Volto para o Rio na quinta-feira. Irei logo logo procurá-lo, com mais dois ou três poetas já preparados. Até lá, mando-lhe meus melhores votos, minhas desculpas por este longo relatório, e uma certa ansiedade de ver como irá receber essas minhas escolhas

Recuperemos o contexto da missiva: em 1963 veio à luz a importante antologia *Poesia do Brasil*, organizada por Manuel Bandeira. A contribuição rica e vária do poeta possui uma faceta hoje em dia negligenciada. O autor de *A cinza das horas* foi um dos mais completos estudiosos da literatura – e isso em chave enciclopédica. Bandeira publicou inúmeras antologias poéticas, além de ter traduzido com regularidade autores de tradições diversas. Uma simples lista, nada exaustiva, esclarece o alcance da tarefa do tradutor em sua obra: Sor Juana Inés de la Cruz, William Shakespeare, Friedrich Schiller, Goethe, Jean Cocteau, Bertolt Brecht, Gabriela Mistral, José Zorilla. A presença destacada da língua espanhola ajuda a entender a atividade docente do poeta, fundador da Cátedra de Literaturas Hispano-Americanas da Universidade do Brasil, posição que favoreceu a divulgação de uma rica tradição praticamente desconhecida no Brasil. No âmbito de sua atuação como professor, Bandeira redigiu um alentado manual, *Noções de história das literaturas*, composto, como ele mesmo esclareceu, com um propósito didático muito específico:

Nossa intenção única na composição deste compêndio, escrito para atender ao programa de Literatura do Colégio Pedro II, foi pôr ao alcance da inteligência e do bolso dos estudantes um conjunto de noções que só esparsas se encontram em numerosos livros grossos e caros de outras línguas. Compilador, nada mais, é o que somos aqui (Bandeira, 1969, p. 9)

A organização de *Poesia do Brasil* correspondia a projeto similar, colocando à disposição do leitor um panorama crítico de largo alcance, que abrange poetas e poemas de José de Anchieta a João Cabral de Melo Neto. A capa da primeira edição acrescentava uma informação reveladora:

Seleção e estudos da melhor poesia brasileira de todos os tempos, com a colaboração de José Guilherme Merquior na fase moderna.

Compreende-se com facilidade que Manuel Bandeira tenha decidido convidar um colaborador para a escolha dos autores representativos da “fase moderna”, pois, caso contrário, ele teria a incômoda incumbência

de selecionar (ou de excluir) os poemas do próprio Manuel Bandeira! Aliás, o que já havia ocorrido. Na *Apresentação da poesia brasileira (seguida de uma pequena antologia)*, Bandeira não incluiu nenhum poema seu. Autor do prefácio do volume, Otto Maria Carpeaux lamentou a rigidez do poeta: “o autor não permitiu ao seu nome entrar neste livro que trata da evolução da poesia brasileira” (1946, p. 7). Em compensação, Carpeaux dedicou o prefácio a uma aguda análise da poesia de Manuel Bandeira.

A surpresa maior do novo projeto editorial, contudo, residiu na escolha de José Guilherme Merquior, à época com seus escassos 21 anos!

(Merquior abriu a seção dedicada ao “Modernismo” selecionando 14 poemas do autor de *Itinerário de Pasárgada*.)

Na advertência, o poeta explica a motivação do convite. Como se trata de volume dificilmente encontrável, reproduzo a nota na íntegra:

Quando a Editora do Autor me convidou a organizar uma antologia da poesia brasileira, aceitei o convite sob condição de me ser permitido tomar um colaborador que se ocupasse da parte da obra a partir do movimento modernista. Minha ideia era chamar para a tarefa algum rapaz menor de trint’anos: ele representaria para os da geração de 22 uma espécie de posteridade. Recaiu minha escolha na pessoa de José Guilherme Merquior, a quem eu não conhecia ainda pessoalmente, senão por alguns artigos de crítica de poesia publicados no suplemento literário do *Jornal do Brasil*. Merquior topou a difícil parada e tenho que se saiu bem.

Naturalmente esta antologia terá os consabidos defeitos de todas as antologias. Não é nada fácil escolher os autores, e nos autores os melhores poemas. A verdade é que nenhuma antologia pode por si só representar a poesia de um país: para isso são necessárias algumas antologias. A nossa pretende apenas ser uma dessas algumas.

Fica, pois, entendido nestas minhas palavras que a Merquior cabe em nosso trabalho a responsabilidade da

seleção e dos poetas e dos poemas desde 1922 até João Cabral de Melo Neto (Bandeira, 1963, p. 5).

O gesto do poeta é exemplar: a escolha de um jovem crítico representaria um autêntico rito de passagem, configurado através do reconhecimento da necessidade de renovar os critérios de avaliação da tradição recente. Para isso, nada melhor do que atribuir a Merquior a tarefa de selecionar os melhores poetas e poemas a partir do Simbolismo. Registre-se a largueza de vistas do poeta: ícone da literatura nacional, Manuel Bandeira atribuiu a um crítico iniciante, e já reconhecido pela verve polêmica, nada menos do que capital simbólico para propor um novo cânone da poesia moderna. Nesse caso, a chancela de seu nome deu às escolhas de Merquior uma autoridade que ele *ainda* não havia conquistado.

Ao mesmo tempo, porém, Bandeira estabeleceu uma distância estratégica, ressaltando o limite cronológico imposto pelo jovem crítico: “[...] até João Cabral de Melo Neto”. Algumas perguntas necessariamente acompanhariam a seleção de Merquior: por que não incluir poetas posteriores, de modo a aproximar-se da data de publicação da antologia? Como explicar a exclusão de nomes considerados inquestionáveis? Bandeira parece ter antecipado a controvérsia, acrescentando uma ressalva cautelosa: “a Merquior cabe em nosso trabalho a responsabilidade [...]”.

A justificativa, firme, do jovem crítico ocupou duas páginas, enfeixadas sob título sintomático e anunciador de sua futura vocação destemida: “Nota antipática”. Com o propósito de esboçar a arqueologia de sua trajetória, também reproduzo na íntegra as observações ali contidas:

Convidado por Manuel Bandeira a colaborar na seleção da parte moderna (do simbolismo em diante), pude logo compreender nesse gesto do Poeta, antes de tudo, a simpatia de uma geração por outra; quem sabe a estima de um grande participante de um dos mais jovens momentos de nossa história literária – o modernismo de 22 – pela tentativa de moços que hoje, entre seus poucos acertos,

já incluíram firmemente a valorização necessária das realizações modernistas.

Mas a simples declaração desse vínculo, a afirmação de uma juventude herdeira, afasta a ideia de que a nossa escolha de poemas pudesse ter tido a pretensão da imparcialidade. Ao contrário: se procuramos aqui alguma objetividade, foi apenas aquela histórica objetividade que faz com que cada geração apresente como lei, como norma e como certeza o que não passa das suas próprias maneiras de enfrentar o mundo e de criar a sua verdade. Tudo o que importa é que essa verdade valha em ação, que seja humana e historicamente necessária – raciocínio que vale tanto para os poemas quanto para as revoluções.

E é assim que o simbolismo, e mais ainda o modernismo, que se vão ler estão filtrados pelo gosto concreto de uma época. 22, tal como se entende em 60; não admira se há autores omitidos, poemas relegados, livros inteiros excluídos. Somente em dois ou três poetas fiz ceder minha preferência ao provável escândalo de uma exclusão... Mas devo confessar que assim resolvi por achar que era mais útil, ao selecionar-lhes a obra, proceder, pelo lado de dentro, e não sem malícia, ao implacável corte daquilo que para nós já é carga morta de palavras vãs. Deixo ao leitor o prazer de determinar quais foram as vítimas dessa devastação.

Resta explicar por que paramos em João Cabral de Melo Neto. Nele ficamos por umas poucas razões, aliás muito agradáveis. Primeiro, porque, desde 22 e seu contexto, não houve na nossa poesia outra equipe de nível semelhante ou sequer aproximado; segundo, porque a única indiscutível exceção a esse abaixamento estético é a singular e pioneira obra de João Cabral; terceiro, porque é nesse poeta que vemos e, mais que vemos, aplaudimos a mais autêntica dentre as grandes influências recentes que recebe a nova poesia do Brasil.

Para terminar, presumo que muitos vão achar esta nota antipática. Autossuficiência de moço. Se assim se der,

agradeço, contente, pois nada mais ela desejou ser: tão convicto se encontra o seu autor de que o maior defeito em cultura é o injustificável pudor de se afirmar.

O que, por outra parte, também lhe foi ensinado pela atitude artística e crítica de 22, a quem rende esta final homenagem. (Merquior, 1963, p. 7-8).

A riqueza dessas observações demanda uma pausa.

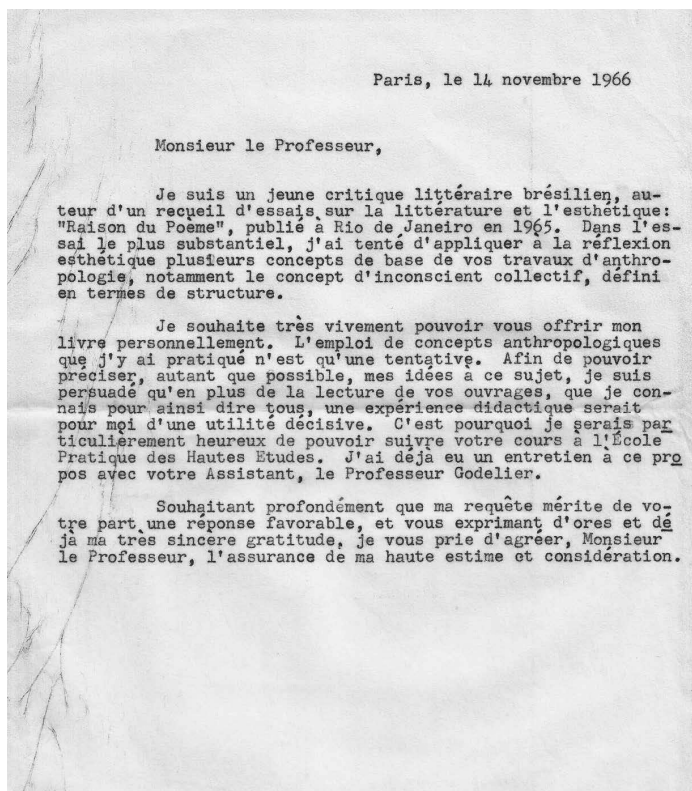
Logo no primeiro parágrafo, e sem hesitação alguma, Merquior tomou partido, afastando-se deliberadamente do distanciamento pretendido pela geração de 45 em relação ao ideário modernista. Em outros textos, ele reiterou essa posição com ênfase crescente. Limiteme a um exemplo: “A chamada geração de 45 é, do ponto de vista do valor literário, uma dege(ne)ração” (Merquior, 2013, p. 51). Daí, a força de uma frase que, se parece um truísmo hoje em dia, na época significava uma declaração corajosa de princípios: “a valorização necessária das realizações modernistas”.

Porém, no parágrafo seguinte, e de modo igualmente deliberado, Merquior recusou a imagem do discípulo disciplinado, pois, em lugar de uma improvável imparcialidade, ele preferiu afirmar a circunstância de sua geração. Orteguianamente fiel às circunstâncias, no clima aceso dos anos iniciais da década de 1960, Merquior associou, como se fossem termos da equação do calor da hora, *poemas* e *revoluções*.

Guardadas as devidas proporções, a seleção inovadora de *poemas*, vale dizer, a exclusão corajosa de nomes altissonantes, mas cuja obra já seria “carga morta de palavras vãs”, buscava promover *revoluções* possíveis no campo da cultura. O jovem crítico aquecia os músculos: aqui, a carta de Merquior adquire cor própria. O respeito, reverência mesmo, é evidente. No entanto, sobressai sua independência, traço que permanecerá o motivo definidor de um gesto intelectual de grande alcance no mundo contemporâneo.

Conquista do Mundo

Rumo à Estação-Mundo, veja-se a carta enviada, no dia 14 de novembro de 1966, ao autor de *La pensée sauvage*:



O jovem José Guilherme Merquior estava prestes a completar 26 anos². Exercia a função de terceiro-secretário da Embaixada do Brasil em Paris; em janeiro do ano seguinte, por merecimento, foi promovido à posição de segundo-secretário, permanecendo na França até 1970, quando foi transferido para a Embaixada do Brasil na então Alemanha Ocidental, em Bonn³. Além da leitura cuidadosa da obra

2 José Guilherme Merquior nasceu em 22 de abril de 1941.

3 José Guilherme Merquior. *Curriculum Vitae*. Universidade de Brasília. Departamento de Política e Relações Internacionais. 1982. Arquivo José Guilherme Merquior / É Realizações. Documento preparado pelo próprio autor.

de Claude Lévi-Strauss, que, nas palavras do brasileiro, ele conhecia praticamente toda, uma experiência didática com o próprio autor seria de utilidade decisiva para que seu entendimento da antropologia se tornasse mais preciso. Ademais, Merquior mencionava seu primeiro livro, *Razão do poema*, cujo ensaio mais ambicioso de fato destacava a obra do antropólogo:

A mesma linha de investigação aliada levou a considerar o comportamento patológico dentro de uma moldura cultural. Em 1950, Claude Lévi-Strauss já podia falar categoricamente da impossibilidade de reduzir o patológico ao nível do puramente individual, dado que as perturbações mentais, em suas formas predominantes, variam de acordo com as sociedades e com seu desenvolvimento histórico (Merquior, 2013, p. 252).

Citação inaugural: desde então, Lévi-Strauss sempre esteve presente nas reflexões de Merquior, sendo uma espécie de sombra permanente de sua futura vasta produção. A recepção ao gesto intelectual de Merquior foi imediata. Em livro publicado em 1967, Luís Washington Vita mapeou o pensamento estético contemporâneo no Brasil, dedicando cinco páginas para o autor que havia acabado de estrear na forma de livro: “Autor de um livro de ensaios de crítica e de estética, encimado pelo título *Razões [sic] do poema*, José Guilherme Merquior parece mostrar suas reflexões pela premissa que se entremostra no citado título [...]”. Na sequência, propõe uma definição antecipadora da orientação do autor estreante: “Esse racionalismo dialético o leva à estética diamática” (Vita, 1967, p. 137). Sua avaliação da obra basicamente se concentra no ensaio “Estética e antropologia – esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte”⁴. Aliás, na terceira seção do ensaio, “O conceito de inconsciente na

4 Josué Montello, em ocasião solene, também destacou o ensaio, concluindo com uma observação certa: “Começaste com um livro de crítica e estética, *Razão do poema* [...]. E com uma singularidade a mais: a de introduzires em nossas letras, com o ensaio *Estética e antropologia*, nesse livro de juventude ostensiva, os conceitos de antropologia estrutural de Lévi-Strauss, ligados à reflexão estética. Quer isso dizer que, estudando a poesia alheia, quer nacional, quer estrangeira, vossa reflexão constitui pretexto, desde cedo, para o universalismo das ideias modernas”. Josué Montello. In: *Discurso de recepção de José Guilherme Merquior na Academia Brasileira de Letras e Resposta de Josué Montello*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983, p. 39.

antropologia cultural”, Merquior ofereceu ao leitor sólidas dezessete páginas de leitura empenhada de vários textos de Lévi-Strauss e já com a orientação que definiu os exercícios hermenêuticos de Merquior: não se tratava, como por muito tempo equivocadamente se pensou, de uma laboriosa divulgação de teorias alheias nos tristes trópicos, porém de uma assimilação criativa de vozes outras para a composição do próprio pensamento⁵.

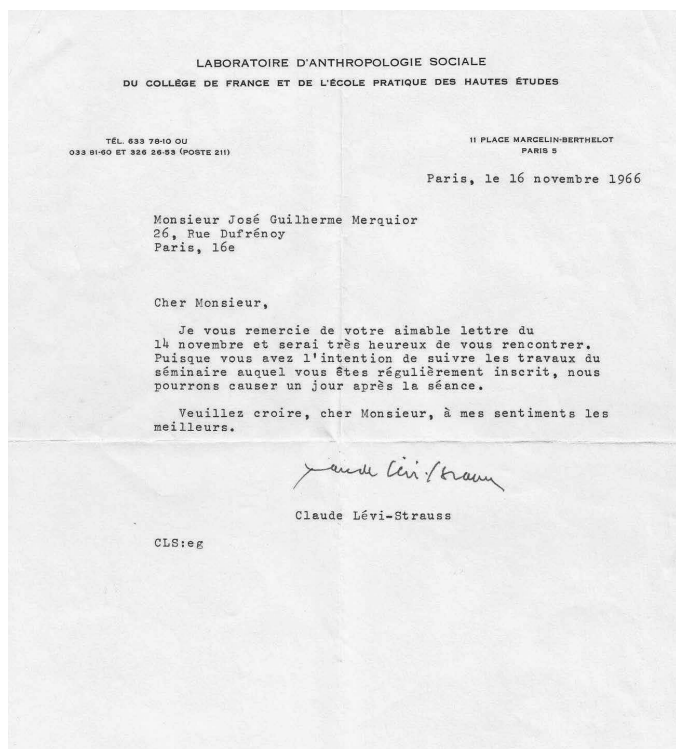
Dois outros pontos chamam imediatamente atenção na carta dirigida a Lévi-Strauss. Eis a caracterização fornecida por Merquior de si mesmo: “um jovem crítico literário brasileiro”. Em missiva posterior, escrita em Londres para Ernest Gellner, apresentou-se como “sociólogo diletante”, numa indicação eloquente da ampliação progressiva de seu horizonte de preocupações. Além disso, ao mencionar seu conhecimento da obra do antropólogo francês, não hesitou: “que eu conheço, por assim dizer, toda”.

Nada menos do que isso: toda a obra de Claude Lévi-Strauss! Se o antropólogo ficou surpreso, não se sabe. Contudo, a recordação de ácidas páginas de *Tristes tropiques*, dedicadas justamente à atualização vertiginosa do repertório bibliográfico dos alunos da recém-fundada Universidade de São Paulo, autoriza imaginar aquele sorriso no canto dos lábios que o pai de Janjão recomendava evitar a todo custo. No entanto, em breve, a argúcia e sobretudo a disciplina do brasileiro seriam devidamente reconhecidas.

Explique-se o caso.

Dois dias depois do envio da missiva, o jovem diplomata recebeu uma resposta que deve ter sido celebrada com a abertura de uma bela garrafa de vinho:

5 Num depoimento certo: “Acompanhei José Guilherme desde a adolescência e posso testemunhar que seu entusiasmo pelas letras não arrefeceu jamais. Ele não era só um devorador de livros, mas alguém que sabia, criativamente, ‘metabolizar’ tudo que lia”. MERQUIOR, Hilda. Apêndice. *Revista Tempo Brasileiro*, “José Guilherme Merquior”, n. 109, 1992. p. 147-148.



Inscrito como aluno regular no Collège de France, Merquior tinha a obrigação de desenvolver um trabalho, a ser exposto oralmente numa das sessões do seminário de Lévi-Strauss. Ambicioso, e, ao mesmo tempo, fiel às suas origens, o autor de *Razão do poema* expandiu o ensaio de maior fôlego do livro de estreia, no qual discutiu um tema que nunca abandonou, “Estética e antropologia – esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte” (Merquior, 2013, p. 241-286). Apresentou diante do antropólogo o ambicioso projeto: *L’Esthétique de Lévi-Strauss* como tema de sua exposição oral. O desafio implicava a releitura de “toda a obra”, isolando frases, identificando parágrafos e questões atinentes à reflexão estética.

O resultado da ousadia foi mais do que recompensador. Um fragmento de sua reflexão originou o artigo publicado na *Revue*

d'Esthétique (v. 23, n. 3-4, 1970, p. 365-382), “Analyse structurale des mythes et analyses des œuvres d’art”. O trabalho, na íntegra, foi traduzido por Juvenal Hahne Jr. e publicado em 1975 (Editora Tempo Brasileiro e Editora da Universidade de Brasília). Em 2013, saiu uma segunda edição (É Realizações)⁶. Por fim, em 1977, o ensaio saiu em sua língua original, numa edição da PUF.

O mais importante, porém, foi a reação de Lévi-Strauss, conhecido por seu temperamento reservado. Em 22 de janeiro de 1969, ele escreveu uma carta que, certamente, foi lida, relida e trelida com grande emoção intelectual pelo jovem ensaísta brasileiro:

COLLÈGE
DE
FRANCE
—
CHAIRE
D'ANTHROPOLOGIE SOCIALE

Paris, le 22/1/69

Cher Monsieur,

Si, comme disait Racine, le génie consiste à savoir faire quelque chose de rien, vous avez certainement du génie; car, avant de lire votre texte, je n'aurais jamais imaginé qu'on pût extraire autant de substance (ou, plus exactement, en greffer) sur quelques remarques incohérentes et propos à bâtons rompus que je me suis laissé aller à tenir sur l'art, mais sans prétendre à une réflexion véritable sur ces problèmes. En fait, je suis né et j'ai grandi dans un milieu de peintres (mon père, deux oncles); pendant toute mon enfance et mon adolescence, j'ai moi-même dessiné et peint. Et il me semble que quand je suis, comme malgré moi, entraîné à parler d'art, c'est beaucoup plus comme le substitut honteux et aux trois-quarts inconscient de cette vocation avortée – je ~~parle~~ d'art au lieu d'en faire – que par l'effet d'une réflexion authentique. Aussi ai-je pu vous lire avec d'autant plus de plaisir et d'intérêt qu'à aucun moment je n'ai été gêné par l'impression que j'étais en cause: tout cela concerne un être larvaire que peut-être j'abrite, mais que je perçois comme corps étranger... J'ai donc beaucoup appris de votre texte, sur moi, sur d'autres et sur vous-même: car ce qu'il y a sans doute de meilleur là-dedans, c'est ce que vous y avez ajouté de votre cru.

Comme preuve de cet intérêt, je prends la liberté de vous joindre ci-inclus quelques textes que vous ne connaissez pas, semble-t-il, et que j'ai fait photocopier à votre intention. Non que j'y attache de l'importance: ce sont des paroles en l'air. Mais elles touchent directement au sujet et je ne les ai pas dites ailleurs. L' *interview* sur Picasso, qui était beaucoup plus longue, a été très coupée sans mon accord et de façon très maladroite, d'où son allure décousue.

Par ailleurs, et compte-tenu du fait que chacun de ~~vous~~ côté, Sartre et Etienne ont, paraît-il, estimé que mon rapprochement de la musique et de la mythologie était fantaisiste et arbitraire, il ne serait pas inutile de noter qu'il s, à ma connaissance, inspiré deux musiciens: Leibowitz a écrit une *Tocata* (inédite, je crois) qui reprend et exploite la structure de la section portant ce titre dans *le Cru* et *le Cuit*; et j'ai lu dans la presse qu'une œuvre récente de Berio, que je n'ai pas entendue, s'inspirait du même livre. Il pourrait être intéressant d'analyser ces œuvres.

Sans croire que l'entreprise serait rentable, je dois enfin, par scrupule scientifique, vous signaler qu'il existe de moi des textes très anciens sur l'art et dont j'ai perdu la trace, car ils furent écrits au sortir de l'adolescence: plusieurs articles parus vers 1927-1930 dans l'*Étudiant socialiste* du temps que j'étais militant, et que, paraît-il, certains commentateurs étrangers ont redécouverts et exhumés; et un texte paru vers 1928-1930 dans la revue *surréaliste Documents* sous la signature de Georges Monnet (homme politique dont j'étais alors le secrétaire et qui me chargeait d'écrire à sa place), numéro spécial d'hommage à Picasso. Ce dernier texte témoignerait sans doute d'un long itinéraire parcouru jusqu'à l'*interview* ci-incluse de 1966!

Croyez, cher Monsieur, à mes sentiments bien cordiaux et reconnaissants.

Jacques Lévi-Strauss
TSVP →

6 José Guilherme Merquior. *A estética de Lévi-Strauss*. 2ª edição. São Paulo: É Realizações, 2013. Edição enriquecida por posfácios de Christopher Domínguez Michael e Eduardo Cesar Maia.

O início da carta é grandiloquente: na acepção de Racine, o gênio, de um nada, faz um tudo.

Traduzindo: Merquior fez um tudo – ensaio de fôlego, futuro livro – de um nada – ou, sejamos mais precisos, um quase nada; ou, sejamos ainda mais exatos, uma preocupação que à época não ocupava a centralidade dos esforços do antropólogo: a estética.

Há mais nesta carta.

Muito mais.

A sequência dos parágrafos significa o reconhecimento pleno, por parte de Lévi-Strauss, do “jovem crítico literário” como interlocutor – e o ponto é decisivo. Não se trata, porém, de provincianismo às avessas, típico do teórico ou do escritor latino-americano, sem parentes importantes, sem dinheiro no banco e que, por isso mesmo, divulga na imprensa cartas eventualmente trocadas com nomes estrangeiros de ponta. Na verdade, quero assinalar o gesto intelectual subjacente à trajetória de Merquior.

No ensaio de 1969, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, menciona-se um ensaio inédito que demonstra a potência do novo modelo intelectual vivido por Merquior:

Em nosso ensaio *Le Structuralisme comme pensée radicale* (onde os temas desta seção, e da anterior, são desenvolvidos), tentamos demonstrar que, com base na antimetafísica de Heidegger e, em particular, na sua reinterpretação da teoria kantiana de conhecimento, seria possível estender a ideia de afinidade entre Kant – enquanto fonte do pensamento antimetafísico – e Rousseau ao âmbito *global* das suas respectivas obras teóricas (Merquior, 2011, p. 245).

Menção inaugural, no calor da hora, pois os datiloscritos de *Le Structuralisme comme pensée radicale* registram o local e a data de conclusão do livro: “Paris, Décembre 1978, Février 1968”. Impressiona a rapidez da escrita: em apenas três meses, o jovem Merquior realizou um percurso que começa em Rousseau e Kant, e chega à década de 1960, num leque de leituras críticas cuja amplitude e complexidade

surpreenderam Claude Lévi-Strauss. O objetivo era ambicioso, e, visto retrospectivamente, premonitório, pois a partir do maio de 1968 tornou-se um lugar-comum considerar o estruturalismo conservador, mesmo reacionário, dada sua pretensa recusa da história – ponto que será questionado pelo jovem ensaísta. Ensaio de fôlego, que nada tinha a ver com “divulgação” de ideias alheias, mas que já esboçava o percurso futuro de Merquior⁷.

Alguns anos depois, agora em Londres, o autor de *Formalismo & tradição moderna* escreveu a Ernest Gellner mensagem similar à enviada a Lévi-Strauss. Idêntico resultado: recebe prontamente uma resposta, principiando um Mestrado na prestigiosa London School of Economics and Political Sciences.

Mestrado, eu escrevi, e você leu corretamente: foi do próprio Gellner a decisão de transformar o que seria uma Dissertação de Mestrado numa Tese de Doutorado.

Entenda-se.

Melhor: numa longa carta, de nove páginas, Gellner avaliou o texto que originaria a futura Dissertação. Impressionado com a qualidade e o escopo do que terminara de ler, o mestre inglês sugeriu a mudança de nível para uma Tese. “Not bad at all”, deve ter pensado o “sociólogo diletante”. Merquior obteve assim seu segundo título de doutor⁸.

Às anotações minuciosas de Gellner, o brasileiro acrescentou seus comentários à margem da carta. Em geral, acatou os conselhos do orientador; aqui e ali, porém, insistiu em seus pontos de vista. Afinal, não se tratava de um reverente aluno latino-americano em busca da aprovação do mestre europeu, porém da criação de um diálogo entre pares.

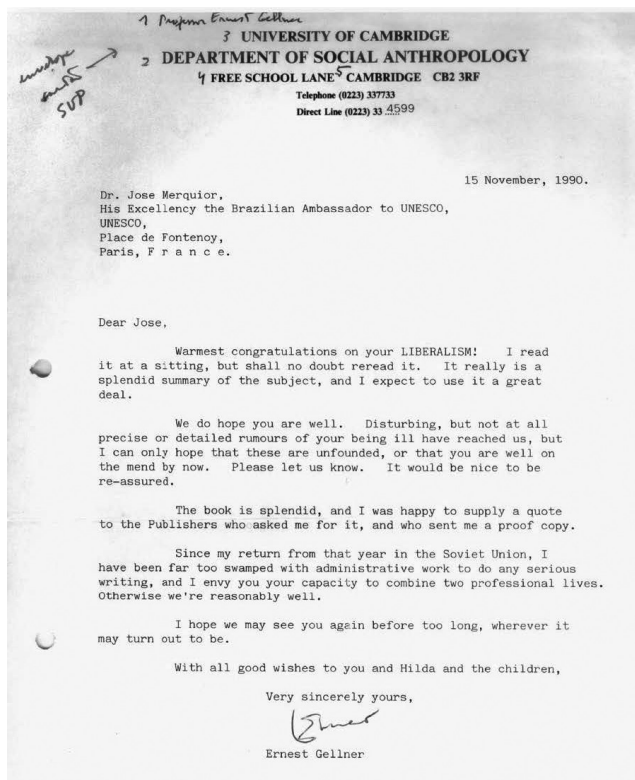
(Em 2025, quantos arriscamos o mesmo salto?)

7 O datiloscrito foi localizado no “Arquivo José Guilherme Merquior/É Realizações” e publicado: *O estruturalismo como pensamento radical*. São Paulo: É Realizações, 2022.

8 O primeiro doutorado de José Guilherme Merquior foi defendido, e aprovado com louvor, na Sorbonne, sob a orientação de Raymond Cantel. O trabalho de conclusão, escrito em francês e traduzido por Marly de Oliveira, resultou no livro *Verso Universo em Drummond* (São Paulo: É Realizações, 2012, 3. ed.).

A solicitação mais enfática de Gellner dizia respeito ao estilo de Merquior. Não poderia temperar o traço ensaístico, a fim de corresponder com maior exatidão ao figurino usual de uma tese acadêmica? O autor de *Saudades do Carnaval*, contudo, não abriu mão do ensaísmo, que, muito jovem, aprendeu a admirar, especialmente na obra de Walter Benjamin. Gellner entendeu a resistência do orientando e não levantou objeções ao texto final apresentado por Merquior. Pelo contrário, mantiveram uma fecunda amizade intelectual, favorecida por laços de afeto.

Mas não se confunda tudo. Esse cenário em nada recorda a cordialidade à brasileira, pois o cimento da amizade foi a afinidade intelectual. Trata-se, antes, do modelo, bem inglês, das “*literary friendships*”. Os aspectos intelectual e afetivo são evidentes na carta que Gellner escreveu em 15 de novembro de 1990:



O elogio de Gellner não foi protocolar e muito menos determinado pelas lentes generosas da amizade; afinal, Isaiah Berlin também se interessou pela síntese da história da ideia liberal. É o que se depreende de carta escrita em 2 de janeiro de 1991:

HEADINGTON HOUSE
OLD HIGH STREET, HEADINGTON
OXFORD OX3 9HU
TEL OXFORD (0865) 61005
2 January 1991

Dear Professor Merquior,

Thank you for sending me an early proof of your fascinating survey on Liberalism. I cannot claim to have read the entire thing, but I have skimmed through it with great pleasure and learnt a great deal. Your views about my views are not wholly up to date, and I take the liberty of sending you a copy of my Agnelli Lecture, which I think states my final thoughts in my deep old age – not that this protects me against the criticism of those who believe in neither freedom for nor freedom from but, more mysteriously, freedom in, as expounded by e.g. Pocock. I wish I knew what that meant. It is a diluted version of the old communalist-Marxist notion, deriving ultimately from Hegel. Nothing is more fatal to the destiny of individuals than the application of aesthetic models to politics or life – it is fascinating and tempting to do this, but it is at the root of the kind of hero-worship which first led to Carlyle and Wagner, then on to Nietzsche (in a peculiar form, it is true) and B'Annunzio, finally to fascism, National Socialism and all – or so it seems to me.

Isaiah Berlin

A missiva do autor de *Two Concepts of Liberty* recorda a de Lévi-Strauss, já que, além de salientar o mérito do trabalho de Merquior, promove o aprofundamento da interlocução por meio do envio de textos. Fórmula sutil, sem dúvida, encontrada por Sir Isaiah Berlin; aliás, também empregada por Lévi-Strauss na carta de 22 de janeiro

de 1969. Mais uma vez, emerge o ponto decisivo: Berlin propunha um diálogo entre pares; claro, no sentido de *fellows*, não na acepção de iguais, pois Merquior nunca considerou que seus livros fossem comparáveis às obras de Claude Lévi-Strauss, Ernest Gellner e Isaiah Berlin. Ressalve-se, porém, que seu precoce falecimento o impediu de aprofundar seu grande tema: a crise da cultura e suas consequências nas mais diversas esferas do fazer humano. Contudo, como vida intelectual nada tem a ver com corrida de cavalos, o que conta é correr no mesmo páreo.

Disse que o elogio de Gellner – “um esplêndido resumo do tema” – não foi mero sinal de cortesia, aparentado ao reconhecimento polido que, por exemplo, Ernst Renan oferecia a todo aspirante a poeta que batia em sua porta, como relata Joaquim Nabuco em *Minha formação*. Ernest Gellner era de outra cepa. Em 1996 organizou, com César Cantino Ortiz, o livro-tributo *Liberalism in Modern Times – Essays in Honour of José Guilherme Merquior*⁹. E, no prefácio à coletânea de ensaios publicada por Merquior em inglês, *The Veil and the Mask*, levantou a lebre que me permite pensar na trajetória do brasileiro como a fabricação de um novo modelo intelectual. Nas palavras de Gellner:

J. G. Merquior é um brasileiro que tem escrito e obtido distinções acadêmicas tanto em francês quanto em português. Com este trabalho, ele demonstra dominar uma nova subcultura linguística do mundo ocidental, além de sua intimidade com o conteúdo de *n* subculturas intelectuais (Gellner, 1979, p. X).

Intelectual em trânsito, portanto.

Um “anarquista cultural”¹⁰, Merquior virou pelo avesso a dinâmica da vida cultural em contextos não hegemônicos. Deixemos de lado o vocabulário que gravita em torno das noções de centro e periferia, pois

9 O livro conta com uma preciosa “Annotated Bibliography of José G. Merquior”, preparada por César Cansino & Victor Alarcón (p. 219-228).

10 Assim, Merquior se caracterizou em entrevista concedida a Caio Túlio Costa: “Se eu tivesse que me definir [...] diria o seguinte: sou positivamente liberal em economia, social-democrata em política e anarquista em cultura”. Caio Túlio Costa. “Merquior, o ‘anarquista cultural’”. *Folhetim*, 12 de dezembro de 1986, nº 514, p. 4.

as relações atuais num mundo globalizado são muito mais complexas, e não se compreendem bem por meio de metáforas espaciais, que tendem a sugerir pontos fixos. Precisamos, pelo contrário, privilegiar a dimensão temporal e o fluxo contínuo de ideias, mercadorias e pessoas. No entanto, as assimetrias culturais, linguísticas, políticas e econômicas somente se afinam e afirmam hoje em dia. Daí, por que não pensar em termos de circunstâncias hegemônicas e não hegemônicas? Tais circunstâncias são cambiáveis, e, muitas vezes, podem ocupar simultaneamente as duas posições. Eis o modelo teórico que almeja ser dinâmico, a fim de dar conta da complexidade do contemporâneo, mas sem deixar de assinalar a permanência de assimetrias decisivas nas trocas simbólicas – entre outras.

Inversão radical, dizia.

Pois é.

José Guilherme Merquior assumiu um inesperado papel.

O Carpeaux deles

José Guilherme Merquior: o Carpeaux dos outros. Isto é: europeus e norte-americanos.

Explico.

Melhor: explícito a hipótese que anima este capítulo.

A vida intelectual na América Latina, grosso modo, principiou sob a chancela de algum europeu perdido do outro lado do Atlântico. A mera expressão *do outro lado do Atlântico* esclarece como uma simples península – a Europa, geograficamente considerada – tornou-se o continente-motriz dos primórdios da globalização contemporânea. Nem preciso aduzir exemplos, basta um exercício despretenso de memória para identificar inúmeras “Missões Artísticas Francesas” nos países do continente. Basta consultar os repertórios bibliográficos e descobrir Paul Groussac na Argentina, José Gaos no México, Otto Maria Carpeaux no Brasil, entre uma miríade de casos similares.

(Um exemplo definitivo para abalar o orgulho pátrio? O técnico de futebol húngaro Béla Guttmann foi fundamental na modernização

do esporte no Brasil, e isso justamente um pouco antes da Copa de 1958. Técnico do São Paulo, em 1957, Guttman introduziu no país o então revolucionário sistema tático 4-2-4, valorizando um jogo agressivo, sempre em busca do gol. Vicente Feola, técnico da seleção brasileira campeã do mundo na Suécia, fazia parte da comissão técnica do São Paulo. Preciso acrescentar algo?)

Eis a inversão inesperada e radical do modelo: Merquior: Carpeaux dos outros.

A associação não é gratuita. Em carta de 26 de janeiro de 1978, escrita praticamente na véspera da morte do austríaco, Francisco Costa Rodrigues relatou a Merquior: “Outro dia, quando estive lhe fazendo uma visita, falamos de você. Ele aprecia o seu trabalho e lembro-me quando afirmou: o Merquior é um crítico sério”¹¹.

A ironia corta fundo.

A seriedade de Merquior, isto é, sua sólida formação, possibilitada pelo acesso direto à bibliografia internacional recente, *sem a necessidade de intermediários culturais*, e, em sentido mais amplo, o fortalecimento do sistema nacional de pós-graduação, ocorrido exatamente na década de 1960, foram fatores decisivos para a superação progressiva, porém inexorável, do papel de Carpeaux como arauto da civilização europeia, organizador do pensamento alheio, classificador de suas coleções. Também por essa nova constelação, o autor de *História da literatura ocidental* e, título sintomático (!), *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, passou a dedicar-se mais e mais a temas políticos, especialmente a partir do golpe militar de 1964.

A ironia talvez seja ainda mais surpreendente.

E se ousássemos imaginar que, em seus últimos livros, Merquior assumiu o inesperado papel de um Carpeaux dos europeus, e, em alguma medida, dos norte-americanos? Ora, livros como *Foucault* (1985), *From Prague to Paris: A Critique of Structuralist and Post-Structuralist Thought* (1986), *Western Marxism* (1986) e *Liberalism, Old and New* (1991) realizam

11 Arquivo José Guilherme Merquior/É Realizações.

uma síntese, crítica e ambiciosa, seja de um autor determinado, seja do conjunto da tradição ocidental em certos campos do conhecimento.

J. G. MERQUIOR

Londres, 27.1.42

Meu caro João Alvim.

Muito obrigado, meu velho, pelo seu abraço e por
seus votos. Quero muito ter o seu feitiço sobre o Nêxi-co,
onde sei que V. fez um belo trabalho.

Muito obrigado, sobretudo, por D. Segundo e a
Lupomago. V. tem um raro dom, o de expor com clareza
e argumentação filosófica pertinente, tudo na perspectiva de
um desenvolvimento para lá de válido na nossa Transição
racional. Seu livro é sereno, oportuno e convincente. Está certo
de ter em mim um bom propagandista dele. No mínimo consigo
já que algumas pessoas digam: 'pô, o livro é bom mesmo,
apesar de recomendado pelo Merquior'...

Não me lembro de ter visto os Democratas Autoritários,
e o tema, V. sabe, muito me interessa. Mande-me um
exemplar vadio. Há dois volumes meus, bem recentes, que eu

gostaria que V. folheasse (umas não temo mais, e quase não
Pise nenhum, que v'preeu) : as Idéias e as Formas, onde
Toda uma seção é política. e O Argumento Liberal. Ambos
de Nova Fronteira. Não é auto-propaganda não : é que a
gente precisa conversar pelo nosso livro.

Landoro chegou do seu velho

José Guilherme

Um certo alguém

A forma mais econômica de esclarecer o que proponho consiste em resgatar as relações perigosas do brasileiro com outro francês: Michel Foucault. O pensador francês esteve algumas vezes no Brasil

entre 1965 e 1976. O filósofo visitou as cidades de Rio de Janeiro¹², São Paulo¹³, Belo Horizonte, Salvador¹⁴, Recife¹⁵, Manaus e Belém¹⁶. Uma série de filmes, seminários e publicações têm estudado os *efeitos da presença foucauldiana* no Brasil¹⁷.

De igual modo, o filósofo comparece em praticamente todos os títulos de José Guilherme Merquior – algo que nunca se assinala com a ênfase devida porque se insiste na hipótese superficial do desprezo de Merquior pela obra de Foucault. Crítico, sim, muito, mas não é difícil mostrar a atenção que o brasileiro dedicou aos livros do francês. Em *O argumento liberal* há uma alusão oblíqua à famosa entrevista feita com Foucault em 1970, por Sergio Paulo Rouanet e pelo próprio Merquior:

[...] o próprio Foucault me contou que escolheu a fórmula *Les Mots et les Choses* pensando na voga dessa expressão no pensamento britânico do século XVIII; ele deve ter ficado desapontado quando a tradução inglesa de seu livro preferiu *The Order of Things* (Merquior, 2019, p. 70)

A fonte é a conversa publicada em 1971. Com a palavra, Foucault:

Ora, o tema do livro é o tema de *Les Mots et les Choses*.
O próprio título é a tradução de *Words and Things*, que foi

-
- 12 Roberto Machado recorda o curso de Foucault na PUC-Rio com brilho e afeto no capítulo “Cobra que perde a pele”, em *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n. 1 edições, 2017, p. 185, p. 33-52.
- 13 O artigo de Ricardo Parro e Anderson Lima da Silva reúne depoimentos dos alunos do curso de 1965 e documentos relativos à visita de Michel Foucault à USP: “Michel Foucault na Universidade de São Paulo”. *Revista Discurso*, v. 47, n. 2, 2017, p. 205-223.
- 14 O documentário *Foucault na Bahia: a liberdade nunca é demais*, produzido pelo LABEDISCO (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), rememora a presença do filósofo na Universidade Federal da Bahia em 1976. Ver o documentário: <<https://www.youtube.com/watch?v=V033HEFLmpk>>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- 15 No livro citado de Roberto Machado, comenta-se a viagem ao Recife, especialmente nas páginas 223-229.
- 16 Com direção de Ivânia dos Santos Neves, Nassif Jordy Filho e Maurício Neves Corrêa, produção do Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas (GEDAI) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2015 lançou-se o documentário *Michel Foucault em Belém*. Em 1976, o filósofo ministrou um curso na UFPA a convite de Benedito Nunes. Ver o documentário: <<http://grupogedai.blogspot.com/2015/12/michel-foucault-em-belem-novo.html>>. Acesso em: 23 jul. 2025. José Ribamar Bessa Freire escreveu sobre o documentário, “Foucault e o *bonjour* amazônico”. Ver o artigo, publicado em 29 de novembro de 2015: <<http://www.taquiprati.com.br/cronica/1174-foucault-e-o-bonjour-amazonico?reply=25564>>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- 17 Uma análise desse variado roteiro e, sobretudo, dos efeitos de sua presença, encontra-se no livro de Helena B. C. Rodrigues, *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil. Presenças, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

o grande *slogan* moral, político, científico, e até religioso, da Inglaterra no início do século XVII. Foi também o grande *slogan*, não religioso, mas em todo caso científico, na França, Alemanha, Itália, na mesma época. Acredito que *Words and Things* é um dos grandes problemas do Quixote. É por isso que fiz *Dom Quixote* representar, em *Les Mots et les Choses*, a sua pequena comédia (Merquior, 2021, p. 340).

Uma observação: na tradução para o inglês, publicada em 1970, *Les mots et les choses* apareceu como *The Order of Things*. A razão é simples: em 1959, Ernst Gellner lançou o vigoroso e polêmico *Words and Things. An Examination of, and an Attack on, Linguistic Philosophy*. O prefácio foi escrito por ninguém menos do que Bertrand Russell.

No ensaio publicado em 1969, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, o filósofo francês é discutido pela primeira vez em livro pelo ensaísta brasileiro. A citação inaugural é pouco elogiosa:

Em *Les Mots et les Choses*, Michel Foucault – singularmente, sem fazer o menor registro da fonte heideggeriana, não obstante bem divulgada na França – designa por “*ressemblance*” o princípio da “*episteme*” medieval e renascentista, e por “*représentation*”, o eixo da *episteme* “clássica”, isto é, dos séculos XVII-XVIII (Merquior, 2017, p. 118)

Estreia incerta – para dizer o mínimo. Mas, calma: o que mais importa é a nota que se adiciona à passagem, indicadora de leitura cuidadosa da obra foucauldiana. Eis como se define o conceito de *episteme*, a espinha dorsal de *Les mots et les choses*: “Isto é, do substrato ‘arqueológico’ da visão-do-mundo de determinado período, subjacente a todas as suas variantes ideológicas” (*Ibid.*). No mesmo livro, no último capítulo, Merquior dedicou seis páginas a uma análise mais completa do argumento relativo ao conceito de *episteme*. Então, propôs uma objeção relevante:

Na “arqueologia das ciências humanas” de Foucault, porém, a descrição interna não se completa por um

relacionamento interdimensional. As epistemes são interpretadas sem nenhuma reflexão sobre as interações entre elas e o fundo social de cada grande época epistêmica. Ora, esse método unilateral emagrece singularmente a própria caracterização das epistemes – que é dialeticamente solidária do senso daquelas interações – e, sobretudo, exclui a possibilidade de compreender a transição de uma a outra episteme. As epistemes foucaldianas se sucedem arbitrariamente, desconexamente. (*Ibid.*, p. 298-299).

Entenda-se bem o raciocínio: Merquior não nega o valor metodológico do conceito de episteme, porém questiona o seu, digamos, autocentramento, já que faltaria esclarecer as mediações entre os níveis discursivo e extradiscursivo. No ano seguinte à publicação de *Arte e sociedade*, o então jovem Merquior não foi nada tímido e, após uma questão certa de Sergio Paulo Rouanet, aproveitou para endereçar ao próprio Foucault a crítica à estrutura interna da obra do filósofo, que ponderou o problema e concordou inteiramente com a ressalva de Merquior.

Acompanhe a esgrima das ideias:

J.G.M. — É sua intenção ir além dessa análise que justamente ficou em suspenso em *Les Mots et les Choses*, em busca da raiz, ao nível arqueológico, das transformações que se produziram nas três disciplinas?

FOUCAULT — Nesse ponto o meu embaraço não diminuiu desde que terminei *Les Mots et les Choses*. Alegro-me de ver que François Jacob encontrou a mesma dificuldade a propósito das relações entre Darwin e Boltzmann, que ele também não consegue explicar. Ele me fez a pergunta, e só pude compartilhar o seu embaraço. [...] É melhor uma ignorância franca; prefiro dizer que não compreendo, mas que me esforço por compreender, a dar explicações como as baseadas no espírito da época. Em suma, desse ponto de vista meus progressos foram nulos. Em compensação, vejo melhor agora, graças às análises que empreendi em *Les Mots et les Choses*, como reajustar

de forma mais exata a análise das práticas discursivas e das práticas extradiscursivas.¹⁸

Precisamente o motivo da crítica de Merquior em 1969! A entrevista não foi esquecida. Na organização do segundo tomo de *Dits et écrits* (1970-1975), Daniel Deffert e François Ewald incluíram, como um dos documentos, “Entretien avec Michel Foucault; entretien avec J. G. Merquior e S. P. Rouanet”. E não é uma simples reprodução, pois, à diferença da edição original, na edição francesa acrescentam-se notas para localizar referências bibliográficas de algumas das respostas de Foucault. Ademais, alguns comentários do tradutor, P. W. Prado Jr., sugerem que a entrevista foi retraduzida para o francês. Na página 159, por exemplo, encontra-se a observação: “L’intervieweur risque ici un néologisme: *despresentificadas*; littéralement: ‘déprésentifiées’ (N.d.T.)”. O tradutor não arriscou tanto e escolheu o prosaico “rendues absentes”. Na edição em português, assinalou-se a invenção linguística com uma advertência gráfica: “despresentificadas”.

Esse modelo de uma intensa leitura crítica é ilustrado à perfeição em dois ensaios da década de 1970.

Em *Astúcia da mimese* (1972), o filósofo francês aparece apenas uma vez, porém, com a potência de uma sugestão agudíssima. Você me dirá se tenho razão ou se me deixei levar pelo entusiasmo (Merquior discutia a poesia de Murilo Mendes):

O poeta que nos fala de Violantes e Vanessas é, sem dúvida, como o Flaubert de Michel Foucault um “fantastique de bibliothèque”: um visionário essencialmente moderno, para quem o imaginário nasce dos livros (à feição das bibliotecas cosmogônicas de Borges), do mesmo modo que a pintura de Manet brotava dos museus. Murilo é um poeta medularmente livresco – mas, por favor, não torçam o nariz: o mais livresco dos nossos autores não é o maior deles, Machado? (Merquior, 1972, p. 206-207).

18 “Entrevista com Michel Foucault. Por Sergio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior”. Merquior, 2021, p. 329.

Passagem notável! Por si só, justificaria todo o livro. Merquior não desenvolveu a intuição e, assim, Foucault não mais retornou no livro de 1972.

Contudo, na mesma década, o ensaísta publicou um livro de grande ambição, *Formalismo e tradição moderna* (1974). Foucault é mencionado em cinco ocasiões, mas não se trata de competição numérica, claro está. O mais relevante é que Merquior aprofundou a ideia do “fantástico de biblioteca” e numa longa nota esboça o que poderia ter sido um belo livro. Vale a pena reproduzi-la na íntegra (ela é mesmo excepcional!):

O conceito de “fantastique de bibliothèque”, cunhado por Michel Foucault a propósito do Flaubert da *Tentation de Saint-Antoine* (*Cahiers Renaud Barrault*, n° 59, Paris, Gallimard, 1967), mereceria cuidadosos desenvolvimentos por parte dos devassadores da ficção não realista. O ponto de partida de Foucault: o reconhecimento de que a imaginação de Flaubert é tão estruturalmente ligada aos livros quanto a pintura de Manet à tradição pictórica – é cheio de promessas para a interpretação de autores substancialmente “livrescos” como Borges ou Machado de Assis. Só receamos é que uma boa parte da crítica latino-americana – decididamente muito, muito menos livresca que Machado ou Borges... – reaja ao termo como se se tratasse de um pejorativo, algo assim como uma antítese condenável da “literatura vivida”, esse nobre paradigma do confucionismo estético, quando não da simples indigência mental (Merquior, 1974, p. 248).

Não é pouco: o olhar foucaldiano permitiria uma leitura inovadora de Machado de Assis e de Jorge Luis Borges. E, como vimos, de Murilo Mendes. E, como podemos supor, de muitos outros nomes – todos rebeldes a um realismo chão. Merquior vislumbrou a hipótese de uma história literária foucaldiana, que, naturalmente, apostaria no incomum e na descontinuidade. Possibilidade pura potência e que ainda não se cumpriu.

Foucault continuou sendo uma presença constante na ensaística de Merquior até a publicação de seu *Foucault* em 1986. Portanto, a escrita desse livro monográfico não foi um gesto extemporâneo, porém um acerto final de contas, uma sistematização de mais de duas décadas de engajamento intenso com o pensamento do filósofo francês.

Levantamento realizado, resta o passo mais importante: por que a obra de Michel Foucault foi tão importante para Merquior? Recorde-se sua declaração de princípios: “Porém o caso Foucault decerto apresenta suficiente interesse para justificar uma análise extensa (embora não exaustiva) de sua ambiciosa denúncia da cultura moderna” (Merquior, 2021, p. 27).

Aí está! As pontas se atam: a crise da cultura, especialmente da cultura moderna, foi o tema absorvente que reúne os artigos do jovem Merquior, publicados no *SDJB* (*Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*), quando ele mal contava vinte anos, e a prosa madura de seu último livro, *Liberalism – Old and New*, lançado postumamente. A adesão decidida pelo liberalismo foi a resposta de Merquior à crise da cultura moderna. Compreende-se, então, a importância do pensamento foucauldiano no projeto merquiorano: era preciso considerá-lo com extremo cuidado, a fim de melhor entender o próprio caminho, até mesmo por efeito de contraste.

Por fim, *Foucault* foi publicado em 1985 numa prestigiosa coleção, “Modern Masters”, publicada pela Fontana Paperbacks e cujo diretor foi ninguém menos do que o consagrado crítico Frank Kermode. Uma das mais populares coleções da época, seus volumes eram “comprados em grande quantidade” pelos estudantes (Kermode, 1996, p. 224), pois os títulos serviam como introduções de alto nível a nomes fundamentais do pensamento contemporâneo. Uma simples consulta ao catálogo da editora impressiona pela renomada de seus colaboradores¹⁹. Por exemplo, George Steiner escreveu sobre Heidegger; Arthur C. Danto, sobre Sartre; Mary Douglas, sobre Evans-Pritchard; Edmund Leach, sobre Lévi-Strauss; Raymond Williams, sobre Orwell; Anthony Giddens, sobre Durkheim. E, em ótima companhia, José Guilherme

19 Na seção documental, reproduzimos o catálogo dos títulos publicados até 1985.

Merquior escreveu sobre Foucault. Percebe-se a padronização do título de todos os volumes, composto somente pelo sobrenome do autor.

A repercussão do ensaio merquiorano foi imediata. No mesmo ano, a tradução para o português foi publicada. No ano seguinte, 1986, saíram traduções para o francês e para o turco²⁰. Em 1987, saiu uma tradução italiana; em 1988, para o espanhol e o holandês. Nos Estados Unidos, o livro apareceu em 1987 pela University of California Press. O livro poderia ter saído pela Harvard University Press, como se vê pela correspondência com Allan Megill, historiador da University of Iowa. Mais interessante é a avaliação confidencial que Megill escreveu para University of California Press: quatro páginas detalhadas, que sintetizam o melhor do trabalho e do estilo de Merquior. Vale a pena reproduzir uma ou duas passagens. O livro do brasileiro:

[...] is an example of haute vulgarisation combined with intellectual critique. [...] Still, I can emphatically say that the book treats its material in “an original and stimulating matter”. [...] The scholarship that went into the work is decidedly superior. [...] the superiority of Merquior’s scholarship is seen in its critical dimension.²¹

A consulta a esse conjunto documental permite elucidar outro ponto importante; na verdade, decisivo para entender o título que a obra recebeu em suas inúmeras traduções. Na edição original o livro chamava-se *Foucault* – como vimos, esse era o padrão da série “Modern Masters”. Por que então a edição brasileira, também lançada em 1985, tem um subtítulo, *Ou o niilismo de cátedra*?

A resposta se encontra na correspondência entre José Guilherme Merquior e Raymond Bourdon. Destacado sociólogo, em colaboração com François Bourricaud, Bourdon criou em 1977 a coleção “Sociologies” na prestigiosa PUF – Presses Universitaires de France. A partir da frase final do texto original em inglês – “He was the founding father

20 Na seção documental, reproduzimos algumas dessas capas.

21 Allan Megill. “Foucault – J.G. Merquior”. Confidential manuscript reading report – University of California Press. August, 14, 1986. “Arquivo José Guilherme Merquior / É Realizações”.

of our *Kathedernihilismus*”²² –, o sociólogo francês sugeriu o subtítulo, no que foi prontamente aceito pelo ensaísta brasileiro.

Depois de acusar o recebimento do livro e mostrar-se favorável à sua tradução para o francês – “J’ai reçu et déjà lu votre Foucault que je trouve excellente, vivant, informe et surtout très *juste*” –, Bourdon sublinha sua sugestão: *Michel Foucault ou le nihilisme de la chaire*²³. Assim, em francês, o livro apareceu como *Foucault ou le nihilisme de la chaire* – o prenome foi deixado de lado. Mas, você objetará com razão, a prioridade não estará com a tradução brasileira; afinal, ela saiu em 1985, portanto, é anterior à edição francesa.

Ótima pergunta!

A nota “Aos incautos”, espécie de prefácio dirigido polemicamente ao “sofisticado Partido Epistêmico Foucauldiano (PEF) ou o inculto Movimento Foucaultiano Pró-Anarquia e Perversão (MFPAP)” (Merquior, 2021, p. 27), tem como data “agosto de 1985”.²⁴ Ora, como vimos, a carta de Raymond Bourdon com a sugestão do subtítulo foi remetida em 8 de janeiro de 1985; a pronta resposta de Merquior, seguiu uma semana depois, em 15 de janeiro. Portanto, o título final em português, embora tenha aparecido com anterioridade, foi decidido no diálogo com o sociólogo francês.

Você ainda tem dúvida?

Muito justo!

Leiamos, então, a resposta de Merquior ao sociólogo francês:

Tout à fait d’accord pour le titre. Vous avez entièrement raison (...). Votre avis, Michel Foucault ou le nihilisme de la chaire, me semble parfait. D’ailleurs, d’ores et déjà je le retiens aussi pour l’édition brésilienne, qui se trouve en cours de traduction.²⁵

22 José Guilherme Merquior. London: Fontana Paperbacks, 1985, p. 160.

23 “Arquivo José Guilherme Merquior/É Realizações”.

24 Na mesma nota, Merquior esclareceu a distinção que via entre as duas formas de designação: “a tribo foucauldiana (entre nós, barbaramente autodesignada como “foucaultiana”).” *Ibid.*

25 “Arquivo José Guilherme Merquior/É Realizações”.

Coda

Hora de concluir: José Guilherme Merquior inventou um novo modelo intelectual em sua apropriação onívora de diversas tradições. Renascentista em sua voracidade, iluminista em sua crença apaixonada pelo ideal da razão, o ensaísta brasileiro preparou-se para a escrita de uma obra única em seu escopo e criticismo. No entanto, a “indesejada das gentes” chegou muito cedo e ainda havia muita coisa para ser colocada em seu lugar.

Não importa: os campos que lavrou seguem dando frutos – privilégio para poucos autores. Entre esses *few*, *happy few*, um nome se destaca: José Guilherme Merquior.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Manuel. Prefácio. In: *Noções de história das literaturas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1969 [1940].

_____. Advertência. In: *Poesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963.

CARPEAUX, Otto Maria. Notícia sobre Manuel Bandeira. In: BANDEIRA, Manuel (org.). *Apresentação da Poesia Brasileira* (seguida de uma pequena antologia). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1946.

ENTRETIEN avec Michel Foucault; entretien avec J. G. Merquior e S. P. Rouanet. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits* (1970-1975). Organizado por Daniel Deffert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994.

ENTREVISTA com Michel Foucault. Por Sergio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior. In: MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault. Ou o nihilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021.

GELLNER, Ernest; CANTINO, César (orgs.). *Liberalism in Modern Times – Essays in Honour of José Guilherme Merquior*. New York: Central European University Press, 1996.

GELLNER, Ernest. Foreword. In: MERQUIOR, José Guilherme. *The Veil and the Mask: Essays on Culture and Ideology*. Londres: Routledge, 1979, p. X.

KERMODE, Frank. *Not Entitled. A Memoir*. London: Harper Collins, 1996.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n. 1 edições, 2017.

MEGILL, Allan. “Foucault – J.G. Merquior”. Confidential manuscript reading report – University of California Press. August, 14, 1986. Arquivo José Guilherme Merquior/É Realizações.

MERQUIOR, José Guilherme. *Razão do poema*. Ensaios de crítica e de estética. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2013, p. 241-286.

_____. Nota Antipática. In: BANDEIRA, Manuel. *Poesia do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963, p. 7-8.

_____. Falência da Poesia. Ou: Uma geração enganada e enganosa: os poetas de 45. In: *A razão do Poema*. Ensaios de Crítica e de Estética. 3. ed. São Paulo: É Realizações Editora, 2013 [1962].

_____. Estética e antropologia – Esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte. In: *A razão do poema*. Ensaios de crítica e de estética. São Paulo: É Realizações, 2013.

_____. *A estética de Lévi-Strauss*. 2. ed. São Paulo: É Realizações, 2013. Edição enriquecida por posfácios de Christopher Domínguez Michael e Eduardo Cesar Maia.

_____. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. São Paulo: É Realizações, 2011.

_____. *O estruturalismo como pensamento radical*. São Paulo: É Realizações, 2022.

_____. *Verso universo em Drummond*. 3. ed. São Paulo: É Realizações, 2012.

MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. São Paulo: É Realizações, 2019.

_____. *Foucault. Ou o niilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021.

_____. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Ensaio crítico sobre a Escola neo-hegeliana de Frankfurt*. São Paulo: É Realizações, 2017.

_____. *A astúcia da mimese. Ensaio sobre a lírica*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972, p. 206-207.

_____. *Formalismo e tradição moderna. O problema da arte na crise da cultura*. Rio de Janeiro / São Paulo: Forense Universitária / Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 248.

VITA, Luís Washington. *Tendências do pensamento estético contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 137.

Biografias

José Guilherme Merquior, escritor e diplomata, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 22 de abril de 1941 e faleceu na mesma capital em 7 de janeiro de 1991. Numa perfeita síntese preparada pela ABL: “A formação universitária de Merquior foi das mais brilhantes e completas, tendo juntado os títulos mais diversificados, a começar pelo licenciamento em Filosofia (Rio de Janeiro, 1962); bacharel em Direito (1963); diploma do curso de preparação à carreira diplomática (1963); aluno titular do Seminário de Antropologia do Collège de France (1966 a 1970); doutor em Letras pela Universidade de Paris (1972); PhD em sociologia pela London School of Economics and Political Science (1978) e Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (1979)”. Autor de 19 livros publicados em vida e de um inédito editado pela Editora É Realizações, *O estruturalismo como pensamento radical* (2022). Poliglota e dono de uma erudição extraordinária, Merquior escreveu seus textos em português, francês, inglês e espanhol. Publicou um número grande de ensaios em revistas de grande prestígio em todo o mundo. Uma das maiores inteligências do século XX, quando faleceu precocemente, preparava-

-se para ocupar uma posição de destaque num cenário internacional conturbado pela queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e não chegou a assistir à dissolução da União Soviética em dezembro de 1991. Certamente sua voz seria fundamental para o entendimento mais complexo do novo mundo que então se descortinou.

João Cezar de Castro Rocha, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 3 de fevereiro de 1965, é professor titular de Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É doutor em Letras pela UERJ (1997) e em Literatura Comparada pela Stanford University (2002). Castro Rocha é Pesquisador B do CNPq, Cientista do Nosso Estado (FAPERJ) e Procientista (UERJ). Ele foi presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC, 2016-2017). Seu trabalho foi traduzido para o inglês, mandarim, espanhol francês, italiano e alemão. Autor de 15 livros e editor de mais de 30 títulos. Por *Machado de Assis: por uma poética da emulação* (Civilização Brasileira, 2013) recebeu o Prêmio de Crítica e História Literária da Academia Brasileira de Letras (tradução para o inglês, *Machado de Assis: Toward a Poetics of Emulation*. Michigan State University Press, 2015). Por *Literatura e cordialidade. O público e o privado na cultura brasileira* (EDUERJ, 1998) recebeu o Prêmio Mário de Andrade da Biblioteca Nacional.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.

Papel da capa: cartão duplex 250g/m2

Papel do miolo: pólen similar 80g/m2

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) dão início, com esta publicação, a uma importante relação interinstitucional voltada para o grande público. Esta parceria visa a promover a cultura brasileira e a diplomacia pública do Itamaraty através do pensamento e do legado de destacados autores, que também foram imortais da ABL, a exemplo de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco. *Diplomatas, escritores, imortais* se insere na prestigiada coleção Cultura e Diplomacia da FUNAG e é o primeiro de uma série de livros a serem publicados no âmbito da cooperação estabelecida entre as duas instituições.

Embaixador Raphael Azeredo
Presidente
Fundação Alexandre de Gusmão

Merval Pereira
Presidente
Academia Brasileira de Letras

